



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO GEOGRAFIA E GESTÃO  
DO TERRITÓRIO**

---



**ARLETE MENDES DA SILVA**

**RESILIÊNCIA SOCIOESPACIAL NA EXPANSÃO  
CANAVIEIRA DO CERRADO GOIANO: A CIDADE RURAL  
DE MAURILÂNDIA/GO**

**UBERLÂNDIA – MG  
2014**

ARLETE MENDES DA SILVA

**RESILIÊNCIA SOCIOESPACIAL NA EXPANSÃO  
CANAVIEIRA DO CERRADO GOIANO: A CIDADE RURAL  
DE MAURILÂNDIA/GO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Rosselvelt José Santos.

UBERLÂNDIA-MG  
2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**Programa de Pós-Graduação em Geografia**


**ARLETE MENDES DA SILVA**

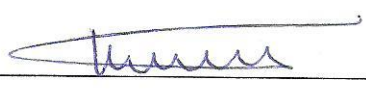
**“RESILIÊNCIA SOCIOESPACIAL NA EXPANSÃO CANAVIEIRA DO  
CERRADO GOIANO: A CIDADE RURAL DE MAURILÂNDIA / GO”.**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Doutor Rosselvelt José Santos (Orientador) - UFU

  
\_\_\_\_\_  
Profª. Doutora Maria Geralda de Almeida – UFG

  
\_\_\_\_\_  
Professora Doutora Salete Kozel Teixeira – UFPR

  
\_\_\_\_\_  
Professora Doutora Beatriz Ribeiro Soares - UFU

  
\_\_\_\_\_  
Professor Doutor Mirlei Fachini Vicente Pereira – UFU

Data: 02 / 07 de 2014

Resultado: Aprovado com louvor

### **DEDICATÓRIA**

Pelas mãos do Senhor cheguei ao final desse trabalho, desse sonho! A Ele a honra, a glória e o poder. Aleluia!

Dedico-o à família, aos amigos de ontem e, também, aos de hoje que conheci nessa travessia. A vocês são dedicados os poemas que um dia a mim foram escritos. Muito carinho a todos. Obrigada!

### **DEUS VELA POR TI**

Deus sempre amou teu coração ferido,  
E o soube amar no seu real motivo,  
Ainda quando o tens por mais dorido  
No fraquejar da dor sem lenitivo.

Foste a pé guedo no passar dos anos,  
Mesmo sofrida em muitos incidentes,  
Tiveste amparo nos teus desenganos  
Por quem mais perto nas preces remete.

Deus te contempla quando, em solitude,  
Desfias mágoas, pungentes feridas  
Acumuladas, sem contar as horas.

Não fiques triste nem digas não pude,  
Naquelas cenas dantes percorridas,  
Deus te fez sombra mesmo que a desoras.

### **TRANSFORMAÇÃO**

A irmã Arlete já não é a mesma,  
Fugiu-se o tempo de passar por ela  
E o seu esposo diz: assim Deus fez-ma  
Do jeito que eu me agradaria dela.

Deus concedeu-te status de rainha,  
E os teus vassalos, seguindo os teus passos,  
Procuram todos, de cedo à tardinha  
Teu aconchego, envoltos em teus braços.

Deus vê tua alma qual elucidário  
Ao semear saber pelos caminhos  
Que, pela graça, fê-la assaz diletta.

Mas, que dos dias desse corolário,  
Soe uma prece por quem comezinhos,  
E, se possível, para quem poeta!

do amigo Durval Rosa (Agosto, 2009)

## AGRADECIMENTOS

Revisitar esses lugares, conhecer essa gente, experimentar de novo o sabor e o cheiro da “roça”, rever *as coisas do lugar*... Foi, para mim, um “devaneio real” (diurno?!). Das minhas imagens, lembranças e memórias de lá, eu nunca saí. Quero lembrar, buscar na memória o “meu lugar rural”, minha gente, meu momento, meu destino? Ou só meu devaneio?! Será que deixei pra trás expectativas que o futuro não consumou? Será que tenho uma “dívida” para com “compadres e comadres”, padrinhos e madrinhas de tantas fogueiras em noites dedicadas aos santos? Não sei. O fato é que como geógrafa pesquisadora e, também, sujeito da pesquisa tinha muito a fazer, um trabalho a realizar. “Ah, nunca me curarei do meu país natal!” (BACHELARD, 1988, p. 135). *Ah, nunca me curarei do meu lugar rural!*

Poucas vezes parei para pensar no termo TRAVESSIA e no seu significado, a não ser quando ouvia, extasiada, a poesia cantada por Milton Nascimento (1968) em sua *travessia*. Hoje, finalizo a Tese de Doutorado, iniciada há quatro anos, com travessias entre espaços, entre lugares, entre os Estados de Goiás e Minas – Gerais, entre Cerrados de cá e também de lá. Onde estarão as outras travessias que farei? Estaria num desses lugares perdidos no “real” ou no “imaginado” da gente que só aparece nos sonhos e nos desejos de quem sonha? A solidão de uma travessia (da feitura de uma Tese) oferece momentos de experimentos. Os sentidos captam sons, imagens, cheiros, sabores e a gente sente no rosto o vento carinhoso do Cerrado e dos cerradeiros. Isso tudo num caminho, numa travessia. Talvez seja por isso que “caminhar é preciso” (*navegar e viver também*, para agradecer tanto ao poeta quanto ao general romano).

Regalo-me no *devaneio* (penso que o cantor também), ele não me faz tropeçar! Porque *meu caminho é de pedra, como posso sonhar?* Talvez,... Por favor, chamem *Mnemosýne* e digam a ela que me deixe esquecer! *Porque quero viver, sem saber, sem sonhar!* Hoje vivo minhas travessias pelo caminho que não finda, mas que anuncia outras travessias! Toda travessia é transição de um processo a outro, do fim de um projeto e o iniciar de algo “novo”, noutro lugar (novo caminho ou novo espírito?!). A travessia é mais que o ato de atravessar ou passar, ir para o outro lado... Ao findá-la terei completado, concluído, terminado, fechado um ciclo! (Será? Creio que sim!). E o que fica no final da travessia? A lembrança querida, a imagem não perdida, a memória e a imaginação que, tal qual a *caixa de pandora*, pode reservar grandes surpresas em novos ou antigos lugares! Por isso, digo: a travessia que faço agora me conduz (ou me faz retornar) a um *lugar*. Não só a minha, mas também travessias “dos outros” as quais tento acompanhar ou seguir, mesmo que de longe! Agradeço a esse lugar rural, às gentes cerradeiras e por ser, eu mesma, parte dela!

Acima de tudo, agradeço a Deus pelo amor e cuidado em todo tempo e lugar. Agradeço minha família: Jessé, esposo e companheiro há quase trinta anos e aos meus filhos amados, Jessé Júnior e Jéssyca, por compreenderem e aceitarem minha presença ausente. À filha distante, Luciana, que de lá me deu mais dois filhos, Abmael e Letícia. Ao meu sogro, pai escolhido que sem cessar ora por mim! Outros, também, estão presentes como pessoas muito próximas, minha norinha Keren – Happuch e seus pais, Durval e Divânia, pelas constantes orações e carinho. Aos meus irmãos que, de longe e de perto, vivenciaram este momento: Maria Luzia, Ricardo e Telma e aos nossos pais e avó que tão cedo se foram: Abílio, Limíria e Sebastiana. Saudades, sempre!

Agradeço aos Professores do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, na pessoa do coordenador do Curso de Pós-Graduação em Geografia, Prof. Dr. Rosselvelt José Santos, também meu guardião, amigo, mestre e orientador. Aos Professores da banca de qualificação: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz R. Soares e Prof<sup>o</sup>. Dr. Jean Carlos V. Santos pela cuidadosa e competente leitura e ricas contribuições. À banca de defesa da Tese de Doutorado: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Geralda de Almeida, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Salete Kozel Teixeira, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz R. Soares e o Prof<sup>o</sup>. Dr. Mirlei Vicente Pereira, meus agradecimentos. Sinto-me grata pela oportunidade de ter compartilhado, em três momentos, de disciplinas na Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás nos Cursos de História e Geografia, quando da participação em disciplinas com outros queridos mestres e colegas.

Aos companheiros, parceiros e amigos do Laboratório de Geografia Cultural e Turismo (LAGECULT- IG/UFU) que empreenderam comigo longas caminhadas teóricas, como também Cerrado a dentro com poeira e lama, ao gosto das estações cerradeiras. A vocês: Prof. Rosselvelt, Mônica, Jaqueline, Ricardo, Paulo, Jean, Carlos, Jéssica, Luana, Cássio, Herbert, Nelson, Ronaldo, Edevaldo, Leomar, Braconaro, Claudia, Antônia e Marília, muito obrigada! Aos colegas da pós-graduação, que enriqueceram minha experiência acadêmica como os queridos Jailson, Joyce, Larissa, Hudson, Aires, Antônio Almeida e Antônio Miranda, Airtton, Frederico e Andreza, meu abraço sincero e caloroso.

Pelo apoio e liberação das funções de ensino, pesquisa e extensão na Universidade Estadual de Goiás, no Curso de Geografia, meus agradecimentos na pessoa do diretor da Unidade Universitária de Ciências Socioeconômicas e Humanas – UnUCSEH, Prof. Ms. Marcelo José Moreira. Aos queridos amigos e professores do Colegiado de Geografia, na pessoa de sua Coordenadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mary Anne V. Silva e aos colegas que, carinhosamente, me substituíram nesses últimos meses, professores e caros amigos: Flávia de Assis, Marcos Ataídes e Marcelo Melo e, não menos, Prof<sup>a</sup>. Loçandra Borges que dividiu comigo sua sensibilidade e capacidade cartográfica na elaboração dos mapas da pesquisa.

À Secretaria Municipal de Educação de Anápolis, na pessoa de sua Secretária, Prof<sup>a</sup>. Ms. Virgínia Maria Pereira de Melo, por ter concedido a licença para aprimoramento profissional durante todo esse tempo. Ao Prof<sup>o</sup>. Ms. Augusto César de Almeida, Secretário de Cultura de Anápolis, pelo carinho e apoio no início dessa travessia.

Aos amigos próximos e distantes que, por vezes, contribuíram de forma direta ou não neste trabalho: Carmen, Núbia, Claudia, Kelma, Mirela, Mariângela, Adriana, Cinara, Edna, Joyce, Elisandra (Ellys), Patrícia, Fábiana, Deth e Lucivânia. Também aos queridos casais de amigos e irmãos Mônica e Gastão, Analice e Rodrigo, Dorally e Lunderson, Jôslane e Wenderson, Pr. Israel e Iracema e outros tantos queridos que têm seus nomes escritos no meu coração, obrigada!

## RESUMO

Esse trabalho intitulado “Resiliência socioespacial na expansão canavieira do Cerrado goiano: a cidade rural de Maurilândia/GO” teve como tema *as contradições na área de expansão canavieira no Cerrado Goiano* e suas dualidades. O principal objetivo foi compreender a resiliência socioespacial como processo de valorização humana e espacial no que tange à existência (resistência) e coexistência dos sujeitos nos lugares invadidos pela cana no Cerrado de Goiás e na cidade rural de Maurilândia/GO. A problematização foi o conjunto de questões: Quais são os lugares, as condições de vida e trabalho dos sujeitos rurais da cidade de Maurilândia e entorno na conjuntura socioespacial transgredida e apropriada pela agroindústria canavieira? Quais as implicações sociais e espaciais dada à dinâmica e movimento do capital sucroalcooleiro no Cerrado goiano e a coexistência das humanidades em lugares territorializados pela cana? O método da pesquisa foi o qualitativo relacional. As incursões em campo foram de substancial importância para a coleta de dados. Os sujeitos locais da região pesquisada, a área *core Vale Verdão* (ACVV), como cerradeiros tiveram sua história de vida transformada pela agroindústria canavieira. Os povos do Cerrado vivem num movimento contraditório com o lugar vivido pelo direito de ser, possuir e continuar no Cerrado. As populações cerradeiras possuem íntima relação com os elementos naturais, intercalando cultivo, extrativismo e preservação para sobrevivência dos seus saberes, mantendo a biodiversidade do cerrado mesmo nele vivendo e reproduzindo. São conhecimentos e características socioculturais que deveriam balizar a introdução do novo, da técnica, das transformações socioespaciais, principalmente na inserção de grandes projetos com fortes impactos sociais e ambientais. A pesquisa se deu em pequenas e médias propriedades rurais localizadas na Bacia Hidrográfica do Rio Verdão (Rio Verde), municípios de Maurilândia, Turvelândia e Castelândia - Goiás e nas respectivas áreas urbanas. Nesses lugares, a ‘leitura’ socioespacial se deu pela observação direta, indireta, realização de entrevistas e coleta de depoimentos com foco principal na realidade dos sujeitos da pesquisa: moradores da área rural e urbana próximas à Usina Vale do Verdão de Açúcar e Álcool S/A.

**Palavras – Chave:** Espaço – Lugar – Gentes cerradeiras – Camponês – Resíduos – Resiliência socioespacial

## ABSTRACT

This work entitled "socio Resilience in sugarcane expansion in the Cerrado of Goiás: the rural town of Maurilândia/GO" subjected the contradictions and dualities in the area of sugarcane expansion in the Cerrado of Goiás. Our main goal was to understand the socio-resilience as a human and spatial appreciation process, regarding the existence (resistance) and coexistence of the subjects in places invaded by sugarcane in the Cerrado of Goiás and the rural town of Maurilândia / GO. The problematize was this set of questions: What are the places and life and work conditions of rural individuals in Maurilândia town and its surroundings in the socio-economic conjuncture of an area transgressed and appropriated for sugarcane agribusiness? What are the social and spatial implications given the dynamics and movement of sugarcane capital in Goiás Cerrado and coexistence of the humanities in places territorialized by sugarcane? The research method was relational qualitative. Incursions in field were of substantial importance for data gathering. The local subjects in the surveyed area, the core area "Vale Verdão" (ACVV), known as "cerradeiros", had their life stories transformed by sugarcane agribusiness. The people from Cerrado live in a contradict movement to the place they live, for the right to be, have and continue living in Cerrado. The populations of "cerradeiros" live an intimate relationship with natural elements, alternating cultivation, extraction and preservation for survival sake of their own knowledge, while maintaining biodiversity of Cerrado whereas living and reproducing in it. The knowledge and sociocultural characteristics should mark out the introduction of the new, the art, the socio-spatial transformations, especially the insertion of large projects with strong social and environmental impacts. The research took place in small and medium-sized farms located in Rio Verdão watershed (Rio Verde), municipalities Maurilândia, Turvelândia and Castelândia - Goiás and in their urban areas. In these places, the socio-spatial 'reading' was due to the direct, indirect observation, conducting interviews and collecting testimonies with main focus on the reality of the subjects: residents of rural and urban areas near the Mill Valley Verdão and Alcohol S / A.

**Keywords:** Space - Place – Cerradeira gentes - Peasant - Residuals - Socio Resilience.



## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE FOTOS .....</b>	<b>12</b>
<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>17</b>
<b>LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS .....</b>	<b>18</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>19</b>
UM QUERER SABER E O LUGAR DA PESQUISA .....	19
A URDIDURA DO CAMINHO E O ENTRETECER DE UM PESQUISADOR .....	31
DA GÊNESE EM BUSCA DE UMA TESE: TRAVESSIAS E ENCONTROS .....	40
<b>CAPÍTULO I – METAMORFOSES SOCIOESPACIAIS: AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO CERRADO GOIANO .....</b>	<b>43</b>
1.1 PELOS CANAVIAIS DO BRASIL: DA CULTURA LITORÂNEA À AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA .....	43
1) 1.2 TEMPO E ESPAÇO NA EXPANSÃO DA CANA EM GOIÁS .....	50
1.3 MEIO SÉCULO DE HISTÓRIA, OCUPAÇÃO E USO DO ESPAÇO PELA CULTURA DA CANA NO MUNICÍPIO DE MAURILÂNDIA/GO .....	62
1.3.1 Identidade e possibilidade local .....	67
1.4 PERCEPÇÃO, MEMÓRIA E LUGAR PARA OS MAURILANDENSES ANTES E DEPOIS DA MONOCULTURA CANAVIEIRA .....	74
1.4.1 Por uma tipologia dos sujeitos locais .....	75
<b>CAPÍTULO II – AS ESTRATÉGIAS DA USINA SUCROALCOOLEIRA NO USO DOS RECURSOS NATURAIS E RURAIS: APROPRIAÇÃO E TENSÕES .....</b>	<b>90</b>
2.1 A USINA VALE DO VERDÃO AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A E A INCLUSÃO DE UMA NOVA CULTURA EM UM LUGAR ARRAIGADO NA AGROPECUÁRIA EXTENSIVA .....	90
2.2 A POSSE DA TERRA COMO RECURSO PARA A EXPANSÃO CANAVIEIRA .....	98
2.2.1 Terra como bem fundante .....	101
2.2.2 Terra para o pequeno produtor rural – camponês .....	108
2.2.3 Terra para a agroindústria da cana .....	112
2.3 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E PODER NO/DO TERRITÓRIO .....	115
2.3.1 Do espaço rural ao território agroindustrial .....	121
2.3.2 Territorialização da cana no Cerrado Goiano .....	130

2.4 SOLO, ÁGUA E AMBIENTE: A MONOCULTURA DA CANA E A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO NATURAL (E RURAL) .....	140
---	-----

<b>2.4.1 Impactos socioambientais no ‘agronegócio da cana’ em Goiás .....</b>	<b>144</b>
 <b>CAPÍTULO III – INTERDEPENDÊNCIA E VIZINHANÇA: CIDADE RURAL, USINA VALE DO VERDÃO S/A E SUA ÁREA CORE DE INFLUÊNCIA .....</b>	<b>150</b>
3.1 CIDADE RURAL, UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL .....	150
3.2 ÁREA DE INFLUÊNCIA DA USINA VALE DO VERDÃO CRIA “REGIONALIZAÇÃO” PARTICULAR .....	162
3.3 RELAÇÕES DE VIZINHANÇA E INTERDEPENDÊNCIA NO ESPAÇO DOS HOMENS E DA USINA CANAVIEIRA .....	168
3.3.1 A cidade rural como infraestrutura para usina sucroalcooleira .....	176
3.3.2 Prestação de serviço e uso do espaço urbano e rural .....	184
 <b>CAPÍTULO IV – USANDO O ESPAÇO “DO OUTRO” – A USINA NO RURAL E NO URBANO, NO CAMPO E NA CIDADE .....</b>	<b>200</b>
4.1 TEMPORALIDADES ESPACIAIS DA CIDADE, DA USINA E “DOS OUTROS” .....	200
4.2 AGRONEGÓCIO E DESRURALIZAÇÃO: TENDÊNCIA OU REALIDADE? ..	208
4.3 TRABALHADORES DA CANA: MIGRAÇÃO, EXPLORAÇÃO E EXPULSÃO .....	217
4.4 ESTABELECIDOS E <i>OUTSIDERS</i> - CONFLITOS E AJUSTAMENTOS SOCIOESPACIAIS .....	233
 <b>CAPÍTULO V – A CIDADE ENCURRALADA: MUTAÇÕES, MOVIMENTO E ESPACIALIDADES .....</b>	<b>248</b>
5.1 MUTAÇÕES ESPACIAIS E MOVIMENTO NOS “LUGARES DA CANA” .....	248
5.1.1 Práticas sociais rurais pressionadas pelo capital agroindustrial .....	252
5.1.2 Da apropriação local, do desenvolvimento global .....	257
5.2 ESPACIALIDADES RURAIS E DA CIDADE RURAL DE MAURILÂNDIA/GO .....	266
5.2.1 Na contramão do sistema mundo, ser rural e ser urbano enquanto especificidades complementares e dissonantes na cidade rural .....	274
5.2.2 Ruralidades e urbanidades locais: redimensionando o vivido .....	279
 <b>CAPÍTULO VI – DO COTIDIANO, O RESÍDUO. DA RESILIÊNCIA À POSSIBILIDADE PRÁTICA DA CONTRADIÇÃO .....</b>	<b>294</b>
6.1 RESILIÊNCIA SOCIOESPACIAL: RESÍDUOS, SABERES E FAZERES ....	294
6.1.1 Resiliência na Geografia: uma proposta, alguns achados .....	300
6.1.2 Resíduos no cotidiano no campo e na cidade rural .....	304
6.1.3 Resíduo como meio para o desenvolvimento da resiliência (resistência) e coexistência .....	315
6.1.4 Resíduo como forma de permanência e reafirmação do lugar .....	324
6.2 RESILIÊNCIA SOCIOESPACIAL DE COMUNIDADES RURAIS E DA CIDADE RURAL DE MAURILÂNDIA/GO .....	329

<b>6.2.1 Fator de resiliência socioespacial com densidade alta .....</b>	<b>337</b>
<b>6.2.2 Fator de resiliência socioespacial com densidade moderada .....</b>	<b>340</b>
<b>6.2.3 Fator de resiliência socioespacial com densidade baixa .....</b>	<b>346</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS - VIVÊNCIAS (DES) CONHECIDAS: AS</b>	
<b>HUMANIDADES NO/DO CERRADO GOIANO .....</b>	<b>354</b>
<b>NA REPRESENTAÇÃO O SUJEITO SE REPRESENTA .....</b>	<b>356</b>
<b>QUAL O LUGAR DAS HUMANIDADES NO CERRADO REOCUPADO PELA</b>	
<b>CANA? .....</b>	<b>359</b>
<b>CAMINHANDO PARA UMA CONCLUSÃO (PARA <i>NUNCA</i> CONCLUIR) .....</b>	<b>365</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>368</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>391</b>

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 –	Estado de Goiás – localização da área de pesquisa .....	28
FIGURA 2 –	Fluxograma da produção de biocombustível: modelo brasileiro de energia renovável .....	52
FIGURA 3 –	Usos no Cerrado Goiano – Perda para a lavoura de cana-de-açúcar .....	64
FIGURA 4 –	Município de Maurilândia – Estado de Goiás .....	69
FIGURA 5 –	Usina Vale do Verdão S/A – Turvelândia/GO .....	91
FIGURA 6 –	Territorialidades das Usinas do grupo Vale do Verdão S/A na mesorregião Sul-Goiano (2014) .....	93
FIGURA 7 –	Fluxograma de processo – açúcar e álcool .....	97
FIGURA 8 –	Territorialização das usinas sucroalcooerias em Goiás .....	136
FIGURA 9 –	Áreas de influência da monocultura canavieira da Usina Vale do Verdão S/A .....	165
FIGURA 10 –	Logística de transporte rodoviário do município de Maurilândia (Sudoeste Goiano) .....	183
FIGURA 11 –	Quadros da vida (ou da morte) nos canaviais: trabalhadores da Cana .....	217

## LISTA DE FOTOS

FOTOS 1 E 2 –	Vista aérea da área central da cidade. A praça é o lugar onde se reúne a comunidade local para festas, shows, eventos políticos e religiosos. Ponte sobre o Rio Verde (ou verdão), divisa entre os municípios de Maurilândia e Turvelândia, ao fundo a monocultura canavieira que pertence à Usina Vale do Verdão S/A .....	70
FOTOS 3 e 4 –	Vista aérea do município de Maurilândia/GO, demonstrando a proximidade entre as lavouras de cana e a área urbana do município (parte superior das imagens) – O município é banhado pelo Rio Verdão na sua parte norte. A imagem da direita evidencia as duas principais avenidas da cidade .....	72
FOTOS 5 e 6 –	Pequena propriedade rural cercada pela cana (fundo) e rodovia (frente). Pequena propriedade rural com mais de 70% da área arrendada para cultura de cana, 30% para moradia, criação de animais domésticos e pequeno rebanho bovino no Município de Maurilândia/GO .....	107
FOTOS 7 e 8 –	Área de cultivo da cana e implementos agrícolas da Usina Vale Verdão S/A. Monocultura da cana entre os municípios de Maurilândia e Turvelândia, em Goiás .....	112
FOTOS 9 e 10 –	Criação de gado em pequena propriedade rural cercada pela lavoura canavieira da Usina Vale Verdão S/A ao fundo. Propriedade rural com estreita faixa de terra utilizada como pasto para o rebanho de poucas cabeças de gado, entre a rodovia e área ao fundo, sendo preparada para novo ciclo da cana no município de Turvelândia/GO .....	114
FOTO 11 –	Monocultura da Cana-de-açúcar com lavoura altamente mecanizada/fase colheita .....	122
FOTOS 12 e 13 –	Pequena propriedade rural territorializada pela lavoura canavieira. Área de expansão da lavoura de cana da Usina Vale do Verdão S/A (ao fundo) com a cana alcançando outra propriedade de criação de gado em Maurilândia/GO .....	128
FOTOS 14 e 15 –	Áreas de cerrado com monocultura de cana – de – açúcar, cultura mecanizada e irrigação no Cerrado goiano .....	134
FOTOS 16 e 17 –	Queimada em áreas com lavoura de cana às margens da BR 153 - Mesorregião do Centro-Sul de Goiás, entre os municípios de Goiatuba e Itumbiara .....	142
FOTOS 18 e 19 –	Quintas das casas mais antigas de Maurilândia. Criação de pequenos animais. Usos e costumes do campo trazidos para a cidade .....	159
FOTOS 20 e 21 –	Mesmo morando na cidade, os maurilandenses mantém costumes rurais como o bate papo no final da tarde, talvez, em substituição (lembrança, costume, permanência) aos momentos de prosa na beira do fogão à lenha na “boca da noite” ou nas rodas de fogueira em noite de lua cheia. Espaços comuns como canteiros centrais são utilizados como extensão dos antigos ‘alpendres’ das casas .....	160

FOTOS 22 e 23–	Entrada lateral da Usina Vale do Verdão para transporte de cargas. Uma das áreas reservadas da usina com plantio de cana entre os municípios de Turvelândia e Santa Helena de Goiás .....	164
FOTOS 24 e 25 –	Margem do rio Verdão, utilizada pela comunidade como área de pesca e lazer em Maurilândia/GO. Em outro ponto da margem do rio Verdão, área de pastagem para o rebanho do entorno da cidade (chácaras/pequenos sítios) .....	168
FOTOS 26 e 27 –	Rio Verdão, limite natural entre os municípios de Maurilândia e Turvelândia, ainda com suas margens protegidas pela vegetação natural, porém, a cana está a poucos metros do rio. Rodovia goiana, GO 409, que dá acesso ao município de Maurilândia e à Usina Vale do Verdão, no município de Turvelândia, pela rodovia federal BR 452 .....	169
FOTOS 28 e 29 –	Processo de construção da ponte sobre o rio Verdão, no município de Maurilândia/GO. Fase mais adiantada da construção da ponte, no segundo semestre de 2012 .....	170
FOTOS 30 e 31 –	Fluxo de caminhões com carregamento de cana pela rodovia 409, que dá acesso à ponte do rio Verdão. Acidente sobre a ponte do rio Verdão em época de chuva, o que deixa a pista lamacenta e escorregadia. Os acidentes são constantes devido ao elevado número de veículos que por ela trafegam. A pista possui fluxo nos dois sentidos .....	171
FOTOS 32 e 33 –	Sede da Usina Vale do Verdão S/A em Turvelândia/GO. Pátio de carga e distribuição da usina. O contingente de motoristas da empresa é contratado temporariamente ou por terceirização (caminhão e motorista). Uma parcela menor desses trabalhadores são funcionários regulares da empresa ..	172
FOTOS 34 e 35 –	Trevo entre os municípios de Turvelândia, Maurilândia e Santa Helena de Goiás, com <i>out door</i> do governo referenciando as obras públicas na logística de transporte na região. Acesso principal da Usina Vale do Verdão, com estrada vicinal em ótimo estado de conservação. Observou-se que as variações climáticas dos tempos de seca e de chuva não alteram essa paisagem que recebe cuidados constantes pela usina e pelo setor público .....	174
FOTOS 36 e 37 –	Vista aérea de Maurilândia demonstrando as duas principais avenidas da cidade. A avenida da direita é continuação da GO 409, que ‘corta’ o município e dá acesso à ponte. Ao fundo, nota-se o Rio Verdão, a ponte e extensa área de lavoura de cana. Vista parcial da cidade que dá acesso à margem maurilandense do rio, com rua asfaltada até chegar a um restaurante e pequena infraestrutura de lazer próxima ao rio ...	182
FOTOS 38 e 39 –	Vista aérea da área central do município, com lojas, comércio no ramo de alimentos, roupas, farmácia e pontos de prestação de serviço para a usina, como oficinas, depósitos, entre outros. Rodovia federal BR 452, que dá acesso à Maurilândia, e início da rodovia GO 409. Toda faixa dos dois lados dessa última rodovia é ocupada com plantação de cana .....	184
FOTOS 40 e 41 –	O município de Maurilândia possui grande fluxo de veículos de pequeno e grande porte e outros meios de transporte, promovendo intenso tráfego nas ruas centrais da cidade durante a semana. Setor central da cidade de Maurilândia .....	189

FOTOS 42 e 43 –	Avenidas centrais do município de Maurilândia. Pode-se dizer que a arborização da cidade se concentra na praça central e na GO 409, que ‘corta’ Maurilândia no sentido norte-sul. Em dias úteis, esses espaços estão sempre ocupados por veículos e pedestres .....	190
FOTOS 44 e 45 –	Rodovia da entrada sul de Maurilândia, ladeada pela lavoura canavieira da Usina Vale do Verdão S/A. A rodovia ‘continua’ no centro da cidade até dar acesso à ponte sobre o rio Verdão, divisa entre os municípios de Maurilândia e Turvelândia. Entrada que dá acesso à área de lazer, às margens do rio Verdão; essa entrada é a continuação de uma das avenidas principais da cidade .....	190
FOTOS 46 e 47 –	Uso de área comum do espaço urbano da cidade servindo como abrigo para animais e como extensão do quintal das casas. Situação encontrada no final de uma das ruas, na parte periférica do município, próxima às margens do rio Verdão .....	191
FOTOS 48 e 49 –	Prefeitura Municipal de Maurilândia, localizada na entrada sul da cidade. Hospital municipal de Maurilândia, com pequeno pronto-socorro para atendimento de emergência .....	192
FOTOS 50 e 51 –	Comércio especializado em manutenção e serviços destinados ao setor de transporte, ligado à logística da Usina Vale do Verdão S/A .....	193
FOTOS 52 e 53 –	Área de descarte e reforma de implementos agrícolas, tratores, caminhões e peças que são recondicionadas e recolocadas na frota da usina ou revendidas. Esse depósito “à céu aberto” fica em lugar privilegiado da cidade, atrás da rodoviária, ao lado da estação de água municipal .....	194
FOTOS 54 e 55 –	“Rua dos Baianos”, conhecida assim pela grande quantidade de migrantes nordestinos que vieram para o município no ápice da lavoura canavieira e da contratação de trabalho braçal – cortadores de cana. São casas muito simples que parecem barracões ou casas comerciais. Foram construídas na década de 1970 para ‘abrigar’ os migrantes que chegavam em grandes levas na cidade e região. Hoje, essas ‘casas’ ainda são moradia dos ‘trabalhadores da cana’ que vivem, muitas vezes, em conjunto com mais de uma família em cada casa, devido aos altos custos dos aluguéis .....	196
FOTOS 56 e 57 –	Chácaras urbanas numa das avenidas da cidade de Maurilândia/GO. Área extensa contendo pequeno curral para criação de animais (cavalos e éguas) com finalidade de transporte de cargas e pessoas, plantação de milho, mandioca e horta caseira, além de pomar. Algumas são cercadas por telas, muros e arames farpados .....	287
FOTOS 58 e 59:	Loteamentos anexos às casas usados pelos proprietários para o plantio de leguminosas, milhos, hortas para consumo familiar e criação de animais como meio de transporte e para o trabalho .....	288
FOTOS 60 e 61:	Propriedade rural do município de Maurilândia/GO, rústica e outra mais sofisticada. Ambas possuem eletrificação rural, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos, costumes e algumas formas de lazer oriundos do meio urbano (reservada às diferenças entre as propriedades) .....	290



FOTOS 62 e 63 –	Propriedades rurais em Maurilândia/GO que utilizam meios de transporte tradicional, como carroças e cavalos, contudo, fazem uso de outros meios de locomoção, comuns na região, como motos, bicicletas, carros de passeio e caminhonetes. Observe a foto da direita: eletrodoméstico já descartado porque foi adquirido fogão novo, mais moderno e automático. Notam-se embalagens de bebida industrializada com reuso de material descartável .....	291
FOTOS 64 e 65 –	Remanescente de propriedades rurais do município de Maurilândia/GO e Turvelândia/GO com criação de gado leiteiro para abastecimento familiar e entrega de leite para o laticínio da Italc (Santa Helena de Goiás/GO). Propriedades menores mantêm poucas cabeças de gado leiteiro para consumo interno e fabricação de queijo, que é vendido nos municípios próximos, além de ser usado como moeda de troca e comércio local .....	307
FOTOS 66 e 67 –	Usina Vale do Verdão S/A ao fundo de pequena propriedade rural que teve parte de suas terras arrendadas para a usina expandir a monocultura canavieira. Caminhões transportando cana para a usina próxima à área urbana. Situação comum em época de seca quando a poeira dos caminhões deixa rastros desde os canaviais até chegarem às ruas asfaltadas do município. Ao contrário, em épocas de chuva, a lama, as erosões e a interdição de caminhos rurais por conta do intenso tráfego de caminhões dificultam a locomoção de quem vive na região. Observa-se que a cana é plantada rente à rodovia que dá acesso ao município de Maurilândia/GO, estendendo-se a várias direções .....	307
FOTOS 68 e 69 –	Pequena propriedade rural em Maurilândia/GO, ladeada pela lavoura canavieira, com pequena trilha de acesso onde o camponês (Sr. Geraldo) de “vida toda” peleja pela sobrevivência cotidiana com poucas cabeças de gado e com a fabricação artesanal de queijo, doces e a venda de ovos caipira .....	312
FOTOS 70 e 71 –	Área de cultivo da cana próxima às propriedades rurais em Maurilândia/GO e Castelândia/GO que ‘vivem’ ilhadas. Nessa região, produtores rurais, a maioria, arrendaram suas terras para a Usina Vale do Verdão S/A. Os poucos que estão resistindo sofrem com as constantes queimadas e prejuízos nas roças e com o gado. Outro inconveniente é a poluição do ar e dos rios devido aos produtos químicos utilizados nas lavouras .....	312
FOTOS 72, 73 e 74 –	Entrada de pequena propriedade rural de Maurilândia/GO cercada pela cana. O casal proprietário desenvolve criação de pequenos animais e algumas cabeças de gado para consumo de leite para a família e para venda do excedente .....	313
FOTOS 75 e 76 –	Propriedades rurais ‘recortadas’ pela monocultura da cana nos municípios de Turvelândia/GO e Maurilândia/GO marcam as transformações ocorridas no campo nas últimas décadas e as mutações espaciais que alteraram meios e modos de produção dos camponeses da região .....	313

FOTOS 77 e 78 –	GO 409, rodovia que dá acesso aos municípios de Maurilândia/GO e Turvelândia/GO, construída para melhorar o acesso e fluxo na área de produção canavieira da Usina Vale do Verdão S/A. Essa região recebe benefícios de infraestrutura do governo com a ideologia de “crescimento para todos” estampada em out doors por toda a região .....	314
FOTOS 79 e 80 –	Pequenas propriedades rurais de camponeses maurilandenses que lutam por permanecer no campo. Desenvolvem a agropecuária de pequeno porte com a produção voltada para subsistência e comercial. São resilientes em não sair de suas propriedades. Afirmam devoção ao lugar e fé em Deus para vencer as adversidades. Denunciam a difícil vida no campo em dias atuais e afirmam que só deixam esse ‘pedacinho de chão’ após a morte. A lavoura de cana encontra-se na divisa dessas propriedades e pertence ao complexo da Usina Vale do Verdão S/A .....	318
FOTOS 81 e 82 –	Entradas de propriedades rurais em Maurilândia/GO e Turvelândia/GO tomadas pela cana. Expressão do uso e apropriação do espaço pela agroindústria canavieira e sublimação dos modos de vida dos camponeses locais. Entraves, dificuldades, perda dos meios de produção, poluição e falta de trabalho impedem que muitos trabalhadores rurais continuem no campo. Situação recorrente para os sujeitos identificados no Grupo III da tipologia apresentada no capítulo 1 e 5 .....	343
FOTOS 83 e 84 –	Meio de transporte utilizado para conduzir os trabalhadores da Usina Vale do Verdão S/A dos municípios da microrregião do sudoeste de Goiás até os canaviais. Os trabalhadores saem de suas casas (ou alojamentos) ainda de madrugada e retornam no final da tarde .....	343
FOTOS 85 e 86 –	Periferia no município de Maurilândia/GO, onde residem famílias mais carentes: desempregados da cana, migrantes regionais, despossuídos de terra que migraram para a cidade em busca de trabalho. São áreas urbanas pouco assistidas pela prefeitura. Há lixos espalhados pelas ruas, ausência de calçadas e asfalto. As casas são frágeis e desprotegidas. Não há postos médicos e nem escolas nessa parte da cidade .....	345
FOTOS 87 e 88 –	Comércio que mais expande no município de Maurilândia/GO está ligado ao setor de alimentos e bens primários. As lojas especializadas em prestação de serviço indireto à usina também são comuns. Outros comércios correspondem às farmácias, bares, restaurantes e em menor número hotéis, pizzarias e pequenos armazéns .....	350

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 –	Tipologia dos sujeitos locais – Área de influência da Usina Vale do Verdão S/A .....	75
QUADRO 2 –	Estabelecidos e <i>Outsiders</i> em Maurilândia/GO .....	241
QUADRO 3 –	Resiliência socioespacial de comunidades rurais e da cidade rural de Maurilândia/GO – Tipologia e Caracterização .....	331

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1 –	Estado de Goiás: área, população residente, densidade demográfica, segundo as regiões de planejamento – 1991, 2000, 2010-2012 .....	55
TABELA 2 –	Principais produtos agrícolas em Goiás – 2012 .....	60
TABELA 3 –	Posição de Goiás no Ranking Nacional de Cana-de-açúcar e derivados – Safra 2011/2012 .....	61
TABELA 4 –	Usinas instaladas no Sudoeste de Goiás, com suas respectivas áreas (ha) e produtividade (ton/ha) no ano de 2010 .....	68
TABELA 5 –	Evolução da Produção Agrícola: Maurilândia/GO (2000-2012) .....	100
TABELA 6 –	Estrutura Fundiária no Brasil – 2012 .....	119
TABELA 7 –	Brasil: Cana-de-açúcar – Safra 2013/2014* .....	129
TABELA 8 –	Brasil, Centro-Oeste, Estado de Goiás, Municípios da Microrregião do Sudoeste de Goiás e Turvelândia .....	134
TABELA 9 –	Propriedades da Vale do Verdão (Sudoeste Goiano) .....	186
TABELA 10 –	Usina Vale do Verdão: área plantada, produção, produtividade de cana-de-açúcar, açúcar (t), álcool hidratado (m³) e álcool anidro (m³), 2000 a 2008 .....	187
TABELA 11 –	População do Município de Maurilândia/GO .....	197
TABELA 12 –	Produtos da Indústria Sucroalcooleira (Safra 2010/2011) ...	222
GRÁFICO 1 –	Temporalidade e modos de vida do camponês tradicional: Maurilândia/GO .....	269
GRÁFICO 2 –	Ciclo diário do trabalhador camponês tradicional nos Cerrados .....	270
GRÁFICO 3 –	Resiliência socioespacial dos sujeitos locais no campo e na cidade .....	319
GRÁFICO 4 –	Universo da pesquisa – Área Core Vale Verdão (ACVV) nos municípios de Maurilândia, Turvelândia e Castelândia, no sudoeste goiano .....	336

# INTRODUÇÃO

## UM QUERER SABER E O LUGAR DA PESQUISA

O Cerrado goiano e outros tantos Cerrados... tristes? Talvez. Mortos? Jamais! Neles, os recursos naturais e as “gentes cerradeiras” ou os homens “naturais” do Cerrado, seres resilientes que continuam a labuta do dia-a-dia não sucumbiram diante das mutações espaciais apresentadas com a mecanização do campo. Mesmo em menor número, eles existem, estão lá e também aqui. De tantos ciclos econômicos e tantas formações territoriais, o Cerrado, ainda, se apresenta como “celeiro do país” ao gosto das ideologias dominantes.

O povo, envolto em seus costumes e cultura, um tanto quanto aculturados pelo tempo, pela mídia, pelo desejo, pela mercadoria também mudou. Acompanhou os novos tempos? Pode ser. Mas, o que importa é a comprovação de sua existência e dos modos de vida que praticam, principalmente no campo e na cidade rural. O vivido aponta a existência das humanidades. Contudo, o capital, a técnica, a expansão do agronegócio cerceiam as existências e maculam o “humano” das humanidades.

E o progresso? Como se isentar de segui-lo ou não inserir-se no sistema mundo das *coisas*, dos objetos e do consumo? Esses elementos gastam “espaço” e consomem “lugares” num produzir contínuo e atemporal. Por isso a contradição: a noção de *espaço e tempo* comportando espacialidades e temporalidades reais, construídas por sujeitos comuns, concomitantemente ao *espaço – tempo* virtual das urgências globalizadas.

Esses fenômenos têm ocupado leituras, estudos, energia, tempo que fizeram brotar emanações num *querer saber sobre coisas e lugar ou sobre o lugar das coisas* (!?) A reflexão, o pensamento informado e o debate amparam o pulsar das questões, das dúvidas e também das digressões. Parece correto afirmar que o homem na sua “humanidade” é também o homem do pensamento, das escolhas, dos questionamentos, da sensibilidade, da memória, da imaginação, da antevisão e da comunicação.

Por essas faculdades o ser passa a existir e a (re)criar. “Nós nos tornamos quem somos porque aprendemos a fazer “isto”, fazendo tudo o que é nosso e existe em nós, interagir segundo padrões únicos de conexões e de integrações” (FIORI, 1994, p. 2). E, por certo, na tentativa de elucidar enigmas, descortinar paradigmas, alcançar conhecimento e adquirir experiência, o homem tem sensações e impressões, procura saber e conhecer mais de si e dos outros, num exercício de alteridade.

A sensibilidade humana é capaz de compreender e decifrar imagens, sons, cheiros e significados numa sociabilidade sentida e vivida. “Aprendemos a transformar *coisas* da natureza em *objetos* e, depois, em ferramentas (objetos para fabricar objetos) de um mundo novo: o *mundo da cultura*”, explica Fiori (1994, p. 2). Isso é o que ora se faz: aprender a fazer ciência aprendendo a fazer urdiduras, tecendo e alinhavando as tramas da vida com as *coisas* do lugar.

É nesse construto entre realidade e sonho, escrita e poesia, teoria e prática que floresce a pesquisa. Uma caminhada, um querer saber no desafio constante de busca que também é resignação e superação. Se perguntassem: Qual seria o motivo da obstinação ou o que inspira e motiva esse incessante exercício de pesquisa? A quem perguntasse se ouviria uma audível e suave voz: – as *humanidades do Cerrado, do sujeito rural*.

Sem dúvida, a afirmativa marcaria o momento do nascimento de uma Tese ou de sua enunciação. A criação, a euforia do aprender e do *aprender a compreender* as coisas da vida e das pessoas. Identificar e interpretar símbolos e imagens. Dialogar com representações e imaginários pela fala, pela escuta, pela palavra dita e/ou silenciada. A leitura do mundo vivido e do *espaço* concebido e (re)conhecido pelos sujeitos, mas, muitas vezes, não “concedido” a eles.

Porventura, o esforço da conquista do *lugar* garante permanências, territorialidades e sentidos de pertencer àquilo que te pertence? Obstante, as humanidades do Cerrado e a aguerrida gente cerradeira tenha que arquear os punhos e travar embates penosos, sofridos, injustos e, quase sempre, inglórios (SANTOS, 2004). O adversário não está ali, do outro lado do rio ou atrás da porteira que limita a vizinhança. O voraz adversário (o capital e seus agregados) é deveras escorregadio, fala nas entrelinhas, está em todos os espaços e penetra nos mais íntimos lugares da casa, da rua e da vida (BACHELARD, 1974). Da sala de

comando, “ele” controla tudo e a todos. Promove movimentos, mutações, exclusões, desenraizamentos, esquecimentos e mortes.

Entretanto, no calor do processo produtivo, o espelho mostra sua “outra face”, seu antagonista. Para desempenhar esse papel, conclama-se a todos os resilientes, atores locais esperançosos e criativos para que façam o que sabem num *continuum* do *saber – fazer*, ressuscitando resíduos adormecidos, criando na escassez e reproduzindo nas inconstâncias.

O oponente sem rosto (porque a todos mascara) vê a sombra “do outro” espelhado em si mesmo. Nesse momento, chama-o pelo nome, evoca que se marque no papel e se dê a conhecer sua absurda imagem oculta. Mesmo no anonimato é explícita sua figura naquele que detém o poder de mando e que decide, delimita territórios e direciona destinos humanos e espaciais. Este é o capital. E o seu papel? Promover mudança e movimento.

Na esteira dos arranjos territoriais e socioprodutivos, o capital se traveste de outros tantos modos e meios de produção, de homens e de máquinas. Os modos de uso definem, quase sempre, o produto final, o *auge do espetáculo* (DEBORD, 2003). Nesse teatro, o ator hegemônico também tem o papel principal desempenhando muito bem sua função na condução dos arranjos produtivos.

Na área pesquisada, no interior de Goiás, nas mediações do sudoeste goiano, esse ator tem nome e endereço: a *agroindústria sucroalcooleira*. O tema gerador desse cenário (estudo) foi, especificamente, *as contradições na área de expansão canavieira no Cerrado Goiano*. Desse, suscitaram algumas dualidades:

- Expansão da monocultura canavieira no Cerrado *versus* desenraizamento dos camponeses e trabalhadores rurais;
- Presença e ausência do sujeito rural no campo e na cidade rural;
- Uso e apropriação forçada do campo pela usina *versus* a desapropriação dos espaços que produzem alimentos;
- Espacialidades e temporalidades “fora do lugar” (?);
- Resíduos que não são sobras. Resíduos que são práticas que permanecem e que, quando resgatadas, potencializam uma *criatividade desafiadora e que crê na possibilidade criadora* (LEFEBVRE, 1967) e, por fim, igualmente importante, tem-se a resiliência socioespacial dos sujeitos locais *versus* capital agroindustrial.

Essa última dualidade carece de intervenção. Sujeitos rurais e o capital deflagram ferrenha disputa por espaço desde há muito pelas oportunidades e possibilidades que se apresentam no campo. Cada um a seu modo, usando das ferramentas que lhes são dadas. Santos (2008, p. 58) bem soube discernir esse momento. Em suas palavras:

Esses homens são metamorfoseados pelas imposições sociais advindas do processo de produção e reprodução capitalista, mas essas imposições têm seus limites, seus contornos, não são totais, no sentido de que não chegam a perpassar todos os momentos da vida, embora exista tal tendência. Os produtores, em grande medida, carregam sentimentos religiosos, modos de encarar e resolver problemas que vêm do passado [resíduos potenciais para práticas resilientes?]. Mesmo que a transformação tecnológica os tenha ligado aos grandes mercados, não os distanciou, por completo, de alguns costumes, hábitos, da gratidão e da moral religiosa camponesa. (inserção nossa)

Por essa trilha caminharam o sujeito que pesquisa e os sujeitos do lugar pesquisado. Num pequeno regaço à beira do caminho, alguns achados, mais indagações e outras preposições. Teorias e algumas práticas que se transformaram, lentamente, em trabalho científico: “Resiliência socioespacial na expansão canavieira do Cerrado goiano: a cidade rural de Maurilândia/GO” como tema central do estudo considerado fenômeno espacial, econômico e cultural. Este conjunto de ideias, teorias, conceitos e propostas denunciam aqueles que agem na espreita, dos primeiros raios de sol ao ocaso do dia.

Este trabalho diuturno do capital agroindustrial é facilitado pela técnica porque, para ela, “tudo é a mesma coisa” e a estrutura capitalista globalizada e globalizante não cessa, nunca! O capital se reproduz a si mesmo e reproduz, paralelamente, o outro contraditório. Ele comanda desde estruturas do pensamento às ações e objetos, do cotidiano da cidade rural aos complexos arranjos políticos e ideológicos da pós-modernidade. A este ator hegemônico e suas ações cabem estudos e denúncias em boa parte desse trabalho. Não na intenção de entendê-lo, mas, na busca por compreender os dramas da vida na cotidianidade do homem simples, rurícola e camponês que se vê sob esse domínio. Este sim é ator principal dessa história que ainda está sendo contada e experienciada. Nesse conto, afirma-se, ser a humanidade dos Cerrados, como tantas outras, criadora das palavras e



das ideias, de práticas e de cultura, dos saberes e dos fazeres. Esse ator local, no afã pelo direito à vida, ao lugar, à liberdade e à sobrevivência pode ser denominado de “homem sábio e louco”, como queria Edgar Morin.

Nessa empreitada, cabe ressaltar alguns conceitos e categorias que balizaram o estudo. Já citando, mesmo que de forma indireta, a importância do espaço e do lugar nessa empreitada como conceitos-chave da Geografia e do fazer geográfico. Numa atitude de rebeldia ou de ousadia, buscou-se em outras ciências um amparo, um apoio para que se pudesse debruçar sobre o sujeito da pesquisa em seu lugar de vida, *o homem do campo*.

Deles extraiu-se boa parte das postulações, características e tipologias que o trabalho apresenta. Para tanto, toma-se como noção e conceito o termo resiliência como um conforto teórico-metodológico, no âmbito da ciência geográfica, para confrontar tantos outros conceitos, ideias, posturas e sistemas. A partir da análise dos resíduos, enquanto categoria analítica surge a resiliência, circunscrita na Geografia e nas Ciências Sociais, que dão fôlego à discussão.

Vários teóricos e autores alimentaram o debate com obras clássicas das Ciências Geográficas, Sociais e do Comportamento Humano dando sustentação teórico-metodológica para esse estudo (CARLOS, 1996 e 2007; FLORIANI *et al.*, 2013; HARVEY, 2010; LEFEBVRE, 1967; MANCIAUX, 2001 e 2003; MAZUR, 2013; MENDONÇA, 2011; PACHECO, 2002; PEREIRA, 1991, 1999 e 2001; SANTOS, 2008; SANTOS, 2009; entre outros). Não só o espaço, o lugar e a resiliência com seus resíduos sustentaram a argumentação.

Porquanto, noções, conceitos e categorias como cidade e campo com seus pares urbano e rural, camponês, tempo e temporalidades, percepção, memória e representação, imaginário, território e territorialidade, bem como associações do tipo vizinhança e interdependência, cotidiano e permanência, agronegócio, desruralização e humanidades estão, ao seu modo, contribuindo com a elucidação de questões aqui propostas, como esta: *O que faz as humanidades do Cerrado goiano cercados por cana de todos os lados?* À medida que se adentrar nos textos dos capítulos serão esclarecidas as formulações conceituais e categóricas amparadas às firmes contribuições teóricas.

De início, propõe-se a metáfora da árvore resiliente, tema condutor da pesquisa.



O que essa  
imagem inspira?  
Há nela alguma  
transgressão ou  
algo de  
espetacular?  
Penso que não...  
é só uma árvore,  
diríamos.

A árvore não está  
sozinha, tem mais alguma coisa.

*Tem a natureza com seus elementos fortes e vibrantes: brisa, solos férteis, grama verde.  
Mas, de repente, surgem ventos impetuosos, tormentas avassaladoras, raios, trovoadas  
e a tempestade que chega açoitando a pequena árvore por todos os lados.  
Depois de um momento cessa o temporal. Mas, e a árvore? Ela está lá, no mesmo lugar,  
no seu lugar.*

*Talvez mais forte, viçosa e bonita!*

*Resiliente como uma árvore deve ser.*

*Arlete Mendes.*

[...] Para nós, seres da natureza e habitantes da cultura, uma árvore é tudo isto e é bastante mais. Ela é um nome, um feixe de símbolos e de significados, uma lembrança, uma tecnologia de cultivo e uma matéria de uso e proveito. Ela pode ser também uma imagem carregada de afetos. Pode ser o objeto da tela de um pintor. Pode ser um poema ou uma canção, assim como morada de um deus de uma religião, ou mesmo ela própria uma divindade que por um instante divide com um povo uma fração de seu mundo. (FIORI, 1994, p. 8)

Eis aqui um dos principais conceitos que serão abordados, a resiliência. Como a metáfora da árvore propõe, a resiliência é a capacidade de resistir às intempéries e dificuldades, voltando ao seu estado original, possivelmente, com suas raízes mais profundas e fortes. A metáfora da árvore faz-se mostrar numa dimensão maior, simbólica, representativa, revolucionária, existente e cotidiana. À luz da interpretação poética do autor, leva-se à compreensão da árvore resiliente como os sujeitos, as pessoas comuns, eu e você, um nome.

Para ele, a árvore é realeza, é arte e afeto, é o alimento, a beleza, a tragédia. É, também, morada dos homens e dos deuses, é a esperança imorredoura e a capacidade de sobreviver e se refazer, transformando-se em outra árvore. A interpretação do autor sobre a metáfora da árvore resiliente torna clara a intensão desse trabalho. O sujeito rural que faz, trabalha e se realiza na sua reprodução humana e social.

Isso porque já se sabe ao nascer que a vida decretou que a sobrevivência dos seres vivos não estaria na sua capacidade de mutação e sabedoria e sim na sua força e encorajamento. O homem tem nome, fala, cria símbolos e imagens, pensa

e tem ideias, renova, prospera. De forma anômala, também, desespera, sente dores, esmorece, lembra, chora e sente saudade. São sentimentos, sentidos e significados que marcam o conteúdo humano encarnado na história e na cultura.

Na busca por entender esse homem que faz, esse sujeito resiliente do campo e da cidade, outras categorias e conceitos serão de grande valia. Porém, o espaço é para a Geografia seu conceito maior, não obstante o é para este trabalho. Como se dá a história de um conceito? Quais elementos delineiam os conceitos teóricos e práticos? Como se apropriar de determinado conceito ou categoria numa realidade objetiva? O conceito e a categoria são os ponteiros da pesquisa. Eles dirão o onde e o como fazer as perguntas e quem irá respondê-las. Eis por que a categoria, o conceito, a ideia do ser, da *coisa*, do *ente* pode nos remeter a construções históricas, científicas, sociais, espaciais e também culturais.

De igual modo, paira em nós uma insatisfação teórica (filosófica?) no que tange ao objeto/sujeito a ser estudado. Crê-se que o manejo do teórico e do empírico vá mostrando os possíveis caminhos da pesquisa, do querer saber, do descobrir, da 'leitura' da realidade sem deixar que o teórico engesse o empírico, mas, que pelo primeiro se explique o segundo em uma investigação científica.

Num esforço ontológico na busca do saber, seria na filosofia que encontraríamos tais caminhos? A busca pela compreensão do ser, a insatisfação e crise que a ciência e a própria filosofia sofreram (e ainda sofrem) podem nos auxiliar na compreensão de questões humanas ligadas à natureza, aos mitos, à reprodução econômica e social, à cultura, à sociedade.

Como bem lembrou Oliveira (*A filosofia na crise da modernidade*, 1989), o homem percebeu que não só as coisas no mundo mudam, mas o próprio mundo muda e, por isso, a crise de 'sentido' e de 'valor das coisas'. Nesse tempo de crise, percebe-se que a relatividade aumenta, as possibilidades se multiplicam, os sentidos se metamorfoseiam e as certezas *de antes* não passam de impressões voláteis do presente e de desconfiança no futuro.

Nesse distúrbio da razão e das teorias clássicas, os conceitos e as categorias tentam, atordoados, colocar uma 'ordem', uma sistematização de ideias, de elementos e de conhecimentos para tentar ordenar a desordem da modernidade na ciência, na política, na cultura, nos modos de vida e na construção/compreensão do cotidiano. É a *contraditoriedade* da vida e do fazer humano porque o mundo é contraditório, como as pessoas que o fazem também são.

Talvez não seja demais lembrarmos a célebre frase de Marx: “Tudo o que é sólido desmancha no ar”, que não se referia a aviões se desintegrando a dez mil pés de altitude e sim a uma feliz metáfora para definir ideologias, formas de governos e modos de produção que nasceram, vingaram, desenvolveram e também ruíram como num ciclo de vida e morte quase natural e linear (começo, meio e fim). Marx imaginava que o capitalismo teria o mesmo fim, não derrotado por outro modelo – um antagonista econômico, mas findado por ele próprio numa existência dialética, autodestrutiva e contraditória.

Concomitantemente, num exercício didático, perguntaríamos: que são categorias e conceitos na ciência moderna (ou pós-moderna como querem alguns)? De forma simples podemos afirmar que as *Categorias são formas de ser, características da existência*. São elementos constitutivos de processos sociais, como percebidos por uma teoria ou visão do mundo (paradigma). De particular interesse são as categorias fundamentais, a partir das quais podem se construir categorias derivadas. Em uma teoria, as categorias da existência são cobertas / engendradas por conceitos. Lembrando que conceitos de uma teoria que não correspondem a categorias concretas são pseudoconceitos, conforme a Teoria do Conhecimento.

Desse modo, o conceito refere-se às propriedades essenciais que caracterizam um determinado grupo de fenômenos. Num nível de pensamento anterior ao conceito, a *percepção*<sup>1</sup> permitiu distinguir fenômenos individuais. Mais tarde, a ciência (ao descobrir a essência dos fenômenos), estabeleceu agrupamentos, os quais permitiram formular conceitos. Conceito, então, é uma forma superior do pensamento; uma forma abstrata e geral das características dos fenômenos da realidade, uma elaboração da consciência.

Assim, as categorias são formas de conceito porque também refletem as propriedades essenciais dos objetos, dos fenômenos. Mas não é a mesma coisa. Enquanto o conceito se refere a um fenômeno ou a um grupo maior ou menor de fenômenos, a categoria é universal, está em todos e em cada um dos objetos que abrange, não se limitando a um fenômeno ou a um grupo desses. De fato, a passagem do pensamento do nível de conceito para o de categoria filosófica foi

---

<sup>1</sup> Diz-se de *percepção* a capacidade humana que descobre os fenômenos materiais, sem chegar à essência, fazendo uso dos mecanismos sensoriais (OLIVEIRA, 2001).

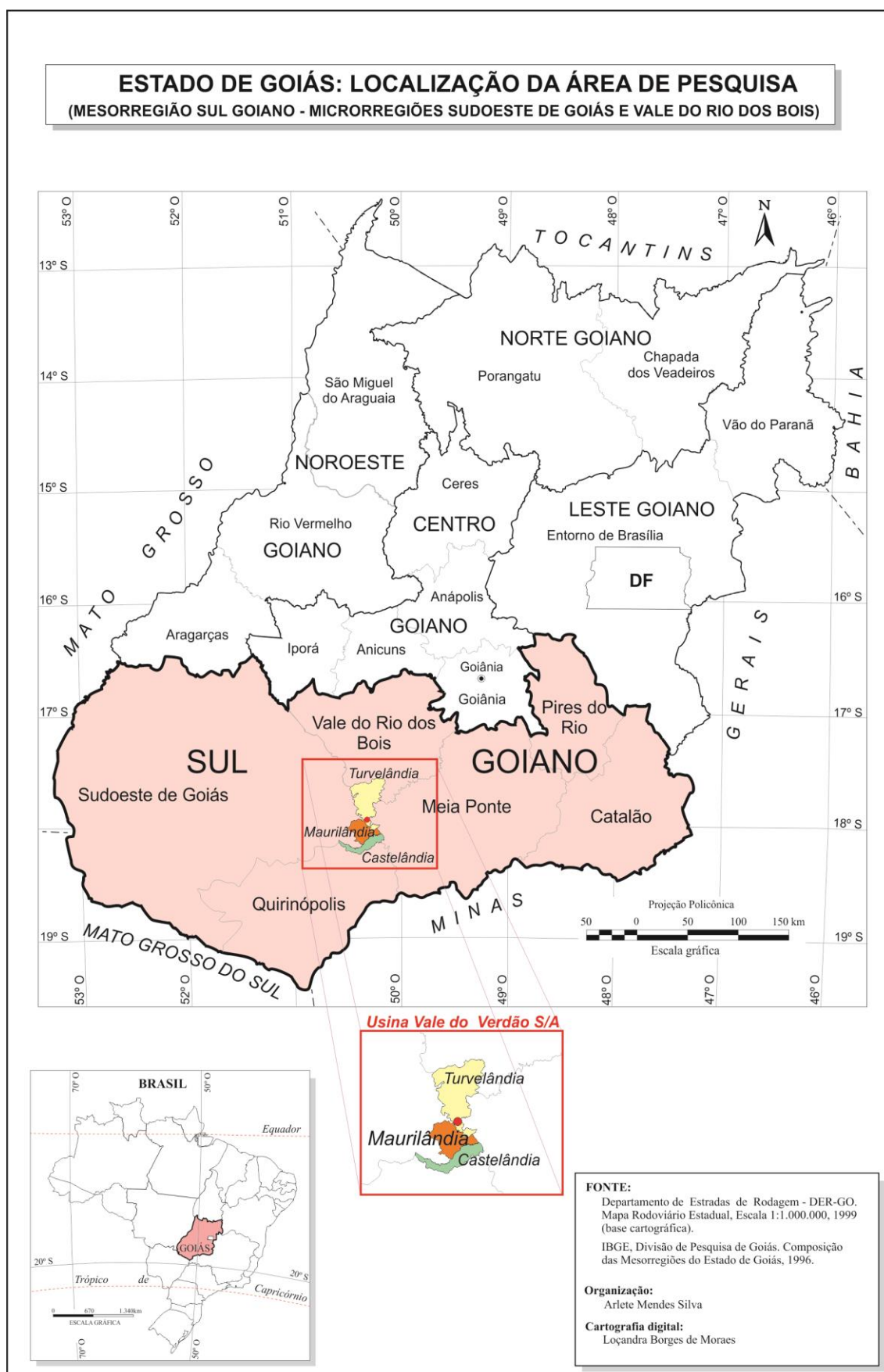
demorada, representando um desenvolvimento, uma evolução do pensamento intelectual do ser humano.

Existem categorias filosóficas e categorias científicas que são categorias próprias de cada ciência, configurando um tipo de conhecimento científico. As categorias filosóficas refletem as propriedades essenciais, universais e comuns a todos os objetos, fenômenos, coisas. Por exemplo: todos os objetos possuem “espaço”, “contradição”, “tempo”, “essência”, “realidade”, etc., que são categorias filosóficas. Desse modo, o conhecimento se dá como um processo de penetração infinita na essência dos fenômenos que têm uma perspectiva ou um movimento do inferior para o superior, do simples ao complexo.

De fato, pensando e refazendo a longa estrada que marca a *purificação das categorias* com o passar dos tempos histórico e científico, tem-se, como exemplo, a cultura: uma categoria que carrega consigo múltiplos signos, significados, significantes... num dado espaço e tempo. Por isso, se consegue identificar, em muito do que se lê, pensa e diz, as ‘marcas’, formas decodificadoras de imagens, memórias e realidades num constante decifrar e interpretar de culturas numa diversidade de conceitos que lhe dão sustentação (HERDER *apud* WILLIAMS, 1992). Não obstante, a **cultura** enquanto categoria científica, entendida no sentido *stricto sensu* da academia e, também, no macro (e não poucos *modos de cultura* existentes ‘lá fora’) se verifica na premissa: a cultura sempre teve significados diferentes, mesmo sendo a mesma coisa! Verifica-se que a categoria filosófica se torna científica adquirindo múltiplos significados, portanto, vários conceitos; dependendo do fenômeno, se dá a abordagem teórica.

E mais, nos diferentes universos e sistemas simbólicos, a **Cultura** ‘traduz’ da *natureza* para a *coisa* o processo construtivo dos grupos humanos – sociedades – em *feixes de significados!* Coisas que a humanidade produz e consome: a ‘civilização’ (categoria universal) material juntamente com as representações coletivas (categoria filosófica) dos grupos sociais. Num processo de invenção e acumulação do conhecimento. Daí a sentença: *o tempo muda as formas, mas, as bases são as mesmas.*

No momento, far-se-á necessária a identificação e localização da área de pesquisa que acolhe a temática apresentada e os pressupostos epistemológicos que seguiram o objeto desse estudo. Esse espaço de formas e conteúdos ímpares define o recorte espacial e temporal da pesquisa.



**Figura 1:** Estado de Goiás – localização da área de pesquisa.  
**Fonte:** DERGO (1999); IBGE (1996).

A Região Centro-Oeste é uma importante área de produção agrícola do país. Nela, o Estado de Goiás vem adquirindo *status* como importante produtor de cana-de-açúcar. No Cerrado goiano, constata-se hoje (2014) uma grande concentração de novas e antigas usinas sucroalcooleiras instaladas ou em processo de instalação no centro e sul goiano, cujo incremento vem se dando desde 2005 (CASTRO *et al.*, 2007).

De forma sistemática, a estatística e os dados desenham virtualmente o lugar e a região com precisão absoluta, contribuindo para a análise e interpretação socioespacial. Entretanto, sem querer questionar a veracidade dessas informações, ao contrário, com base nelas, verifica-se o aumento da área ocupada com a cultura da cana em detrimento da produção agrícola de grãos que era, em larga escala, produzidos nos Cerrados.

Devido à intensidade da dinâmica de uso e cobertura da terra, no sudoeste goiano insere-se, além dos recursos naturais dos Cerrados, o trabalho humano sobrando das lavouras mecanizadas que fizeram dessa região, cenário ideal para o desenvolvimento da agroindústria da cana principalmente após a década de 1960. A boa oferta de solos hidromórficos, as veredas, o relevo pouco ondulado e as condições climáticas ajudaram a aceleração da metamorfose do Cerrado de Goiás, transformando espaços de pequenas, médias e grandes propriedades em extensas paisagens homogêneas de cana promovidas pelas empresas rurais do setor sucroalcooleiro.

Como parte desse contexto de expansão e desenvolvimento de usinas da monocultura canavieira, o município de Maurilândia está inserido no sentido de apropriação e uso de terras goianas para sua expansão. Com maior ênfase no Centro Sul do Estado, a cana não respeita limites territoriais e regionais. Essa cultura agrícola, comercial e industrial faz sua própria regionalização com critérios extremamente direcionados ao capital agroindustrial.

Maurilândia localiza-se na Microrregião do Sudoeste de Goiás. Sua população em 2010 foi estimada em 11.516 habitantes, com densidade demográfica de 29,24 hab./km<sup>2</sup>, numa área de 393,793 km<sup>2</sup>, de acordo com dados do IBGE. Faz limite com Rio Verde ao oeste, com Santa Helena de Goiás e Turvelândia ao norte e com Castelândia ao leste. Esta área compreende, também, os limites desse estudo, representando interesses da Usina Vale do Verdão S/A de Açúcar e Álcool se apresenta como *central core* da pesquisa, conforme o mapa de localização acima.

São dados extremamente importantes para que uma região, espaço e lugar sejam deflagrados como importante área de estudo e pesquisa. Ainda mais pela urgência de se dar a conhecer os recônditos metamorfoseados pela agroindústria canavieira nos Cerrados de Goiás.

Não foram poucos os motivos e as motivações que fizeram alavancar esta pesquisa. A preocupação com o campo e com os sujeitos que nele vivem sempre fizeram parte de estudos e produções científicas da autora. Como personagem real, a autora desse estudo vivenciou importantes momentos da vida rural no interior dos Cerrados de Goiás, inclusive com a chegada do novo e insurgente.

Especificamente em Anápolis, distante cinquenta quilômetros da capital Goiânia, a chegada deste “estranho” (novo personagem) em terras goianas, a Base Aérea de Anápolis, no ano de 1973, fez com que uma grande área de terra fosse expropriada, com retirada imediata dos camponeses que ali viviam. Essa foi a experiência real de pesquisa com a vivência de ser expulso ou retirado de sua própria terra, do seu lugar, já nos idos da década de 1970, com ressonância até nos dias atuais.

Por isso, a afirmação segura: não há processo migratório entre campo e cidade sem que ocorram traumas, medos, perdas e transformações. Desde há muito, esses mesmos sentimentos e situações são vivenciados, tanto pelos migrantes de ontem como pelos de hoje. Este contraste físico do espaço rural de ontem com o da atualidade não é o único. Há outros contrastes profundos impregnados em sentimentos, elementos da natureza, cultura travestida em utensílios domésticos e de trabalho na roça, paisagens bucólicas, agrícolas que, muitas vezes, reproduzem a própria natureza, de pasto com o gado criado solto e o movimento do lugar.

“Ambos os tipos de sebe – ali sobre uma plataforma, aqui brotando do chão plano ou ladeando uma vala, juntamente com os carvalhos e azevinhos, os olmos e pilriteiros que as acompanham, tudo isso foi visto, plantado e cultivado pelo homem”, rememora Raymond Williams (2011, p. 14-15) nos versos traspassados de nostalgia e memória da infância no campo. *Não se esquece tais momentos!* Não se apagam das lembranças, mesmo que os sabores, trabalho pesado nas lavouras, na horta e na roça tenham deixado marcas no rosto e mãos dessas pessoas; muito mais tiveram suas vidas marcadas pela saudade, pelos tempos idos e pelas oportunidades vividas ou deixadas de viver.



Bem se sabe que os processos históricos de penetração do interior do Brasil marcaram grandes e pequenas intervenções e em Goiás não foi diferente. Especialmente no Cerrado, o ciclo do ouro e do gado, as grandes lavouras e projetos de infraestrutura e estratégia político-militar (caso da Base Aérea de Anápolis) redesenharam o campo e impulsionaram o nascimento e crescimento de pequenas cidades (PRADO JR, 2008; SANTOS, 2008).

Esses processos “criadouros de paisagens urbanas e rurais, na medida em que são viabilizados pelo capital”, alteram as formas, mesclam conteúdos e provocam mudanças, em vários níveis do tecido sociocultural (SANTOS, 2008, p. 55). No Cerrado o que muda é a conjuntura socioeconômica, alguns personagens e os motivos, ‘justos’ ou não, para que o campo seja, novamente, usado e apropriado sob ditames do capital e pelas políticas (pouco) públicas comandadas pela mão forte do Estado.

Um querer saber sempre foi motivação para a leitura, estudo e pesquisa no grande leque que a Geografia oferece. Assim, foi pela Geografia Cultural que se vislumbrou a oportunidade de fazer da história vivida e do espaço e tempo passados matérias de estudo e objetos de pesquisa. A Geografia abriu portas para que se pudesse revisitar o campo, as origens, os fazeres e saberes que são deles, que já foram de outros e também nossos. Estão guardados na memória e na cultura do homem do campo que nunca deixa de ser parte dele.

## A URDIDURA DO CAMINHO E O ENTRETECER DE UM PESQUISADOR

Poderia aproveitar esse espaço introdutório para falar de grandes feitos científicos, teorias e métodos espetaculares de renomada contribuição para as Ciências Sociais e para a Geografia. No entanto, a opção foi falar sobre humanidades, pessoas comuns e ordinárias em espaços também comuns. Falar sobre a autora da pesquisa e a urdidura no caminhar da pesquisa.

A arte de observar e de querer saber, inquirir sobre pessoas e seus lugares deu impulso e fôlego nessa empreitada. Falar do lugar rural, aquele do qual tantos

saíram pelos mais diferentes e mesmos motivos fez desse estudo uma motivação particular. Era um descobrir e recontar sobre “coisas” e “lugares” já vividos. Além disso, são muitos os motivos reais e genuínos que fazem do geógrafo um ser que perscruta, pensa, observa, vê não com olhar comum, mas com olhar de águia guardião dos espaços, da vida e das pessoas.

Assim, amparado por motivos geográficos, sociais, culturais e pela atual demanda por áreas que possam agregar às imensas lavouras de cana e disseminar essa monocultura Cerrado adentro, é que se faz urgente e necessário esse tipo de pesquisa numa abordagem atual, teoricamente embasada na ciência geográfica e nos seus pressupostos metodológicos.

A realidade histórica, porém, é surpreendentemente variada. A “forma de vida campestre” engloba as mais diversas práticas – de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais -, e sua organização varia da tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifúndios e plantations às grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais. (WILLIAMS, 2011, p. 11)

Raymond Williams consegue sintetizar o campo em dias de densos processos e projetos modernizantes e globais numa releitura histórica e extremamente atual. Por certo seja verdade que a história é um repetir solidário de fatos e eventos. E, são os eventos que marcam, fortemente, a vida das pessoas e dos lugares. Por isso (e por tudo), este trabalho tem o objetivo principal de **compreender a resiliência socioespacial como processo de valorização humana e espacial no que tange à existência (resistência) e coexistência dos sujeitos nos lugares invadidos pela cana no Cerrado goiano e nas cidades rurais**. Para tanto, alinham-se a esse, outros objetivos:

- Compreender as metamorfoses socioespaciais provocadas pelo setor sucroalcooleiro no Cerrado goiano;
- Identificar e analisar as estratégias da agroindústria da cana no uso dos recursos naturais e rurais;
- Relacionar e entender a interdependência e vizinhança entre a cidade rural, a Usina Vale do Verdão S/A e sua área corede influência no sudoeste goiano;

- Caracterizar o uso e apropriação do espaço urbano e rural do município de Maurilândia e entorno pela usina;
- Identificar e descrever as mutações, movimentos e espacialidades da cidade rural como *lócus* de ação do capital agroindustrial;
- Entender como vivem as humanidades do/no Cerrado goiano em seu cotidiano após o advento da monocultura canavieira.

Diante desses objetivos, tem-se a problematização da pesquisa num conjunto de questões proponentes: Quais são os lugares, as condições de vida e trabalho dos sujeitos rurais da cidade de Maurilândia e entorno na conjuntura socioespacial transgredida e apropriada pela agroindústria canavieira? Quais as implicações sociais e espaciais dada a dinâmica e movimento do capital sucroalcooleiro no Cerrado goiano e a coexistência das humanidades em lugares territorializados pela cana? Nessa perspectiva questionadora, têm-se outras problematizações:

- O que tem sido des-re-territorializado nos Cerrados goianos pelo capital sucroalcooleiro?
- Quais os conteúdos naturais e culturais (agora também econômicos) entretecidos nos “lugares da cana”?
- Como se dão as representações sociais, as imagens e imaginários dos sujeitos locais frente ao advento da monocultura da cana em seu *espaço de vivência*?
- Qual a lógica das *coisas* e dos homens nas mutações do espaço rural cercado pelos canaviais?

Em função de atender aos objetivos propostos e os questionamentos levantados na forma de problematização da pesquisa para que fossem alcançados resultados profícuos, optou-se pela centralidade metodológica da pesquisa em que o pesquisador pudesse estar em contato direto com os sujeitos do lugar pesquisado.

Amparada nessa premissa, a pesquisa se deu a partir da mescla do método qualitativo e relacional, tendo o sujeito local como agente no processo de transformação socioespacial. Além disso, “o território é relacional, no sentido de incluir processos sociais e espaço material, mas também é movimento, fluidez” (ALMEIDA, 2009, p. 166), e é nessa compreensão que se baliza esse estudo.

Após revisão da bibliografia pertinente, com teorias da Geografia e ciências afins e com leitura e estudos de trabalhos relacionados à perspectiva cultural da Geografia e de literatura correlata ao campo e aos modos de vida rural, bem como de pesquisas semelhantes que abordavam as transformações no campo e na cidade, provenientes de eventos do agronegócio, empreendeu-se sistematização teórica sobre os modos e meios de vida de comunidades rurais, de paisagens e territórios da cana, do espaço e lugar rural, entre outros assuntos pertinentes à temática escolhida para análise.

As incursões em campo foram de substancial importância. Elas aconteceram entre os anos de 2011 a 2014 na região sudoeste do Estado, especificamente na cidade de Maurilândia e entorno. Como, também, foram conhecidas outras realidades cerradeiras em Goiás e no Triângulo Mineiro por meio de atividades de campo e pesquisa junto ao Laboratório de Geografia Cultural e Turismo (LAGECULT) do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação e companhia do Prof. Dr. Rosselvelt José dos Santos.

Das cinco incursões em campo eram, em média, destinados dois a três dias para estudo da área, agendamentos e visitas às instituições públicas, privadas e não governamentais. Nessas visitas, empreenderam-se conversas informais com sujeitos locais e, principalmente, as “visitas de compadre” que foram realizadas em pequenas e médias propriedades rurais da região. Na oportunidade, procurou-se ouvir, observar e participar do cotidiano desses sujeitos com o objetivo de abstrair seus modos de vida, cultura, costumes, visão de mundo, desejos, medos, angústias e saber sobre sua condição enquanto sujeitos que vivem nos *lugares da cana*.

Regadas a pão de queijo e cafezinho, outras vezes com um “taco” de rapadura com queijo ou requeijão e até sugestão de experimentar da “cachaça” goiana, além de caminhadas pelas pequenas plantações e pomares saboreando as frutas do Cerrado, deram-se as conversas e trocas entre *sujeito* e *sujeito* da pesquisa. Isso porque no encontro do “eu” com o “outro” ambos se mostram, se desnudam se complementam, se espelham na alteridade, porque somos diferentes na semelhança de sermos os mesmos seres humanos, não importando nossa origem socioespacial.

Portanto, objeto e sujeito da pesquisa parecem improváveis nesse trabalho, haja vista a relação de reciprocidade estabelecida com quem vive e com quem quer saber como se vive no espaço do agronegócio em Goiás. Nos trabalhos de campo, o

foco foram pequenas e médias propriedades localizadas na Bacia Hidrográfica do Rio Verdão (Rio Verde), municípios de Maurilândia, Turvelândia e Castelândia - Goiás e nas respectivas áreas urbanas. Nesses lugares, a 'leitura' socioespacial se deu pela observação direta, indireta, realização de entrevistas e coleta de depoimentos com foco principal na realidade dos sujeitos da pesquisa: **moradores da área rural e urbana próximas à Usina Vale do Verdão de Açúcar e Álcool S/A.**

As incursões em espaço rural foram precedidas de visitas às instituições que, de alguma forma, se relacionam à produção e desenvolvimento agropecuário nos municípios da área de pesquisa. Algumas instituições visitadas são vinculadas ao governo do Estado ou dos municípios. Além das instituições públicas, visitou-se, também, entidades privadas, agregando a essas, outras poucas unidades do terceiro setor (Agência Rural, Sindicatos de trabalhadores rurais, Prefeitura dos municípios nas secretarias de agricultura, educação, planejamento; grupos de artesãos locais e pequenas comunidades de produtores de hortifrutigranjeiros dos municípios).

Na pesquisa, buscou-se conhecer, identificar, relacionar, dimensionar e analisar o contexto da produção canavieira local e os modos de vida das pessoas das áreas rural e urbana do município de Maurilândia/GO e entorno, cercados pelas lavouras de cana.

Durante a pesquisa foram realizadas entrevistas em meio à conversa informal para depois ser solicitada aos interlocutores a gravação em áudio dos depoimentos e a possibilidade de fotografar as propriedades rurais. Outros informantes, representantes das instituições, foram somente entrevistados.

Quando possível, realizou-se mais de uma visita nas propriedades, a fim de promover vínculos de cordialidade, credibilidade e desejo em participar da pesquisa que abordaria seus modos de vida num espaço territorializado pela lavoura canavieira.

Nesses encontros buscou-se participar de momentos e rotinas da propriedade rural, além de eventos religiosos e festivos das comunidades rurais do campo e da cidade de Maurilândia, embora não ocorram com frequência. O relato oral foi o método principal adotado pela pesquisa enquanto metodologia de coleta de dados e informações dos atores locais.

A escuta dos relatos e histórias de vida foram anotadas, gravadas (com a devida autorização dos participantes – anexa) para depois serem transcritas de forma literal nos textos desse estudo. Vale ressaltar que as falas dos sujeitos da pesquisa foram evidenciadas no texto por *itálico*, com recuo de parágrafo e fonte com tamanho 10, para que se mantivesse a fidelidade ao que fora dito e como fora dito.

Os relatos, histórias e experiências contadas e compartilhadas nos vários encontros com os sujeitos locais no campo e na cidade capacitaram grande parte da escrita dessa Tese. Não fossem as pessoas do lugar, tal empreendimento jamais teria êxito. Pois, a teoria e o método científico não falam por si, é necessária a participação dos sujeitos que comprovam ou refutam os postulados teóricos e metodológicos.

Por isso o campo, a prática de pesquisa deve ‘movimentar’ a teoria e não se deixar engessar por ela. Para que isso ocorra, tem que se permitir ouvir, observar, entrar em contato com o “mundo” do outro, dos estabelecidos e também dos *outsiders* (pessoas do lugar e também aqueles que vêm de fora) (ELIAS, 2000).

O relato de experiência é uma forma de coleta de dados e de informações que compreende todo um conjunto de atividades tomadas como fonte para compreensão do passado e do presente dos atores locais. Os fragmentos, as marcas nas pessoas e no lugar dizem muito da história e do presente que se faz história no futuro.

Concomitantemente, as imagens (fotografias) e documentos garimpados nas entidades públicas municipais e outros tantos achados de fontes primárias e secundárias formaram o escopo material e visual desse estudo. Nesse ajuntamento de informações está inscrito muito dos sujeitos locais, das imagens, situações e outros tipos de registro que conduzem as “conversas”, “entrevistas” e “depoimentos” dos grupos pesquisados.

Ressalta-se que o “produto” da pesquisa por meio de relatos orais é direto (sem mediadores); resultado do contato pessoal entre as partes que se integram num mesmo processo de apreensão da realidade que se estuda e que se objetiva compreender. Esse método viabiliza o exame das *experiências* que se alojam em fantasias, no imaginário, nas ilusões e interditos comuns aos discursos objetivos e pessoais.

Como resultado desse método prático de campo, juntou-se rica documentação dos processos cognitivos, perceptivos e de representação dos sujeitos frente à realidade vivenciada, permitindo compreender como os indivíduos experimentam e interpretam acontecimentos, eventos, situações novas em seus modos de vida e de um contexto mais amplo da sociedade com a insurgência do capital agroindustrial sucroalcooleiro nas mutações socioespaciais.

Isso torna o estudo das experiências vividas mais concreto, aproximando temporalidades e espacialidades das pessoas do lugar. As entrevistas e os depoimentos foram realizados num universo de pesquisa de sessenta sujeitos e/ou grupos sociais. Isto porque, dadas as condições do momento, pouco se fez entrevistas de forma individual. Cada “sujeito” pesquisado tratou-se, na verdade, da família, de grupos de trabalhadores, de funcionários de uma determinada instituição, grupos de maurilandenses urbanos de origem rural ou não.

As conversas, as entrevistas e os depoimentos foram realizados de forma conjunta como um bate papo informal, previamente estruturado<sup>2</sup> e pautado. Do universo apreendido pela pesquisa em campo, foi possível identificar três categorias de sujeitos locais e/ou três grupos de sujeitos: sujeitos do/no lugar, temporários do lugar e fora do lugar (Capítulo 1).

Essas categorias deram origem a outras tipologias de sujeitos locais que balizaram toda a discussão até serem “amarradas”, teórica e metodologicamente. Outras tipologias de sujeitos foram discutidas, como: os estabelecidos e os *outsiders*, os “de dentro” e os “de fora”, sujeitos do campo e da cidade e grupos de sujeitos com fator de resiliência alto, moderado e baixo, conforme as características elementares de cada grupo.

Os resultados da pesquisa foram demonstrados em textos críticos e dissertativos, no uso de gráficos, tabelas e quadros que evidenciaram dados quantitativos e qualitativos pesquisados. Os mapas, fundamentais para a espacialização do objeto e sujeito da pesquisa, bem como a área e espacialidades estudadas foram confeccionados.

As fotografias que traduziram de forma aproximada a realidade local, além dos depoimentos e falas dos atores que molduraram com êxito esse estudo sobre as *humanidades cerradeiras*, correspondem à parte dos resultados diretos das

---

<sup>2</sup> Os modelos do roteiro de entrevista dessas categorias estão no final deste trabalho.

incursões em campo. Em consonância ao que foi dito e ao que os textos distribuídos em capítulos ainda vão dizer, tem-se a estrutura da Tese distribuída em seis capítulos mais a introdução e as considerações finais.

No primeiro capítulo, “Metamorfoses socioespaciais: agroindústria canavieira no Cerrado goiano” buscou-se contextualizar a conjuntura de desenvolvimento da cultura canavieira, as metamorfoses espaciais e sociais advindas da forma do monocultivo agrícola da cana. Apresentou-se síntese da evolução canavieira em terras goianas com ênfase nas políticas públicas de incremento para o setor sucroalcooleiro desde o surgimento do PROÁLCOOL (1975), denotando os eventos que marcaram tempo e espaço desse processo. Também, nesse capítulo vislumbrou-se, mesmo que de forma iniciante, alguns achados da pesquisa quando se adentra nas especificidades do lugar, Maurilândia/GO, no contexto da lavoura canavieira. Os sujeitos (interlocutores da/na pesquisa) são apresentados e identificados por grupos tipológicos por conta de características socioeconômicas e culturais em relação ao campo e à cidade. Em seguida, apresenta-se a Tipologia dos Sujeitos Locais com relevância na percepção, memória e lugar na representação e imaginários dos atores locais.

O capítulo dois identifica e discute “As estratégias da usina sucroalcooleira no uso dos recursos naturais e rurais: apropriação e tensões” numa visão de conformação, uso e apropriação do espaço pela ação do capital usineiro. Os meios e modos pelos quais foram se agregando ao espaço produtivo da usina outras áreas anteriormente cultivadas com agricultura tradicional de produção de alimentos e criação de gado de forma extensiva foram sendo agregados à área de monocultura canavieira. Tem relevância a reflexão que se faz sobre a Terra como bem fundante, como sustento e vida para o camponês e, também, como extensão geográfica para ampliação do cultivo de cana pela usina.

Nesse contexto, aparece a estrutura fundiária brasileira e as suas disparidades espaciais, bem como mecanismos de apropriação territorial pela cana no Cerrado goiano. A preocupação com o ambiente e com os recursos naturais (e rurais) com o crescimento do agronegócio fecha esse bloco de discussão.

A temática do capítulo três discorre sobre a “Interdependência e vizinhança: cidade rural, Usina Vale do Verdão S/A e sua área core de influência” e conduz a uma interessante constatação: o capital agroindustrial ‘cria’, a seu gosto e mediante suas necessidades, uma regionalização particular. Aqui, identificada como Área



Core Vale Verdão (ACVV) mostra essa espacialidade numa região aberta à expansão canavieira. As relações de vizinhança e interdependência entre os sujeitos locais, a cidade e a usina merecem destaque.

O capítulo quatro, “Usando o espaço “do outro” – a usina no rural e no urbano, no campo e na cidade” abre a discussão sobre as temporalidades díspares entre esses atores locais: a cidade, a usina e os sujeitos locais. Levanta a possibilidade de **desruralização** do campo em função da expansão do agronegócio. A importância dos sujeitos locais, os “trabalhadores da cana”, nesse estudo está no item que discute sobre processos de migração, exploração e expulsão desses sujeitos dos espaços “reservados” ao agronegócio da cana.

Continuando a falar sobre os sujeitos locais, pontua-se a reflexão a respeito dos maurilandenses em relação aos migrantes regionais e inter-regionais que vão para a cidade e travam luta ferrenha em busca de identidade, pertencimento e reconhecimento. Isso se dá na compreensão analítica dos sujeitos em dois grupos distintos: os estabelecidos e os *outsiders*.

“A cidade encurralada: mutações, movimento e espacialidades” corresponde ao capítulo cinco deste estudo. O objetivo dessa reflexão é compreender e identificar as transformações e movimentos que metamorfoseiam espaços de vida das pessoas. A cidade, na porção rural e urbana, passa a ser “cenário” e base estrutural para o crescimento e desenvolvimento das atividades agrícolas ligadas ao setor sucroalcooleiro.

Na contradição entre local e global, discute-se a existência do lugar e da cidade rural inserida na lógica capitalista dominante e mundializada. O sujeito e suas especificidades estão presentes em toda análise, mas com mais pujança nos último item, sobre as ruralidades e urbanidades locais no redimensionamento do vivido.

No capítulo seis, tem-se a contribuição mais expressiva e particular do autor concernente aos achados da pesquisa que, em boa medida, contribuirão com a construção/mediação da investigação científica pelo viés da Geografia. “Do cotidiano, o resíduo. Da resiliência, a possibilidade prática da contradição” traz em seu escopo a gama de informações, dados coletados, tratados e transformados em características que corroboram para o entendimento tipológico da categoria de sujeitos locais destacados na pesquisa.

Foi um esforço de evidenciar quem são, como são, onde vivem, como vivem, bem como estão inseridos na dimensão capitalista do agronegócio da cana pelas

mãos firmes da agroindústria canavieira. Os resíduos como conceito aplicado à pesquisa e ao cotidiano formaram a sustentação para se pensar a resiliência na Geografia. A noção de sujeitos resilientes foi amparada pelo espaço e lugar na perspectiva geográfica que fundamentou o entendimento desse processo, possibilitando que se desenhasse o *quadro das resiliências socioespaciais dos sujeitos locais na cidade rural* de Maurilândia e entorno, espacializadas no Cerrado do sudoeste goiano.

Dessas emanções surgiram três fatores e/ou níveis de resiliência socioespacial: alta, moderada e baixa.

Por fim, têm-se as “Considerações finais - vivências (des) conhecidas: as humanidades no/do Cerrado”, um texto que não “fecha” ideias e nem se apressa em conclusões. Apenas dá brecha para novas discussões e reflexões sobre o tema no arcabouço geográfico. O que se fez, ao contrário, foi elencar algumas provocações sobre as condições atuais das humanidades no Cerrado goiano na perspectiva de vida e trabalho, para que se sucedam novas abordagens. Por isso, propõem-se apontamentos para continuação de pesquisas que possam dar conta da difícil e controversa tarefa de compreender e contribuir com a vida humana nos Cerrados no contexto de crescimento exacerbado do agronegócio em Goiás. Daí a *pergunta que se pergunta*: e o lugar das humanidades nesse conjunto de sistema e estruturas, de objetos e ações no espaço, onde está?

## DA GÊNESE EM BUSCA DE UMA TESE: TRAVESSIAS E ENCONTROS

Pensar o debate metodológico em Geografia nos coloca, pelo menos, diante de duas questões básicas: primeiro, as discussões sobre o fazer geográfico, enquanto experiência do pesquisador no mundo, reveladora dos profundos sentidos da interpretação dos fenômenos socioespaciais, ou, em suma, as bases metodológicas dos trabalhos de campo e o papel do geógrafo em suas questões de pesquisa; segundo, as considerações epistemológicas que orientam a presença e ação do pesquisador, ou seja, toda a orientação teórico-conceitual que ganha (dá) vida (à) com a pesquisa de campo.

Neste trabalho de Tese de Doutorado procurou-se vivenciar esses momentos e construir, lentamente, essas bases teóricas e metodológicas, bem como o entretecer de um pesquisador na/da ciência geográfica. Assim, essas questões fundiram, revelando os sentidos políticos, existenciais e epistemológicos do trabalho de campo em Geografia. O encontro e o embate com o território dos atores hegemônicos contrastando com as pequenas territorialidades cercadas pela cana aguçaram, ainda mais, o senso de pesquisador e do querer saber para conhecer a realidade próxima e distante que se apresenta nos lugares com implicações severas na vida de quem pesquisa e procura.

Sabe-se que o trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas (LACOSTE, 2006).

É assim que esta pesquisa tem algo que se apegua à “pesquisa participante” (BRANDÃO, 1981): não somente como uma ferramenta de pesquisa, mas como uma postura, na compreensão da maneira diferente de se conceber o fazer científico, de (re)contar uma história. Sabendo que uma das premissas desse tipo de pesquisa é a de que o pesquisador influencia e é influenciado pelos sujeitos pesquisados, corre-se esse risco numa aproximação teórico-metodológica e dialógica com os interlocutores da pesquisa.

Desde as tradições positivistas até as perspectivas etnográficas, para citar duas perspectivas inspiradas por contextos (e propósitos) diversos, o cuidado da não intervenção no “objeto” de estudo revela a ideia de que assim como as coisas possuem uma essência – uma verdade própria – os grupos sociais também, muitas vezes referenciadas como cultura. Talvez tal concepção nos leve não só a uma idealização de grupos sociais concisos e carregados de essência própria, como também a uma atitude não dialógica.

Alisam-se os conflitos, escurecem-se as contradições às quais os grupos sociais vivenciam e muitas vezes resistem (resiliência socioespacial). Escamoteiam-se as possibilidades de uma ciência que se compromete que se pretende construtora de um mundo de outra maneira. Esse é o caminho para uma “geografia imaginativa” (RATTS, 2003), que na busca pelo exótico, esquece-se do diálogo enquanto experiência compartilhada.

O deslocamento em direção aos sujeitos locais de Maurilândia e entorno, no campo e na cidade, não pode se enquadrar na geografia imaginativa que busca o exótico, o isolado, o diferente absoluto, situado nos confins. Há que se perseguir a engenhosidade da relação, da alteridade, da construção e da interação com o “outro”, que nem sempre é o diferente para, à *posteriori*, poder representá-lo.

A pesquisa é uma construção, afinal, a “ciência não descobre, cria [...]” (SANTOS, 1987, p. 52), sendo as sínteses e articulações resultados das mais diversas leituras, vivências e encontros do pesquisador durante o processo de pesquisa. Conforme Santos (1999) e Santos *et al.* (2008), as incursões em campo, por meio da pesquisa e dos objetivos da ciência geográfica, impõe-se como

pesquisas desenvolvidas que têm apresentado contribuições para o entendimento das relações socioespaciais produzidas pelos grupos sociais e com isso temos enriquecido o entendimento, por exemplo, das formas de uso do solo, do meio ambiente, dos aspectos socioculturais, dentre outros. É importante lembrar que a proposição de um trabalho de campo ou visita técnica, procedimento que permite a leitura direta e enriquecedora das tramas sociais que ocorrem no lugar, paralelamente ao desenvolvimento de atitudes, revela, para sua realização, uma série de decisões práticas que muito dependem das experiências do pesquisador. Desse modo, o campo é um recurso muito importante e útil para a academia desvendar as lógicas sociais que operam em cada lugar. (SANTOS *et al.*, 2008, p. 13)

Percebe-se que o trabalho de campo não se limita apenas a ouvir as pessoas; ao sentido que elas dão às coisas; ao terminado. A importância do empírico é promover contato e a análise voltada para as tendências de interpretações que os pesquisados promovem do mundo, num movimento dinâmico orientado pelas determinações sociais do seu lugar (SANTOS, 1999).

No decorrer desse trabalho, foram muitos encontros, travessias e recomeços. Muitos anoiteceres e amanheceres escrevendo, pensando, lendo, revendo textos, falas, depoimentos. Dias (e noites) passados à frente do computador ladeado por livros e textos não diminuía o desafio de construir uma tese; só aumentavam a responsabilidade de retratar, através da escrita, um mundo outro, de ‘outros sujeitos’ daqui e de outros lugares. Até que se deu o trabalho que se apresenta sobre tantos sujeitos, sobre nós mesmos e sobre o lugar de cada um na trama da vida, que é nossa, porque é nosso o espaço que também é do outro.

## CAPÍTULO I

### **METAMORFOSES SOCIOESPACIAIS: AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA NO CERRADO GOIANO**

*Quem é você? De onde vens? Até aonde pretendes ir? Para quem você trabalha? Mas, assim?!... tão perto de casa? Por que aqui, e não em outro lugar? Sua grandeza parece um mar no Cerrado. Suas mãos gigantescas e automáticas subjagam a todos, expõe-nos à realidade migrante. Responda, por favor, quem és?*

*Devaneios sobre o lugar reterritorializado pela cana nos confins do Cerrado Goiano.*  
Arlete Mendes

#### **1.1 PELOS CANAVIAIS DO BRASIL: DA CULTURA LITORÂNEA À AGROINDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA**

No Brasil de hoje (2014), a agroindústria canavieira e a produção de biodiesel ocupam destaque no cenário político e econômico. É notícia constante nos meios de comunicação e pauta importante nos centros de estudos avançados de pesquisa. Apontadas, também, nos índices de produtividade agrícola e na produção energética oriunda de usinas ladeadas por imensas monoculturas de cana-de-açúcar.

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) no “Quarto Levantamento de acompanhamento da Safra Brasileira de Cana-de-açúcar 2012/13” as áreas em produção da cultura da cana mantém progressivo aumento. Nota-se um menor ritmo em alguns estados da Região Centro-Oeste e Sudeste. Entretanto, estados como Mato Grosso do Sul, São Paulo, Goiás e Mato Grosso continuam apresentando maior acréscimo de áreas na parcela de colheita para a indústria: 61,8 mil hectares; 49,4 mil hectares; 47,5 mil hectares e 15,5 mil hectares, respectivamente (CONAB, 2013).

Conforme parecer técnico da CONAB (2013), o crescimento dessas lavouras tem íntima relação com as novas usinas inauguradas recentemente e na expansão da área de unidades mais antigas. E, ainda, a maior parte das usinas encerrou a moagem da temporada passada antes do período normal, o que deu à cana-de-

açúcar um período maior de desenvolvimento para esta safra. Outro fator importante para o resultado positivo da produção é a condição climática favorável que eleva o índice de produtividade às principais áreas produtivas do Brasil, o centro-sul, com garantia de boas safras para o semestre seguinte.

Em se tratando de área plantada, calcula-se que o cultivo da cana-de-açúcar colhida na safra 2012/2013 (CONAB, 2013), destinada à atividade sucroalcooleira, foi de 8.485,0 mil hectares, distribuídos em todos os Estados produtores, conforme suas características. Em destaque, continua o Estado de São Paulo como maior produtor, com 52,07% (4.419,48 mil hectares); seguido por outros Estados como Goiás, com 8,55% (725,91 mil hectares); Minas Gerais, com 8,51% (721,88 mil hectares); Paraná, com 7,20% (610,83 mil hectares); Mato Grosso do Sul, com 6,34% (542,70 mil hectares); Alagoas, com 5,25% (445,71 mil hectares) e Pernambuco, com 3,68% (312,09 mil hectares). Nos demais estados produtores, as áreas são menores, com representações abaixo de 3%.

Ainda, a área nacional utilizada para plantio de cana-de-açúcar da safra de 2012/13, destinada à produção sucroalcooleira, apresentou um crescimento de 1,5% ou 123 mil hectares em relação à safra passada. O aumento de área aconteceu na região Centro-Sul, que teve uma majoração de 2% (146,31 mil hectares) devido à expansão mencionada anteriormente. Conforme dados da CONAB (2013), na safra 2012/13 foram moídas 588.915,70 mil toneladas, com aumento de 5,0% em relação à safra 2011/12, que foi de 560.954,8 mil toneladas, significando que a quantidade que será moída deve ser de 27.960,8 mil de toneladas a mais que na safra anterior.

O aumento total é resultante do acréscimo de 1,5% na área e de 3,5% na produtividade. A produção de cana-de-açúcar da Região Centro-Sul deve ser de 5.332.986,00 mil toneladas; 7,7% maior que a produção da safra anterior. A produção 2012/13 (CONAB) de etanol no Brasil foi de 23,64 bilhões de litros, 0,91% maior que a produção da safra 2011/12. Desse total, 9,85 bilhões de litros serão de etanol anidro, e 13,79 bilhões de litros serão de etanol hidratado. Assim, o etanol anidro deverá ter um aumento de 1,8% na produção, e o etanol hidratado de 0,28%, quando comparados com a produção de etanol da safra anterior.

Esse quadro promissor na produção sucroalcooleira do país só se deu após as primeiras décadas do século XIX. Num exercício retrospectivo, tem-se a cultura da cana, em solo brasileiro, desde a época da colonização na região nordeste. Após dois séculos de atividade ininterrupta, a lavoura canavieira alargou seus talhões no

sudeste do país, com predomínio no Estado de São Paulo, alcançando com êxito a região Centro-Oeste. Tem-se, ainda, forte tendência de alcançar a região amazônica num formato moderno da antiga fronteira agrícola.

A possível apropriação do espaço amazônico para a expansão da cultura canavieira encontra respaldo político na aprovação do Projeto de Lei 626/2001, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado, que revê o Zoneamento Agroecológico (ZAE) da cana-de-açúcar e autoriza seu plantio em áreas alteradas e nos biomas de Cerrado e Campos Gerais na Amazônia Legal.

Repete-se processo já conhecido, desencadeado pelo desmatamento ilegal, realizado pela indústria madeireira, que abre espaço para a criação de gado, que, por sua vez, dá lugar à soja e essa à cana-de-açúcar. O equívoco de tal Projeto de Lei é evidente, até mesmo por suas justificativas claramente atadas e comprometidas com agentes econômicos. No entanto, para Camelini (2013, p. 2):

É possível alcançar o desenvolvimento de uma região por meio de um planejamento integrado, que envolva, entre outros fatores, a instalação de usinas de açúcar e etanol, mas a ideia que se propaga erroneamente é que a mera presença de uma usina conduz ao desenvolvimento. [...] quando uma cultura regulamentada como a cana-de-açúcar recebe autorização formal e incentivos para ocupação, isso implica o uso exclusivo de grandes porções de terras no entorno das usinas, dentro de um raio aproximado de 40 a 50 quilômetros, o que leva à rápida e agressiva substituição das atividades existentes, deslocando-as para áreas inalteradas. Isso gera grandes pressões por desmatamentos clandestinos e de difícil fiscalização.

Mas, como compreender os descaminhos da cultura canavieira no Brasil, se suas histórias se confundem? Numa temporalização mais elucidativa e didática, enfatizando a importância devida do processo de inserção da cana-de-açúcar em terras brasileiras, pode-se afirmar que tal fato representou imediatamente a instituição do latifúndio, da produção em larga escala da monocultura e com exploração da mão de obra de vários trabalhadores no país.

Tais fatores demonstram o baixo nível técnico e utilização improdutiva dos recursos nessa época. Não obstante esse modelo denominado de *plantation* ter sido adotado para a colonização realizada nos trópicos americanos, de forma paralela dificultava a subsistência de pequenos produtores (PRADO JÚNIOR, 2008).

Situação semelhante pode ser identificada até hoje (2014), bem como consequências adversas no âmbito da conflituosa estrutura agrária brasileira. A

intervenção do estado nos engenhos de cana não demorou a aparecer, demonstrando a importância do setor para a economia do país. As novas tecnologias implementadas no sistema produtivo do setor durante o século XIX, ainda que atrasadas em relação a outros países produtores, foram elementos diferenciadores na produção canavieira (PERRUCCI, 1978).

A introdução do moinho a vapor, a adoção de cilindros horizontais aperfeiçoados, a utilização do bagaço e a adaptação das caldeiras a esse novo combustível, o aparecimento de modernos processos de fabricação do açúcar branco e o abandono dos antigos métodos de purgar foram importantes intervenções de melhoramento tecnológico no processo produtivo da cana.

Induzida pelo Estado, importante modernização estrutural pela qual o setor passou se deu pela concessão e instalação de engenhos centrais. Dotados de máquinas e equipamentos modernos, esses substituíam os antigos, que vinham perdendo capacidade competitiva. A ação do Estado, nesse sentido, representou ameaça à hegemonia exercida, até então, pela figura do “coronel” de engenho dominando sua capitania.

Nesse estágio, a permanência da atividade canavieira sob a égide do poder dos senhores de engenho estava fadada a desaparecer, dadas as novas necessidades de modernização da agricultura para atender o beneficiamento da cana-de-açúcar num patamar mais elevado. Sem esquecer a crescente influência do setor industrial-financeiro, no primeiro governo de Getúlio Vargas, que aposta na usina de açúcar como nova realidade e futuro para o setor.

A usina, como lembra Perrucci (1978, p. 123), “é a síntese das duas etapas precedentes da revolução açucareira. [...] a supremacia das cidades sobre o campo [...]”. Os usineiros tinham liberdade para se instalar onde pretendessem “livres para plantar suas próprias canas, o que será fatal ao engenho tradicional”. Em conformidade com esse processo, Bray (2000, p. 21) pontua que “ampliou-se muito o conflito entre usineiros e os senhores de engenho que se transformavam, a partir da expansão das usinas, em fornecedores de cana”.

Tem-se, então, a década de 1930 marcada pelo início da adição do álcool anidro à gasolina e pela utilização do álcool combustível em larga escala; é nesse período que ocorre uma participação mais intensiva do Estado, através da constituição do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Em nível internacional a criação



do desse instituto foi uma medida em resposta às políticas protecionistas praticadas por países europeus e Estados Unidos sobre o açúcar brasileiro.

A criação da Petrobrás, em 1953, voltada para a extração, refino e comercialização de petróleo, e a chegada das montadoras do setor automobilístico a partir de 1957, ocasionaram substancial elevação do consumo de combustível fóssil no país. O crescimento da importação de petróleo teve como consequência direta a elevação da dívida externa brasileira, haja vista o Brasil, dessa época, não ser autossustentável na produção de petróleo (SILVA; FISCHETTI, 2008). Em contiguidade, a Petrobrás continua a política de incentivo à agroindústria canavieira investindo capital, caso das usinas criadas pelo grupo Vale do Verdão, como em Turvelândia, e a Usina Nova Fronteira, em Quirinópolis, apenas para citar alguns exemplos.

O Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), criado em 1975, foi importante na regulamentação e desenvolvimento do setor, com forte influência na história energética do país. A importância desse programa se deu na esfera econômica, no planejamento econômico e no reordenamento territorial de suas atividades com a instalação de novas usinas, modernização e ampliação das antigas. O PROÁLCOOL repercutiu sobre a organização socioespacial brasileira na medida em que exigiu dos postos e distribuidoras adaptações técnicas para sua comercialização.

Essas inserções espaciais contribuíram com a abertura de novas fronteiras agrícolas. Questões logísticas são criadas, as distâncias entre os centros consumidores e produtores crescem, ocorrendo um processo inicial de concentração e utilização de capitais de usinas na região Centro-Sul do país, especializando porções do território para a produção do álcool. Para Thomaz Júnior (2002, p.93), a criação do Proálcool foi, antes de tudo, uma justificativa de salvação econômica dos usineiros e efetivação de parceria desses com o setor automobilístico:

O Proálcool se materializou organicamente em escala nacional quando se articulou ao setor automobilístico, apresentando-se, então, o álcool como alternativa à gasolina. Assim, cimentaram-se os interesses do capital agroindustrial sucroalcooleiro, com os segmentos das indústrias multinacionais, montadoras de automóveis, como também empresas produtoras de bens de produção para o setor que fabricam tratores, implementos agrícolas, etc. fica patenteado com todas as letras, que o eixo de expansão do Proálcool direcionou-se, desde o início, para a salvação da lavoura dos empresários sucroalcooleiros, pois se materializou sobre a

implantação de novas destilarias anexas às usinas e na ampliação e requerimento das existentes, [...].

Com a segunda crise do petróleo, em 1979, encerra-se a primeira fase do PROÁLCOOL (1975-1979) e o governo passa a atuar fortemente no sentido de estimular a instalação de unidades produtoras específicas de álcool hidratado por meio de destilarias. A consequência imediata desse processo foi a ampliação da área plantada com cana-de-açúcar e a criação de várias destilarias de álcool autônomas ou anexas. Bray (2000) lembra que a segunda fase do PROÁLCOOL (1980-1985) foi definitivamente voltada para a substituição do emprego dos combustíveis fósseis no país pelo biocombustível da cana-de-açúcar: o álcool.

Tem-se, por certo, que o fracasso do PROÁLCOOL ocorreu no final da década de 1980, marcando a terceira fase do projeto. Essa situação teve suas razões por uma conjuntura de fatores: alta do preço do açúcar, elevação da dívida externa e interna brasileira, aumento da inflação, os acordos firmados junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que impunha a redução da disponibilidade de subsídios ofertados ao setor, como vinha acontecendo.

A mudança interna do setor repercutiu na extinção do IAA, na descoberta de novas bacias petrolíferas no território brasileiro, no declínio do preço do petróleo no mercado internacional e na falta de abastecimento nos postos de combustível de álcool hidratado que não acompanharam o ritmo da demanda crescente (CARVALHO; CARRIJO, 2007; SEGATTI, 2009).

Na história recente do etanol brasileiro, com o término do PROÁLCOOL, observou-se um cenário de estagnação. A partir da introdução dos veículos *Flex-Fuel*, em 2003, ocorre leve superação econômica no setor com a iniciativa privada, de certa forma, conduzindo e regulando o processo de produção. É fato a importância produtiva, geoeconômica, política e de planejamento da produção canavieira e de seus derivados, bem como as repercussões dessa produção na reorganização territorial e das atividades econômicas no uso dos recursos físicos e humanos envolvidos nessa atividade para o país.

Têm-se importantes desdobramentos dessa atividade na divisão social e territorial do trabalho, concorrendo com a criação/inovação de infraestrutura e de novas possibilidades e alternativas produtivas. A conformação socioterritorial e produtiva advinda da expansão canavieira desencadeiam fatores e elementos que irão responder diretamente no espaço. Isso porque as transformações econômicas

promovidas se concretizam espacialmente, daí a demanda por uma leitura geográfica da área ou epicentro produtivo e seu raio de abrangência.

Para tanto, o método de análise espacial segue a leitura e interpretação do objeto investigado, os territórios da cana, no âmbito das estratégias modernizantes/modernizadoras dos processos econômicos, sociais e ambientais. Igualmente, é pertinente lembrar que outras lógicas chegam aos lugares viabilizando o agronegócio<sup>3</sup>, como se deu com a agroindústria da cana na área pesquisada. O agronegócio e seus desdobramentos serão, por vezes, apontados nesse estudo, haja vista sua importância no reordenamento espacial das áreas nas quais ele se impõe como ator hegemônico.

Hidrovias, rodovias federais e estaduais são criadas ligando pontos e nós às redes dos arranjos produtivos. São formas espaciais que tipificam parte das estruturas modernizantes/modernizadoras no contexto econômico e produtivo brasileiro. A Ferrovia Norte Sul é outro bom exemplo do aparato logístico que beneficia, também, as grandes empresas rurais. Essa ferrovia terá pontos de transbordo em cidades com elevada produção de cana, como Rio Verde, Quirinópolis, São Simão, abrangendo uma região importante na área de expansão canavieira em Goiás.

Nesse trabalho, objetiva-se codificar instrumentos e formas de uso e apropriação das terras e seus efeitos na esfera socioespacial pesquisada, os municípios goianos de Maurilândia, Turvelândia e Castelândia, inseridos na área de influência da Usina Vale do Verdão S/A (Figura 1). Este tem sido um grande desafio. As 'coisas' da/na realidade se mostram, mas não se explicam por si. É preciso o mergulho, a imersão, a leitura (interpretação) daquilo que não está escrito, mas inscrito na paisagem.

Concomitantemente, Santos (1996) lembra que as condições materiais do existir determinam a consciência. E, ainda, que a questão do método é de suma importância porque trata da construção de um sistema intelectual que permite, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista, não sendo isso

---

<sup>3</sup> O termo Agronegócio (*Agribusiness*) explica o processo de subordinação e as relações da agricultura com setores industriais e comerciais. Define-se como a soma total de todas as operações envolvidas na manufatura e na distribuição de suprimentos agrícolas; de operações de produção no campo; e de armazenamento, de processamento e de distribuição dos produtos agrícolas, bem como dos itens produzidos (CLEPS JUNIOR, 2010, p. 40).

um dado *a priori*, mas uma construção. Isso porque a realidade socioespacial também é uma elaboração humana e produzida socialmente.

Nesse sentido, a recente (mas também antiga) expansão do setor sucroalcooleiro e as novas tecnologias por ela geradas introduzem inéditas relações sociais e espaciais com implicações territoriais ainda carentes de estudos e leitura íntima da realidade que se mostra. Mesmo já existindo no tempo e no espaço a expansão canavieira no Brasil desde épocas remotas, o movimento muda, as coisas adquirem novos repertórios. Uma análise imediatista seria desastrosa, alienada a um processo histórico acrítico.

Muito embora não se ignore o avanço das pesquisas capitaneadas pela Geografia e outras ciências no que diz respeito aos processos da dinâmica econômica e espacial no/do setor sucroalcooleiro, há, ainda, que se debruçar sobre questões de âmbito espacial – local e de seus atores, além do que a paisagem homogênea da cana imprime ou sugere.

Este estudo busca refletir sobre a expansão canavieira nas localidades, evidenciando o complexo processo de transformação socioespacial e temporal na estrutura da produção sucroalcooleira em sua lógica cambiante no Cerrado goiano.

## 1.2 TEMPO E ESPAÇO NA EXPANSÃO DA CANA EM GOIÁS

Propõe-se, nesse exercício do pensar, a análise do processo de crescimento e desenvolvimento da cultura da cana e da agroindústria sucroalcooleira nos cerrados goianos sob dois enfoques distintos, mas convergentes: tempo e espaço. A importância do debate sob os auspícios das ciências humanas, especificamente da Geografia, está na abrangência da totalidade têmporoespacial na análise da produção agroindustrial canavieira.

Notadamente, tempo e espaço apontam especificidades *do quando* e *do lugar* dos eventos com características próprias. Não obstante, dispõe de perfis de produção por unidade produtiva, por município, por região, qualidade produtiva, safra, possibilidade de lucro, tipo de tecnologia e mão-de-obra a ser utilizada na

cultura da cana e seus derivados. Tanta especificidade cabe, também, aos estudos socioculturais das regiões e dos lugares.

De forma análoga, tempo e espaço no contexto da produção canavieira direcionam, remetem e conduzem a lugares onde eventos de ordem exógena acontecem e provocam movimentos de mudança, troca, perda, (re) territorialidades e resiliência (esta categoria/conceito será analisada no sexto capítulo).

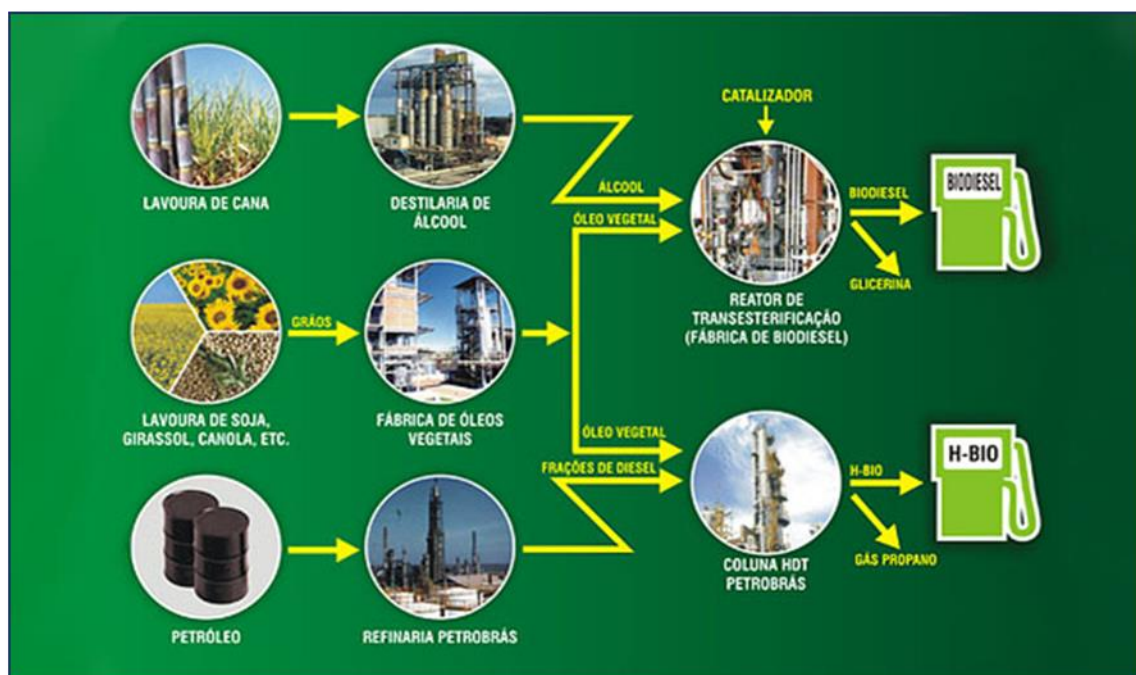
Num sistema cíclico, tem-se o giro rápido da mercadoria, do lucro, das moendas nas usinas, da alta tecnologia empregada no sistema produtivo, das modernas colheitadeiras num tempo/espaço linear identificado e reconhecido nos arranjos produtivos da modernidade. Contudo, tais pontos se fixam em espacialidades e temporalidades díspares, peculiares, subjetivas e singulares do lugar. Lembrando que, para “[...] compreender o movimento histórico do desenvolvimento da atividade sucroalcooleira na região através da dimensão espacial, onde dinâmica social e materialidade significam trabalhar o abstrato e o concreto, [...] é necessário observar a realidade que é dinâmica e está em constante movimento” (BERNARDES, 1995, p. 239-240).

Pode-se dizer que o movimento espacial e temporal no sudoeste goiano sob a vertente da produção canavieira inicia sua atuação de forma mais expressiva após a década de 1980, especificamente como resultado da política de Estado de substituição de parte do petróleo que era importado. Criado em 1975, o Proálcool tinha como objetivo produzir fontes de energia nacionais.

Por conseguinte, a cana-de-açúcar seria uma forte aliada nesse processo e, por uma variedade de razões, tornou-se a única fonte de produção de etanol. Outra medida importante para implementar o Proálcool foi a criação de incentivos para financiar novos projetos, envolvendo vários ministérios e uma comissão interministerial (CINAL) criada para este fim.

Como exposto no item anterior, a expansão da cultura da cana-de-açúcar se concentrou principalmente no sudeste do país, com maior destaque no Estado de São Paulo (CASTRO *et al.*, 2010). Nesse mesmo período, na década de 1970 ocorria no Estado de Goiás a “Expansão da Fronteira Agrícola”, contemplada nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) para incentivar a expansão da tecnologia agrícola no Cerrado, principalmente da cultura da soja (EMBRAPA, 2006; OLIVEIRA, 1997).

Na conjuntura inicial da expansão canavieira, um fato relevante iria alterar sobremaneira tempo e espaço no sudoeste goiano e, conseqüentemente, os modos e meios de vida das gentes cerradeiras de toda região de fronteira, o Plano Nacional de Agroenergia – PNA. A figura a seguir mostra o processo de produção de biocombustível no Brasil no contexto de produção de energia.



**Figura 2:** Fluxograma da produção de biocombustível: modelo brasileiro de energia renovável.

**Fonte:** Jornal COAMO – Agroindustrial Cooperativa = Campo Mourão/PR – 2006.

Elaborando pressupostos a partir da figura acima, tem-se no processo de produção do biocombustível “modelo brasileiro” três fontes de energia que o habilitam como energia limpa nas duas primeiras e todas renováveis. A cana-de-açúcar, que dá origem ao álcool e ao biodiesel; produtos agrícolas como a soja, o girassol, a canola, entre outros grãos que, transformados, resultam em óleos de origem vegetal e no gás propano – H-BIO; e, por fim, o petróleo, fonte energética tradicional que dá origem aos combustíveis mais usados no Brasil.

Nesse espectro desenvolvimentista, pouco adiantaria inquirir sobre como teria sido inserida a participação do pequeno agricultor e das comunidades cerradeiras no PNA. Também, qual teria sido sua participação num planejamento de gestão participativa nos lucros e rendimentos a curto, médio e longo prazo, numa perspectiva de ganho que ‘suas terras’ e ‘seu trabalho’ trariam com o cultivo da cana.

Isso denota os projetos do governo para o desenvolvimento do Cerrado, com subsídios e incentivos fiscais como pontapé inicial, na década de 1970, dessa bendita (?) modernização. A esse respeito, Almeida (2008, p. 63) assevera que essa política desenvolvimentista “desconsiderou as populações que aí viviam secularmente, privilegiando as oligarquias tradicionais, os setores industriais e agroindustriais da sociedade dominante”.

O Brasil acompanha a tendência mundial de substituição do diesel de petróleo pelo biodiesel ou H-BIO que vem da agricultura. Esse, lançado pelo governo federal em 2006 com o propósito de estimular e alavancar a produção de energias renováveis com destaque para a produção do etanol proveniente da cana-de-açúcar e de outros produtos agrícolas (EMBRAPA, 2006), contava com grande expectativa por parte do governo e dos investidores, sendo alguns deles do campo.

Depois do sucesso com o álcool de cana-de-açúcar, responsável por colocar o Brasil na liderança mundial na produção e uso deste combustível alternativo à gasolina, o país vem acompanhando uma tendência mundial que se volta agora para um novo desafio: a substituição gradual do diesel de petróleo pelo biodiesel ou H-BIO. Este combustível é constituído, basicamente, de grãos e oleaginosos de origem agrícola. Ambos são produzidos a partir da mistura com óleos vegetais extraídos da soja, da canola, da palma, do girassol, do amendoim e da mamona.

Em nível regional, como consequência do Plano Nacional de Agroenergia (PNA), o governo do estado de Goiás inaugura uma série de incentivos financeiros para os agricultores interessados na produção e incremento da cultura da cana-de-açúcar. Ao mesmo tempo, a ajuda econômica do governo estadual (incentivos financeiros e fiscais) aliada às condições naturais do solo, clima ameno, relevo pouco ondulado e água abundante, colocam o cerrado como importante região atrativa para investimentos no setor sucroalcooleiro.

Esses fatores favoreceram a intensa expansão dessa atividade pelo território goiano, notadamente na porção centro sul do Estado. Não obstante às características benéficas dos cerrados para práticas agrícolas, há que se observar no tipo de uso que a monocultura da cana impõe a esse bioma e à vida que nele existe para que se equalizem perdas e ganhos.

Em nível de planejamento regional e urbano, o Estado de Goiás é dividido em dez Regiões de Planejamento, com o objetivo de melhor gerir e planejar as várias

regiões do estado goiano. Essas regiões, em número de dez, integram a Lei do PPA (Plano Pluri Anual – 2004/07)<sup>4</sup> e são definidas como:

A Região do Entorno do Distrito Federal, conforme estabelecido na Lei de criação da Ride: Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno – Lei Complementar (Constituição Federal) nº 94, de 19 de fevereiro de 1998.

A Região Metropolitana de Goiânia (Grande Goiânia mais Região de Desenvolvimento Integrado) estabelecida pela Lei Complementar Estadual nº 27 de dezembro de 1999, modificada pela Lei Complementar Estadual nº 54 de 23 de maio de 2005. A Região da Grande Goiânia, por sua vez, compreende treze municípios: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Goianápolis, Goianira, Guaporé, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade.

De forma semelhante, a Região de Desenvolvimento Integrado é composta por sete municípios: Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldazinha, Caturaí, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás. As Regiões do Norte Goiano e do Nordeste Goiano, constantes no primeiro PPA (2000-2003), foram delimitadas em função de sua homogeneidade em termos de condições socioeconômicas e espaciais, e como estratégia de planejamento para investimentos governamentais, tendo em vista minimizar os desequilíbrios regionais.

As outras seis regiões: Região Centro Goiano, Região Noroeste Goiano, Região Oeste Goiano, Região Sudoeste Goiano, Região Sul Goiano e Região Sudeste Goiano foram definidas tendo como critério os principais eixos rodoviários do Estado (SEPLAN/SEPIN, 2013). Todos os municípios cujas sedes utilizam o mesmo eixo rodoviário para o deslocamento à capital do Estado foram considerados pertencentes a uma mesma região de planejamento, inclusive a Região de Planejamento do Sudoeste Goiano que abarca a área de investigação deste estudo.

Geograficamente, o Sudoeste Goiano é uma das Regiões de Planejamento do Estado de Goiás, pertencente à mesorregião do Sul Goiano. Sua população foi estimada em 2012, pelo IBGE (IMB/SEPLAN-GO), em 572.142 habitantes, perfazendo um total de 9,3% da população do Estado de Goiás. O Sudoeste Goiano possui um conjunto de 26 municípios, com área total de 61.498,56 km².

---

<sup>4</sup> O PPA é um plano de médio prazo de quatro anos, que se inicia no segundo ano do mandato presidencial e vai até o primeiro ano do mandato subsequente. Dá condições ao presidente que chega de organizar o seu planejamento e elaborar os quatro seguintes. O PPA traça grandes estratégias, grandes linhas de condução da política (Ministério do Planejamento e Gestão Federal).



Em pouco mais de uma década, observou-se na Região de Planejamento do Sudoeste Goiano um crescimento populacional de mais 32% (Tabela 1). A população total da região no ano 2000 era estimada em 433.168 mil habitantes. No ano de 2012 sua população já era de 571.142 mil habitantes, segundo dados do Instituto Mauro Borges (SEPLAN/IBGE, 2013).

É um crescimento demográfico vertiginoso em escala regional. Vale pontuar que na Região do Sudoeste Goiano esse aumento populacional associa-se ao crescimento da agroindústria na região, principalmente àquelas do seguimento canavieiro. Os postos de trabalho que são abertos, o crescimento de pequenas cidades e a migração contribuíram para uma dinâmica de crescimento socioespacial de pequenas cidades goianas ainda não vistos historicamente.

Ao observar as regiões de planejamento de Goiás que compõem o quadro abaixo, verificam-se duas peculiaridades do sudoeste goiano: sexta região com maior densidade demográfica com 9,30 hab. p/ km<sup>2</sup>; possui a maior área territorial do Estado, com 61.498,56 km<sup>2</sup>, seguida pelas regiões do norte e oeste goiano, respectivamente.

**Tabela 1:** Estado de Goiás: área, população residente, densidade demográfica, segundo as regiões de planejamento – 1991, 2000, 2010-2012.

Região	Área (km <sup>2</sup> )	População Residente				Densidade demográfica hab/km <sup>2</sup> (2012)
		1991	2000	2010	2012 (1)	
001 - Metropolitana de Goiânia	7.315,15	1.312.709	1.743.297	2.179.141	2.238.058	305,95
002 - Centro Goiano	18.536,05	478.858	541.440	622.541	634.805	34,25
003 - Norte Goiano	59.553,83	312.891	300.807	308.127	309.246	5,19
004 - Nordeste Goiano	38.726,52	135.378	147.986	169.995	173.328	4,48
005 - Entorno do Distrito Federal	35.950,09	472.586	810.701	1.047.266	1.082.996	30,12
006 - Sudeste Goiano	25.186,23	186.896	212.252	248.372	253.839	10,08
007 - Sul Goiano	25.121,88	299.003	350.266	401.213	408.918	16,28
008 - Sudoeste Goiano	61.498,56	365.173	433.168	553.900	572.142	9,30
009 - Oeste Goiano	52.687,10	321.482	328.504	338.333	339.839	6,45
010 - Noroeste Goiano	15.536,37	133.927	134.807	140.900	141.826	9,13
<b>ESTADO DE GOIÁS</b>	<b>340.111,78</b>	<b>4.018.903</b>	<b>5.003.228</b>	<b>6.009.788</b>	<b>6.154.997</b>	<b>18,10</b>

**Fonte:** IBGE / Instituto Mauro Borges - SEPLAN-GO (2013) – Elaborado e adaptado pela autora.

São dados sociais, econômicos e espaciais que denotam a grandeza dessa região alinhada ao agronegócio e a outras atividades do campo ditas tradicionais, como a pecuária e agricultura que, concomitantemente, também compõe o setor de *agribusiness*. Por meio dos senso agropecuário e econômicos de fato, a estatística informa, dá estimativas, percentuais e fornece elementos que traçam, de forma segura, perfis socioeconômicos e outros tantos dados em escala variada. Contudo, as estimativas e percentuais matemáticas não conseguem alcançar o lugar e as especificidades que lhes são afins. É preciso ir mais além, é necessário adentrar no espaço ‘dos de dentro’ (ALMEIDA, 2003) e lhes conceder o direito da fala e de se mostrar.

É sabido, oficialmente, que órgãos governamentais de planejamento e centros de estudos estatísticos (lembrando a proeminente fase da Geografia quantitativa) fazem pesquisas com o objetivo de diagnosticar e inventariar as regiões para um ‘melhor’ planejamento e gestão. Além desse diagnóstico e resultados estatístico-matemáticos, órgãos governamentais de planejamento trazem ricas informações sobre as regiões e suas características físicas, naturais e socioeconômicas.

Em paralelo, outras entidades (Instituição de Ensino Superior – IES, Organizações não governamentais – ONGs, fundações e entidades voltadas para pesquisa e estudos de grupos minoritários e marginais, Institutos de pesquisas sociais e ambientais, além daquelas de cunho ecológico e místico) com ‘pessoas estudiosas’ (pesquisadores?), nas academias e fora delas, se voltam para uma análise socioespacial mais holística, não sendo menos científica, agregando componentes estruturantes (material e imaterial). A esses, cabem a ‘missão’ de descobrir e descortinar o espaço outro, por vezes marginalizado e esquecido, mas real e vivo.

Interpretar por meio de símbolos, sinais, linguagem, memórias, percepção e representação tempos e lugares “dos outros” que também são nossos porque ajudamos a criá-los é uma constante provocação nesse trabalho. A criação coletiva reúne conceitos, versos e canções, esquemas e teorias. Nesse conjunto parece possível e viável conhecer o espaço plural de vida das pessoas. São realidades que se apresentam com conteúdos sociais, políticos, econômicos, culturais em tempos e espaços específicos como ‘protagonistas passivos’ (grupos sociais locais), com individualidades, anseios, sonhos, cotidianos, práticas e modos de ser inseridos (ou

melhor, alcançados) pelos macros arranjos territoriais e produtivos comandados pelo setor sucroalcooleiro, nesse estudo em fita.

Sem negar a importância dos resultados estatísticos socioeconômicos para análise espacial e das condições de vida das sociedades deve-se, também, atentar para elementos naturais, humanos e culturais com a mesma presteza. Nesse comando, compreender-se-ia de forma mais eficiente os fenômenos sociais integrantes e interconectados da prática social do lugar, não obstante a produção econômica. Merece atenção, por certo, uma gestão de ordenamento territorial que vislumbre o movimento e reprodução social das localidades, não priorizando sobejamente interesses capitalistas.

Ao pensar na perspectiva do sujeito local, os eventos vindos 'de fora', muitas vezes, contrários aos desejos e aspirações locais, tendem a acelerar e/ou promover necessidades outras em tempos diferentes ao que seria pertinente ao espaço dos atores sociais locais no percurso do seu ritmo de vida. Em seu tempo, os sujeitos imprimem mudanças, como também podem acelerar esse processo por necessidades imediatas. Martins (1998) lembra que só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida. Ainda conforme o autor, essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida ordinária e normal do dia a dia.

Esse pensamento deveria auxiliar na condução de grandes projetos agrícolas. Não obstante, as usinas sucroalcooleiras poderiam sociabilizar e 'adequar' sua lógica produtiva concatenada às demandas locais, por mais utópico que pareça. Além da equidade social, manutenção do equilíbrio ambiental, poder-se-ia criar respeito à história e acenar para novos tempos e práticas que não pulverizem conteúdos gerados nos tempos/espacos de antes, construídos por gerações passadas.

No entanto, o que se percebe por parte da comunidade local é 'estar no processo' não pertencendo a ele; um sistema socioprodutivo que usa o espaço e o trabalho das pessoas do lugar em função de lógicas não locais e alhures. Desse modo, a sociabilização nas relações de trabalho não se dá de modo natural. Ao que parece, trata-se de uma "construção social que representa uma troca necessária, uma sociabilidade forçada, imposta socialmente" pelo capital agroindustrial (SANTOS e KINN, 2009, p. 62). Os autores (idem, p. 63), por conseguinte, compreendem que "o princípio em jogo é o da imposição social e não o da autonomia".

Perceber e querer saber do que as comunidades tradicionais e outros atores 'sonham' e querem imprimir no seu lugar, é um dado extremamente importante quando da implantação de um projeto e/ou do zoneamento socioeconômico para uma região. Seria o modelo real e eficaz de gestão participativa. Ao contrário, o que se tem visto é a demanda de outro raciocínio, hegemônico e capitalista. Daí as necessidades são outras, como são outras suas estratégias de alocação e apropriação espacial.

Ao analisar os termos pelos quais se dão os acessos e interdições espaciais, suscitam-se questões, aqui entendidas como problemáticas, cujas lacunas e pontos obscuros despertam a atenção e agregam entendimentos, posicionamentos e intervenções das mais diversas. Desses confrontos e em prol de um planejamento regional linear, dão-se muitos dos *arranjos territoriais*, lembrando que:

Arranjos territoriais não são causalidades, mas desdobramentos de opções que definem os termos do intercâmbio entre seres humanos e base material na qual subsistem e da qual não podem prescindir. Por sua vez, esses termos possuem vinculação estrita com as relações de poder que afloram na disputa por condições de existência, e que direta ou indiretamente dizem respeito à terra, matriz de todos os bens, convertidos ou não em mercadorias, a depender do circuito no qual são extraídos, transformados e consumidos. (PAULINO, 2010, p. 108)

Esse entendimento de arranjo territorial expressado pela autora dista ao longe dos modelos adotados pelas políticas administrativas locais, regionais e nacionais na gestão do território brasileiro. À parte, faz-se um adendo à discussão para incluir uma questão de ordem metodológica: tem-se, de forma pragmática, a tarefa da análise socioespacial parecer facilitada quando os dados econômicos e sociais emergem prontos, acabados, coletados. Isso daria, aparentemente, tranquilidade mesmo na rigidez dos números.

No entanto, são informações desprovidas de vida, do humano, salvo as interpretações humanizadas dos dados que podem (e devem) ser feitas à luz dos quantitativos representados nos tantos perfis socioeconômicos (entre outros) em escala variada. Por isso, a insistência em abordar o estudo e compreensão do espaço, do território e das localidades como um fazer real que contenha natureza, economia e sociedade. Arranjos territoriais, sim, incluindo nesse território humanidades, particularidades e realidades locais e regionais.

Em um querer saber sobre a realidade que se mostra nos lugares não bastam números, equações, somas e porcentagens que não contemplem a natureza dos homens e das coisas: espaço, lugar, cultura, reprodução social na plenitude do *ser* no mundo. Há de se pontuar a importância dos métodos de investigação e as estratégias de coleta e análise de dados para melhor entender a realidade. Assim, a tarefa de propor intervenções para questões humanas e sobre a natureza, planejamento econômico territorial aliado à política de gestão participativa poderia ser exitosa.

Nesse sentido, há que se buscar a veracidade do conhecimento como prática teórica opondo-se à teoria prática na orientação de ações que buscam a “verdade” (realidade) dos lugares no tempo e no espaço. Seguindo o raciocínio de respeito às especificidades dos sujeitos e do lugar nos aspectos socioculturais e naturais, pergunta-se: qual a importância da cana-de-açúcar para a população do sudoeste goiano se a mesma possui forte tradição pecuária e na produção de grãos? E ainda, como e por que a introdução da cultura da cana ‘alisa’, anula, absorve outras práticas socioprodutivas criando um espaço aparentemente homogêneo no qual a lógica dominante captura as outras lógicas, mas, não as faz desaparecer?

Com a intenção de clarear tais indagações, vários aspectos devem ser analisados. *A priori*, pode-se pensar num avanço de um modo de se produzir quando ampliado espacialmente apropriada (engole) outros modos e meios de produção ganha também aliados: o sujeito que tem a força motriz – trabalho e a técnica – tecnologia capaz de ampliar o espaço reduzindo o tempo produtivo.

Em outras palavras, seria a junção capital e trabalho que transforma espaço improdutivo ou pouco produtivo em uma área de monocultura altamente produtiva e competitiva, como a cana-de-açúcar, principalmente no sul goiano. Contudo, esse mecanismo de homogeneização não compreende o todo espacial e social.

Há parcelas de unidades produtivas tradicionais que não se renderam à monocultura canavieira, principalmente nas áreas úmidas do cerrado que, ainda, coexistem com as imensas lavouras de cana, apesar das intempéries. Nas áreas úmidas do cerrado, nas veredas e nas proximidades das matas galerias e às margens dos cursos d’água estão, resilientemente, comunidades (unidades) rurais que “teimam” em contrariar a lógica dominante de homogeneizar a paisagem cerradeira com a monocultura da cana, entre outras culturas.

Essa situação pode ser vista em estudos socioeconômicos e estatísticos das secretarias de governo e órgãos de pesquisa que, interpretadas e analisadas, servem bem a essa questão. Apesar de Goiás ser o quarto produtor nacional de grãos, a industrialização ainda é crescente e a agropecuária continua sendo uma atividade econômica bastante importante no Estado. Conjuntamente, os grãos mantêm alta produtividade, em torno de 18,29 milhões de toneladas, representando 11,1% da produção nacional (CONAB, 2011).

A pauta agrícola goiana ainda é bastante diversificada, composta por soja, algodão, sorgo, milho, cana-de-açúcar, feijão, tomate, alho entre outros produtos. Entretanto, é evidente a importância da cana-de-açúcar no contexto da produção agrícola do Estado goiano em relação à produção nacional. Embora, devido à história na produção agrícola do Estado se ostente, ainda, como grande produtora de soja, milho, tomate, alho e sorgo, produtos que encabeçam a lista das principais culturas agrícolas em Goiás, a cana emerge, a cada safra, com importante percentual produtivo com tendência de aumento a cada nova safra.

**Tabela 2:** Principais produtos agrícolas em Goiás – 2012.

Produto	Quantidade (toneladas)	Participação Goiás/Brasil (%)
Cana-de-açúcar	58.348.797	8,64
Soja	8.385.097	12,76
Milho	8.230.149	11,51
Tomate	1.157.078	31,56
Sorgo	850.990	42,12
Algodão	351.014	7,1
Feijão	335.540	11,87
Abacaxi	103.807	6,29
Alho	35.753	32,98

**Fonte:** IBGE / IMB / SEGPLAN – Estado de Goiás (2013) – Adaptado pela autora.

No âmbito produtivo da cultura canavieira, a safra 2011/2012 atingiu a impressionante marca de 8.434.3 mil ha de área plantada, com um aproveitamento produtivo de mais de 1.177.829,0 toneladas de cana-de-açúcar, açúcar e etanol nessa safra. A cana e seus produtos provenientes de terras goianas apresentam também vultosos números e percentuais. Goiás é o segundo produtor nacional de etanol, terceiro na produção de cana-de-açúcar e sétimo na produção de açúcar,

dados que chamam atenção para o Estado goiano com interesse em investimentos, trabalho e lucros com cana.

Situações como trabalho escravo, emprego sazonal, baixos salários, desemprego são comuns em regiões capitaneadas pelo cultivo da cana-de-açúcar. Em pouco mais de quatro décadas a cultura da cana em terras goianas já ocupa quase dez por cento da produção agrícola nacional.

**Tabela 3:** Posição de Goiás no Ranking Nacional de Cana-de-açúcar e derivados – Safra 2011/2012.

Produto	Brasil			Goiás			Goiás x Brasil (%)		Classificação Goiás		
	Área (mil ha)	Prod. (mil t)	Produt. (kg/ha)	Área (mil ha)	Prod. (mil t)	Produt. (kg/ha)	Área	Prod.	Área	Prod.	Produt.
Cana-de-Açúcar	8.434,30	588.915	69.824	672.430	45.998,9	68.407	7.972,6	7,8	3º	3º	12º
Açúcar (mil t)	-	288.287,4	-	-	13.569,7	-	-	4,7	-	7º	-
Etanol (mil lt)	-	300.627,6	-	-	32.429,2	-	-	10,8	-	2º	-

Fonte: CONAB 2º levantamento – Agosto de 2011 – Adaptado pela autora.

O potencial produtivo do setor canavieiro do Estado pode se tornar um dos líderes nacionais na produção de etanol. Goiás teve produção em 2012 em torno de 2,8 bilhões de litros de álcool. A produção de açúcar no Estado ficou por volta de 02 milhões de toneladas. Atualmente são mais de 30 usinas de álcool e açúcar em atividade e outras em processo de implantação em Goiás (IBGE/IMB, 2013).

A estimativa para 2015 prevê que o Estado de Goiás aumente mais de 30% no número de usinas de açúcar e álcool (Secretaria da Indústria e Comércio – SIC). Entretanto, o Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado de Goiás (SIFAEG) não está seguro desse crescimento, haja vista a necessidade de consolidá-lo em termos logísticos para atrair empresários para o setor sucroalcooleiro.

Goiás iniciou a safra 2012/2013 de cana-de-açúcar com 37 usinas de processamento de álcool. A expansão de 12% no número de unidades pode representar um acréscimo considerável na produção de etanol pelo Estado, considerado hoje o segundo maior produtor do País (SIFAEG, 2011).

A cana é “bem vista” por aqueles que usufruem de alguma forma do seu movimento (processo produtivo: do plantio ao consumo final dos seus subprodutos) e “desenvolvimento” (procedimentos científicos e tecnológicos). Este cenário pode ser identificado quando a cana chega ao lugar, trazendo a euforia de tempos melhores amparados sob o discurso e, muitas vezes, como efeito da modernização.

O empreendimento usineiro, o discurso inflamado dos políticos e estudos socioeconômicos diagnosticam potencialidades de desenvolvimento local e regional provenientes, principalmente de elementos modernizadores do campo. Com o passar do tempo as contradições se afloram, a lógica produtiva agroindustrial e o mercado se encaixam à orbita global de consumo, buscando equilíbrio entre oferta e procura. A calma se refaz, ficando o pequeno agricultor sem terra, sem produção, sem perspectivas, ilhado em sua própria 'casa'.

Esse "pseudo" desenvolvimento que não alcança a todos é denunciado por sujeitos que vivem em lugares cercados pela lavoura canavieira. A cana a cada dia avança os espaços, ultrapassando os limites territoriais da propriedade, do quintal da casa, da roça, do pasto e, conseqüentemente, na cidade, como será evidenciado nos capítulos subsequentes.

### 1.3 MEIO SÉCULO DE HISTÓRIA, OCUPAÇÃO E USO DO ESPAÇO PELA CULTURA DA CANA NO MUNICÍPIO DE MAURILÂNDIA/GO

É peculiar que o modelo de ocupação e uso do cerrado goiano pela agroindústria canavieira seja conduzido e executado de forma semelhante ao sudeste do país. São estratégias de posse e cultivo da cana em escala macro a microrregional realizadas por processos que se repetem.

Não obstante, os critérios seletivos para uso do Cerrado em Goiás pela agroindústria canavieira se dão em função de aspectos naturais e socioeconômicos que 'justificariam' a crescente demanda por terras goianas no desenvolvimento do cultivo da cana, apontaram as vantagens competitivas, a saber:

- Preços das terras e dos arrendamentos em Goiás (como também nos outros Estados da região Centro-Oeste) menos competitivos em relação aos Estados da região Centro-sul;
- Fatores geográficos, como: topografia plana, que facilita a mecanização do plantio e da colheita, resultando em diminuição de custos e evitando a queima da cana, condição exigida na legislação ambiental brasileira; condições de solo e clima



(edafo-climáticas) favoráveis para produção em larga escala e disponibilidade de recursos hídricos;

- Existência de infraestrutura urbana e boa logística de transporte;
- Localização geográfica para atividade industrial favorável;
- Terras agricultáveis em grande extensão.

Lembre-se de que a expansão da Fronteira Agrícola, após a década de 2000, dá-se em função não somente da fertilidade do solo, haja vista o desenvolvimento tecnológico garantir adequações e condições favoráveis na topografia, na infraestrutura e nos fluxos de produção.

Particularmente nos cerrados goianos os incentivos fiscais do governo como os Programas FOMENTAR e PRODUIR<sup>5</sup> foram importantes para alavancar o setor produtivo na atração de empresas e indústrias a partir da década de 1980, principalmente do centro-sul do Estado goiano (Secretaria da Indústria e Comércio do Estado de Goiás - SIC, 2010).

Para este estudo, o desafio foi compreender a diversidade de eventos, usos e apropriações das terras do sudoeste goiano, na expansão da agroindústria canvieira que se repete em outras microrregiões, todavia não de forma igual. Possivelmente, nem poderiam ser classificadas como sendo da mesma forma, mesmo processo e função, dadas as peculiaridades de cada porção do espaço, de cada lugar e dos sujeitos que o constroem. Sobretudo, em nível microrregional, onde os impactos diretos e indiretos das mudanças de uso dos solos podem ser preocupantes e precisam ser mais bem estudados e entendidos, cabendo pesquisas melhor detalhadas.

A partir dos indicadores da produção agrícola no Estado de Goiás, principalmente nas áreas de cerrado, e contemplando o potencial de substituição de áreas agrícolas num raio de 40 km das usinas registradas no MAPA (2010), correlacionadas ao uso do solo indicado no PROBIO (2002) e apoiados em dados

---

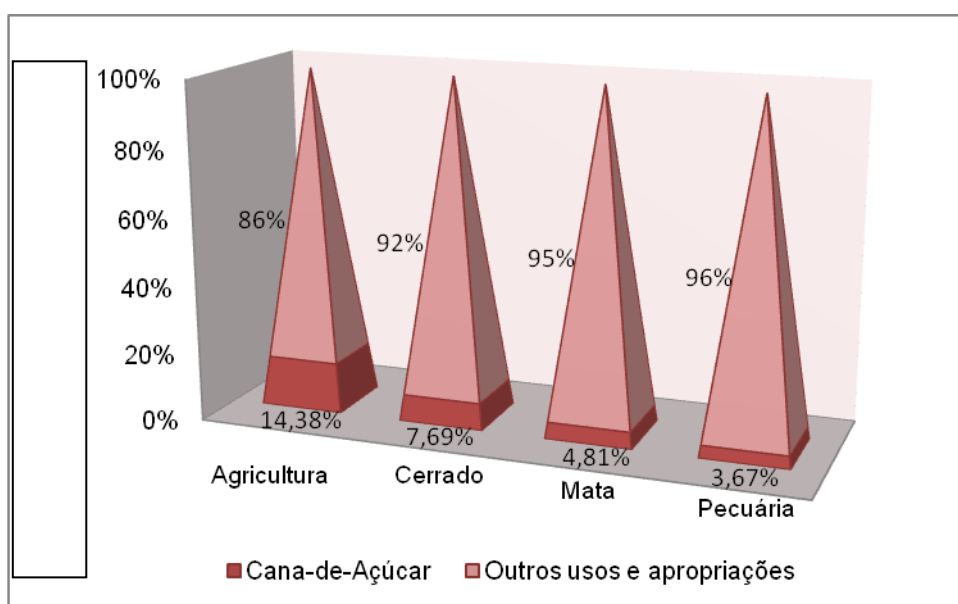
<sup>5</sup> FOMENTAR - Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás foi sancionado pela lei estadual nº 9.489, de 19 de julho de 1984. Tal projeto tinha o objetivo de incrementar e implantar a expansão de atividades que promoviam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás. O PRODUIR - Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás foi sancionado por meio da Lei 13.591, de 18 de janeiro de 2000, e regulamentado pelo decreto nº 5.265, de 31 de julho de 2000. Tem a finalidade de promover o desenvolvimento do Estado de Goiás, por meio de investimentos industriais que promovam a expansão, a modernização e a diversificação do pólo industrial, e, conseqüentemente, para o aumento da geração de emprego e de renda.

atuais da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (SEFAZ-GO), é possível identificar duas situações que se contrastam: na porção norte a expansão se dá predominantemente sobre o Cerrado; e na sul em substituição de áreas de pastagens e da agricultura dita tradicional. Nesse sentido, Castro *et al.* (2010, p. 9), explica:

[...] o notável aumento da área plantada, sobretudo de 2007 em diante, se dá principalmente por incorporação de novas áreas de plantio e não pela melhoria da produtividade e à custa de conversão de áreas agrícolas e pastagens, modelo esse que se reproduz na expansão atual do setor no país. O que não se discute claramente são os deslocamentos dessas culturas e da pecuária nos estados-alvo desse novo ciclo de expansão, em escalas mais adequadas, isto é, estaduais, regionais e microrregionais, para se detectar os padrões de mudanças de uso das terras. Dessa forma seria possível testar a afirmação de que a cana está substituindo exclusivamente pastagens degradadas ou se está induzindo mudanças de uso indiretas, isto é, para onde culturas e pastos estão se deslocando, onde está a nova fronteira agrícola, similar àquela dos anos 70.

Os autores destacam que em relação à área ocupada com outras formas de uso que perde lugar para o cultivo da cana-de-açúcar, tem-se:

- 1º lugar = a agricultura com 14,38% em perda de área;
- 2º lugar = o Cerrado com 7,69% e mata (áreas de não cerrado situadas na porção sul do Estado) com 4,81% e,
- 3º lugar = a pecuária com 3,67%.



**Figura 3:** Usos no Cerrado Goiano - Perda para a lavoura de cana-de-açúcar.

**Fonte:** Castro *et al.* (2010) – Elaborado pela autora.

Ao considerar, particularmente, as áreas onde o cultivo da cana foi efetivado, pode-se confirmar a idéia de substituição de culturas praticadas em 2002, quando 67% destas áreas, atualmente ocupadas por cana eram, então, destinadas à agricultura antes de expansão recente, após a década de 2007, do setor sucroalcooleiro. É nessa perspectiva que o estudo privilegia a Microrregião do Sudoeste de Goiás, especificamente o Município de Maurilândia, com perfil produtivo parecido ao da Região de Planejamento do Sudoeste Goiano e Mesorregião do Sul Goiano, contudo revelando suas particularidades locais.

Conforme a Secretaria de Planejamento de Goiás (SEPLAN, 2013), o Estado de Goiás é dividido em dezoito microrregiões geográficas, dentre elas “A microrregião do Sudoeste de Goiás” constituída por dezoito municípios. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Resolução da Presidência (PR) nº 11, de 5 de junho de 1990, divide o Estado de Goiás em dezoito Microrregiões Geográficas e as define "como um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma Unidade da Federação, definidos com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração".

Assim, as microrregiões são partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço, tais como: estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral, entre outras, podendo ainda resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões autossuficiência e tampouco o caráter de serem únicas. Esses espaços foram identificados, também, pela vida de relações em nível local, isto é, pela possibilidade de atender às populações, através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos (IBGE / SEPLAN / SEPIN, 2013).

Dados da Produção Agrícola Municipal (PAM, 2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os municípios com histórico de maior produção industrial de cana-de-açúcar desde 1990 da Microrregião do Sudoeste de Goiás são: Maurilândia, Santa Helena de Goiás e Serranópolis. Naquele ano produziram juntos 224.666,4 mil e 550,4 mil toneladas respectivamente e Castelândia, que, em 1994, produziu 55,3 mil toneladas de cana-de-açúcar.

Nesses municípios, as usinas que estão em operação ou em fase de instalação são: Usina Vale do Verdão, instalada no município de Turvelândia, com

abrangência territorial de atuação nos municípios de Maurilândia e Castelândia, e que entrou em funcionamento em 1982; Usina Santa Helena de Açúcar e Álcool, no município de Santa Helena de Goiás (atualmente em fase de diminuição produtiva, em vias de falência) em operação desde 1946; Energética Serranópolis e Usina Cansanção do Sinumbu S/A, em operação e em fase de instalação respectivamente, no município de Serranópolis.

O Estado de Goiás já alcançava 599,3 mil ha de área plantada na safra de 2010/2011, expansão de área plantada de 66% em relação à safra 2005/2006. Tal demanda favoreceu um aumento de 396,8 mil ha, além de elevar a produção e produtividade da ordem de 69% e 10%, respectivamente. Aliado à falta de uma política de organização da atividade agrícola, o monocultivo impôs à cana-de-açúcar a ocupação de muitas terras de pastagens inapropriadas para outras culturas, mas também a ocupação de solos férteis em regiões de topografia plana, próximas de centros urbanizados, muito aptos para o cultivo de gêneros alimentícios, como é o caso dos municípios de Jataí, Mineiros e Rio Verde.

A preocupação com a substituição de áreas com cultivo de grãos pelo da cana fez com que a prefeitura de Rio Verde (Verdão) criasse uma lei que limitava em 10% da área municipal destinada à agricultura, ao cultivo da cana. A justificativa baseou-se na alegação de colocar em risco os investimentos já realizados e futuros vinculados às cadeias produtivas da soja e do milho como as agroindústrias de óleo e farelo, frigoríficos, armazéns, criação de aves e suínos, principalmente.

Em Jataí, as mesmas pressões do cultivo da cana sobre áreas de produção agropecuária levou o município a aprovar o Projeto de Lei nº 082/2010, que regulamenta o Plano Diretor Agrícola. A lei limita o plantio da área de cana-de-açúcar no município em cinquenta mil hectares. Além disso, o produtor que quiser ampliar a área de cana terá que pedir autorização, através da Certidão do Uso do Solo Rural, ao Conselho Socioeconômico de Desenvolvimento Rural do Município de Jataí (CODERJ). Assim, por meio da força legal, o município busca resguardar as terras tradicionalmente cultivadas com grãos.

Os indicadores da Produção Agrícola Municipal - PAM (IBGE, 2010) destacam entre os municípios da Microrregião do Sudoeste de Goiás aqueles que tiveram a maior área plantada na safra 2009/2010 com cana-de-açúcar: o município de Santa Helena de Goiás, com 37.300 ha; Mineiros, com 15.361 ha e Maurilândia, com 13.718 ha.

Entretanto, observam-se, na mesma safra, índices diferenciados na produtividade desses municípios que colocaram Santa Helena de Goiás, Rio Verde e Chapadão do Céu com maior produção de cana. Por conseguinte, na safra 2010/2011, os que tiveram uma área plantada acima dos dez mil hectares foram Chapadão do Céu, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Rio Verde e Santa Helena de Goiás, respectivamente (SIFAEG, 2010) (ver Tabela 4).

O que se percebe, corroborando com os autores a seguir e com dados estatísticos além da visualização *in loco*, parece a concretização de

[...] uma nova forma de expansão que prioriza terras com diferentes aptidões nos cerrados goianos e que estão entre altas a médias, essas dominantes, cujas restrições podem ser superadas por técnicas de manejo adequadas. As áreas de cultivo triplicam, bem como o número de usinas e grandes complexos industriais começam a se organizar, reafirmando o Cerrado como o grande centro de produção de *commodities* para exportação, desta vez com maior valor agregado e ancorado também em mercado interno consolidado e crescente, evitando dificuldades do passado com o Proálcool. (CASTRO *et al.*, 2010, p. 17)

Maurilândia bem serve a esse papel como *lócus* de reprodução agroindustrial para o mercado nacional e internacional. Suas características naturais do bioma Cerrado, bem como a localização geográfica e, não menos importante, a oferta de mão de obra para o trabalho nos canaviais foram fatores decisivos na escolha da área para a ampliação dos ‘negócios da cana’.

Diante dessa configuração socioespacial e de reprodução do capital agroindustrial, qual seria a identidade dessa comunidade nos dias atuais e quais as reais possibilidades de crescimento e desenvolvimento que a monocultura da cana pode agregar ao município?

### 1.3.1 Identidade e possibilidade local

A Microrregião do Sudoeste de Goiás, na qual se insere o município de Maurilândia, é conhecida como celeiro de grãos do Estado e tem vivenciado crescimento exponencial de empresas ligadas à monocultura canavieira. Só no ano de 2010, oito empreendimentos agroindustriais foram instalados nessa microrregião.

Esse arranjo produtivo ocupa área de aproximadamente 120.000 ha, com produtividade de 80 a 130 toneladas por hectare, como destaca a tabela a seguir.

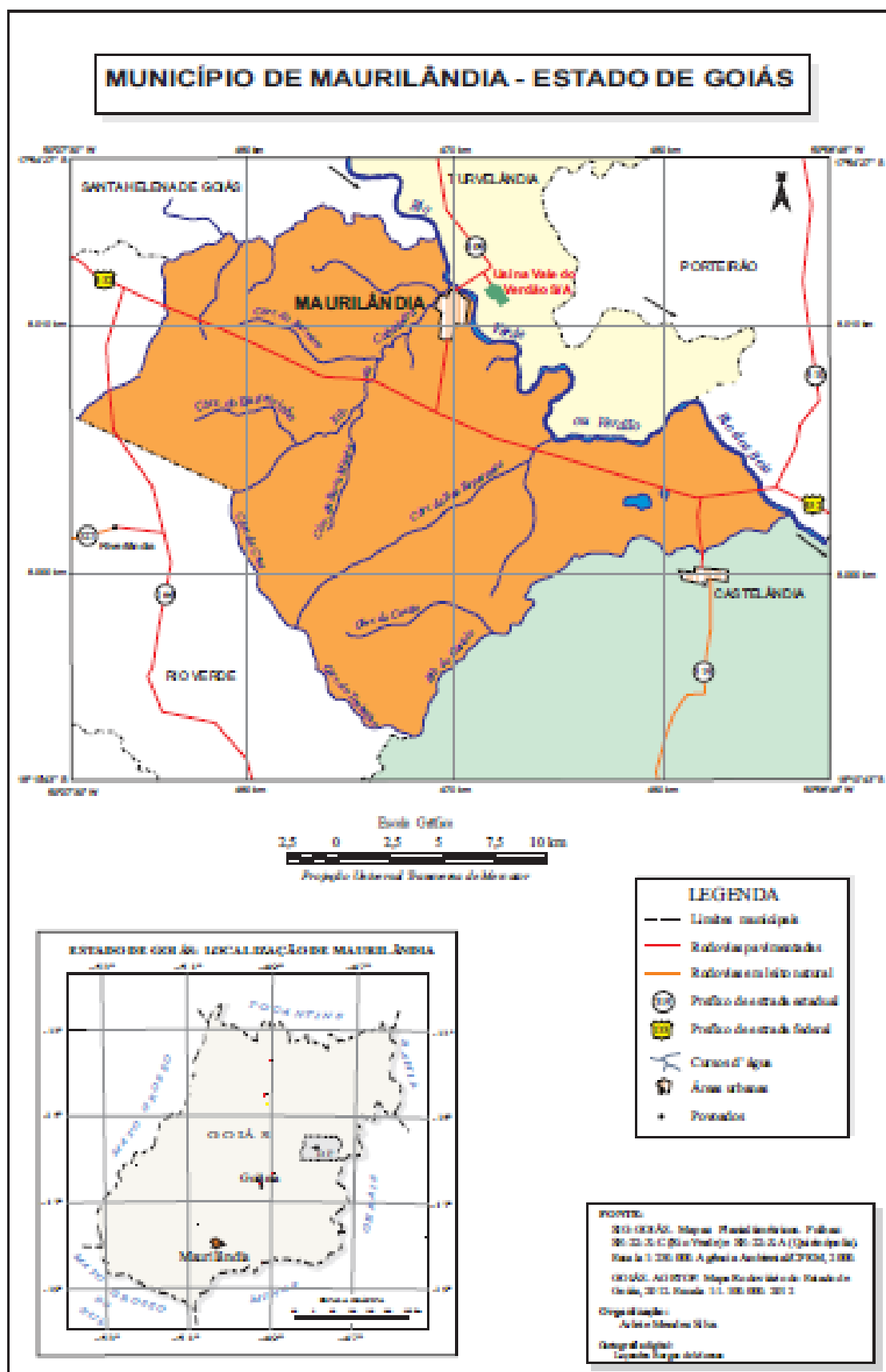
**Tabela 4:** Usinas instaladas no Sudoeste de Goiás, com suas respectivas áreas (ha) e produtividade (ton/ha) no ano de 2010.

Usina	Município	Área própria (ha)	Produtividade (ton/ha)	Área terceiros (ha)	Produtividade (ton/ha)
CosanCentroeste S.A. - Açúcar e Alcool	Jataí	7.635,19	132,80	8.221,04	115,63
Usina Porto das Águas Ltda	Chapadão do Céu	17.738,47	110,31	8.209,26	100,00
Usina Rio Verde Ltda	Rio Verde	26.985,33	96,47	2.454,94	85,41
Usina Santa Helena de Açúcar e Alcool S.A.	Santa Helena	20.677,79	90,50	3.513,07	79,29
E T H - Bioenergia S.A.	Mineiros	23.020,00	89,05	4.000,00	108,50
Usina Serra do Caiapó S.A.	Montividiu	3.881,85	87,07	819,01	94,11
Usina Fortaleza S.A.	Santo Antônio da Barra	10.443,24	83,47	-	-
Energética SerranópolisLtda	Serranópolis	9.275,08	80,06	1.743,24	59,63

**Fonte:** Sindicato da Indústria de Fabricação de Alcool do Estado de Goiás (SIFAEG, 2010) – Elaborado pela autora.

Nesse contexto espacial de expansão da monocultura canavieira e seus desdobramentos produtivos, a localização geográfica de Maurilândia lhe confere algumas especificidades. Com suas terras na mira da área de plantio da cana, se consagrou como a vizinha urbana mais próxima da Usina Vale do Verdão (ver Figura 3). Entre outras características, o município maurilandense localiza-se na Microrregião do Sudoeste de Goiás.

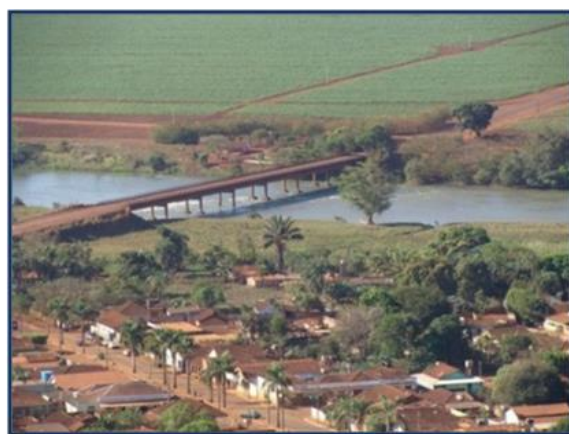
Sua população em 2010 foi estimada em 11.516 habitantes, com densidade demográfica de 29,24 hab./km<sup>2</sup>, numa área de 393,793 km<sup>2</sup>, de acordo com dados do IBGE. Faz limite com Rio Verde ao oeste, com Santa Helena de Goiás e Turvelândia ao norte e com Castelândia ao leste. Área bem drenada, com rica vegetação margeando os cursos d'água, o Cerrado maurilandense se traduz como *solo fértil* para a monocultura canavieira.



**Figura 4:** Município de Maurilândia – estado de Goiás.  
**Fonte:** GOIÁS, AGETOP (2012).

Entrementes, à parte dos limites naturais do município e seu potencial naturalmente constituído, tem-se o vizinho ‘implantado’, estabelecido, dado, espacial e economicamente. Como mostra o mapa anterior (Figura 4), a parte urbana de Maurilândia está geograficamente unida à Usina Vale do Verdão, numa estreita relação como área de influência da empresa. Isso não equivale dizer que atrai para si os resultados positivos dessa proximidade.

O que se tem visto é uma conexão de dependência da cidade em relação à usina (emprego, arrendamento, serviços urbanos). Essa se nutre das possibilidades do município ampliando sua zona produtiva. Embora a comunidade local use dos empreendimentos (rodovias de acesso, estradas vicinais, pontes, eletrificação rural, aumento de infraestrutura local) advindos com a implantação da empresa rural, esses não minimizam as perdas territoriais, culturais e sociais que a lógica capitalista impõe ao lugar.



**Fotos 1 e 2:** Vista aérea da área central da cidade. A praça é o lugar onde se reúne a comunidade local para festas, shows, eventos políticos e religiosos. Ponte sobre o Rio Verde (ou verdão), divisa entre os municípios de Maurilândia e Turvelândia, ao fundo a monocultura canavieira que pertence à Usina Vale do Verdão S/A.

**Fonte:** Prefeitura de Municipal de Maurilândia (2012).

As imagens anteriores mostram a porção central do município, com a principal praça da cidade, o coreto e o prédio da biblioteca municipal. É, também, ponto de encontro da juventude, de idosos, vendedores ambulantes e há a presença constante de ‘desempregados da cana’ pela mecanização agrícola.

Local de intenso fluxo de pessoas e veículos, a praça é ladeada por duas avenidas principais. A da direita liga Maurilândia à Usina Vale do Verdão, em Turvelândia, pela ponte sobre o Rio Verdão (Foto 2), simbolicamente abrindo as porteiras para as imensas lavouras de cana da região. Por seu turno, a ponte



encabeça várias iniciativas de infraestrutura para servir à usina, principalmente. Tema que será abordado em capítulos vindouros.

Maurilândia nasce e sobrevive sob os desejos de tempos prósperos e de abundância. Isso aconteceu com o garimpo, mais tarde com o crescimento das atividades agrícolas e pastoris. Nas últimas décadas, o agronegócio da cana ainda flui positivamente no imaginário de algumas pessoas como possibilidade de autonomia e crescimento econômico e social (desenvolvimento utópico?).

A história maurilandense foi marcada pela busca de ouro nessa região. Pode-se dizer que foi em 1946 que alguns eventos marcaram o nascimento do que viria ser, atualmente, a cidade de Maurilândia. Alguns garimpeiros, em busca de diamantes, iniciaram a exploração de garimpo na confluência do Ribeirão Cabeleira com o Rio Verdão. A partir daí, dada a grande influência do garimpo naquele local, várias famílias foram se estabelecendo, em barracas e ranchos de palha, às margens dos referidos cursos d'água, cujas terras pertenciam, naquela época, ao município de Rio Verde.

Mais tarde, em 1954, idealizou-se o loteamento da área onde hoje (2013) se encontra a cidade. Recebeu o apoio de fazendeiros da região, os quais mandaram lotear uma área de 686.492 m<sup>2</sup>, situada à margem direita do Rio Verdão, Ribeirão Cabeleira e Córrego da Pratinha. Em maio de 1955, em consequência da rápida povoação daquela localidade já loteada, foram feitas as "picadas" para a delimitação do povoado que recebeu o nome de "Garimpo do Rio Verdão", tendo, à frente, o pioneiro, idealizador e fundador Josias Lula. No mesmo ano, com a denominação definitiva do povoado, foi escolhida uma quadra de terreno no interior da área loteada, onde foi erguida uma capela.

Em outubro de 1955 a capela foi inaugurada e doada à Nossa Senhora Aparecida, escolhida para padroeira. O dia 12 de outubro se tornou a data oficial para a comemoração do aniversário da cidade. A 19 de janeiro de 1959 o povoado se torna o distrito "Garimpo do Rio Verdão" pela Lei Municipal de Rio Verde nº 353, de 19 de janeiro de 1958, tendo sido instalado solenemente a 8 de março do mesmo ano. Em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960 o distrito pertence ao município de Rio Verde.

Elevado à categoria de município com a denominação de Maurilândia, pela lei estadual nº 4925, de 14 de novembro de 1963, é desmembrado de Rio Verde. Sede no atual distrito de Garimpo do Rio Verde, ex-povoado, constituído do distrito sede e

instalado em 1º de janeiro de 1964 pela lei estadual nº 8111, de 14 de maio de 1976, Maurilândia adquiriu do município do Rio Verde o distrito de Castelândia. Três anos mais tarde, em divisão territorial em 1º de janeiro de 1979, o município é constituído de dois distritos: Maurilândia e Castelândia.

Pelo acórdão do Superior Tribunal Federal, de 21 de agosto de 1980 (representação nº 10422) é declarada a inconstitucionalidade da criação do distrito de Castelândia, transferindo o seu território do município de Maurilândia para o distrito sede de Rio Verde. Em divisão territorial datada de 18 de agosto de 1988, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007 (Secretaria de Planejamento e Educação do município de Maurilândia/GO, 2012).

Evidencia-se, na região, lento e gradual aumento populacional na área que viria a ser Maurilândia – importante município produtor de grãos do Estado de Goiás. Em dias atuais (2014), o aumento da população e a expansão da área urbana do município têm sido elevados devido às constantes migrações das últimas três décadas. Bairros novos são criados à mercê das necessidades dos migrantes do campo do município e de outras regiões que chegam à cidade a cada época de plantio e colheita da cana.



**Fotos 3 e 4:** Vista aérea do município de Maurilândia/GO, demonstrando a proximidade entre as lavouras de cana e a área urbana do município (parte superior das imagens) – O município é banhado pelo Rio Verdão na sua parte norte. A imagem da direita evidencia as duas principais avenidas da cidade.

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Maurilândia( 2012).

Essa realidade não se aplica somente à Maurilândia, este é o retrato de vários municípios serpenteados pela cultura canavieira. No contexto regional, a Microrregião do Sudoeste de Goiás agrega vários municípios que se destacam na

produção da monocultura da cana. Dentre os dezoito municípios dessa microrregião, doze desenvolvem atividades agrícolas no setor canavieiro: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Castelândia, Chapadão do Céu, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santo Antônio da Barra e Serranópolis. Destes, dez possuem instalações industriais processadoras de cana-de-açúcar: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Chapadão do Céu, Jataí, Mineiros, Montividiu, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santo Antônio da Barra e Serranópolis (IBGE, 2010; SEGPLAN, 212).

Este conjunto de municípios forma um cenário com elevado potencial produtivo para a agroindústria canavieira. Por suas estreitas relações produtivas, de trabalho e econômicas e, também, pela proximidade com seus vizinhos, os estudos sobre a agroindústria sucroalcooleira em Maurilândia será permeado por essas relações e eventos comuns nos municípios de Turvelândia (limita com Maurilândia, mas, pertence à Microrregião do Vale do Rio dos Bois) e Castelândia, quando forem importantes para elucidar questões levantadas sobre a região em questão (rever Figura 1, introdução).

Tal fato se justifica pela abrangência da Usina de Açúcar e Alcool do Vale Verdão S/A abarcar esses municípios como áreas de alcance do seu pólo fornecedor de matéria prima e produção de cana para seu abastecimento. Concomitantemente aos indicadores de produção agrícola e do crescimento produtivo da cultura canavieira, têm-se os sujeitos que vivem nessa região que, após a década de 1980 até a presente data tem tido seu espaço de vida invadido pelos canaviais.

Quais as principais transformações socioespaciais que ocorreram nessas últimas décadas em função da inserção e aumento da cultura canavieira para os sujeitos locais? Que memória subsiste no tempo e espaço quando a cana não era a principal produção nos cerrados goianos dessa região? Qual a percepção do campo (no campo e na cidade) e dos mecanismos de intervenção social, espacial, econômico e cultural na vida da comunidade local? Essas e outras questões passam a ser consideradas a seguir.

## 1.4 PERCEPÇÃO, MEMÓRIA E LUGAR PARA OS MAURILANDENSES ANTES E DEPOIS DA MONOCULTURA CANAVIEIRA

*Maurilândia é a nossa princesinha do sudoeste goiano. É uma ótima cidade para se viver: o bom povo que vive ali, uma cidade muito pacata! Tem os rios Verdão, Bois, Cabeleira, Bauzinho, São Tomaz e Boa Esperança... Portanto, é uma cidade rica de água, isso faz dela um grande potencial produtivo. [...] Saudades de quando vivia aí!*

Por: I. R. L. (Internauta – Site Prefeitura Municipal de Maurilândia/GO - 2011)

Longínquo no tempo e, ao mesmo tempo, próximo e interiorizado, o lugar do passado, altamente significativo para o indivíduo e grupos sociais locais, pode ser desprovido de notoriedade para os outros, os de fora. Para a pessoa atada por laços topofílicos ao passado e ao lugar, persiste o significado como símbolo de identificação imorredoura (MELLO, 2001; TUAN, 1983). Talvez assim diria Tuan ao se manifestar sobre o depoimento acima em que o sujeito fala sobre o lugar vivido.

Ao que parece o depoente, de forma espontânea desejou externar seus sentimentos, saudades e afeição a respeito do lugar que marcou parte de sua experiência de vida. Por certo que a ausência desse lugar o levou a ‘reviver’ um espaço embebido de lembranças, memórias guardadas no tempo, vivências, percepções que advêm da relação humana com seu constructo socioespacial.

Uma breve reflexão sobre a tríade *percepção – memória – lugar* poderá contribuir para a compreensão das relações do sujeito com seu espaço de vida. Os Maurilandenses, certamente, têm muito a dizer como sujeitos históricos (sociais e espaciais) sobre seu *lócus* de vivência. Nota-se que o depoimento anterior é descrito em dimensão natural, social e econômica sob condições culturais que lhe são específicas. É o olhar de quem fala traduzindo memórias, percepções e sentimentos sobre o espaço, lugar das experiências concretas.

É nessa perspectiva que foram identificados grupos de pessoas que vivem em Maurilândia e região (Turvelândia e Castelândia) com características semelhantes, mas por vezes diferenciadas na prática e nos modos de vida, conforme foram “enquadrados” na nova lógica do capital agroindustrial que controla esses espaços.

### 1.4.1 Por uma tipologia dos sujeitos locais

Parte desse trabalho se propõe a pensar sobre os modos de vida dos sujeitos no espaço rural e urbano (campo e cidade), espacialmente desenhado pelo contorno territorial do município de Maurilândia/GO. Entretanto, em campo, percebeu-se que os laços e as relações entre os três municípios citados acima são fortes, concomitantes e partícipes de uma realidade comum. Como Maurilândia foi o foco principal desse estudo comprovado pela maioria dos dados coletados, tratados e aqui expressos, optou-se por agregar a esse município os demais (Turvelândia e Maurilândia). No lugar, fica evidente que as fronteiras administrativas não limitam as relações sociais, econômicas, culturais e afetivas. Desse modo, a proposta que se apresenta trata dos sujeitos locais da área pesquisada. Quando forem demonstrados dados específicos de Maurilândia, essa será citada. Nessa construção tipológica, foram identificados três grupos de sujeitos na área estudada, caracterizada no quadro a seguir:

**Quadro 1:** Tipologia dos sujeitos locais – Área de influência da Usina Vale do Verdão S/A.

GRUPOS	CARACTERÍSTICAS
<b>G I: Sujeitos no/do lugar</b>	Sujeitos que vivem, trabalham e constroem seu meio e modo de vida em espaço rural, mesmo com o advento da agroindústria sucroalcooleira.
<b>G II: Sujeitos temporários do lugar</b>	Sujeitos que ainda trabalham no campo, mas residem em áreas urbanas próximas à usina ou vice – versa num movimento diário da cidade para o campo e do campo para a cidade. São migrantes, trabalhadores da cana e/ou ex-trabalhadores rurais da região.
<b>Grupo III: Sujeitos fora do lugar</b>	Sujeitos que perderam o vínculo de propriedade e/ou de trabalho com o campo. Vivem nas cidades da região desenvolvendo atividades não agrícolas. Também são os sujeitos de origem rural que se “desligaram” (por opção ou não) das atividades campestres e vivem nas cidades da ACVV. Compõe essa categoria os migrantes (inter)regionais que vieram trabalhar nos canaviais da região.

**Fonte:** Dados de campo (2011 a 2014) – Elaborado pela autora.

Com o propósito de pensar sobre questões, contradições, conflitos e acomodações existentes no lugar, espera-se que a análise dessas três categorias de sujeitos locais possa contribuir com a construção do perfil de um lugar reterritorializado pela agroindústria da cana.

Para isso, inicialmente, serão conhecidas as dimensões da percepção e da memória dos sujeitos em relação ao lugar vivido e experienciado. Paralelamente, esta classificação poderá conduzir a outras ponderações/percepções, que dizem respeito às territorialidades impressas no lugar a partir da apropriação e uso do espaço pelo capital canavieiro.

Nesse discurso, a tipologia sugerida para conhecer e identificar os sujeitos locais, os grupos sugeridos não se excluem, ao contrário, podem até se complementar haja vista a dinâmica de mutação do espaço se concretizar a partir dos processos sociais e produtivos que acompanham os movimentos locais.

Poder-se-ia questionar no que consiste o lugar e sua importância. E, ainda, será que o apego ao lugar existe na vivência concreta dos sujeitos ou somente nas elaborações teóricas? Assinalando positivamente, por certo que é no lugar que as especificidades aparecem e se erguem em nível de confronto com a teoria. As ideias e formulações, muitas vezes distantes do local real dos sujeitos, convergem ao mesmo ponto comum, o empírico do real vivido.

O lugar, importante categoria na análise geográfica que distancia no tempo desde o início do século XX, trata fenômenos socioespaciais locais. Numa perspectiva humanista e cultural, contribui para o entendimento do processo de pertencimento e identificação do homem com seu espaço (conhecido e vivido) entremeado de elementos culturais. Ora, o lugar é o centro de significância e *locus* da construção emocional e afetiva do homem, a topofilia (ou o seu contrário, a topofobia) de que trata Yi-Fu Tuan (1983). O lugar é o substrato físico, geográfico e cultural nessa análise.

Busca-se compreender, nessa empreitada, o espaço enquanto 'experiência real' concretizada localmente. O que se impõe é a capacidade de levar os conceitos e categorias de análise ao desvelamento e correlação das práticas sociais em justaposição de variáveis (à priori) para entendimento de questões já postas. Encontra-se em Tuan (1983, p. 5), preocupação semelhante na busca por conceitos e categorias que traduzissem tais aspirações:

A vida das idéias é uma estória contínua, como a própria vida. [...] Embora apreciasse observar a riqueza e a amplitude da experiência do homem com o meio ambiente, não pude nessa época encontrar um tema ou conceito abrangente com o qual estruturar o meu heterogêneo material [...]. Para tanto, reduzi meu enfoque para o 'espaço' e 'lugar' enquanto elementos do meio ambiente, intimamente relacionados.

Quando se objetiva relacionar o espaço dos geógrafos, dos filósofos, das instituições, das ciências, das pessoas comuns, do homem do campo e da cidade com outros espaços é, por demais, uma tarefa laboriosa! Pois, como relacionar o espaço linear, cartesiano e exato da matemática, com seus pontos, linhas e retas, com o espaço dos sentidos e da experiência? E o que dizer do espaço tridimensional da Física, regido por modelos teóricos e suas equações pré-estabelecidas com o espaço do cotidiano no âmbito dos estudos humanistas?

O espaço 'científico positivista' é preciso e não pouco complexo, todavia, destoa da espacialidade concreta embebida de significados, consensual e banal dos sujeitos comuns. Para esses, são espaços insurgentes, com conteúdos e fronteiras bem demarcadas, que existem conjuntamente com as pessoas (SCHMID, 2005). Espaço ora visto, ora percebido e às vezes concebido aliado ao tempo – considerado, nesse estudo, sua categoria conjunta – podem, em boa medida, contribuir para uma melhor compreensão das experiências têmporo-espaciais locais.

Muitas vezes, esse espaço se apresenta como lugar com contorno, nuance e imbricação própria relativa ao local, à pausa, ao momento. São espaços que possuem existência própria com movimentos cíclicos, eventos imaginados (programados ou não), com características culturais singulares que se revelam aos sentidos à medida que se aproxima da realidade.

Nesse espectro, o lugar se constitui em importante categoria, dada sua densidade e possibilidade interpretativa de tempos e espaços (lugares) particulares e específicos. Daí valorar a forma pela qual os sujeitos percebem e memorizam espaços no universo do imaginário cultural rural (e urbano rural). Estes elementos nos dão, em boa medida, um quadro das representações espaciais simbólicas e culturais das comunidades rurais (no campo e na cidade), locais em que vivem em meio à expansão da cana e das novas territorialidades delas advindas e/ou forjadas.

Ao analisar as características do primeiro grupo da tipologia dos sujeitos locais surgem não poucas inquietações: existiria, ainda, em tempos pós – modernos, o camponês? É possível identificar o sujeito rural / rurícola, ou o caipira, como diria Antonio Cândido (1964) na contemporaneidade da globalização? O que faz o camponês, tal qual a junção do substantivo campo + o sufixo *nês* = camponês ser do campo e pertencer ao campo?

A resposta seria afirmativa, com base no sentido de ‘pertencimento’ dos sujeitos sociais que, em maior ou menor escala, contribuem com a construção identitária deste homem do campo (camponês). Isso numa contextualização e historicidade que explica, semanticamente, a utilização do termo em espaços e temporalidades definidas e identificadas culturalmente.

Ademais, *ser* e *pertencer* ao campo é diferente do que *estar* no campo. São modos verbais que denotam bem essa diferença! O primeiro, no sentido de fazer parte, numa experiência direta com o cotidiano rural, caso do I Grupo apresentado; e o segundo, numa condição pré-determinada e/ou almejada pela sua finitude (Ex.: trabalhos temporários e/ou intermitentes no campo como época de plantio, colheita, pequenos agricultores sem recursos para ‘tocar’ sua roça tendo que migrar, entre outros), situação explícita dos sujeitos sociais classificados no II Grupo da mesma tipologia.

Nesse cenário, muitas vezes, se traduzem as motivações que, não raro, levam os sujeitos (do primeiro grupo) a se manterem, sendo e pertencendo ao campo, mesmo em meio aos revezes e desafios que se descortinam na realidade das comunidades rurais locais. Vale lembrar que a falta de recursos e as condições físicas e sociais inóspitas não negam o sentido de pertencer ao lugar (ALMEIDA, 2010).

Haja vista o ‘pertencer’ estar intimamente ligado ao ‘ser’ e ao ‘fazer parte de’ convém esclarecer este sentimento que, neste trabalho, toma forma de identificação e ação do sujeito(s) ou do(s) grupo(s) social(is) que se sente ambientado e integrado ao lugar, esse, fazendo parte do *seu* mundo físico e emocional. Ademais, esta dimensão espacial ampara o ser e o estar do sujeito social rural nos diferentes arranjos territoriais do mundo contemporâneo.

Como fora dito, têm-se no Grupo III os sujeitos que tiveram sua ligação (vivência) com o campo interrompida (cortada, vetada) por várias condições desfavoráveis em prol de novos arranjos territoriais. É o caso de muitos trabalhadores rurais que tiveram que sair do campo em função do desemprego funcional e estrutural, resultado da opção por técnicas modernas de produção que *desterritorializam* a mão de obra humana em favor da modernização agrícola, fazendo uso de novas tecnologias em máquinas e equipamentos rurais. Outros optaram pelo arrendamento de suas terras (pequenas e médias propriedades) em favor da expansão canavieira que pressiona o espaço dos pequenos produtores



rurais, alargando sua área de produção, tema que será aprofundado em tópicos subsequentes.

A questão que se propõe é a seguinte: como esses sujeitos rurais locais, de ontem e de hoje, apontados nos três grupos, percebem (e rememoram) o lugar rural com a transformação espacial que se deu com o advento e proliferação da lavoura canavieira? Bem, nesse momento seria indispensável se ater a alguns pressupostos teóricos metodológicos de interpretação da realidade, com fundamentação teórica, que analisam a percepção e a memória dos sujeitos, e como essas análises contribuem para entender a dinâmica dos modos de vida das comunidades rurais no gradiente perceptivo sobre espaço e lugar (estando elas no campo ou na cidade).

Sabe-se que uma gestão consciente e ativa do espaço não pode mais atuar vendo o ser humano reduzido ou à sua dimensão de “homo economicus”, ou àquela de homem puramente racional ou, ainda, àquela de “romântico e inocente”. A dinamicidade espacial e as demandas sociais não cabem mais nesse modelo ‘positivista’ de sociedade. A complexidade do comportamento humano não é bem representada por nenhum desses reducionismos.

Por isso, estudiosos e pesquisadores vêm trabalhando, há alguns anos, com outra hipótese: a de que as aspirações, decisões e ações, individuais e coletivas, que os homens desenvolvem em relação ao ambiente em que vivem podem ser avaliadas através de uma cuidadosa análise das atitudes, preferências, valores, percepções e imagens / representações que a mente humana tem a capacidade de elaborar. Tem-se nos estudos das percepções ambientais dos homens de hoje uma possível e última fronteira no processo de uma gestão mais eficiente e harmoniosa do ambiente, tanto em áreas rurais como urbanas.

Embora se possa dizer, a rigor, que a atividade geográfica, desde suas origens mais remotas, sempre se baseou nas percepções ambientais de seus praticantes, o que se observa, a partir do final dos anos sessenta é um cuidadoso resgate, bem como nova forma de valorização dessa maneira de explorar os lugares e paisagens da Terra. Na verdade, muitos geógrafos (e não geógrafos) começaram a buscar nos estudos de percepção ambiental uma nova alternativa epistemológica<sup>6</sup>. Lembre-se de que a maior parte dos trabalhos desenvolvidos na Geografia e em ciências afins, nos anos sessenta e no início dos setenta, era direcionada por duas

---

<sup>6</sup> No Brasil, ver estudo realizado pela Professora e Geógrafa Livia de Oliveira sobre Percepção do Meio Ambiente e Geografia – USP – Rio Claro – São Paulo (2000).

orientações epistemológicas principais: de um lado, a qualificação, a racionalização e a sistematização dos neopositivistas; de outro, o materialismo e o economicismo dos neomarxistas. Ambas as correntes, em suas manifestações extremas, conduziam a um excesso de abstração e de teorização.

O contato com a realidade concreta e com as representações que dela fazem os homens foi relegado a um plano secundário por ambas as correntes dominantes. Pelo fato de criticar essas duas correntes e de preconizar a priorização não mais apenas de um conhecimento pretensamente objetivo e/ou teórico, mas, sim das percepções, representações, atividades e valores dos homens em geral, os estudos de percepção ambiental foram incluídos em um grande movimento que recebeu, na década de 1970, o nome de "Geografia Humanística ou Humanista".

Essa "Geografia Humanística", pontuando a Geografia da Percepção, tem raízes antigas. Porém, algumas contribuições constituem marco fundamental no desenvolvimento e na consolidação dessa linha de pesquisa no âmbito da Geografia e Ambiente. Mencionam-se os princípios orientadores da chamada "escola francesa tradicional", com sua ênfase na importância e na necessidade de contatos prolongados (talvez, até uma vivência) do geógrafo com os lugares e paisagens que constituíam seu objeto de pesquisa.

As reflexões de Carl O. Sauer, nos Estados Unidos, sobretudo na década de 1920, sobre "a geografia como estudo da diferenciação de áreas" e sobre as paisagens, percebidas e vividas pelos homens como o tema privilegiado da atividade geográfica; as ideias de John K. Wright (1947) sobre o fato de que, após ter explorado e mapeado quase todo o mundo, os pesquisadores deveriam voltar-se para uma última e fascinante "terra incógnita" que os desafiava: a da "imaginação geográfica", para cujo estudo, Wright propõe o nome de Geosofia.

A partir da década de 1950, têm-se as propostas de William Kirk (1952) sobre o papel crucial desempenhado pelo estudo das "percepções" e dos "comportamentos", no conhecimento do ambiente, inclusive lançando a ideia de uma "geografia comportamental" como base da Geografia Histórica; foi Kirk um dos primeiros a chamar a atenção para a relação existente entre as percepções ambientais e as tomadas-de-decisões locais, desafiando, assim, o predomínio do positivismo lógico.

O pensamento de Eric Dardel (1952) sobre a permanência e a importância primordial das experiências vividas e da noção de valor na curiosidade e nas

indagações sobre a terra, apesar do apelo crescente do cientificismo; também Dardel cria um termo novo para essa intuição geográfica dos homens de todos os tempos: “geographicité”; as propostas de David Lowenthal (1961) no sentido da valorização da experiência vivida e da imaginação na atividade e no pensamento geográfico e, como consequência, sua inclusão em uma nova epistemologia da Geografia.

Também, o trabalho seminal de Anne Buttimer (1971/1974) sobre a conceituação e os tipos de valores de maior significado para os homens, além de suas relações com uma geografia que não poderia mais continuar sob a orientação quase exclusiva dos paradigmas neopositivista e neomarxista. As tentativas de se trazer para o campo das técnicas cartográficas clássicas e atuais as representações e imagens que os homens fazem dos lugares, das paisagens e das regiões do mundo fomentaram representações geográficas do espírito humano, Gold e White dão, em 1974, o nome de *mapas mentais*.

E, por último, a mais abrangente e, talvez, a mais estimulante de todas essas contribuições: a do geógrafo Yi-Fu Tuan, cujas publicações, desde o início dos anos setenta, têm inserido novos conceitos fundamentais para a compreensão do ambiente e para as aspirações do homem e que, em termos de qualidade ambiental, foram criados e difundidos. Entre estes conceitos, citam-se, por exemplo: topofilia, topofobia, geopiedade, lugares valorizados, entre outros.

No que tange à memória dos sujeitos, poder-se-ia inquirir: seria possível compreender essas *formas mutantes* na / da história? A memória seria a responsável pela manutenção e não perda dessas configurações e de suas essências? Digamos que, em parte, sim, haja vista a *memória* não realizar tal empreendimento só, ela necessita de outros elementos constitutivos para ser entendida. São elas: as lembranças, as representações, os símbolos e signos, a história. Nessa perspectiva, a cultura é o ‘pano de fundo’ e cenário constante para o desenvolvimento desse diálogo sobre memória, percepção e lugar.

Sendo a **Memória** – *Mnemosyne* objeto *sinequanon* de construção do presente pela ‘busca’ no passado, outras questões surgem: o que dizer (ou saber) sobre a memória... São elas individuais, coletivas ou históricas? A memória resgata as lembranças ou é por elas mediatizada? E as lembranças de ‘si mesmo’ e ‘dos outros’, como identificá-las, reconhecê-las e desvelá-las?

A memória como também a percepção são conceitos/categorias que, em boa medida, tendem a contribuir no entendimento do contexto espacial do homem e (em) seu lugar de vivência. Esse – embebido de memórias e lembranças – enquanto uma ‘experiência da cultura’ poderá nos auxiliar na compreensão dos mecanismos socioespaciais manifestos nos *modos de ser e fazer* do homem do campo, do trabalhador rural.

Nesse sentido “não há grupo humano estável que além de ter a sua vida social, a sua *sociedade*, não tenha também a sua *memória*, a sua *história*, a sua *cultura*” (BRANDÃO, 2005, p. 34). Tal junção teórica aproxima-se do objetivo de compreender o lugar rural no contexto da agroindústria sucroalcooleira na Microrregião do Sudoeste de Goiás enquanto territorialidades (des) construídas pelos imbricados arranjos socioprodutivos a que estão submetidos o espaço, o território e o lugar.

Pois bem, então, seria a memória o ponteiro dessa lida? Talvez puxada pela lembrança que estaria pareada à percepção? Evocando a *imagem* do ‘carro de boi’ que sai *cantando* logo pela madrugada e chega com seu carregamento no final da tarde com a missão cumprida, agora os pares (de bois) podem deixar a canga e descansar tal qual o ponteiro (vaqueiro experiente) que sabe *conduzir a boiada*! Essa seria uma lida normal do homem do campo usando seus instrumentos de trabalho na lide.

Como este espaço seria percebido por este sujeito? Ausente do seu lugar, quais seriam suas memórias e lembranças, aludindo aos sujeitos classificados no terceiro grupo da tipologia sugerida? Qual representação simbólica que fica para os sujeitos que perderam sua terra e sua territorialidade rural? Esses sujeitos, talvez classificados no segundo grupo tipológico, teriam sua ruralidade guardada na memória e/ou nos saberes e fazeres ou se perderia nos longos processos de reterritorialização? O grupo social conseguiria trazer à memória tempos e espaços outros ou o retorno ao passado seria uma experiência individual e subjetiva? De forma didática, Maurice Halbwachs (2006, p. 70-73) pontua:

Admitamos que as lembranças possam se organizar de duas maneiras: tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais... Seriam as memórias individuais e coletivas [...]. Toda contribuição de fora é assimilada e progressivamente incorporada à substância da memória. A memória coletiva contém as

memórias individuais, mas não se confunde com elas. [...] O funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente.

Esse conhecimento traz luz à tarefa de tecer e entrelaçar os fios da urdidura e da trama que é compor uma estratégia metodológica (e teórica) que agregue, confortavelmente, os frutos colhidos das experiências ‘dos outros’, os sujeitos da pesquisa. Têm-se, de forma associada, os ‘muitos tempos da memória’ bem explicados pelo Professor J. P. Pinto (1998, p. 207). Em suas palavras:

[...] Mais do que pura representação, a memória afirma-se diferentemente da história pela capacidade de assegurar permanências, manifestações sobreviventes de um passado muitas vezes sepultado, sempre isolado do presente pelas muitas transformações, pelos cortes que fragmentam o tempo “e também o espaço”. Memória como lugar de persistência, de continuidade, de capacidade de viver o hoje presente. Projeção do passado no presente, identificação de marcas de uma continuidade pouco notável e certamente não obrigatória. (complementação e grifo nosso)

Aproximando de Halbwachs, o autor admite a evocação do passado de forma individual e/ou coletiva. Os sujeitos buscam, alimentam e tecem outras formas de ‘retorno ao passado, para além das matrizes textuais (forma por excelência da memória histórica). São lugares de memória que ‘guardam’ certos tipos, costumes, fazeres e modos de falar, objetos e espaços (construções) que podem ser ‘lembrados’ por meio de “quadros vividos atemporais, pelo resgate de imagens e estratégias representativas de um passado contextualizado que liga/une homens, sociedade e lugar”. E, ainda, “na validação da experiência do indivíduo, a conexão entre o passado pessoal e uma memória coletiva ou histórica pública determinam ou rejeitam uma *identidade*” (idem, p. 208) alimentada e nutrida pelo exercício da lembrança.

Bergson, apropriando-se de um método introspectivo, prevê como base de análise da memória a experiência da percepção. Para ele, a ‘memória pura’ está ligada ao ‘eu profundo’ e singular evocado pelo indivíduo. A teoria da memória de Bergson dá ênfase às lembranças do indivíduo, independente do meio social em que vive. Pode-se dizer que seria o resgate do passado pela ação *mnemônica*...num ‘recordar é reviver’!

Bosi (1994, p. 44), explicando o processo cognitivo da teoria bergsoniana, diz: “quando o trajeto é só de ida, isto é, quando a imagem suscitada no cérebro

permanece nele (parando ou durando), teremos, não mais o esquema *imagem – cérebro – ação*, mas o esquema *imagem – cérebro – representação*”, sendo estes esquemas motor e perceptivo, conseqüentemente. Brandão (1998, p. 56) completa essa interpretação dizendo que Bergson “puxa a questão das lembranças para dentro, para a relação entre eu-e-meu-corpo, mediatizada pela relação meu-corpo-e-meu-mundo, considerando a memória de qualquer maneira, uma legítima atividade do espírito” (grifo nosso).

De modo semelhante à direção Bergsoniana, pode-se afirmar que toda percepção é impregnada de lembranças, como já fora dito. A lembrança, diferentemente da percepção e das ideias que nascem sob a égide de um presente contínuo, por sua vez, funcionam como ‘botão de acesso’ que liga os signos levando-nos a resgatar antigas imagens, as lembranças. Destarte, “a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações”, assevera Bosi (p. 46-47).

E, por fim, dizer, lembrando as preocupações de Walter Benjamin (*O Narrador*, 1939) em que atesta, tristemente: “[...] o saber que vem de longe encontra hoje menos ouvintes que a informação sobre acontecimentos próximos” (p. 202). Isso porque os modernos meios de comunicação, *a priori*, a facilidades de se obter informações *on line* sobre qualquer questão ou tema estar à distância de um toque de *mause*, evidenciam a compreensão dos fenômenos pela massa da população alienada das realidades locais, corriqueiras no cotidiano contrapondo e fazendo esvanecer conhecimentos, experiências e histórias locais ainda vivas e perto de nós.

É nesse aspecto que o autor expõe sua indignação, o desprezo da sabedoria dos mais velhos e experientes sujeitos. Nesse momento (e movimento) de ruptura, tensão, e perda do vivido em diferentes espaços e tempos, impulsiona a busca pelo resgate, na contramão da modernidade (ou pós-modernidade?) de viver o presente numa espécie de “mundialização do nosso tempo”. Essa centrifugação (rápida e constante) faz esmaecer antigas culturas e formas de convívio de grupos humanos ‘isolados’ ou ‘deixados’ à margem da história, mas, que deve ser contada mesmo com a marcação do ritmo abrupto da época presente.

Conseqüentemente, somam-se às preocupações presentes em relação aos (nossos) *interlocutores* em seus espaços – lugares de vivência, as comunidades rurais do campo e da cidade que estão, *de per si*, sendo *desenraizadas / desterritorializadas / destemporalizadas* pelos processos arbitrários do

‘desenvolvimento’ dos meios produtivos via capital industrial e financeiro. Desta maneira, tem-se por certo que o passado não pode sobreviver intacto devido à ação implacável do tempo que transforma as percepções, os valores e as ideias das pessoas num dado contexto socioespacial. O mundo pessoal está ligado ao das instituições sociais; assim o indivíduo não tem como construir sua memória apartada das influências que recebe dos grupos dos quais faz parte, quando da reconstrução do passado.

Halbwachs faz a diferença ‘básica’ entre ele e seu antigo mestre – Bergson – no que tange aos estudos da memória. “Para Bergson o passado permanece inteiro em nossa memória, exatamente como foi para nós. [...] as imagens dos acontecimentos passados estão completíssimas em nosso espírito”. Maurice Halbwachs (idem, p. 97) continua seu argumento afirmando o lado oposto:

Para nós, ao contrário, o que subsiste em alguma galeria subterrânea de nosso pensamento não são as imagens totalmente prontas, mas – na sociedade – dadas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado que representamos de modo incompleto ou indistinto, e que até acreditamos terem saído inteiramente de nossa memória.

Sabe-se apenas estar no limiar dessa discussão com a assertiva de Brandão (1998, p. 56) que resume: Henri Bergson puxa o impasse das lembranças para dentro, enquanto Halbwachs conduz a memória para fora, para a relação do indivíduo com o mundo na relação social e, ainda, “a atividade psicologicamente criadora da memória submete-se aos princípios da socialização *de quem* recorda e da sociabilidade *do que* se recorda”. Diante disso, confirma-se a importância da experiência humana na formulação ‘dos saberes’ ser narrada por meio das lembranças, percepções e memórias individuais e/ou coletivas que dão sentido e significado aos lugares e à história de vida das pessoas.

Nesse espírito, busca-se conhecer e compreender a alma humana daqueles que têm seu espaço – lugar ‘invadido’ pelas máquinas, pelo cheiro de ‘vinhaça’, pelas paisagens homogêneas no tom de verde que nem de longe permite reconhecer o cerrado... queimado, arado, erodido, agredido, tomado pela cana e seus ‘aliados’ vindos de longe, pagos pelo capital do chamado ‘desenvolvimento’, riqueza e lucro. A essas pessoas, espoliadas do seu lugar e de sua memória, julgo servir este e outros trabalhos, porque “eles também trabalharam” (BOSI, 1994) e ainda trabalham.

Em suas memórias, com certeza, permanecem imagens de um tempo que não precisavam migrar, distanciar da família, dos amigos, da ‘vizinhança’; não precisavam abandonar a horta, sacrificar seus animais que viviam ali mesmo – no quintal, nem viver como ‘ilhas’ em meio ao ‘mar de cana’. A cultura social rural é dinâmica e plural nos espaços onde vivem, lembram, persistem e trabalham os *homens da terra*.

Lugar de construção de identidade, história e memória que “ora resistente ao imposto ou à modernidade, se reinventa, se recria, desiste, persiste – deixa rastros, traços de memória por indícios e sinais, não nos deixando órfãos de história” (MACHADO, 2002, p. 16)! Olhando e pensando nos espaços desses homens, pergunta-se: como compreender os mecanismos que chegam às pequenas e médias propriedades rurais que ‘forçam’ um novo tempo para seus moradores? Acredita-se que os pequenos agricultores, camponeses quando *desterritorializados*, adquirem marcas profundas em suas memórias e história.

De repente, o fogo, a fumaça, os insetos que invadem a casa e o quintal, o mau cheiro vindo das queimadas nos canaviais despertam um inevitável desejo do êxodo: “*Tivemos que ir embora lá de casa pra não ver o fogo tomar conta de tudo, agora nem quero lembrar tudo que a gente viveu...*” esta fala de um ex-trabalhador e pequeno proprietário rural de Maurilândia que deixou o campo pela falta de trabalho e segurança para a família (sujeitos do Grupo III) remete a um sentimento de Topofobia (medo em relação ao lugar / TUAN, 1983) em relação ao espaço experienciado negativamente.

Muitas vezes, eventos e rupturas são impressas no lugar pelos ‘outros’, vindos de fora. É bem verdade que os trabalhadores são colocados à prova pela sobrevivência diária. A maioria são vozes silenciadas pelo poder do dinheiro (da indústria, da política de favores); os poucos que ainda gritam não podem ser ouvidos, pois, o ‘rugido’ das caldeiras nas usinas abafa seus apelos.

Verifica-se que para alguns sujeitos a perda do lugar em suas comunidades rurais locais tem sentido de morte, rompimento definitivo; são obrigados a esquecer do seu espaço de vida (e também de morte); o silêncio de quem migra de forma involuntária, a obscura indignidade de não poder trabalhar, sobreviver onde nasceu, demonstra a negação da identidade forjada pelo ‘heróico’ capitalismo que não morre, paira sobre nós tentando apagar os heróis e heroínas reais (sujeitos comuns) e sepultar a *memória imortal* dos lugares.



“A civilização industrial destrói a experiência vivida – o amor, a felicidade, a morte –, para empregar as energias assim economizadas a serviço do ‘princípio de rendimento’” = mais trabalho produzido *versus* menor tempo gasto! E, ainda, “a temporalidade que se inscreve nas sociedades modernas é, desse modo, a instituição de um presente opaco, sem passado ou futuro, plasmado, petrificado... preenchido por coisas fixas, mortas”.

Esses trechos narrados por Olgária Matos (2009, p. 71-73), fazendo alusão aos heróis gregos, bem representa a situação em que se encontram os *verdadeiros heróis*: trabalhadores rurais (do campo e da cidade) remanescentes de um espaço ainda agrícola e rural, mas também agrário. A autora lembra que o homem (no mundo do capital) experimenta sua extinção pelos próprios produtos que fabrica e que, dada à especialização, pulveriza-se o tempo, decai a historicidade e perde-se a ‘qualidade dialética do vivido’ que dá sentido à existência. E, como se sabe, “a eterna mudança é inimiga da memória, tornando-a supérflua em um mundo no qual o homem é tratado como mera função, como *business*” (idem, p. 74, grifos nossos).

Ao pensar nos sujeitos dos grupos II e III deste estudo, as memórias, lembranças, representações, signos e símbolos conduzem aos apontamentos de Massey (2009) sobre a saudade de um espaço, de um lugar, de um tempo! O ‘espaço de casa, do lar’, a saudade do migrante, do viajante, no ‘desterrado’ (desterritorializado). Nostalgia, perda, abandono, *lembranças*... do lugar, do lar, da ‘minha casa’! São sentimentos que, muitas vezes, os sujeitos (comunidades rurais) tiveram de apreender com a incorporação ao projeto da modernidade/pós – modernidade’, independente de suas vontades ou escolhas primeiras.

Num sentido contrário, Doreen Massey argumenta sobre a ‘nostalgia pós-moderna’ que se projeta com a necessidade política de gestão socioespacial voltada para as noções de espaço e tempo como forma de recuperação de necessidades afetivas, importante para o equilíbrio biossocial. Seriam as reafirmações, permanências e ruralidades que se impõem num espaço modernizado e globalizado?

Ironia da história que ora presencia-se e na qual, demasiadamente tardio, se percebe a importância dos sentimentos e subjetividade humana num tempo em que tudo se esvai como poeiras de tempos, espaços e cultura. “Minha questão é que a imaginação de voltar para casa significa, tantas vezes, ‘voltar’ tanto no tempo quanto no espaço. Voltar para as antigas coisas familiares, para o modo com que as coisas

costumavam ser [...] as coisas que relembro do passado” (MASSEY, 2009, p. 182) para compor novamente minha identidade, meu lugar.

Tais analogias, modos de pensar dão conta de uma dura realidade: espaços e tempos não ‘ficam’ estáticos, mas, continuam na sequência da existência humana. Mesmo após o êxodo, a saída dos sujeitos que estimam ‘lembranças’ de como ‘eram’ esses lugares, tem-se, por certo, a incerteza de que quando voltarem *nada será como antes*, caso isso fosse possível.

Nesse movimento/processo de ‘retorno’, indaga-se: Sob quais signos a memória seria evocada? Quais lembranças teriam permanecido? E as representações desse espaço de vivência – como seriam construídas ou lembradas? Seria possível reconstruir ruralidades territoriais num lugar já perdido?

Desta feita, Tuan volta à discussão, lembrando que o *lugar* traz segurança, aconchego, sentimentos de paz e tranquilidade. São signos (com significados) da especificidade local numa retrospectiva que remete a espaços e tempos de outrora, que já se foram! E que, provavelmente, não existam mais, pelo menos sob as mesmas formas e conteúdos simbólico-culturais.

Da mesma forma, se a *memória* é o ‘lugar’ de persistência, de continuidade, de capacidade de viver o hoje inexistente, o espaço é seu mais forte correspondente. Tem-se, dessa forma, a possibilidade da reconstrução, do enraizamento, da reterritorialização sob novos signos, percepção e dimensão socioespacial.

Nesse sentido, o espaço pode ser compreendido por porções do ambiente, frações de uma extensão de terra passíveis de serem transformadas em lugar mediante um trabalho motivado de uso, apropriação, ocupação e, sobretudo, de significação social. A perda do lugar, como já foi dito, conduz a outras perdas: de sons, imagens, cheiros, sabores, sensações, lembranças temporais e espaciais.

“Todos os territórios vividos e/ou pensados o são através de categorias que de alguma maneira podem ser atribuídos também a outras dimensões naturais e/ou sociais de seres, coisas e situações da experiência relacional da vida” (BRANDÃO 1995, p. 171).

Para pontuar melhor a discussão, talvez essas coisas e situações que fazem parte da experiência da vida e das relações entre os sujeitos e, por que não dizer das instituições, lembradas pelo autor, conduzam a outras reflexões que ora se fazem pertinentes. O uso do solo, a apropriação espacial, a implementação

agroindustrial nos lugares rurais movimentam o espaço e engendram rápidas transformações na maneira de viver e produzir dos sujeitos locais.

A manutenção do lugar, dos espaços de uso e reprodução social se vê amplamente ameaçada. Em perspectiva, poder-se-ia, a partir das estatísticas (já lembradas anteriormente), vislumbrar uma rápida expansão de área plantada com cana-de-açúcar no Estado e principalmente na microrregião sudoeste de Goiás antes ocupada por camponeses, trabalhadores rurais, pequenos e médios agricultores e pecuaristas da região; nota-se o crescimento tanto da área plantada como da produtividade, por ter na região solos (corrigidos, portanto férteis e produtivos, boa topografia) e clima altamente favorável ao cultivo desse tipo de gramínea.

Essa recente expansão da cultura da cana-de-açúcar no sudoeste de Goiás deixa inseguros os investidores da cadeia carne/grãos pelo risco de perderem espaço para essa monocultura. Formam-se, então, novos arranjos produtivos e, conseqüentemente, ganhos para alguns e perdas para muitos. Não muito distante desses conflitos e incertezas do setor produtivo, tem-se os embates políticos e socioeconômicos que colocam em discussão a situação dos atores sociais locais.

Estes, na figura do fazendeiro e agricultor (assistidos de perto pelos usineiros) têm tido a necessidade de readaptar-se a situações desconhecidas e aos arranjos territoriais e de produção que alimentam a demanda por novos produtos e matérias – prima agrícola, essas que a região deve produzir para abastecer a agroindústria canavieira.

Ao mesmo tempo e no mesmo espaço, a usina sucroalcooleira assume posição de mando no uso e apropriação de territórios, assegurando terras para produção de cana. Tal situação e novos arranjos territoriais serão analisados no próximo capítulo com base no uso das terras do sudoeste goiano pela expansão do cultivo da cana em meio aos revezes vivenciados pelos sujeitos locais.

## CAPÍTULO II

### AS ESTRATÉGIAS DA USINA SUCROALCOOLEIRA NO USO DOS RECURSOS NATURAIS E RURAIS: APROPRIAÇÃO E TENSÕES

*Para los pueblos indígenas, campesinos y rurales, la tierra y El territorio son más que solo fuentes de trabajo y alimentos; son también cultura, comunidad, historia, ancestros, sueños, futuro, vida y madre. [...] La lucha en defensa de la tierra y del territorio es la lucha por la vida y la dignidad. Detrás de nosotros, están ustedes!*  
(Comunicado – la comandanta Kelly. Mexico, 2007).

#### 2.1 A USINA VALE DO VERDÃO AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A E A INCLUSÃO DE UMA NOVA CULTURA EM UM LUGAR ARRAIGADO NA AGROPECUÁRIA EXTENSIVA

O estudo em questão traz os municípios de Maurilândia, foco principal da pesquisa, Turvelândia (localização da usina Vale do Verdão S/A e área de monocultivo da cana) e Castelândia (expansão da lavoura canavieira). Estes municípios compreendem a área core da Vale do Verdão, que será especializada e discutida no próximo capítulo.

A Usina Vale do Verdão S/A foi selecionada como objeto de investigação nesse estudo, haja vista sua importância econômica e social na região. A usina está localizada em Turvelândia (inscrita na Microrregião Goiana do Vale do Rio dos Bois) e dista somente 4 km de Maurilândia.

O município de Turvelândia tem suas terras altamente aproveitadas com o cultivo da cana. Este município fornece, também, mão de obra para a usina. Consta que os trabalhadores turvelandenses, que não são funcionários públicos, são empregados na usina. Geograficamente, a usina se localiza em Turvelândia, seu epicentro, mas sua área de influência vai muito além dos limites territoriais do município.

Em realidade, a Usina Vale do Verdão influencia toda região Sudoeste e Sul de Goiás pela capacidade produtiva e de comercialização de seus produtos.

A Usina Vale do Verdão iniciou suas atividades de construção na década de 1980, criada e implantada por meio de um grupo de proprietários de terras da região (fazendeiros), que tinham como objetivo inicial a produção de álcool e, posteriormente, a produção de açúcar. Desse modo, o grupo estruturou a empresa alicerçada sobre a capacidade produtiva agrícola dos seus sócios, com base no tamanho de suas propriedades.

Da construção até iniciar as operações de moagem da cana foram mais de dois anos entre 1982/83, irrompendo com moagem de 97.655 t de cana-de-açúcar e com a produção de 4.895 m<sup>3</sup> de álcool anidro. Na safra seguinte, a destilaria passa a produzir o álcool hidratado. Em 1992, inicia a fabricação do açúcar cristal. A capacidade de moagem da empresa ultrapassa os quatro milhões de t/ano atualmente (2014).



**Figura 5:** Usina Vale do Verdão S/A – Turvelândia/GO.

**Fonte:** J. Rodrigues (20/11/2012).

A formação inicial do grupo fundador da usina teve a participação majoritária de José Ribeiro Mendonça, desde a sua constituição. O grupo empresarial controlador da Usina Vale do Verdão ainda é comandado pela família de Mendonça, tendo aquele como presidente desde o ano de 2002.

Nos últimos anos, mais três fábricas foram instaladas na região pelo grupo, são elas: Usina Panorama S/A – Itumbiara, Usina Floresta S/A – Santo Antônio da

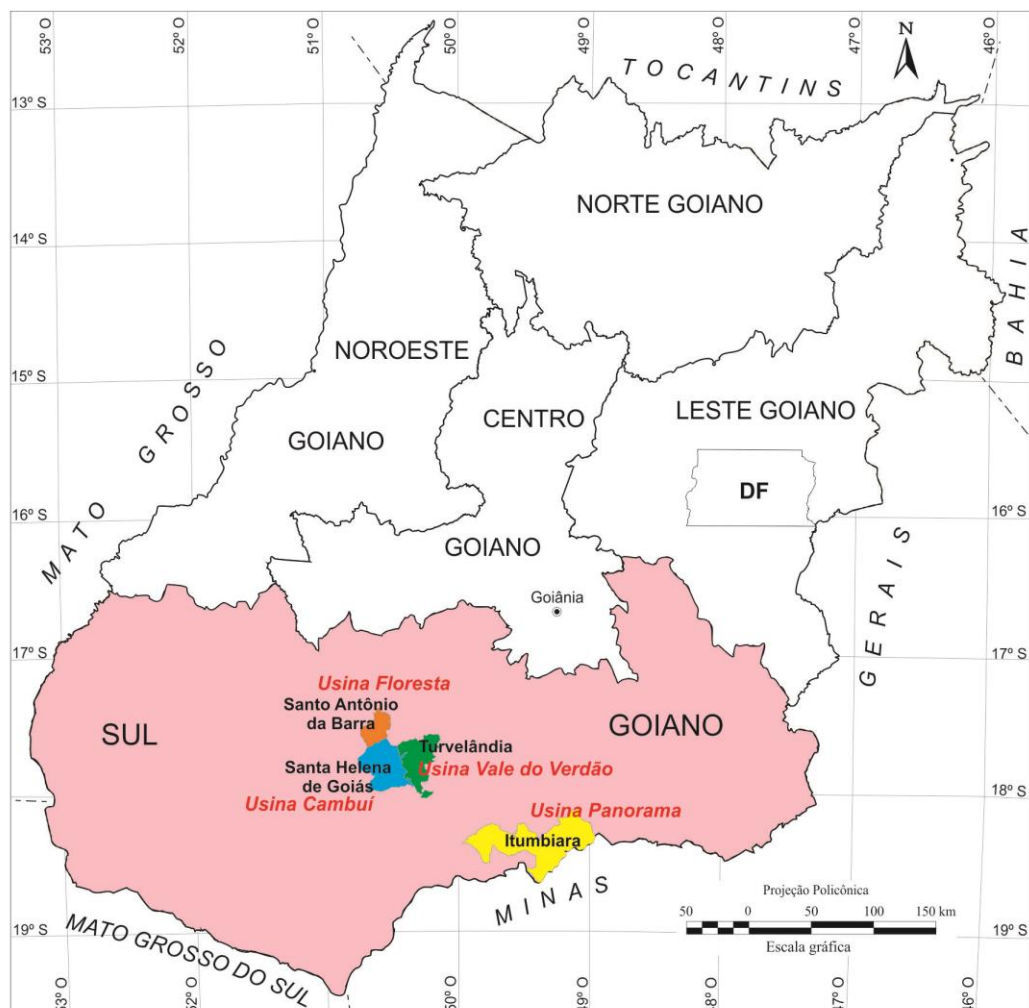
Barra. Além do projeto mais recente, a Usina Cambuí Ltda – Santa Helena de Goiás. Essas unidades sucroalcooleiras comandadas pelo Grupo Vale do Verdão situam-se na Mesorregião do Sul Goiano. Fica evidente a territorialidade canavieira do grupo Vale do Verdão ultrapassar limites municipais e microrregionais. Seu território produtivo e de mando vai além da configuração desenhada nos mapas. Ou seja, além dos imensos canaviais e das unidades produtivas.

Diz-se de uma territorialização a-espacial, uma forma de territorializar que desterritorializa, principalmente as pessoas do lugar. O espaço desterritorializado (e novamente territorializado) adquire outras formas e funções. Passa-se a um espaço funcional, dominado pelos agentes que o manipulam tornando-o produtivo na lógica capitalista e hegemônica, assevera Haesbaert (2004). Diante disso, acrescenta o autor (idem, p. 95-96):

Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’”.

Por isso (e por muito mais), se volta a atenção para a espacialidade representada na Figura 6, que delimita, teoricamente, a área de influência do Grupo Vale Verdão 4 usinas sucroalcooleiras em pleno funcionamento na porção sul do Estado. Atenta-se para o fato, simbólico e real, dessa ocupação transpor os limites territoriais se ‘apropriando’ do espaço do outro, de apropriações passadas nos lugares vividos pelos sujeitos locais.

# **TERRITORIALIDADES DAS USINAS DO GRUPO VALE DO VERDÃO S/A NA MESORREGIÃO SUL GOIANO (2014)**



## **FONTE:**

Departamento de Estradas de Rodagem - DER-GO.  
Mapa Rodoviário Estadual, Escala 1:1.000.000, 1999  
(base cartográfica).

IBGE, Divisão de Pesquisa de Goiás. Composição  
das Mesorregiões do Estado de Goiás, 1996.

SEPLAN, 2009.

## **Organização:**

Arlete Mendes Silva

Cartografia digital:

Loandra Borges de Moraes

Ícaro Felipe S. Rodrigues

**Figura 6:** Territorialidades das Usinas do grupo Vale do Verdão S/A na mesorregião Sul-Goiano (2014).

**Fonte:** J. Rodrigues (20/11/2012).

Os espaços de mando da usina apropriaram-se de extensa área no Sul Goiano. Essa apropriação é exemplo das formas capitalistas de uso e domínio das terras (e dos homens?). Os municípios servidos pelas unidades sucroalcooleiras têm seu espaço modificado e condicionado a atender a usina em suas necessidades básicas no urbano (serviços) e no rural (lavouras).

Em decorrência desse mecanismo, segundo Lefebvre (1986), o binômio dominação / apropriação deveria caminhar junto ou prevalecer a apropriação sobre a dominação. A primeira, no sentido de apropriar pelo uso, pelo vivido; a segunda, num sentido de acumulação capitalista. O que se observa ocorrer nos territórios da cana é a dominação sobrepujar a apropriação original dos camponeses locais, desfigurando seus territórios e territorialidades. Mais uma vez o aparelho do Estado e das políticas públicas aliado ao capital agroindustrial transforma a terra, o homem, o trabalho em mercadoria.

Mas, é só isso? O que sobra? A esse respeito, alguns possíveis achados e/ou enunciações serão abordados no decorrer desse estudo. Por enquanto, reforça-se a questão das territorialidades serem provocadas ou construídas sobre o vivido, sobre os lugares das humanidades. Nessa perspectiva, trata-se de uma forma de posse velada, disfarçada e transfigurada pelo “progresso e desenvolvimento regional”. Para além das marcações territoriais feitas pelo capital estão, em conjunto, outras formas de territorialidades ‘fincadas’ no lugar dominado e usado por atores hegemônicos.

Dessas unidades produtivas, a primeira a ser instalada foi a Usina Panorama S/A, que iniciou suas atividades no ano de 2007, com o esmagamento de 850 mil toneladas para a produção de setenta milhões de litros de etanol. Em 2008, a previsão de moagem foi de 1,428 milhão de t cana-de-açúcar, para a produção de 105 milhões de litros de álcool e setecentas mil sacas de açúcar. A Usina Panorama utilizou, na safra 2008, dezoito mil hectares de área de cana, sendo 70% em terra própria e 30% em terras arrendadas.

Essa usina atua na fabricação e comercialização de álcool e derivados para atender aos mercados de alimentos, automobilístico e indústria em geral. Configura-se como uma das grandes usinas de fabricação de álcool do Brasil. Na safra de 2009/2010, foram processadas 2,3 milhões de toneladas de cana. Para isso, o grupo investiu cem milhões de reais na ampliação de seu parque industrial, que agora conta com uma potência instalada de 4,4 MW. A ideia é comercializar a energia excedente para o mercado externo a partir dos próximos anos (PROCANA, 2013).



Em seguida, instalou-se a Usina Floresta S/A, cuja produção industrial é voltada para a produção de álcool. Apesar de a denominação ser de 'usina', esta empresa é uma destilaria. Essa fábrica está projetada para a fabricação de álcool, no entanto, caso haja projeções positivas para o mercado de açúcar, ela poderá investir em equipamentos para produção desse produto. O valor dos investimentos para esta unidade foi de cerca de R\$ 170 milhões, com as mesmas metas de produção da Unidade Panorama: 850 mil toneladas de cana moída por ano, inicialmente, com aumento gradativo para os três anos após a inauguração, até alcançar a moagem de 2,5 milhões de toneladas/ano.

Na constituição da Usina Floresta houve uma diversificação dos sócios, no entanto, foram mantidas duas características comuns às outras duas usinas para a formação do capital da empresa: o controle majoritário de José Ribeiro Mendonça e a propriedade fundiária para a participação na constituição da empresa. A Usina Floresta atua no mercado desde o ano de 2009.

A Usina Floresta é a 32ª no território goiano e está instalada no município de Santo Antônio da Barra. A indústria é a terceira do Grupo Vale do Verdão no Estado. Seu investimento inicial foi R\$ 250 milhões na primeira etapa da nova usina, que processou inicialmente 900 mil toneladas de cana-de-açúcar e produziu de 85 milhões a 90 milhões de litros de álcool nesta safra. O empreendimento gerou 1,5 mil empregos diretos e indiretos. O foco dessa unidade industrial continua sendo a exportação (PROCANA, 2013).

A mais recente usina do Grupo possui 100% de controle de José Ribeiro Mendonça, a Cambuí Açúcar e Álcool Ltda, localizada na rodovia federal BR-452, na Fazenda San Carlos, em Santa Helena de Goiás. A justificativa para a implantação desta unidade (2010) no projeto de viabilidade foi a terra ser propriedade do presidente do grupo e pela região contar com mão-de-obra qualificada para os diversos setores da empresa.

A Usina Cambuí é a primeira unidade industrial do setor sucroalcooleiro brasileiro autorizada a funcionar a partir de resolução que atribui à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a regulamentação sobre a produção de etanol no País. Inaugurada no dia 17 de maio de 2013, a Cambuí passou por vistorias de profissionais da ANP antes da emissão da autorização de funcionamento. A resolução nº 26/2012 da ANP, publicada em agosto de 2012, transferiu a responsabilidade de vistoria, autorização e regulamentação da atividade

de produção de etanol no país do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para a ANP.

A Cambuí é a primeira a conseguir licença de funcionamento após essa alteração. Essa unidade fabril recebeu investimentos de R\$ 165 milhões com capacidade inicial de processamento de 850 mil toneladas de cana. A expectativa é de que em 2014, essa capacidade já tenha subido para dois milhões de toneladas. A usina produz etanol hidratado e anidro. Com a entrada em operação dessa nova unidade, estão sendo criados cerca de mil empregos diretos. A empresa atua com 60% de cana própria e 40% de cana terceirizada, proveniente de fornecedores, sendo que toda a colheita é mecanizada.

A safra 2013/2014 de cana-de-açúcar do Estado de Goiás começou oficialmente com a solenidade de abertura da Usina Cambuí, em Santa Helena de Goiás (CANAOESTE, 2013). O processo produtivo das Usinas Sucroalcooleiras é complexo e requer uma série de investimentos, maquinários e tecnologia voltada para o setor. A Figura 7 ilustra a estrutura de uma usina produtora de açúcar e álcool e seus derivados.

**Figura 7:** Fluxograma de processo – açúcar e álcool.

Este fluxograma mostra a complexa estrutura e processo da fabricação, a partir da cana-de-açúcar, de açúcar e álcool. Resumidamente, têm-se as fases desse processo, conforme o BIODIESELBr (2013), especificada na nota de rodapé<sup>7</sup>.

## 2.2 A POSSE DA TERRA COMO RECURSO PARA A EXPANSÃO CANAVIEIRA

Percebe-se algo peculiar quanto à expansão das unidades industriais sucroalcooleiras implantadas nos Cerrados goianos, principalmente nas porções sudoeste e sul do Estado. De forma análoga às usinas de controle do grupo empresarial Vale do Verdão, a forma de se possuir (obtenção e uso) a terra tem sido

---

<sup>7</sup> A produção de açúcar e álcool segue o seguinte processo:

- A **safr**a da cana-de-açúcar é sazonal, iniciando em maio e terminando em novembro. Com o amadurecimento, as canas passam a ser cortadas de forma planejada. Segue-se o **transporte** da lavoura até a unidade industrial;
- O **processo de moagem** deve ser rápido. Após a lavagem, a cana passa por picadores que trituram os colmos, preparando-a para a moagem. Na moenda, a cana desfibrada é exposta entre rolos submetidos a uma pressão de aproximadamente 250 kg/cm<sup>2</sup>, expulsando o caldo do interior das células. O caldo extraído vai para o processo de tratamento do caldo e o bagaço para as caldeiras. O bagaço que sai da moenda com muito pouco açúcar e com umidade de 50% é transportado para as caldeiras, onde é queimado gerando vapor que faz funcionar máquinas pesadas, geração de energia elétrica e o processo de fabricação de açúcar e álcool;
- O **tratamento do caldo** passa por processo de clarificação para retirada de sólidos em suspensão. O caldo é sulfitado e caleado. Este processo é chamado de dosagem. Após a dosagem, o caldo é aquecido a 107°C em aquecedores verticais e enviado aos clarificadores que retêm o caldo por aproximadamente 3 horas em regime contínuo. O material sólido retido nas telas dos filtros é denominado torta de filtro. Essa volta à lavoura como adubo. O caldo clarificado é obtido da decantação para a evaporação;
- O **caldo clarificado** com aproximadamente 15ºBrix entra em um conjunto de evaporadores. O xarope é bombeado aos tachos de cozimento para a cristalização do açúcar.
- Os tachos de **cozimento** são equipamentos que continuam a evaporação do xarope. O produto obtido neste cozimento é a massa. Os tachos de cozimento recebem o mel e, por um processo de nucleação, produzem-se os pequenos cristais;
- A **centrifugação** da massa gera um produto que contém cristais de aproximadamente 0,5mm envolvidos numa película de mel. Na centrifugação acontece a separação do mel, que vai para o cozimento e depois para o secador de açúcar. Após esse processo, o açúcar é enviado por esteiras sanitárias até a moega, onde é feito o ensacamento;
- O **açúcar é ensacado** em sacos de 50 kg ou em contêineres ("big-bag") de 1000 kg.
- A **fabricação de álcool** parte da moagem de cana. Trata-se o caldo e parte dele é desviado para tratamento específico para fabricação álcool. Após decantação, o caldo clarificado irá para a pré-evaporação e o lodo para novo tratamento, semelhante feito ao lodo do açúcar.
- O **mosto** é enviado às dornas de fermentação;
- A **fermentação** é contínua e agitada de forma mecânica;
- Na fermentação ocorre a **transformação dos açúcares em etanol**, ou seja, do açúcar em álcool.

fundamental para alicerçar o processo de expansão das usinas e da monocultura da cana.

Fica claro nas indicações dos planos estratégicos dessas empresas que os avanços qualitativos na linha de produção serão feitos, principalmente, com a incorporação de um volume maior de terras, fator *sinequanon* para aumento da produtividade e de lucros. Para a agroindústria, a aquisição de terras garante a consolidação dessas empresas no complexo canavieiro onde se instalam.

Certamente a questão da concentração fundiária na região será agravada com a pressão pela compra, parceria e/ou arrendamento (posse – uso por compra ou arrendamento) de terra comandada pelo movimento de expansão da cultura da cana-de-açúcar. Originalmente, a palavra posse vem da expressão latina *possessio*, que significa poder sobre algo. Porém, na atualidade, a posse não é sinônima de propriedade.

Quem tem posse sobre determinado pedaço de terra usufrui o direito de uso do proprietário detentor do título de propriedade. Este é o modelo de posse da terra mais difundido em Goiás, em função do interesse dos usineiros em arrendar terras ao invés de comprá-las, desviando-se de dívidas e de impostos para mantê-las.

A partir da Constituição de 1988, a posse independe da propriedade, pois a propriedade deve ser considerada um direito absoluto com função social, com proteção jurídica. A posse cumpre sua função social e, no entendimento jurídico, pode ser considerada como uma proteção indireta ao direito de propriedade.

Com base nessa prerrogativa, a posse da terra via sistema de arrendamento tem sido importante ferramenta utilizada pelos usineiros para aumentar a área de lavoura de cana. Contudo, a monocultura canavieira em seu processo de expansão tem avançado sobre áreas de pastagens e de agricultura tradicional, fato recorrente na região Centro-Oeste. A expansão e o crescimento da agroindústria canavieira sofreram processo semelhante na história recente do Centro-Sul do país.

A cultura da cana se desenvolvia, inicialmente, nas propriedades fundiárias com outros fazendeiros e/ou empresários que migravam para a região central do Brasil, movidos por interesses de investimentos no setor canavieiro. Comumente, as usinas e as grandes plantações de cana que a acompanham se instalam em áreas já ocupadas por outras atividades econômicas, o setor primário da economia.

No caminho percorrido pela monocultura da cana, a cultura de grãos e produtos alimentícios estão sendo atropeladas pela perspectiva de altos

rendimentos provenientes da boa fase que atravessa o seguimento sucroalcooleiro (incentivos fiscais, facilidade de acesso à terra, farta mão de obra e boas condições edafoclimáticas) no país. Tem sido constante, em Goiás, a substituição das áreas de pastagens e de cultivo de grãos como a soja, o milho e o sorgo, principalmente, pela plantação de cana. Tal situação provocou um deslocamento dessas atividades agrícolas para outras regiões (nova fronteira agrícola?), bem como mudanças no contexto socioprodutivo dos municípios.

Conforme dados da Seplan (2012-13), o crescimento ascendente da cultura canavieira marcou discrepância em relação a outros produtos agrícolas tradicionais na área estudada.

**Tabela 5:** Evolução da Produção Agrícola: Maurilândia/GO (2003 - 2012).

Produtos Agrícolas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Cana-de-açúcar - Área colhida (ha)	10.803	10.580	8.414	7.992	9.000	9.000	10.200	9.550	10.440	13.130
Cana-de-açúcar - Quantidade Produzida (t)	972.270	846.400	732.018	807.000	828.000	828.000	795.600	811.750	866.520	1.011.010
Mandioca - Área Colhida (ha)	70	70	50	60	50	50	50	40	40	35
Mandioca - Quantidade Produzida (t)	840	840	600	780	700	700	700	600	600	560
Milho (1º safra) - Área Colhida (ha)	400	400	400	2.300	2.100	2.500	1.500	600	600	400
Milho (1º safra) - Quantidade Produzida (t)	2.000	2.000	2.200	12.650	10.500	12.500	9.000	3.660	3.660	2.440
Milho - Total - Área Colhida (ha)	400	400	400	2.300	2.100	2.500	1.500	600	600	400
Milho - Total - Quantidade Produzida (t)	2.000	2.000	2.200	12.650	10.500	12.500	9.000	3.660	3.660	2.440
Soja - Área Colhida (ha)	12.500	10.000	7.000	9.000	6.000	6.000	4.500	4.000	5.000	6.000
Soja - Quantidade Produzida (t)	35.000	27.000	11.900	21.600	13.800	16.800	13.000	12.000	14.500	17.400

**Fonte:** Seplan – 2012 – Resultados da Pesquisa / Elaborado pela autora.

O quantitativo de área utilizada para o cultivo da cana é sobremodo elevado e destoa das outras culturas. Como exemplo, cita-se a área de terra colhida com cana-de-açúcar em 2012 ser mais de 50% maior que a de soja, segundo colocado no *ranking* da produção agrícola do município.

Note que no município de Maurilândia, a área destinada para produção da cana-de-açúcar no ano de 2003 era de 10.803 ha. Em pouco mais de oito anos, a necessidade de mais terras para a lavoura canavieira fez com que a área utilizada aumentasse em mais de 30%. Esse aumento de área atingiu 13.130 ha de terra com

produção acima 1.000.000 t de cana-de-açúcar em 2012. Resultado contrário teve o milho – importante cultura da região – que em 2001 utilizou uma área colhida de 500 há e que teve a posse de terra para esse cultivo diminuída em 20% em 2012.

Percebe-se que essas importantes culturas regionais, exceto a soja, tiveram sua área de plantio e colheita reduzida no último decênio. Este resultado mostra claramente o aumento da posse e uso da terra aliada ao capital utilizado pelas usinas e a tecnologia aplicada em todo o processo da produção sucroalcooleira.

A análise e comparação dos dados sobre a rápida ocupação de áreas para o cultivo da cana aplicando o modelo de projeção de tendências até 2018, com base na equação desenvolvida pelo Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE), mostra que a atual área colhida de cana triplicará no período projetado de 2008-2018. Em uma década, a tendência é diminuir a substituição de áreas agrícolas e aumentar a substituição de pastagens.

Essa perspectiva abrangerá toda a região Centro Sul do país em classes de uso do solo convertidas em cana-de-açúcar para esta região em 1000 ha. Segundo o modelo adotado, a tendência é diminuir a substituição de áreas agrícolas e aumentar a substituição de pastagens (IBGE, 2010; CASTRO *et al.*, 2010).

### **2.2.1 Terra como bem fundante**

Terra, recurso primeiro para a produção de todo e qualquer bem. Tal premissa não é tão simples quando se caracterizam as várias formas de disputa, uso, apropriação e transformação do espaço, do solo, da *terra*. “Como pensar uma terra despovoada de realidade? Como não sentir, na pergunta dos poetas, a angústia daqueles que não veem possível criar a partir de um sonho, um prato fundo de alimento?” (SÁ, 2010, p. 1).

As indagações da autora que estudou o território de uso comum das comunidades tradicionais numa visão *jus socioambiental* do criar, fazer e viver dos fundos de pasto em áreas rurais do sertão baiano, de forma poética, vê a realidade desses sujeitos rurais que têm na terra seu bem fundante:

A terra que vira massapé vivo vira água e pó sem o sentido da produção, assim como o território sem uso não é nada além de espaço vazio. Território se faz na construção de uma história, nos conflitos entre natureza e ser humano, em suas maneiras próprias de viver e criar, grafando sua terra na labuta cotidiana, em suas festas e em suas ladainhas. (SÁ, 2010, p. 1)

É no cotidiano, na vivência e por meio do trabalho que o sujeito produz e reproduz a si mesmo. Se a terra é o principal meio (bem) para que o processo de produção econômica e social evolua, faz-se imperioso garantir sua existência para a própria sobrevivência humana.

Para pontuar a complexidade dessa questão, cita-se que no meio social e jurídico, o Brasil, pela sua dimensão continental, já deveria ter solucionado o problema de moradia e de distribuição de terra, problemas considerados como geradores da marginalização, da violência e da carência de qualidade de vida para todos.

Em abril de 2013, o Banco Mundial declarou que investirá maiores recursos para resolver problemas relacionados à posse da terra e à sustentabilidade social e ambiental, incluindo investimentos agrícolas. Possibilitar uma distribuição equitativa da posse de terra permite fortalecer programas de redução de pobreza, fortalecimento do crescimento econômico, do desenvolvimento sustentável e avanços na produção agrícola.

No entanto, o que se tem visto no espaço agrário e agrícola em várias regiões do país é a insurgência do capital financeiro mapear, zonear e instalar empreendimentos agroindustriais (talvez repetindo o modelo dos CAIs = Complexos Agroindustriais de antes). Nesse contexto, a aglutinação de novas terras é imperiosa para que se estabeleça a produção agroindustrial, como sinaliza a expansão da cultura da cana.

Vale lembrar que no Estado de Goiás, a partir de 2004, tem se acirrado movimentos de expansão de fronteiras com elevada competição pelo uso do solo. A partir de dados do IBGE/PAM (2010), é possível identificar a presença de quatro principais complexos agroindustriais: de bovinos, de soja, milho e da cana-de-açúcar, responsáveis pelo uso e ocupação de aproximadamente 97% dos solos. Tais complexos estabelecem uma situação de competição por terras agricultáveis e por recursos naturais, sendo responsáveis por diferentes externalidades em seus processos.



A posse, aquisição e uso da terra na lavoura canavieira possuem padrões específicos de apropriação do espaço rural, são processos que passam por conflitos, tensões e ajustamentos no campo, produtos de externalidades perversas, de temporalidades díspares. A cultura de grãos, voltada para a alimentação, perde espaço (área de cultivo e colheita) frente ao avanço desterritorializante do capital das usinas.

Em consequência, percebe-se o potencial produtivo da agricultura tradicional se especializar perdendo a característica inicial da agricultura plural (policultura) e diversificada nas propriedades rurais. A tendência, também percebida em campo (os mares de cana do sudoeste goiano), é a substituição do uso dos solos agricultáveis com a alta produtividade de grãos para o cultivo da cana. E os sujeitos do lugar, do campo (e também da cidade rural)?

Muitas vezes, são desgarrados, despovoados, desterritorializados à força; pessoas e natureza retornam à vida por um novo caminho, quase uma picada, arrancada por tensões e lutas, conflitos e disputas, nas mortes hoje um pouco mais visíveis pela via legal e pela mídia. A lei, por sua vez, deveria resgatar e garantir possibilidade de os povos se constituírem em seus modos de viver, ser, sentir, cuidar, rezar, falar, cantar, dançar e de organizar suas vivências tradicionais rurais ou não, seus direitos e seu espaço – lugar (BRANDÃO, 2008).

Notadamente, o que se percebe em campo é a constante migração do homem do campo que leva consigo bens materiais e imateriais. Os saberes e fazeres também migram com o sujeito como acontece com a cultura tradicional (arroz, mandioca, feijão, milho e soja) de alimentos que acaba se deslocando para outras regiões pressionadas pela expansão canavieira. Quando as culturas tradicionais migram, muitos produtores rurais também saem do seu lugar ou ‘empurram’ suas lavouras para ‘mais adiante’ em terrenos menos produtivos e com maior necessidade de insumos e beneficiamento agrícola. Isto quando não recorrem a arrendamentos de terras em áreas rurais nas quais a cana ainda não se instalou.

Nesses lugares invadidos pela monocultura canavieira é comum ouvir dos trabalhadores rurais e de pequenos proprietários de terra as mesmas reclamações, conflitos e denúncias sobre ingerências territoriais trazidas pelas usinas e seu poder de transformação espacial e social.

*Até quando nós vai aguentá? Não sei. A gente vai vivendo pra vê como vai ficá. [...] É uma situação difícil pra gente que vive da terra e do que dá pra plantá e do pouco gado que anda por aí no pasto... a gente não tem os recursos que os usineiros tem pra fazer a terra rendê. Nós precisa de ajuda do governo e dos bancos, daí o que dá de renda já tem que pagá as contas. Nossa vontade de manter a terrinha é grande, mais a gente sabe das dificuldades<sup>8</sup>.*

Nota-se a realidade vivida por pequenos produtores rurais que ainda estão resistindo à entrada devastadora da cana porteira à dentro. Ao falar das dificuldades vivenciadas no lugar, o sujeito evidencia o conflito existente no campo com a inserção do capital agroindustrial e as dificuldades em manter o negócio da família. Silva (2008, p. 163) contribui na interpretação da situação socioespacial desses camponeses, trabalhadores rurais que são

homens de lutas, cujo resultado é um produtor não apenas alienado das condições sociais, mas que se prepara, constantemente, no enfrentamento de tais imposições. Nessa luta, ele não é apenas certezas, mas incertezas, frente à sua produção e reprodução, como produtor e como homem. Esse homem está no centro de exigências que lhe impõem racionalidades cada vez mais precisas. É, portanto, um homem metamorfoseado, que não se reproduz apenas do trabalho, mas da interpretação que faz da transformação do seu mundo.

A terra como bem fundante também se metamorfoseia passando a existir como mercadoria numa relação desigual que advém das contradições capitalistas no campo, mesmo os sujeitos rurais operando em diferentes lógicas. Ou talvez, de forma menos apaixonada, estes mesmos pequenos produtores e/ou camponeses estejam revivendo processos históricos que reafirmam a terra como substrato físico para o desenvolvimento vertical no campo, como lembra Graziano (1996).

Após a década de 1960, o país vê surgir um novo padrão agrícola, orientado fundamentalmente para a “integração vertical e para o incremento da produção através do aumento de produtividade” sem chegar a substituir totalmente a produção tradicional na implantação do complexo agroindustrial.

Não muito distante dessa realidade, é fato reconhecido pelo governo de Goiás que a expansão da cultura da cana se dá, também, em áreas de pastagens (MAPA, 2010). Porém, há evidências de que a produção de cana-de-açúcar está adentrando rapidamente em região de reconhecida importância de agricultura familiar e comercial de pequena e média escala. Resultado: as transformações dos sistemas

---

<sup>8</sup> Entrevista realizada pela autora, com pequeno proprietário rural, que mantém sua propriedade cercada pelos canaviais, às margens do Rio Verdão em Turvelândia/GO (maio de 2012).

de produção dos pequenos e médios agricultores com a substituição de culturas alimentares e da atividade pecuária pela cultura canavieira é uma forte tendência e já realidade em alguns pontos.

As pequenas propriedades possuem uma organização diversificada de seus sistemas produtivos. São formas tradicionais – os saberes e fazeres – de uso da terra que visa atender necessidades alimentares da família e comercialização do excedente e/ou das lavouras comerciais. Esses fazeres também denotam os modos de vida, a cultura, e o saber-fazer no campo, na terra.

Isto leva pequenas e médias propriedades a terem possibilidade de combinar a produção de gêneros alimentícios com o cultivo de hortaliças, de árvores frutíferas e ainda com a criação de animais (bovinos, suínos e aves). Nesse ambiente do cotidiano rural, observa-se que o equilíbrio biossocial, há muito existente no meio rural, sofre bruscas mutações com o advento da expansão canavieira.

Essa mutação nos espaços rurais condiciona e atende as demandas de produção das usinas sucroalcooleiras, como ocorrera num passado próximo (Região Centro-Oeste) com outra monocultura, a soja. Do lado do pequeno produtor tal processo implica em perda da terra e necessidade de migrar somente com sua força de trabalho.

Nesse gradiente, nota-se a íntima relação entre as “transformações da paisagem e a metamorfose do camponês. Descobriu-se, no elemento humano que vai viver essa homogeneização das lavouras no cerrado, as origens de sua tradição camponesa, em que produzir os meios de vida implicava o acesso à terra” (SANTOS, 2008, p. 136). Nesse sentido, a terra é o que liga os meios e os modos de vida do camponês ao seu lugar – terra/ *territorium*.

Conquanto, o crescimento e o processo de expansão da cana, desencadeado pela nova conjuntura da política agroenergética e sucroalcooleira, defendida pelo Estado, não exclui as tensões, conflitos, interesses e não poucas contradições que permeiam os espaços de vida das comunidades locais.

Parece objeção que o mesmo plano de expansão da lavoura canavieira para o aumento da produção energética do país passe largo dos problemas socioambientais gerados nas regiões produtoras. Seria a verticalização do processo de produção de energia esquecendo as horizontalidades dos modos e meios de vida dos pequenos produtores rurais?

Nesses termos, tem-se na falta de uma política de organização da atividade agrícola a imposição do monocultivo da cana-de-açúcar sobre áreas de pastagens inapropriadas para outras culturas. A cana também ocupa solos férteis em regiões de topografia plana, próximos de centros urbanizados, aptos para o cultivo de alimentícias. Este é o caso de municípios como Jataí, Rio Verde, Mineiros, Santa Helena de Goiás, Turvelândia e Maurilândia no sudoeste goiano. Lembre-se de que os dois primeiros municípios já criaram leis que protegem áreas agrícolas tradicionais, limitando o plantio de cana-de-açúcar.

Essas iniciativas de restrição da expansão canavieira por meio de leis municipais, bem como a criação de programas de fortalecimento da agricultura familiar, têm objetivos claros. Busca-se amenizar o problema da substituição de áreas pelo equilíbrio da produção e consumo de produtos agropecuários que abastecem a população e a necessidade de atender a demanda das usinas sucroalcooleiras da região. Essas são medidas pontuais (municipais) que podem espelhar possíveis políticas públicas de proteção e preservação das condições primárias da vida, a produção de alimentos.

É possível afirmar que a expansão canavieira em vários municípios goianos tenha desencadeado processo de substituição das culturas alimentares. Em campo observou-se que a cultura da cana-de-açúcar tem se estabelecido em áreas que antes eram destinadas às culturas anuais (como arroz, milho, feijão entre outras) e de pastagens.

De início, a cana substituiu, prioritariamente, áreas destinadas à pecuária. Todavia, em pequenas propriedades goianas, não muitos quintais rurais usados para o cultivo de pomar e horta ou para a criação de galinhas e suínos tem resistido à invasão da cana. Propriedades em que se mantinha pequeno número de cabeças de gado leiteiro têm perdido parte de suas edificações e instalações dando lugar para a cultura canavieira.

Com esforço, numa logística doméstica, alguns pequenos produtores conseguem preservar uma pequena parcela da propriedade na qual cultivam gêneros alimentícios em áreas de mata ciliar, áreas úmidas. O restante da propriedade, muitas vezes, é arrendado ou tem sua produção direcionada para a agroindústria. E o que se vê nessas paisagens rurais são rupturas que o monocultivo, a técnica, a usina, as redes de produção/transporte impõem ao espaço social dos sujeitos locais.



**Fotos 5 e 6:** Pequena propriedade rural cercada pela cana (fundo) e rodovia (frente). Pequena propriedade rural com mais de 70% da área arrendada para cultura de cana, 30% para moradia, criação de animais domésticos e pequeno rebanho bovino no Município de Maurilândia/GO.  
Fonte: Silva (abril – 2012).

Em outros casos, ocorrem situações em que pequenos proprietários, ao ceder suas terras à agroindústria, se desfizeram de alguns animais bovinos. Com área reduzida, proprietários rurais optam por arrendar áreas no entorno para continuar criando os poucos animais que mantém. Numa lógica de otimização de lucros pelo pequeno produtor, essa prática se viabiliza porque o preço do arrendamento das pastagens custa aproximadamente metade do preço pago pela agroindústria. Daí, em meio a tantas contradições do modo capitalista de produção no campo, fica evidente a opção do produtor em arrendar terra, contudo continuar com outras atividades campesinas.

*Olha, pra nós aqui da família, eu e meu irmão que mora ali, depois do brejo, resolvemos alugar nossas terras pra usina porque eles tavam pagando bem. Aí o que fazer com o gadinho que nós tem? Alugamo um pasto ali pra cima e tamo pagando junto e ainda continuamo com o leite dos meninos, dá pra fazer um queijo e manter a entrega pro laticínio. Não é muito gado não, mas pelo menos nós não fica só dependendo do dinheiro que a usina paga<sup>9</sup>.*

Estranha lógica vivenciada pelos pequenos criadores de animais e agricultores rurais capitaneadas pelas contradições capitalistas no campo. No entanto, tal situação poderá, em curto prazo, elevar os preços do arrendamento de

<sup>9</sup> Entrevista realizada pela autora com proprietário rural que arrendou parte de suas terras para a lavoura canavieira da Usina Vale do Verdão S/A, no município de Maurilândia/GO (2012).

áreas de pastagens no sudoeste e sul de Goiás inflacionando as terras tradicionalmente usadas na pecuária extensiva.

Nota-se, também, que as terras arrendadas para a usina estão localizadas em áreas mais baixas do terreno (próximas ao curso d'água com solos mais produtivos) enquanto o gado ocupa as terras mais elevadas do terreno.

Haveria outro bem fundante, além da terra, para o pequeno produtor rural nesse processo de uso e apropriação do espaço pelo capital sucroalcooleiro? Senão a terra, qual seria o destino para quem vive e nela trabalha? Porventura, seriam os imensos aglomerados humanos das grandes cidades e/ou a proletarização do trabalhador rural pela própria usina?

### 2.2.2 Terra para o pequeno produtor rural – camponês

*“La tierra, junto con el hombre, constituyen las dos fuentes originales de toda riqueza”.* Com estas palavras, Harvey inicia a discussão sobre o valor de uso da terra e lembra, ainda, que em estado primeiro, inicial e virgem *“la tierra es el objeto general sobre el que versa el trabajo humano, la condición original de toda producción y la depositaria de una variedad aparentemente infinita de valores de uso potenciales que la naturaleza brinda al hombre”* (idem, p. 336).

A forma de apropriação, uso e vivência com a terra dão ao sujeito rural a medida da importância e possibilidades no campo. Ao analisar as práticas sociais do homem com a terra, pode-se compreender melhor o espaço em que aquele vive. O sujeito se representa no espaço com informações recebidas que balizarão sua *“consciência possível”* com base numa *“consciência real”*, explica Goodman (1972) numa competente análise sobre a importância do conceito de consciência possível para a comunicação.

Também, é pela comunicação/linguagem que se dá a conhecer a consciência possível e real dos sujeitos: sentimentos, aflições e sonhos. Da mesma forma veem-se expressos impossibilidades, medos, fracassos, resistências, e existências com sentimentos, sensações e atitudes ligadas ao modo de vida, marcado num tempo e

espaço específico, num lugar. Ouvir o que eles, os camponeses e/ou pequenos produtores rurais têm a dizer é de suma importância.

*A lida com a terra não é fácil, mais a gente se acostuma. Tem a família, a filharada que a gente tenta manter unida, tem os vizinhos que sempre tá junto quando tem uma necessidade mais forte. Mais nós tá tendo muita dificuldade: falta trabalho e escola pros filhos mais velhos aqui na roça. Daí tem que levar os meninos pra cidade e isso fica caro pra nós.<sup>10</sup>*

Quem é este homem do campo? São camponeses, pequenos proprietários e trabalhadores rurais entendidos, nesse trabalho, como termos correlatos, sinônimos na aproximação interpretativa dos conceitos. Isso porque não importa, aqui, discutir as diferenças e/ou semelhanças tipológicas dessas definições na dimensão teórica e acadêmica. Principalmente no que tange ao conceito de camponês em sua vasta discussão (FERNANDES, 1997, 2000; MARQUES, 2000; MARTINS, 1981; MEDEIROS, 1985; OLIVEIRA, 2007; PAULINO, 2006; SHANIN, 1979; STEDILE, 1999; WANDERLEY, 1996; WOORTMANN, 1990; entre outros).

A condição de estar e pertencer ao campo dá a característica primeira de sua condição de camponês, assim esse ator local será tratado nesse estudo. Sabe-se que a terra, seu espaço de produção, trabalho e de vida, não obstante as ‘forças’ que regem o mundo rural, tem no ser camponês – na campesinidade<sup>11</sup> – no seu *modus vivendi* não apenas a ética e a identidade camponesa, mas também a cumplicidade e afetividade entre as famílias de uma comunidade rural tradicional com a terra e a coletividade. Com as transformações advindas pela monocultura da cana essas relações estão sendo modificadas. A honra, a hierarquia e a reciprocidade que norteiam as relações sociais das comunidades rurais são, aos poucos, quebradas ou diluídas.

Estruturas sociais e de comportamento são alteradas, tornam-se difusas e pouco frequentes num espaço antes formando por pessoas que viviam da terra (citam-se os mutirões, a horta comunitária, empréstimo de pasto, festas religiosas

<sup>10</sup> Entrevista feita pela autora com camponês do município de Turvelândia sobre seus modos e meios de vida no campo (abril de 2012).

<sup>11</sup> A categoria campesinidade é lembrada a partir da perspectiva adotada por Bourdieu (1962), mais tarde trabalhada por Woortmann (1988) que, em síntese, entendem que a condição camponesa, os valores camponeses, os esquemas de percepção e as metáforas práticas da vida são elementos que caracterizam o ‘jeito de ser’ camponês. Trata-se de um valor, de uma cultura internalizada e que acompanha os indivíduos em sua trajetória, além do espaço rural. Expressam-se nas noções de *habitus* na *hexiscorporal*, ou seja, na dimensão da história internalizada, na história feita pelos indivíduos.

nas capelas rurais...). Isso nos remete ao que lembra Carlos Rodrigues Brandão sobre a ética da campesinidade, que pode ser traduzida e lembrada pela cultura popular e pela literatura como o *ethos camponês*. O autor explica sobre este modo de vida e de sociabilização como um esquema de reprodução simples no campo:

Essa ideia de que a gente pode viver uma vida inteira num lugar onde todo mundo é pobre, mas onde ninguém passa fome. E não que todo mundo produza, mas porque, tal como os índios, descobrimos maneiras de fazer com que o essencial circule entre nós sem precisar ser comprado, vendido ou acumulado. A própria acumulação é um valor identificado historicamente com a chegada do outro. (BRANDÃO, 2004, p. 126)

São modos diferentes atuando em espaços comuns. A chegada “do outro” (MARTINS, 1981), das usinas sucroalcooleiras / das extensas lavouras homogêneas e/ou das relações capitalistas que se aprofundam no local, traz um novo tempo e modifica o espaço de vida das comunidades rurais, que cada vez mais tem individualizado as famílias com novos arranjos produtivos e de trabalho. O que tem ocorrido, com frequência, é o arrendamento de parte ou de toda a propriedade para o cultivo da cana, agora um processo individual de reprodução social (familiar) e não mais a base social (grupos sociais) de reprodução humana.

Essa prática modifica o cotidiano dessas pessoas e encerra uma nova dinâmica espacial. Muitos se tornam empregados nas usinas complementando a renda da família, como é o caso de trabalhadores rurais em Maurilândia e municípios próximos. As relações comunitárias perdem o potencial agregador das famílias, vulnerabilizando-as social e culturalmente.

*Nosso medo é de ter que acabar indo morar na cidade ou trabalhá aqui na usina, porque o serviço de agregado ou diarista e até a pouca roça que nois tocava como meeiro tá virando tudo plantação de cana<sup>12</sup>.*

*As coisas mudaram muito de uns tempos pra cá. Já não é fácil arranjar vaqueiro e nem peão pra lida na roça. Tive que vender muitas cabeças de gado, só ficou um pouco pra dá conta das despesas da casa e vender por aqui mesmo. Tem vizinho que não tem mais pasto e nem gado porque preferiu arrendar tudo pra usina<sup>13</sup>.*

<sup>12</sup> Nessa entrevista, feita pela autora, trabalhadores rurais do município de Maurilândia/GO diziam de suas dificuldades como a falta de trabalho no campo e o aumento da lavoura canavieira (abril de 2012).

<sup>13</sup> Entrevista concedida à autora por proprietário rural do município de Maurilândia/GO, falando sobre os novos arranjos produtivos no campo em função da agregação de terras pela usina sucroalcooleira (abril de 2012).



São falas que exprimem, mais uma vez a opção pelo arrendamento de terras à usina, entretanto essa ação não traz clareza sob quais condições tal decisão foi escolhida dada às difíceis situações e metamorfoses socioespaciais que vem ocorrendo no campo. Nessa perspectiva, os depoentes analisam sua existência e dificuldades de se manterem no lugar rural, sendo, muitas vezes, a sua vontade. Esse lugar, o campo, exprime sentimentos vividos numa contingência que não cabe simulação. A vida dura vista, sentida e ouvida à luz do dia e nos intempéries noturnos dão o tom da realidade experimentada por muitos que fazem da lida no campo seu modo e meio de vida.

Mesmo nessa realidade, nota-se o sentimento de pertencimento como elemento importante que identifica o camponês, sertanejo (ou caipira), pequeno produtor rural. Nesse caso, nem mesmo a pobreza, dificuldades e conflitos fazem com que o sujeito perca sua afeição e pertença com seu lugar. Essa situação contraditória denota também os traços da tradicionalidade e modernidade contida nos modos de vida dos camponeses de ontem e também de hoje.

Ademais, trata-se da “lógica dialética de quem eventualmente acumulou riqueza, modificou hábitos de consumo, tecnificou suas atividades, mas ideologicamente continua fiel, como escreveria Bourdieu, aos *habitus* e à pertença camponesa” (OLIVEIRA, 2006, p. 13). Destarte, importa-nos ‘amarrar’ a ideia de pertencimento às características identitárias que são manifestas no ser/estar do homem do campo, no sujeito rural e rurícola, camponeses ou caipiras. Esses possuem uma relação estreita com a terra e com a natureza.

O campo e o camponês se concretizam pela ligação íntima do homem com a terra, formando o ‘modo de vida’ camponês dentro do espaço geográfico, numa socialização espacial real para o homem do campo (BRANDÃO, 1995).

### **2.2.3 Terra para a agroindústria da cana**

A necessidade de agregar mais terra para a expansão da lavoura canavieira se intensifica, mais ainda, no início do presente século, motivada pela grande busca

de mudanças na matriz energética, motivada pelos impactos ambientais decorrentes da anterior, baseada em combustíveis fósseis.

Os grandes ciclos da cana no Brasil perpassaram por três fases: chegada e expansão da cana no nordeste em tempos coloniais; o Proálcool, que consolida o Centro-Sul; e, por último, a fase atual, que expande as lavouras de cana rumo ao centro do país. Esse último, iniciado nos primeiros anos deste século XXI, foi favorecido, como antes (novos problemas constituem-se da repetição dos mesmos?), por crises internacionais ligadas aos combustíveis.

Desta vez, a crise foi desencadeada pela demanda ambiental voltada a uma nova matriz energética, visando o controle do aquecimento global. Repetem-se situações anteriores já vistas e sentidas no campo. No entanto, não se fala muito de impactos ambientais, porém agora a preocupação recai sobre a competição entre culturas alimentares de ciclo anual, alvos de polêmicas internacionais (CASTRO et al., 2010) e internas.

Altos investimentos têm sido aplicados no setor sucroalcooleiro, tanto nas usinas quanto na ampliação de áreas para o cultivo da cana-de-açúcar por hectare, em várias regiões do Brasil. Veem-se aumentar, em larga escala, áreas com cultivo de cana como matéria prima para atender a agroindústria sucroalcooleira (paulistas e nordestinas) e avançarem para outras regiões como triângulo mineiro e, mais recentemente, sul e sudoeste goiano.



**Fotos 7 e 8:** Área de cultivo da cana e implementos agrícolas da Usina Vale Verdão S/A. Monocultura da cana entre os municípios de Maurilândia e Turvelândia, em Goiás.  
**Fonte:** Silva (abril de 2012).

Outro fator que atua como coadjuvante no *status* produtivo sucroalcooleiro provém das *terras férteis* do cerrado mineiro e goiano pelo ganho em

competitividade no que diz respeito ao uso de implementos e insumos agrícolas e à logística de distribuição empreendida pelo Estado. Esse, como importante elemento na organização territorial, rege as metamorfoses espaciais recriando paisagens, tendo o capital da agroindústria como coadjuvante e principal força motriz para criação de novas territorialidades em espaço rural.

Estudos e pesquisas estão sendo empreendidos por grupos ligados à Universidades Públicas Estaduais e Federais, além de órgãos governamentais, institutos de pesquisa entre outras entidades (CONAMA, FAEG, IBGE, EMBRAPA), afirmando o atual processo de ocupação da agroindústria canavieira nos espaços rurais do cerrado, inviabilizando o desenvolvimento socioeconômico dos pequenos produtores de forma autônoma. Isso porque muitas famílias rurais não têm conseguindo se reafirmar no território onde já estavam inseridas, devido à difícil disputa com o capital das usinas.

Essas famílias foram afetadas profundamente pelas grandes lavouras canavieiras. A ressonância do epicentro agroindustrial da cana vai para além das áreas produtivas. Muitos agricultores tiveram suas tradições e seus costumes comprometidos devido novos arranjos socioprodutivos que estabelecem modificações no vínculo do trabalhador rural com a terra e com o território.

Em termos quantitativos estima-se que a rápida expansão da cana-de-açúcar, puxada pela crescente demanda global de etanol, já tem rota definida: além de São Paulo, que lidera a produção, passará principalmente por Goiás e por Minas Gerais, nas proximidades do alcoolduto que a Petrobrás planeja consolidar para a exportação do etanol.

O crescimento da lavoura de cana nessas áreas tem sido elevado, em linha com as exigências do consumo. A área de plantio do produto vai duplicar no país em dez anos, passando para 12,2 milhões de hectares na safra 2015/2016 para uma produção de 26 bilhões de litros de álcool e 900 milhões de toneladas de cana, de acordo com o Instituto de Economia Agrícola (IEA, 2012).

No Cerrado Goiano é forte a preocupação acerca da entrada vigorosa das usinas sucroalcooleiras sem que estes espaços estejam, de fato, preparados e oficialmente abertos à expansão do cultivo da cana em escala industrial.



**Foto 9 e 10:** Criação de gado em pequena propriedade rural cercada pela lavoura canavieira da Usina Vale Verdão S/A ao fundo. Propriedade rural com estreita faixa de terra utilizada como pasto para o rebanho de poucas cabeças de gado, entre a rodovia e área ao fundo, sendo preparada para novo ciclo da cana no município de Turvelândia/GO.

**Fonte:** Silva (abril de 2012).

Aqueles que optaram pelo arrendamento de suas terras, após o contrato firmado com as usinas, mesmo querendo, não conseguem retornar às produções anteriores por falta de recursos para recuperar o que a cana destruiu. Esse processo parece configurar um modo de “rentismo” no qual, muitas vezes, o produtor rural se vê acorrentado. E, com o tempo, alguns desses camponeses se instalam em definitivo nas cidades em empregos de baixa remuneração ou trabalho temporário, inchando ainda mais a periferia dos centros urbanos.

Há que se lembrar de que as comunidades rurais têm seu próprio ritmo produtivo bastante influenciado pela natureza, pelas vivências, pelos saberes e práticas. Muitos desses espaços rurais estão sendo ‘invadidos’ pelo contínuo avanço da cultura da cana. Como resultado, não poucos proprietários têm recorrido ao arrendamento de suas terras. São formas de organização social e territorial apresentadas às comunidades rurais. Contudo, o arrendamento das terras, além de não melhorar substancialmente as condições de vida e de trabalho desses produtores, força-os a outras iniciativas. De acordo com esses argumentos, Santos lembra que

[...] as metamorfoses anunciadas com o arrendamento de terras não podem aparecer como capazes de promover estratégias comunitárias para os seus problemas de reprodução, pois o arrendamento em si tende ao esvaziamento das unidades de produção familiar, à degradação ambiental e social. Esta é uma situação social nova, em que os produtores rurais tradicionais não conseguem administrar as imposições advindas de uma cultura técnica trazida pelas grandes lavouras e cuja manifestação mais concreta é a possibilidade de o produtor tradicional também se constituir em um rentista. (SANTOS, 2003, p. 152)

Essa ‘nova condição’ do produtor tradicional rural como “rentista” lhe oferece possibilidade de rendimento com a terra prescindindo das formas de produção agropecuária tradicional. Entretanto, tal processo faz com que o produtor se torne dependente do capital agroindustrial, ficando cada vez mais ‘ilhado’ de suas antigas relações produtivas e sociais.

## 2.3 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E PODER NO/DO TERRITÓRIO

É sabido que a estrutura fundiária é a forma como o recurso terra (bem fundante) se divide em propriedades, de acordo com o processo histórico e também com as leis de propriedade ditadas pelo Estado. Esse processo segue diversos caminhos, podendo provocar problemas sociais de grave soma. Um deles tem a ver com a concentração de terras nas mãos de um número limitado de proprietários que têm dado origem a conflitos sociais ao longo da história no Brasil.

Outros conflitos sociais, não menos importantes, devido à concentração fundiária avolumam e acirram disputas: demarcações de terras indígenas, preservação ambiental, devastação de recursos naturais, expansão do agrohidronegócio, controle da produção de alimentos, expropriação, expulsão e exclusão dos camponeses e de povos tradicionais de seus lugares e também, conflitos pela manutenção de formas de vida dita tradicionais.

São disputas territoriais empreendidas por grandes corporações nacionais e internacionais, governos, empresas e latifúndios na ferrenha luta por recursos e por terras. No âmbito da luta pela posse e propriedade da terra, sob uma nova forma de ‘colonização capitalista pós – moderna’, Montenegro (2010, p. 14) acrescenta:

Diante da vitalidade do capital para o despojo, as populações que sofrem essa recolonização dos seus lugares de vida são mais profundamente exploradas, empurradas a um êxodo incerto, descaracterizadas do arraigo territorial que dá sentido a sua identidade. Nesse processo, algumas definham, outras se organizam, resistem, lutam, dizem “Basta!” [...].

Cabe, aqui, uma elucidação importante que nutre a afirmação do autor. Lembre-se do quadro apresentado no primeiro capítulo desse trabalho, que

configura tipos de sujeitos encontrados na área de pesquisa, classificados em três grupos tipológicos, a saber: Grupo I – Sujeitos no/do Lugar; Grupo II – Sujeitos Temporários do Lugar e Grupo III – Sujeitos Fora do Lugar.

Defrontados com a questão: *Você estaria disposto a vender ou arrendar suas terras para a Usina Sucroalcooleira?* Os sujeitos classificados no Grupo I<sup>14</sup> – Sujeitos no/do Lugar – respondem à questão revelando seus sentimentos, sonhos e estratégias de resistência (resiliência) frente à invasão da lavoura canavieira:

*Eu não vendo, nem arrendo minhas terras! O que tenho é pouco, mas, foi aqui que meu pai criou seus 8 filhos e eu vou criar os meus, se Deus quiser! [...]*

*Nois tamo nos organizano pra defendê nossas terrinhas. A usina é rica, pra ela essa terra não vale nada, mas pra mim é tudo que eu tenho. Já contamos com alguns camarada na região que também não vai arrendá suas terras pra usina.*

*Mesmo com a cana, vou ficando. Meus dois filhos mais velho estão trabalhando na usina e eu tomo conta das criação com os mais novo. Daí vamo vê o que vai dar, né?*<sup>15</sup>

Mesmo não tendo sido avaliadas e comprovadas essas possibilidades de resistência por parte dos pequenos proprietários rurais da região, percebe-se um enunciado de organização dos produtores rurais em alavancar movimentos em prol de melhorias em suas condições de reprodução social. Esses sentimentos em forma de palavras e práticas expõem a existência (e resistência) ante a monocultura canavieira de sujeitos que ainda lutam, não apenas pela terra em que trabalham pra garantir sua reprodução, mas também pelo território que marca profundamente sua forma de vida. Tal situação parece acontecer distante, e ao mesmo tempo próximo, das discussões políticas, acadêmicas e capitalistas sobre a apropriação de terras para o desenvolvimento da agroindústria da cana, entre outros embates. Para esse grupo de pequenos produtores e trabalhadores rurais, não importa o tamanho da sua propriedade, implica sim a importância que a terra-*territorium* tem para a reprodução da vida num movimento contrário ao capitalismo no campo.

De forma equidistante, não são poucos os trabalhadores e pequenos proprietários rurais que, pela falta da terra ou pela dificuldade em manter sua pequena gleba, se empregam nas usinas ou em outro tipo de trabalho (temporário

<sup>14</sup> Trata-se de atores locais que vivem, trabalham e constroem seu meio e modo de vida em espaço rural no município, mesmo com o advento da agroindústria sucroalcooleira.

<sup>15</sup> Entrevistas, realizadas pela autora, com produtores rurais maurilandenses que possuem pequenas propriedades de terra no município. Essa entrevista foi realizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maurilândia/GO (abril de 2012).

ou não) na cidade. Haja vista a oferta de empregos ser precária (no campo e na cidade), a necessidade de aceitar as poucas oportunidades de serviço que surgem não é ignorada. Caso de muitos jovens e chefes de família na área pesquisada. Esses atores foram elencados no Grupo II<sup>16</sup> - Sujeitos Temporários do Lugar. Para eles:

*[...] não teve jeito mais de ficar na roça. Tá muito difícil arranjar trabalho pro meu marido e pros meninos que ajudava o pai na lida. Nós tinha uma terrinha mais não dava pra plantar muita coisa e só criava umas cabeça de gado pras despesas. Aí nós resolveu arrendar tudo e mudar pra cidade. Meu marido arranhou empregado na usina...e os meninos tão procurando alguma coisa nas fazendas mais grandes aqui da região, é isso aí!  
Pra mim compensou arrendar minha terra porque entra mais um dinheirinho. Aqui na cidade tem escola pros meninos que ainda é pequeno. Como não é muito longe, arranhei um serviço na usina mesmo que arrendou minha terra. A muié fica aqui com os meninos e eu vou e volto todo dia<sup>17</sup>.*

Semelhantemente, outros produtores rurais, por opção ou por falta dela, entregam suas terras nas mãos dos usineiros, ficando dependentes do valor pago pelos arrendamentos. Nesses casos, por mais que resista, o êxodo se faz cada vez mais necessário para as famílias rurais, hajam vista as possibilidades no campo diminuírem por falta de terra. Na região pesquisada, os municípios que mais recebem os migrantes do campo são aqueles em que a usina exerce maior pressão pelas terras para a expansão da lavoura de cana.

Como consequência, municípios sede de usinas (Turvelândia) ou muito próximas a elas (Maurilândia, Castelândia) têm aumentado o número de “ex-camponeses” em sua população urbana. Já na cidade, eles têm que entrar para o mercado de trabalho em atividades não agrícolas. São sujeitos classificados na situação do Grupo III<sup>18</sup> – Sujeitos Fora do Lugar (outros elementos desses grupos de sujeitos serão explicados nos capítulos seguintes). Na fala desses camponeses expropriados de suas terras e da sua condição de viver no e do campo, resume-se alguns trechos das entrevistas:

<sup>16</sup> Diz respeito ao grupo de sujeitos que ainda trabalham no campo, mas que residem na área urbana de Maurilândia (ou vice-versa) num processo de migração diária cidade – campo / campo – cidade.

<sup>17</sup> Entrevistas, concedidas à autora, por trabalhadores rurais que migraram do campo para a cidade. O primeiro depoimento foi de uma trabalhadora rural que teve que deixar o campo por falta de trabalho para a família. O segundo depoimento é de um jovem proprietário rural que optou por arrendar suas terras e mudar com a família para a cidade. Ambos residem no município de Maurilândia/GO (abril de 2012).

<sup>18</sup> Grupo de sujeitos que perderam o vínculo de propriedade e/ou de trabalho com o campo. Migraram para a cidade, vivem em Maurilândia e/ou nos municípios próximos desenvolvendo atividades não agrícolas.

*Não tive como pagar os empréstimos que fiz no banco, vendi um pouco de terra e o resto arrendei pra usina [...]*

*A coisa foi apertando, aí eu já não tinha trabalho em lugar nenhum. Todas as fazendas que eu conhecia já tava com pouco empregado ou com a família fazendo de tudo. O jeito foi sair da roça e procurar outra coisa na cidade!*

*[...] Apertei muito quando comprei o maquinário pra tocá a roça. A colheita foi ruim... teve muita praga, aí eu mudei pra uma casinha que eu tenho aqui na cidade e arrendei a terra pra usina plantar cana.<sup>19</sup>*

É recorrente no Brasil a concentração de terras ser proveniente da expropriação. Isso significa a venda forçada de pequenas propriedades rurais para grandes latifundiários com intuito de pagar dívidas geralmente geradas em empréstimos bancários. Na maioria, são propriedades rurais muito pequenas com suporte técnico restrito. É comum não alcançar boa produtividade tendo que arcar com os custos elevados da produção. Dessa forma, não conseguem competir no mercado, não obtêm lucros, por conseguinte perdem suas terras. Esse ciclo favorece o sistema migratório do campo para a cidade nos moldes atuais.

Em conformidade à estrutura fundiária brasileira corresponder às situações de desterritorialização vivenciadas por camponeses/trabalhadores rurais nos depoimentos apresentados, tem-se o modo como propriedades rurais estão dispersas pelo território e seus respectivos tamanhos, o que facilita a compreensão das desigualdades no campo.

Em outros termos, adverte-se: a desigualdade estrutural fundiária configura como um dos principais problemas do meio rural, isso por que interfere diretamente na manutenção de pequenas propriedades, na quantidade de postos de serviço, no valor de salários e, automaticamente, nas condições de trabalho e no modo de vida. No Brasil, grande parte das terras encontra-se nas mãos de pequena parcela da população, os latifundiários.

Do lado oposto desta estrutura fundiária estão os minifundiários, proprietários de milhares de pequenas propriedades espalhadas pelo território brasileiro. Algumas são tão pequenas que muitas vezes não conseguem produzir renda nem a própria subsistência familiar. É elevada a discrepância em relação à distribuição de terras. Uns com grande soma, outros possuem pouca ou nenhuma terra para que delas

---

<sup>19</sup> Entrevistas concedidas à autora, por pequenos proprietários e trabalhadores rurais que tiveram que sair do campo em busca de outras oportunidades de trabalho e renda no município de Maurilândia e Castelândia (abril de 2012).



possam sobreviver. Tais aspectos caracterizam a forma de espacialização fundiária no Brasil.

O Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) registrou em abril/2012 que havia 605,4 milhões de hectares em poder de 5,4 milhões de imóveis, distribuídos conforme a Tabela 6. Após análise atenta dos dados, destacam-se dois extremos: os imóveis com área menor que 10 ha, 34,1% do total ocupam somente 1,5% da área total perfilhando com área média de 4,7 ha, enquanto áreas com mais 100.000 ha (menos de 1%) ocupam 13% da área total, com área média de 379.204,39 ha.

**Tabela 6:** Estrutura Fundiária no Brasil – 2012.

<b>Estrato de Área (ha)</b>	<b>Imóveis</b>		<b>Área</b>		<b>Área</b>
	<b>Número</b>	<b>%</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>	<b>Média (ha)</b>
Menos de 10	1.874.969	34,1	8.834.571,15	1,50	4,70
10 a 100	2.863.773	52,1	95.186.129,26	15,70	33,20
100 a 1000	678.462	12,3	181.757.801,33	30,00	267,90
1000 a 10000	79.228	1,4	194.821.102,90	32,20	2459,00
10000 a 100000	1.878	0	43.467.154,54	7,20	23145,40
Mais de 100000	225	0	81.320.986,88	13,40	361426,60
<b>TOTAL</b>	<b>5.498.535</b>	<b>-</b>	<b>605.387.746,06</b>	<b>-</b>	<b>110,1</b>

**Fonte:** INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural/SNCR (2012) – Elaborado e adaptado pela autora.

Essa realidade agrária acontece porque houve (e ainda há) um pacto agrário que mantém a divergência e a disparidade no campo brasileiro. A terra e a riqueza rural foram e continuam sendo concentradas por força dos interesses da oligarquia rural articulada com o capital industrial/financeiro. O Estado se converte num agente de conciliação dos interesses convergentes e divergentes das classes possuidoras dirigentes do país.

Além do papel do Estado na agricultura, além da forte diferenciação entre a força das políticas públicas dedicadas ao agronegócio e à fragilidade das políticas orientadas aos camponeses, percebe-se que desde os anos de 1950 (Lei de Terras) deu-se a incorporação da discussão do desenvolvimento rural como uma estratégia de substituir, sem resolver, a discussão sobre a questão agrária (OLIVEIRA, 2007; FERNANDES, 2008; MONTENEGRO, 2010).

De resto (e tudo mais), as inquietações e implicações sociais, fundiárias e ambientais, ficam à margem. Segundo a professora Maria da Conceição Tavares (2000), a permanência deste pacto de dominação envolve três ordens de fatores

estruturais: apropriação privada e a concentração da terra; relações patrimonialistas entre as oligarquias regionais e o poder central, por intermédio de sua representação política; e o caráter dependente ou associado da burguesia nacional com capitalismo financeiro internacional.

Defronte do perfil patrimonialista (estrutura fundiária desigual e concentrada) do Estado, ressalta-se, na última década, o modelo de acumulação de capital da tríade do pacto agrário ter se fortalecido. Por um lado, no mercado externo com a expansão das *commodities*, e por outro, no mercado interno com uso privado dos recursos naturais. Consequentemente, há apropriação da renda da terra decorrente da alta dos preços agrícolas e da terra e, não menos importante, a retomada virtuosa do crédito rural.

É fato que a concentração da terra é uma das características do capitalismo no campo, agravando a questão agrária. Deve-se, pelo menos, tentar atenuar a concentração fundiária, mesmo com a permanência da propriedade privada, contando que o uso da terra seja mais democrático e menos explorador. Além de sobrepor os interesses econômicos individuais aos interesses coletivos, a centralização fundiária, seja para especulação ou para a apropriação da renda capitalista da terra, impede que um grande contingente populacional tenha acesso a ela para viver e produzir.

Assim, a distribuição mais igualitária das terras é mais coerente com os interesses coletivos, tanto pela melhoria das condições de vida da população, quanto pela produção de alimentos de forma socialmente adequada. Na estrutura fundiária brasileira predomina a grande propriedade rural e a pequena propriedade, com diferenciações produtivas. As transformações ocorridas e aquelas ainda em curso no mundo rural mostram como a indústria subjuga e modifica as condições de produção no campo (FERNANDES, 2001; OLIVEIRA, 1991).

A burguesia agrária é articulada com as burguesias industrial e financeira de base urbana. Assim, pouco a pouco forma dois contingentes de operários agrícolas: os permanentes e os temporários. Essas modificações ocorridas na economia e sociedade agrária provocaram o desenvolvimento das classes sociais no campo, principalmente o proletariado e a burguesia e novos relacionamentos entre o campo e a cidade, a indústria e a agricultura (IANNI, 1984). Esclarece-se que a discussão vai além do que percebido espacialmente, dissecando o modelo para além das relações binárias, reconhecendo outros movimentos no campo.

A sociedade brasileira, tendo em vista as diversidades e desigualdades regionais, constitui a base do desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza a formação social do Brasil sendo diversas as formas de industrialização da agricultura, de subordinação do trabalho rural ao capital. É possível afirmar que a história da agricultura brasileira tem seguido esse tom desde a independência, numa tentativa de reforma agrária, a história de um povoamento que não termina.

Todavia, com o fechamento da fronteira amazônica acha-se em seus momentos finais o longo processo histórico de monopolização das terras? Crê-se que não. Provavelmente, num repetir da história, a questão agrária continuará a ser *resolvida* ou adiada de modo conveniente aos blocos de poder. Uma reforma agrária que nunca põe em questão o princípio da propriedade privada (EDUARDO, 2010) não está disposta a dirimir a questão.

Desse modo, a problemática agrária, entendida como resultado da estrutura fundiária arcaica e conservadora, numa abordagem territorial necessita ser concebida de forma holística, na busca por princípios de desenvolvimento. Esse, como processo contínuo de ação sobre as forças estimuladoras das ordenações territoriais internas e externas.

### **2.3.1 Do espaço rural ao território agroindustrial**

Como entender a organização do espaço geográfico (urbano e rural) e o ordenamento territorial a partir das novas lógicas de inserções espaciais na esfera da globalização e da necessidade de modernização dos setores econômicos? Milton Santos (2008) explicita a sujeição e requalificação dos espaços frente aos “interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade que são incorporados às correntes de globalização”.

Recentes arranjos territoriais se dão numa dimensão atemporal, tal a rapidez com que surgem e/ou se desfaz numa fluidez do tempo no espaço, das coisas e das pessoas, em perspectiva local e regional. Parece que os elementos componentes do tempo globalizado e pós – moderno tenham contribuído, de forma decisiva, para o processo rápido e irreversível de transformação do espaço rural.

De técnicas rudimentares com forte apelo às culturas diversificadas para produção de alimentos (agropecuária tradicional) o campo passa a comportar um espaço tecnificado, com alta produtividade e monocultura que se configura nos atuais arranjos territoriais e produtivos das usinas sucroalcooleiras, também no Cerrado goiano. A mecanização agrícola tem reforçado o aumento da produção, a competitividade e a diminuição de custos com mão de obra, no entanto, tem elevado o índice de desemprego no campo em áreas tradicionais no cultivo de grãos.



**Foto 11:** Monocultura da Cana-de-açúcar com lavoura altamente mecanizada/fase colheita.  
**Fonte:** SIFAEG, SIFAÇUCAR (2013).

Tais processos, inseridos numa rede de informações ‘prontas’ / instantâneas conectadas – a um toque de mouse – ao meio-técnico-científico-informacional mediatizada pela *internet* (rede mundial de computadores), confirmam que (SANTOS, 2008, p. 148): “a ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies”. É, então, a informatização do espaço.

Numa análise espacial não alheia ao ser humano, em analogia, Bertha Becker (1995, p. 272) fala dessas transformações “e das novas tendências de globalização econômica e dos movimentos sociais que rompem as fronteiras dos Estados introduzindo diferenciações nos territórios nacionais”. Estes territórios nacionais, lembrando Santos (2008), passam a incorporar e identificar áreas de densidade ou zonas luminosas e áreas praticamente vazias ou zonas opacas. Densas e

iluminadas, ou não, são áreas transformadas por elementos internos e externos ao lugar (rural).

De igual modo, podem-se traduzir essas áreas espaciais como territorialidades “entendidas como estratégias que visam influir em ações a partir do controle de territórios – surgem acima e abaixo da escala do Estado, desafiam os fundamentos do poder nacional e a possibilidade de desenvolvimento autárquico” (BECKER, 1995, p. 272). A criação de novos territórios e/ou territorialidades pressupõe certo controle (poder) sobre as comunidades locais, regionais e também nacionais quando são organizadas (e pensadas) como projeto verticalizado de nação (em função de um território e de um povo. Será?).

Sem perder o raciocínio da reflexão, abre-se um parêntese para fazer menção ao significado de Estado: importante ator sintagmático que realiza várias ações em todos os níveis; se apropria de um espaço e o territorializa (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Ainda, definindo Estado, Becker (1995, p. 273) esclarece que o “Estado é a unidade política básica do sistema internacional, cujo atributo principal é o poder, em suas dimensões predominantes de natureza militar, ideológica e econômica”.

Na dimensão prática da vida dos sujeitos, o Estado se apresenta como detentor de poder, atuando como regulador social com capacidade de fazer valer seus interesses (Estado + Classes Hegemônicas = Atores Sintagmáticos). Seja qual for o foco de análise, não se pode negar a importância da inserção da ação do Estado no processo de ordenamento territorial e ‘fazedor de territórios’.

No surgimento das territorialidades, outras conformações impõem novas lógicas espaciais alterando e modificando a paisagem urbana e rural. Além do que já foi dito, vale lembrar o tripé Espaço, Território e Poder, que juntos coadunam com as modificações espaciais inserindo atividades alhures e promovendo metamorfose nos modos e meios de vida (RAFFESTINI, 1983). Este entendimento de território viabiliza-se pela análise que ora se faz, tendo em vista os arranjos territoriais de atores hegemônicos (Estado + Usinas Sucroalcooleiras) sobre o espaço, sendo eles rural e urbano.

Em outra perspectiva, compreende-se a territorialidade num sentido cultural e humano que parte de um princípio relacional com o local, a vivência do homem com o espaço. Dessa forma, “a territorialidade adquire um valor bem mais particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma

coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p. 158), como já pontuado.

Para isso, é preciso entender o movimento das relações espaciais e sociais que se concretizam nos lugares, recriando territorialidades. Entende-se, nesse movimento, que o espaço é relacional, histórico, subjetivo e experiencial que se transforma em lugar pelo conhecido, percebido e vivido em seus conteúdos locais. De modo semelhante, o território é fruto da vivência do homem em um determinado lugar a que se pertence juntamente com o espaço.

Espaço com significado de vivido e experienciado, sem desprezar o forte sentido de poder inserido nas questões territoriais. Esse tem sido o norte para a compreensão e aplicação da categoria território nesse trabalho. Ressalta-se que o território tem a capacidade de suportar diversas territorialidades associadas às temporalidades idênticas ou não (HAESBAERT, 2004, 2005). Nesse mesmo sentido,

o território é a base física das “relações sociais, de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produto socioespacial e condição para o habitar, viver e produzir”. (SAQUET, 2007, p. 118)

Dito isso, a territorialidade, além de incorporar uma dimensão política, também diz respeito às relações econômicas e socioculturais; está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como dão significado ao lugar (sentido de pertencimento, de enraizamento). Destarte, territorialidade é a concretização do poder exercido por um indivíduo ou, um grupo, em dado espaço geográfico. É algo mais cultural do que físico, pois, num mesmo território, instalam-se territorialidades múltiplas.

Dessa forma, a territorialidade, compreendida como um componente de poder, “não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (SACK, 1986, p. 219 citado por HAESBAERT, 2004, p. 6).

Ampliando o sentido de território, tem-se a fluidez – mescla de poderes relacionalmente amalgamados em diferentes ordenações (EDUARDO, 2010; SANTOS, 1999). O território une os diversos poderes (instituições, políticas de

desenvolvimento econômico, produção do conhecimento, infraestruturas) na conformação de uma multidimensionalidade. Nesse sentido,

a abordagem territorial consubstancia-se numa das formas para se compreender a miríade de processos, redes, rearranjos, a heterogeneidade, contradições, os tempos e territórios de maneira a contemplar a (i)materialidade do mundo da vida. [...] Os territórios articulam-se, ligam-se e são sobrepostos, em conexão, são unos. (SAQUET, 2010, p. 183)

Nessa perspectiva se evoca a relação global-local e as territorialidades criadas por processos exógenos ao lugar. Esse, por vezes heterogêneo e contraditório, reúne em si ‘espaços’ e ‘tempos’ díspares com possíveis ajustes e enunciados políticos via Estado e capital privado. É comum perceber ritmos e compassos temporais diferenciados no mesmo território: espaço de vida dos camponeses e trabalhadores rurais em contraste ao espaço homogeneizado criado pela usina canavieira, o segundo alisa e territorializa o primeiro.

Parece que os espaços conectados pelos fluxos da mercadoria e da informação destoam-se (deslocam-se) dos lugares frente à resistência e coexistência das territorialidades fundadas historicamente (comunidades tradicionais rurais, grupos étnicos, grupos sociais de resistência, quilombos, e, recentemente, a territorialidade cigana etc.). Outras tantas, pela fragilidade de sua própria sobrevivência e pela centralização excessiva do poder capitalista e do Estado, cortaram os laços de comunicação com o espaço vivido, fragmentando-o e, não raro, dizimando lugares e territórios.

Exemplos esses que podem ser remetidos à tipologia apresentada no primeiro capítulo, citam-se os grupos de sujeitos I, II e III: sujeitos no/do lugar, temporários e fora do lugar, que vivenciam cotidianamente o processo de desterritorialização rural via expansão da indústria canavieira. Nesse prisma de uso (e apropriação) do espaço pelo capital e formação de novos arranjos territoriais, busca-se refletir as possíveis lógicas das coisas e dos homens no lugar, bem como seus desdobramentos no cotidiano e na vivência das comunidades rurais.

O cenário global – local, em meio à contingência de elementos incongruentes e conflitantes que o identificam, tem aberto vasto campo para pesquisas e reflexões no tocante às novas espacialidades/territorialidades no campo. Importa compreender

os processos de te-des-reterritorialização<sup>20</sup> (reconstrução, destruição e surgimento de novos territórios) e desenraizamento de comunidades rurais locais e sua coexistência em espaços territorializados pela produção e expansão da cana-de-açúcar.

Sempre capitaneada pelas usinas sucroalcooleiras, dão-se novas formas de uso e apropriação espacial, bem como seus efeitos nos modos e meios de vida rural, no campo e na cidade. Buscando entender essa temática, os símbolos e imagens da cultura rural, as representações no seu mundo vivido por meio das sensações, sentimentos e percepções (temas que serão abordados no capítulo cinco desse trabalho) são de elevada grandeza.

Outra discussão importante é a análise do sistema socioprodutivo dessas comunidades rurais diante de novos arranjos territoriais em espaços tomados pela cana, bem como os fatores desencadeantes de impactos sobre os *modus vivendi* da população local. A perda territorial, desenraizamento, desterritorialização e saída do lugar, situam várias famílias na área urbana de Maurilândia atingidas pelo avanço da cultura canavieira em seu espaço anterior.

Com relação a essas pessoas que perderam seu lugar, assemelham-se as falas e os sentimentos de perda. A desesperança e saudade do lugar são muito fortes, uma memória viva de um passado ainda presente, latente. Essa relação íntima com o campo é real para seus habitantes (BRANDÃO, 1995), ilustrada na fala de um camponês migrante:

*Tenho muita saudade da roça. Vivi lá mais de 60 anos. A terra não era nossa, mas, era como se fosse. Meu pai tomava conta de tudo: das vacas, das plantação. Tudo que ele plantava era dele e as vaca era a meia. Quando ele morreu eu fiquei tomando conta de tudo. O patrão e os filhos dele iam lá de vez em quando. E quando a usina chegou foi apertando a terra deles e agora há pouco tempo, resolveram vender. [...] Eu cresci por essas bandas, correndo, caçando, tomando banho no rio Verdão e trabalhando. Criei minha família lá, agora tá todo mundo na cidade. [...] Os vizinho tudo era amigo! Do curral a gente via a porteira da outra fazenda, todo mundo conhecia a gente. Do que eu tenho mais saudade? Dos mutirão e das festa que tinha na casa de um e de outro. De vez em quando vou pros lado de lá. Mas, tá tudo diferente, a gente não vê mais nada, só cana!*<sup>21</sup>

<sup>20</sup> Na perspectiva de Raffestin (1993), cabe pensar sobre a existência de um processo de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (TDR), baseado, sobretudo, no grau de acessibilidade à informação; em outras palavras, a informação, ou não, sobre símbolos e/ou significados podem fazer surgir novos territórios (territorialização), destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização) em diversas escalas.

<sup>21</sup> Entrevista realizada pela autora com trabalhador rural do município de Maurilândia/GO, que migrou para a cidade após a venda da propriedade rural em que morava e trabalhava. Sua atividade, agora na cidade, é de vendedor ambulante.



Com forte emoção, eles (os camponeses) falam de um 'tempo bom', da relação com a terra, vizinhos e parentes. Um tempo lento que acompanha o ciclo da natureza num espaço sem fronteiras e sem porteiros trancadas. Parece que a luta árdua do campo não apaga da memória a experiência do modo de vida rural. Marques (2000, p. 70-71), após análise sobre a atualidade do conceito de camponês, conclui:

E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles creem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico.

Concomitantemente, analisar a mobilidade do capital sucroalcooleiro e as políticas públicas desenvolvidas para este setor produtivo tem sido uma importante ferramenta para entender as rápidas transformações ocorridas no Cerrado brasileiro. Dito de outra forma, é a evolução ou passagem do espaço rural ao território agroindustrial.

Nas últimas décadas, altos investimentos têm sido aplicados no setor sucroalcooleiro, tanto nas usinas quanto na ampliação de áreas para o cultivo da cana-de-açúcar por hectare em várias regiões do Brasil. Além das tradicionais lavouras de cana para a agroindústria paulista e nordestinas, outras regiões têm apostado nesse setor. Com história mais recente nessa atividade destaca-se a região do triângulo mineiro, sul e sudoeste goiano.

Seria uma forma de neocolonização de espaços rurais já territorializados pela vivência, pela produção e pela história dos sujeitos rurais (camponeses, trabalhadores do campo) já existentes nesses lugares? Talvez não na forma, mas, sim no conteúdo – na busca de lucros e mais valia sobre o trabalho e a terra. O que se vê é uma migração não de gente, mas de firmas, instituições e capital em busca de novos espaços (SANTOS E SILVEIRA, 2004) para ampliação e hegemonia do setor produtivo agroindustrial.



**Fotos 12 e 13:** Pequena propriedade rural territorializada pela lavoura canavieira. Área de expansão da lavoura de cana da Usina Vale do Verdão S/A (ao fundo) com a cana alcançando outra propriedade de criação de gado em Maurilândia/GO.

**Fonte:** Silva (abril de 2012).

Em grande parte, a migração e/ou transferência de unidades agroindustriais da cana referem-se ao deslocamento de complexos industriais tradicionalmente situados no Nordeste e Sudeste (principalmente no Estado de São Paulo). Estes empreendimentos estão saindo dessas regiões pela saturação de mercado ou mudança do perfil produtivo.

Em relevo, a crise dos anos 1990 levou inúmeras agroindústrias canavieiras do Nordeste à falência e aquelas que permaneceram não foram suficientes para absorver toda força de trabalho existente. Soma-se a isso o fato de que os grupos mais tradicionais e capitalizados daquela região decidiram direcionar parte do capital acumulado para outros estados, sobretudo na Região Centro-Sul.

A estratégia dessas empresas era a aquisição de terras e implantação de novas unidades fabris, da aquisição de empresas já implantadas ou da transplantação de unidades de propriedade dos mesmos nos estados de origem (REVISTA TECNOLOGIA E INDÚSTRIA, 2001).

Outro fator coadjuvante na transformação do espaço rural (e também urbano) em território agroindustrial está intimamente ligado aos elementos naturais (solos férteis, clima ameno, relevo pouco ondulado e água em abundância) e *status* produtivo monocultor de novas regiões. Por certo, os cerrados mineiro, mato-grossense e goiano se revelam promissores para competirem no mercado, haja vista o uso da técnica, de implementos e insumos agrícolas, da logística de distribuição e incentivos fiscais do governo.

Segundo dados da União dos Produtores de Bioenergia (UDOP) e do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás (SIFAÇUCAR), a Região Centro – Oeste nos Estados que a compõem se firma como importante pólo produtor de cana. O Estado de Goiás se configura como líder nessa região com maior volume de área plantada, área colhida e de produtividade.

Em escala nacional, Goiás tem a terceira posição em área ocupada com a lavoura canavieira, antecedida por Minas Gerais na segunda posição e pelo Estado de São Paulo, que continua em primeiro lugar no *ranking* de área com cultivo de cana.

Os números comprovam o que os eventos, usos e apropriação dos espaços na região central do Brasil vêm demonstrando há mais de cinco décadas. Além dos recursos naturais da região, os incentivos fiscais e a logística de transporte, aliada ao capital sucroalcooleiro investido, certamente fortalecerão os resultados já obtidos, apostando, ainda, num crescimento maior para o setor.

Verifica-se, na tabela a seguir, a safra 2013 dos Estados da Região Centro-Oeste e o total produzido no Brasil. Observe-se que Goiás corresponde com mais de 9,1% da área ocupada com a cana em relação ao total nacional e com mais de 9,3% da produção obtida no país na última safra.

**Tabela 7:** Brasil: Cana-de-açúcar – Safra 2013/2014\*.

<b>BRASIL: REGIÃO CENTRO - OESTE</b>	<b>VARIÁVEL 1</b>	<b>VARIÁVEL 2</b>	<b>VARIÁVEL 3</b>
<b>Unidades Federativas</b>	<b>Área Plantada (ha)</b>	<b>Área Colhida (ha)</b>	<b>Produção (t)</b>
Mato Grosso do Sul	630.000	630.000	40.950.000
Mato Grosso	300.296	282.741	19.681.574
Goiás	1.000.674	858.898	69.307.411
<b>Brasil</b>	<b>10.923.709</b>	<b>9.823.290</b>	<b>737.859.346</b>

**Fonte:** UDOP / SIFAÇUCAR (*Estimativa: Safra 2013 – 2014\**). Elaboração da autora.

Diante disso, reforça-se a ideia de que a nova expansão da lavoura canavieira prioriza terras com diferentes aptidões nesses três Estados, que variam de altas a médias, essas últimas dominantes, cujas restrições podem ser superadas por técnicas de manejo adequadas. Áreas de cultivo triplicam, bem como o número de usinas e grandes complexos industriais começam a se organizar, reafirmando o Cerrado como o grande centro de produção de *commodities* para exportação, desta

vez com maior valor agregado e ancorado também em mercado interno consolidado e crescente, evitando dificuldades do passado com o Proálcool (Castro et al, 2010).

### **2.3.2 Territorialização da cana no Cerrado Goiano**

Sabe-se que o território é um espaço controlado por grupos humanos, produzindo territorialidades específicas, das quais o “poder” se origina. Raffestin, de forma análoga à Sack (1993 *apud* SACK, 1986), considera territorialidade como basicamente humana. O ponto de convergência entre eles configura-se nesta circunstância. O aspecto integrador apresenta o território por intermédio das dimensões política, econômica e cultural-simbólica.

Tal construção pode ser intermediada por múltiplas escalas: mundiais, nacionais, regionais e locais, cuja espacialidade e temporalidade se expressam de maneira contínua e/ou descontínua. Em decorrência, a multiplicidade do território em um determinado espaço geográfico, coexistindo, também, territorialidades diferentes, sobrepostas e/ou paralelas.

Vale lembrar que Raffestin (1993) entende o território enquanto uma produção a partir do espaço. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstrato, o ator o territorializa. Nesse caso em questão, o ator trata do capital, por sua vez sucroalcooleiro.

O processo de territorialização de uma atividade num determinado espaço, independente da sua natureza, estabelece a relação de poder. Esse exercício se dá a partir de uma relação de domínio. Os domínios, de uma forma geral, podem ser observados, tanto nas relações naturais como nas sociais. Em ambientes complexos, mesmo que haja monopolização, homogeneização total ou parcial, sempre haverá imbricações de contradições, mudanças e novos arranjos territoriais.

Sabe-se que a territorialização de um espaço já ocupado anteriormente por outra forma produtiva faz surgir conflitos em relação à acomodação de um novo padrão de produção. Para Haesbaert (2002), isso se dá a partir do controle advindo do poder e da apropriação do espaço na destituição dos elementos ou rugosidades

antes existentes com a apropriação (simbólico – cultural) dos recursos naturais e das condições de reprodução ampliada do capital.

É a partir dos tipos e formas de renda extraídas da terra que se dá o domínio (sentido político) sobre ela, promovendo o desenvolvimento de determinadas forças produtivas que se traduzem em poder. O autor enfatiza que para se entender a territorialização é preciso atentar para os interesses econômicos e políticos como para as identidades culturais (HAESBAERT, 1995).

Outros elementos se fazem imperiosos para a modelagem do território / territorialização como: energia, informação, códigos, estratégias, objetivos e comunicação, de forma relacional e multidimensional, através das relações sociais e capitalistas. Por isso, o território “é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Saquet (2009, p. 48) enfatiza que “o território é objetivado por relações sociais, de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, a partir de diferentes atividades”. De conformidade com essa afirmação, Cruz (2009, p. 28) esclarece que “*pero la apropiación y materialización del territorio passa sin duda por dos de sus centrales nociones: la territorialidade y la territorialización*”, concordando assim com os processos territoriais dos quais trata Saquet.

Por certo, as relações de poder revelam a construção do território, que é exercida por pessoas ou grupos sem os quais não se define o território nem se instala a territorialização. O poder é compreendido como objeto que interpõe as formas de relações capitalistas, pois está intrínseco em todas as relações sociais. Desse modo, poder e território, apesar da autonomia de cada um, são evocados conjuntamente para a consolidação do território e da territorialização (SILVA, 2012).

No caso em tela, o que se objetiva é entender em qual dimensão as discussões teóricas e metodológicas podem ser capazes de responder e compreender a problemática que envolve as questões da territorialização e instalação de determinadas formas produtivas/econômicas. E, no momento, a questão que se propõe a esclarecer trata-se das formas de territorialização do setor sucroalcooleiro no Cerrado goiano. Seguindo o raciocínio de Saquet (2009, p. 128):

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado pela expansão do capitalismo e seus aspectos culturais; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições, sob a tríade economia, política e cultura (EPC), que determina as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias des-territorialidades e as re-territorialidades. A perda e a constituição de um novo território nascem no seio da própria territorialização e do próprio território.

Vê-se nas contradições impostas pela territorialização do espaço rural no Cerrado em função da expansão capitalista travestida nas agroindústrias da cana. No sudoeste goiano percebem-se perdas e a constituição de um novo território pela expansão da lavoura canavieira e do capital agroindustrial. É a territorialização se concretizando na forma (também no conteúdo?) a partir do uso e apropriação de um espaço já territorializado pelos atores sociais locais.

A bem da verdade, Haesbaert (1997) também enfatiza que a apropriação do território é econômica, política e cultural a um só tempo, e no próprio movimento de circulação e reprodução do capital promove a territorialidade e territorializações. O território é então o resultado e determinante desta unidade, inscrevendo-se num campo de forças das relações socioespaciais.

Pensar o processo de territorialização do setor sucroalcooleiro em Goiás é entender que as contribuições e debates acerca da territorialização se consolidam, enquanto mecanismos/estratégias do poder (capital), sobre as pessoas e recursos, através do controle (posse) das terras, o que constitui o cerne dessa discussão.

A partir de distintas abordagens verifica-se que os autores enunciados traçam análises por diferentes matizes. Porém, corroboram a ideia de que o território e a territorialização estão vinculados às relações de poder que podem ser permanentes ou temporárias, ou seja, à ação de um indivíduo ou grupos de dominar recursos ou pessoas através do controle de uma área. Ainda, concordando com Silva (2012, p. 39):

Do ponto de vista da territorialização do setor sucroalcooleiro, as considerações dos modos de interpretação deste segmento passam pela análise da renda da terra, por meio da compra, arrendamento / extração da mais valia como formas de controle, dado pelo processo de expansão territorial da cana-de-açúcar. Dessa forma, a terra vira mercadoria, tem seus valores fixados pelas suas características e passa a ser explorada com a finalidade de atender ao mercado interno e externo, consolidando as novas territorializações do capital.

O processo de territorialização no Cerrado Goiano ocorre, segundo Thomás Jr. (2002), quando o setor em discussão compra terras e/ou monopoliza o capital. Isto é, quando as usinas arrendam terra, tornam-se presentes nesse espaço e se expandem, especializando-se assim a produção em domínios territoriais comandados pelo setor em detrimento das demais monoculturas e da pecuária.

Especializa-se, assim, a produção em domínios territoriais comandados pelas territorialização das agroindústrias canavieiras. Os domínios territoriais da cana e do setor sucroalcooleiro no Brasil, na Região Centro-Oeste, no estado de Goiás e, especificamente, na Microrregião do Sudoeste de Goiás pode ser analisado a partir do quantitativo de terras com uso, apropriação para a lavoura canavieira, demonstrado na Tabela 8.

A territorialização empreendida nos Cerrados goianos pela lavoura canavieira pode ser comprovada pelos dados que demostram área de 732.870 ha utilizada somente por um tipo de cultura, a cana. É interessante observar, também, que entre área plantada e colhida, este monocultivo atingiu 100% de aproveitamento em terras goianas com produção aproximada em 60.000.000 t. Esse montante equivale a mais da metade do que é produzido em toda Região Centro-Oeste. E, na Microrregião do Sudoeste de Goiás perfaz, aproximadamente, 20% da área plantada no Estado.

**Tabela 8:** Brasil, Centro-Oeste, estado de Goiás, Municípios da Microrregião do Sudoeste de Goiás e Turvelândia.

<b>Área plantada, área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção de Cana-de-Açúcar – 2012</b>					
<b>Municípios</b>	<b>Área plantada (ha)</b>	<b>Área colhida (ha)</b>	<b>Produção (t)</b>	<b>Rendimento médio (kg/ha)</b>	<b>Valor da Produção (R\$ mil)</b>
Brasil	9.752.328	9.705.388	721.077.287	74.297	40.451.016
Centro-Oeste	1.538.549	1.538.549	113.276.327	73.625	6.339.069
Estado de Goiás	732.870	732.870	58.348.797	79.617	3.173.841
<b>Municípios da Microrregião do Sudoeste de Goiás</b>					
Aparecida do Rio Doce	808	808	75.000	92.822	3.855
Aporé	6.000	6.000	180.000	30.000	9.225
Caiapônia	70	70	3.750	53.571	190
Castelândia	4.140	4.140	310.500	75.000	17.633
Chapadão do Céu	16.195	16.195	1.457.550	90.000	76.084
Doverlândia	660	660	49.500	75.000	2.557
Jataí	10.000	10.000	1.300.000	130.000	67.860
<i>Maurilândia</i>	<i>13.550</i>	<i>13.550</i>	<i>989.150</i>	<i>73.000</i>	<i>57.015</i>
Mineiros	8.000	8.000	640.000	80.000	33.344
Montividiu	5.030	5.030	407.430	81.000	23.468
Palestina de Goiás	-	-	-	-	-
Perolândia	2.165	2.165	184.025	85.000	9.542
Portelândia	5.650	5.650	463.300	82.000	24.184
Rio Verde	22.300	22.300	1.895.500	85.000	107.096
Santa Helena de Goiás	32.200	32.200	2.576.000	80.000	150.181
Santa Rita do Araguaia	-	-	-	-	-
Santo Antônio da Barra	5.200	5.200	416.000	80.000	24.136
Serranópolis	10.068	10.068	684.624	68.000	35.600
<b>Município da Microrregião do Vale do Rio dos Bois</b>					
Turvelândia	18.000	18.000	1.404.000	78.000	84.984

Fonte: IBGE/IMB/SEGPLAN - Elaborado pela autora.

É preciso lembrar que, o município de Turvelândia, importante nesse estudo por sediar a Usina Vale do Verdão de Açúcar e Álcool S/A, aparece no quadro com expressiva área ocupada com plantio de cana.



**Fotos 14 e 15:** Áreas de cerrado com monocultura de cana – de – açúcar, cultura mecanizada e irrigação no Cerrado goiano.

Fonte: Silva (abril de 2012).

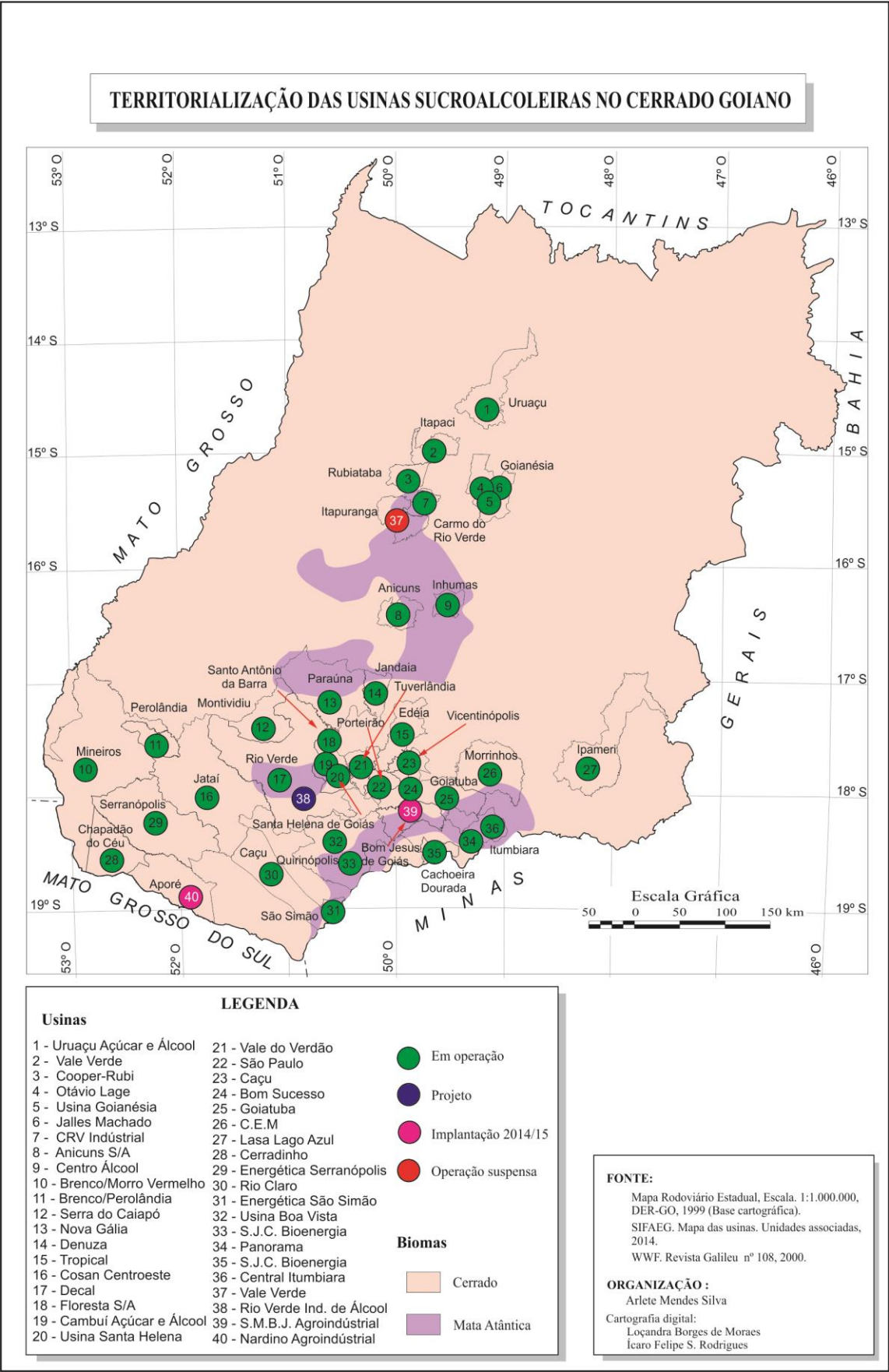


Nesse contexto de territorialização da cana Cerrado adentro, é interessante lembrar que tal situação já era esperada (por ter sido planejada?! ) nos estudos oficiais do governo brasileiro. Esses estudos sustentam que a ocupação de novas áreas para o atendimento da demanda futura de agroenergia se dará, principalmente, sobre o bioma do Cerrado, que possui cerca de 90 milhões de hectares “livres” para a produção de agrocombustíveis (NAE, 2004; MDA, 2005).

Como uma profecia, os Cerrados goianos estão ‘sentindo’ seu cumprimento, principalmente para aqueles sujeitos que perderam seus meios e modos de vida. A partir de um olhar endógeno, questiona-se: estariam, realmente, “livres” 90 milhões de hectares no Cerrado para expansão da lavoura canavieira sem expropriação, migração, desemprego no campo e na cidade, violência, arrendamento forçado de terras, prejuízos na produção agropecuária tradicional, efeitos impactantes na vida dos sujeitos locais e na própria manutenção do Bioma Cerrado? Com visão ampliada da situação, os autores sentenciam:

A demarcação destes territórios, escolhidos por suas extensas áreas planas que facilitam a mecanização, desconsidera a importância dos ecossistemas de chapadas, predominantes no Cerrado Contínuo e responsáveis pela recarga hídrica das principais bacias brasileiras [...]. O discurso oficial apregoa a existência de “terras livres” para monoculturas energéticas num contexto de crise na produção mundial de alimentos e de acirramento das lutas pela reforma agrária. Além do mais, negligencia a ocupação desses territórios por parte de populações tradicionais que reproduzem suas formas de viver, preservar e produzir, baseados na apropriação coletiva dos recursos naturais do Cerrado [...]. Num contexto de crescente presença do capital externo e de aumento de exportações, o discurso do governo brasileiro, que propala o etanol como uma saída para o problema das mudanças climáticas, precisa ser contraposto ao cenário de ameaças às soberanias alimentar e energética, que se concretizam na recorrente disputa por territórios. Nessa luta desigual, as populações camponesas têm perdido o controle sobre suas terras e amargado a expropriação desencadeada pelo avanço do agronegócio. (ASSIS e ZUCARELLI, 2010, p. 56-58)

Ademais, vinculadas às relações de poder, como um objeto/instrumento que pode ser manipulado e modificado de acordo com o grupo social que o sustenta, ou de acordo com os interesses que são criados, a forma de territorialização comandada pelo capital sucroalcooleiro pouco sofre com alterações e enfraquecimento produtivo. Isto se deve pelo fato de ser o próprio setor que se autorregula e estabelece sua própria territorialidade. O mapa a seguir aponta essa situação de territorialização do território goiano pela cana.



**Figura 8:** Territorialização das usinas sucroalcooleiras em Goiás.  
**Fonte:** SIFAEG (2014).

Espacializando a controversa questão da alavancada goiana no setor sucroalcooleiro, demonstra-se no mapa a territorialização das usinas produtoras no Estado de Goiás. É explícita a concentração de unidades produtivas na porção centro sul do Estado onde, tradicionalmente, dedicava-se a agricultura diversificada e a criação de gado em regime extensivo.

É apropriado existirem, no momento, estudos sobre o etanol por se tratar de um produto que mobiliza muitas políticas públicas no país. O senso comum mediado pela ideologia capitalista diz que as usinas trazem desenvolvimento, mas não é bem assim. Em geral, a riqueza gerada pela produção de etanol é privadamente apropriada, enquanto os problemas, também gerados por esta atividade econômica, são socializados.

Sabe-se que a ocupação da cana é agressiva, substituindo outras culturas em regiões com não poucos produtores rurais que acabam arrendando as terras por valores diminuídos a cada renovação contratual. A cana é devastadora. Arranca árvores, derruba currais. É difícil localizar pequenas propriedades rurais em meio aos imensos canaviais que são formados rentes às porteiras das casas.

A mídia local e regional tem alardeado os feitos desenvolvimentistas da agroindústria canavieira em terras goianas. Conforme o Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás (SIFAEG, 2013), a indústria do etanol e do açúcar é a que mais tem crescido em Goiás nos últimos catorze anos. O Estado é, hoje, o segundo produtor brasileiro de etanol e o quinto maior produtor de açúcar. Indústria descentralizada, com unidades espalhadas por todo o território goiano, a fabricação do etanol e do açúcar gerou milhares de empregos diretos e indiretos. São dados que dão robustez ao discurso desenvolvimentista do agronegócio da cana na região do Cerrado goiano.

Por um lado, o PIB (Produto interno Bruto) goiano cresce acima da média nacional. Por outro, a indústria sucroalcooleira em Goiás aumenta acima da média estadual. A última safra de cana em Goiás foi de 60 milhões de toneladas (ver Tabela 7, no item anterior). Este volume corresponde à soma de toda cana colhida nos estados do Nordeste e do Norte, segundo André Luiz Baptista Lins Rocha, presidente executivo do SIFAEG e do Sindicato de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás (SIFAÇUCAR).

Conforme essas entidades, embora a indústria goiana do etanol já se destaque como a segunda do Brasil em volume de produção, perdendo apenas para a de São Paulo, ela está voltada totalmente para o mercado regional. O Sr. André explica, ainda, que Goiás é, hoje, o segundo maior consumidor de etanol do Brasil (ficando atrás apenas de São Paulo), embora sua frota de veículos seja apenas a nona do País. Isto se deve, segundo o presidente do sindicato, ao preço mais vantajoso do etanol em face da gasolina. O preço baixo é resultado do menor diferencial de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) entre os dois produtos, mas, também, e sobretudo, graças ao menor custo de produção.

A indústria do etanol e do açúcar em Goiás, segundo André Rocha, se destaca por seus altos índices de produtividade, gerados não só pela sofisticada tecnologia de produção, mas, também, pelas facilidades naturais do território goiano. Uma combinação de clima adequado (regime de chuva e de sol regular) e topografia plana assegura uma mecanização quase absoluta da lavoura de cana. Mais de 90% da cana goiana é plantada e colhida por meio de máquinas.

Um dos fatores mais importantes para a expansão da cana em Goiás, segundo André, é a política de incentivos fiscais do governo estadual, através do *Fomentar* e do *Produzir*. Mas o principal fator arremata, “é a ação política do governo através de várias ações, buscando simplificar a legislação ambiental, buscando a transparência, a desburocratização, o diálogo permanente e franco com as entidades empresariais e com os próprios empresários”.

Essa fase otimista que o Estado de Goiás atravessa no setor canavieiro, defendida por suas entidades classistas, parece desconhecer (ou esquecer) os custos desse *desenvolvimento* para o Estado e para a sociedade. O que dizer dos processos de desterritorialização a que são submetidos os camponeses e trabalhadores rurais? Estes perdem sua identidade junto com a perda da terra, tornando-se migrantes errantes em busca de sobrevivência no campo e/ou na cidade.

A necessidade de mais terra em função da expansão da lavoura canavieira fortifica as relações econômicas e de mercado, favorecendo o produto: *terra-mercadoria*. E, ainda, na forma cabal do processo de territorialização, o setor precisa controlar (monopolizar) para extrair a renda da terra. Além do lucro da atividade, ela é condição indispensável para a produção; enquanto que os sujeitos que permanecem em suas territorialidades (Sujeitos do Grupo I), que enfrentam e

defendem seu lugar acima do poder do mercado e da terra como mercadoria, tornam-se vulneráveis e, muitas vezes, reféns dos seus vizinhos, as usinas. Da propriedade da terra permite-se extrair renda, mas o controle não se dá apenas pela propriedade terra.

Resta a constante pressão do capital sucroalcooleiro exercida sobre pequenos proprietários rurais com o objetivo de arrendar suas terras. São faces da mesma moeda, promovidas pelas relações do trabalho assalariado e pela propriedade privada da terra em suas diversas formas de uso e apropriação (expropriação, arrendamento, posse, compra, ‘parcerias’ com controle na produção/produktividade entre outras).

Igualmente, a que custos sociais estão sendo oficializadas “políticas de incentivos fiscais do governo estadual” (SIFAEG, 2013) e como contabilizar e impedir os fortes danos ambientais quando há uma busca, pelo governo, em “simplificar a legislação ambiental”? Esses benefícios são gerados e oferecidos às comunidades rurais (sitiantes, pequenos produtores, camponeses) para que se beneficiem, também, da expansão canavieira e do crescimento do setor sucroalcooleiro em Goiás?

Próximo da realidade nos campos do Cerrado Goiano, além do aumento de área para o plantio da cana, há outras variáveis no contexto sucroalcooleiro digladiando-se por melhores resultados na estatística produtiva do setor. Dentre elas, estão: maior aparato técnico, estudos e pesquisas nas áreas de melhoramento genético, modernos maquinários, investimentos constantes em insumos e diminuição nos custos de produção. Esses elementos estão na ordem do dia para a agroindústria da cana com o objetivo de aumento da produtividade, elevação de lucros e, conseqüentemente, aumento do capital para a expansão de novas unidades.

São fortes os efeitos do crescimento do setor nas dinâmicas territoriais, assim como o acirramento crescente dos conflitos sociopolíticos locais, especialmente no que se refere à gestão e ao uso dos recursos naturais disponíveis no território (CASTRO *et al.*, 2010). Este último aspecto será discutido na sequência.

## 2.4 SOLO, ÁGUA E AMBIENTE: A MONOCULTURA DA CANA E A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO NATURAL ( E RURAL )

Conforme destacou Luana Maia (ÚNICA, 2013),

[a] produção de etanol no Brasil vai além da produção de uma energia mais limpa, pois faz parte de um processo mais amplo, de diversificação da matriz energética brasileira, que já é uma das mais limpas do mundo. No Brasil, 44,1% de toda a energia utilizada é de origem renovável, o que reduz substancialmente a dependência do petróleo.

O discurso que inicia esse texto é incongruente com a postura crítica desse trabalho, no que tange aos benefícios ‘sagrados’ gerados pelo monocultivo da cana em prol da agroindústria canavieira e do setor energético. Apesar das informações corretas, estas não dizem respeito e não correspondem ao alcance negativo no aspecto ambiental e social sofrido por aqueles que estão na contramão desse movimento desenvolvimentista do capital no campo.

Então, quais seriam os principais efeitos socioambientais negativos desse processo produtivo? Diz-se de perdas espaciais, humanas e culturais dos pequenos produtores rurais ante o avanço da monocultura da cana em áreas tradicionalmente voltadas à agricultura e pecuária em pequena e média escala. Consoante a isso, somam-se impactos ambientais negativos, econômicos e sociais provenientes de atividades agrícolas altamente mecanizadas e poluentes (processos físicos e químicos na cultura da cana) das agroindústrias.

Ao contrário, a agricultura tradicional que depende de fatores pouco controláveis como chuvas, temperaturas e ventos, difíceis de quantificar e precisar tornam-se rugosidades no processo de expansão das monoculturas. Outros danos correlatos que podem ser presumidos estão relacionados à perda de solos, produção de gases, erosão genética e contaminação de águas subterrâneas com fertilizante e/ou pesticida na produção extensiva da cana – de – açúcar. Como efeito, os piores impactos ambientais na agricultura são invisíveis aos olhos da população, dos consumidores e dos próprios agricultores.

A Legislação Ambiental é bastante clara no que tange a resolução nº 1, de 23 de setembro de 1986, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) que estabelece, em seu artigo 1º:

Para efeito desta resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- as atividades sociais e econômicas;
- a biota (conjunto de seres vivos reunidos em um determinado habitat);
- as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- a qualidade dos recursos ambientais.

Dessa forma, estaria o processo de produção das usinas sucroalcooleiras livres desses impactos ambientais e sociais e, sincronicamente, concatenadas com as disposições legais que tratam do tema? Por certo que o depoimento inicial dessa reflexão não conseguiria a equivalência justa na defesa de resultados benéficos e maléficos, tendo como prumo dessa balança os sujeitos locais e o ambiente físico.

É notória a crescente evolução no mercado canavieiro nos últimos anos. Isto tem exigido melhor planejamento estratégico e mudanças/adequações de tecnologia para garantir uma alta produtividade, competitividade e harmonia com as questões ambientais. É o que objetivam as metas do plano de zoneamento ecológico para o cultivo desse tipo de cultura. Em média, 55% da cana brasileira é convertida em álcool e 45% em açúcar.

As receitas em divisas estão variando entre US\$ 1,5 a 1,8 bilhões por ano, representando cerca de 3,5% do total das exportações brasileira, conforme Machado e Habib (2009) em estudo feito sobre as “Perspectivas e impactos da cultura de cana-de-açúcar no Brasil”.

Sabe-se que para elevar a produtividade e controlar as pragas na cultura da cana emprega-se o uso de inseticidas para os insetos e de herbicidas para as ervas indesejáveis. Os efeitos negativos desse tipo de controle, além de elevar o custo da cultura, apresentam persistência prolongada no ambiente. Em decorrência, podem-se eliminar partes significativas de populações de organismos benéficos, e ainda serem levados pelas águas das chuvas, pelo processo de lixiviação, para mananciais aquáticos, podendo contaminar peixes e outras espécies de seres vivos.

Outro agravante tem sido o efeito das queimadas da cana-de-açúcar, que são corriqueiras na maior parte das regiões produtoras, e que tem por objetivo a limpeza do terreno para facilitar a mão-de-obra para o corte, por ocasião da colheita. Durante o período de seca, é comum ver grandes áreas de cana sendo queimadas no

cerrado goiano, facilitadas pelos ventos, clima e falta de manutenção de barreiras naturais em regiões com maior risco de fogo, principalmente às margens de estradas e rodovias.



**Fotos 16 e 17:** Queimada em áreas com lavoura de cana às margens da BR 153 - Mesorregião do Centro-Sul de Goiás, entre os municípios de Goiatuba e Itumbiara.  
Fonte: Silva (junho de 2011).

Por outro lado, um bom trabalhador consegue cortar em média doze toneladas por dia, contra seis toneladas quando a cana não é queimada. Essa prática agrícola tem sido, no entanto, bastante polêmica, pois seu uso gera uma série de problemas para o meio ambiente e para as populações que residem em áreas urbanas próximas às plantações de canaviais.

Este é o caso de Maurilândia, Turvelândia e Castelândia, entre outras pequenas cidades goianas. A produção da poeira, fumaça expõe substância escura produzida no momento da combustão. Esta provoca a liberação do monóxido de carbono altamente tóxico que causa irritações no aparelho respiratório do homem e de certos animais (MACHADO e HABIB, 2009).

Pesquisa do Departamento de Produção Vegetal, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" – ESALQ-USP, Piracicaba/SP mostra que a colheita mecanizada da cana-de-açúcar, sem a queimada da palhada, reduz o impacto ambiental e ajuda na eliminação de ervas daninhas do canavial. O uso de máquinas na colheita deixa como subproduto 10 a 15 toneladas de palha picada, usadas como fonte de alimentos para animais ou como combustível na cogeração de energia para as próprias usinas e destilarias.

Entretanto, se se ganha no quesito ambiental, perde-se na geração de sérios impactos sociais. Os autores já citados explicam que cada colheitadeira substitui, em



média, o trabalho de oitenta a cem homens por dia, além de poder trabalhar durante 24h, o que tem provocado uma diminuição na demanda da força de trabalho nas áreas rurais voltadas para o cultivo da cana, gerando, desta forma, inúmeros desempregos. Numa síntese da questão ambiental para o agronegócio, como da cultura da cana, Fabrini (2010, p. 72-73) ressalta:

O problema ambiental também constitui num limite ao agrocombustível. Embora exista o argumento de que se trata de energia “verde e limpa”, porque emite menos quantidade de gases poluentes na atmosfera, o processo de produção é sujo, pois está assentado na monocultura que usa toneladas de agrotóxicos, fertilizantes, isso sem considerar as implicações das plantas transgênicas para o cultivo de soja destinada à fabricação de biodiesel. O engodo do discurso ambiental também é verificado na realização de queimadas, erosão, exaustão do solo e principalmente irrigação das culturas que demandam de grande volume de água. [...] Considerando que o mundo deve produzir 147 milhões de toneladas de agrocombustíveis até 2030, serão produzidas mais de 2 milhões de toneladas de água poluída.

E, ainda, vale ressaltar que a geração de emprego no setor do agrocombustível é um mito, haja vista a baixa remuneração paga aos cortadores de cana e a baixa oferta nos postos de trabalho, igualando ao trabalho oferecido pela pequena agricultura. Dados do IBGE (2006) confirmam que no cultivo da cana são gerados dez empregos para cada cem hectares explorados. Na pequena propriedade, a ocupação atinge 86,6% da mão de obra empregada na atividade agropecuária, enquanto que na grande propriedade esse percentual é de apenas 2,5% de pessoal ocupado, caso do monocultivo das grandes empresas rurais no Brasil.

Concomitantemente, os interesses dos fazendeiros e da agroindústria criaram, no contexto do agronegócio, usos e apropriações do espaço que geraram inúmeras tensões e conflitos no campo e na cidade. Além da apropriação do espaço de produção, o agronegócio se expande às áreas de preservação e conservação, às matas ciliares, às reservas florestais de forma direta e indireta provocando o agravamento da crise ambiental.

### **2.4.1 Impactos socioambientais no ‘agronegócio da cana’ em Goiás**

Desde que se decidiu promover o álcool de cana como substituto dos combustíveis fósseis – grandes emissores de gases causadores de mudanças no clima –, o governo brasileiro tornou-se um defensor acrítico desse energético supostamente verde. Esqueceu-se de que a indústria da cana no Brasil tem no seu histórico as piores agressões aos ecossistemas, que ainda impõe relações e condições de trabalho degradantes e que a sua expansão sempre pressionou a segurança alimentar de crescentes porções do território brasileiro.

Conforme estudos empreendidos por grupos de pesquisa ligados a Universidades Públicas Estaduais e Federais, órgãos governamentais e institutos de pesquisa (CONAMA, FAEG, IBGE, EMBRAPA e Universidades, como a UFU – Universidade Federal de Uberlândia, por meio dos Laboratórios de pesquisa LAGECULT e LAGEA) afirmam que a atual forma e processo de ocupação da cana e das usinas sucroalcooleiras nos espaços rurais do cerrado inviabilizam o desenvolvimento socioeconômico dos pequenos produtores nas comunidades rurais de forma autônoma. Isso se deve ao fato de muitas famílias rurais não conseguirem se reafirmar no território onde já estavam inseridos pela inglória disputa com o capital usineiro, conforme depoimentos já conhecidos há pouco.

Esses sujeitos foram afetados profundamente pelas grandes lavouras canavieiras. A ressonância do epicentro agroindustrial da cana vai para além de suas áreas produtivas. Muitos agricultores tiveram suas tradições e seus costumes comprometidos devido à expansão da produção canavieira e os novos arranjos sócios produtivos que estabelecem modificações no vínculo do trabalhador rural com a terra e com o território (territorialidades rurais).

Nas universidades e em vários grupos de pesquisa tem se debruçado sobre os problemas advindos da expansão da cana no cerrado brasileiro. Camellini (2011), pesquisador da Unicamp, adverte que da maneira com que as políticas públicas vêm sendo elaboradas, o Estado acaba se posicionando de forma questionável, orientado mais pelos interesses empresariais do que pelas demandas sociais. A expansão busca aproveitar as oportunidades do mercado, mas para isso coloca grandes porções do território a serviço de um único setor econômico.

É bastante apropriado para o momento estudos sobre o etanol, por se tratar de um produto que mobiliza muitas políticas públicas no país. O senso comum diz que as usinas trazem desenvolvimento, mas não é bem assim. Segundo o autor acima citado, em geral a riqueza gerada pela produção de etanol é privadamente apropriada, enquanto os problemas, também gerados por esta atividade econômica, são socializados.

Em termos quantitativos, e com crescente ufanismo do setor sucroenergético em firmar o Brasil como grande potência na produção de biocombustíveis, estima-se que a rápida expansão da cana-de-açúcar, puxada pela crescente demanda global de etanol, já tem uma rota definida: além de São Paulo, que lidera a produção, passará principalmente por Goiás e por Minas Gerais, nas proximidades do alcooloduto que a Petrobras planeja consolidar para a exportação do etanol.

O crescimento das áreas produtoras tem sido elevado em linha com as exigências de um mercado consumidor nacional e internacional. No Brasil, a área de plantio do produto vai duplicar em dez anos, passando para 12,2 milhões de hectares na safra 2015/2016, para uma produção de 26 bilhões de litros de álcool e 900 milhões de toneladas de cana, de acordo com o Instituto de Economia Agrícola (IEA, 2013).

O crescimento da cultura da cana-de-açúcar em Goiás continua a causar preocupação constante com a diminuição na produção de alimentos. Certamente a inviabilidade/proibição do plantio da cana-de-açúcar na Amazônia e no Pantanal obriga a “invasão” da cultura da cana para a região do Cerrado.

O zoneamento agroecológico anuncia que a expansão da cana não poderá ocupar algumas áreas específicas, áreas impróprias à mecanização (com declividade superior a 12%) e as áreas de preservação ambiental também estão totalmente descartadas. O que se preconiza é a ocupação de áreas de pastagens degradadas. O documento já está praticamente pronto e define regras para a expansão da cultura em todos os Estados brasileiros.

Alexandro A. Santos, assessor técnico para a área de cana-de-açúcar da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), em entrevista a um jornal goiano com boa circulação na região, enfatiza que não haverá caminho inverso a essa realidade e que o etanol, com forte aquecimento no mercado interno e externo, impulsionará, ainda mais, a entrada de usinas de álcool em Goiás, com projeções de investimentos sem precedentes na economia goiana. E, ainda, adverte:

Apesar do estudo do zoneamento agroecológico para a cana-de-açúcar estar ainda somente no papel (pronto, mas não divulgado), os projetos de instalação de usinas sucroalcooleiras continuam sendo concretizados. Temos hoje 25 usinas em pleno funcionamento e pelo menos mais 90 projetos de investimentos e incentivos fiscais do governo de Goiás. E para aquecer ainda mais o mercado, a Petrobras Biocombustíveis, recém-criada pelo governo federal, possui projetos de construção de pelo menos cinco usinas na região Centro-Oeste. Duas delas serão em Goiás. O projeto global da empresa prevê a construção de 40 usinas em todo o Brasil, visando o mercado externo. As cinco primeiras usinas devem começar a produção em 2009 com capacidade para produzir 200 milhões de litros de etanol por ano. (JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ, 17/07/2010)

A preocupação é evidente, não somente com a questão econômica, mas também com as condições ambientais e sociais dessas áreas de cerrado. Apesar da problemática dos biocombustíveis ter sido colocada como vantajosa e necessária ao desenvolvimento regional e nacional e com grande alcance externo, não se deve minimizar seus nefastos impactos ao meio ambiente com o discurso de estar se produzindo um “combustível limpo”, como já discutido no item anterior.

Ao contrário, tem-se que se ter cautela, pois a crescente demanda tem motivado pequenos e médios agricultores a migrarem para a atividade canavieira e/ou alugarem suas terras para o plantio da cana. Contudo, apesar de boas perspectivas futuras para a produção e comércio da cana, o preço pago a muitos produtores não tem alcançado sequer os custos de produção. Fato presente nas áreas de produção de cana na microrregião do sudeste de Goiás, conforme diz esse agricultor:

*No começo, eu pensei que tivesse feito um bom negócio porque eu tinha um pedaço de terra que usava só para o gado pastar. O pessoal da Usina apareceu e começou a fazer proposta de arrendamento dizendo que o dinheiro que eu ia ganhar sem ter nenhum custo valeria até a pena eu diminuir o gado e deixar a terra livre para a cana. Nos dois primeiros anos foi até bom. Meu gadinho ficou num pedaço menor de pasto e eu estava até animado. Mas depois de um tempo, o arrendamento não compensava mais. Daí resolvi aumentar a quantidade de terra para a lavoura de cana, mas, dessa vez eu mesmo ia plantar e vender pra Usina pra pegar um preço melhor. Como tudo com a Usina é no contrato, não demorou muito e eu estava quase pagando para plantar cana pra eles. Eu não podia nem procurar um preço melhor porque a produção era toda para essa usina, de “porteira fechada”, como se diz por aqui. A minha propriedade ficou sendo mais usada para a cana do que para outras plantações e minha casa lá, no meio disso tudo. A gente sofre com o cheiro de vinhaça, os meninos adoecem, as criações sofrem também. A poeira e a fumaça das queimadas*

*estão cada vez chegando mais perto de casa. Tô só esperando esse contrato acabar e ver o que vou fazer para recuperar minha terra.*<sup>22</sup>

O proprietário rural expõe suas dificuldades para se manter na terra e tê-la como fundante para sua sobrevivência no campo. E, ainda, tem que resistir aos apelos do capital sucroalcooleiro em expandir sua produção via compra, arrendamento e parcerias. No caso relatado, o camponês experimentou as formas apresentadas e oferecidas pela usina, o arrendamento e a parceria por contrato de produção.

Entretanto, as benesses promovidas pelo *marketing* desse setor não comunga com melhorias de vida para o produtor rural que logo percebe o real beneficiário do que a terra produz – o capital agroindustrial. Essa situação evidencia o que Oliveira (2003, p. 42-43) defende como proposta de estudo na Geografia Agrária – a territorialização do capital e a monopolização do território – em que

o próprio capital cria condições para que os camponeses forneçam matéria – prima para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos bens industrializados no campo. Isso revela que o capital sujeitou a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica, ou seja, se está diante da metamorfose da renda da terra em capital. Revela-se, portanto, que se tem à frente o capital, que nunca deriva de relações especificamente capitalistas. É por isso que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço simultaneamente para a expansão do trabalho familiar camponês, nas suas múltiplas formas, como camponês proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro.

O processo capitalista de produção passa largo das questões ambientais que se impõem prioritárias para manutenção da vida no campo e também na cidade - campo<sup>23</sup>, diferente do que se aborda nesse trabalho sobre cidade rural que será tratado em capítulos *a posteriori*. Ainda, analisando o depoimento acima, citam-se efeitos impactantes do lixo produzido pela agroindústria como poluição ambiental, das águas, infertilidade da terra e doenças que contagiam pessoas e animais.

Buscando se adequar aos novos arranjos territoriais no campo, os produtores criam mecanismos de ajustes ao novo mercado que se apresenta no afã de continuar produzindo e vivendo no seu lugar de pertença, na sua territorialidade. Ademais, lembrando Santos e Silveira (2004, p. 19) “por território entende-se

<sup>22</sup> Depoimento concedido à autora por produtor rural do município de Maurilândia/GO que arrendou parte de suas terras para a Usina Vale do Verdão S/A (abril de 2012).

<sup>23</sup> O termo *cidade-campo* diz respeito às pequenas cidades que são absorvidas pelos novos arranjos territoriais para a produção agroindustrial em grande escala. Essa temática será abordada no próximo capítulo.

geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...*”.

A intensa exploração dos recursos naturais se converte em vantagem econômica e destrói a força emancipatória de uma sociedade autônoma, com necessidades próprias voltadas para um desenvolvimento endógeno. O que passa a existir é um espaço natural passível de exploração lucrativa do capital agroindustrial. Por conseguinte, a produção brasileira de agrocombustível tem reafirmado a dependência perpétua de um projeto colonialista que se alicerça numa exploração capitalista da natureza (ASSIS e ZUCARELLI, 2010).

A ocupação da cana é agressiva, substituindo outras culturas em regiões repletas de pequenos produtores que acabam arrendando as terras por valores que vão sendo diminuídos a cada renovação contratual. Os mares de cana do cerrado goiano saltam à vista a cada empreitada a campo. Concomitantemente, desnudam desertos humanos em áreas com história recente de comunidades rurais agropecuárias.

Castro *et al.* (2010) no trabalho que trata da “expansão da cana-de-açúcar no cerrado e no Estado de Goiás: elementos para uma análise espacial do processo” traz dados interessantes sobre as questões ambientais que envolvem o monocultivo da cana. Segundo a autora, em trabalho anterior, já havia identificado que

Goiás divide-se em duas tendências espaciais de expansão, a norte e a sul. A norte o avanço se dá sobre áreas de vegetação nativa, inclusive Áreas Prioritárias para Conservação - o que é preocupante do ponto de vista ambiental, pois que essa conversão se refere a 15% e 6% da área ocupada pela expansão da cana, anteriormente formada por cerrado e mata, respectivamente. (CASTRO *et al.*, 2010, p. 13)

O dado que impressiona é que somente 12% da expansão, de fato, ocorreu em áreas de pecuária. Em consequência, fica clara a forte contradição do discurso oficial de que áreas prioritárias a serem incorporadas seriam as pastagens degradadas (CASTRO *et al.*, 2007; MIZIARA, 2009; SILVA E MIZIRA, 2010). Em Goiás, os principais impactos que incidem diretamente em áreas de cerrado com a expansão desenfreada da cana são:

- Competição por terras agrícolas;

- Risco de novos desmatamentos, além de poluição do ar (queimadas, emissões de gases poluentes...);
- Contaminação dos solos e das águas, decorrentes tanto do manejo agrícola como do processo industrial;
- Práticas agrícolas em áreas de pecuária;
- Repetição do modelo da “Fronteira Agrícola” no deslocamento de culturas anuais para áreas antes de pastagens.

Para produzir 1 litro de álcool combustível a partir da cana-de-açúcar são necessários 1,4 mil litros de água. É uma produção muito cara em termos de água (AGÊNCIA FAPESP (2013)). O planejamento, a gestão participativa e a coerência precisam coexistir a fim de manter o equilíbrio biossocial nas áreas de expansão da cana.

Por outro lado, como conviver com vizinhos tão ameaçadores e vorazes? As relações de vizinhança e interdependência entre as cidades, os sujeitos locais e a usina sucroalcooleira serão abordados no próximo capítulo.

## CAPÍTULO III

### INTERDEPENDÊNCIA E VIZINHANÇA: CIDADE RURAL, USINA VALE DO VERDÃO S/A E SUA ÁREA CORE DE INFLUÊNCIA

[...] o que a própria cidade é pra todos, fora alguns extraviados, pra toda a multidão de habitantes: um mundo indistinguível para os homens, escravos das mais vis aspirações, que vivem em meio a um perpétuo fluxo de objetos triviais, que se confundem numa identidade, por diferenças que não têm lei, significado ou fim.  
Raymond Williams (2011)

#### 3.1 CIDADE RURAL, UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL

Mesmo tendo sinalizado em outro momento desse estudo o entendimento do conceito de campo, cidade, urbano e rural, parece apropriado tecer algumas considerações sobre essas dimensões espaciais e as características que lhes constituem à luz da literatura pertinente. Ao mesmo tempo, objetiva-se pontuar a área de estudo, o município de Maurilândia, como uma cidade rural numa aproximação teórica conceitual.

“‘Campo’ e ‘cidade’ são palavras muito poderosas, e isso não é de se estranhar, se aquilatarmos o quanto elas representam na vivência das comunidades humanas”, reflete Raymond Williams em sua obra *O campo e a cidade na história e na literatura* (2011, p. 11). Evidente que essa constatação eleva o tom da discussão conceitual e terminológica desses conceitos, ideias e/ou noções, trazendo para esse grupo, também, seus pares rural e urbano.

O mesmo autor lembra que o processo de entendimento, criação e imaginação dos espaços estão clivados de subjetividade e de atitudes emocionais. Em suas palavras:



O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. (WILLIAMS, 2011, p. 11)

Essa capacidade de imaginação e associação remonta aos tempos mais antigos da civilização. São conhecidos estudos que mostram ancestrais da humanidade atual na elaboração de diferenças espaciais entre campo e cidade. No entanto, o autor lembra o movimento evolutivo e cíclico do campo e da cidade em que as transformações se fazem sentir sem distinção espacial e social na variável do tempo. “A vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e de um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões” (idem, p. 21).

Várias áreas do conhecimento discutem a questão. Na análise geográfica, as categorias campo, cidade, urbano e rural remetem às formulações consensuais e, nada obstante, congregam visões díspares. No entanto, importa compreender o significado dessas categorias e sua possibilidade de junção para se pensar num fenômeno único e processual de conteúdo urbano e rural em sua concretude espacial, nas formas de campo e cidade, o que se imagina comportar a situação atual do município de Maurilândia/GO.

Para esse fim, há de se compreender o rural e o urbano numa dimensão dialética com seus pares, campo e cidade. Cidade e campo se caracterizam por representar concentração e dispersão social, enquanto que urbano e rural se distinguem por serem atributos e constituintes, condições e condicionantes. Em suma, cidade e campo são formas espaciais. Urbano e rural possuem dimensão processual, são conteúdos e contingentes, lembra Whitacker (2010). Como já foi dito, campo e cidade são formas concretas, “materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; ‘urbano’ e ‘rural’ são representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade” (BIAZZO, 2009, p. 144).

Nesse entendimento, rural-urbano/campo-cidade não podem ser compreendidos separadamente, pois, tratam de uma totalidade, no sentido em que possuem conteúdo histórico e social próprio, numa conjuntura do modo de produção capitalista, além de expressar a culminância do processo de divisão técnica, social e

territorial do trabalho. Não só por isso, os avanços da ciência, da técnica e da informação se disseminaram de forma desigual no espaço geográfico, seletivamente, tornando a dinâmica socioespacial mais complexa, dificultando a distinção entre o rural e o urbano (SOUZA, 2010; ESPANHOL, 2013).

Sistematizando a questão, a literatura indica três abordagens principais acerca das definições entre rural e urbano, campo e cidade apontadas por Mota e Schmitz (2002), entre outros estudiosos do tema:

- Abordagem dicotômica de campo e cidade é setorial. À primeira cabe a produção agropecuária e a segunda se ocupa da produção industrial e fornecimento de bens e serviços. Nessa perspectiva, campo e cidade são opostos (pelo menos teoricamente) de longa data e marcam uma postura tradicional de análise desses espaços.
- Abordagem de *continuum* rural-urbano prega o fim do rural pelos processos de industrialização e globalização, provocando uma urbanização da sociedade rural e urbana. Seria o fim do isolamento entre a cidade e o campo, apontando para um processo de homogeneização espacial e social e o fim da realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana. O Projeto Rurbano, idealizado por Graziano da Silva, evidencia claramente essa proposta: o “novo rural” como espaço de agregação de formas modernas de produção para um mundo diferente e atual, refuncionalizado e que precisa constantemente se modernizar;
- Abordagem da permanência das ruralidades respeita as especificidades dos lugares no aspecto social e econômico, nas formas de ocupação espacial, na construção da paisagem, nas relações sociais de trabalho e nas representações sociais. Seria a renovação e recriação do campo e do campesinato, como forma de convivência e coexistência (resiliência) com o sistema capitalista vigente.

Nesse enfrentamento, há que se pontuar: o campo e o rural não foram extintos com o capitalismo; ao contrário, o próprio capital cria e recria as condições para sua existência. O que se vê é a ausência de políticas públicas eficientes para manter a autonomia de produção do campo e do camponês, sem a intervenção dos movimentos sociais, protagonistas na recriação do campesinato brasileiro no interior do modo de produção capitalista. Ademais, o Estado mantém velhos pactos entre os

setores do bloco hegemônico, restando aos camponeses a resistência, por vezes manifestada com violência.

Entrementes, no contexto contemporâneo, Santos (1996, p. 106) adverte que o processo constante de modernização e de tecnicização da agricultura aproxima e une o campo e a cidade, haja vista nas “condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes”. Nessa mesma linha de raciocínio, Marques destaca (2003, p. 108):

Além dos diferentes conteúdos assumidos pelos espaços urbano e rural no tempo [...], a contemporaneidade também comporta o diverso. A lei do desenvolvimento desigual e combinado nos remete às diferenças de ritmo e intensidade com que as mudanças se processam no campo e na cidade e internamente a estes espaços.

Conquanto, a partir de sua compreensão e conformação territorial das suas “formas tradicionalmente descritas, os limites oficializados da cidade podem ser repensados, pois a cidade é cristalização da urbanização e essa, enquanto processo, não é definida, *in fine*, mas articulada à produção ampla e restrita”, explica Whitacker (2010, p. 132-33).

Esse entendimento sobre cidade e urbano, amparado às reflexões que o sucedeu, confronta o conceito utilizado para definir o que é cidade. A partir do Decreto-Lei 311 – instituído pelo Estado Novo em 1938 – foi apontada como cidade a área do Distrito Sede, independentemente das relações que se estabelecem no espaço em questão (BERNADELLI, 2010). Se a cidade é definida como sendo a área do Distrito Sede, logo, o campo é o que não é cidade.

Acrescenta-se que essa é a definição legal desde 1938 utilizada pelo IBGE, contudo, a partir de 1988 as prefeituras ficaram livres para definir o que é rural e urbano nos limites de seus municípios, como reza a atual Constituição do país. Estariam os municípios preparados para tal responsabilidade sem se ater aos interesses políticos e econômicos locais e regionais?

Outra crítica bastante difundida sobre o conceito oficial de cidade está na obra de José Eli da Veiga (2002), *Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula* que o considera puramente formal não condizente com a realidade brasileira. Para o autor (2002, p. 63), não se pode conceber que sejam cidades todas as sedes municipais existentes a partir de um decreto, “independente de suas características estruturais e funcionais. Da noite para o dia, ínfimos povoados, ou

simples vilarejos, viraram cidades por norma que continua em vigor, apesar de todas as posteriores evoluções institucionais”.

Para Veiga, o critério de credenciamento para o *status* de cidade seria sua população, especialmente. O autor procura demarcar o que é urbano e o que é rural e afirma que o Brasil é muito menos urbano do que mostram os dados estatísticos. O que diria esse autor sobre o município de Maurilândia, com pouco mais de onze mil habitantes e que ainda conta com forte tradição rural ser uma cidade reconhecida pelos critérios do IBGE? Nas palavras do autor (2002, p. 63), “[...] será razoável que no início do século 21 se considere ‘cidade’ um aglomerado de menos de 20 mil pessoas?”.

Outros autores, como Endlich (2009) são simpáticos à ideia de outros parâmetros para se conceber cidade e campo como a demografia, os números da população absoluta e também a densidade demográfica, além da atividade econômica da população. Sobarzo (2010, p. 55) pondera que a divisão entre cidade e campo não deve ser confundida com a visão extremada da aniquilação do campo, das atividades agrícolas e da urbanização totalizante. Apoiando-se em Lefebvre (1991), o autor afirma:

Essa superação está ligada às relações de produção. Assim, ela não consiste num processo em que o campo se perde no seio da cidade, nem a cidade absorvendo o campo se perde nele; “a superação da oposição não pode ser concebida como uma neutralização recíproca (LEFEBVRE, 1991 p. 69)”. Nesse sentido, urbano e rural permanecem como conteúdos sociais diferenciados (“urbanidade” e “ruralidade”), mas a oposição cidade / campo atenua-se.

É nesse ponto da reflexão que se busca uma adequação/aproximação teórica para a realidade espacial e social produzida do município de Maurilândia/GO, tendo em vista as transformações ocorridas em função da monocultura da cana e da agroindústria em desenvolvimento na região. Sobarzo (2010, p. 55) contribui com essa análise quando ressalta que na atualidade a dinâmica que faz “o campo cada vez mais absorver tecnologias e sistemas produtivos surgidos da aplicação do conhecimento científico, os quais são desenvolvidos na cidade”, condiz com o que Santos e Silveira (2004, p. 280) reclamam ser as “cidades pontos de interseção e superposição entre as horizontalidades e as verticalidades”.

É na cidade que se viabiliza o consumo social (comunidades urbanas e rurais) e das empresas. “Assim, elas funcionam como entrepostos e fábricas, isto é, como

depositárias e como produtoras de bens e de serviços exigidos por elas próprias e por seu entorno” (idem, p. 280). Amparando as novas racionalidades da atividade agrícola e, não menos, oferecendo condições de suporte em bens e serviços para o atendimento do campo mecanizado, tem-se nas “cidades do campo” essa estrutura base da reprodução industrial rural.

Análoga à “cidade do campo”, identificada por Santos e Silveira (2004) e Sobarzo (2010), tem-se a “cidade-rural”, que ora se aplica ao município de Maurilândia/GO numa aproximação teórica ao termo ‘cidade do campo’ já enunciado, que comporta as mesmas funções da primeira; contudo agrega em si, simultaneamente, o conteúdo de sua construção social e das relações entre sujeitos, firmas e instituições.

A cidade rural, nesse estudo, possui significados de complementaridade / complexidade de funções e ações entre cidade e campo. Terminologia que denota as relações da cidade – rural compreendida, também, na dimensão simbólica de significado cultural construída ao longo da história dos sujeitos locais. Como se daria esse processo?

Tal complementaridade se materializa nas trocas simbólicas e nas trocas econômicas, que implicam em fluxos de informação (a TV que se vê no campo e na cidade, por exemplo), os fluxos de mercadorias (o produto do campo que se torna dinheiro, completando o ciclo da mercadoria na cidade), fluxos de capitais (o “agronegócio”). Assim, urbano e rural não se definiriam apenas pelo que contêm, mas pelo que relacionam e articulam. (WHITACKER, 2010, p. 131)

Acredita-se que a cidade rural possa responder positivamente às relações não unilaterais entre espaços diferenciados, mas, interdependentes. Conscientes de que não é um conceito ou definição que fará desaparecer as contradições existentes, a noção cidade rural se destaca como coadjuvante no intento de compreender as complexidades espaciais. Sabe-se que “[...] não é somente a cidade que irradia o conhecimento, a racionalidade ou os comportamentos para o campo, mas é o campo que em função de suas demandas determina alguns processos na cidade”, esclarece Sobarzo (2010, p. 56).

Em função dessas trocas locais, a produção regional acaba por influir sobre as iniciativas dos agentes urbanos, “entre outras, nas atividades produtivas e de serviços, nos empregos e nas profissões, determinando a coexistência do novo e do tradicional” (SOBARZO, 2010, p. 56). Seguindo esse parâmetro, a população da

cidade rural é formada por “agrícolas que são urbano – residentes e por pessoas empenhadas em permitir a vida de relação”, conforme Santos e Silveira (2004, p. 282).

Fazendo alusão ao município de Maurilândia, os sujeitos mencionados no II Grupo da tipologia apresentada têm esse perfil de agrícolas urbanos – residentes, por suas atividades no campo com moradia fixada na cidade, excetuando as novas relações vividas pelas cidades rurais no apoio às atividades industriais do campo.

As zonas de agricultura moderna e os núcleos urbanos que lhes servem de centro, por meio da diversidade dos atores implicados na produção, na circulação e na distribuição, têm, apesar de suas singularidades, uma experiência comum de subordinação, da qual lhes advém a consciência da importância dos fatores externos. (SANTOS E SILVEIRA, 2004, p. 282)

Mesmo não sendo claras e politicamente decifráveis pelos sujeitos comuns das cidades rurais, os signos e mecanismos que constroem e modificam esse espaço, as pessoas do lugar têm a nítida noção, a partir da posição que ocupam na divisão de tarefas e de trabalho, de uma diferenciação de interesses e de percepção, no âmbito da produção local, dos códigos que regem esse sistema contraditório de ideias, objetos e ações.

À parte das decisões técnicas e políticas, se tornam embrionários os gostos, suspeitas e visão do mundo, do país e do lugar nos sujeitos, dadas as circunstâncias de colaboração e de conflito que vivenciam cotidianamente. De forma restrigente tem-se, também, a limitação da consciência que se impõe à sociedade questionada por Santos (1999 p. 65-66):

Qual a possibilidade real, neste mundo pós – moderno, de distinguir claramente o que é bom e o que mau? Como, por exemplo, ler o discurso dos políticos e das mercadorias, ambos submissos às mesmas regras de *marketing*? Essa limitação à consciência implica uma forma particular de tomar ação. A outra vertente na limitação das escolhas vem das limitações à própria ação. Depois que estamos munidos de um determinado quinhão de consciência, sabemos que as formas de ação que nos estão realmente abertas são pouco numerosas.

Na poesia de Crabbe (*apud* WILLIAMS, 2011 p. 39) é possível perceber a desilusão diante dos processos exógenos ao lugar, não obstante ao fatídico labor dos camponeses exprimirem a indignação sentida em tempo de “crise de perspectiva em que hábitos, instituições e experiências entram em choque”. Poderia

ser este o sentimento de quem olha (de fora) esse sujeito rural, despossuído do seu lugar nas lavouras canavieiras dos territórios de produção agroindustrial:

Mas quando vejo, em tão aprazível lugar, os lavradores míseros a trabalhar, e o sol do meio-dia com luz desmedida a fustigar lhes a fronte desprotegidas, e outros, fracos de ânimo e entendimento, apenas a expressar seu descontentamento: como ousar esconder uma tal realidade em versos fáceis de orgulho e falsidade?

Mesmo parecendo (e sendo, muitas vezes) contrárias, são dessas conformações que surgem conteúdos políticos e culturais oriundos de interesses particulares e coletivos de uma localidade, contrariando demandas nacionais e globais (SANTOS e SILVEIRA, 2004 p. 284-285). Nesse sentido, são esclarecedoras as falas:

*Nóis não tem outra saída, temos que trabalhar pra quem pode pagar pelo nosso serviço. Aqui na região dificilmente a gente acha trabalho, daí a gente pega esses serviços da usina pra completá as despesa da casa. Ainda tenho um pedacinho de terra e meu plano é voltar a plantar. Só que tem que ter dinheiro, máquinas, veneno pras pragas das lavoura, isso tudo gasta dinheiro... mais não perdi a esperança de volta a plantá na minha terrinha. Tem um pessoal lá do sindicato que tá vendo um jeito de juntar uns campones que ainda tem um pouco de terra pra formar uma cooperativa. O pensamento deles é plantá com mais terra pra poder vender a cana pras usinas. Mais aqui não tem jeito, a usina é que planta a cana que ela usa, mas, tem outras usinas que ainda tá comprando cana. Eu não sei se vai dar certo, mas, se tivé essa união mesmo eu vou entrar. Só assim pra nós ganhar um pouco mais, né?*<sup>24</sup>

Por vezes, se percebeu certo movimento de resistência e construção política entre os pequenos proprietários de terra. Como nessa fala, o agricultor imprime a possibilidade de criação de uma cooperativa de fornecedores de cana que ainda está em fase de “conversas” e pouco demonstrado em ações. Mesmo apontando as dificuldades inerentes à área produtiva comandada pela Usina Vale do Verdão, é nesse contexto de conflitos, demandas, esperança e visão do espaço próximo e distante que os sujeitos locais vão entretecendo o lugar, no campo e na cidade.

Maurilândia/GO é um município com forte tradição na agricultura e pecuária extensiva. A gente do lugar ainda guarda forte tradição rural de tempos idos. Mesmo vivendo em espaço urbano, muitos maurilandenses preservam costumes e tradições

<sup>24</sup> Entrevistas concedidas à autora por camponeses da região de Maurilândia, que ainda mantém pequena propriedade de terra, mas, que prestam serviço temporário para a Usina Vale do Verdão S/A (maio de 2013).

dos tempos em que o campo, com seus ritos e mitos marcavam a cultura tradicional camponesa no campo e nas cidade próximas a ela.

Tradição, costumes, modos de vida, fazeres e saberes que delineiam a relação social e espacial do município emolduram Maurilândia na figura de uma cidade rural. Ela denota, em seu conteúdo urbano, a dimensão cultural dos atores em sua prática cotidiana. Mais do que a função urbana de servir ao campo em tempos de mecanização, tecnologia de ponta na produção agrícola, equipamentos sofisticados que homogeneízam a paisagem rural mais rápido que o tempo dos sujeitos em assimilá-lo, tem-se concomitantemente, seus contrários embates e conflitos.

É comum identificar nas ruas e quarteirões da cidade de Maurilândia costumes e modos de vida da população oriundos do campo, desenhados na paisagem urbana. Observam-se casas com grandes quintais que conservam pequenos pomares e horta para consumo familiar; os muros ainda pequenos (baixos à medida que se pode ver do outro lado) deixam à mostra fogões à lenha, largas varandas com mesas grandes de madeira ladeadas por cadeiras a espera dos filhos para a galinhada (arroz com galinha, prato típico da cozinha goiana) comum nos finais de semana, principalmente no domingo.

A troca de receitas, prática comum entre as senhoras mais dedicadas na preparação de bolos e doces regionais que são vendidos nas lojas centrais da cidade; visitas sem hora marcada; o tempo lento de bairros e ruas com pouco tráfego e mais distante do centro da cidade; pequena criação de galinhas, gansos e patos, próximos a porcos com galinheiros e chiqueiros improvisados, a troca de bens produzidos em pequena escala no fundo dos quintais ladeados por coqueiros (gueirobeiras), abacateiros e laranjeiras são citações do cenário da cidade.



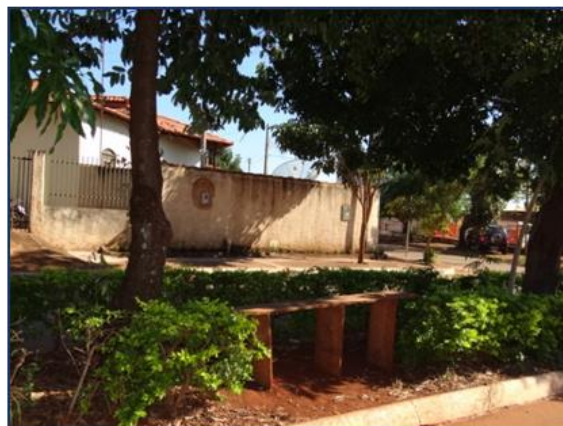


**Fotos 18 e 19:** Quintas das casas mais antigas de Maurilândia. Criação de pequenos animais. Usos e costumes do campo trazidos para a cidade.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).

É comum, em pequenas cidades com costumes rurais (cidade rural), evidenciarem costumes e usos semelhantes. Não raro, elas possuem bancos de madeira ou troncos de árvores que servem de “espaço comunitário” para o descanso e para a “prosa” de fim de tarde; as relações de parentesco e apadrinhamento ainda são bastante fortes; para muitos dos que vivem em Maurilândia é possível se conhecer quase todos da cidade, principalmente, quando se dá o parentesco do ‘cidadão’ (*quem? Ah, é o João, filho do ‘seu’ Amadeu da frutaria ao lado do açougue do ‘seu’ Edson na rua da igreja matriz...*<sup>25</sup>); às vezes ruas são identificadas e reconhecidas como de uma família ou de seus antepassados e/ou por uma instituição de relevância na cidade como: rua da igreja, da prefeitura, da escola, da ponte, da rodoviária, entre outras, mesmo não sendo seus nomes oficiais.

<sup>25</sup> Tipo de esclarecimento dado pelos moradores do município quando solicitadas informações sobre alguém ou algum estabelecimento da cidade.



**Fotos 20 e 21:** Mesmo morando na cidade, os maurilandenses mantêm costumes rurais como o bate papo no final da tarde, talvez, em substituição (lembança, costume, permanência) aos momentos de prosa na beira do fogão à lenha na “boca da noite” ou nas rodas de fogueira em noite de lua cheia. Espaços comuns como canteiros centrais são utilizados como extensão dos antigos ‘alpendres’ das casas.

Fonte: Silva e Zuffi (abril de 2014).

Mesmo com pouca ocorrência, as festas coletivas lembram, em muito, os festejos rurais com comida típica, música caipira, rezas e rituais de procissão e demonstração de fé; as praças, importantes lugares simbólicos, de encontros, de namoros são também espaço cibernético, como instrui a modernidade.

São sinais dos novos tempos em lugares tradicionais; as pessoas (maioria jovens) conectadas à internet e a computadores portáteis (celular *wi-fi* e tablets) ‘conectam’ o lugar a contextos distantes de pessoas, mercadorias, cotidianos... Criam-se desejos, constroem-se relações locais e de outros lugares. São formas de “experiências sociais” (DUBET, 1994, p. 43), também observadas em Maurilândia. Para este autor “[a] sociedade é identificada com a maneira moderna de se estar em conjunto, a que produz precisamente indivíduos arrancando-os ao feitiço ou à obscuridade – conforme o caso – dos mundos comunitários”.

Ao mesmo tempo, esses ‘jovens modernos’ estão redefinindo suas territorialidades no espaço urbano de Maurilândia não separados de outros grupos, embora contrastantes dessa realidade. Diz-se dos espaços (ou territórios) de encontros constantes nas esquinas (grupos de homens adultos e idosos) lugares para se ‘jogar conversa fora’, programar pescarias e outras atividades de lazer ou negociatas (*trambiques* – compra, venda ou troca de mercadorias e serviços).

Essas comunidades, masculinas e urbanas de origem rural, analisam mudanças e eventos que estão acontecendo na cidade e no mundo, sempre com

opinião a ser dada, seja qual for o assunto. Estas e outras formas de vivência e experiência social ditam movimentos socioculturais que, em boa medida, dão o tom da cidade rural com conteúdos de urbanidade e ruralidade<sup>26</sup>.

Wanderley (2003) sustenta que o rural é um modo de vida, por meio do qual os indivíduos enxergam a si mesmos e o mundo à sua volta. Para a autora, falar de espaço rural parece reduzir uma realidade macro e complexa, daí valorizar o termo “mundo rural”, um universo que carrega especificidades, buscadas através da história, acreditando no rural como formação sócio-histórica concreta. Daí o espaço, sendo rural ou urbano, pouco importa diante das construções subjetivas, históricas e culturais que marcam os espaços de uma cidade do campo ou da cidade rural.

Nesse entendimento, Bernadelli (2010, p. 45), fazendo coro a Abramovay (2000), ratifica: “[...] seria importante a distinção de “cidades rurais”, e a análise de seu papel seria crucial na proposição de políticas para o desenvolvimento territorial e, nesse sentido, a valorização da dinâmica de determinada região é fundamental”. É nesse sentido que a terminologia cidade rural se aplica à realidade de Maurilândia, em que se poderia melhor planejar políticas públicas de crescimento e desenvolvimento não unilateral, tendo os sujeitos locais como protagonistas da construção história da cidade.

Talvez as atuais configurações dessas áreas rurais e urbanas aproximem-se mais dos apontamentos de Santos (1993) sobre regiões agrícolas e urbanas. As primeiras dizem respeito a regiões agrícolas que contém cidades adaptadas às suas demandas; a segunda, áreas rurais adaptadas às demandas urbanas. Para esse autor, a região agrícola agrega inter-relações entre os mundos rural e urbano representado “por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades” (SANTOS, 1993, p. 45).

No entanto, tal classificação seria, ainda, arbitrária, tendo que estabelecer critérios mais pontuais e subjetivos do local, quer seja mensurar e qualificar as relações de representação da população a fim de identificar os ‘modos de pensar’ e de ‘sentir’ o lugar como sendo mais rural ou urbano. Na verdade, “os conceitos

---

<sup>26</sup> O contrário também ocorre em que comunidades rurais são rapidamente transformadas pelo processo de urbanização marcado pela proposição ou imposição, ao homem rústico (do campo, rural), de traços da cultura material e não material dos lugares urbanos; são formas de urbanidades inseridas em espaços de tradição rural, podendo manter as formas urbanas e rurais conjuntamente ou uma sobrepor-se à outra (ENDLICH, 2010). As características de ruralidade e urbanidade serão analisadas no capítulo 4 desse estudo.

devem ser pensados sempre em função do movimento, da realidade, e, portanto, não podem ser entendidos de modo estático, pois o real é prenhe das transformações que são operadas em diferentes escalas e dimensões” (BERNADELLI, 2010 p. 49).

Nesse entendimento, a realidade do lugar e a observação empírica vão movimentar a teoria dando-lhe veracidade e autenticidade na interpretação espacial. O desafio é não buscar o enquadramento do real ao teórico, ainda mais porque conceitos não são definitivos, prontos e acabados no que tange aos modos de vida e à construção dos lugares.

Tais questões levam a pensar, também, na coexistência de lógicas e temporalidades diferentes nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais nos espaços territorializados pela cana. São tempos diferenciados que concatenam as lógicas do local na relação da agroindústria sucroalcooleira com o tempo da cidade que lhe dá suporte e dos “outros”, sujeitos do processo – maurilandenses urbanos e rurais.

### 3.2 ÁREA DE INFLUÊNCIA DA USINA VALE DO VERDÃO CRIA “REGIONALIZAÇÃO” PARTICULAR

Regionalizar, de forma sucinta, significa dividir em regiões, de acordo com as semelhanças ou características que determinados lugares apresentam em comum. Contudo, não é só a localização geográfica que influencia nos processos de regionalizar os espaços. Diferentes critérios são levados em consideração para o estabelecimento de áreas afins, sejam eles econômicos, políticos, sociais, históricos, culturais, entre outros.

A proposta aqui evidenciada se nutriu das elaborações teóricas e metodológicas no arcabouço da Geografia Regional sobre a noção de região na gênese do pensamento geográfico, nos conceitos, no papel do Estado nas regionalizações e regionalismos subscritos no processo de globalização atual. Essas formas de regionalizar seguem arranjos embasados numa lógica de articulação regional e de rede capitaneadas pelo capital. Em destaque, os autores: T. A. Arrais,

*Geografia Contemporânea de Goiás* (2004); R. L. Corrêa, *Região e organização espacial* (1991) e *Trajetórias geográficas* (1996); Paulo C. da C. Gomes, *O conceito de região e sua discussão* (1995); e Sandra Lencioni, *Região e geografia* (1999); M. L. Bezzi, *Região: uma (re)visão historiográfica* (2004), entre outros expoentes da Geografia Regional brasileira.

O estudo de Arrais (2004) em muito se aproxima com a discussão em voga. Para ele, as regiões goianas se dão, usando o critério econômico e geográfico, de forma concentrada e seletiva. Em suas palavras (idem, p. 23):

Dizemos que essa região é *concentra* porque quem ganhou historicamente com isso foram as grandes empresas, o mercado financeiro, os grandes grupos ligados ao agronegócio (*agrobusiness*) e não o pequeno produtor ou mesmo os trabalhadores temporários da periferia de cidades como Rio Verde, Catalão, Jataí ou mesmo Goiânia. E *seletiva*, porque privilegia, tanto do ponto de vista dos investimentos do estado como do setor privado, determinadas regiões do território goiano, porque se tornaram, por assim dizer, competitivas, enquanto outras não.

O autor cita alguns municípios do sudoeste goiano que ‘compõem’ um tipo de regionalização voltada à produção agrícola tecnificada e à mecanização no espaço rural, com efeitos concomitantes na área urbana. A estes, associa-se Maurilândia, Turvelândia e Castelândia, áreas desse estudo por possuírem características semelhantes no contexto do agronegócio goiano.

Ainda, conforme Arrais (2004, p. 31), para identificar uma ‘região’ deve-se responder às questões: “até onde vai a região? Quais os limites? Que distritos, municípios ou mesmo estados ela abrange?” Corrêa (1991) entra no debate explicando que o conceito de região permitiu, em grande parte, o surgimento das discussões políticas sobre a dinâmica do Estado, a organização da cultura e o estatuto da diversidade espacial; a reflexão e discussão a respeito desse conceito permitiu também a incorporação da dimensão espacial nas discussões relativas à política, cultura e economia, e no que se refere às noções de autonomia, soberania, direitos, etc.; e, por último, foi na Geografia que as discussões atingiram maior importância, já que região é um conceito-chave desta ciência.

Discutir teorias, métodos, critérios e formas pelas quais o espaço tem sido regionalizado em diferentes escalas não têm sido objetivo primeiro desse estudo. Mas, no intuito de levantar a discussão, considera-se que outros elementos estão à disposição da ciência geográfica para tal empreitada. Não afastando os critérios



econômicos e geográficos para a regionalização a que faz referência a pesquisa, tem-se nos atores hegemônicos a moldagem do espaço a seu bel prazer, com objetivos claros, específicos e definidos espacialmente.

Ao longo desse trabalho são citadas algumas regionalizações oficiais do país em níveis regional, estadual e local. Não obstante, outras formas de 'recorte' espacial são observadas no empírico. Uma dessas 'repartições do espaço' tem sido identificada na região agrícola canavieira da área estudada. A Usina Vale do Verdão S/A com suas múltiplas formas de uso e apropriação espacial, com evidentes benefícios próprios, tem estabelecido no lugar e na região modelos de regionalização que escapam, por vezes, a um olhar menos acurado.

Com base nos dados obtidos em campo e no que a ciência já tem produzido a respeito dos processos regionais, bem como nas informações colhidas em órgãos oficiais do Estado (IBGE, SEPLAN, secretarias estaduais e municipais entre outros órgãos e entidades não governamentais), preconiza-se a existência de 'outras' formas particulares de organização / territorialização / regionalização do espaço na região de Maurilândia e entorno.

Essa conformação espacial se dá em função das necessidades da empresa rural em ultrapassar limites físicos avançando, territorialmente, pelo Estado em todas as direções. Para além da estrutura física dessa agroindústria, situada no município de Turvelândia/GO – tem-se imensas áreas agregadas a ela. Os canaviais que circundam os municípios, principalmente, de Maurilândia, Turvelândia e Castelândia representam essa contiguidade territorial da empresa. Outros municípios do sudoeste goiano também compõem esse quantitativo.

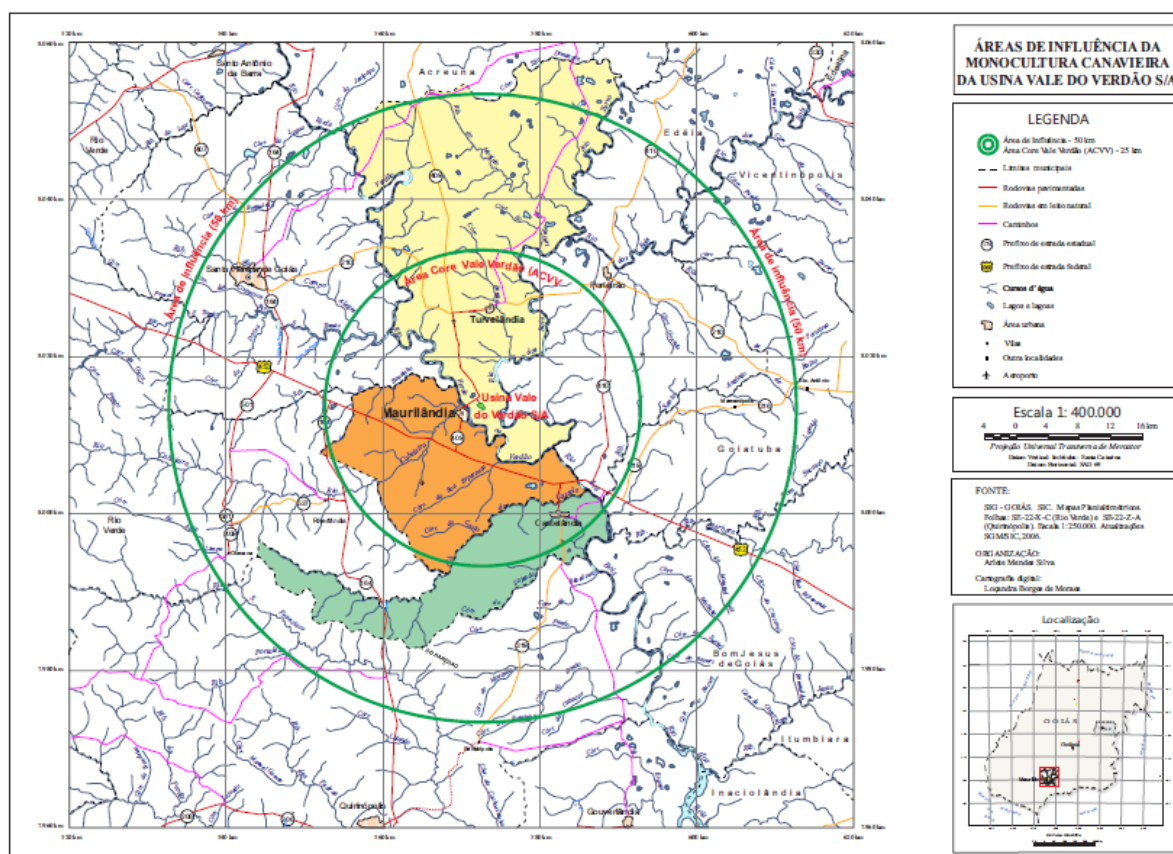


**Fotos 22 e 23:** Entrada lateral da Usina Vale do Verdão para transporte de cargas. Uma das áreas reservadas da usina com plantio de cana entre os municípios de Turvelândia e Santa Helena de Goiás.

**Fonte:** Silva e Zuffi (maio de 2014).

A forma de uso e apropriação dessas áreas se deram por meio de compra, arrendamento e parcerias com os proprietários rurais do lugar desdemeados da década de 1970. No entanto, nos mais de 40 anos de atividade, o que se percebe é o crescimento acelerado da aglutinação espacial por parte de empresas rurais do setor sucroalcooleiro. A Usina Vale do Verdão criou um tipo diferente de região. Nessa forma de organização/agregação espacial tem-se o território próximo e distante da usina como cenário de uso, consumo e apropriação real e virtual.

O mapa a seguir mostra, claramente, essa composição territorial e produtiva da empresa Vale do Verdão, na qual se buscou evidenciar duas áreas distintas, local e regional. Nesse sentido, a proposta foi identificar o território de atuação da empresa que se configura na constatação da **Área Core Vale Verdão – ACVV** – sigla que doravante será usada para identificar essa “região”.



**Figura 9:** Áreas de influência da monocultura canavieira da Usina Vale do Verdão S/A.

O critério utilizado para definir a ACVV foi o da influência econômica e produtiva da usina no espaço urbano e rural de porção do território goiano: área de influência micro – municípios de Maurilândia, Turvelândia e Castelândia num raio de 20 km equidistante à usina. A área de influência macro – outros municípios inseridos no sudoeste goiano num raio de equidistância de 40 km em relação à sede da empresa em Turvelândia/GO. De forma complementar, os aspectos que garantem existência a essa região funcional, de influência e de interesse da usina (ACVV) além do caráter espacial e territorial, são dois elementos importantes: *área de plantio de cana particular da usina (aspecto econômico) e por concentrar sua expansão canavieira na bacia hidrográfica do Rio Verde (Verdão) que banha a região (aspecto físico/natural)*. A Figura 9 mostra tal proposição lembrando que processos econômicos, políticos e sociais “criam” e definem zonas próprias de atuação, territórios e regiões.

Diz-se desse tipo particular de regionalização uma forma de compartimentar, repartir, organizar espacialmente os interesses da usina. Mesmo não sendo ‘oficializada’, ela é ‘oficiosa’, haja vista ser claramente percebida no espaço rural e agrícola do Estado. Insurgências espaciais, econômicas e sociais sugerem novas formas reais, particulares e de mando das empresas rurais goianas como em outros Estados da Federação.

O capital agroindustrial, as políticas de fomento, as facilidades em adequar a infraestrutura local e regional em função de projetos do agronegócio além das parcerias com outras instituições fazem esse ator hegemônico – a usina – espacializar e agregar para si (além do espaço) serviços, mão-de-obra, riquezas locais do Cerrado no sentido físico, econômico, social e territorial.

O que se compõe cartograficamente, respeitando normas, critérios, exigências científicas e técnicas para demonstrar e comprovar o que se evidenciou espacialmente na empiria, “os de dentro”, atores locais, bem sabem expressar e denunciar esse fenômeno:

*Aqui tudo é da usina. Mesmo quem tem um pedacinho de terra tá arrendado pra usina. Então é isso. A usina é a dona de tudo e não tem pra onde a gente fugir.*

*Mesmo não querendo, a gente é obrigada a trabalhar com a usina. Pra todo lado que você olhar, até sumir depois do rio desse lado e até a vista não enxergar do outro lado da rodovia é plantação de cana da usina.*

*Hoje em dia tem menos terra arrendada pra usina do que antes. Ela resolveu comprar as terras e não ficar só arrendando porque ela não queria*



*que os donos de terra tivesse tanto direito nos canavial. Eles comprando as terras do povo, eles garante a produção sem problema de direito de um, direito do outro. Ah... o que tem de vantagem nisso? Eles produzem o tanto que quiser sem ter que pagar o preço que os dono das fazendas pede, é mais lucrativo, entende?*<sup>27</sup>

As falas retratam, pela experiência vivida, as metamorfoses espaciais ocorridas na região em função do setor sucroalcooleiro bem como suas consequências para o lugar. Nem mesmo os proprietários rurais que se relacionam com a usina pelo arrendamento de terras ou outras formas de parcerias não isentam a mesma pelos danos e males trazidos às comunidades rural e urbana dos municípios localizados na área de expansão da cana.

Pouco frequente, atores locais acreditam na melhora de vida para a comunidade local após o advento da agroindústria da cana pela possibilidade de Maurilândia crescer econômica e socialmente por conta da pujança e visibilidade do agronegócio no sudoeste goiano e em todo Estado. Mesmo tendo divergências no imaginário local, afirma-se que o urbano e o rural são resultados (i)materiais que se manifestam nas formas da cidade e precisam ser encarados em sua dimensão humana, no que ela significa para quem a construiu e para quem nela habita (CARLOS, 1992).

Partilhando desse pensamento, admite-se que a cidade evidencia a paisagem e o uso do solo urbano (e rural) do ponto de vista histórico e como campo de lutas. Nessa construção a cidade é, ao mesmo tempo, produto e condição de reprodução social. Nesse processo cíclico e contraditório a partir das relações sociais, produz-se o espaço, modos de vida, cultura, valores e desejos.

Diante desse vislumbre, destacam-se as relações de vizinhança e interdependência das forças que moldam o espaço: a usina, a cidade e o campo. É o movimento conformando territórios e modos de vida que será discutido a seguir.

---

<sup>27</sup> Falas e relatos colhidos pela autora, nos municípios de Maurilândia, Turvelândia e Castelândia, no sudoeste goiano (abril e agosto de 2013; maio de 2014).

### 3.3 RELAÇÕES DE VIZINHANÇA E INTERDEPENDÊNCIA NO ESPAÇO DOS HOMENS E DA USINA CANAVIEIRA

A chegada “do outro”, “do estranho” – lembrando Martins (1993) – em terras goianas, caso da Usina Vale do Verdão, provocou nos municípios próximos a ela, principalmente Maurilândia/GO, intensas mutações espaciais e sociais. As mudanças iam se dando na região, às vezes lenta, em outros momentos de maneira arrojada e urgente. Este foi o caso da ponte que liga os municípios de Maurilândia e Turvelândia.

A construção dessa ponte trouxe intensa discussão no município e na região pelos embates de seus ‘reais’ propósitos e quanto ao lugar da sua construção. A área escolhida para a construção da ponte sobre o rio Verdão se localiza ‘dentro’ da porção urbana da cidade. É comum a população utilizar as margens do rio para lazer, esporte, pescaria, recreação e, ainda, como área de pastagem de animais que são criados soltos próximos às planícies úmidas do rio.



**Fotos 24 e 25:** Margem do rio Verdão, utilizada pela comunidade como área de pesca e lazer em Maurilândia/GO. Em outro ponto da margem do rio Verdão, área de pastagem para o rebanho do entorno da cidade (chácaras/pequenos sítios).

**Fonte:** Silva e Zuffi (maio de 2014).

De início, a ponte seria erguida numa área não urbana de Maurilândia, decisão apontada e apoiada pela maior parte da população. De forma contrária, as autoridades municipais decidiram pela realização da obra numa continuação da rodovia estadual que atravessa o município, tendo a ponte como um prolongamento

da mesma numa perspectiva linear, não importando a forma da cidade, os sujeitos locais, o traçado urbano e nem as implicações ambientais do projeto.



**Fotos 26 e 27:** Rio Verdão, limite natural entre os municípios de Maurilândia e Turvelândia, ainda com suas margens protegidas pela vegetação natural, porém, a cana está a poucos metros do rio. Rodovia goiana, GO 409, que dá acesso ao município de Maurilândia e à Usina Vale do Verdão, no município de Turvelândia, pela rodovia federal BR 452.

**Fonte:** Silva e Zuffi (maio de 2014).

Conforme a Agência Goiana de Transportes e Obras (AGETOP, 2012), investimentos provenientes do convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), obras de infraestrutura urbana e de transporte estabelecem como prioridade o desenvolvimento dos municípios e a segurança dos usuários como objetivos a serem defendidos.

As pontes beneficiam importantes corredores de carga agrícola e de pessoas melhorando a condição de transporte na região. Nesse caso, fazendo a ligação da BR 452 à rodovia estadual GO 409, a ponte foi construída sobre o rio Verdão, em Maurilândia. Estas e outras obras de infraestrutura são prioritárias do governo estadual, conforme informou representante da empresa de obras em Goiás (AGETOP, 2013).



**Fotos 28 e 29:** Processo de construção da ponte sobre o rio Verdão, no município de Maurilândia/GO. Fase mais adiantada da construção da ponte, segundo semestre de 2012.

**Fonte:** [www.tocnoticias/fotos.br](http://www.tocnoticias/fotos.br)

Ao que parece, as tensões sobre a construção da ponte agasalharam os interesses da usina amparados pelo Estado, que financiou o investimento. Para alguns moradores da cidade, a obra não passou de exigência da usina para não deixar o município de Maurilândia sem investimentos e empregos, daí o “conchavo” (acordo escuso / conspiração) com as autoridades locais para que o projeto fosse viabilizado nas circunstâncias contrárias à opinião pública local.

Mesmo possuindo boa estrutura da base à superfície, a ponte sobre o rio Verdão não impede de ser cenário de vários acidentes, principalmente com caminhões que a atravessam em alta velocidade com cargas muito pesadas. Outro perigo iminente é o fluxo de pedestres, ciclistas e motociclistas que passam pela ponte diariamente e dividem espaço com os caminhões, sendo vítimas frágeis e testemunhas dos constantes acidentes.



**Fotos 30 e 31:** Fluxo de caminhões com carregamento de cana pela rodovia 409, que dá acesso à ponte do rio Verdão. Acidente sobre a ponte do rio Verdão em época de chuva, o que deixa a pista lamacenta e escorregadia. Os acidentes são constantes devido ao elevado número de veículos que por ela trafegam. A pista possui fluxo nos dois sentidos.

**Fonte:** Silva (abril de 2013); Polícia Rodoviária Estadual (março de 2013).

A construção da ponte favoreceu o transporte de cargas e de outros produtos agrícolas, bem como facilitou o acesso entre os municípios da região. Mesmo sendo uma obra que agrega os interesses da usina sucroalcooleira, ela também é utilizada pela população, que também se beneficia desses empreendimentos.

Ora de forma lenta, ora com insistente pressa, Maurilândia tem se organizado e acomodado em seu espaço as novas formas espaciais inseridas pela modernização agrícola regional. A cidade, não obstante, tem sido parte importante na incorporação do espaço e de seus elementos à produção capitalista no campo, com evidência para a expansão da cana e para a unidade fabril local.

Nota-se uma estranha congruência de vizinhança e interdependência entre esses atores: a usina, com seu poder de mando, e as pessoas do lugar, com a tarefa de corresponder às demandas apresentadas, por vezes apoderando-se de parte dos resultados. Soma-se a isso o Estado, legalizando artimanhas locais e regionais. Tudo num reordenamento territorial, econômico, político e social, que transforma a cidade rural em algo “diferente”, moderno e tradicional.

Essas dimensões espaciais se acomodam no receptáculo das institucionalizações. Isto é, processo que se “aplica aos sistemas de relações cada vez que esses concernem à riqueza, ao poder, ou ao prestígio e interferem por isso no funcionamento da sociedade” (CLAVAL, 1997, p. 98). É oportuno lembrar que a “Geografia Cultural torna-se, assim, indispensável para compreender a arquitetura das relações que dominam a vida dos grupos” como pondera Paul Claval (1997, p. 98).

Embasados nessa ciência, pode-se auferir o produto dessas conexões sob a luz da economia que evidencia os objetivos perseguidos pelas pessoas e empresas. Em suma, adverte o autor, “suas lógicas dependem da maneira como elas estão estruturadas e dos valores que as guiam” (idem, p. 98).

Essa vizinha, a usina, vinda de fora com *modus operandi* alheio ao lugar, imprime “normas” para os sujeitos locais por meio da imposição territorial e geográfica. Pois, não foi a população que reivindicou sua vinda, nem mesmo a conheciam enquanto ‘consumidora de espaço, território e cultura’. O outro, até então ausente, faz surgir ou refletir sua própria imagem, do comum e do Eu, alinhando à sentença de Almeida (2009, p. 111) que pode traduzir esse momento da “alteridade compreendida não só como o reconhecimento da existência do outro, o semelhante, mas tudo que é exterior ao Eu”.



Seria uma analogia ao “outro ser”, não uma pessoa, mas uma fábrica, uma instituição, uma “força (do) capital”. Como escolher seu vizinho de porteira? Ou, como trocar experiências com as máquinas e homens que dependem tão somente de seu trabalho com metas de produção para ser reconhecidos como parte complementar do sistema? É uma vizinhança contraproducente que neutraliza as relações sociais locais e impõe um novo ritmo ao cotidiano, o da máquina e do *just in time*.



**Fotos 32 e 33:** Sede da Usina Vale do Verdão S/A em Turvelândia/GO. Pátio de carga e distribuição da usina. O contingente de motoristas da empresa é contratado temporariamente ou por terceirização (caminhão e motorista). Uma parcela menor desses trabalhadores são funcionários regulares da empresa.

**Fonte:** Silva e Zuffi (maio de 2014).

Como sugerir relações de interdependência entre atores tão desiguais e discordantes? Para aguçar a reflexão, Arendt (2010, p. 64) sugere:

O domínio público enquanto mundo comum reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que caiamos uns sobre os outros, por assim dizer. O que torna a sociedade de massas tão difícil de ser suportada não é o número de pessoas envolvidas, ou ao menos não fundamentalmente, mas o fato de que o mundo entre elas perdeu poder de congregá-las, relacioná-las e separá-las.

Algo se perde nesse contato, nessas inter-relações. Seria o humano das pessoas *versus* a impessoalidade do capital? Por certo, a autora contribui nesse desvelamento ao lembrar que, historicamente, só há um princípio que converge para a união de pessoas (grupos/instituições) num mesmo espaço / tempo com interesses tão divergentes.

Seria, conforme Arendt (2010, p. 65), “encontrar um vínculo entre as pessoas, suficientemente forte para substituir o mundo”, a caridade nas relações humanas

(visão do princípio político cristão). Isso seria possível, também, nas instituições? Se estas, comandadas por homens, agissem humanamente acima dos interesses capitalistas, então, ter-se-ia uma mundanidade possível por se tratar das relações entre homens, mesmo no mundo.

O movimento do tempo no espaço imprime essa orientação contraditória aos lugares. Entretanto, na prática local, o capital é a ferramenta que abre ‘picadas’ na natureza do Cerrado e na vida dos cerradeiros. Vítimas de sua própria condição e alimentada pelo imaginário do *lócus* regional de desenvolvimento do agronegócio, o cerrado torna-se lugar de passagem como última fronteira antes de se chegar à Amazônia.

Destarte, além dos espaços de conexão, vínculos e interdependência, o campo mecanizado não se separa da cidade rural há muito ruralizada em seu conteúdo social. Maurilândia, cidade rural em evidência, ainda mantém laços morais, afetivos e históricos com o lugar passado, revitalizando antigas práticas e criando outras. Tem-se, então, o palco de logismos divergentes que se cruzam espacialmente por meio das relações de vizinhança e co-dependência. Tal processo já conhecido nas acomodações espaciais em área de fronteira com vivência no domínio de agregação e uso econômico do espaço.

Bezzi (2004, p. 147) alega ser o processo que “reside na dependência mútua entre os lugares e essa interdependência é, ao mesmo tempo, contínua e descontínua, segundo as características sociais e físicas dos espaços que se relacionam entre si”, no caso, lugar de produção (usina) e lugar de serviços (cidade).

O comércio e a prestação de serviço buscam ser capazes de atender a demanda que surge de forma urgente e variada. É notória a não homogeneidade espacial maurilandense no que concerne aos espaços díspares de infraestrutura segregadora, direcionada para a indústria rural, com serviços públicos básicos distribuídos de forma diferenciada.

Como exemplo nítido, diz-se do serviço de pavimentação “rural” da rodovia que liga Maurilândia à Usina Vale do Verdão em contraste com bairros periféricos da cidade, que denunciam falta de elementos básicos de saneamento e asfaltamento na área urbana não central.



**Fotos 34 e 35:** Trevo entre os municípios de Turvelândia, Maurilândia e Santa Helena de Goiás, com out door do governo referenciando as obras públicas na logística de transporte na região. Acesso principal da Usina Vale do Verdão, com estrada vicinal em ótimo estado de conservação. Observou-se que as variações climáticas dos tempos de seca e de chuva não alteram essa paisagem que recebe cuidados constantes pela usina e pelo setor público.

**Fonte:** Silva e Zuffi (maio de 2014).

Ao se aproximar da propriedade rural da usina, quando finda a massa asfáltica da rodovia, o que se vê são estradas vicinais em ótimo estado de conservação, largas e arborizadas, cascalhadas com logística de cruzamentos e ruas vicinais para dar conta do fluxo de caminhões, máquinas agrícolas, tratores, ônibus e automóveis que transitam, diariamente, pelo local. Na maioria, são treminhões carregando toneladas de carga de cana-de-açúcar à usina, vindas de várias lavouras da região.

Por um lado, Maurilândia é ‘portal’ de desenvolvimento do agronegócio (discurso pró-desenvolvimento da política local), bem cuidada e até apresentável em sua estrutura urbana central. Por outro, manifesta a miséria e o descaso com a população local que percebe espaços de mando e espaços outros de apatia e descaso nos quais se incluem. Nas palavras de alguns maurilandenses:

*Aqui na cidade tudo gira em torno da usina. São eles que falam o que precisa ser feito na cidade. Até meu restaurante foi aumentado, sem eu poder na época, para atender o pessoal que vinha pra cidade para trabalhar na Vale Verdão. Eram grupos de técnicos que estavam instalando as máquinas da usina. Mais vinham pra cidade para fazer as refeições e dormir.*

*Eu tenho essa padaria aqui há mais de 25 anos e depois que a usina aumentou sua plantação e a fábrica teve mais lucro. Se não fosse os calotes que a gente leva, estaria melhor pra mim e para os outros comerciantes daqui.*

*“Cê” já foi lá no hotel do “seu” Adair? Pois é, ele teve que comprar as duas casas do lado do hotelzinho dele porque não tinha mais lugar pra tanta gente ficar. Hoje está mais ou menos, não é como uns anos atrás. O*



*movimento na cidade depende muito do que a usina tá fazendo. Igual os cortadores de cana que enchem a cidade e depois vão embora.*<sup>28</sup>

A população percebe as transformações, diferencia épocas de eventos marcantes na cidade, elabora pensamento esclarecido sobre mutações e advoga, alguns deles, em defesa da ideologia prol prosperidade para Maurilândia via usina e *agribusines*. Assegurando um entendimento teórico competente para a questão das interdependências espaciais numa cidade rural, concorda-se com Carlos quando se admite a análise espacial e urbana em seu movimento, no mundo moderno, concebendo três planos:

**o econômico** (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital - convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço), **o político** (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado, na medida em que esse domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); **e o social** (a cidade produzida como prática sócio-espacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana), (CARLOS, 2007, p. 123, grifo nosso).

Revelando dimensões distintas, o que baseia esses planos analíticos e os sustenta é a atual configuração da mundialização da sociedade, generalista e aglutinadora dos resíduos ocasionados pelas mudanças. Ainda, conforme a autora, surgem novas

formas, funções e estruturas sem que as antigas tenham, necessariamente, desaparecido, apontando uma contradição importante entre as persistências — o que resiste e se reafirma continuamente enquanto referencial da vida — e o que aparece como “novo”, caminho inexorável do processo de modernização. Mas há também a degradação de formas e relações sociais na cidade. Portanto, essa contradição revela um movimento triádico: preservação/degradação/ transformação, capaz de caracterizar o processo de reprodução da cidade hoje (CARLOS, 2007, p. 123).

Nesse modelo de movimento e mudança espacial, as relações de vizinhança e interdependência entre a cidade rural de Maurilândia e a Usina Vale do Verdão se estranham e se complementam numa simbiose controversa e conflituosa, mas garante a continuação da vida em suas dimensões materiais e imateriais, mesmo de forma pouco digna para as humanidades locais.

<sup>28</sup> Falas de cidadãos maurilandenses, mais antigos na cidade, que conhecem a realidade local e ‘viram’, participaram das transformações ocorridas na cidade nas últimas décadas (agosto de 2013; maio de 2014).

A usina gera emprego, desemprego, usa e apropria, desapropia, territorializa e desterritorializa, comanda processos produtivos e marca o espaço e tempo ao seu modo. A cidade como vizinha é lugar de vivência, residência, consumo, encontros e desencontros, oportunidades e também a falta delas, religiosidade, rugosidades, resíduos, festas, prestação de serviço e prática social.

Esse desdobramento espacial e econômico de vizinhança e interdependência faz pensar em outro aspecto: *a cidade rural como estrutura basilar, funcional à usina em seu processo produtivo.*

### 3.3.1 A cidade rural como infraestrutura para usina sucroalcooleira

A cidade é o reflexo das transformações sociais e econômicas da sociedade. Quando Marc Augé (1994) afirma, acertadamente, que *a cidade é um mundo*, significa que ela contém simultaneamente um espaço simbolizado e outro praticado pelos indivíduos. E mais ainda, a cidade reflete todos os traços do mundo atual. É neste jogo, entre interior/exterior, comunidade/sociedade que a cidade emerge.

Tal como Marc Augé parte da ideia de não-lugares para pensar a cidade atual, Manuel Castells vê o espaço dos fluxos como base para análise urbana em suas formas variadas. É a cidade informacional que, embora resulte do predomínio estrutural do espaço dos fluxos, aparece com uma grande diversidade de formas urbanas (CASTELLS, 2002). Dito de outra forma, seguindo o mesmo sentido, Paula afirma (2013, p. 15):

A cidade, mais do que a concretude do espaço urbano, é resultado das relações sociais que são construídas e materializadas no espaço urbano. Sua essência vai além das formas nela cristalizadas e representadas, pois são as ações cotidianas produzidas pelos sujeitos que a moldam e dotam-na de elementos, a fim de expressar materialmente os processos nela instaurados e que a produzem.

Destarte, a cidade ser o *lócus* das relações sociais e a concretude dessas delimitada espacialmente, pergunta-se: o que é cidade? Como pode ser concebida? “A cidade é um espaço geográfico, é um conjunto de objetos e de ações, mas entendendo que ela expressa esse espaço, como lugar de existência das pessoas,

não apenas como um arranjo de objetos, tecnicamente orientado” (CAVALCANTI, 2001, p. 15).

É nessa perspectiva que a compreensão de cidade auxilia esse estudo, entendendo-a como infraestrutura para a agroindústria sucroalcooleira, no caso em tela, município de Maurilândia e entorno, bem como as construções simbólicas e imateriais criadas pelos sujeitos do lugar. Compreender a cidade como cenário e palco das interações entre os atores sociais é entender o espaço como resultado da produção de uma sociedade e suas relações, sendo essas conformadas numa extensão territorial.

À medida em que a cidade transcende da forma para o conteúdo, da cidade para o urbano, tem-se seu produto processual final. Ainda, Carlos (1994) reafirma ser a cidade um híbrido, um encontro entre a materialidade e a imaterialidade. Para a autora, o urbano é produto e processo de produção num dado momento histórico, não só na determinação econômica, mas também as sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade (CARLOS, 1994). Mais tarde, a mesma autora completa seu entendimento sobre o urbano apontando que:

A sociedade urbana em constituição coloca-nos diante de um cenário cambiante onde se assiste à tendência à dissolução das relações sociais que ligam os homens entre si e as relações entre os homens e seus objetos, implicando em uma metamorfose dos valores de uso que servem de suporte à sociedade, bem como uma profunda modificação no modo de vida urbano (CARLOS, 2007, p. 123).

No mesmo espírito, Santos (1988) e Lefebvre (1991) afinam conceitos sobre cidade e urbano. Para eles a cidade é a forma, é a concretude das relações sociais, enquanto que espaço urbano é o conteúdo dessas trocas e formulações. Desse modo, não se pode fazer uma distinção e/ou separação rígida entre espaço urbano e cidade, forma e conteúdo devido à relação de interdependência neles contidos. Corroborando com essa discussão, Cavalcanti (2007, p.11) conclui: “A cidade é esse conjunto de lugares, cada um deles com um perfil mais ou menos singular, que tem entre si relações contraditórias e de interdependência”.

Nesse contexto de entendimento da cidade (e também do urbano) como resultado de práticas sociais num espaço produzido, objetiva-se lançar um olhar para o espaço territorializado pela agroindústria canavieira na cidade de Maurilândia/GO. A análise se dá na dimensão urbana e rural (e também na função

cidade e campo) do município, bem como busca compreender as mutações espaciais e seus efeitos para os sujeitos que nele vivem; identificar a percepção, memória e representação do lugar antes e após a territorialização canavieira.

É um “olhar por dentro e para dentro” do espaço de uso (e de mando) das usinas sucroalcooleiras, o mesmo espaço de vida dessas comunidades rural e urbana. Isto porque os modos de vida, os costumes, as formas de convivência, os meios de produção, o cotidiano, a sobrevivência e reprodução social dos grupos se veem comprometidos ante a hegemonia e avanço (desenfreado) da monocultura da cana no âmbito local e regional para atender o mercado interno e externo em grande difusão produtiva.

São perceptíveis os problemas e impactos advindos do cultivo da cana em grande escala numa perspectiva local no campo e, seguidamente, na cidade. Num paradoxo, o discurso do desenvolvimento escurece o cotidiano nos canaviais e expõe à pobreza e insegurança os sujeitos e comunidades locais. Além da perda da terra e da *vicissitude (estado de insegurança)* na cidade, pequenos produtores rurais, camponeses em seus espaços historicamente construídos, se defrontam com a capacidade transformadora do capital agroindustrial.

Como resultado, tem-se o retrato de um espaço recortado, territorializado, mesmo tendo sido ‘moradia’ de muitos despossuídos de suas próprias terras! Esses, certamente, aumentarão o número dos sobreviventes no campo sem terra e/ou migrantes rumo às cidades. Santos (2007) chama este trabalhador de desterritorializado pela agroindústria. O camponês, num primeiro momento, até busca subsídios para tentar manter-se na terra e reproduzir seus meios de vida, apesar da indústria monopolista, mas logo é vencido pelos juros altos e preços baixos pagos pelo mercado aos seus produtos, o que lhe obrigam a vender a terra.

No âmbito regional e nacional, diz-se que a produção/comercialização da cana e seus derivados dão fôlego a uma economia que aumenta o PIB a cada ano. Entretanto, não conseguem diminuir a pobreza nos espaços urbano e rural; uma economia que se abre ao ‘mundo global’ e fecha portas aos trabalhadores rurais ‘não qualificados’, desterritorializados e ‘levados’ para o mercado de trabalho informal nas cidades; uma política de indiferença com os diferentes marginalizados negros, pobres, analfabetos, camponeses e sujeitos urbanos que muitas vezes representam entraves para o desenvolvimento econômico local e regional, via agroindústria canavieira.

Ainda, pensando as contradições do capital no arranjo territorial do setor sucroalcooleiro, foi dito, em outro momento, que o espaço rural territorializado pelo complexo agroindustrial da cana se tratava de “um espaço singular, conflituoso e heterogêneo que se configura num fenômeno sociocultural da realidade e reprodução da vida cercada do doce amargo da cana”, mesmo numa aparente homogeneidade! (SANTOS e SILVA, 2010, p. 7; II AMPEGE REGIONAL, 2010).

Essa sensação de fragilidade e desprezo foi identificada na fala dos sujeitos do lugar (no campo e na cidade) que persistem e buscam alternativas de continuação da vida em meio aos revezes e dificuldades de convivência com as usinas. Condição explícita dos sujeitos que compõem o I Grupo da tipologia apresentada na discussão do capítulo que inicia este estudo.

E os outros que saem, fogem ou que são “expulsos” do seu lugar? São deslocados pelo processo de desterritorialização/desenraizamento – movimento pelo qual se abandona a cidade. É a operação na *linha de fuga* para outro lugar. Inicia-se novo processo, a reterritorialização, que configura o enraizamento e construção de uma nova territorialidade na esperança de construir ali outro *lugar*. No primeiro movimento, os sujeitos são desterritorializados; no segundo, eles se reterritorializam com novos agenciamentos técnicos, de corpos, de trabalho numa reconfiguração socioespacial e cultural.

Há que se dizer que esses sujeitos completam a tipologia apresentada no II e III Grupo de atores que migram do campo para a cidade. Em nenhum momento tal processo se dá sem perdas e de forma pouco dolorosa para os trabalhadores rurais. Em muitos casos, eles deixam de ser camponeses para ser/estar ‘operários’ nas usinas e canaviais, ou trabalhadores temporários e informais na cidade.

*Não tive escolha: trabalho na usina e moro na cidade (município de Maurilândia). Outros companheiros tiveram que mudar e procurar trabalho em outras fazendas da região, mais até meus parentes tiveram que vir pra cidade.*

*[...] Hoje em dia tô fazendo uns bico aqui na cidade e quando tem serviço na roça vou pra lá, mais na época do corte da cana.<sup>29</sup>*

Esta tem sido a condição de muitos trabalhadores rurais no município pesquisado. Poucos são aqueles que conseguem ocupação fixa, por falta de qualificação e pela pouca oferta de trabalho. O que se tem notado nessas áreas

<sup>29</sup> Fala de trabalhadores rurais que vivem entre a cidade e o campo, após o processo de territorialização da cana, no espaço rural de Maurilândia/GO (Maio de 2013).

rurais e urbanas, tomadas como região pela empresa rural é a emersão de espaços que estão sendo territorializados pela cana, modificando os modos de vida, trabalho e costumes da população. Nesses espaços, as famílias buscam se adequar às novas situações impressas no cotidiano rural e urbano com desconhecidas demandas e ajustamentos.

Peculiar ao que ocorre no campo, a apropriação espacial para a expansão das lavouras canavieiras também promove alterações no tecido urbano. As novas demandas impulsionam modificações e ajustes na cidade para atender a agroindústria canavieira. Análogo a outros municípios produtores de cana, Maurilândia também convive com as exigências de logística e infraestrutura para atendimento das necessidades da produção do agronegócio.

O Estado, parceiro do setor agroindustrial no sentido de promover as adequações urbanas e rurais para a expansão dessa atividade (infraestrutura e serviços públicos), tem colaborado com corredores e malhas viárias e de conexão para transporte e escoamento da produção agrícola. Sabe-se que a logística de transporte do setor sucroalcooleiro começa nas estradas rurais e termina nos portos.

O setor agroindustrial canavieiro iniciou, sobretudo nas últimas décadas, estudos e pesquisas de desenvolvimento para garantir destaque no setor agrícola brasileiro. As usinas de cana-de-açúcar procuram se adequar ao cenário da economia nacional (e global) por meio de inovações tecnológicas a fim de se integrar às áreas agrícola e industrial.

A Embrapa, por meio da Agência Embrapa de Informação e Tecnologia (AGEITEC, 2013), destaca que a logística de uma empresa do setor sucroalcooleiro deve basear-se em sistemas integrados devido à necessidade de coordenação de todas as atividades que envolvem essa cadeia produtiva. A busca por melhorias técnicas, equipamentos e recursos para beneficiar o planejamento e o controle do método produtivo decorre do aumento da competitividade no setor.

Um aspecto importante do sistema logístico é a forma de coordenar os processos de corte, carregamento e transporte de cana do campo até a área industrial, de maneira a suprir adequadamente a demanda necessária na área industrial. Ainda, segundo a AGEITEC (2013), os custos do corte, carregamento e transporte representam 30% do custo total de produção da cana, sendo que somente os gastos com transporte equivalem a 12% desse total. Daí decorre a importância da colaboração do governo na criação e ampliação logística para

escoamento da produção agroindustrial, isso num planejamento produtivo que beneficia os grandes produtores rurais.

As usinas possuem armazéns de açúcar e de álcool com a finalidade de guardar e estocar os produtos por longos períodos, a fim de regular e organizar o planejamento de transporte e logística de distribuição. Para que o açúcar e o álcool cheguem ao consumidor final, existem empresas de distribuição e exportação especializadas. No mercado interno, o transporte desses produtos é feito, principalmente, por rodovias, saindo da indústria diretamente para as bombas de combustíveis ou supermercados.

A utilização de outras formas de transporte de açúcar e álcool, como o ferroviário e o naval, ainda são pouco utilizadas no Brasil. Contudo, são os setores que mais crescem no país pela maior eficiência em relação ao transporte rodoviário em longos trechos (inseridos nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento PAC, 2011). Já para o mercado externo, o sistema de logística e transporte é mais complexo, pode ser feito por via rodoviária, férrea e, no caso do álcool, os alcooldutos, ligando as usinas aos portos. Para exportar o etanol é necessário que os portos possuam infraestrutura específica de armazenamento e carregamento até os navios pelo seu caráter inflamável. Já a exportação de açúcar exige armazéns para estocar o produto no porto, sendo possível sua exportação a granel (EMBRAPA, 2013).

No contexto regional goiano, o principal instrumento logístico tem sido o sistema de transporte rodoviário. O Estado de Goiás é constituído de 22.997 km de rodovias, das quais, 11.572 km são pavimentadas, o que garante ao Estado uma densidade da malha rodoviária de 33,34 Km/ mil Km<sup>2</sup>, valor superior aos outros estados do Centro-Oeste. O estado de conservação é tido como bom em 65% dos casos; irregular em outros 28%; e péssimos em 6%, conforme o PDTG (2007), Plano de Desenvolvimento do Sistema de Transporte do Estado de Goiás<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup> Conforme dados da Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINFRA, 2012), O Plano de Desenvolvimento do Sistema de Transporte do Estado de Goiás (PDTG) é uma ferramenta estratégica para orientar as ações do governo e garantir o desenvolvimento do Estado. Considerado o primeiro planejamento estratégico intermodal de transportes, realizado em Goiás, o PDTG contou na sua elaboração com a participação das três instâncias governamentais: Federal, Estadual, Municipal, e, também, da sociedade civil. Foi realizado em duas etapas, contemplando, na primeira, a análise e diagnóstico da situação dos modais no Estado de Goiás, e, na segunda, as proposições, recursos necessários, fontes de financiamento e cronograma de execução (cenários). Teve como meta alinhar políticas e ações públicas necessárias para adequar o setor de transportes aos fluxos produtivos relevantes para o Estado, visando conferir maior eficiência e menores custos logísticos. Constituindo parte componente do financiamento do Programa de Gerenciamento da Malha

Dos 68 milhões de toneladas de cargas transportadas no estado em 2003, 22% já eram representados pela cana de açúcar. As rodovias mais expressivas são as federais, que canalizam a maior parte da produção para os grandes centros consumidores e outros Estados. A má conservação, ou a inexistência da pavimentação nas estradas utilizadas pelas usinas, fizeram com que o setor investisse durante o ano de 2009, quinze milhões de reais na conservação das vias de acesso às usinas, segundo dados da SIFAE (2010).

Na cidade, o sistema de transporte e uso da malha rodoviária (caso do sudoeste goiano) faz parte da infraestrutura de acomodação e distribuição das demandas impostas pelas agroindústrias e grandes áreas de monocultura (soja, milho, cana) que estabelecem novos arranjos e processos em espaço urbano. Nesse caso, a cidade rural como vizinha e interdependente da dinâmica agroindustrial funciona como um nó (elo) nessa rede de linearidade, de circulação e fluxos para transporte de produtos, mercadorias, pessoas e serviços.



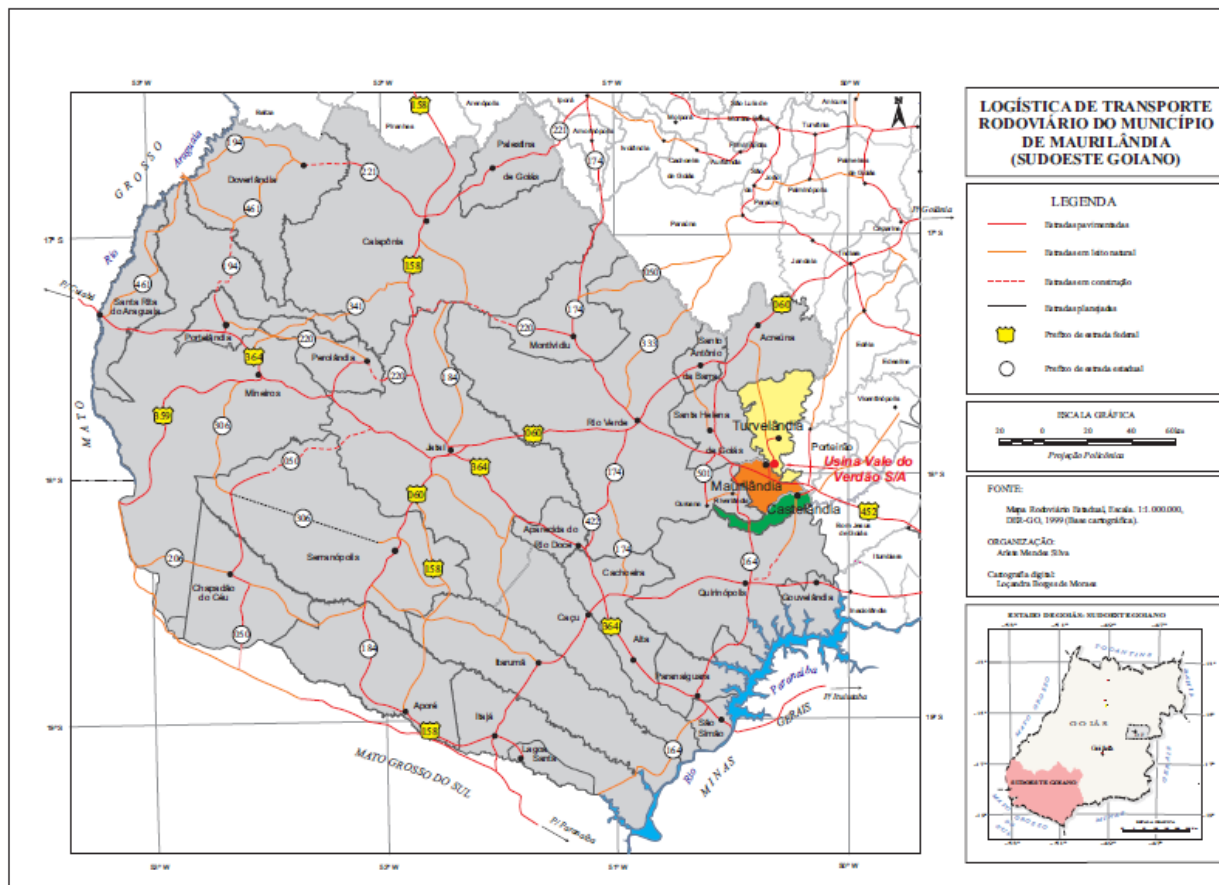
**Fotos 36 e 37:** Vista aérea de Maurilândia demonstrando as duas principais avenidas da cidade. A avenida da direita é continuação da GO 409, que 'corta' o município e dá acesso à ponte. Ao fundo, nota-se o Rio Verdão, a ponte e extensa área de lavoura de cana. Vista parcial da cidade que dá acesso à margem maurilandense do rio, com rua asfaltada até chegar a um restaurante e pequena infraestrutura de lazer próxima ao rio.

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Maurilândia/GO (2013).

No município de Maurilândia é visível a adequação do espaço urbano em função dos movimentos e necessidades da indústria sucroalcooleira numa escala micro. Geograficamente favorável, contando com malha rodoviária eficiente para escoamento de produtos e circulação de veículos de grande porte, Maurilândia tem



seu território bem servido de rodovias com acesso rápido a outros centros produtores da região (Figura 10).



**Figura 10:** Logística de transporte rodoviário do município de Maurilândia (Sudoeste Goiano).

A BR 153, que liga o país de norte a sul, dá acesso à BR 452, em Itumbiara – GO. Essa chega à Maurilândia pelo cruzamento com a GO 419. É interessante notar que esta rodovia, GO 419, tem seu traçado dividindo a área urbana do município em duas partes, leste e oeste. Após cruzar o espaço urbano, a GO 419 atravessa o rio Verde viabilizando a entrada no município de Turvelândia, sede da Usina Vale do Verdão S/A, sendo esta a principal via de acesso à usina. Em conformidade, Maurilândia se torna o portal de entrada/saída da usina, funcionando como infraestrutura rodoviária para o transporte de cargas e logística de apoio, na prestação de serviços e extensão complementar, dada as pressões e necessidades básicas da empresa rural.



**Fotos 38 e 39:** Vista aérea da área central do município, com lojas, comércio no ramo de alimentos, roupas, farmácia e pontos de prestação de serviço para a usina, como oficinas, depósitos, entre outros. Rodovia federal BR 452, que dá acesso à Maurilândia, e início da rodovia GO 409. Toda faixa dos dois lados dessa última rodovia é ocupada com plantação de cana.

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Maurilândia; Silva e Zuffi (maio de 2014).

O uso e apropriação do espaço urbano do município maurilandense como infraestrutura logística e importante área de prestação de serviço para abastecer o empreendimento agroindustrial continuará como base dessa discussão, sob o olhar das pessoas do lugar, assim como as transformações observadas nos espaços do campo e da cidade.

### 3.3.2 Prestação de serviço e uso do espaço urbano e rural

O município de Maurilândia tem recebido, nos últimos anos, cada vez mais empreendimentos no âmbito da prestação de serviço, logística de transporte e apoio ao desenvolvimento agroindustrial da região, principalmente no que tange à Usina Vale do Verdão S/A, como já afirmado. Nesse caso, a partir de uma dimensão geográfica do espaço, há de se pensar na relação rural e urbano como complementaridade, não reforçando a divisão setorial entre campo e cidade.

Ao falarmos de espaço, seja urbano ou rural, é sempre necessário reforçar que esse apresenta especificidades, decorrentes de sua construção histórica, e daí, ainda que se possa falar de mudanças, diversificação e modernização (de múltiplas ordens, na introdução de inovações tecnológicas, nas formas e relações de produção, nas relações de trabalho, no desenvolvimento das forças produtivas etc.), em uma perspectiva geral, é no plano singular que devemos mostrar as diferenças. (BERNARDELLI, 2010, p. 46-47)

Analizando o espaço urbano e rural com suas formas e conteúdos imbricados, ressalta-se a inserção de novos elementos que resultam de transformações históricas no processo de produção espacial. Lembre-se de que a estrutura fundiária acaba tendo grande influência na dinâmica de uma região (ver capítulo 2, item 3 – Estrutura Fundiária e Poder no/do Território), haja vista as mudanças socioespaciais que ocorrerem de formas distintas em áreas de grandes e/ou pequenas propriedades.

Alguns desses elementos propulsores de mudança podem induzir o desenvolvimento de uma área agrícola (ou não, conforme a possibilidade de uso e acesso aos bens pelos proprietários de terra) e, conseqüentemente de seu correspondente urbano. Moderna tecnologia, acesso a linhas de crédito, financiamento agrícola, produtos agropecuários privilegiados, formas, tipos e relações de trabalho que se articulam entre si determinando a dinâmica espacial de uma região são importantes fatores desse processo (BERNADELLI, 2010).

Para Santos (1999), os elementos que processam importantes mudanças nos lugares são de ordem vertical, que comportam não poucos interesses extras regionais em escala nacional e internacional. Em suas palavras:

Na união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio e exclusivo benefício. Isso se dá ao serviço do mercado, e tende a corroer a coesão horizontal que está posta a serviço da sociedade civil tomada como um todo. (SANTOS, 1999, p. 206)

São intervenções verticalizadas que alteram o cotidiano dos lugares rurais e urbanos com normas rígidas de inserção, mesmo utilizando discurso liberal. Para compreensão dessas tensões e ajustamentos espaciais que são implantados ora no campo, ora na cidade, também no município de Maurilândia, tem-se a forma desigual de posse da terra. A estrutura fundiária irrompe, junto a elementos de união vertical, as relações de uso e de mando do/no espaço.

A agregação de terra com elevado padrão tecnológico pela agroindústria tem contribuído com a desordem e conflitos no campo, dada sua instalação e implementação. Caso identificado nas horizontalidades criadas no município de Maurilândia, inseridas e direcionadas pelos interesses produtivos da Usina Vale do

Verdão S/A. Há mais de três décadas são evidenciados elementos motivadores de conflitos e tensões na região agrícola.

O acesso, uso e apropriação espacial, destacando o grau de concentração, contribuem com os entraves para o desenvolvimento local e regional, principalmente no âmbito da exclusão social. Esse não privilegiando somente a vertente econômica, mas também contemplando as dimensões social e espacial. Sabe-se que a concentração e má distribuição de terras ocasionam problemas no campo que se estendem até a cidade.

O Grupo da Usina Vale do Verdão S/A se destaca pela estrutura fundiária concentrada nos municípios de Maurilândia, Porteirão, Santa Helena de Goiás e Turvelândia, representando mais de 86,53% da participação sobre a área própria total. Ou seja, aproximadamente 90% da área territorial do grupo localizam-se em municípios da Microrregião do Sudoeste de Goiás. Essas terras estão ocupadas, principalmente, com plantação de cana para abastecer as unidades produtivas do grupo (atualmente quatro usinas no Estado), seguida pela cultura de soja. A tabela a seguir demonstra esse quantitativo num total de área de propriedade do Grupo Vale do Verdão S/A bem como o percentual territorial da empresa nos limites desses municípios goianos.

**Tabela 9:** Propriedades da Vale do Verdão (Sudoeste Goiano).

<i>Município</i>	<i>Atividades - Cana de Açúcar</i>	
	<i>Área total (ha) - Grupo Vale do Verdão S/A</i>	<i>% Área total por município</i>
Acreúna	598,77	1,01
Castelândia	3.122,14	5,26
Maurilândia	13.081,56	22,02
Porteirão	12.843,94	21,62
Rio Verde	1.799,86	3,03
Santa Helena de Goiás	12.872,38	21,67
Santo Antônio da Barra	2.482,38	4,18
Turvelândia	12.609,53	21,22
<b>Total</b>	<b>59.410,56</b>	<b>100</b>

Fonte: SEGPLAN / GO (2013); Usina Vale do Verdão S/A (2013); Lima (2010)  
– Elaborado e organizado pela autora.

Este é um importante fator que tem incentivado o grupo empresarial que controla esta fábrica a instalarem mais unidades produtivas na região, conforme demonstrado no capítulo anterior (ver Figura 9). Ademais, o tipo de propriedade fundiária que se verifica, objetiva agregar terras ao seu *coree* máreas rurais e

urbanas de municípios com importância na produção canavieira, ampliando seu raio de atuação e influência, alterando as horizontalidades preexistentes no lugar.

A estratégia de adquirir e agregar terras no entorno das unidades industriais do Grupo Empresarial Vale do Verdão em municípios com importância regional na produção agrícola tem apresentado bons resultados em termos de produtividade. A evolução crescente da área ocupada com a cultura da cana para produção de açúcar e álcool da empresa foi espetacular. Verificou-se o aumento de 22.821,33 ha de terras agregadas à área de produção canavieira da empresa durante os anos de 2000 a 2009, como mostra a tabela abaixo.

**Tabela 10:** Usina Vale do Verdão: área plantada, produção, produtividade de cana-de-açúcar, açúcar (t), álcool hidratado (m<sup>3</sup>) e álcool anidro (m<sup>3</sup>), 2000 a 2008.

<i>Safra</i>	<i>Área (ha)</i>	<i>Produção (t)</i>	<i>Produtividade (t/ha)</i>	<i>Açúcar (t)</i>	<i>Álcool hidratado (m<sup>3</sup>)</i>	<i>Álcool Anidro (m<sup>3</sup>)</i>
2000/01	22.084,04	1.943.261	72,12	85.417	35.187	40.618
2001/02	27.033,37	3.095.491	114,51	105.435	50.699	60.009
2002/03	35.259,96	3.075.990	85,90	147.259	47.886	85.653
2003/04	37.259,96	3.820.426	102,53	179.389	64.342	98.826
2004/05	42.174,31	3.704.951	87,83	157.466	86.708	104.494
2005/06	44.173,25	3.702.951	83,83	162.090	72.606	104.307
2006/07	42.498,34	3.548.618	83,50	149.736	65.885	93.494
2007/08	43.680,50	3.520.469	80,60	158.362	104.297	80.684
2008/09	44.905,37	3.500.000	77,94	165.000	90.000	95.000

**Fonte:** Lima (2010), adaptado pela autora.

Vale ressaltar que o aumento da produtividade por aquisição de áreas decorre, em sua maioria, de terras adquiridas pela empresa originárias dos contratos de arrendamentos; é bastante persuasiva a pressão exercida sobre essas terras pelas usinas, haja vista estarem inseridas na área de expansão da lavoura canavieira. Isso faz com que os pequenos proprietários rurais acabem vendendo suas terras. Essas têm a preferência da empresa por já existirem nelas logística de transporte e de infraestrutura, o que as tornam mais competitivas do que novas terras.

Outro dado importante deve ser lembrado: as terras que a empresa busca para arrendamento devem ser planas, férteis e agricultáveis. Uma regra que foi incorporada recentemente nos contratos de arrendamento da empresa são as áreas de preservação que não são computadas para o valor de arrendamento. O que é

valor pago pelo arrendamento é questionável; a empresa fala de uma negociação feita, contrato por contrato, com base na ATR<sup>31</sup>.

Esse modelo de estrutura fundiária arcaica e peculiar no Brasil demonstra a concentração de terra (e de capital) nas mãos de poucos, facilita as empresas rurais e outros grandes proprietários a diversificarem sua estrutura produtiva, forma recorrente em todas as regiões brasileiras. Não diferente, o grupo que administra a Usina Vale do Verdão também privilegia a integração produtiva com pecuária-cana-grãos, conforme seus interesses.

Essa integração produtiva tem como suporte o aproveitamento da energia elétrica gerada pela usina para a irrigação de pequena área de cana-de-açúcar e para mais treze pivôs centrais, que irrigam 1.312 hectares dos campos de sementes de milho, soja e sorgo. A empresa possui, ainda, terras com cultivo de soja na região para venda no mercado interno e externo, utilizando esta cultura de forma quase exclusiva para a rotação com a cana-de-açúcar, principal atividade agrícola do grupo na região (Secretaria da Fazenda e Planejamento do município de Maurilândia e Turvelândia/GO, 2012).

As relações *cidade – campo* e vice versa denotam a capacidade de transpor de um lado para o outro, num reordenamento de atividades, serviços, trabalho e uso do espaço os interesses dos atores hegemônicos. Buscou-se, neste estudo, visualizar e compreender essas materialidades como meio, condição e produto social, tendo em suas formas a manifestação concreta das contradições que mostram, conjuntamente, seu conteúdo.

“A geografia deve trabalhar com uma noção de espaço que nele veja uma forma – conteúdo e considere os sistemas técnicos como uma união entre tempo e matéria, entre estabilidade e história” (SANTOS, 1999, p. 222). Dirimir dualidades e ambiguidades metodológicas do discurso e do método da ciência geográfica parece imprescindível. Para tanto, as formas, a infraestrutura, o movimento, os conteúdos e os sujeitos de Maurilândia muito têm a dizer desse processo contraditório em que

---

<sup>31</sup> A **ATR** (Açúcar Total Recuperável) corresponde à quantidade de açúcar disponível na matéria-prima subtraída das perdas no processo industrial, e nos preços do açúcar e etanol vendidos pelas usinas nos mercados interno e externo. Esse sistema foi criado pela CONSECANA-SP (Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de S. Paulo, 2013), Trata-se de uma associação formada por representantes das indústrias de açúcar e álcool e dos plantadores de cana-de-açúcar, que têm como principal responsabilidade zelar pelo relacionamento entre ambas as partes. Para isso, o conselho criou um sistema de pagamento da cana-de-açúcar pelo teor de sacarose, com critérios técnicos para avaliar a qualidade da cana-de-açúcar entregue pelos plantadores às indústrias e para determinar o preço a ser pago ao produtor rural.

acidade serve ao campo e que é servida por ele, conforme o poder de mando da classe hegemônica local.

E, por isso, “a concepção do urbano extrapola a própria cidade, consubstanciando-se na relação cidade – campo, tendo na divisão técnica, social e territorial do trabalho a sua base” (BERNADELLI, 2010, p. 33). E, ainda, o rural não é definido por oposição e sim na sua relação com as cidades (ABRAMOVAY, 2000), tema que será discutido *a posteriori*.

A infraestrutura e logística do município de Maurilândia têm sido incrementadas com o intuito de servir as demandas do campo mecanizado, principalmente pela agroindústria canavieira. Nota-se, no município, um aumento do tráfego de automóveis na área urbana, ônibus transportando trabalhadores, motocicletas, caminhões de grande porte que cruzam a cidade com carregamentos ora de cana, ora de insumos e equipamentos agrícolas para a usina.



**Fotos 40 e 41:** O município de Maurilândia possui grande fluxo de veículos de pequeno e grande porte e outros meios de transporte, promovendo intenso tráfego nas ruas centrais da cidade durante a semana. Setor central da cidade de Maurilândia.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).

Como registrado, Maurilândia é o portão de entrada e saída da Usina Vale do Verdão e, como tal, tornou-se corredor para transporte e fluxo de toda ordem. As ruas, avenidas e rodovias da cidade são largas e com pavimentação razoável. O destaque fica por conta do interessante contraste entre a porção central e periferia da cidade. No setor central há duas avenidas principais paralelas no sentido norte sul. Elas são os eixos comerciais da cidade e principal “caminho” entre as cidades de Maurilândia e Turvelândia. Uma dessas avenidas, a mais servida de acabamento asfáltico e arborização, é continuação da GO 409, que atravessa a cidade (ao meio,



literalmente) de norte a sul. No mesmo eixo, essa rodovia dá acesso à Usina Vale do Verdão e ao município de Turvelândia (Figura 10).



**Fotos 42 e 43:** Avenidas centrais do município de Maurilândia. Pode-se dizer que a arborização da cidade se concentra na praça central e na GO 409, que 'corta' Maurilândia no sentido norte-sul. Em dias úteis, esses espaços estão sempre ocupados por veículos e pedestres.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).



**Fotos 44 e 45:** Rodovia da entrada sul de Maurilândia, ladeada pela lavoura canavieira da Usina Vale do Verdão S/A. A rodovia 'continua' no centro da cidade até dar acesso à ponte sobre o rio Verdão, divisa entre os municípios de Maurilândia e Turvelândia. Entrada que dá acesso à área de lazer, às margens do rio Verdão; essa entrada é a continuação de uma das avenidas principais da cidade.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).

As ruas e avenidas da cidade são diferenciadas. No centro da cidade percebe-se maior cuidado com a limpeza urbana, mesmo de forma incipiente. O contraponto é percebido quando se afasta alguns metros das avenidas centrais. Ruas sem asfalto, sujas, sem arborização, sem calçamento, com casas velhas, mal cuidadas e sem acabamento. As imagens abaixo flagraram fato inusitado em área urbana. No canteiro central, no final de uma das avenidas, encontram-se dois



animais abrigados por uma espécie de “curral” (estábulo?) improvisado, lugar de abrigo e alimentação. Do outro lado da rua estava a carroça “estacionada” à sombra de um pequeno arbusto. Contrastando com a cidade pólo do agronegócio regional, seria fato normal numa pequena cidade rural e interiorana.



**Fotos 46 e 47:** Uso de área comum do espaço urbano da cidade servindo como abrigo para animais e como extensão do quintal das casas. Situação encontrada no final de uma das ruas, na parte periférica do município, próxima às margens do rio Verdão.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).

Vale dizer que o espaço urbano maurilandense, em sua logística urbana, não diz respeito aos veículos e outros meios de transporte particulares de seus moradores e nem para eles foram construídos. Além da não grande frota de automóveis de pequeno porte, a cidade ainda possui transporte com tração animal tradicionais na locomoção de pessoas e produtos entre a cidade e sua porção rural. Nota-se, também, várias ruas periféricas ainda serem de chão batido, sem massa asfáltica, algumas são cobertas por cascalho com valas profundas e não poucas erosões laterais provocadas pelas águas pluviais.

A poeira é um vizinho constante, exceto em época de chuva. Daí são a lama e as poças d'água que desenham a paisagem urbana, não somente a possibilidade de mudança de tempo altera a paisagem local. A poeira, a lama, as erosões, a fumaça, a poluição do ar e das águas são fatores decorrentes do tipo de uso e apropriação do espaço em Maurilândia pela usina canavieira.



**Fotos 48 e 49:** Prefeitura Municipal de Maurilândia, localizada na entrada sul da cidade. Hospital municipal de Maurilândia, com pequeno pronto-socorro para atendimento de emergência.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).

A Prefeitura da cidade e o Hospital público localizam-se em ruas largas, abertas, bem cuidadas, não espelhando a situação da periferia (fotos 46 e 47), que mostra descuido e desprezo com o ambiente urbano. Por outro lado, os fixos (instituições públicas do executivo e da comunidade) locais são imagens importantes para quem chega, com boa apresentação da figura da cidade. Basta olhar ao lado, a configuração espacial se altera. Bairros periféricos da cidade com ausência de serviços básicos de saneamento, saúde, escolas, postos de saúde, etc. denunciam a precariedade local.

Indiferente a essa realidade, o grande contingente que chega e sai de Maurilândia percebe rodovias e avenidas largas que comportam as atividades que precisam ser realizadas na cidade. Os prestadores de serviços vindos de outras cidades, como técnicos que dão suporte às máquinas e aos equipamentos da usina, entre outros trabalhadores, negociantes, vendedores e representantes usam a cidade como ponto de apoio e ordenamento logístico para planejamento e controle dos serviços prestados. As vias de acesso servem como meio de escoamento da produção agrícola e transporte de pessoas que trabalham na usina e moram em Maurilândia ou ao contrário (Grupo II).

Essas especificidades dão conta de que é através das entradas da cidade pelas rodovias que o capital chega ao lugar. Seja ele em forma de mais capital para reprodução e/ou como mercadorias, tecnologia, eventos, benefícios, adequações, modificações e mutações espaciais. Como já dito, comprova-se a importância da malha rodoviária e redes de transporte para o município e região, concretizando as

horizontalidades e verticalidades inseridas no lugar em função da agroindústria canavieira. Para Santos (1999, p. 225):

De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades*. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente.

Em Maurilândia, concentra-se grande número das oficinas, lojas especializadas em peças para caminhões e tratores, borracharias, mecânicas, postos de combustíveis, pensões, dormitórios coletivos, pequenas pousadas, que têm aumentado muito na cidade nos últimos anos em função da relação de vizinhança e interdependência com a usina. Outros serviços que buscam suprir a necessidade de especialização de mão de obra técnica (cursos, oficinas, treinamento) para atendimento desses novos ‘clientes’ têm direcionado a função urbana do município para o setor de comércio e de serviços.



**Fotos 50 e 51:** Comércio especializado em manutenção e serviços destinados ao setor de transporte, ligado à logística da Usina Vale do Verdão S/A.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).



**Fotos 52 e 53:** Área de descarte e reforma de implementos agrícolas, tratores, caminhões e peças que são recondicionadas e recolocadas na frota da usina ou revendidas. Esse depósito “à céu aberto” fica em lugar privilegiado da cidade, atrás da rodoviária, ao lado da estação de água municipal.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).

O crescimento e variação da demanda por serviços e pelo comércio local tem feito crescer o número de estabelecimentos que atendem a população flutuante durante a semana e aos moradores locais do município. Muito embora esses empreendimentos não tenham sido solicitados pela comunidade local, mas “aceitos” por determinação alheia, novos serviços e lojas foram chegando, se alicerçando e ficando, a fim de atender à demanda comercial e de serviços provocados pela usina. Essas novas instalações não se configuram, ainda, em redes comerciais e de prestação de serviço comum em cidades maiores. O momento é de instalação, fortalecimento e acomodação desses fixos na área urbana da cidade.

Como consequência, os maurilandenses, na figura de seus trabalhadores urbanos e rurais, bem como prestadores de serviço, temporários ou não, contam com um número maior de infraestrutura urbana, atuação do setor imobiliário, restaurantes, mini mercados, lojas de móveis, vestuário e calçados, oficinas de reparos, hotéis, lanchonetes, praças para atividades culturais e artísticas.

A cidade é um canteiro de obras em reformas e construções de prédios modernos, numa tendência de verticalização da cidade. Tem sido necessário aumentar a rede de telecomunicações, infraestrutura urbana e saneamento básico para abrigar o crescimento periférico da cidade, conforme assessor municipal de Maurilândia. A população urbana tem aumentado em paralelo ao número constante de imigrantes do campo e de outras cidades que buscam o município como local de trabalho e moradia.

É de largo conhecido que a cultura da cana provoca processos migratórios entre as regiões brasileiras e, por certo, naquelas regiões para onde afluem os



migrantes aumenta a necessidade de moradia, escolas, creches etc., bem como a procura por serviços públicos como saúde, segurança e assistência social.

De forma intermitente, a evolução crescente do plantio da cana provoca desarranjos no abastecimento urbano de produtos agrícolas locais importantes para o abastecimento alimentar e para o comércio regional. A produção agrícola vê-se ameaçada de desestruturação pela introdução da monocultura da cana, sabidamente atividade de larga escala, cuja implantação normalmente se dá por substituição de atividades preexistentes como a agricultura e pecuária.

Tais necessidades sociais oneram o município que nem sempre consegue absorver e dar conta da demanda consequente das atividades econômicas implantadas no campo, associada às necessárias na cidade. Privilegiam e convergem para o setor urbano, tanto a população do próprio município que deixa o campo, quanto as populações de outras localidades, que se dirigem para o meio urbano a fim de se dedicarem às atividades apoiadoras do setor agroindustrial. Esses últimos, conhecidos como trabalhadores volantes, mesmo tendo como local de trabalho o campo, se estabelecem na cidade, contribuindo ainda mais para o incremento populacional urbano (FONSECA e SANTOS, 2011).

Para constar, importante dado qualitativo da pesquisa, tem-se os trabalhadores volantes (migrantes e temporários) identificados no município de Maurilândia, classificados no Grupo II. Estes, os Sujeitos Temporários do Lugar (apresentados no primeiro capítulo), possuem rotina diária de trabalho entre campo e cidade e cidade e campo. São casos em que os sujeitos desse grupo trabalham no campo e residem em área urbana ou ao contrário.



**Fotos 54 e 55:** “Rua dos Baianos”, conhecida assim pela grande quantidade de migrantes nordestinos que vieram para o município no ápice da lavoura canavieira e da contratação de trabalho braçal – cortadores de cana. São casas muito simples que parecem barracões ou casas comerciais. Foram construídas na década de 1970 para ‘abrigar’ os migrantes que chegavam em grandes levas na cidade e região. Hoje, essas ‘casas’ ainda são moradia dos ‘trabalhadores da cana’ que vivem, muitas vezes, em conjunto com mais de uma família em cada casa, devido aos altos custos dos aluguéis.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).

É sabido que, apesar do aumento das arrecadações provenientes da instalação da usina próxima ao município e da maior circulação de capital na cidade, movimentando atividades do setor imobiliário, do comércio e de serviços, as despesas de setores como saúde e educação também se avolumam, elevando gastos do setor público. Muitas vezes a receita não é equivalente às despesas, especialmente no caso de Maurilândia, em que a usina não se localiza em seus limites territoriais, “daí fica mais o ônus que o bônus para a cidade”, ressalta o secretário de planejamento municipal.

Ainda, conforme o secretário existe uma exacerbada lucratividade e superfaturamento em cima das atividades econômicas que se efetuam no município. Isso se dá em função de serviços prestados à usina, mas operados na cidade. “Além disso, toda infraestrutura e serviços que a cidade disponibiliza resultam em alto custo social e também ambiental pelo excesso de herbicidas e inseticidas utilizados no campo, muito próximo à área urbana, o que contamina tudo”, complementa o secretário (2013).

Nesse sentido, Santos (2000, p. 89) lembra que “nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica”, maior especialização de trabalhadores para serviços específicos na usina e fora dela. “Daí a demanda por serviços e produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita

obediência aos mandamentos científicos e técnicos” (idem, p. 90). São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, transportes e comercialização da produção agroindustrial.

Por outro lado, os mecanismos de amparo à agroindústria que necessita de mais pessoal para operá-los, acaba por aumentar, em certas épocas do ano, a população residente. Nos municípios onde a lavoura de cana predomina, os impactos dessa dupla situação de vulnerabilidade da mão-de-obra alocada e deslocada pela cultura da cana se fazem notar no estrangulamento da capacidade de atendimento da rede pública e de serviços essenciais.

Os postos de saúde e hospitais da cidade não comportam a crescente busca por esse serviço no município, principalmente em época de plantio, corte e colheita da cana. O município conta com 1 (um) hospital público 3 (três) postos de saúde para uma população com mais de onze mil habitantes segundo o censo demográfico de 2010 (IBGE), e conforme tabela a seguir.

**Tabela 11:** População do Município de Maurilândia/GO.

População	Dados Demográficos			
	1980	1990	2000	2010
Urbana	3.595	6.462	8.437	11.120
Rural	1.437	859	532	401
<b>Total</b>	<b>5.032</b>	<b>7.321</b>	<b>8.969</b>	<b>11.521</b>

Fonte: IBGE / IMB, 2010 – Elaboradopela autora.

A diminuição da população rural tem sido constante desde a década de 1980, evento que identifica o aumento da monocultura da cana na região e diminuição das atividades agropecuárias tradicionais. Ao contrário, a população urbana dobrou seu quantitativo nas últimas três décadas, de 1980 a 2010. Em época de corte da cana, período de safra na região, essa população pode chegar a 16.000 habitantes (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE MAURILÂNDIA, 2013, dados aproximados).

Em muitos casos, as famílias acompanham o trabalhador rural e acabam residindo na cidade mais próxima ao seu trabalho; com os filhos em idade escolar as famílias procuram pelo serviço de atendimento educacional, aumentando o número de alunos na rede pública de ensino, onerando os custos com a educação básica. De acordo com o IBGE e Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2014), o censo educacional de 2010 contava no

município de Maurilândia com cinco escolas públicas de ensino fundamental e médio e duas creches que atendiam mais de três mil alunos. Mesmo com o aumento do número de alunos a serem assistidos pelo município, a quantidade de estabelecimentos de ensino se mantém nos mesmos moldes de 2010.

Tal cenário mostra as novas conformações urbanas empurradas pelo desenvolvimento agrícola das atividades ligadas, direta e indiretamente, às agroindústrias da região. O uso de tecnologia moderna (redes de computadores conectados à internet, telefonia celular urbana e rural e outros equipamentos de comunicação) reorientam o comércio e empreendimentos de prestação de serviço mais atentos às necessidades que surgem no município em função do desenvolvimento agroindustrial. Essa situação se contrapõe ao tempo lento da população rural e urbana que ainda não está inserida na modernidade tecnológica e nem no tempo rápido do capital da agroindústria que movimenta o campo e a cidade.

Com efeito, crescem e diversificam-se as atividades urbanas em função das práticas produtivas no campo por meio do crescimento das agroindústrias na região. O crescimento de atividades agrícolas desencadeia novas formas de urbanização e ordenamento espacial (ou a falta dele) nas pequenas e médias cidades no sudoeste goiano. Seria a urbanização como processo de construção da sociedade urbana, como sugere Lefebvre? Sim, sendo a sociedade urbana entendida no contexto de um processo que nasce da industrialização no campo ou na cidade, anunciado por ela como uma nova fase em constituição.

Ademais, a industrialização invade a realidade urbana anterior e a transforma, fazendo com que essa perca os traços que a caracterizavam: “totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecida, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais” (LEFEBVRE, 2002, p. 26). A industrialização faz concentrar na cidade um grande fluxo de pessoas, atividades, riquezas, coisas, objetos, instrumentos, meios, ideias, eventos e movimentos que transgridem a ordem anterior e apontam novos caminhos, novas formas de vida em espaço urbano e rural.

Nessas circunstâncias, Santos corrobora no sentido de descrever como o processo de implantação de infraestrutura e logística, condizente aos ditames da globalização da economia e dos interesses da modernidade capitaneadas pelo Estado, distribui ‘riqueza’ e ‘escassez’ por meio de práticas políticas e econômicas



que priorizam setores produtivos em detrimento de outras formas tradicionais de produção. Para ele:

Os novos objetos custam caro. Chamado a implantá-los, em nome da modernidade e das necessidades da globalização da economia, o poder público acaba aceitando uma ordem de prioridades que privilegia alguns poucos atores, relegando a um segundo plano todo o resto: empresas menores, instituições menos estruturadas, pessoas, agravando a problemática social. Assim, enquanto alguns atores, graças aos recursos públicos, encontram as condições de sua plena realização (fluidez, adequação às novas necessidades técnicas da produção) os demais, isto é, a maioria, não tem resposta adequada para suas necessidades essenciais. Há, desse modo, uma produção limitada de racionalidade, associada a uma produção ampla de escassez. (SANTOS, 1999, p. 245)

Por certo que tais disparidades sociais, políticas e de ordenamento do espaço que Lefebvre (2002) ressaltava se dão no movimento incessante que o urbano deve ser concebido, como lugar da expressão dos conflitos, dos enfrentamentos, como uma unidade das contradições, um vir a ser. O próximo capítulo traz reflexão acerca das diferentes formas de uso do espaço “do outro”. Ou seja, a usina como agente externo usa e apropria-se dos espaços urbano e rural maurilandenses como base material para seu desenvolvimento.

Todavia, numa dimensão local, entende-se que tudo isso vai criando outra situação: uso do espaço do ‘outro’, também na cidade, naquilo que interessa à usina como forma de apoio técnico, logístico e ampliação dos negócios e expansão das atividades, numa área de influência para além do uso e apropriação do espaço rural.

## **CAPÍTULO IV**

### **USANDO O ESPAÇO “DO OUTRO” – A USINA NO RURAL E NO URBANO, NO CAMPO E NA CIDADE**

Os espaços são os mesmos e são outros; mudam. Tal como as sociedades, os territórios têm também a sua história. Os sertões “cercavam” e agora “recuam” e são as cidades as que, de longe e de perto, cercam o campo, os territórios “da roça”.

[...] Os seres nativos ou incorporados a territórios no intervalo entre a roça e o sertão, refugiam-se, fogem. Escapam da luz, do progresso, escondem-se onde ainda é como sempre precisa ser para que eles prossigam existindo. Desaparecem, não de todos os lugares, mas daqueles onde a chegada dos recursos “de fora” impede a existência de seres tão “de dentro”.

Carlos Rodrigues Brandão (2009)

Ao tempo em que não é possível desconsiderar as intensas transformações ocorridas nas relações entre o campo e a cidade derivadas dos processos de globalização, industrialização, urbanização e, mais recentemente, da reestruturação produtiva, não é adequado adotar uma visão homogeneizadora, sob o risco de não se entender a realidade nas suas múltiplas dimensões.

Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol (2013)

#### **4.1 TEMPORALIDADES ESPACIAIS DA CIDADE, DA USINA E “DOS OUTROS”**

Como compreender processos construídos em espaços com normas e dinâmicas diferenciadas em tempos díspares? A lógica do capital diverge da lógica produtiva e sociocultural do cotidiano de pequenas comunidades urbanas e rurais. São tempos diferentes que agem no mesmo lugar com variantes (e variáveis) que não são semelhantes e pouco convergentes.

Exemplo disso são os lucros e rentabilidade obtidos pela monocultura canavieira num tempo rápido, distinto dos camponeses vizinhos ou dos empregos nas usinas; tempos e tipos de uso das terras (venda compulsória de terras,

arrendamento, agregação de terras férteis para plantio da cana, especulação imobiliária, estrutura agrária) com maquinário de alta tecnologia; tempo de cultivo-colheita-consumo da agroindústria contrapondo o tempo lento dependente da natureza em que vivem agricultores e camponeses locais, ainda hoje (2014), diferenciados no uso de insumos e implementos agrícolas.

Tem-se, então, o tempo rápido e o tempo lento. O primeiro remete às cidades com rápidas transformações espaciais e sociais; à efemeridade e à fluidez; à renovação constante do processo de produção e reprodução, bem como à infinidade de coisas que surgem ininterruptamente. O segundo, por sua vez, é o tempo lento no rural que marca as mudanças na lógica territorial de forma mais íntima com a natureza, pouco fugaz; transformações vistas e sentidas de forma mais suave, mesmo estando lá são pouco perceptíveis (BAGLI, 2010).

O tempo marca as mudanças (rápidas ou lentas), mas, de maneira semelhante se faz presente nos modos de vida e na forma de apropriação dos sujeitos desses espaços, rural ou urbano. Bagli (2010, p. 83) reforça esse sentido lembrando que “se há diferencialidades nas expressões e percepções das escalas de mudanças, se o tempo é sentido e percebido de maneira diferenciada, as pessoas que habitam esses espaços constroem modos de vida dessemelhantes”.

Marcadas as mudanças referentes ao tempo e os modos de apreensão das temporalidades, outros elementos, também, estão presentes nessa análise, como: as relações patronais, de vizinhança, cooperativa e comunitária, além das existências familiares e sociais dos diferentes atores. Mas, de modo nenhum estão isentos do tempo imposto pelo capital agroindustrial e pela técnica no espaço de produção. Nessa perspectiva, é justo dizer:

Nesse mundo rural assim domesticado, implanta-se um império do tempo medido, em que novas regularidades são buscadas. Muitas delas só se tornam possíveis quando tem êxito a vontade de se subtrair às leis naturais. O respeito tradicional às condições naturais cede lugar, em proporções diversas, segundo os produtos e as regiões, a um novo calendário agrícola baseado na ciência, na técnica e no conhecimento. (SANTOS, 1999, p. 243)

Na esteira do desenvolvimento e do tempo das usinas sucroalcooleiras, a ordem é avançar, alcançar espaços “ociosos” ou não, agregar elementos humanos e materiais aos fluxos e fixos mantidos pelo capital e pela alta tecnologia. Estes

solapam e desintegram sistemas produtivos e modos de vida que vão se perdendo em meio às paisagens pouco humanas e ‘não doces’ da cana.

As cidades têm seu tempo de ‘evolução natural’ corrompido pela pressa do capital nas atividades que explicam sua demanda por novos espaços e serviços que se metamorfoseiam em meio às temporalidades do capital. Santos (1999, p. 51) adverte: “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”.

E os “outros”, cidadãos urbanos, camponeses e trabalhadores rurais, despossuídos da terra buscam se inserir em novos arranjos produtivos no campo e na cidade. Essa também abriga esses ex-camponeses em tarefas tipicamente urbanas, mal pagas e excludentes. Esses sujeitos não são da cidade, mas também não estão no campo; vivem em espaço que não se tornou *lugar* para eles (um *não lugar* ou lugar atemporal?) num tempo das máquinas no campo, dos processos rápidos na cidade.

Este fato aumenta, sobremaneira, os problemas urbanos de desemprego estrutural e funcional. As pequenas cidades não possuem oferta de trabalho suficiente para a população periférica da cidade que carece de qualificação para ser inserida no tempo rápido do capital globalizado, quanto mais para os migrantes do campo.

Em processos socioespaciais tradicionais (no sentido de antigos, distantes das técnicas modernas de produção) as comunidades urbanas e rurais tinham seu próprio tempo, formas e relações sociais num modo de vida que lhes assegurava a reprodução social. Cada grupo social tem em comum um estoque de técnicas de produção e de procedimentos de regulação e procriação social que assegura a sobrevivência familiar e do grupo; o corpo social, frequentemente, adere aos mesmos valores, símbolos e imagens elaboradas e mediatizadas pelo meio, sendo no campo ou na cidade.

É assim que o lugar rural é marcado, como modo de vida específico do campo, aliado ao tempo lento das elaborações socioculturais, também abrangendo a cidade – rural que, semelhantemente, possui seu tempo e modo de vida diferenciado em relação a outros centros urbanos. Daí ser o espaço rural ou urbano o ambiente próximo (primeiro) que descortina a rede de significados, representações, memórias

e imagens que tecem a complexidade cultural do mundo vivido dos sujeitos oriundos desse contexto relacional e socioespacial.

De modo algum se está livre das contradições que a dinâmica socioespacial impõe aos lugares. Até mesmo porque “nossos mundos são realmente segmentados”, como lembra Tuan (1984), “pleno de continuidades e descontinuidades” (MELLO, 2000, p. 2). Garimpando sentimentos, sensações, ideias, sonhos, fantasias que as pessoas e os grupos sociais fazem deste ou daquele lugar no contexto em que vivem e/ou do que se lembram do seu espaço, tem-se sua representação. Lembrando que a memória “real” é aquela que mostra as contradições inerentes ao lugar e outras que vêm de fora, alijadas da realidade social local.

Na dimensão econômica e espacial (capitalista e pós – moderna) os lugares constituídos ou ocupados por atores sintagmáticos do ‘sistema mundo’ são regidos por organismos que apropriam e ‘usam’ os lugares como espacialidades (características geográficas) no meio de tramas (espaços) e nós (lugares) numa rede (território) sem sentido e sem sentimentos de pertença, com objetivos pragmáticos e imediatistas.

Não seria por esses motivos que Tuan (1983, p. 6) salienta acerca dos medos, insegurança e vicissitudes desconhecidas que o espaço maior (ou forças maiores) e não explorado pode trazer às pessoas? “A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa”.

Por outro lado, Tuan (2003) também ensina a pensar o espaço como algo em movimento, então o lugar seria a pausa; sendo assim, cada pausa no movimento ter-se-ia a possibilidade de um novo rearranjo (acomodação) socioespacial, tornando possível que localização se transforme em lugar no seu tempo próprio.

Tem-se, como ator análogo no discurso sobre o movimento, espaço e tempo, o evento (SANTOS, 1999), sendo esse um veículo que aponta possibilidades. O mundo é um conjunto expressivo de inúmeras alternativas, que pode ou não serem concretizadas. A atuação do homem pode ou não materializá-las dentro de um espaço específico. O lugar é o depositário final do evento. Esses também podem ser identificados como trajetos que as possibilidades produzem até se instalarem em uma determinada organização espacial.

Consequentemente, o evento trabalha com o tempo e o espaço, em escalas geográficas diferentes. Constituem os criadores do tempo, definidos em espaços específicos. Observa-se, contudo, que evento e ação se dão conjuntamente, além do primeiro ser, também, ideias e não apenas fatos (SANTOS, 1999). Esse autor faz uma constatação importante:

Muda o mundo e, ao mesmo tempo, mudam os lugares. Os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento. O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente. (SANTOS, 2008, p. 158)

Os eventos adaptam-se através de escalas diferentes, definindo parâmetros de formação territorial no espaço. Os arranjos dos eventos em escalas distintas constituem os formadores das territorialidades, que se transformam como resultado da disputa pelo espaço e o respectivo controle do poder.

Como exemplo, diz-se das territorialidades da cana impostas pelo capital sucroalcooleiro no evento da expansão da cana-de-açúcar, denotando o lugar como resultado final do evento, muitas vezes, iniciado em outra esfera espacial e temporal. Esses elementos perpassam pelo espaço social do homem, formas e modos produtivos, contexto socioeconômico, condições naturais e pelas técnicas (de produção, transporte, comunicação entre outros).

Acredita-se que são aspectos que podem contribuir para compreensão do mundo – espaço – lugar vivido do homem e dos grupos sociais, e não o contrário. Isso porque as temporalidades se fundamentam nas necessidades e nas limitações do espaço vivido (BAGLI, 2010). Paradoxalmente, o que se vê nos espaços territorializados pela cana é a usina capitalizando sobre os bens e serviços da cidade e do campo.

E o que se dá nesse processo? A agroindústria se nutre dos meios e modos de vida do lugar, se apropriando do campo e da cidade, em seu próprio tempo, os quais se tornam reféns do capital sucroalcooleiro, no caso de muitas cidades rurais no sudoeste goiano.

Em face oposta (e contrariamente igual) faz-se emergir o aspecto do espaço praticado, uma construção relacional e de envolvimento (i)material. Se o tempo se revela como mudança, então o espaço se revela como interação. Neste sentido, o espaço é a dimensão social, não no sentido da sociabilidade exclusivamente

humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade (MASSEY, 2009, p. 97-98).

Acredita-se que esta multiplicidade, da qual fala a autora, contenha a cultura e os elementos formadores dos modos de vida de grupos sociais num dado contexto espacial e temporal. Lembrando que nem toda mudança é apropriada na velocidade de seu movimento, haja vista existirem, conjuntamente, tempos descompassados, dissonantes, não sincrônicos, conforme Bagli (2010).

O tempo, principalmente nas comunidades rurais e em boa parte da sociedade urbana da cidade rural (Maurilândia/GO), ainda marca, em alguns aspectos, a lentidão da vida e das relações sociais, apesar de outros elementos (alienígenas? externos, urbanizados e globalizados) interferirem em pequena ou grande escala nesse tempo de vida e convívio social. Notadamente, o cotidiano familiar e social, o processo produtivo, aliado ao tempo de plantio, colheita e descanso da terra, denota esse ‘tempo lento’ (e duradouro) das relações sociais e de trabalho e das trocas culturais específicas de cada lugar.

É importante salientar que a técnica e a tecnologia rural ainda são pouco empregadas nas comunidades em que o trabalho braçal e o uso de pequenas máquinas norteiam os modos produtivos locais, processo bastante diferenciado das agroindústrias da região. Carlos (2007, p. 42) pondera: “com isso, reproduz-se uma realidade imposta através da “utopia da tecnologia” que tende a programar e a simular o futuro para continuar realizando a acumulação”.

Contudo, mesmo fazendo uso da mecanização agrícola e com certo grau de ‘conforto’, a partir da utilização de bens/produtos típicos da vida urbana, alguns espaços rurais ainda ‘guardam’ e ‘vivem’ lógicas de trabalho e relações socioespaciais vinculadas ao lugar, ao campo, ao ser e fazer típico do modo de vida rural tradicional.

Pode ser que esse construto socioespacial guardado nos lugares seja rugosidades que os tempos modernos vão, paulatinamente, sobrepondo e substituindo. Isto porque “em cada lugar o tempo atual se defronta com o tempo passado, cristalizado em formas. Para o tempo atual, os restos do passado constituem aquela espécie de “escravidão das circunstâncias anteriores”” (SANTOS, 1999, p. 113). É possível, também, que as rugosidades como formas e conteúdos construídos no passado permaneçam nos recônditos dos lugares no contexto das

transformações, supressões, superposições trazidas pela modernidade na cidade e no campo.

As visitas, empreendidas na área de estudo, os encontros, as trocas, as conversas ‘dizem’ muito acerca desses sujeitos rurais e rurícolas urbanos. ‘Sua’ fala lenta e compassada, a forma aguerrida de trabalho, mesmo em meio a intempéries, disponibilidade em falar sobre tempos já idos do seu lugar e a disposição para a *labuta* diária desvendam esses sujeitos. Os retratos antigos ainda nas paredes ‘dizem’ que o lugar fora antes dos pais e/ou dos avós e contam sobre tempos idos num mesmo espaço de vida.

O apreço pela terra, pelos animais, pela vegetação original das matas de reserva e ciliares, pela plantação (policultura de subsistência e comercial em pequena escala) aparece quando se enfoca a ‘invasão da cana’ que chega até os quintais das casas, desterritorializando as famílias camponesas de sua vida cotidiana. Sentimentos de abandono, de fragilidade, de perda são demonstrados com certo grau de revolta e pesar pela fragilidade em contrapor a forte (e rica) tecnologia produtiva da agroindústria sucroalcooleira. Essa avança rapidamente para dentro dos lugares rurais, chega às porteiras de forma ameaçadora e voraz. Da mesma maneira, cria novos modelos de produção e de relações nas cidades próximas ao seu raio de abrangência.

O ‘consumo’ do espaço e dos lugares pelas usinas ‘territorializam’, via capital e tecnologia agrícola, os espaços de vivência da família, dos vizinhos, da horta, dos animais, transformando o espaço rural num “mar de cana” e as cidades transmutadas em seus conteúdos para um tempo e lógica produtiva, distinta de seu estado original. O campo se transforma em imensas paisagens homogêneas em tons de verde ou secos pós-colheita e, ainda, em enormes áreas queimadas (situação comum em “tempos de seca” nos canaviais). Nem de longe lembram o espaço rural – da casa, do lar, do quintal, do rego d’água – das fazendas de antes, em outros tempos no mesmo espaço!

O espaço urbano em ‘transe’, ávido por mudanças, acolhe elementos de fora que alteram a rotina do lugar, inserindo outro ritmo sobre símbolos e signos da modernidade. O relógio no comando do tempo dos indivíduos, da fábrica, do comércio, das instituições públicas, do descanso, do consumo, da comunicação, da produção, das relações sociais. Enfim, a hora mecânica passou a sincronizar a vida cotidiana do mundo urbano moderno e capitalista (OLIVEIRA NETO, 2005).



Não é demasiadamente tarde lembrar que “desde os primórdios do modo capitalista de produção, as cidades sempre desempenharam papel fundamental no aperfeiçoamento e desenvolvimento das forças produtivas”, ressalta Oliveira Neto (2010, p. 207). No entanto, parece que a mesma lógica se repete em tempos hodiernos em que a *cidade campo* se reestrutura em função do campo moderno, mecanizado e altamente tecnificado.

Esses mecanismos de gestão do tempo, das coisas e das pessoas pelos agentes do capital agroindustrial nas cidades rurais como Maurilândia, de forma contrária, tenta afastar a população de seus antigos padrões de vida campestre e os induz a vivenciar outra realidade, mais próxima daquela vivida por populações de regiões já urbanizadas.

Deveras, Lefebvre (1991) já postulava tal analogia em que o tecido urbano cresce, prolifera, estende-se a tal ponto que corrói os resíduos da vida agrária, das manifestações que predominam a cidade sobre o campo. De forma paralela, existe, a seu modo, a ação social dos sujeitos, rural ou urbano, que representa importante função na construção dos tempos, pois:

A construção de diferentes temporalidades se realiza sobre as múltiplas formas de inserção social. As perversidades do modo de produção excluem e promovem, contraditoriamente, formas de inserção desconectadas da lógica produtiva. Temporalidades que se apresentam como permanências ou resistências. (BAGLI, 2010, p. 84)

Muitas vezes, identifica-se a sensação de fragilidade e desprezo na fala dos sujeitos que vivem na cidade e no campo mediante a busca inglória por alternativas em meio às dificuldades de convivência com as usinas e seu modo monocultor de produção. São sujeitos classificados no I Grupo da tipologia apresentada no início desse estudo, caracterizados como sujeitos do/no lugar, que preferem continuar lutando e resistindo ante a hegemonia do capital sobre seu lugar de vida e reprodução social.

E, assim, “efetiva-se, lentamente, um processo de mudanças, conjugadas a permanências de formas e conteúdos, nas cidades e no espaço rural, manifestando-se e concretizando-se diferentemente no tempo e no espaço geográfico” (SAQUET, 2010, p. 181).

Tem-se no espaço rural os ‘tempos lentos’ de vida, de convívio e de reprodução social, aliado aos tempos de plantio, colheita e descanso da terra com o

tempo das relações sociais e de trabalho mais duradouras. Tais completam a tríade do campo tradicional: vida – natureza – trabalho. Ao contrário, o espaço urbano ampara-se numa lógica própria de tempo e de produção. No campo, mesmo fazendo uso dos aparatos técnicos advindos da mecanização agrícola e com certo ‘conforto’ trazido da cidade, os espaços rurais ainda ‘guardam’ e ‘vivem’ formas de trabalho e relações socioespaciais relacionadas ao lugar, ao campo, ao ser e fazer no tempo rural.

## 4.2 AGRONEGÓCIO E DESRURALIZAÇÃO: TENDÊNCIA OU REALIDADE?

No esforço de analisar a inconsistente transição do ‘ser fazendeiro’ (ou proprietário rural/camponês) para o ‘ser rentista’ e/ou parceiro da agroindústria canavieira (produtor de matéria-prima, a cana-de-açúcar) nos diferentes arranjos de relação com a terra, bem como na inserção do agronegócio no espaço de vida dos sujeitos rurais serão realizadas as ponderações que se seguem.

As pessoas, sujeitos locais, continuam sendo o foco das discussões que ora se propõe sob a égide da industrialização do campo. Esse, visto como processo contraditório e desigual de desenvolvimento da agricultura, promove tendências (e/ou realidades) de industrialização e desruralização do campo. Mesmo em meio a insurgentes territorialidades rurais, o campo, em tempos hodiernos, mais agrícola que rural, dá o tom dessas modificações espaciais e sociais operacionalizadas via agroindústria sucroalcooleira em escala local e regional.

Abre, assim, a possibilidade de analisar a desruralização como processo cambiante nas relações socioprodutivas, que ora se vivencia, diante da mutação do espaço rural. Duas argumentações sustentam essa discussão que tem como pano de fundo a existência, ainda, de um mundo rural e não tão agrícola embebido de cultura e nostalgia, marcado na memória de muitos sujeitos do campo e também da cidade como primeira consideração. Simultaneamente, a segunda contribuição estaria no mundo moderno da técnica, das rápidas transformações espaciais – do

global ao local – dos mecanismos de compressão do tempo e o ‘desmonte’ dos lugares, das territorialidades camponesas.

A primeira expõe a sensibilidade do autor em dar voz à memória dele e também dos outros, em que a ruralidade e o ‘mundo rural’ são primícias na lembrança de quem experienciou, de alguma forma, este tempo:

Frequentemente recordamo-nos, com reminiscência, do tempo em que as relações sociais de produção do espaço eram fundamentadas nas possibilidades concretas das realidades dos lugares. Era um tempo das permanências históricas. Era de imperiosidade do tempo lento. Dos valores de uso. Tempo em que apenas a dimensão natural possuía efeito globalizante. As técnicas eram produzidas a partir das territorialidades específicas e, assim, instalavam-se nos territórios. (EDUARDO, 2010, p. 181)

É o retrato de um tempo, num espaço, num lugar. Os contornos de territorialidades baseadas em modos de vida e produção específicos de vínculo com a natureza, com a terra. Certamente o quadro que se pinta é de um espaço rural nos moldes tradicionais. As características da ruralidade estão expressas como desenho territorial e de prática social.

Machado (1998, p. 28) segue esse ritmo trazendo para a discussão um olhar a partir do lugar do qual se fala, o campo com seus encantos e contrastes:

O cotidiano desse mundo rural, marcado pela solidão do campo - no qual a vida familiar se confunde com as relações sociais de produção, em que homens e mulheres se empenham em tarefas diárias que começam com a luz do dia e terminam pelo ofuscamento da noite; em que a criança se educa integrando-se às atividades de trabalho indispensáveis à sobrevivência do grupo; em que a fé sustenta a crença em um mundo melhor, regulando e reproduzindo a moral e os costumes; no qual as estradas são de difícil acesso e a convivência é limitada à região em que se mora e a ida à cidade é quase uma aventura - se reabastece e se reproduz graças à solidariedade dos vizinhos e amigos que trocam jornadas e tarefas de trabalho, que festejam dias e momentos significativos em suas vidas e choram e se consolam nas tragédias. Este não é um mundo idealizado, é um mundo de muitas dificuldades, marcado pelo trabalho e as incertezas, de poucas técnicas e baixa produtividade. É também um mundo ou um tempo transcorrido, transformado pelos financiamentos governamentais; pelas inovações tecnológicas; pelos equipamentos e máquinas agrícolas sofisticadas; pelas estradas construídas e asfaltadas; pelas super safras; pelas terras despossuídas ou ampliadas; pela impossibilidade para alguns de sobreviver na terra; pelas novas relações comerciais estabelecidas com o mercado; pelas novas relações de trabalho, assim como por novos atores sociais; pelo desemprego ou emprego sazonal; pelas novas formas de pensar e agir surgidas em decorrência de tudo isso. (grifo nosso)

Com fundamento entretecido no lugar de vida e de memória narrado pela autora é que se explica e se entende o sentido do termo ruralidade, que ora se utiliza. Esse possui caráter de permanência rural no contexto social, cultural, produtivo e de reprodução da vida. Entretanto, interessa discutir sobre a desruralização, seu opositor, que se concretiza como ato ou efeito de tirar ou perder o caráter rural, também delineado pela autora na segunda parte da citação. A desruralização é a descaracterização da vida no campo, geralmente com despovoamento e perda de importância do setor agrícola tradicional.

O campo brasileiro estaria com indícios de desruralização? Ou então, os arranjos territoriais da produção industrial no campo o têm desruralizado? Ao contrário de outros momentos históricos em que a ruralização era vivenciada pelo forte apelo ao campo, dependência e relações de produção camponesas em épocas passadas, o que se tem visto, além do processo análogo de urbanização, é o esvaziamento do campo e a diminuição paulatina da cultura rural. Parece a especialização dos novos tempos da globalização e a constante inserção do 'novo' no modo de produzir, de compra e venda, de reprodução social e cultural capitaneadas pelo desenvolvimento do capital monopolista no campo. Nesse rumo, o que se pretende é apagar uma história camponesa, recontá-la, recriá-la sob novas formas?

Em realidade, não se pode negar que se assiste à possibilidade de cumprimento da profecia que apregoava a vertente dos estudos agrários em que se entendia estar o campo já inserido e “desenvolvendo sob o ponto de vista capitalista e que os camponeses, inevitavelmente, irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extinguiria”, explica Oliveira (2004, p. 34).

Acredita-se que seus defensores não possam ser acusados de pessimistas, de forma antagônica, suas análises se tornam cada vez mais reais diante das transformações vivenciadas em espaço rural brasileiro. Bastam algumas incursões em campo para perceber essa realidade, principalmente em região de concentração da monocultura e da agroindústria (atualmente convergente para Região Centro-Sul do país).

Oliveira (2004) acrescenta, ainda, que nessa perspectiva, muitos camponeses, ao tentarem produzir para o mercado, acabariam indo à falência e perderiam suas terras para os bancos ou teriam que vendê-las para saldar suas

dívidas (Kautsky, Lenin, Huberman, Goodman, Sorj, Caio Prado Jr., Maria I. P. de Queiroz, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga, entre outros). Fato esse comprovado em campo e explicitado em depoimentos anteriores na área da pesquisa.

No momento, não importa advogar em defesa desta ou de outra postura teórica, contudo, há que se analisar desafios apresentados ao campo brasileiro no século XXI. Para ilustrar a discussão, segue parte da análise de José Graziano da Silva (1991, p. 12) sobre a agricultura tradicional como resíduo e a possível desruralização do campo por associação de vários elementos além desses citados pelo autor:

O livro de Goodman, Sorj e Wilkinson [...] é talvez o corpo mais elaborado dessa visão da agricultura como resíduo. A agricultura, para esses autores, é constituída somente pelas atividades que implicavam num processo natural de produção, o qual não pode ser transformado em produção industrial. [...]. A agricultura é tudo aquilo que ainda não virou indústria. Para os autores citados, “a chave para compreender o seu caráter único” está no fato de que “a agricultura confronta o capital com um processo de produção natural”.

Apresentada outra perspectiva, para não cair no precipício da unilateralidade e nem apressar definições e posturas teóricas, tem-se estudos que afirmam haver, numa agricultura capitalista, a permanência do campesinato. Para Oliveira (2004, p. 35-36), “os camponeses, em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuar sendo camponeses” e ainda “ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança, reproduzindo relações especificamente capitalistas, o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção”.

Não teriam sido estes, também, alguns resultados encontrados em campo durante a realização desse estudo? Sim. Essa situação retrata bem alguns sujeitos rurais identificados nos Grupos I e II da tipologia apresentada no primeiro capítulo: Sujeitos do/no Lugar e os Sujeitos Temporários do Lugar na realidade pesquisada.

Como Oliveira, partilha dessa opinião estudiosos do tema como Rosa Luxemburgo, Teodor Shanin, José S. Martins, Margarida M. Moura, José V. T. da Silva, Carlos R. Brandão, Alfredo Wagner, Ellen Woortmann, Regina Sader só para citar alguns. São pesquisadores que buscam compreender, na lógica contrária, as transformações que ocorrem no campo.

Na defesa dessa vertente teórica na história do campesinato no Brasil, Martins (1981) ressalta a característica peculiar do camponês brasileiro – ser um migrante, itinerante e um desenraizado. Contudo, ainda é na posse da terra que este camponês concretiza seu modo de vida e reprodução social, por isso sua mobilidade ‘errante’ em busca de terra para uso, apropriação e trabalho. Em tempo, corroborando com Martins, Bernardo Mançano (2004, p. 51) afirma:

O processo de criação e recriação do campesinato tem contado com participação dos trabalhadores desempregados de origem urbana. As ocupações, o avanço e o refluxo do MST, as conquistas e as derrotas dos movimentos camponeses, o crescimento da participação das famílias de origem urbana na luta pela terra, todas essas realidades são indicadores da resistência, gerando conflitualidades à procura de solução, de negociação, de terra, trabalho e dignidade.

Como tal, a forma de “recampenização” que se verifica possui características de conflitos, ambiguidades e contradições pelo fato do camponês estar subordinado à lógica capitalista. Nesse sentido, importa esclarecer que

estamos diante do processo de recriação do campesinato. É necessário advertir que esse entendimento não implica em ignorar as condições mais amplas, próprias de um tempo marcado pela hegemonia do capital. Antes, essa compreensão deriva da premissa de que esse modo de produção é essencialmente contraditório, e é no bojo dessas contradições que se verifica a recriação dessa classe. (PAULINO, 2006, p. 23, grifos nossos)

A recriação do campesinato ou a *recampenização*, conforme a autora, poderia ser a tábua de salvação no processo de *desruralização* ilustrada anteriormente? Não importando os termos que melhor se adequem às realidades no campo brasileiro, o que urge é perceber esse amálgama de ações e objetos e os mecanismos que podem contribuir com uma possível finitude, transformação e/ou ressurgimento do campo.

É sabido que a economia de mercado criou novas necessidades também para o homem do campo. Algumas delas foram facultativas, podendo o camponês adaptar-se ou não; outras foram imperativas, não deixando possibilidades de escolha, o que alterou fortemente a cultura e o modo de vida. Esse, numa singularidade manifesta pela experiência da reprodução com controle sobre o trabalho, o tempo e os meios de produção numa suposta autonomia da lógica capitalista dominante (PAULINO, 2006).

São inovações que se fazem presentes no campo em função da infraestrutura do agronegócio e das monoculturas que alimentam a agroindústria que, por sua vez, mantém o mercado mundializado. Esse processo assenta-se em modelos de integração de atividades em que a agricultura se liga fortemente à indústria, inicialmente através de integração vertical e posteriormente horizontal. Criam-se sistemas produtivos de bases agroindustriais cada vez mais complexos, sofisticados, com alta tecnologia, alavancando e consolidando o que se denomina de agronegócio (CASTRO, 2010 citando KAGEYAMA, 1990).

Percebe-se que a inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio deriva do seu papel no interior da lógica contraposta do desenvolvimento do capitalismo mundializado/globalizado. Por conta desse raciocínio, se exporta para importar e se importa para exportar, um ditame mundial tendo o nacional subordinado a ele. Essa reflexão incorpora na desruralização do campo a ideia do avanço do *agribusiness*.

Seriam contradições que se complementariam gerando um cenário de letargia e morte para o camponês e seus territórios rurais? Decerto, não seria imprudente unir a voz do campo à triste e saudosista afirmação de Raymond Williams (2011, p. 24): *"I see the rural virtues leave the land"*.

De modo particular, nesse estudo como proposta cabe, ainda, fundamentação teórica e metodológica, embora, em campo não seja tão difícil ver fases do processo de desruralização acontecendo com forte tendência de concretização na dimensão socioespacial, da micro à macro escala.

Como possível confirmação teórica e empírica tem-se os eventos já delineados, identificados em campo: mecanização agrícola, monocultura em grande escala, desemprego e migração campo cidade, expropriação, novos arranjos territoriais gerando processos de venda e arrendamento compulsório da terra, diminuição da cultura alimentícia em favor das *commodities* visando o mercado externo, modificações do cotidiano rural e dos modos de vida do homem do campo, do camponês.

A política econômica adotada pelo Estado brasileiro privilegia setores do agronegócio, colocando o país numa situação extremamente vulnerável. Esse panorama tende a se agravar, principalmente diante do atual cenário de crise no setor de alimentos. Para Gonçalves (2009), no plano comercial, este posicionamento deixa o Brasil cada vez mais dependente das *commodities*, o que significa um

equivoco, pois mostra que está direcionado fundamentalmente no acesso a mercado de produtos de origem agrícola, reforçando a fala anterior.

Segundo Gonçalves (2009), este contexto é extremamente prejudicial ao país, pois está levando a reprimarização das exportações, tornando a nação mais frágil, já que em uma crise, o preço das *commodities* despenca. “Na prática, tal postura representa a perpetuação do mecanismo de endividamento externo, pois ao mesmo tempo em que o país exporta determinados produtos, principalmente *commodities*, está obrigado a importar outros” (OLIVEIRA, 2003, p. 122), normalmente de maior valor agregado.

Outra conquista do agronegócio está na capacidade de diversificar suas atividades. Nesse espectro, o grupo que comanda a Usina Vale Verdão S/A é inovador na região. O Grupo Agromem, de José Ribeiro Mendonça, cuja sede fica em Orlândia, Estado de São Paulo, tem suas atividades ligadas, principalmente, ao setor de produção de sementes de milho, com uma política de diversificação<sup>32</sup> em vários segmentos produtivos do âmbito rural (LUNAS, 2010) na região do sudoeste goiano.

As políticas públicas de apoio ao setor sucroalcooleiro e o crescimento das monoculturas têm feito ascender o possível processo de desruralização e avanço do agronegócio. Ademais, é impossível reconstruir o espaço físico e imaterial, primeiro de reprodução social, com valores culturais e simbólicos neles contidos. É necessário um grande esforço para que, através da memória do lugar e das lembranças, se reconstrua o passado no presente, mesmo fora do lugar. Os grandes projetos e empresas rurais são marcas espaciais que afligem por sua exuberância alocações espaciais determinantes onde, há pouco, não existiam, e coloca a capacidade cognitiva e sensibilidade humana à prova.

Difícil é compreender empreendimentos como as empresas do setor agrícola, tendo em vista os fragmentos, as sombras, as modelagens, as pequenas (e

---

<sup>32</sup> Além dos empreendimentos já citados, o grupo também dirige outras empresas, como: Agromem Agropecuária, Agromem Máquinas Agrícolas Ltda., Companhia Agrícola Baessa S/A, Comercial Agromem Máquinas Ltda., Condomínio Irmãos Mendonça, Fronteira S/A, Mendonça Agrícola S/A, Panorama Sementes Ltda., Pindorama S/A e Agropecuária entre Rios Ltda. Em Goiás, existe ainda, um setor de propriedade de José Ribeiro Mendonça na área de confinamento de bois no município de Maurilândia. Este empreendimento visa atender aos pecuaristas da região Sudoeste de Goiás. O confinamento tem capacidade para 14 mil cabeças de boi. Nele é utilizado ração composta por bagaço hidrolisado, melaço e levedura, subprodutos da usina do grupo, e ainda farelos de soja e milho triturados, produtos originários da Unidade de Beneficiamento de Sementes de Rio Verde (município do sudoeste goiano (LIMA, 2010).



grandes) ‘conspirações’ estabelecidas em laços de concordância e sincronismo, em níveis elevados da política e do poder hegemônico financeiro e industrial. São mecanismos e elementos menos voltados e engajados com os saberes e sujeitos locais, e bem próximos do uso e apropriação do espaço pelas vias do capital.

Deveras seja por estas contradições e desajustes do capital industrial no campo com tendência hegemônica e unilateral que se tenha permitido a formação de identidades rurais mais fortes, engajadas e conscientes de suas demandas e possibilidades. Reafirmações e permanências de sujeitos rurais (no campo e na cidade) que resistem e lutam, também foram citados nesse trabalho. Sendo o empírico a força propulsora que movimenta a teoria, contrariando outras perspectivas, tem-se o rural permanecendo na sociedade moderna, como um espaço específico e diferenciado, afirma Wanderley (2001, p. 3) e, ainda:

Quando estou falando de mundo rural, refiro-me a um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. Não estou, portanto, supondo a existência de qualquer universo isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução. Porém, considero que este mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba. Este mundo rural se move em um espaço específico, o espaço rural, entendido em sua dupla face.

Conforme a autora, uma das faces do espaço rural é resultado do espaço físico diferenciado por meio da construção social, ocupação territorial com formas de dominação que se materializa na posse da terra e dos recursos naturais. A outra, diz respeito ao lugar de vida onde se vive, as particularidades do modo de vida e referência “identitária” que se cria socialmente, além de ser o lugar pelo qual se vê (e se vive) o mundo. É a partir dessa visão de mundo que se vê o ‘eu’ – sujeito do lugar – onde suas raízes se fixam e se estabelecem mesmo contrárias ao interesse hegemônico.

Ao mesmo tempo em que se discute o agronegócio como mecanismo de desruralização, tem-se a permanência do rural e a ruralidade reforçada quando se leva em conta as representações. “[...] as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade” (WANDERLEY, 2001, p. 4).

E, ainda, são as diferenças que permeiam as territorialidades do espaço rural que irão fortalecer o plano das “identificações e das reivindicações na vida cotidiana”, de forma que o “rural” se torna um “ator coletivo”, constituído a partir de uma referência espacial e inserido num campo ampliado de trocas sociais. Isso porque os valores e as práticas sociais reforçam o sentimento de pertencimento a um lugar com identidade territorial.

Tendência ou realidade, o agronegócio é uma forma de produção em franca expansão. Sua marca social consiste em fragmentar espaços de vida e relações sociais já territorializadas. Entretanto, a tendência de um processo imperioso de desruralização se converte em revalorização do campo sob novas perspectivas e possibilidades, em escalas específicas. As comunidades rurais, via assentamento, parceria, por cooperativas, por movimentos de reconversão produtiva, associação de agricultores e agricultura familiar buscam a revalorização da identidade local como fator gerador de novas identidades (ou ruralidades) no campo e também na cidade.

Não obstante, mesmo diversificando as atividades econômicas, há o reconhecimento pela sociedade de que o espaço rural possui características suficientes que o diferenciam fortalecendo a memória social. Poder-se-ia afirmar: não houve, ainda, a homogeneização dos espaços rurais ou sua desruralização (por completo), sendo apropriado considerar que existem diferentes “ruralidades”<sup>33</sup> (ESPANHOL, 2013). Entender as novas configurações espaciais é compreender, também, a pulsação que se faz sentir no campo por meio de seus atores em suas construções territoriais.

E o que dizer dos trabalhadores da cana que sobrevivem mediante incertezas, dificuldades laborativas e baixos salários? Situação que se alia às condições precárias laborativas, muitas vezes de semiescravidão, exploração e expropriação do lugar e dos meios de vida no campo. Para Antunes e Alves (2004, p. 1) “O sistema de metabolismo, controlado pelo capital, tornou o trabalho ainda mais precarizado, por meio das formas de subemprego, desemprego, intensificando os níveis de exploração para aqueles que trabalham”. São as vias das condições de trabalho dos “empregados da cana” que seguirão a discussão.

---

<sup>33</sup> As formas de ruralidades (e urbanidades), no campo e na cidade, como sinais de permanências e de práticas sociais serão abordadas no Capítulo 5.

### 4.3 TRABALHADORES DA CANA: MIGRAÇÃO, EXPLORAÇÃO E EXPULSÃO



**Figura 11:** Quadros da vida (ou da morte) nos canaviais: trabalhadores da Cana.  
**Fonte:** CONSECAN (2012), elaborado pela autora.

Trabalhas sem alegria para um mundo caduco,  
 onde as formas e as ações não encerram nenhum exemplo.  
 Praticas laboriosamente os gestos universais,  
 sentes calor e frio, falta de dinheiro, fome e desejo sexual.

[...] Amas a noite pelo poder de aniquilamento que encerra  
 e sabes que, dormindo, os problemas te dispensam de morrer.  
 Mas o terrível despertar prova a existência da Grande Máquina  
 e te repõe, pequenino, em face de indecifráveis palmeiras.

[...] Coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua derrota  
 e adiar para outro século a felicidade coletiva.  
 Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta distribuição  
 porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan.  
 Carlos Drumond de Andrade (Elegia<sup>34</sup>, 1938)

<sup>34</sup> *Elegia* é um tipo de poesia de tom terno e triste. É comum em lamentações por perdas, tristezas e falecimentos. Vale ressaltar que na elegia também há digressões moralizantes destinadas a ajudar ouvintes ou leitores a suportar momentos difíceis. Diz-se, também, da reflexão poética sobre a morte. O ano de 1938 identifica-se com um período de grande desenvolvimento industrial e uma grave crise social e política, que teria como uma das suas decorrências a Segunda Guerra Mundial (SINVALDO JUNIOR, 2012).

O doce e triste poema desenha temas laborais, de sofrimentos e solidão do ser humano, de conflitos, da política, das fragilidades do mundo e dos homens comuns impotentes ante o sistema – mundo capitalista e brutal. São temas comuns facetados na poesia drummondiana. O autor detém seu olhar num mundo em que se prezam os conflitos (sobretudo com os quais não se aprende, mas se destrói). A automatização do homem e do trabalho, o cinismo, a indiferença, a hipocrisia. Cabe ao poeta, lírico e angustiadamente (dada a sua impotência), contar sobre este mundo, visto que não pode sozinho, modificá-lo — é o que se abstrai do poema “Elegia 1938”, de Carlos Drummond de Andrade.

Esses sentimentos podem, perfeitamente, aludir ao cotidiano de muitos trabalhadores rurais, camponeses (ou não) na difícil labuta no interior dos canaviais, como se enuncia nas imagens que antecede o poema. A impotência é explícita e inevitável diante do poder do capital do agronegócio. A “grande máquina” (o capitalismo) existe, é real, posto que invisível, impalpável, dificulta a luta com ela. O ser humano, pequenino, se confronta com o sistema mundo, grandioso.

Na representação do capitalismo pela agroindústria canvieira, os trabalhadores poderiam inquirir: Por que contribuir com um sistema que dá mais importância ao capital do que às pessoas? Por que nos conformar em fazer o que todos fazem (gestos universais / “coisificação” humana) se, mesmo dedicado (para ‘bater’ metas de produtividade), não se ganha nada em troca além do mísero salário? São questões levantadas pelo poema, cuja atualidade é espantosa. No campo ou na cidade, o discurso que contribui e corrobora com o verdadeiro intento do sistema e de seus criadores é cegar, desindividualizar o ser humano o máximo possível, porque assim é mais fácil enganar, manipular.

A hegemonia dos poderosos jamais aceitaria ser destituída dos seus privilégios em prol do outro, dos seus pares na dimensão do humano, até porque não aceita nem enxerga a alteridade do outro. Para Sinvaldo Júnior (2012) ressalta-se sobre o poema:

[...] escrito um ano antes do início da Segunda Guerra Mundial, em que poderosos ditavam e subordinados cumpriam, em que homens (cegos ou indiferentes) se conformavam com o *status quo* (mesmo que esse *status quo* os oprimissem, os robotizassem, os subjugassem, os matassem) — época que se assemelha ao contexto vigente (de servilismo, de pseudodemocracia, de guerras (injustificáveis), de ditadores (camuflados),

de falta de organização e cooperação entre indivíduos realmente individuais). Época, sobretudo e conseqüentemente, de frustrações, porque sozinho [...] não se pode — por mais que se queira — explodir Nova York, símbolo, ainda hoje, de poderio, do capitalismo, de dinheiro, de imperialismo, causas, mesmo que indiretas, de grandes males da humanidade.

Oxalá os “quadros da vida” e o cotidiano dos ‘trabalhadores da cana’, retratados pelas imagens e pelo discurso do poeta, pudessem ser audíveis e visíveis do “outro lado da linha”, para lembrar Boaventura Sousa Santos (2010). Sabe-se que o trabalho nos canaviais é aviltante e a expansão do cultivo da cana-de-açúcar tem provocado mudanças no mercado de trabalho.

O corte manual da cana está baseado em contrato por safra sem seguro desemprego. Os trabalhadores selecionados os são por critérios de habilidade, força e resistência física, em face do intenso ritmo de trabalho. São mecanismos processuais de externalidades do trabalho e do capital explicados por Thomaz Júnior (2004, p. 5):

[...] de um lado, as externalizações do trabalho (proletário urbano e/ou rural, camponês, arrendatário, posseiro, sem terra, desempregado); e por outro lado, as externalizações do capital (grande proprietários de terra, latifundiários, capitalistas), e ainda o Estado (representado pelos ministérios, secretarias, órgãos de inteligência e de fomento, etc.), tem-se os elementos centrais e conceitualmente estruturantes das formas geográficas. Assim, o trabalho diante das diferentes formas geográficas, quando territorializado numa determinada condição (ex: camponês), desterritorializado e assumindo outra identificação (ex: diarista e trabalho eventual), quando reterritorializa sua identidade em outro momento e sob outras condições (ocupações de terras públicas ou improdutivas), expressa, pois, estágios distintos da luta de classe, e níveis diferenciados de consciência de classe.

Por certo que o tripé *Trabalho – Capital – Estado* converge estratégias para o desenvolvimento das forças produtivas do agronegócio da cana, desfigurando os processos de te-des-reterritorialização (TDR) a que são submetidos trabalhadores rurais e urbanos. Apesar disso, os dados mostram que em vinte anos a produtividade no corte manual dobrou, sem que houvesse mudanças substanciais na forma de corte e nos instrumentos de trabalho (CONSEA, 2008). Não por acaso, as usinas procuram pôr em prática técnicas motivacionais para estimular a competição entre trabalhadores e aumentar a produtividade no trabalho.

Giovanni Alves (1999, p. 21) em estudo intitulado: *Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização*

*do homem que trabalha*<sup>35</sup>, destaca: “A “vida reduzida” produz homens imersos em atitudes (e comportamentos) “particularistas”, construídos (e incentivados) pelas instituições (e valores) sociais vigentes”. No mesmo sentido, o autor lembra que na adoção da remuneração flexível ligada ao plano de metas, o trabalhador assalariado torna-se “carrasco de si mesmo”. E, ainda:

A quebra da autoestima como pessoa humana e a “administração pelo medo” estilham a “personalidade autônoma” do trabalho vivo, “reconstruindo-se” uma individualidade pessoal mais susceptível às demandas sistêmicas do capital. A corrosão da “personalidade pessoal” leva à construção de “personalidades-simulacro”, tipos de personalidades mais particulares, imersas no particularismo estranhado de mercado. (ALVES, 1999, p. 12)

A existência social que surge desse novo metabolismo do trabalho reestruturado no capitalismo global contribui para o “estranhamento” e descontextualização do trabalhador na sociedade atual. Este trabalhador há muito tem se sido reduzido à sua força de trabalho vendida como mercadoria.

A “redução” da pessoa humana à força de trabalho como mercadoria por meio da redução do tempo de vida a tempo de trabalho estranhado é um dos elementos compositivos do novo metabolismo social do trabalho nas empresas reestruturadas. A colonização do tempo de vida pelo “mundo sistêmico” possui uma função orgânica no metabolismo social do capital: fragilizar a capacidade de resistência à voracidade do capital. (ALVES, 1999, p. 20-21)

No Brasil, o setor sucroalcooleiro emprega quase um milhão de trabalhadores, a maioria cortadores de cana, que ganham por produtividade competindo com processos de mecanização. Se na década de 1960 a produtividade do trabalho era, em média, de três toneladas de cana por dia de trabalho, nos anos 1980, a média de cana cortada por dia era de cinco a oito toneladas; nos anos 1990

<sup>35</sup> Giovanni Alves ao utilizar a expressão “homem que trabalha” faz referência a Lukács (1981). Esse autor salienta a cisão histórico-ontológica que constitui as individualidades pessoais de classe. No capitalismo, o trabalhador assalariado é, por um lado, força de trabalho como mercadoria; e por outro lado, ser humano-genérico (trabalho vivo, na medida em que o homem, na perspectiva ontológica, é um animal que se fez homem através do trabalho). Deste modo, a precarização do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo global, seria não apenas “precarização do trabalho” no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também, “precarização do homem que trabalha”, no sentido de desefetivação do homem como ser genérico. O que significa que o novo metabolismo social do trabalho implica não apenas em tratar de novas formas de consumo da força de trabalho como mercadoria, mas sim, novos modos de (des)constituição do ser genérico do homem. A nova redefinição categorial do conceito de precarização do trabalho contribuirá para expor novas dimensões das metamorfoses sociais do mundo do trabalho, salientando, nesse caso, a dimensão da barbárie social contida no processo de precarização do trabalho nas condições da crise estrutural do capital (1999, p. 2).

era de oito a dez; entre 2000 e 2004 era de dez a doze; de 2005 a 2008 uma média de catorze toneladas de cana era cortada por dia com o auxílio da prática de queimada (ALVES e NOVAES, 2009).

Cabe ressaltar que o pagamento dos trabalhadores é feito a partir da quantidade de cana cortada por dia de trabalho (produtividade pelo corte manual). Os motivos que levam as usinas a adotarem o pagamento por produção é o fato de o trabalhador obter seu ganho atrelado à força de trabalho despendido diariamente (NOVAES, 2007). A colheita de cana-de-açúcar gera empregos o ano todo nos canaviais. Porém, a mecanização do campo está diminuindo a empregabilidade nesse setor. Além disso, os boias-frias (cortadores de cana-de-açúcar) tiveram suas condições de trabalho pioradas, com salários baixos, sem direitos e com carga de trabalho árdua – até mesmo trabalho escravo.

Na argumentação de Fredo *et al.* (2008), a cada 1% de avanço na mecanização, 2700 postos de trabalho serão eliminados. Considerados os protocolos ambientais que preveem o fim da queimada da cana em 2015 e pelo ritmo que vem marcando a mecanização, não seria exagero afirmar que em menos de dez anos o problema social brasileiro deverá enfrentar um novo repique de pobreza com o ingresso de novos inimpregáveis.

A adoção da colheita mecanizada, mesmo para áreas tidas como não mecanizáveis em razão de forte declividade, indica que já se pode contar com avanços tecnológicos que podem ser empregados nesses terrenos. E, na medida em que se adota o uso dessas colheitadeiras, os custos envolvidos quando tomados em relação aos resultados obtidos são mais interessantes do que o emprego da colheita manual.

Como se sabe, o processo de incorporação tecnológica às atividades rurais, substituidor de mão de obra por equipamentos automatizados, é um processo contínuo, crescente e irreversível. São inevitáveis, então, as suspeitas de que a tecnologia é eliminadora dos empregos rurais, se não de sua totalidade, a desempregabilidade no campo tem sido cada vez maior. Oliveira (2001) aponta que a modernização tecnológica é fator central das mudanças em curso, inovações encontradas na velocidade dos mecanismos de comunicação, da informatização e da robótica.

São exemplos reais advindos das novas transformações mundiais que acarretam o chamado “desemprego tecnológico”, ou seja, as consequências do

desenvolvimento e adoção de tecnologias conduzindo a diminuição e até mesmo o desaparecimento de certas ocupações profissionais (como os parceiros, meeiros, empregados permanentes nas fazendas com produção agropecuária tradicional).

O fato de o Brasil possuir a fonte de produção de etanol mais barata do mundo tem atraído grupos investidores de toda parte. Isso tem impulsionado a expansão da área plantada com cana-de-açúcar para além das necessidades de abastecimento interno, levantando preocupações sobre qual é o cenário de crescimento da cana-de-açúcar que vem orientando as decisões dos gestores públicos.

O volume da produção da indústria sucroalcooleira na Região Centro-Oeste e no estado de Goiás demonstra números avultosos. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2011) no terceiro levantamento de Janeiro de 2011, obteve-se o seguinte quantitativo de produção:

**Tabela 12:** Produtos da Indústria Sucroalcooleira (Safrá 2010/2011).

REGIÃO/ESTADO	AÇÚCAR (1.000 t)	ETANOL TOTAL (Em 1.000 l)	ETANOL ANIDRO (Em 1.000 l)	ETANOL HIDRATADO (Em 1.000 l)
<b>CENTRO-OESTE</b>	3.780,50	5.657.316,10	1.352.693,00	4.304.623,00
<b>GOIÁS</b>	1.832,90	2.946.850,30	671.244,60	2.275.605,70

Fonte: CONAB (2011), elaborado pela autora.

Por certo que as estimativas de produção, na proporção crescente, ajudam a explicar o aumento de produtividade tendo a mecanização agrícola e o uso de alta tecnologia pela agroindústria como fatores correspondentes dessa evolução, contrapondo-se à contínua diminuição da mão de obra empregada no setor. As projeções da *Organization for Economic Co-Operation and Development* (OECD) e do *Food and Agricultural Policy Research Institute* (FAPRI) são coincidentes ao demonstrarem que o Brasil será um país-chave na determinação do futuro dos preços mundiais do açúcar, permanecendo como líder em produtividade e exportação do produto.

Segundo o FAPRI (2008), o Brasil deverá contar com um aumento da produção de açúcar de sete milhões de toneladas entre as safras colhidas em 2008/2009 até as safras de 2017/2018, atingindo um montante de 40,76 milhões de toneladas. O comércio de açúcar brasileiro deve aumentar em 20,6%. Esses ganhos



de produtividade e eficiência na produção de açúcar no Brasil se devem à mecanização por grande parte do setor produtivo (MAPA, 2009).

Por seu turno, as projeções do etanol, referentes à produção, consumo e exportação refletem grande dinamismo desse produto devido, especialmente, ao crescimento do consumo interno. A produção de etanol projetada para 2018/2019 é de 58,8 bilhões de litros, mais que o dobro da produção de 2007/2008. O consumo interno para 2018 está projetado em 50,0 bilhões de litros e as exportações em 8,8 bilhões. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2008) projeta para 2017 que 73,6% dos veículos vendidos no Brasil serão do tipo *flexfuel* (MAPA, 2009). Consequentemente, o etanol poderá vir a ser o novo combustível universal.

Os apelos do mercado, interno e externo, na produção de açúcar e álcool são constantes e exigem que os níveis de produção continuem crescendo a qualquer custo, seja ele tecnológico ou humano. Diante disso, tem-se como perspectiva e desafio a forma de conciliar alta produtividade no setor sucroalcooleiro sem prejuízo para o trabalhador rural.

Com base nos estudos de Fredo e Salles Filho (2012) sobre tecnologia x trabalho, a mecanização agrícola ao ser utilizada pelo produtor diminui o risco de acidentes de trabalho, aumenta a produtividade, diminui o tempo gasto na colheita, etc., tais aspectos estimulam a adoção de máquinas e, consequentemente, eliminam postos de trabalho.

Porém, o que de fato compromete a empregabilidade rural são questões inerentes ao próprio sistema de emprego e ao sistema produtivo. O processo de substituição manual pelo maquinário deveria ser acompanhado de programas de requalificação e realocação da mão de obra, apoiados e sustentados tanto pelo sistema público quanto pelo privado; mesmo quando isso ocorre, ainda há sobreposição de ações e também necessidade de maior aderência às necessidades dos trabalhadores para se realocarem em novos empregos. (FREDO E SALLES FILHO, 2012, p. 11)

Com a mecanização da colheita da cana, problemas envolvendo a mão-de-obra ocupada no setor canavieiro não se limitarão à diminuição de vagas e à falta de assistência pública e privada em programas de realocação e qualificação do trabalhador. Ante um contingente agigantado de inimpregáveis, a lógica da exploração, que encontra na lavoura canavieira um campo fértil, a ponto de o segmento ser considerado um dos campeões em violações trabalhistas e humanas no Brasil, ganha mais alento na medida em que poderá contrapor a realidade do

desemprego à possibilidade de trabalhar por muito menos e com intensidade na exploração do trabalho que compense a substituição da máquina pelo homem.

Destaca-se que, se por um lado o corte mecanizado da cana-de-açúcar requer que esta esteja crua, eliminando a queima, fator prejudicial ao meio e à saúde da população, por outro lado, a mecanização aumenta a produtividade, evitando a expansão de áreas para a produção e a consequente substituição de lavouras. Contudo, acarreta na mesma proporção diminuição da mão de obra do trabalhador rural. Nesse sentido, Thomaz Jr. (2004, p. 8) adverte:

Certamente as elevadas somas de investimentos de capital e de financiamento do setor público (subsidiado ou não e na forma de políticas públicas), objetivando a transformação tecnológica, produtiva interferiram sobremaneira na composição social da classe trabalhadora, em todos os ambientes em que a lavra humana se faz presente, seja nos campos, seja nas cidades, alargando, pois, o universo de exploração do trabalho, sobretudo, nesse momento, a partir da apropriação efetiva de sua dimensão intelectual. Assim, depreendemos que o processo de valorização e de acumulação do capital ampliou como nunca antes as esferas de atuação do capital e do Estado, para o efetivo exercício do controle social, como forma de viabilizar o projeto de sociedade centrado na valorização de capital, mas com as atenções voltadas para a fragilização da classe trabalhadora.

A situação de trabalho nas áreas de expansão da lavoura canavieira tem futuro incerto. Além da fragilização da classe trabalhadora e da valorização do capital agroindustrial, a mecanização dos processos produtivos tem levado desemprego ao campo e à cidade. Trabalhadores rurais, temporários ou não, vivenciam uma crescente fase de desemprego no setor sucroalcooleiro, caso dos sujeitos do Grupo III da tipologia apresentada.

Confirmando as projeções de Fredo e Salles Filho (2012), o professor Pedro Ramos (Universidade de Campinas – Instituto de Economia) aponta que o trabalho dos cortadores de cana-de-açúcar, conhecidos como boias-frias, deverá acabar até 2015, ou mesmo antes desse ano. “Em primeiro lugar, no fator principal em que eu embaso esta perspectiva estão os esforços que vêm sendo feitos para a mecanização da cana, do corte de cana, para total extinção da prática de queimar cana no estado de São Paulo e no Brasil”, assevera Ramos (2008, p. 1).

A constatação do autor se dá pelo fato do boia-fria estar associado à queima de cana; se a queima for impedida nos canaviais, o corte da cana de forma manual será inviabilizado. A saída seria, conforme Ramos, realizar o corte de cana crua, mas esse é bem menos eficiente do que o corte de cana queimada. É preocupante o

avanço da mecanização na cultura canavieira. Na medida em que a máquina é inserida, a mão de obra dos trabalhadores rurais (dos boias-frias) é retirada, dispensada.

Consequentemente, o aumento da mecanização atinge diretamente o boia-fria que trabalha na colheita da cana-de-açúcar. Isto porque é possível, até 2015, ter máquinas produzidas no Brasil para o corte mecânico de cana, haja vista a legislação vigente determinar o fim, paulatino, da queima da cana. Ainda, confirme Ramos (2008, p. 3):

Algumas usinas já aboliram o trabalho de boias-frias. Uma ou outra já fez isso em São Paulo, mas principalmente as novas indústrias que estão sendo instaladas nas regiões de fronteira estão com ideia de mecanização integral, de não ter mais trabalhador cortando cana. [...] a mecanização do corte de cana-de-açúcar pode baixar os custos da produção. Estima-se que o barateamento vai chegar até 30%", porém, o principal benefício da mecanização é a questão ambiental. A poluição da cana é exatamente no período de pouca chuva, que é o período de inverno aqui no centro-sul. Evitando queimar a cana, evita-se a poluição nesse período. [...] também tem a grande vantagem de aproveitar a palha da cana, que é um material energético.

Se por um lado se dá ênfase para o processo de mecanização da cana, por outro continua a precarização do trabalhador. Como já fora dito, as relações de trabalho que permeiam o campo são, em muitos casos, desiguais, exploradoras e desumanas. É comum encontrar, entre trabalhadores rurais brasileiros baixos indicadores socioeconômicos, como: elevada taxa de natalidade e de analfabetismo, pequena qualificação profissional e baixa remuneração. Além disso, são trabalhadores que sofrem com a falta de cumprimento da legislação por parte dos empregadores e com o elevado número de acidentes com ferramentas, como facões no caso das lavouras canavieiras.

Quanto mais distantes das principais cidades e capitais, mais tensas são as relações sociais no campo. O trabalho assalariado temporário é a forma predominante no Brasil nesse setor. O predomínio do trabalho assalariado é consequência do processo capitalista (capitalização da atividade agrícola) que, por um lado, aumenta a produtividade rural (máquinas, irrigação, sementes selecionadas) e, por outro, dispensa o trabalhador residente ou permanente (aumento do número de assalariados de forma temporária).

Nas últimas décadas, houve no Brasil importante redução das modalidades tradicionais de trabalhadores rurais (permanentes, residentes, colonos, meeiros e

parceiros) e o aumento de temporários sem vínculo empregatício. Comumente, eles recebem no fim do dia pelo serviço prestado, trabalhando no plantio ou na colheita de cana-de-açúcar, laranja ou café. Moram na periferia das cidades onde os aluguéis são menores.

Outra forma de trabalho no campo é o familiar. Mais conhecido como agricultura familiar, realizado por pequenos proprietários rurais e por suas famílias, esse tipo de agricultura difere do sistema patronal (trabalhadores rurais contratados, fixos ou temporários). O diferencial da agricultura familiar está na condição de ser dona / proprietária dos meios e modos de produção em pequenas e médias propriedades rurais de subsistência.

A falta de capital para investir na lavoura e as secas periódicas têm aumentado o número de trabalhadores familiares que abandonam o campo e migram para as periferias das cidades, onde se tornam trabalhadores temporários. Uma exceção entre os trabalhadores familiares é encontrada nas áreas vizinhas dos grandes centros urbanos (cinturões verdes). Essas famílias conseguem vender sua produção para os centros de abastecimento, redes de supermercados, feiras livres e até em carros ou caminhões que percorrem as ruas das cidades.

A forma de trabalho rural por arrendamento é comum na região estudada. Esse método de produção se dá pela utilização da terra destinada ao cultivo ou à pastagem. O proprietário arrenda (aluga) a quem tem capital para explorá-la. É comum encontrar grandes proprietários de terra arrendando propriedades menores vizinhas para o cultivo da cana-de-açúcar. Em outra situação, a parceria é um mecanismo de produção em que o proprietário dispõe de sua terra para um terceiro (o parceiro) que a cultiva. Em troca, o parceiro entrega ao proprietário parte de sua colheita, a combinar.

A forma de obter a propriedade da terra fez surgir duas figuras que estão frequentemente envolvidas nos conflitos pela terra: o posseiro e o grileiro<sup>36</sup>. O peão, trabalhador volante mais recente que o boia-fria, é frequente nas regiões de fronteira agrícola, sobretudo em projetos agropecuários na região da Amazônia. Geralmente, tanto o peão quanto o boia-fria é "contratado" por um intermediário (gato) para trabalhar em regiões distantes, com promessas de salários, alojamento e

---

<sup>36</sup> O primeiro se configura pelo indivíduo que tem a posse da terra e nela trabalha sem, porém, possuir o título de propriedade. O segundo, a pessoa toma posse da terra de outros, usando para isso falsas escrituras de propriedade.

alimentação. São casos recorrentes trabalhadores nordestinos e de outras regiões periféricas ao Centro-Oeste migrarem para as regiões canavieiras em Goiás.

Esse modelo de prestação de serviço no campo possui inconvenientes para o trabalho, como os pagamentos. Surgem "descontos" de várias ordens: custos de transporte, alimentação, hospedagem, etc., quase nada restando do salário àquele que trabalha, chegando esse, às vezes, a ficar devendo. É comum, em áreas mais longínquas dos grandes centros, jagunços e pistoleiros serem contratados para evitar a fuga de trabalhadores, reproduzindo uma situação de escravidão (peonagem) (GOIÁS EM DADOS - 2011 / SEGPLAN-GO / SEPIN / GESCON).

Não obstante aos tipos e formas de trabalho em espaço rural, tem-se na perda da terra pelos trabalhadores a mais forte ruptura do camponês com seu modo de vida. Isso se dá por conta da inovação técnica e do processo de expansão das lavouras, nesse caso a canaveira, e pela implantação de usinas sucroalcooleiras.

O crescimento da agroindústria da cana e o alargamento espacial das lavouras têm necessitado de maior contingente para o trabalho manual no plantio, no corte e na colheita da cana. Ocupada a mão-de-obra disponível dos municípios próximos às lavouras canavieiras, o migrante se insere nesse processo de produção do setor canavieiro. No Cerrado Goiano, o trabalho realizado pelos migrantes gera lucro para a agroindústria, que tem custo reduzido com esse tipo de trabalhador temporário. Os migrantes, por sua vez, são 'retirados' de seu lugar de vida e trasladados para áreas de lavouras de cana com não poucas perdas sociais, culturais e espaciais.

O desenraizamento desses trabalhadores causa a ruptura com a família e com o lugar. Paralelamente, no lugar de destino, nem todas as agroindústrias garantem alojamento e moradia para esse tipo de trabalhador. Sem opção, os "migrantes da cana" procuram se acomodar em casas com mais de uma família na periferia das cidades vizinhas às usinas e às roças de cana. As condições de moradia desses trabalhadores são precárias, tanto no campo quanto na cidade.

Os salários não correspondem ao desgaste da força de trabalho empregada nos canaviais. Com frequência, os trabalhadores operam com menor condição devido à necessidade de manutenção da família. Muitos migrantes da cana levam para o lugar de destino as famílias na esperança de melhores condições de vida nas regiões canavieiras.

A presença de migrantes no lugar, cidade rural, modifica modos de vida da população, trazendo problemas de exclusão social para os trabalhadores e suas famílias. A dificuldade de se enraizar é muita, difícil de ser equacionada. “A gente não é bem recebido, parece que vamos tomar a cidade deles!”, afirmam muitos imigrantes que tentam se fixar na cidade. E, ainda: “Nós vamos ficar aqui porque não temos dinheiro para ir pra outro lugar, mas é difícil se sentir rejeitado... até nossos filhos têm dificuldade pra arranjar amigos aqui”.

Intrínseca ao ser humano há a necessidade de sociabilizar-se e tecer outras relações no lugar. Ora, o ser humano constitui-se das abstrações identitárias culturais formadas ao longo de sua vida. Além disso, a significação é a própria ação, não existe em si, mas “a partir do momento em que os sujeitos entram em relação e passam a significar, ou seja, só existe significação quando se significa para o sujeito e o sujeito penetra no mundo das significações quando é reconhecido pelo outro” (ALVES, 1999, p. 17).

Arelada à significação do ser do sujeito na busca de ser também para o outro, há, ainda, a aspiração do homem que trabalha em ter sua individualidade intrínseca no social. Muitas vezes, a busca dessa sociabilidade pelos migrantes da cana não é fácil e nem naturalmente construída, vivenciada. Como dito anteriormente, revela-se, nesse contexto, uma “sociabilidade forçada” (SANTOS e KINN, 2009) de vizinhança, na qual os sujeitos suturam as relações de forma pouco natural e afetiva.

Com frequência, esses trabalhadores são tidos como indesejáveis, “poluidores” do ambiente urbano, culpados pela falta de emprego para os “de dentro” (das cidades e do campo), além de serem vítimas de violência e percebidos como os causadores de confusões e conflitos. Estes sentimentos comuns em regiões de expansão da cana foram apontados pelos maurilandenses para explicar a pouca receptividade aos migrantes.

A situação tende a piorar com a exclusão social e espacial desses trabalhadores. Lugares pouco aprazíveis, periféricos e com quase nada de infraestrutura configuram o espaço dos migrantes. São alojamentos caóticos e/ou casas distantes do centro da cidade para onde eles se dirigem. Muitas vezes, esses trabalhadores aglomeram-se em pequenas casas, barracões com lotação superior à sua capacidade. São situações de reterritorialização que inibem a construção de um

novo lugar para esses sujeitos à medida que os laços afetivos e de convivência social são dificultados e muitas vezes não realizados.

A leva de migrantes da cana para as regiões goianas (como em outras regiões) não cessa de crescer, mesmo com a temporalidade e precariedade sendo condições básicas do trabalho nos canaviais. Esses migrantes, na maioria, são homens (mulheres em menor quantidade), jovens que trabalham desde a madrugada até a tarde, de segunda à sexta feira e, no sábado, até ao meio dia para, com seu suor, ganharem o sustento de seus lares. Mesmo assim, muitos trabalhadores temem pela mecanização agrícola que cada vez mais amplia sua área de atuação, diminuindo as oportunidades de trabalho braçal.

A chegada da cana até os quintais das casas em propriedades rurais tradicionais na produção agrícola e pecuária provoca a expulsão e, consequentemente, o desenraizamento espacial e cultural do camponês, do trabalhador rural. Esses perdem suas raízes físicas e sociais, também familiares e de sentimentos de pertença. Processo recorrente, também, no caso do migrante quando sai de sua região de origem. Como par contrário do desenraizamento, tem-se o enraizamento, que pode ser entendido como concebe Simone Weil (1943, p. 411 citado por BOSI, 1996):

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro.

O enraizamento indica relação, fixação do homem ao “seu chão”, à terra, às relações sociais e culturais. Pressupõe, também, a participação desse sujeito em condições bastante determinadas socializadas e especializadas dos seus lugares de origem. O homem enraizado participa de grupos que conservam heranças do passado. Em outros termos, dir-se-ia: “a participação social do homem enraizado está assentada em meios onde recebe os princípios da vida moral, intelectual e espiritual que irão informar sua existência” (FROCHTENGARTEN, 2005, p. 4).

Sabe-se que essa participação advém do lugar de nascimento, da casa em que se cresceu, da vizinhança e dos laços familiares em que se amarrou as primeiras relações sociais e afetivas, dando ao sujeito significação e individualidade social. A noção de desenraizamento relaciona-se a problemas no âmbito cultural

porque provoca impedimentos de ordem prática nos processos materiais e imateriais, por isso também políticos. Prejudica a reunião entre os homens, a comunicação com o passado e o campo de iniciativas, situação não rara nos municípios inseridos nas áreas de expansão da cana.

São condições que desfazem o laço de comunicabilidade entre as experiências vividas num mesmo contexto social e temporal. Prevalece a modalidade de vivências marcadas pelo isolamento, em que as lembranças se limitam ao âmbito de uma história pessoal, perdendo-se as imagens, os símbolos, os significados, as lembranças e as memórias construídas coletivamente. No caso dos trabalhadores rurais e urbanos, objeto desse estudo, identificados pela categoria de camponês (Capítulo 2), são trabalhadores rurais que possuem relação estreita com a terra e com os elementos naturais. Vale lembrar que o campo e o camponês se concretizam pela ligação íntima do homem com a terra, formando o 'modo de vida' campesino dentro do espaço geográfico, numa socialização espacial real para o homem do campo (BRANDÃO, 1995; KINN, 2010).

A expulsão e o desenraizamento do camponês do lugar, da terra onde vive e produz suas relações têm consequências desastrosas para sua identidade rural e sobrevivência campesina. No campo e na cidade, esses, eles, expropriados e excluídos do processo de produção, muitas vezes substituídos pela máquina, têm sua vivacidade diminuída na proporção que perdem o sentido da vida, luta e trabalho. Tal situação é mais evidente entre os sujeitos (camponeses, trabalhadores rurais) mais idosos que não entendem e/ou não aceitam a nova forma de vida, contrárias às suas antigas experiências sociais e de trabalho no campo. Em suas palavras:

*A gente já viveu muito e sabe um pouco das coisas. Nada vai ser como antes. A gente não tem mais saúde pra lutar pela terra pra deixa pros fio e pra família. Tá tudo acabando, as plantação, os animais e nós também tamo acabando junto com tudo isso. A gente vai lutando enquanto der. E depois? Só Deus sabe!*

*Eu já tô há mais de 10 anos aqui na cidade e ainda não acostumei aqui. O que eu mais gosto? Pra falar a verdade, de nada! Tenho saudade da minha casinha, da terrinha, das plantações, da parentela reunida, dos mutirão, das criação no quintal... Minha saúde acabou. Se eu ficasse na roça ia morrer por lá sem ajuda dos médicos. Meus filho resolveram vender a terrinha e*



*veio todo mundo pra cá, pra Maurilândia. De quando em vez visito uns parente que ainda tão na roça, mas é um pé lá outro cá...*<sup>37</sup>

Apesar da vida difícil para esses camponeses, em suas falas é preeminente a saudade do campo, a referência à família, à vizinhança e ao trabalho. O vínculo do camponês com a terra é mais do que produção de bens – mercadorias. Ela vai além. É um relacionamento de alma com dimensão espiritual que só o sentimento e a experiência vivida são capazes de compreender. Companheiras constantes, a memória e a lembrança, de quem teve que sair do campo por circunstâncias alheias a sua vontade revelam o apego ao passado, mantendo alguns costumes “de lá” (do campo). “São os lugares de memória; seu valor simbólico e mais ou menos nobre, local, [...] ou mundial, ou próprio à uma religião, à uma cultura; eles são frequentemente fontes de identidade coletiva e também de atividades econômicas (CLAVAL, 1999 p. 8 citado por BRUNET *et al.*, 1992, p. 232).

Quando se pergunta sobre o trabalho pesado na lavoura e da lida com o gado, geralmente, eles respondem que fazia parte da vida deles e que até o árduo ofício de camponês era suportável por se reconhecerem como parte daquele movimento no qual se sentiam sociabilizados e integrados (territorializados) ao lugar. Destarte, fechando a questão, Thomaz Júnior (2004, p. 14) traz interessante análise sobre temas complexos no âmbito do trabalho relacionado às reflexões apresentadas:

Seja nos campos, seja nas cidades, eis o eixo central da intensificação da crescente heterogeneização, fragmentação, hierarquização e complexificação do trabalho e as repercussões para a classe trabalhadora, especialmente quando o referencial teórico não está ancorado na “leitura” do trabalho como elemento fundante para se compreender o universo plural do trabalho em categorias profissionais e corporações sindicais, que só fazem engessar, por exemplo, a questão cidade x campo como expressão de dois mundos diametralmente clivados e incomunicáveis, empobrecendo o debate político sobre a reforma agrária e a unificação orgânica no âmbito da classe trabalhadora.

Ademais, o mesmo autor adverte sobre lamentável engano: não reconhecer a existência do camponês, do trabalhador rural, significa ignorar a potencialidade de sua sociabilidade. Historicamente são sujeitos afeitos à resistência, no tocante à submissão ao capital e à manutenção de sua identidade. São protagonistas sociais e

<sup>37</sup> Ex-camponeses que viviam na região rural de Maurilândia. Tiveram que migrar para a cidade por não conseguirem manter sua propriedade em função de dificuldades financeiras para continuarem produzindo, além da idade avançada e da necessidade de cuidados médicos.

espaciais, apesar da trajetória marcada por intensa mutilação cultural e dominação política e econômica.

Há, portanto, que se ter o enfrentamento das novas (e antigas) formas e relações de trabalho. O tema é escabroso, abrangente, conflituoso e de difícil solução, ainda mais quando se analisa a grandeza de sua dimensão e especificidade. Outros autores também reconhecem o palimpsesto da questão do trabalho e da classe trabalhadora sob a égide do mundo capitalista global, explorador, excludente e desenraizador que permeia as relações trabalhistas no campo. Nas palavras de Alves e Antunes (2004, p. 8), tais questões podem ser mais bem abstraídas:

É este, portanto, o desenho compósito, diverso e heterogêneo que caracteriza a nova conformação da classe trabalhadora, a classe-que-vive-do-trabalho: além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos” etc., temos também as estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital.

A internacionalização do capital, a globalização, traz consigo a técnica. Essa se supera a cada dia, dado seu vigor científico da pesquisa e por conta de novas formas e processos produtivos de interesse capitalista. Entrementes, Thomaz Júnior (2002, p. 136) ressalta: “a tecnologia em si não está contra o trabalho, ou contra o trabalhador, mas, sim, ela está a favor do capital”. Tal comprovação, para o autor, demonstra que o progresso, na verdade, age como fortalecedor da relação de dominação do capital sobre o trabalho. Diante dessa provocação de realidade pouco alentadora para o “homem que trabalha” (ALVES, 1999), poder-se-ia inquirir: onde residiria sua força e resistência?

Pensando nesse trabalhador que vive o labor diário perto e/ou distante dos processos hodiernos globalizados com fortes interesses capitalistas, Carlos Rodrigues Brandão e Elaine de Lemos (2011, p. 53) descrevem sobre o homem que trabalhou e que ainda trabalha, guerreiro rural ou urbano, um tipo que pode ser inserido no contexto de vida do camponês, do ‘migrante da cana’. Esse, com parca força física, despossuído de terra, mas que recria, cotidianamente, sua existência, cita *João Braço*, personagem do ensaio: “Fotos e escritos sobre um homem chamado João”.

Trabalhador insistente e incessante – no ato contínuo e sem esperanças, dos que ficam e aceitam sua condição de submissão – torna-se superior ao seu destino a partir do momento em que é mais forte que a própria carga, em que suporta o cotidiano e vence as dificuldades. Nesse momento, parece que João Braço<sup>38</sup>, desprezando seu destino, afirma a própria liberdade, assim como Sísifo que, da contemplação do tormento, consegue a superação. O homem absurdo [o camponês, o trabalhador rural do campo e da cidade] diz sim e seu esforço não acaba mais. Ele se tem, portanto, como senhor de seus dias [Inserção nossa].

Os interlocutores da pesquisa, identificados no Grupo I – Sujeitos do/no Lugar – possuem espírito aguerrido e força descomunal não física, mas de identidade e de conhecimento do ‘eu’ no espaço e no território. Para alguns deles, além da porteira pode existir (e há) um mundo outro, desconhecido, estranho que não merece ser desbravado. Esses sujeitos representam o seu lugar e a si mesmos como elementos complementares de forma simples, porém densa. São junções naturais e humanas que compõem o mesmo *ser*, o camponês.

Para esses atores locais (do campo e também da cidade) com suas especificidades no município de Maurilândia, e também para aqueles vindos “de fora”, será reservado o item seguinte. Sob a categoria de estabelecidos em relação aos outsiders – os outros vindos de fora – serão analisadas as conexões, as vivências e práticas sociais bem como possibilidades de trabalho na área de expansão da agroindústria.

#### 4.4 ESTABELECIDOS E *OUTSIDERS*, AJUSTAMENTOS SOCIOESPACIAIS

Com objetivo de traçar linhas demarcatórias (mesmo subjetivas e por alegoria) entre sujeitos que vivem no campo e na cidade no município de Maurilândia no que diz respeito aos costumes, vivências e relações existentes ou não entre os grupos sociais ali residentes, tentou-se desenhar, por meio de palavras,

---

<sup>38</sup> A partir do personagem João Braço, faz-se alusão aos tantos outros personagens da vida real de Maurilândia, identificados no I Grupo da Tipologia apresentada no capítulo que inicia esse estudo em relação aos sujeitos no/do lugar, que resistem em seus modos e meios de vida camponesa frente às incompatibilidades impostas pelo capital do setor sucroalcooleiro, seja no campo ou na cidade.

a realidade (possibilidade) local numa proposição de análise referenciada nas categorias dos sujeitos “de dentro” (estabelecidos) e dos “de fora” (*outsiders*).

Adequando a discussão numa forma mais didática, partiu-se da identificação de dois grupos distintos de pessoas (embora não se acredite numa sociedade relacional dividida e separada num mesmo espaço) como ponto de partida. Com um pouco de arrogância, justificando a primariedade das reflexões e método utilizado, tem-se na identificação, na correlação e na análise do objeto (sujeitos locais) o uso da metodologia proposta por Norbert Elias (*A sociologia das relações de poder de Norbert Elias*, 2000).

Esse autor, com formas específicas, identifica, descreve e analisa a diferença e a desigualdade social como relações entre estabelecidos (*established*<sup>39</sup>) e *outsiders* (de fora) na pequena Winston Parva<sup>40</sup>, ou seja, entre os que são do lugar e os que são de fora, vindos de outro lugar. Federico Neiburg (2000, p. 7 *apud* ELIAS, 2000), explica, quando da apresentação da obra de Norbert Elias:

Um *establishment* é um grupo que se autopercebe e que é reconhecido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência: os *established* fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros. [...] o termo que completa a relação é *outsiders*, os não membros da “boa sociedade”, os que estão de fora dela. Trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem, os *established*. A identidade social destes últimos é a de um grupo. [...] Os *outsiders*, ao contrário, existem sempre no plural, não constituindo propriamente um grupo social.

Esse tipo de leitura da realidade pode ser parcial, antidemocrática e ufanista. Embora não reflita a realidade do lugar dos sujeitos na sua totalidade porque advém da visão unilateral de um grupo em relação a outro, tem-se na “percepção” das pessoas a “real e/ou imaginária” supremacia de um grupo em relação a outro, os *established* sobre os *outsiders*.

<sup>39</sup> Os ingleses utilizam os termos *established* (ou *establishment*) para designar a “minoridade dos melhores” nos mundos sociais mais diversos: os guardiões do bom gosto no campo das artes, da excelência científica, das boas maneiras cortesãs, dos distintos hábitos burgueses, a comunidade de membros de um clube social ou desportivo (FEDERICO NEIBURG, 2000). Faz-se referência, também, a grupos que pertencem a uma classe social em relação à outra ou grupos que possuem uma mesma etnia em relação a “estrangeiros”.

<sup>40</sup> “Winston Parva fazia parte de uma área de construções suburbanas nos arredores de uma grande e próspera cidade industrial da região central da Inglaterra [...]. Ali viviam menos de 5000 habitantes, que formavam uma comunidade bastante coesa, com suas próprias fábricas, escolas, igrejas, lojas e clubes. E com suas próprias divisões” (ELIAS, 2000, p. 51).

Tal proposição parece acertada para compreender formas perceptivas como instrumento que identifica, qualifica, estigmatiza e separa o outro, o distante, o desconhecido e alhures. Essa situação pôde ser visualizada na comunidade maurilandense (com um pouco de ironia no uso do termo ‘comunidade’ diante dos conflitos ali existentes já sob os efeitos da metodologia proposta por Norbert Elias, 2000) quando se defrontam dois grupos distintos: os moradores da cidade e os migrantes. Nos dois grupos a imagem de espelho não se aplica, apesar de muitas semelhanças, outras características se opõem e digladiam entre si.

É interessante notar que mesmo tendo propriedades e índices sociais comuns, como: IDH, faixa de renda, escolaridade, religião, educação e ocupação / trabalho (inseridos de forma direta ou indireta com a lavoura e agroindústria da cana), esses grupos não se reconhecem fazendo parte de um mesmo tecido social. A aparente homogeneidade da população maurilandense não é percebida (e aceita) por aqueles moradores do município que ali vivem antes do evento da agroindústria canavieira. Para eles existem, claramente, dois grupos distintos na cidade, os reconhecidamente de dentro, os *established*, e os migrantes, os *outsiders*.

Diante das dificuldades de sociabilização no cotidiano dos maurilandenses e dos migrantes da cana na cidade, interessa-nos para o momento identificar, analisar e interpretar esses embaraços e (in)diferenças sob os ditames teóricos da percepção enquanto adjetivação desses atores locais sobre os outros e sobre si mesmos. Defesas do tipo: “nós somos daqui, nós nascemos aqui, este lugar é nosso... nós construímos esse município” são constantemente manifestadas, explicitando a supremacia dos fundadores da cidade e de seus descendentes, baseados no princípio da antiguidade, da tradição e da “boa sociedade”.

“Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo”, ressalta Norbert Elias (2000, p. 24). Em tais circunstâncias recai sobre os *outsiders* (os migrantes regionais e inter-regionais) a causa do aumento da violência, do desemprego no campo e na cidade, da delinquência, da prostituição, da especulação imobiliária e da desintegração social local.

Os *outsiders* ou migrantes, portanto, seriam portadores de uma anomia patológica, ausência generalizada de respeito às normas sociais estabelecidas, possivelmente devido às diferenças sociais, culturais e até econômicas que marcam

fortes contradições e divergências entre esses grupos. O que se presencia nesse contexto de não aceitação do outro é a extremada relação de força e poder no território.

Mesmo não sendo este poder atrelado ao domínio técnico, nem detentor de capital e tampouco como proprietários dos meios de produção, o que se formula são os aspectos figuracionais e de representação do diferencial de poder em função da forma de organização dos sujeitos nos grupos sociais (ELIAS, 2000) elaborados culturalmente.

A sociodinâmica da estigmatização (condições nas quais um grupo lança um estigma sobre outro) parece se dar *a posteriori* da percepção e aceitação da figuração formada pelos grupos implicados, bem como sua interdependência. Poder-se-ia dizer que seria a visão de mundo (ou paradigma social vivido) em forma de alegorias sobre grupos sociais, marcados pelo poder atribuído a um grupo em relação a outro.

Nessa conflituosa e tensa relação, de forma contraditória, também se buscam possíveis ajustamentos, até mesmo porque “a peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes” (ELIAS, 2000, p. 23). Entre eles, embora negada, existe a nevrálgica e desigual sinergia interdependente. Ademais, é fato que “as categorias estabelecidas e *outsiders* se definem na relação que as nega e que as constitui como identidades sociais” (NEIBURG, 2000 p. 8 *apud* ELIAS, 2000).

Pensando nas relações de poder territorial entre esses sujeitos, tem-se as territorialidades muito bem definidas pelos estabelecidos (*established*), fazendo uso de seus atributos sociais, culturais, políticos e espaciais (talvez nem tão éticos e morais...). Isto porque o território contribui, em compensação, para fortalecer o sentimento de pertencimento, de posse e apropriação, de poder ajudando na cristalização das representações coletivas, dos símbolos que se encarnam nos lugares.

A Geografia é fecunda nessa questão e muito tem a contribuir com a discussão quanto ao processo de formação, apropriação e uso do território (rever Capítulo 2 – item 3). Mesmo aludindo ao viés cultural do território, existem características que lhe são peculiares: sentido de posse / apropriação, referência simbólica e espacial. Para Claval (1999, p. 12),

o território aparece, deste ponto de vista, como essencial, oferecendo àqueles que o habitam condições fáceis de intercomunicação e fortes referências simbólicas. Ele constitui uma categoria fundamental de toda estrutura espacial vivida, a classe espacial. Como para todos os fenômenos de classe, as hierarquias existem: diz-se “nós” para o bairro, o vilarejo, a pequena região ou a nação, conforme o contexto no qual alguém se encontra ou o tipo de jogo ao qual se assiste.

Ao contrário dos *estabelecidos* de Maurilândia, antes de poder dizer “nós” ou “nosso” do lugar onde se está vivendo, os migrantes da cana passam por longo processo de reenraizamento ou de reterritorialização, mesmo que essa posse/apropriação seja mais abstrata e simbólico-cultural do que socioespacial. Sabe-se que quando o indivíduo se desterritorializa, por conseguinte se reterritorializa em outro lugar (HAESBAERT, 2004). Esse processo, muitas vezes em longo prazo, evidencia o outro, ou melhor, o espaço do outro que não pode ser seu, haja vista ser esse sujeito um *outsider* na busca de se territorializar num espaço já territorializado por outros (do lugar).

Nesse momento, há de se lembrar da realidade do homem moderno, permeada pelo individualismo e pela (in)coerência mercantil consumista. Como consequência, perde-se o espírito comunitário, solidário e fraterno. É aflorada e requerida uma identidade acrítica e não criteriosa (“*sou daqui e esse lugar é meu*”...). Haesbaert (2006, p. 155) volta a contribuir nessa reflexão afirmando:

Quando estas **identidades** são elaboradas ou se reforçam através de um **território**, ou seja, de um espaço “sob controle”, delimitado e dominado (além de simbolicamente apropriado), surgem fronteiras que, na defesa de uma **alteridade** negada ou quase inteiramente cooptada pelo capitalismo e a modernização tecnológica da sociedade de consumo, impedem qualquer diálogo e, às vezes, até mesmo o contato com o outro [grifo nosso].

No cerne dessa conversa, pergunta-se: a identidade forjada pode ser percebida pelo outro ou é, subjetivamente, criação do outro? Pouco facilitando a sistematização das ideias na composição da possibilidade de resposta, Claval propõe uma pequena *brainstorm*: “A identidade é realmente, sempre, o resultado daquilo que se é e das maneiras que nos são concedidas de sentir, reagir e agir? Não”. Conforme o autor, há mais de três décadas “a ênfase recai habitualmente na natureza relacional dos sentimentos da identidade. É o olhar que os outros têm de você que o define” (1999, p. 13).

A partir desse ponto de vista, a identidade deixa de ser uma criação de si para si, passando a ser uma identificação do outro para si. É sob uma análise racional da ciência que se elabora o raciocínio: “o eu e o nós não podem ser concebidos sem um olhar sobre os outros, e muito frequentemente, sem o olhar dos outros (CLAVAL, 1999, p. 14). O autor afirma que a identidade é uma construção cultural e responde à necessidade existencial profunda do ser humano, a de responder à questão: “quem sou eu?” Por conseguinte, a identidade se realiza

selecionando um certo número de elementos que caracteriza, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo [...]. Os traços que caracterizam as pessoas são tão numerosos que somente uma parte é retida para definir a identidade. [...] A identidade, uma vez definida, contribui para fixar a constelação de traços que ela reteve, e subtrai-los dos desgastes do tempo. [...] A ideia de que a identidade deve ser analisada como um discurso que os grupos têm sobre eles mesmos e sobre os outros, para dar um sentido à sua existência se apoia sobre traços bem reais da vida material, da organização social e do universo dos valores da coletividade, mas é uma construção, por natureza, arbitrária. (CLAVAL, 1999, p. 15)

Por certo que a análise do autor contribui para a compreensão da identidade ser possuidora de caráter impositivo e interiorizado, daí valorizados como desafio elusivo (CLAVAL, 1999). A par das considerações elaboradas sobre identidade, tem-se na alteridade, seu contrário, própria do caráter (ou estado) de ser ou do que é diferente; que é outro.

Entender e identificar a alteridade se dá pela circunstância, condição ou característica que se desenvolve por relações de diferença, de contraste. Parece ser esta a forma que os maurilandenses identificam os migrantes da cana, menos por sua identidade e mais por sua alteridade. “Eles não são como nós, são baianos lá do norte<sup>41</sup>, perigosos e não são de confiança!” Esta tem sido explicação comum dos estabelecidos, mesmo não distinguindo região de origem e possíveis classificações pejorativas sobre os outros; sancionadas pelo uso, sabem bem identificar as

---

<sup>41</sup> São termos utilizados para identificar pessoas e/ou seus lugares de origem. Na região do sudoeste goiano, como também em Maurilândia, é comum o uso do termo *baiano* para identificar pessoas de origem nordestina; também é comum toda a região norte e nordeste do Brasil serem identificadas como *do norte*. Para o autor: “Nos países de língua inglesa, como em todas as outras sociedades humanas, a maioria das pessoas dispõe de uma gama de termos que estigmatizam outros grupos, e que só fazem sentido no contexto de relações específicas entre estabelecidos e outsiders. “Crioulo”, “gringo”, “carcamano”, “sapatão” e “papa-hóstia” são exemplos. Seu poder de ferir depende da consciência que tenham o usuário e o destinatário de que a humilhação almejada por seu emprego tem o aval de um poderoso grupo estabelecido, em relação ao qual o do destinatário é um grupo *outsider*, com menores fontes de poder” (ELIAS, 2000, p. 27).



diferenças e declará-las. “Assim, a exclusão e a estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido eram [e ainda são] armas poderosas para que esse último preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar” (ELIAS, 2000, p. 22, inserção nossa).

Voltando às relações de poder que demarcam territórios, forjam identidades e identificam alteridades. Citam-se três pares de proposições que balizam as construções dos estabelecidos em relação aos *outsiders*: superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão garantindo a “imagem de nós e dos outros”.

A autoimagem positiva dos estabelecidos se dá pelo diferencial de poder<sup>42</sup>, pois são (ou se veem) seguramente superiores a outros grupos interdependentes. Nesse espectro, não normativo, mas sugestivo, tem-se nas relações sociais (ou na ausência direta dessas relações) os pontos de clivagem entre os grupos identificados como estabelecidos e *outsiders* no município da pesquisa. Em outro contexto de aplicação metodológica, porém similar nas postulações teóricas, Kozel (2007, p. 115) demonstra que a partir das várias formas de linguagem o mundo e o espaço são representados “em todas as suas nuances, cujos signos são construções sociais”. Como são construções sociais, também, as formas pelas quais as percepções são estimuladas e requeridas no âmbito das abstrações socioculturais locais, numa dimensão de espaço próximo (ou distante). Nas palavras da autora:

O mundo cultural é considerado não apenas como uma soma de objetos, mas como uma forma de linguagem referendada no sistema de relações onde estão imbricados valores, atitudes e vivências [...] o sujeito, como ser social ao apreender as coisas, constrói signos formando uma imagem referendada por uma forma de linguagem. Essas imagens, portanto, são construções codificadas por signos construídos socialmente. (KOZEL, 2007, p. 114-115)

---

<sup>42</sup> Para o autor, os termos que diferenciam o poder de grupos sobre outros permeia toda a sociedade e classes sociais. Em suas palavras: “Quer se trate de quadros sociais, como os senhores feudais em relação aos vilões, os “brancos” em relação aos “negros”, os gentios em relação aos judeus, os protestantes em relação aos católicos e vice-versa, os homens em relação às mulheres (antigamente), o Estado nacional grande e poderoso em relação a seus homólogos pequenos e relativamente impotentes, quer, como no caso de Winston Parva, de uma povoação da classe trabalhadora, estabelecida desde longa data, em relação aos membros de uma nova povoação de trabalhadores em sua vizinhança [como no caso dos maurilandenses, trabalhadores rurais e urbanos, em relação aos ‘migrantes da cana’ que chegam de outras regiões para trabalhar nos canaviais], ou grupos mais poderosos, na totalidade desses casos, veem-se como pessoas “melhores”, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros (ELIAS, 2000, p. 19 e 20, inserção nossa).

Sendo os valores, as atitudes e vivências compreendidas enquanto resultado das relações sociais e essas indicando construções signas e imagéticas entretecidas na teia sociocultural do lugar, têm-se as formas de linguagem (no caso, a oralidade subjetiva) que declaram a visão do mundo, do ser, do eu e do outro espacialmente.

Em tempo, entendendo que toda relação social se dá no espaço, nos limites de um território e em determinado lugar, tentou-se identificar, concomitantemente, os fixos e fluxos que contribuem com a moldura socioespacial maurilandense no âmbito da lavoura canavieira e de seus desdobramentos.

Na empiria, fazendo uso de técnicas e metodologia de pesquisa como a observação participante, entrevistas abertas e semiestruturadas, além de escuta dos depoimentos e da oralidade local<sup>43</sup> tanto das pessoas do lugar e, também, dos “de fora”, construiu-se o quadro abaixo especificando as categorias abordadas com características afins na dimensão social dos estabelecidos e dos *outsiders* de Maurilândia:

---

<sup>43</sup> São técnicas e procedimentos metodológicos utilizados para coleta de dados, informações e conhecimento sobre o lugar pesquisado, bem como seus atores locais (os ‘de dentro’ e também os ‘de fora’) já referenciados na introdução desse trabalho.

**Quadro 2:** Estabelecidos e *Outsiders* em Maurilândia/GO.

ESTABELECIDOS	ORIGEM	OUTSIDERS	ORIGEM	FIXOS E FLUXOS
<b><u>SUJEITOS DO CAMPO</u></b>		<b><u>SUJEITOS DE FORA NO CAMPO – “OS OUTROS”</u></b>		<b><u>NO CAMPO</u></b>
*Camponeses / Trabalhadores Rurais	*Município de Maurilândia e entorno	*Sujeitos do município após evento da agroindústria da cana	*Migrante regional e inter- regional	*Usina Vale do Verdão S/A *Monocultura Canavieira
*Pequenos Proprietários Rurais	*Sujeitos do lugar antes do evento da agroindústria canavieira	* Funcionários da usina: boias-frias, ex- camponeses, outros trabalhadores rurais permanentes e/ou temporários	*Migrantes permanentes e/ou sazonais de outros Estados ligados à usina	*Implementos Agrícolas *Infraestrutura logística para usina
*Trabalhadores da Usina		*Proprietários e funcionários executivos da usina		*Saída do campo *Migração diária e sazonal *Rede de transporte e comunicação rural *Desruralização
<b><u>SUJEITOS DA CIDADE</u></b>		<b><u>SUJEITOS DE FORA NA CIDADE – “OS OUTROS”</u></b>		<b><u>NA CIDADE</u></b>
*Moradores	*Maurilanden- ses urbanos e ex moradores do campo	*Comerciantes	*Migrante regional	*Logística de transporte / estrutura viária
*Comerciantes	*Migrantes do sudoeste goiano e de outros municípios do Estado	*Prestadores de serviço para o município	*Migrante inter regional	*Rede de comunicação urbana
*Ex-camponeses	*Outros Estados da Federação antes do evento da agroindústria da cana	*Prestadores de serviço para usina		*Comércio e prestação de serviço direcionado à usina e outros
*Trabalhadores urbanos				*Serviços públicos: saúde, segurança e educação
*Aposentados, profissionais liberais				*Urbanização desordenada *Periferização urbana
*Funcionários e prestadores de serviço para a usina				*Movimento social, de mercadorias e produtos

**Fonte:** Base teórica e metodológica: “A sociologia das relações de poder de Norbert Elias” (1965) - Base empírica de aplicação de metodológica: Maurilândia/GO (2010 a 2014) - Elaborado pela autora.

A partir da premissa de que a percepção não é um processo objetivo, mas é, de fato, uma construção social, conforme Jorn Seemann (2003) almeja-se analisar

as manifestações perceptivas colhidas dos sujeitos estabelecidos e dos *outsiders* de Maurilândia (como também as percepções configuradas pelo autor no processo de “escuta” do lugar – observação participante) contidas no quadro acima. Para tanto, tem-se que pontuar alguns elementos que serpenteiam diante dos olhos de quem busca auferir respostas do enfrentamento empírico com a teoria postulada.

Sabendo que a integração espacial se faz, também, pela dimensão afetiva (CLAVAL, 1999) vale dizer, então, que o estudo do espaço é a análise dos sentimentos, ideias e imagens espaciais das pessoas (e dos grupos) pertencentes àquela fração espacial ou àquele lugar. Aliado a esse pensamento, procurou-se ouvir, sentir e perceber o que as pessoas do lugar têm a dizer sobre os outros e a respeito de si mesmos. Como resposta, foram estruturados dois grupos de sujeitos, os estabelecidos e os *outsiders* maurilandenses, bem como suas origens.

Dessa dimensão, conceberam-se dois grupos de sujeitos, aqueles que vivem no campo e os que vivem na cidade. Com entendimento da importância dos eventos e do movimento que conforma as condições sociais e espaciais cotidianamente, foram reconhecidos os fixos e os fluxos que dão suporte aos processos sócio produtivos no campo e na cidade do município.

A análise que se segue, a partir da dimensão proposta para os grupos de sujeitos maurilandenses em estabelecidos e *outsiders*, como já discutido anteriormente, baseia-se na apreensão da realidade sensível, prenhe de significado por meio da percepção do sujeito (OLIVEIRA, 1999). Em concomitância, o sentimento, a afetividade e a ideia que as pessoas fazem do lugar dão a conotação do seu grau de pertencimento (ou não) a ele. Com efeito, tem-se a percepção como processo pelo qual um indivíduo organiza e interpreta impressões sensoriais no sentido de atribuir significado ao seu meio (natural e humano).

A despeito da categoria de “estabelecidos” de Maurilândia, é a condição de viverem há mais de quatro décadas na região (no campo quanto na cidade) que faz elevar o *status* privilegiado de pertencer àqueles que são ‘de dentro’. Ora, então, o oposto sugere que os *outsiders* são compreendidos enquanto ‘forasteiros’, fora do lugar, migrantes da cana, ex-camponeses, trabalhadores rurais e urbanos egressos de cidades goianas ou de outros Estados. Esses “de fora” na maioria, vindos de longe, do nordeste e norte do país são assim representados pelo imaginário de quem é “de dentro”. A estes migrantes cabe um lugar não de destaque, mas de excluídos social e espacialmente.

Como já explicitado, a variável (ou fio condutor) da análise socioespacial da comunidade maurilandense se dá pelos “diferenciais de coesão como fonte de diferenciais de poder” que se faz valer nas relações, costumes, vivências, parcerias, cumplicidade, parentesco e agrupamento que favorece aos estabelecidos em detrimento dos *outsiders*. A estes, também ex-camponeses e trabalhadores rurais, sequer um nível mínimo de coesão se faz possível para imprimir-lhes uma tentativa de luta pelo poder no/do território. Essas discrepâncias sociais num espaço comum se dão pela tradição das comunidades e seu elevado grau corporativista que opera em benefício próprio.

Para o grupo nuclear da parte antiga de Winston Parva [da pequena Maurilândia], o sentimento do status de cada um e da inclusão da coletividade estava ligado à vida e às tradições comunitárias. Para preservar o que julgavam ter alto valor, eles cerravam fileiras contra os recém-chegados, com isso protegendo sua identidade grupal e afirmando sua superioridade. Essa é uma situação conhecida. Ela mostra com muita clareza a complementaridade do valor humano superior – o carisma do grupo – atribuído a si mesmo pelo grupo já estabelecido, e as características “ruins” – a desonra grupal – que atribuía aos *outsiders*. (ELIAS, 2000, p. 25, inserção nossa)

Os recém-chegados à Winston Parva, como os *migrantes da cana* que chegam, frequentemente, à Maurilândia, são desconhecidos dos antigos moradores como também entre si; não possuem coesão nem organização grupal para, também, encerrar fileiras numa possibilidade de revide e/ou autoafirmação de poder no território. Até porque o conflito se estabelece entre grupos de sujeitos territorialmente em desequilíbrio e desvantagem para os “de fora”. Para esses, a base territorial (e social) ainda não foi ‘apropriada’.

É nesse patamar de conhecimento (ou na falta dele) sobre o meio e seus atores que a percepção inicia o processo de representação coordenada pela consciência. Ou seja, a percepção imediata (objetividade) interage com a forma do objeto (subjetividade), a fim de uma ‘modelização simbólica’ que dá novos significados aos objetos, iniciando o processo de representação a partir da *experiência*, do *ser* no espaço (KOZEL *et al.*, 2007).

Entretanto, essa sequência processual de formação objetiva e subjetiva dos grupos sobre si e sobre os outros não se dá por acaso e nem de forma aleatória e tampouco inocente. Têm-se, conjuntamente, os interesses e urgências socioespaciais advindas das relações que se quer manter, elevar ou fazer

desaparecer. Para essa compreensão, se faz valer a sentença: Toda percepção é também pensamento, toda razão é também invenção, conforme Petchenick (1995), não libertando ninguém das racionalidades inseridas nas escolhas e construções individuais e dos grupos.

Não obstante, fato relevante se dá na análise socioespacial dos sujeitos locais identificados como estabelecidos e *outsiders* no município de Maurilândia. É a existência de um subgrupo seletivo de *outsiders*: a usina enquanto importante elemento fixo e seus proprietários e altos executivos que a representam. A esses a mesma regra de “percepção do outro” e de exclusão socioespacial se aplica? Estes *outsiders*, também, estão na cidade após o incremento da agroindústria da cana (após a década de 1980), contudo, não são excluídos espacialmente e nem socialmente, pelo contrário, para muitos atores locais eles expressam o desenvolvimento e a esperança de dias melhores para o município e seus gestores.

Essa diferenciação, da qual não nos fala Elias (2000) quando analisa a pacata Winston Parva, mas que fornece um leque de possibilidades de análise para espaços outros, acalenta tais proposições. Existiriam outras formas capazes de enfraquecer os estabelecidos e alterar seu poder de mando no município além do diferencial de coesão desse grupo? É possível. Isso tem ocorrido em Maurilândia, não pelo diferencial de coesão social como fonte de diferencial de poder. O diferencial atribuído que separa os estabelecidos do outro grupo é o capital que instala o poder no território pela mão potente da agroindústria (também identificada como *outsiders* capitalizados) de forma tão eficiente que enfraquece qualquer tentativa de exclusão por parte dos “de dentro” ou estabelecidos.

Quiçá, estes “de fora” e capitalizados não façam desses mesmos estabelecidos que ora peleja contra os *outsiders* despossuídos vindos de longe (migrantes da zona), os seus *outsiders* quando relacionados à imposição gerada pelo capital no controle do poder nos territórios da cana. Essa reversão nos grupos sociais locais de estabelecidos passarem à condição de *outsiders* revelaria a veracidade das palavras de Elias (2000): “Dê-se a um grupo uma reputação ruim e é provável que ele corresponda a essa expectativa”. E, ainda,

inversamente, quando os grupos *outsiders* são necessários de algum modo aos grupos estabelecidos, quando têm alguma função para estes, o vínculo duplo começa a funcionar mais abertamente e o faz de maneira crescente quando a desigualdade da dependência, sem desaparecer, diminui –

quando o equilíbrio de poder pende um pouco a favor dos *outsiders*. (idem, 2000, p. 30)

Nesse caso, a autoridade de coesão como diferencial dos estabelecidos se mantém até que o poder diferencial do capital exercido pelos *outsiders* da agroindústria sucroalcooleira faça esmaecer qualquer tipo de confronto e/ou tentativa de exclusão pela força do seu oponente. A não ser por uma possível hierarquia de mando vir a ser aceita (codificada e conformada socialmente) em Maurilândia, ter-se-á um grupo de *outsiders*, também forasteiros, também migrantes, se postulando como estabelecidos quando a variável transpuser dos tradicionais diferenciais de coesão para o diferencial do capital.

Com poder estável, os 'de fora' capitalizados, os usineiros e seus executivos (com altos cargos na usina vindos de São Paulo e de outros grandes centros do país), talvez não mudem a situação dos *outsiders* pobres e despossuídos, migrantes errantes em busca de melhores condições de vida. Todavia, tende a diminuir o fosso entre os dois grupos identificados, haja vista o 'excedente de poder' dos estabelecidos, bem como sua superioridade social tender ao enfraquecimento.

Sem dúvida, à ascensão dos *outsiders* possuidores dos meios de produção e do capital gerarem no município mudanças socioeconômicas que façam surgir novos grupos de estabelecidos e de *outsiders* com configurações diversas mostra a dinamicidade do espaço e seus agentes modeladores. É fato que o equilíbrio de força / poder entre os grupos é mutável, a movimentação de ascensão e declínio dos grupos ao longo do tempo é obscura. "Daí tornar-se visivelmente mais forte a onda de contra-estigmatização em uma batalha de poder, na qual o equilíbrio entre os diferenciais de poder vai se reduzindo aos poucos" (ELIAS, 2000, p. 25) como só a sequência dos acontecimentos e acompanhamento da história do lugar, Maurilândia, poderá confirmar.

Numa cogitação razoável, a espera de um devir, o que se poderia pensar seria uma situação em que a exploração, o desenraizamento, a pobreza, o baixo padrão de vida, as constantes submissões e exposição às decisões e ordens vindas dos agora *estabelecidos* pelo diferencial do poder pelo capital das usinas, colaborem para uma nova leva ou fusão de *outsiders*. Esses identificados não somente por aqueles vindos de fora, sobretudo dos 'de dentro', mas desprovidos do poder de mando pela desqualificação social, política e de coesão que o capital da cana faz surgir.

Ademais, “a humilhação de ser excluído das fileiras deles e as atitudes de deferência instiladas no grupo “inferior”, além disso, quando o diferencial de poder é muito grande, os grupos na posição de *outsiders* avaliam-se pela bitola de seus opressores” (ELIAS, 2000, p. 28). Se assim fosse, esses teriam a experiência de vivenciar, efetivamente, sua inferioridade de poder como um sinal de inferioridade humana.

Haveria uma contra argumentação para a situação de descrença na luta ferrenha entre grupos homogêneos (ou não) que partilham desventuras e exclusão deixarem suas armas de segregação, jugos, intolerância, anomias injustas, estigmatização e supremacia entre pares em função de lutar pela mesma causa: a não exclusão social, cultural, econômica e também espacial.

Faz-se coro às palavras de Norbert Elias (2000), também como forma de pensar outra racionalidade diferente desta que aí está, a qual tem na humanidade uma divisão tão real quanto imaginária, a (im)possibilidade de agir numa medida conjunta em prol de amenizar a aflição dos grupos mais fragilizados e relegados à marginalização.

Haja vista a crescente e constante interdependência entre os setores de produção humana ter intensificado “lutas mortíferas, ainda não se aprendeu a lição de que, num mundo cada vez mais interdependente, a dominação de um setor da humanidade sobre os outros está fadada a ter um efeito de bumerangue” (ELIAS, 2000, p. 34).

Entre verticalidades e horizontalidades espaciais, o lugar transborda conteúdos aprazíveis de análise e aprofundamento teórico-metodológico. O caso da pequena Winston Parva de Norbert Elias (2000) contrasta e assemelha figurações socioespaciais à pacata cidade rural de Maurilândia/GO. Os “de dentro” (estabelecidos) como, também, aqueles vindos “de fora” (*outsiders*) se constroem e são construídos pelas mediações sociais harmoniosas, ou não, que o território dimensiona por meio do vivido e experienciado no lugar.

Portanto, são as relações sociais que edificam o mundo concreto e se realizam como modos de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões. Por certo, são os eventos em pequena ou grande escala que marcam os tipos de apropriação e uso do espaço, bem como a conexão entre os atores.



Nesse patamar, considere os apontamentos: Como viver numa cidade encurralada pela cana? Como se dão as mutações, os movimentos e as conformações espaciais em regiões com domínio da monocultura canavieira? No próximo capítulo, serão apresentados processos e movimentos, formas de apropriação e espacialidades locais que se apresentam não como respostas aos questionamentos postos, mas como indicação do imbricado jogo e encadeamento socioespacial numa cidade rural.

## CAPÍTULO V

### **A CIDADE ENCURRALADA: MUTAÇÕES, MOVIMENTO E ESPACIALIDADES**

[...] podemos tomar como ponto de partida para o desenvolvimento do raciocínio capaz de produzir uma “leitura geográfica sobre a cidade” a ideia de cidade como construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza. Expressão e significação da vida humana, a cidade a revela ao longo da história, como obra e produto que se efetiva como realidade espacial concreta em um movimento cumulativo, incorporando ações passadas ao mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana.

Ana Fani Alessandri Carlos (2007)

#### **5.1 MUTAÇÕES ESPACIAIS E MOVIMENTO NOS “LUGARES DA CANA”**

O espaço é modificado a partir das diferentes formas de uso e apropriação. A inserção do novo, da técnica, do projeto, de ações (eventos) promovidas pelas políticas públicas e setoriais, das inovações via capital industrial, da monocultura que utiliza alta tecnologia na produção agrícola concorre para a reprodução do espaço numa lógica capitalista excludente e segmentada. Concomitantemente, outras manifestações são capturadas, evidenciando processos produtivos divergentes, contudo, embutidas nas temporalidades dos atores locais. Com efeito, a chegada do ‘novo’ promove mutações e movimenta lugares.

Nessa conformação (adaptação) dada a inserção do agronegócio da cana como processo exógeno de reprodução espacial, como se comportam os sujeitos do lugar? Como os grupos humanos, as comunidades, rural e urbana, de Maurilândia perceberam (e percebem) tais mudanças e movimentos? Pode-se dizer, num primeiro momento, que se verifica a fase da expectativa diante do novo e insurgente.

Sentimentos, imagens e reações difusas se dão mediante a insegurança e pouco conhecimento sobre o evento (agroindústria canavieira) por parte da comunidade local. Em seguida, tem-se a fase da percepção mais objetiva e ‘real’ do evento. A chegada do capital do agronegócio traz na bagagem promessas de desenvolvimento e riqueza para o lugar.

No momento da expectativa é o sonho, o projeto, a idealização do “novo” como fator modificador de estruturas e bases de produção arcaicas; do progresso chegando e transformador. Com certeza, a técnica possibilitaria “mecanismos do fazer” superando o penoso labor produtivo dos pequenos produtores e trabalhadores rurais e, ainda, aumentaria a produtividade de suas roças. Por certo esses benefícios alcançariam, como consequência, a porção urbana do município subsidiando seu crescimento. Este tem sido o pensamento recorrente da maior parte da população maurilandense, desde que o “novo” (agroindústria sucroalcooleira) se anunciou na década de 1980.

Desse modo, vagueando entre espaço – lugar de vida e espaço - fruto do evento dado, estão os atores locais que se veem a mercê dos ditames “dos outros” que comandam, decidem e se apropriam desapropriando o território da prática e vivência sociocultural. Esses sujeitos, por muitas vezes, encontram-se na linha tênue entre a expectativa e a ação, a esperança e a incerteza. Certamente formulando representações antes de possíveis ações (ingerências locais).

No entanto, não demora muito, a expectativa dá lugar à percepção (seguida pela decepção) de que a visão romântica do “desenvolvimento para todos” é confrontada pela realidade da estrutura produtiva capitalista dos grandes projetos rurais. Esses, ocupando papel de ator hegemônico, não dispõem de “espaço” para o pequeno produtor como parceiro, capitaneando as mudanças e movimentos inseridos localmente. Restam aos camponeses a subordinação e o sobretrabalho que alimentam os segmentos da agroindústria e da demanda de serviço por ela gerada, no campo e na cidade.

A condição de ser pequeno produtor rural, do camponês tradicional como para outros trabalhadores rurais é aproveitada e articulada como ferramenta estratégica na economia moderna, capitalista e globalizada, pois,

o campesinato é uma classe social que se insere na sociedade capitalista de forma subalterna. Ela é caracterizada por uma organização social específica que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória.

O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Se, por um lado, o mercado domina o campesinato, por outro não o organiza. (MARQUES, 2004 p. 152 citando TAUSSIG, 1980)

Na referência local analisada, as estratégias utilizadas pelos atores hegemônicos (*outsiders* capitalizados, a usina) detentores dos modos de produção vinculam-se à alta produtividade pela monocultura da cana para atender o mercado interno e externo.

À medida que os espaços rurais da casa e da roça, dos campos e das matas, das nascentes e dos rios, das antigas plantações tradicionais de grãos, dos pastos de criação extensiva de animais e dos Cerrados vão sendo apropriados e territorializados pela monocultura canavieira, os grupos humanos locais se retraem, outras vezes são deslocados para mais adiante. Esses, que viviam e labutavam nesses espaços, vão percebendo as bruscas mudanças ocasionadas pelo movimento dos novos arranjos produtivos que lhes sobrevieram.

As mutações espaciais e o movimento decorrente promovem fortes alterações nas condições de vida e de trabalho da população local; modificam-se, como consequência, os entendimentos, as percepções, as representações e o imaginário social. Como Santos (2008, p. 220-221), numa semelhante análise sobre espaços rurais apropriados por grandes projetos agrícolas, reconhece-se que

por esse caminho, começava-se a entender como o lugar foi sendo revalorizado, redefinido, reocupado e como nele as relações, as concepções, contradições e as possibilidades de superação foram sendo combinadas e definidas. [...] Os vários elementos da cultura camponesa foram sendo capturados, redefinidos, subordinados, e até certo ponto, metamorfoseados. [...] As características culturais, expressas nas paisagens de predominância das grandes lavouras, indicaram as condições fundamentais por onde as transformações ocorreram, assim como viabilizaram as descobertas em relação aos modos de vida resultantes.

Os eventos (as ações) que promovem o movimento e as mutações espaciais se dão de forma processual. Nas mediações técnicas e de inovações produtivas locais faz surgir, pelo próprio dinamismo agroindustrial, diferentes lógicas nos modos de vida, de produção e de interações sociais de épocas diferentes num mesmo lugar, de outras temporalidades.

São transformações promovidas nos meios e modos de produção tradicional nos lugares que, renovados pela técnica da alta produtividade, metamorfoseiam o

espaço rural e urbano. Essa situação é recorrente nas áreas de expansão das lavouras canavieiras, principalmente na porção sul do Estado de Goiás nas últimas décadas.

Em outra perspectiva, pensando as humanidades do Cerrado, como equalizar e/ou mensurar perdas auferidas pela ruptura com o lugar e as modificações nele geradas? As mutações espaciais provenientes da expansão canavieira no modelo monocultor – exportador conduzem importantes avarias das raízes socioculturais e históricas dos grupos humanos vítimas dessa agitação.

São espaços de vivência ‘invadidos’ e/ou agregados por projetos agroindustriais, como o grupo agroindustrial da Usina Vale do Verdão S/A (ver Figura 9).

Somadas, essas terras em torno da área *core* da usina se estendem além das limitações e demarcações territoriais de cidades e regiões. O complexo agroindustrial delimita e redefine territórios, expulsando / transferindo de forma compulsória uma gama de trabalhadores de sua lida diária com a terra, com o espaço por ele sociabilizado e reconhecido como lugar.

De outra forma, consoante às mutações e movimentos espaciais provenientes dos grandes projetos, enunciam-se situações ou possibilidades que dificilmente irão se cumprir para muitos sujeitos, esperançosos por fazer parte do protagonismo local. De outra forma, as pessoas do lugar também podem ser capturadas pelo novo, criando legitimações, possessões e novas significações.

Verifica-se que o progresso (ou sua contingência) ao chegar ao lugar traz consigo uma áurea de maravilhoso e desejável, de riqueza, emprego e lucro, daí a perspectiva de consumo é uma delas. Percebe-se que o sujeito almeja as duas coisas: tanto o tradicional que traz segurança, aconchego e saciedade familiar quanto as novidades trazidas pela modernidade, o fetiche da mercadoria, o desejo engendrado pelos meios de comunicação e pelo consumo.

Como resultado, vislumbra-se uma sociedade de consumo na qual consumir é alvo, meta a ser cumprida, quase uma obrigação; poder participar dessa ‘coisa’ é para alguns uma forma de conquista e de se ver diante da história como vencedor; o ter, o possuir ou fazer parte de um projeto de desenvolvimento é elevar sua condição social, alimentando o imaginário de ator protagonista do evento dado.

### **5.1.1 Práticas sociais rurais pressionadas pelo capital agroindustrial**

De forma pontual, conforme abordada nos capítulos anteriores, as mutações ocorridas por conta dos novos tempos trouxeram desdobramentos surpreendentes e dolorosos para muitas pessoas da região, como a ruptura com o espaço de vivência, por vezes processos violentos e traumáticos. Para esses atores, identificados como sujeitos dos grupos II e III da tipologia social dos maurilandenses, quando não capturados pelo ‘mundo novo’ apresentado pelos projetos da agroindústria, são deslocados, retirados, desenraizados dos seus lugares por conta da cana que cerca suas pequenas glebas.

São pequenos camponeses empurrados para fora de suas propriedades pelos desagradáveis inconvenientes da monocultura canavieira, tão próximos: presença de insetos, poeira tóxica, queimadas, agrotóxicos que acompanham os ventos, penetram nos solos e infiltram nos cursos d’água que sustentam homens e animais, quando não são persuadidos a vender suas terras ou parte delas.

Contudo, deve-se pensar no contexto atual de uma sociedade moderna (ou pós-moderna) das trocas. Nesse processo, a “contabilidade” é sempre resultado de uma mediação. Nunca se tem somente um lado. Há perdas para uns, lucros para outros em níveis sociais hierarquizados pelos bens que possuem e pelo capital de que dispõem (ou não).

Conjuntamente, a subjetividade, a cultura, o econômico, os valores de um homem que é seduzido, que reage e que se reinventa diante das possibilidades que lhes são colocadas também se apresentam. Contudo, coexistem em outros sujeitos a apatia, a desistência, a redenção e a acomodação frente às novas contingências locais.

Não raro, a celeuma traz consigo uma “redefinição e indiferença com respeito à história, à cultura; são maneiras de perceber o movimento, as contradições e as superações nas relações entre sociedade e natureza” (SANTOS, 2008, p. 222), entre grupos sociais e o Cerrado Goiano. Nesse caso, a contabilidade do sistema de trocas da modernidade parece estar em *déficit* para com muitos camponeses e trabalhadores rurais e para com a natureza (meio) que os sustenta.

A situação anterior foi identificada no III grupo de sujeitos que deixaram a vida e trabalho no campo por outras possibilidades de sobrevivência em atividades urbanas, dentro e fora do município de Maurilândia, desvinculados do setor agrícola, não por vontade ou escolha, e sim por imposição. Nessa conjuntura, não é arriscado dizer que a modernidade traz consigo perigos eminentes. São riscos frente às rápidas remodelações nos modos de produção e consumo, nas relações sociais, no espaço habitado, haja vista as implicações decorrentes do uso e apropriação do espaço pela agroindústria canavieira. Essas tentam imprimir uniformidade nos padrões culturais e de comportamento no campo e na cidade, desrespeitando o tempo de ação dos sujeitos locais.

Não obstante, a busca pela homogeneização faz surgir novas formas de poder, de segregação, de diferenças, de paradigmas morais, políticos, ideológicos e culturais. Paradoxalmente, a 'igualdade' proposta pela homogeneização produz desigualdades, "e desigualdades cada vez mais exorbitantes. Entra aí a questão cultural, a apropriação e nivelamento cultural dentro da reprodução da desigualdade social em um contexto de modernidade" (SIGAUD, 2008, p. 03).

Além das disparidades trazidas pelo capital agroindustrial têm-se, conjuntamente, perdas territoriais que precedem outras perdas. Sigaud as descreve como processos intercalares e sequenciais: perdas territoriais, econômicas, familiares e sociais, culturais e afetivas. A autora traduz, de forma clara, a situação de desprezo e de exclusão sofrida pelos grupos sociais pela falta de políticas públicas de amparo. São eles desfavorecidos, excluídos, esquecidos e marginalizados pelo Estado, pela sociedade capitalista do mundo moderno, mas, presentes no cenário local:

[...] a banalização dos processos de exclusão é um fato que se torna, cada vez mais, pertinente e corriqueiro, como se fizesse parte realmente da vida social. **Esses processos de exclusão não são necessariamente econômicos, o são também culturais, tornando mais emblemática a questão, pois a exclusão de âmbito cultural é menos notada a olhos nus do que a econômica.** Assim, em meio a esta etapa globalizante do capital, a cultura constitui um meio decisivo para a reprodução das desigualdades e de privilégios nas sociedades modernas. Mas nem todos os povos são modernos no sentido ocidental do termo, e, mesmo assim, se tornam excluídos, sofrendo com mecanismos provenientes da sociedade capitalista. (SIGAUD, 2008, p. 3 e 4, grifo nosso)

Nesse ambiente agroindustrial da cana, elementos de desigualdade e deformidade em relação aos costumes locais perpetuam no Cerrado. Isso porque as

transformações espaciais deixam marcas físicas e humanas. Forja-se um 'outro' homem; um sujeito distanciado de suas raízes culturais e sociais expondo-o às instabilidades do insurgente e moderno.

Conquanto, percebe-se que tais alterações, boas ou ruins, se dão localmente e se realizam assumindo contornos que revelam um homem novo e diferente, mesmo sendo o mesmo. Novo no sentido de que nunca se permanece igual após uma transmutação socioespacial que marca as experiências e enfrentamentos pela conquista efetiva do lugar.

A realidade presente anuncia que é nos lugares que os eventos se dão, modificando relações anteriores. Ainda que os resíduos<sup>44</sup> das relações vividas possam potencializar a permanência das pessoas no lugar (caso dos sujeitos inseridos no Grupo I), este homem já é outro. Nunca tudo (homem e natureza) fica igual após uma intervenção (empreendimento agroindustrial) que transforma a vida nos lugares, seja no campo ou na cidade.

As oscilações socioespaciais vivenciadas parecem modificar a percepção, os sentimentos, a imagem que as pessoas têm em relação ao lugar em níveis e dimensões diferenciadas e complexas. Mesmo para aqueles que ficam o lugar não é mais o mesmo, encontra-se modificado, transgredido, vituperado pelos agentes do capital agroindustrial. O que passa a existir são novas formulações, arranjos, estratégias de existência (ou coexistência) e formas de adaptação e superação (resiliência socioespacial?) nos lugares.

O lugar continua sendo o espaço vivido de comunidades, independente de sua localização geográfica e das condições ambientais, econômicas e sociais. Por conseguinte, é contínua e incessante a luta pela permanência e continuação da vida, mesmo nos "lugares da cana".

Ressalta-se a premissa de que é a partir do lugar que se dá a *práxis* humana. Ocorrências banais, o trivial e conhecido construído pelos meios e modos de vida, o uso da terra permeado por elementos naturais e humanos dão forma e vida ao lugar. Esse lugar, ora urbano ora rural, é embebido de experiências sensoriais e míticas (TUAN, 1983) que molduram o espaço prático da vida, sugerindo uma visão de mundo e de valores para os grupos humanos.

---

<sup>44</sup> Resíduos são elementos permanentes, recorrentes e reiteráveis na conduta humana social. Podem ser identificados como instintos, interesses, sentimentos, sensações, saberes entre outros (PARETO, 1923 *apud* MORA, 2001). Sobre resíduos, ver item 5.3 deste capítulo.



Nesse sentido, o esforço de reabilitação do lugar para o sujeito se dá, simultaneamente, à transformação promovida pelos grandes projetos, no caso em destaque a agroindústria da canana área estudada. Junto às mutações espaciais, tem-se a negação do que outrora foi vivido; dos valores humanos, dos meios de existência, da cultura que encaixilhava os arranjos socioespaciais anteriores. Há uma rebelião desse homem (figurada na resistência e resiliência?) hierarquizado pela agroindústria que se coloca acima do sujeito, da natureza, dos costumes e do espaço de vida social.

No espaço alterado há, agora, o fato concebido e dado, bem como as perturbações por ele geradas. Entretanto, quando o homem permanece no lugar, fica a possibilidade de reconstrução da vida social que o anima. Isso traz clareza às palavras de Tuan (1983, p. 103), quando ressalta que a localização e significação espacial “atribui personalidade ao espaço, conseqüentemente transformando o espaço em lugar. [...] É quase infinitamente divisível, não apenas o mundo conhecido, mas também a sua parte menor, como um abrigo individual”.

De forma pragmática pode-se dizer que o lugar é a essência individual / coletiva do espaço. Mas, de qual espaço? “Aquele que pode ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo e dos sentidos” (CARLOS, 1996, p. 20). O espaço passa, assim, do âmbito individual para o coletivo, haja vista a história que o produziu legitimar sua dimensão social. Assim, o espaço inserido no dia a dia das pessoas, nas várias formas de viver, relacionar-se, produzir e construir o lugar é vivo e real. Isso é verdadeiro porque “as relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental”, lembra Carlos (1996, p. 20).

Nessa conjuntura, o lugar se destaca como receptáculo e base das representações das territorialidades humanas, palco das tensões sociais. Porquanto, “à medida que o espaço é invadido por outros sujeitos e por propósitos de uso econômico [como a usina sucroalcooleira], os signos vão mudando, bem como o tempo no espaço, o sentido que se dá à natureza e aos seus elementos” (CHAVEIRO, 2008, p. 92, inserção nossa).

Trava-se uma luta, explícita ou não, pelo lugar e por novas configurações sociais, econômicas e culturais que o modificam em algo diferente, às vezes distante do original, descaracterizado. Elementos são negados, outros são potencializados à

medida que se concretizam as dimensões da existência do sujeito nesses lugares após a instalação de um grande empreendimento, seja ele agrícola ou não.

Elementos culturais se digladiam com elementos economicistas e progressistas, tentando inserir no lugar valores técnicos e modernos, próprios da lógica capitalista. Nesse embate podem ser criados movimentos sociais e organizações que fazem da cultura instrumento político para garantir o direito à vida nos lugares. Isso porque a cultura do lugar e o modo de vida dão suporte à existência humana; busca fomentar conhecimento adquirido fazendo reviver resíduos que podem criar condições favoráveis para a existência e resistência dos grupos humanos e dos saberes tradicional (patrimônio imaterial) frente à novidade que se apresenta.

Vale dizer que o “lugar é (re) construído em função de um tempo social e de uma lógica que impõe comportamentos, modos de vida, usos e práticas culturais (ANDRADE, 2008, p. 167)”. De forma análoga, Suertegaray (2001, p. 98) pondera que “o conceito de lugar induz a análise geográfica a outra dimensão – a da existência – ‘pois se refere a um tratamento geográfico do mundo vivido’” com base na experiência têmporoespacial (SANTOS, 1999). Talvez seja essa experiência que induz os sujeitos a se comprometerem com a luta social pelos anseios de mudança e melhorias para a comunidade da qual faz parte.

Concomitantemente, as intervenções internas na composição de grupos e/ou de classes que se contrapõem à hegemonia do capital sucroalcooleiro parecem, ainda, incipientes em Maurilândia e nos municípios vizinhos. Fato esse que demonstra a inexistência e/ou fragilidade de entidades (sindicatos, associação dos cortadores de cana, cooperativas de pequenos produtores rurais) que representam trabalhadores da cana e outros segmentos. Tais entidades buscam defender direitos e gestão mais justa nas relações trabalhistas entre usineiros e seus empregados nas áreas de expansão canavieira.

Destarte, as transformações espaciais estão circunscritas na dimensão temporal da vida. Em cada fase, período, os sujeitos experimentam novos embates e conformações territoriais. Essas, frequentemente, corroboram com as propostas do setor hegemônico e dos meios de produção (ausência e/ou enfraquecimento das reivindicações sociais e da classe trabalhadora).

Apresentam-se, então, os ditames das formas de apropriação local que correspondem a um desenvolvimento fluido e disperso, descentralizado e

heterogêneo, comumente distante do lugar da produção numa referência a economia globalizada. Ademais, se ser moderno ou pós - moderno é “estar de acordo com sua época” aceito e legitimado pelo imaginário coletivo, não fica difícil para as classes hegemônicas apregoar e disseminar a inovação tecnológica e mudanças nos modos de vida, concatenando-os ao quadro global, moderno e promissor (para quem?).

Em tempo, Santos (1985) lembra que o “meio-técnico-científico” é uma ilusão da mudança, do novo, de forma efetiva e real. O que se dá são os conhecidos mecanismos de apropriação local para franquear o desenvolvimento global. Este cruzamento espacial se dá de modo contraditório, alienígena e, mesmo assim, perenizado nos lugares.

### **5.1.2 Da apropriação local, do desenvolvimento global**

Que dinâmica sustenta essa lógica de que a partir da apropriação e uso do local se conduz, como consequência, ao desenvolvimento global? Talvez, como resposta, seja necessário imergir em conceitos que coroam os arranjos produtivos na atualidade nas dimensões locais e globais. Numa digressão atemporal, imagine-se: “era uma vez, uma época em que se acreditava e se sabia que o nosso planeta era um retângulo plano” (RAMOSE, 2010, p. 175). Não poucas foram as punições e sofrimentos impostos àqueles que desafiaram essa crença, argumentando que a Terra era redonda ou esférica. Sabendo que a crença foi superada pela ciência, a autora questiona: “Terá sido esta mudança de paradigma a inauguração histórica e intelectual da globalização<sup>45</sup>?” (idem, p. 175-76).

Por certo, não se responderia essa questão sem o aporte da filosofia e do embate epistemológico entre crença e conhecimento. No entanto, o que interessa, no momento, é compreender o termo ‘globalização’ no encadeamento atual, abastecendo-o das contradições e coparticipações conceituais, teóricas e metodológicas que o envolvem. Nessa proposta alinha-se à globalização o

---

<sup>45</sup> A gênese do uso do termo globalização encontra-se na produção bibliográfica estadunidense, enquanto seu correspondente, a formulação do conceito de mundialização é de origem francesa. “Embora, pouco a pouco, imponha-se e se universalize o uso do conceito de globalização”, conforme Spósito (2002, p. 149).

entendimento de apropriação e uso local paralelo à estratégia de desenvolvimento global no contexto produtivo.

A apropriação local (*localité*) como processo de relação do homem com a natureza se dá na forma mediadora com o outro e se concretiza espacialmente. É a dimensão social da história “que emerge no cotidiano das pessoas, no modo de vida, no relacionamento com o outro, entre esses e o lugar, no uso” (CARLOS, 1996, p. 26). E, ainda, conforme a autora (idem, p. 28):

Desse modo, as relações sociais que constroem o mundo concretamente se realizam como modos de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões. Referem-se a modos de apropriação que constroem o ser humano e criam a identidade que se realiza pela mediação do outro (sujeito da relação), já que as relações sociais têm concretude no espaço, nos lugares onde se realiza a vida humana, envolvendo um determinado emprego de tempo que se materializa enquanto modo de uso do espaço.

Enquanto o tempo lento consolida os modos de apropriação e uso do espaço pelo homem para sua reprodução social, tem-se, conjuntamente, o tempo rápido da técnica, do capital e da produção em escala industrial que se manifesta localmente. É nesse último que, “para produzir mais-valia, garantir sua apropriação e realizá-la, o capital cria o espaço geográfico apropriado: o *espaço do capital*. A chave da organização desse espaço é a divisão do trabalho” (MOREIRA, 2009 p. 42).

Nesses territórios, vê-se o valor de uso frequentemente transformado em valor de troca (mercadoria) que amplia a econominização da vida social, mudando a escala de valores culturais, favorecendo o processo de alienação de lugares e dos homens (SANTOS, 1996). Não seria a apropriação e uso do espaço local para fins globais a mais distante (e próxima) forma de divisão territorial do trabalho nos dias de hoje? Por certo, Carlos (1996, p. 31) responderia assim à questão:

Nesse sentido, o lugar é sempre um espaço presente dado como um todo atual com suas ligações e conexões cambiantes. Mas isto só pode ser entendido se se transcende a ideia do lugar enquanto fato isolado – o que faz com que a vida de relações ganhe impulso na articulação entre o próximo e o distante.

No âmbito do lugar, apesar de suas especificidades, o capital agroindustrial tem inscrito nele de forma ampliada o “espaço do capital”, fazendo alusão a Ruy

Moreira, na combinação produtiva do local – global. Em outras palavras, Carlos (1996, p. 29) exprime a forma dual desses espaços em que

a realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis, no lugar encontramos as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminarem-se as particularidades, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos da vida, os modos de apropriação, expressando sua função social, seus projetos e desejos.

Nesse contexto, o lugar surge como produto ambíguo que se estende a todas as relações sociais que envolvem o homem e o meio – é o singular (o fragmento) e é também o global (universal) que o determinam. A partir dessa constatação, a apropriação e uso do lugar em diferentes proporções se convergem no “ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, e às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias do capital e do trabalho” (SANTOS, 1996, p. 6).

Sob essa configuração estão pequenas cidades, como o município de Maurilândia/GO, que tem tanto no seu espaço rural quanto no urbano a inserção de marcas, formas, funções que sugerem e imprimem modificações e adaptações espaciais. Consequentemente, a técnica, a ciência e o capital favorecem as mudanças citadinas no cumprimento de suas “obrigações locais”.

Em relevo o fornecimento da matéria-prima para a agroindústria sucroalcooleira visando o mercado nacional e internacional é tarefa direcionada à área rural do município, que se tornou extremamente competitiva, mecanizada e produtiva para atender as demandas atuais.

Nesse estudo, a pequena parcela territorial denominada de cidade rural envolve as dimensões de forma e conteúdo (conforme Capítulo 3). Dito de outra forma, para Santos seria o fenômeno da cidade local que se encontra ligada às transformações do modelo de consumo no mundo, sob o impacto da modernização tecnológica da globalização (SANTOS, 2008).

Se globalizar significa reunir num todo, tornar mundial em âmbito e aplicação, conforme dicionários de amplo uso, fica fácil discernir que a globalização “é uma metáfora para a aspiração ou a determinação de tornar uma ideia ou estilo de vida aplicável e funcional em todo mundo” (RAMOSE 2010, p. 191-92). Assim, um sistema único de ideias e controle socioespacial disseminaria a *mesmização* pelo globo, intenção clara da globalização. Além disso, “o espaço global é formado de

todos os objetos e fluxos (sistema de ações e de objetos). A escala dos fluxos materiais e imateriais é tanto mais elevada quanto seus objetos dão prova de maior inovação”, esclarece Santos (2008, p. 149).

De forma equidistante, o pensamento abissal de Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 32) evidencia as distinções invisíveis das “linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’”<sup>46</sup>. Parafraseando o autor, se poderia pensar na ‘globalização deste lado da linha e não globalização do outro lado da linha’, situação explícita em que se encontram comunidades urbanas, rurais, lugares e pessoas excluídas do processo de mundialização e globalização da economia (e da vida).

O mundo globalizado, desenvolvido e tecnificado mostra, também, sua feição perversa nas diferentes e não poucas contradições resultantes na dimensão do humano. Nesse sentido, tem-se nos mecanismos de agregação de lucros com a produção e comercialização de produtos, tecnologia de informação e comunicação mundial (rede de computadores e *Internet*) que dão mostras de que “a negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal” (SANTOS, 2010, p. 39). São as humanidades e sub-humanidades modernas se sobrepondo nos espaços globalizados vivenciados pelas pessoas comuns em diferentes esferas.

Mesmo a globalização não demonstrando claramente uma “divisão” espacial do mundo (ou partes dele), como o pensamento abissal de Santos (2010) que vê a impossibilidade da copresença nos dois lados da linha, a dialética do capital permite a convivência do global com o local, numa relação não de reciprocidade, mas, de alienação do lugar em prol das virtualidades do global. Não havendo reciprocidade, há, minimamente, a interdependência e graus de complementariedade. Nesse caso, a copresença se dá mais no sentido espacial que social, haja vista serem pares contrários, mas, que se interagem.

“A globalização não é somente a existência de um novo sistema de técnicas, mas conjuntamente de ações que garantem a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes”

---

<sup>46</sup> O autor explica que “a divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece, enquanto realidade torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção aceite de inclusão considera como sendo o Outro” (SANTOS, 2010, p. 32).

(COUTO, 2013, p. 43). Na esteira do desenvolvimento do sistema mundo, fruto da modernidade, percebe-se que “o espaço é de quem já tem ‘espaço’. Isso no entendimento de ser o espaço a base para as relações de (re) produção do capital. Ele, por sua vez, se multiplica por meio do espaço – terra – mercadoria, garantindo o desenvolvimento capitalista” (SILVA, 2010, p. 18). Quer dizer: o capital, o poder, a hegemonia está nas mãos daqueles que conseguiram ter espaço fazendo dele uma moeda de compra, venda, troca e poder político.

Ademais, quem tem espaço tem território. A partir do território adquire-se poder que garante ao capital ser capaz de beneficiar a terra por meio da técnica (neopositivismo = tecnicismo) e da força do trabalho humano. Esse processo gera lucro para o capitalista, dono da terra e gestor do território, apoiado pelo saber ideológico (político), científico (técnica) e pelo Estado (ação). Nessa conjugação, o desenvolvimento se funde ao crescimento econômico da classe hegemônica.

Como exemplo, têm-se no conjunto de circunstancia da área estudada, estabelecendo alinhamento histórico, os latifúndios das grandes fazendas tradicionais de engenho, as oligarquias cafeeiras e leiteiras detentoras de extensas propriedades de terra. Logo após, os “mercenários” das jazidas auríferas. Mais tarde, os agricultores envolvidos na produção em grande escala para o mercado externo, os usineiros, os primeiros e atuais agroindustriais e tantos outros que tiveram na “posse da terra e da técnica” a garantia de alta produtividade e lucros, *status* econômico, político e social. Santos (2008, p. 149) explica tal situação:

Podemos falar de produtividade espacial, noção que se aplica a um lugar, mas em função de uma atividade ou conjunto de atividades [*no caso, a monocultura da cana e a infraestrutura para seu desenvolvimento*]. Essa categoria se refere mais ao espaço produtivo que ao produzido. Sem minimizar a importância das condições naturais, são as condições artificialmente criadas que sobressaem, enquanto expressão dos processos técnicos e dos marcos espaciais da informação. (*complemento nosso*)

Outro aspecto que contribui com o desenvolvimento (crescimento econômico) proveniente da globalização é a possibilidade técnica na produção, amparada a outros processos tecnológicos que provocam a *compressão do espaço pelo tempo*, dados os modernos meios de transporte e comunicação. Todavia, esses “espaços e tempos” simultâneos são desiguais também no tempo e no espaço das humanidades locais.

Cabe, aqui, pensar no *mito* do tempo e espaço fluidos da pós - modernidade permeando o imaginário coletivo para aceitação das mudanças dos novos tempos. A quem interessaria a diminuição (ou fim) do espaço e dos territórios? Ao que tudo indica, ao processo globalizador que busca homogeneizar mecanismos e informações. Objetiva, como consequência, mesmizar modos de vida, interferindo na construção de elementos materiais, humanos e espaciais. Nessa confluência de elementos globalizantes, pode-se afirmar:

A sociedade urbana caminha de forma inexorável à sua realização global, e a informação e as redes são fatores importantes nesse processo. Um lugar contém sempre o global, é específico e mundial, articula-se a uma rede de lugares. Apóia-se numa rede de difusão – de fluxos de informação, bens e serviços, processo que tem como pano de fundo a mundialização da sociedade, da economia, da cultura e do espaço que se constitui cada vez mais um espaço mundial articulado e conectado, o que implica um novo olhar sobre o local. (CARLOS, 1996, p. 49)

Desse modo, em qual sentido e dimensão estariam sendo percebidos tempo e espaço para os “sujeitos reais” que vivenciam essas mudanças no lugar? Para eles (os maurilandenses), o tempo seria o da memória, do passado, do trabalho, da produção; a percepção do tempo cíclico (ecológico – tempo contínuo da natureza); em menor grau o tempo industrial, rápido, distante e processual.

O espaço, por sua vez, seria o da sobrevivência e do trabalho, da casa, do quintal, da terra – propriedade e apropriação, da família e da sociabilidade imediata (parentesco e vizinhança) e de forma mais distante, o tempo da máquina, da tecnologia, no rural como também no urbano.

A representação do espaço e do tempo percebido de hoje, para esses sujeitos, se aproxima do espaço vivido das práticas materiais pretéritas, conforme Harvey (2010, citando GURVITH, 1964; LEFEBVRE, 1974), na discussão ‘espaços e tempos individuais na vida social’ e ‘tempo e espaço como fontes de poder social’ (Condição Pós-Moderna, 2010).

Para Harvey (2010, p. 204), a distinção entre espaços e tempos deve contribuir para uma análise mais profícua da realidade no que tange à “experiência cambiante do espaço na história do modernismo e do pós-modernismo”. A partir desse espectro:

as práticas temporais e espaciais nunca são neutras nos assuntos sociais; elas sempre exprimem algum tipo de conteúdo de classe ou outro conteúdo



social, sendo muitas vezes o foco de uma intensa luta social. Isso se torna duplamente óbvio quando consideramos os modos pelos quais o espaço e o tempo se vinculam com o dinheiro e a maneira como esse vínculo se organiza de modo ainda mais estreito com o desenvolvimento do capitalismo. (idem, p. 218).

Vale lembrar que para Harvey, a análise espacial de Lefebvre (1994) contém o espaço social múltiplo com base nas representações que emergem da tríade conceitual das práticas espaciais, das representações do espaço e dos espaços de representação, bem como seus desdobramentos na noção de espaço percebido, concebido e vivido. Em confirmação, Lefebvre (1994, p. 32) explica:

ao mesmo tempo em que o espaço carrega consigo simbolismos explícitos ou clandestinos – representações das relações de produção – próprios do cotidiano, do particular, do vivido, transmite, também, as mensagens hegemônicas do poder e da dominação – representações das relações sociais de produção –, expressões do geral, do concebido.

O espaço concebido da modernidade significa o presente e a atualidade, a pós-modernidade seria o *vir a ser* desde já prevista e experimentada no âmbito global e projetada no espaço local. Poder-se-ia viver em um tempo que não fosse o presente a não ser pelo imaginário e/ou representação? Qual seria o futuro daquilo que sempre estaria no presente?

Sem aprofundar nessa questão, parece que a pós-modernidade trata de um espaço e tempo macro – globalizado – e não do espaço tempo do cotidiano, do trivial e do banal que, por vezes, se altera frente aos valores e ideologias universais. Abstrai-se, dessa forma, as duas dimensões da modernidade e pós-modernidade: dimensão ideal (projeto) e dimensão real – ideal (imaterial/simbólica), na qual se inclui a visão de mito (HAESBAERT, 2006).

Por analogia, a modernidade pode ser concebida como uma fase (espaço de tempo/era) da racionalidade e da tecnocracia, por conseguinte de controle social. Daí a força da pós-modernidade suprindo as fissuras da modernidade num processo de acomodação do real (presente) com o futuro (projeto). A primeira assiste com maior competência às transformações, à pluralidade, os arranjos locais e globais, às diacronias, o tempo da sociedade pós-industrial e técnico informacional (SANTOS, 2004).

Pontuando a questão do desenvolvimento, tem-se na inserção das técnicas de produção e nas ideológicas fatores fundamentais para alavancar atos

desenvolvimentistas que ainda ecoam desde os tempos de criação dos mitos coloniais, republicanos, democráticos e liberais, para dar um exemplo caseiro. Esses serviam (e ainda são utilizados) para explicar e justificar o modelo de desenvolvimento regional brasileiro com vistas ao progresso (mais econômico que social) do país.

Essa compreensão linear da política ideológica do Estado para disseminar e normatizar conceitos (ideologias) e processos depreende-se, mormente, das estratégias de promoção e assimilação da globalização e internacionalização, focando as localidades, por consequência os atores sociais. São processos cambiantes em escalas hierarquizadas: internacional – nacional – regional – local com os mesmos interesses: alargamento das fronteiras capitalistas de produção.

Forjados, os arranjos territoriais desencadeiam formatos que vão agregar ao local valor do mercado produtivo global: maior lucratividade com menos tempo de trabalho e uso de mão-de-obra. Não seria este o “modelo” assistido desde o início do uso da técnica (tecnologia) para alcançar o tão propalado desenvolvimento? Mudam-se as nomenclaturas, mas as ações são as mesmas. Seria a novidade do velho e o repetir do novo já conhecido.

O fato é que a técnica, a máquina, o processo mecânico substituir trabalho humano. O poder do discurso desenvolvimentista na reestruturação do espaço continua latente, substituindo o trabalho humano pela máquina numa rapidez jamais vista. O que muda são as formas de conduzi-lo. Teórica e ideologicamente rico na argumentação, usam-se métodos que *naturalizam* (também culturalmente) as ações e o poder hegemônico dos agentes envolvidos nas atividades econômicas específicas de cada tempo e espaço. “Mas só os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios”, avalia Santos (2008, p. 150).

Com base nessa compreensão, a hegemonia da classe dominante se imiscui impondo formações territoriais e hierarquias de poder e controle social, espacial e produtivo.

[...] em todos os tempos aqueles que dominam têm sido os vencedores [a exemplo dos estabelecidos que detém o poder tradicional local e/ou pelos *outsiders* com poder de mando por meio do capital agroindustrial na cidade rural de Maurilândia]. Aqueles que passam de uma geração à outra o poder de tornar outros, outras pessoas, outras vidas, um objeto, uma coisa para eles, um ser-de-uso regido pela lógica do interesse e fora, portanto, do campo da intercomunicação entre iguais. (BRANDÃO, 1998, p. 43-44, grifo nosso).

Esses “vencedores”, identificados pelo autor, são responsáveis, em grau elevado, pelas perdas culturais das ruralidades e urbanidades trazidas como herança original dos grupos sociais. À essa reflexão, Spósito (2002, p. 151) acrescenta mais clareza à forma de constituição dos espaços de mando pelas classes hegemônicas:

Essa constituição, alicerçada pelas possibilidades técnicas que ampliam as formas de comunicação (materiais e não materiais), comandada pelos interesses de mercado que impõem, até certo ponto, a homogeneização dos valores e dos interesses de consumo e as práticas políticas cada vez mais preocupadas em transformar “os territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional”, têm levado, progressivamente, à **transformação das diferenças em desigualdades**.

O arranjo produtivo que congrega a dualidade global - local, em meio à contingência de elementos contraditórios e conflitantes que o identificam, tem aberto vasto campo para pesquisa e reflexões, principalmente no tocante às novas espacialidades geradas pelo desenvolvimento globalizado, bem como às desigualdades por ele engendradas.

Com frequência esse modelo se apoia nos arranjos produtivos locais para manter eficácia e longevidade, haja vista a efemeridade das ações capitalistas da pós-modernidade. Isto se dá pelos processos e fluxos globais possuírem intencionalidades e racionalidades que formam redes desiguais que se sobrepõem e/ou são prolongadas por outras. Grosso modo, pode-se dizer que são ações que se estendem do macro ao micro espaço de mando e de subordinação.

Todavia, contrariando algumas formas de poder e processos territoriais verticalizados, têm-se “as horizontalidades como domínio de um cotidiano territorialmente partilhado com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária” (SPÓSITO, 2002, p. 151). Desse confronto emerge as espacialidades que pertencem ao mundo rural e os recônditos da cidade rural como forma-conteúdo dessas horizontalidades.

## 5.2 ESPACIALIDADES RURAIS E DA CIDADE RURAL DE MAURILÂNDIA/GO

Ainda, é possível falar de ruralidades e urbanidades num sentido de prática coletiva do/no lugar? Estaria o lugar (no campo ou na cidade) impregnado de tal forma pelos usos vindos “de fora”, a tal ponto de perder (ou abandonar) experiências, vivências, costumes, modos de vida? Decerto que a história estabelece o vínculo entre os “de dentro” e os “de fora” [os estabelecidos e os *outsiders*] construindo, como consequência, o que é global no local (CARLOS, 1996); sabe-se que “o lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular”, afirmado por Carlos (1996, p. 28-29, inserção nossa).

A espacialidade local, como ponto de articulação do que está sendo mundializado, torna-se receptor de outra ordem (ou uma contra-ordem?) que impõe normas para uso local. No arrebique do poder mundial que fragmenta o local ditando fortes inserções estão, não raro, a produção e o produzir, comércio e serviços, a moda, os costumes, gestos, falas, bem como o desejo de consumir coisas (bens?) e mercadorias repercutidas vorazmente pela mídia. Tal processo empobrece a criatividade na vida dos sujeitos e dos lugares. Em sentido amplo, Carlos (1996, p. 92) enfatiza:

O cotidiano hoje se empobrece no sentido em que cada vez mais ele está subordinado ao mundo das mercadorias, em que os sinais de *status* permeiam as relações, e o valor de troca subjugava e captura o sentido do uso. Nessa perspectiva o cotidiano se apresenta como o lugar dos gestos repetitivos e da uniformidade e homogeneidade de hábitos, formas de uso, comportamento, valores, etc. Tudo programado pelo capitalismo e pela estratégia estatal que organiza o cotidiano (modo de morar, vestir, como e onde despendem as horas de folga e lazer) tratando de abolir a diferença.

Acredita-se que é na diferença que se inscreve a singularidade e identidade do lugar urbano e/ou rural. Numa porção menor do espaço, como a cidade rural de Maurilândia, também são manifestos conflitos, desequilíbrios, bem como forte tendência de acompanhamento do que é mundial e mundializado (vendido).

Não obstante, também se reconstrói e se refaz por meio dos fundamentos históricos, sociais e culturais. Dá-se, então, a diferença, os ritmos locais mesmo

suscetíveis a fortes ventos externos. Quando o lugar não se anula (frente à pressão de moldes exógenos) cria-se a possibilidade da (re)construção social pelo pensar, agir, viver e usar o espaço no processo de apropriação desse.

O que se propõe nessa reflexão é mostrar as práticas do rural no urbano (e vice versa) no que tange às espacialidades construídas, percebidas e vividas; formas de ruralidade e urbanidade<sup>47</sup> enquanto fundamento socioespacial na elaboração identitária do lugar. Essa ideia será retomada logo após os argumentos de Carlos que, de forma veemente, aponta o lugar como *lócus* principal da reprodução da vida. Desta feita, destaca-se que perscrutando o endógeno e as particularidades de uma região, de uma cidade, de uma porção do espaço tem-se o lugar como

produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida. [...] Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si. (CARLOS, 1996, p. 29)

Essa argumentação conduz a discussão para o seguinte enfrentamento: em que sentido tem sido construídas ou reafirmadas no urbano práticas rurais e no rural práticas urbanas? Quais as percepções, movimentos e ações revelam o espaço como algo a ser apropriado à luz de uma cultura e dos modos de vida de um lugar? O desvelamento dessas questões traz luz à problemática do espaço produzido e do espaço em produção com algumas digressões.

O espaço está dado, identificado, posto, quantificado e qualificado pelo que produz, pela sua função, pelo seu estado *à priori*. Em seguida, tem-se o seu *status* revelando a condição de espaço produzido em função do seu principal agente, o homem. Nesses termos, o ser humano, sujeito da ação, recria novas relações espaciais – espacialidades – numa construção cultural que lhe legitima e identifica.

Foi assim que os sujeitos do campo e da cidade no município de Maurilândia, em suas construções individuais e/ou coletivas, reafirmaram o lugar como dimensão do vivido. É na experiência cultural dos outros que melhor se percebem os

---

<sup>47</sup> A ruralidade e urbanidade são noções, conceitos, ideias que serão abordados, amiúde, no último item deste capítulo.

processos, contrastes e as ações dos sujeitos num determinado espaço. Isto porque “não há grupo humano estável que além de ter a sua vida social, a sua *sociedade*, não tenha também a sua *memória*, a sua *história*, a sua *cultura*” (BRANDÃO, 2005, p. 34).

O espaço, sendo relacional, denota complexo processo de construção cultural ao mesmo tempo forte e sutil, capaz de denunciar o *jeito de ser das pessoas de um lugar*! Este jeito de ser e de viver dos sujeitos rurais do campo e da cidade foi capaz de capturar o olhar geográfico, científico e investigativo, poético e afetivo do autor desse estudo. Observar o lugar enquanto espaço relacional do ser e do devir através da ação dos sujeitos que nele vivem e reagem é de particular importância.

Nesse aspecto, diz-se daqueles que saíram do seu lugar rural para reterritorializar em espaço outro, no urbano, mas que guardaram consigo os elementos que lhes dão identidade. Como também dos sujeitos das cidades rurais que se constituem pela cultura do campo, pelos modos de fazer, relacionar, demonstrar fé, crenças, costumes, algumas das peculiaridades mantidas. Desse conjunto fazem parte os sujeitos dos grupos II e III (temporários e fora do lugar) da tipologia apresentada no início desse trabalho.

Ademais, o lugar (campo ou cidade) enquanto dimensão micro de um espaço maior se configura como lugar da vida, com fatos repetitivos e corriqueiros, de existência e de persistência, de início e fim do caminho, de processos e de histórias, de buscas. E, depois de tudo, o sujeito do lugar ainda se (re) constitui em agente do seu ser e agir, mesmo em meio a tensões, perdas, rupturas e recomeços.

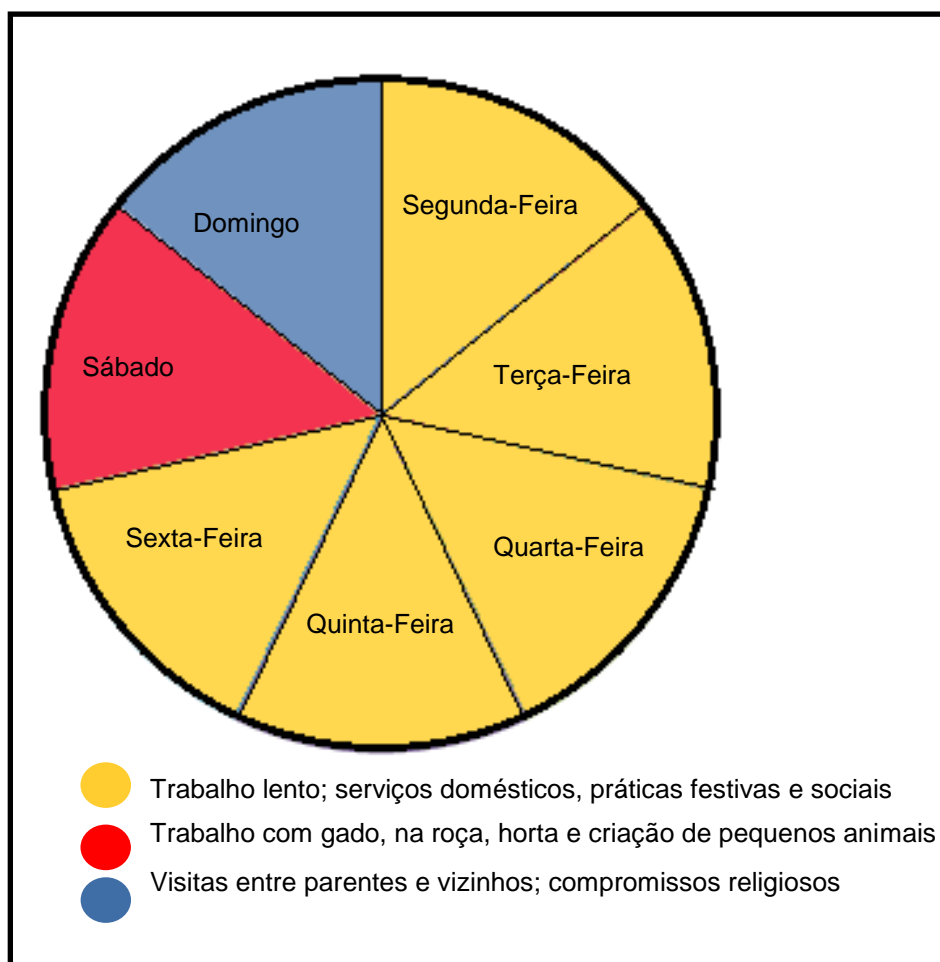
É nesse lugar construído pelos sujeitos que o espírito repousa! Nele se percebe a aparência, as feições, as identidades e ao penetrá-lo mais intimamente, pode se perceber a essência, o *ethos* (BRANDÃO; WOORTMANN e MARQUES, 2004), o ‘jeito de ser’ do sujeito rural, especificamente. Esse carrega ‘marcas’ deixadas pela história, pelo tempo, pelo campo e pelos outros que, entretecidos com as ‘coisas’ do lugar, recriam um novo homem.. Parafraseando Paul Ricoeur (2007), este homem que age e que sofre... *Este homem capaz!* Capaz no sentido de tornar exequíveis tarefas e/ou atividades que pareciam desaparecer do espaço da cidade rural e do campo. Capaz de sobreviver e continuar sua reprodução social apesar das dificuldades e crises (resiliência socioespacial).

Cabe enfatizar que o jeito de ser do camponês está intimamente ligado ao seu tipo de trabalho e reprodução social, além da sua proximidade com os ciclos da

natureza que moldam os fazeres campestinos com maior ou menor uso da técnica. A rotina semanal no campo é dividida em tempo de trabalho e tempo de ócio. Esse último não equivale a não trabalho ou à não atividade, é sim o tempo separado, reservado para práticas religiosas, festivas e sociais. A solidariedade, o prazer em servir e a proximidade familiar e com a vizinhança definem, fortemente, as relações sociais no/do campo.

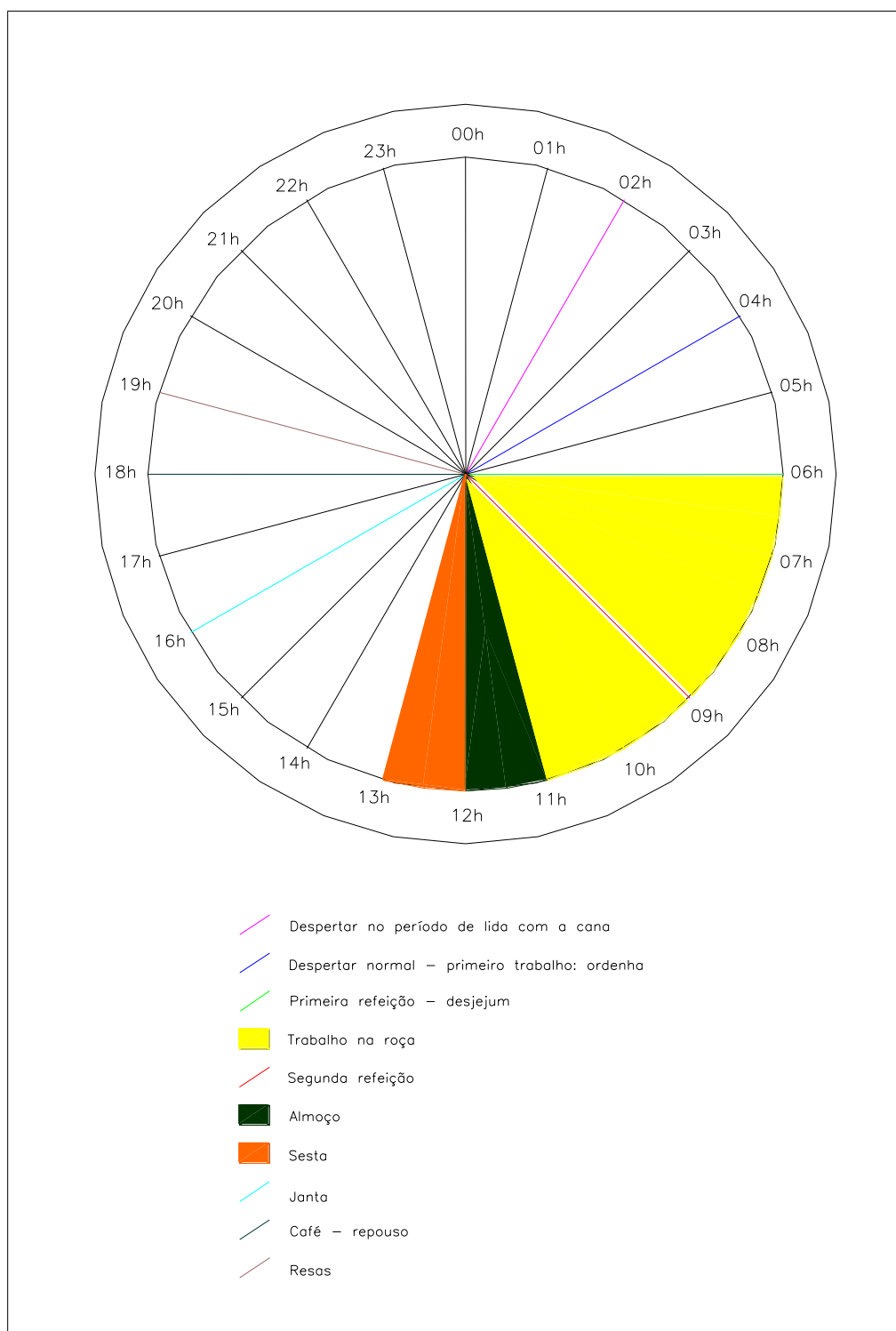
Em dias atuais (2014), ainda podem ser percebidos resíduos do modo de vida campestino, contudo, mesmo com o advento da modernidade e da tecnologia penetradas campo adentro, o trabalho e a sociabilidade ainda contornam os muitos saberes e fazeres do homem rural e campestino. Os gráficos seguintes ilustram a forma de trabalho e vida social tradicional no campo antes e durante o agronegócio da cana e outros megaprojetos em espaço rural.

**Gráfico 1:** Temporalidade e modos de vida do camponês tradicional: Maurilândia/GO.



**Fonte:** Santos (2008). *O Trabalho Semanal – Antes dos grandes projetosin: Gaúchos e Mineiros do Cerrado – Metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais*. EDUF. Uberlândia/MG – Adaptação da autora.

**Gráfico 2:** Ciclo diário do trabalhador camponês tradicional nos Cerrados.



**Fonte:** Santos (2008). *O Ciclo de Trabalho Durante o Dia – Antes dos grandes projetos*. In: Gaúchos e Mineiros do Cerrado – Metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais. EDUF. Uberlândia – MG – Adaptado pela autora.

A rotina de trabalho e a duração do dia marcam, de forma incisiva, o labor rural nas atividades camponesas. Essas são marcadas por ritmos no cotidiano que



definem espacialidades e temporalidades. A técnica complementa o trabalho humano, em maior ou menor grau, conforme a tarefa a ser realizada e a disponibilidade de capital. Nota-se o rigor nos horários das atividades laborais, haja vista a sequência a ser seguida, obedecida. A hierarquia ditada pela natureza é a ordem (necessidade) natural no trato com os animais e com a roça. Conforme o tipo de produção agrícola, o tempo dedicado a ela pode ser prolongado ou abreviado.

Conforme o Gráfico 2, o gado recebe dois tratamentos ao dia: a ordenha pela manhã e o aparte à tarde (separação dos bezerros de suas mães, gado solteiro, divisão nos pastos, cuidados com a saúde do rebanho etc.). É parte importante da vida no campo o tempo dedicado às rezas e à família, sempre no início da noite. As conversas ao pé do fogão à lenha, regadas com cafezinho após o jantar, indicam mais um fim do dia de labuta para o camponês tradicional de épocas passadas e também recentes, em alguns lugares rurais.

Não só os camponeses, mas, as pessoas que deixam seus lugares, amiúde, os levam na memória, daí a *mobilidade do lugar* por meio dos “lugares de memória” (HALBWACHS, 2006; RICOEUR, 2007). O lugar na/da memória, nas representações sociais seria estruturas cognitivas e simbólicas que perpetuam ou alongam a existência do lugar perdido (roubado/deixado/desterritorializado)? Sim, pensando as representações como “um jeito” que “geograficiza” o mundo na vida cotidiana, o universo consensual e o reificado.

A compreensão pela qual se dão a perda do lugar e sua reconstrução, mesmo que parcial e subjetiva, pode acontecer em outro contexto espacial, reafirmando práticas rurais no urbano como formas de reprodução social. Por isso a cultura do homem do campo, a força desses lugares numa dimensão simbólica com seus ‘feixes de significados’ (GERTZ, 1989) possuem identidade, características que lhes são próprias, garantindo seu movimento no espaço. “Assim, essa vida campestre tem muitos significados, em termos de sentimentos e de atividades, no espaço e no tempo” (WILLIAMS, 2011, p. 15).

Diante disso, uma assertiva: são as pessoas em ação, em movimento no espaço e no tempo as responsáveis pela existência dos lugares. Ademais, a cultura, o espaço, as relações sociais e de trabalho margeiam e fecundam o lugar! O espectro espacial que recebe esse movimento pode ser percebido como espaço presente das pessoas, do mundo vivido e das experiências obtidas. Para o sertanejo (camponês), seja no campo ou na cidade, em todo tempo se reproduz o rural, a

identidade e a cultura que transborda nas práticas do saber, do ser e do saber fazer. Dito de outra forma, Marques (2004, p. 151) denuncia:

Assim, em meus estudos, ora encontrei um “mundo camponês” sendo invadido por um conjunto de mudanças e forçado a se ajustar a elas, para se reproduzir enquanto tal, ora a campesinidade surge como um projeto de vida para trabalhadores sem terra do campo e da cidade, tornando-se realidade por meio da luta e a partir de sua reprodução contraditória no seio da sociedade moderna.

Em meio às tantas questões que marcam a campesinidade, as formas de reprodução do seu modo de vida denunciam a construção de outras espacialidades que contribuem para manutenção de sua existência numa dimensão menor, da vizinhança e da família, mesmo na cidade. São elaborações culturais evidenciadas na vida social dos maurilandenses de origem rural.

Dentre os elementos que constituem a identidade rural, destacam-se: a linguagem (dialeto caipira) desde sua gênese ao que foi passado de pai para filho; as comemorações religiosas que se realizam nas casas de parentes que ainda vivem na roça, bem como as festas com muita ‘comilança’ regada à música caipira de raiz; as conversas e afeições que se devotam ao passado, pela família e vizinhos; e ritos para cura de doenças e educação dos filhos. São aspectos latentes, atributos visíveis da cultura campesina e do *ethos* rural (CÂNDIDO, 2010; WOORTMANN, 1990; MARQUES, 2004).

Mormente, as formas próprias de relações sociais, os instrumentos de trabalho, a gastronomia rural, os usos como o rádio de pilha ao pé do ouvido, o chapéu panamá e as botas sete léguas fazem parte da ‘armadura’ de muitos sertanejos goianos e de outros lugares, mesmo na cidade. São costumes que transcendem o lugar e o tempo, carregados pela memória. São espacialidades rurais reproduzidas por muitos maurilandenses até os dias de hoje.

Ao mesmo tempo, o processo de urbanização não apagou (em tudo) formas, cenários, espaços e lugares, “personagens” que dão o *tom* sociocultural dos conteúdos de ruralidades presentes na cidade. Nas histórias solidárias ou não, práticas e saberes dão vivacidade ao modo de ser camponês fora do campo.

Muitas vezes, os sujeitos incorporam no viver urbano relações sociais (compra, venda, troca, encontros, preferências, consumo, desejos, sonhos) em busca de coisas, muitas vezes, envolvidos pelo imaginário rural que remete à pureza

e originalidade de bens, serviços, produtos e relações originárias do campo e do modo de vida rural.

De modo particular, ouviu-se de pessoas que migraram do campo para a cidade de Maurilândia e entorno o prazer e gosto de pensar e agir na cidade rural como nos moldes procedentes da vida na roça. Parece-lhes uma possibilidade menos traumática de rito de passagem do rural para o urbano. Por esse “portal imaginário” passaria a cultura, a tradição, as lembranças, os sons, os gostos, os sabores, a paisagem, a memória dos tempos em que se sonhava em conseguir “coisa melhor” na cidade. São elaborações que os fazem retornar à vida rural, muitas vezes decepcionados com a experiência obtida fora dela.

Essas e outras particularidades, descritas nas falas dos maurilandenses, fazem surgir novas abstrações. A necessidade de retorno ao passado e ao lugar de origem dos camponeses, trabalhadores rurais migrantes ou não, denuncia a escassez e precariedade a que são submetidos na cidade. Os baixos salários pagos aos “empregados da cana”, contratados de forma temporária, tanto nos imensos canaviais como no interior das usinas são razões frequentes de insatisfação.

Ao mesmo tempo, os desempregados do campo, sem condições de trabalho por falta de qualificação profissional, são forçados ao sobre trabalho. São rotinas diuturnas nas frentes de trabalho temporário que raramente surgem e nas atividades marginais na cidade que coadunam para o descaso e desumanização do ser humano. Perde-se o trabalho, a dignidade, o poder de reprodução social. Perde-se a faculdade de ser humano quando se perde a dignidade e direito à vida.

Por certo, condições melhores de trabalho e de sobrevivência na cidade não os levariam de volta pra casa, no campo. Talvez, nem seria a alternativa de muitos desses sujeitos, entretanto, traria hombridade ao trabalhador rural migrante, despossuído de terra. Em condições de livre arbítrio, os trabalhadores vindos do campo poderiam reconstruir seu lugar com motivações reais e seguras dando vazão ao seu modo de vida rural, mesmo em espaço urbano. São elaborações locais que se chocam à falta de critérios e princípios de humanidade do sistema mundo que alisa o espaço e faz esmaecer a identidade nos/dos lugares.

### 5.2.1 Na contramão do sistema mundo, *ser rural e ser urbano enquanto especificidades complementares e dissonantes na cidade rural*

Do espaço da técnica, da racionalidade até os espaços de vida comum, passando pelo território (usado ou construído) são auferidos valores que dependem do bem agregado ao socioeconômico e cultural até chegarem ao lugar, *habitat* primeiro e último do ser humano. Essas acomodações estão imbricadas em dimensões diferenciadas, geminadas ou não.

O que se verifica na empiria é a interdependência espacial global – local se alinhar. “Num processo dialético, estes espaços tanto se associam quanto se contrariam. É nesse sentido que o lugar defronta o mundo, mas também o confronta, graças à sua própria ordem” (SANTOS, 2008, p. 166).

No que tange aos embates de ordem global aos de ordem local, seja qual for a hierarquia de análise, serão identificadas ações dos atores hegemônicos como também dos hegemonzados, definindo posições, territórios e poder. Ante as glórias imerecidas do processo de globalização no tocante aos grupos humanos excluídos do mundo global, tem-se a apropriação local como a outra ponta do sistema mundo. “Hoje, cada vez mais, os lugares são condição e suporte de relações globais que, sem eles (lugares), não se realizariam, e o número é muito grande”, explica Santos (2008, p. 156).

Acompanhando essas ponderações sobre o lugar na contramão do que é mundializado, é relevante a proposição colocada pelo Professor Roberto Lobato Corrêa (2005, p. 5):

O lugar pode ser visto como a expressão geográfica da singularidade, o resultado da ação combinada de processos universais, particulares e singulares, de determinações contingenciais. Não é único, mas singular. No lugar condensam-se processos em ação que são multi-escalares e caracterizados por distintas temporalidades. O conceito de lugar é hoje mais importante que no passado, devido ter sido reelaborado como conceito que estabelece limites ao processo de globalização sem, no entanto, negá-lo. Os processos globais ganham forma nos diferentes lugares. Um pequeno lugar, uma pequena cidade, por exemplo, que tem a sua economia baseada em uma especialização produtiva, resultado da ação de grupos locais ou de uma grande corporação multinacional, apresenta-se como singular no âmbito de uma ampla divisão territorial do trabalho, dela

participando singularmente, por intermédio de sua especialização produtiva que alcança um mercado nacional ou mesmo global.

Parece que o autor descrevia, mesmo de longe, o contexto territorial da área pesquisada, Maurilândia e a área *core* da usina Vale do Verdão S/A, no Cerrado goiano. Vê-se nos arranjos produtivos locais o desenvolvimento de eventos desencadeados globalmente articulados, construídos e denunciados no lugar. Explicar tais mecanismos encravados num enredo socioespacial menor demanda importante esforço de percepção dos fenômenos, leitura e interpretação das urdiduras, dos signos e significados.

Com certa ironia, destaca-se que o lugar ao se abrir para o mundo e para o meio-técnico-científico-informacional incorre na possível perda de si, tanto na esfera geográfica quanto na política e cultural. Essa provável perda é percebida por D'Aléssio (1998) ao explicitar a relação de identidade com a procura pelo lugar. Nessa empreitada reencontra-se a ansiosa busca de identidades ameaçadas, pois lugares e objetos materiais aparecem como imutáveis, “portanto, como fatores de estabilidade capazes de referenciar pessoas garantindo-lhes identidade. [...] A mobilidade do espaço e das coisas nele situadas e a indeterminação dos lugares desorganizam referenciais” (idem, p. 272).

Seria esse o pensamento da autora ao contribuir com o debate sobre os desajustes locais provocados pela globalização e seus aliados? Em decorrência, tem-se a angústia, a aceleração e modificação do eu – *do ser* – que enfraquece os sonhos e perspectivas pela perda da fixidez do lugar; esvanece a segurança, desenvolve-se o medo e as incertezas. Por conseguinte, o questionamento da autora: “A que se agarrar, se os lugares, como os tempos e os seres, também são arrastados nessa corrida que só conduz até a morte?” (D'ALÉSSIO, 1998, p. 273). Essa morte da qual fala a autora seria a morte dos lugares que passariam a replicar-se e travestir-se de modelos alienígenas.

Se o desenvolvimento capitalista é *uma via de mão única* dada sua condição evolutiva (ao contrário seria a revolução / mudança do sistema econômico e político) própria da sociedade pós-industrial, informacional e plural, qual seria a percepção dos sujeitos locais a esse respeito? E, ainda, qual tem sido o engodo a que são submetidos os sujeitos não hegemônicos do lugar? É comum perceber as construções ideológicas acobertarem os interesses econômicos, políticos e globais

quando se aproveitam ideias como o bem comum e o desenvolvimento local e ambiental a ser alcançado, lançando-se mão do *marketing* das benesses do capital.

Nesse jogo de desinformação, nem sempre a informação se propõe a informar, e sim a convencer acerca das possibilidades e das vantagens da mercadoria, do movimento da produção e do consumo. "O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde" (SANTOS, 2008, p. 39). Muito se tem aproveitado de teorias, conceitos, *slogans* pró – desenvolvimento, imagens, poesia como prévia simbólica para que o imaginário coletivo absorva com mais suavidade o que é imprescindível para a “política de interesses” da minoria.

São frases, sentenças, pensamentos que se transformam em mitos (meias verdades, ou não). Vale dizer que o *mito* é também uma forma de ‘contar’, explicar e revelar algo (a ‘coisa’). “O mito fala de valores e lógicas que dão sentido ao mundo e que respondem às questões fundamentais que os homens põem sobre a realidade” (PESAVENTO, 2006, p. 56) passada de *boca em boca* pelo boato, pela mídia, pela lenda fantástica que transmite sentido e moral da estória.

É uma construção social, portanto real em sua referência signa. Kozel (2007) explica que o sujeito como ser social ao apreender as coisas, constrói signos formando a imagem referendada pela linguagem. As imagens, portanto, são construções codificadas por signos erigidos socialmente. Tem-se, por certo, que a escolha de um símbolo ou signo não é nunca nem absolutamente inevitável, nem puramente aleatória. “Um símbolo nem se impõe como uma necessidade natural, nem pode privar-se em seu teor de toda referência ao real. [...] Enfim, nada permite determinar as fronteiras do simbólico” (CASTORIADIS, 1982, p. 144).

Na dimensão simbólico-social, o imaginário pode ser entendido como um “sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens constroem através da história para dar significado às coisas – é sempre *um outro* real e não o seu contrário (PESAVENTO, 2006, p. 50). Criação de imagens, símbolos e imaginário é uma faculdade do pensamento humano, pois, tudo que se vê, que se é apropriado e transformado, é dotado de qualificações.

Este seria o ‘verdadeiro’ mundo dos sujeitos, espaço de vida, luta e morte! Por isso o imaginário como forma de representação do vivido e real que o social (coletivo) legitima. Complexos do sistema mundo à parte, as especificidades do ser

*rural* no campo ou na cidade são entretecidas no lugar com formas complementares e dissonantes.

Certamente, a partir desse entendimento, é facilitada a interpretação de algumas falas dos maurilandenses do campo e da cidade identificadas em três grupos distintos: sujeitos no/do lugar, temporários do lugar e de fora do lugar<sup>48</sup>:

*Ah moça, sabe como é, né? Os filhos não querem mais saber da roça, vão pra cidade. A gente fica velho, sozinho, não tem jeito de continuar trabalhando de sol a sol. É como eles (os filhos) falam: a vida na cidade é melhor e é tudo mais fácil!!! Será? (?)*

*Eu arrendei minha terra e vim morar aqui em Maurilândia, meus parentes quase tudo já tava por aqui. Isso é o progresso chegando no nosso município! Agora a terra pode produzir mais com quem tem dinheiro pra trabalhar com as máquinas. Eu já tava cansado da labuta na roça. Se eu tô feliz na cidade? tô... apesar de não ter quase nada pra fazê, a gente sempre arranja uma coisinha ou outra pra distrair.*

*Eu ouvia meu pai falar que as máquinas ia tomar nosso lugar na roça, mas, não pensei que isso ia chegar aqui em Maurilândia... e chegou depressa!!! Na roça, hoje, só tem máquina e emprego só pra quem tem curso de mexê com elas. Diz que é o progresso e que a nossa região tá ajudando o país a crescer, isso é bom demais, não é?*<sup>49</sup>

Na avaliação das falas vê-se uma nova realidade de mostrar para esses sujeitos do campo. A cidade como destino e fim. Embasado em sentenças falseadas de verdade (ou não), constroem-se ideologias<sup>50</sup> cada vez maiores e melhor elaboradas dos benefícios propalados pelo desenvolvimento global que promove significativas transformações locais. A apropriação local se dá de forma ideológica (cultural) e física (espacial) com tamanha força que a homogeneização espacial parece absorver, também, a dimensão imaterial, do humano e do espírito.

Bem se sabe que a influência global na cultura do lugar altera os costumes e os modos de vida. Esses transcritos nas ideias, nas conversas, na esperança de um futuro melhor, na aceitação da adversidade ou não. Na contramão dessas influências negativas para o lugar, a globalização se dá pela

acumulação de capitais, através do comércio e da usura, a sua reprodução, através do desenvolvimento industrial, que está passando por seu terceiro período de revolução, e a constituição de mercados consumidores de bens

<sup>48</sup> Tipologia dos sujeitos em Maurilândia/GO apresentada no primeiro capítulo.

<sup>49</sup> Maurilandenses do campo e da cidade respondendo questões como: Por que o Sr. veio morar na cidade? Com a chegada da usina e das máquinas aqui no campo, como ficou a sua vida e da sua família? O Sr. / Sr<sup>a</sup> é feliz aqui na cidade? O Sr. arrendou terras para a usina? O Sr. vendeu sua propriedade? O que o Sr. acha desse movimento na cidade depois que a cana chegou?

<sup>50</sup> Para Bourdieu (2010, p. 10) as ideologias opõem-se ao mito e constituindo-se em “produto coletivo e colectivamente apropriado, servem interesses universais, comuns ao conjunto do grupo”.

e serviços progressivamente mais amplos levam-nos a um momento avançado dessa internacionalização – o da globalização ou da mundialização – que enceta um mundo de desigualdades. (SPÓSITO, 2002, p. 149)

Essas desigualdades podem ser sentidas em âmbito local. Para alguns sujeitos, o processo globalizador traz resultados positivos para a cidade, entretanto, opiniões contrárias se sobressaem. Dentre os maurilandenses, os que trabalham na usina de forma direta ou indireta, aqueles que possuem comércio na cidade ou estão envolvidos com o setor de prestação de serviços conseguem visualizar alguns impactos positivos trazidos com a expansão da cana.

É comumente citado o crescimento da cidade, o aumento de emprego no comércio e na usina, o maior consumo pela população, o aumento na circulação de dinheiro no município, a importância no cenário regional pela monocultura da cana, o aumento dos salários na cidade com consequente elevação do poder de compra (de bens e mercadorias criados a gosto do mercado e da mídia, simbolicamente necessários e imprescindíveis).

Outros cidadãos pontuam, entretanto, processos e eventos que não trazem nenhum benefício à cidade: desemprego para quem não é qualificado para o trabalho urbano, a especulação imobiliária, a falta de serviços básicos para a comunidade, o aumento da prostituição e da violência urbana, a falta de oportunidades para viver do/no campo, entre outros.

A ideologia de que “o tempo do homem do campo tenha acabado”, ou que “a vida na cidade é mais fácil e melhor”, que “não compensa viver na roça mais porque as máquinas vão tomar conta de tudo”, como acentuaram muitos maurilandenses, parece ser uma imagem/leitura da realidade local. E, ainda, “é o progresso tão esperado chegando para melhorar a vida das pessoas do lugar” como diz o senso comum, política e ideologicamente construído nas relações capitalistas.

Contudo, a qualidade de ser rural no campo ou na cidade, construída ao longo da história, não impede que os sujeitos percebam os eventos, se rebelem e/ou se conformem ante as adversidades e incertezas no futuro do lugar dominado pelo capital e suas teias. São rumores das desigualdades humanas econômicas, sociais, políticas e culturais evocando representações e imaginários na constante construção do espaço e da vida. Nessas circunstâncias, são percebidos elementos que



contrapõem, complementam, unem e afastam percepções humanas sobre a cidade rural em seu dinamismo.

### **5.2.2 Ruralidades e urbanidades locais: redimensionando o vivido**

Em destaque, têm-se formas de apropriação, uso e consumo do espaço urbano que remetem às relações sociais, culturais e de produção do ambiente rural, trasladadas pelo tempo para um espaço urbanizado e “diferenciado”. O contrário também ocorre, quando formas, costumes, usos, relações socioespaciais e culturais típicas da cidade são implantadas no campo conforme necessidades, possibilidades e viabilidades dos sujeitos, as urbanidades.

Entretanto, há que se observar que o conceito de urbanidade carrega em si dupla ação: a ideológica e a física. Rua (2005) fundamenta seus estudos em Lefebvre para propor o conceito de urbanidades, principalmente quando considera a urbanização ideológica como mais ampla e eficaz em relação à urbanização física. Nesse sentido, o autor contempla a incorporação de hábitos de consumo urbano no meio rural, não sendo necessária e imprescindível a existência da urbanização concreta no espaço rural.

“Por conseguinte, além da urbanização física/material em partes do espaço rural, há uma urbanização cultural, não material, presente nos indivíduos e grupos que vivem no rural” (CANDIOTTO e CORREIA, 2008, p. 223). Esta, mais difícil de ser detectada, a urbanidade se manifesta em primeiro lugar na dimensão social e política (psicosfera) para posteriormente materializar-se por meio de ações e objetos técnicos de caráter urbano (tecnosfera), explica Santos (1996).

Outros autores também buscam ultrapassar a cisão tradicional rural/urbano apontando para as novas territorialidades que levariam ruralidades e urbanidades a vincularem-se à dimensão cultural/identitária de indivíduos e grupos sociais. “Desenham-se múltiplas espacialidades/territorialidades (híbridas do urbano e do rural), numa integração multiescalar, que marca o momento atual de (re) significação do rural e da natureza” (RUA, 2005, p. 54).

Contrariamente, Wanderley (2002) defende a afirmação do rural como um espaço singular, com identidade própria. Sobretudo a partir da revalorização do rural em países europeus, revalidada pelas representações sociais, o rural é percebido como ambiente natural, tranquilo, com um ritmo de vida mais lento e edificador. “A afirmação da permanência do rural como espaço integrado, porém específico e diferenciado, é reforçada quando se levam em conta as representações sociais a respeito do meio rural” (WANDERLEY, 2002, p. 41).

Porquanto, como obstáculo à compreensão das representações sociais sobre o campo, somente a imagem e imaginário (aparência/simbolismo) sobre o rural se encontra próximo à natureza, pois, “apesar de as paisagens rurais carregarem elementos da natureza, a tecnicização do rural ocorre de forma similar ao urbano, isto é, sem muita preocupação com o funcionamento e estabilidade dos ecossistemas” (CANDIOTTO e CORREIA, 2008, p. 225).

Evocando a importância das ruralidades (e urbanidades) para a compreensão das formas, conteúdos, vivências e perspectivas elaboradas pelos sujeitos, justifica-se a vasta literatura direcionada aos estudos rurais e urbanos. Não somente nos moldes americanos de colonização – descolonização: ora o mundo rural e agrícola, ora o espaço urbano e industrial comandam destinos de homens, espaços e lugares.

Destarte, Raymond Williams acompanha esse raciocínio, contribuindo com exemplo europeu da importância dos estudos rurais na modernidade em solo inglês. As ‘ruralidades’ e modos de vida rural permanecem como herança do vivido. Em suas palavras:

[...] o fato fundamental é que, com todas essas experiências transformadoras, as atitudes inglesas em relação ao campo e às concepções da vida rural persistiram com um poder extraordinário, de modo que, mesmo depois de a sociedade tornar-se predominantemente urbana, a literatura, durante uma geração, continuou basicamente rural; e mesmo no século XX, numa terra urbana e industrializada, é extraordinário como ainda persistem formas de antigas ideias e experiências. Tudo isso dá à experiência e à interpretação inglesa do campo e da cidade uma importância permanente, ainda que não exclusiva, é claro.

Para falar em ruralidades e urbanidades, há que se lembrar de sentimentos e experiências, espaço e tempo, percepção, memória, imaginário entre outras incubações sobre o rural e o urbano (forma e conteúdo). É um pensar sobre si e também sobre o outro num exercício de alteridade. “Por que eles agem assim? Quais as motivações que eles têm para se alegrar dessa forma? Como podem viver

com tão pouco? Essa multidão se esbarra todos os dias e nem se cumprimenta!... o povo da cidade é muito estranho!”

São frases que expressam o diferente, o não comum em relação ao outro, do campo ou da cidade em suas culturas (*modus vivendi*), contudo não impossibilitam a convivência num mesmo espaço, dada sua raiz comum, o campo. Na verdade, pode-se pensar sobre o que move tais indagações no outro quando questionado sobre o que não é igual, comum ou conhecido por um grupo, daí ser “o outro” diferente, estranho ou alienígena. Numa primeira proposição, as diferenças de costumes (ou complementariedades) não seriam provenientes da hibridização das culturas, para lembrar Canclini? Para este autor (1997, p. 284):

Sem dúvida, a expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridização cultural. [...] Passamos de sociedades dispersas em milhares de comunidades rurais com culturas tradicionais, locais e homogêneas, em algumas regiões com fortes raízes indígenas, com pouca comunicação com o resto de cada nação, a uma trama majoritariamente urbana, em que se dispõe de uma oferta simbólica heterogênea, renovada por uma constante interação do local com redes nacionais e transnacionais de comunicação.

Inquirido de outra forma, o que seriam ruralidades e urbanidades no âmbito da cidade rural da qual trata este trabalho? Não cabe aqui demorar em conceitos e definições prontas para acolher costumes, gostos, modos e cultura dos maurilandenses. Melhor foi observar, ouvir, descrever, analisar e interpretar sobre o sujeito (do campo ou da cidade) além de compreender e recontar o que foi apreendido, presenciado ou historiado pelos atores do lugar.

Esse bojo de informação dá clareza às emanações teóricas contrastadas com a prática social. Verificam-se noções, definições, características e pensamentos sobre ruralidades e urbanidades embasadas numa discussão crítica (científica) representada num dado momento à realidade local. Porém, sem esquecer o movimento constante que dá o tom das peculiaridades sociais e espaciais vivenciadas no lugar.

Amparados pelos sujeitos locais, buscou-se imprimir as ruralidades e urbanidades visíveis, percebidas e concebidas em espaço rural e urbano do município de Maurilândia. Para isso, contou-se com a escuta, a observação e a conversa que, em muito, enriquecem o olhar de quem pergunta. Ademais, aprende-

se com Guimarães Rosa (1994), no romance ‘Grande Sertão: Veredas’<sup>51</sup>: mas, onde é bobice a qualquer resposta, é aí que a pergunta se pergunta.

Mesmo a rudeza do campo sem a técnica, sem o capital que tudo transforma e para quem vive dependente da natureza, sem se opor a ela, também pensa e percebe a mudança, o tempo, o perigo, o movimento. Esse sujeito narra, de forma própria, as contradições e males da vida no campo, no sertão. Nesse momento, retorna-se a Guimarães Rosa (1994) para explicar essa ideia. Nesse romance, o autor faz uma discussão sobre o ser humano e sobre o mundo, na verdade, sobre a relação sempre tensa entre eles.

Conquanto, o espaço e a linguagem dos camponeses daqui e os sertanejos de lá, expressam a visão de um mundo multiforme de contradições e desafios em ruralidades regionais específicas. O jeito de expressar, a linguagem caipira, sertaneja e rural comunica o ‘ser’ e o ‘viver’ desse homem (o sertão da natureza e os *sertões* da alma). Poderia a peleja diária tirar do sujeito a capacidade de sonhar, fantasiar e de ter esperança? Especular também é parte de se viver.

De primeiro, eu fazia e mexia, e pensar não pensava. Não possuía os prazos. Vivi puxando difícil de difícil, peixe vivo no moqué: quem mói no asp’ro, não fantaseia. Mas, agora, feita a folga que me vem, e sem pequenos dessorseços, estou de range rede. E me inventei neste gosto, de especular ideia. O diabo existe e não existe? Dou o dito. Abrenúncio. Essas melancolias. O senhor vê: existe cachoeira; e pois? Mas cachoeira é barranco de chão, e água se caindo por ele, retombando; o senhor consome essa água, ou desfaz o barranco, sobra cachoeira alguma? Viver é negócio muito perigoso... (GUIMARÃES ROSA, 1994, p. 6-7)

O perigo não estaria no próprio homem figurado pelo autor? Não é a humanidade o retrato de quem a pinta? O diabo não estaria dentro do próprio homem (moderno)? À margem dessas digressões, tem-se a sabedoria e experiência do camponês, do matuto, do sertanejo. Esse sujeito conta sobre sua percepção, seu pensamento, suas experiências e ideias, por meio de palavras, expressões e gestos, as contradições do mundo e da vida.

---

<sup>51</sup> Esse romance, na visão Roseana, expõe a relação e a transcendência entre o regional sertanejo e o universal humano que se dá no campo da linguagem e não apenas nos outros campos. A linguagem de Rosa constitui assim um universo novo, ao passo que reinventa a vida sertaneja, as falas sertanejas, as angústias, as felicidades, as descobertas, os encontros e os desencontros sertanejos e humanos. Para Guimarães Rosa, o sertão é um mundo – um espaço existencial – e um mundo confundido com linguagem original, poética e criadora, no sentido de que tudo pode ser visto – espaço e linguagem – como universo ainda virgem, de puro de sentido.

Esse conhecimento é herança viva. É matéria prima para construções futuras de um passado vivo, que pulsa em nós e nos outros. Portanto, ruralidades e urbanidades que contam, revivem e remetem a modos de vida passados, guardados como heranças culturais serão sempre bem-vindas!

Para alguns sujeitos identificados no I Grupo tipológico apresentado (capítulo1), a crença e a prática do *ethos* camponês<sup>52</sup>, a vivência com a terra através da agricultura, a justiça e a sociabilidade podem libertá-los de uma comunidade industrial de “vida e dor” (WILLIAMS, 2011). As fala simples do homem do campo, o modo lento de contar causos e falar sobre coisas, por meio do ‘dialeto caipira’<sup>53</sup>, deixam claras suas opiniões, convicções, medos, fé e esperanças.

*Mesmo nós passando esse aperreio aqui na roça, nós acredita que na cidade ia ser muito pior. O mais difícil é adoecer a que aqui nois trata mais com erva, simpatia e chá. De vez em quando a gente traz uns remédio de farmácia, mais nós tem fé mesmo é nos remédio casero. A muié tem passado um cotó nesses últimos tempos, ela tá numa macha ré de dá dó! A enferminade parece que acampou aqui em casa de vez...*<sup>54</sup>

Nesse depoimento, nem as doenças fazem com que alguns camponeses pensem na possibilidade de mudança para a cidade, isso só se daria quando já não tivessem forças para o trabalho, para a lida. As moléstias são tratadas de forma tradicional, comum no meio rural. Como outros esses costumes são levados para o meio urbano por camponeses ou cidadãos de origem rural (ou não).

Em comum, eles acreditam e guardam crenças típicas do campo no uso de fórmulas naturais para cura de doenças, na ajuda dos santos para intervir ante as

<sup>52</sup> Os **camponeses** possuem uma relação estreita com a terra e com os elementos naturais. O campo e o camponês se concretizam pela ligação íntima do homem com a terra, formando o ‘modo de vida’ do camponês dentro do espaço geográfico, numa socialização espacial real para o homem do campo (BRANDÃO, 1995).

<sup>53</sup> O termo **caipira**, empregado por Antonio Cândido (1964), se refere ao sujeito e/ou homem do campo que tem, em sua lida diária, o trabalho produtivo com a terra e na criação de animais que em seu contexto socioespacial o autor chama de *vida caipira*. Essa representa o conjunto de práticas e/ou estilo de vida que possui valores e elementos que a identificam, como: a solidariedade e as relações de vizinhança – meio termo entre as relações familiares e o povoado – esse como o universo imediato do sujeito e da *vida caipira*. O termo *caipira* adquiriu – com a incorporação dos padrões modernos de produção, consumo e vivência social – uma conotação pejorativa e desinformada que não altera seu *status* como categoria de análise para estudos sobre a vida no meio rural.

<sup>54</sup> Depoimento, obtido pela autora, de camponês maurilandense em sua pequena propriedade no município de Maurilândia, próximo à cidade de Castelândia, na microrregião do sudoeste de Goiás, cercada pela plantação de cana (maio de 2012). Chamou atenção a forma tradicional da linguagem caipira usada pelos membros da família que, com simplicidade e bom humor, adicionou encantamento ao depoimento pela sua rica experiência de vida no campo e na cultura rural arraigada nos modos de ser e de fazer.

intempéries da natureza e aos perigos iminentes. Citam-se, conjuntamente, as festas religiosas e pagãs (estilo *country*, músicas, vaquejada, rodeios, festa do peão, das frutas, da colheita) que transcendem os espaços rurais.

Comumente encontram-se receitas de chás, raízes, garrafadas vendidas nas esquinas de Maurilândia e no comércio local, mesmo existindo farmácias, hospitais e postos de saúde na cidade. As *simpatias*, que prometem cura para muitos males do corpo e da alma, ainda existem na cidade em função da cultura e tradição rural. Coexistem, no cotidiano das cidades rurais costumes e modos de vida que excedem o espaço funcional da vida moderna. Também, são conhecimentos que migram do campo para a cidade nos costumes e vivência das pessoas, como também o contrário.

Além dos conteúdos culturais e simbólicos desses espaços diferenciados, porém complementares, Carneiro (1998 e 1999) e Rua (2002, 2005) optam em pensar sobre ruralidades e urbanidades como fenômenos do rural e do urbano. Para esses autores, as ruralidades seriam objetos e ações característicos do rural, que fazem parte da identidade da população rural; enquanto as urbanidades corresponderiam a objetos e práticas de caráter urbano. Todavia, assim como o espaço urbano e rural estão imbricados, o mesmo acontece com as ruralidades e urbanidades.

A existência de atores, técnicas e processos eminentemente urbanos contribuem para a inserção de urbanidades no espaço rural. O contrário também existe quando ações, objetos e costumes característicos do rural acabam inserindo ruralidades no espaço e na vida da sociedade urbana (CANDIOTTO e CORREIA, 2008).

Em outra dimensão de análise, observam-se relações sociais bastante diferenciadas no que tange aos modos tradicionais da vida campesina, contrapondo mudanças e movimentos pelos quais a cidade é moldada constantemente. O tempo rápido das transformações com tanta novidade acaba enterrando costumes e tradições.

Que tendência negadora é essa, disseminada pela modernidade e urbanização, que recusa a tradição acumulada pelas gerações passadas? Brandão (1998, p. 30) assevera sobre “a recusa, também, de sua experiência vivida e, mais ainda, de suas expectativas deixadas-de-viver como um valor para o futuro”.

Por que esquecer? Por que apagar das práticas cotidianas conhecimentos múltiplos e riquezas culturais incalculáveis? “O esquecimento, em nome de um *progresso* que, ao estabelecer um *futuro* a partir de si mesmo, coagula a história e elimina dos tempos que não de vir toda uma possível qualidade do povo” (BRANDÃO, 1998, p. 30). Tomara que as próximas gerações, entretecidas no campo e nas cidades, tenham o que lembrar, o que dividir e o que eternizar a partir das práticas deixadas como herança para o devir.

No entanto, há aqueles que não esquecem, trazem na *mnemosyne*, nas paisagens da memória a vivência, a afetividade, as trocas, as construções sociais que resultam em conhecimento. A fala seguinte expressa com clareza esse jeito de ser e fazer do homem na experiência da vida social rural.

*O que nós faiz muito aqui é ajudá uns aos outros. Quando um vizinho adoece ou tá com dificuldade com a roça e com a criação, fica padecendo até de necessidade de boca, num sabe? Então nós junta o pessoal e cada um leva uma prenda, uma ajudinha pra quem tá precisando. No tempo do meu pai, nós fazia muito mutirão (ou traição)<sup>55</sup>. A gente se juntava e dava um dia de serviço na roça e no arranjo do terreiro. Como juntava muita gente, nós também levava a bóia, nós levava de um tudo e as mulher cuidava do aprepá. E olha que nós tinha gente apetrechada (preparada) para esses avios (trabalho).<sup>56</sup>*

Com sentimento saudosista ouviu-se essa e outras histórias de vida. Relatos de luta pela sobrevivência no campo e da reciprocidade nas relações sociais diretas, parentesco e vizinhança, num primeiro momento. A lembrança de outrora traz lágrimas nos olhos de quem conta e aperto no coração de quem ouve. O tempo passou, os costumes – mesmo no campo – mudaram. Por isso “a nostalgia é universal e persistente; só as nostalgias dos outros incomodam. Pode-se

<sup>55</sup> A **traição** é uma forma de **mutirão** que acontece de surpresa, sem que o proprietário da roça saiba da ‘visita’. Os mutirões são práticas socioculturais comuns em comunidades rurais tradicionais que se organizam em forma de ajuda mútua nas roças (lavouras) de subsistência e de pecuária extensiva. Os ‘compadres’ (vizinhos, amigos, parentes etc) se organizam em grupos e fazem o serviço uns dos outros. Esta manifestação cultural na forma de produção camponesa há mais de vinte anos vem perdendo força e a riqueza cultural que a envolve está se esvaindo e com ela uma complexa rede de significados e estratégias de convívio, reprodução e distribuição de bens e serviços como valor de troca em uma organização produtiva e cultural no meio rural. Este conjunto de práticas que ajuda a compreender a vida no campo está explicitado no trabalho de Santos, R. J. (2003), em “A dimensão cultural das paisagens rurais no cerrado mineiro” e Kinn (2010).

<sup>56</sup> Depoimento obtido pela autora, numa pequena propriedade rural em Maurilândia (maio de 2012). O proprietário se dedica à agricultura de subsistência e à criação de pequeno rebanho de gado leiteiro. Sua produção é vendida nas cidades próximas: Maurilândia, Castelândia e Turvelândia de forma artesanal (*in natura*), diretamente nas residências e pequenos comércios.

argumentar de modo convincente que as lembranças da infância têm uma importância permanente” (WILLIAMS, 2011, p. 27).

Ademais, a “nossa memória não se apoia na história apreendida, mas na história vivida” (HALBWACHS, 2006, p. 78-79). De sorte que, pode-se dizer que a memória, a experiência, o vivido são elementos que mantêm os conteúdos rurais e urbanos no imaginário e nas lembranças das pessoas numa contingência de mudança socioespacial.

Hoje, no campo, as trocas são cada vez menores. O espaço entre vizinhos e parentes são ocupados por grandes lavouras de cana, dificultando a interdependência e troca entre eles. Já não há mais como eternizar o que passou, a não ser através de práticas ainda possíveis numa rede de solidariedade diminuta e moribunda, como se percebe nas áreas de expansão da cana nos Cerrados.

Não muito distante, Bachelard lembra sentimento comum na experiência de quem migra, de quem deixa seu espaço de vivência, algo como “uma espécie de remorso por não ter vivido profundamente atinge a alma, surge do passado, nos faz submergir”(1984, p. 233). O autor cita o verso de Rilke para demonstrar sentimentos dolorosos de saudade e nostalgia pelo drama de um sentimento profundo: “Ó nostalgia dos lugares que não foram / Bastante amados na hora passageira / Como gostaria eu de lhes dar à distância / O gesto esquecido, a ação suplementar!”.

Seria a nostalgia e a saudade fragmentos de elaboração das muitas ruralidades e urbanidades criadas pelos sujeitos ao longo da história? Quiçá, para àqueles, saudosistas da vida de outrora, Bachelard (1984, p. 233-234) perguntasse: “Por que não fizemos durar as horas passadas? Alguma coisa mais que a realidade faltou à realidade. [...] Onde te perdi, minha imaginária estagnada?”. Quem sabe, a resposta ao autor poderia partir das *permanências*<sup>57</sup> edificadas através de ruralidades e urbanidades em espaços outros que não do passado já vivido, mas perdido.

A história vivida, os bens (ferramentas) produzidos, os saberes sistematizados são porções culturalmente vivas, tramas simbólicas de “significados,

---

<sup>57</sup> Diz-se das permanências dos costumes e tradições de determinados períodos experimentados e vivenciados em outros momentos e em outros lugares, como a sensação de viver em dois mundos simultâneos. Trata-se da transição entre o que já foi e o que ainda não é. Aquilo que se encontra em processo de superação, se opõe e resiste ao novo que se anuncia. Na superação, por sua vez, o que é superado não é eliminado de uma vez por todas, mas conservado no processo de transformação da sociedade (DUARTE, 2006). O conceito de *permanência* será abordado no próximo capítulo no que tange às *resiliências socioespaciais rurais* no município de Maurilândia - GO.



a partir do fato de que, incorporado de alguma maneira à existência de nossa própria cultura, ele nos diz algo hoje: sugere estudos, antecipa gestos, gera sentidos e sentimentos “para com” e entre nós mesmos” (BRANDÃO, 1998, p. 30).

E o que seria da própria cultura e do destino geral da humanidade senão, partindo de uma “atualidade inovadora [em que] o olhar dirigido ao futuro aponta para um passado. Aponta para substratos de experiência realizada e representada por uma geração de passado em seu tempo, e por nós a partir deles, no nosso tempo” (BRANDÃO, 1998, p. 30, inserção nossa).

Conscientes ou não dos artifícios da memória criativa e afetiva como meio de manutenção dos costumes e de produção para consumo próprio (ruralidades urbanas), há residências em Maurilândia que demonstram costumes e instrumentos tipicamente rurais: fogão caipira para usos diversos, utensílios de cozinha, decoração, gastronomia rural.



**Fotos 56 e 57:** Chácaras urbanas numa das avenidas da cidade de Maurilândia/GO. Área extensa contendo pequeno curral para criação de animais (cavalos e éguas) com finalidade de transporte de cargas e pessoas, plantação de milho, mandioca e horta caseira, além de pomar. Algumas são cercadas por telas, muros e arames farpados.

**Fonte:** Silva e Zuffi, (abril de 2014).

Os costumes de colocar bancos e troncos de árvores nas portas das casas para prosa com vizinhos e amigos nos finais de tarde; quintais com pomares e criação de animais para consumo e trabalho; hortas caseiras; relações diretas com o campo na compra de produtos rurais e outras ruralidades são preservadas, mesmo em espaço urbano.



**Fotos 58 e 59:** Loteamentos anexos às casas usados pelos proprietários para o plantio de leguminosas, milhos, hortas para consumo familiar e criação de animais como meio de transporte e para o trabalho.

**Fonte:** Silva e Zuffi, (abril de 2014).

É o que foi percebido na prática social de alguns sujeitos maurilandenses (II Grupo), em que o viver na cidade não implicou na dissolução de costumes herdados dos pais e esses dos avós que viviam no campo, mantendo as ruralidades adquiridas. Por outro lado, a típica vida urbana de anonimato, da cultura de massa, da violência e insegurança pública conduzem muitos cidadãos a procurarem, na intimidade doméstica e nos encontros confiáveis com os amigos e parentes, formas seletivas de sociabilidade.

Semelhante aos costumes do campo levados para a cidade, a convivência diária com o mesmo grupo social é revivida, mesmo em outra proporção. São ruralidades enunciadas noutro espaço e em outro tempo com conteúdo cultural e simbólico que contribui com a fundação de um novo lugar para quem teve que migrar.

Por consequência, os conceitos de ruralidades e urbanidades vêm sendo trabalhados como “referências a territorialidades de indivíduos e grupos sociais, sejam elas socioculturais, econômicas e/ou políticas, assim como a objetos e as ações característicos do espaço rural ou urbano” (CANDIOTTO e CORREIA, 2008).

Voltando a refletir sobre memória e saudade, resta dizer que nos momentos de nostalgia e lembranças, percebe-se que o migrante do campo esquece os desalentos, dificuldades e vicissitudes do labor rural, parecendo configurar um contrassenso. O trabalho pesado nas lavouras, nas roças, no pasto tangendo o gado e nos currais com a ordenha são tarefas por demais desgastantes e penosas que acontecem, invariavelmente, sob sol e chuva, verão ou inverno.

As mulheres, por sua vez, desempenham atividades não pouco leves como a produção de alimentos, colheita e torra do café, produção de farinhas e polvilho<sup>58</sup>, preparação e acomodação (em latas) de carnes suína e bovina, preparo das refeições para a família e agregados, cuidados com a horta, criação de animais domésticos e a responsabilidade na educação dos filhos, quando não ajudam nas roças da família.

São formas tradicionais de produção e vida no campo na região estudada, comuns em terras goianas como em outras regiões do país. Tais exemplos da lida campesina parecem contraditórios à saudade sentida e evidenciada nas falas do camponês que migra. Mesmo assim, o sentimento bucólico e saudosista “daqueles tempos” ou “dos bons tempos de antigamente” em espaços abertos no campo é potencializado na fala dos sujeitos.

O silêncio ensurdecedor da natureza, as quedas d'água nos rios da região e nos córregos, regos d'água que se aproximam das casas como continuidade delas, os animais criados soltos são conteúdos rurais revalorizados e revividos pelos egressos do campo. Estes sentimentos, expressos na voz do poeta em “O Refúgio” de Charles Cotton (*apud* WILLIAMS, 2011, p. 46-47), denotam essa tradição bucólica:

Quão doce é tudo aqui, meu Deus! Que belo o campo aos olhos meus! Aqui tudo é salubridade!  
 Senhor, que cedo nos deitamos! Que sonhos sonhamos! Que paz! Quanta unanimidade!

O autor explica que “nesses desenvolvimentos do bucolismo clássico e outras formas de literatura rural, que introduzem tons e imagens de um tipo ideal, há quase invariavelmente uma tensão entre os tipos de experiência” (WILLIAMS, 2011, p. 47). No contexto da discussão, a tensão da vida urbana em contraste com a experiência rural acaba por criar uma imagem ideal do real em que “não se trata de um mundo vivo, e sim de um mundo edulcorado”, assevera Raymond Williams (2011, p. 37).

---

<sup>58</sup> As tarefas “domésticas” na feitura de farinha e de polvilho reservada às mulheres não são simples. São dias inteiros na ‘casa de farinha’ para que se consiga o produto final. Essa atividade se inicia a partir da colheita da mandioca que deve ser descascada, lavada, ralada deixando a umidade ideal na massa que será torrada em temperatura específica nos grandes tachos de ferro e cobre para vender o excedente na cidade. O polvilho, por seu turno, não se torna mais fácil pela delicadeza do produto final. Não muito diferente da anterior, tem-se na preparação do polvilho (fécula), bem aceito no comércio das cidades goianas, o amido da mandioca que desde sua preparação até seu estágio de refino passa por processo tradicional de trituração, prensa, lavagem, peneiramento e secagem, trabalho delicado e repetitivo até que a “massa” esteja solta, fina e com estrutura adequada para uso.

Esses arranjos socioespaciais podem se aplicar, também, aos tantos sujeitos urbanos que, mesmo em espaços naturais (e rurais) criam 'bolhas' que contrastam com o mundo campesino. Gostam do campo, mas, não abrem mão do conforto e modernidade da cidade. São espaços refuncionalizados encontrados nos modernos sítios e casas de segunda residência, hotéis-fazenda, chácaras de recreio e tantas atividades próprias do turismo em espaço rural que leva para o campo modos de vida e de lazer tipicamente urbanos.

O turismo é conhecedor e fazedor de urbanidades em áreas rurais. Nesses processos de requalificação do rural como prática turística, tem-se o engodo de que momentos com a natureza e com os costumes rurais são benéficos para cura dos males urbanos e da mente humana, espaços de vida mais saudáveis.

Sabe-se que o *marketing* turístico se vale do caos nas cidades para vender seu *produto* rural e natural. O campo como mercadoria serve como salvaguarda para o estresse urbano. Contudo, é possível "vender a alma do lugar"? O conteúdo rural pode ser vendido - comprado como produto de consumo?

Em consonância, é comum identificar elementos de origem urbana no campo. Desde propriedades mais simples até as mais sofisticadas convivem com a modernidade de bens tipicamente urbanos. O que dizer das tecnologias que levam para o meio rural a TV a cabo, o rádio, o computador, a *internet*, celular, tablet, telefone sem fio? São imagens e sons que escondem, disfarçam o 'mundo rural' de tempos passados e seus atributos naturais e culturais. São admitidos, também, outros bens próprios da vida urbana como os modernos eletrodomésticos, alimentos industrializados, formas de diversão, roupas e costumes típicos da cidade.



**Fotos 60 e 61:** Propriedade rural do município de Maurilândia/GO, rústica e outra mais sofisticada. Ambas possuem eletrificação rural, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos, costumes e algumas formas de lazer oriundos do meio urbano (dadas às diferenças entre propriedades).

**Fonte:** Silva e Zuffi, (abril de 2014).



Como resultado, tem-se o distanciamento do modo de vida e da cultura rural tradicional, mesmo estando no campo. Até os abastados de antigamente, proprietários de grandes fazendas de gado, de produção agrícola entre outras atividades buscavam, não raro, usos, costumes e modas do ambiente urbano das grandes cidades.



**Fotos 62 e 63:** Propriedades rurais em Maurilândia/GO que utilizam meios de transporte tradicional, como carroças e cavalos, contudo, fazem uso de outros meios de locomoção, comuns na região, como motos, bicicletas, carros de passeio e caminhonetes. Observe a foto da direita: eletrodoméstico já descartado porque foi adquirido fogão novo mais moderno e automático; Notam-se embalagens de bebida industrializada com reuso de material descartável.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).

Pode-se dizer que os cidadãos de hoje, classes privilegiadas com poder aquisitivo, procuram pelas áreas rurais (segunda residência) como espaço (e objeto) de consumo diferenciado e, por isso, diferenciador de classes e até um indicador de *status* (FREITAS, 2002).

Esse fazer, caracteristicamente urbano, pode ser classificado como urbanidades apropriadoras do espaço rural com objetivo de demonstração de poder, riqueza, modelando e mantendo o conforto da vida na cidade, mesmo distante dela. Desse modo, é fácil compreender que o interesse da população urbana por um rural idealizado e imaginado é mais robusto do que uma vivência rural e profunda valorização das atividades, dos valores e das manifestações culturais rurais.

Entrementes, não se pode menosprezar a ação dos agentes hegemônicos do capital que defendem o discurso de revalorização do rural como elemento de redução da pobreza e da desigualdade social, o que se define como *novas ruralidades*. Entretanto, o que está em jogo são interesses implícitos pela ampliação

das relações capitalistas no campo por meio de novas atividades agrícolas e não agrícolas no espaço rural.

Nesse sentido e perspectiva, “a nova ruralidade não é algo construído socialmente pela população rural, mas mais uma ideia imposta por organismos concentradores do poder, cristalizada no discurso” (CANDIOTTO e CORREIA, 2008, p. 232). Quando não concretizadas, são referenciadas como os novos aspectos da realidade do espaço rural (novo rural).

Em tempo, Lima (2005) enfatiza o discurso sobre a nova ruralidade em que se afirma ser essa um estilo de vida. No entanto, questiona-se sobre essa ruralidade ser estilo de vida para a população rural ou para a urbana, caso se torne real tal profecia (?). Apesar das contradições, a autora afirma que a diversidade (de produtos, de atores e de atividades) e a natureza se apresentam como elementos da ‘nova ruralidade’ numa conformação das urbanidades em espaço rural.

Paralela à composição teórica da nova ruralidade, existe a corrente que aborda a ruralidade privilegiada pela realidade empírica, construída, sobretudo por atores endógenos. Moreira (2009) prefere falar em *ruralidades globais e locais*, ao invés de uma *nova ruralidade*. Isso porque, percebe-se nas construções das ruralidades a inserção de objetos, ações e movimento peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades rurais dos indivíduos e grupos sociais.

Lima (2005) apresenta visão ampla de ruralidades, entendendo-as como manifestações representativas do espaço rural, traduzidas em políticas públicas, instituições, legislações, interesses, objetos técnicos e identidades características do rural. Tanto a corrente defensora da nova ruralidade partindo do “interesse de instituições do capitalismo global em novos mercados no rural, quanto a corrente das ruralidades e urbanidades como territorialidades sociais locais, destacam a emergência de novas atividades (agrícolas e não agrícolas)” (CANDIOTTO e CORREIA, 2008, p. 239).

Nesse momento, parece pertinente a colocação de Williams (2011 p. 15) sobre as antigas e novas ruralidades: “Assim, essa vida campestre tem muitos significados: em termos de sentimentos e de atividades; no espaço e no tempo” caracterizando as diferenças espaciais no rural.

No cotidiano, no ordinário, na virada do dia as resiliências sociespaciais deixam transparecer continuidades, modos de fazer, saberes que se configuram em

resíduos da cultura rural identificados nos sujeitos maurilandenses, apresentados e referendados nas reflexões do sexto capítulo.

## CAPÍTULO VI

### DO COTIDIANO, O RESÍDUO. DA RESILIÊNCIA, A POSSIBILIDADE PRÁTICA DA CONTRADIÇÃO

Apostar nos resíduos por um ato poético inaugural, reuni-los em seguida na práxis, ergue-los contra os sistemas e as formas adquiridas, tirar deles novas formas é o grande desafio. É a luva lançada em rosto dos poderes e do estabelecido (do existente. [...], é o conflito entre estilo e a cultura. O termo “revolta” designa apenas a iniciativa e a partida. [...] é a apropriação pelo homem de sua própria natureza.  
Henri Lefebvre, 1967

Cada indivíduo possui um grau de resiliência, sendo esta uma característica de cada um, que pode variar de acordo com sua experiência individual. Para cada situação negativa apresentada, a pessoa resiliente se recompõe, adaptando-se e se moldando à nova realidade, atribuindo sentido ao seu sofrimento e redirecionando-o de forma a enxergar algum benefício naquela circunstância.  
Yeda Oswaldo, 2013

#### 6.1 RESILIÊNCIA SOCIOESPACIAL: RESÍDUOS, SABERES E FAZERES

O ser humano é dotado de capacidade adaptativa em diferentes tipos de ambientes, há muito reconhecidos pela ciência. Os ambientes quando modificados pelos eventos atingem de forma direta ou indiretamente os grupos sociais. Neles, a capacidade de adaptação e sobrevivência é intrínseca. Com maior ou menor habilidade e condições de acomodação (deflagrados outros contingentes), a adequação e o ajustamento fazem parte das características humanas. Elas capacitam o homem a se integrar ao meio, aumentando suas possibilidades de (co)existência.

Retomando a epígrafe inicial, a noção de resiliência na dimensão da experiência humana baseia-se na capacidade de se recuperar de situações de crise podendo, até mesmo, aprender com ela. Em tempos de mudanças climáticas e ambientais, além de sobressaltos socioeconômicos, é comum casos em que



peessoas, comunidades e nações submetidas a fortes tensões, catástrofes e perdas foram capazes de suportar choques substanciais e se recuperarem em seguida. Essas pessoas são, em uma palavra, resilientes.

O que é, exatamente, e o que significa este termo? Que características garantem a resiliência, e como ela pode ser desenvolvida? De início, pode-se dizer que é ter a mente flexível e o pensamento otimista diante das adversidades. Para Mazur (2013, p. 204) “a resiliência, nos termos mais simples, pode ser definida como a capacidade de um sistema de mitigar e suportar perturbações, e se recuperar em seguida, enquanto continua a funcionar”.

A questão sobre como a resiliência tem sido alcançada ou perdida se inscreve como foco de pesquisas significativas em distintas abordagens. Mesmo não sendo tarefa de fácil assimilação e ação, a resiliência se constitui na “*arte de vencer las adversidades de manera creativa y con los pies en la madre tierra*”, tema gerador da Comunidad Latinoamericana en Resiliencia<sup>59</sup> (CLR, 2013).

O vocábulo “resiliência”, oriundo do latim “resílio” significa “voltar atrás”. Termo inaugurado e bastante utilizado pela Física, Engenharia e pelas Ciências Naturais para descrever a capacidade de um corpo de retornar ao seu estado natural após sofrer um choque ou deformação. Estudos recentes têm sido desenvolvidos com ênfase na noção da resiliência humana (e socioambiental) no Brasil como em outros países da América Latina (México, Argentina, Chile) e, com maior alcance, nos Estados Unidos e Canadá. Na Europa destacam-se: Inglaterra, Portugal e França no desenvolvimento teórico sobre o tema.

De maneira intrigante, vários temas comuns emergiram dessas investigações. “Embora cada disciplina aborde o assunto com perspectiva e terminologia distintas, há uma sobreposição considerável entre os conceitos de resiliência nas Ciências Sociais e Naturais” (MAZUR, 2013, p. 204). O “pensamento resiliente” emergiu das

---

<sup>59</sup> A Comunidad Latinoamericana en Resiliencia, fundada em 1995 na Facultad de Estudios Profesionales Iztacala da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) é uma comunidade integrada por estudantes, estudiosos e professores, profissionais que buscam difundir e promover o conceito de Resiliência com atividades acadêmicas culturais que permitam a criação de espaços solidários e fraternos entre os membros que a integram e a sociedade que nela se inspira. A cada ano é celebrado o encontro das investigações, estudos, experiência e vivências vinculadas com o conceito de resiliência. Trata-se de um evento internacional sem fins lucrativos que busca ser cenário para compartilhar e enaltecer qualquer iniciativa que compartilhe da perspectiva e oportunidade de mudança para o meio em que vivemos. No ano de 2013 foi realizada a 9ª edição do Congresso Resiliência (México) que tem como filosofia a frase “*Nu ri rzôtzoky ri ñhû*” (otomí) que significa “*La Visión de tu luz te permite encontrar la luz de tu camino*”. Tal pensamento ressalta a convicção de amar o que somos, crer no que somos, crer em nossos sonhos e iluminar o outro em seu processo de comunicação, afeto e transformação social (Comunidade Latina em Resiliência - CLR, 2013).

Ciências Naturais a partir do trabalho pioneiro do ecologista canadense C. S. Holling (1973) com a obra "Resilience and stability of ecological systems", entre outros estudiosos que vieram *a posteriori*.

Os pensadores da resiliência exploram os ciclos de vida de sistemas socioecológicos complexos e os fatores que tornam esses sistemas robustos ou vulneráveis. No âmbito social e do comportamento, relevante corrente de pesquisa vem da Psicologia Humana. Esta ciência é basilar para que se entenda o que torna indivíduos capazes de resistir a traumas de todos os tipos, sejam eles individuais, sociais, espaciais e/ou ambientais.

Nessa trilha, as primeiras publicações sobre o assunto foram realizadas em Londres pela Cornell University: *Vulnerable but invencible* [Vulneráveis, porém invencíveis], *Overcoming the odds* [Superando as adversidades], ambos de Werner e Smith (2001), e *The invulnerable child* [A criança invulnerável], de Anthony e Cohler (1987), estudos longitudinais que acompanharam o desenvolvimento do indivíduo desde a infância até a adolescência ou idade adulta, conforme Andreucci (2013, inserção nossa).

Como foi dito, o conceito de resiliência é utilizado, há muito, pela Física. Em sua evolução, estudos realizados pelo cientista inglês Thomas Young (1807) são evocados. Neles, o autor introduz, pela primeira vez, a noção de módulo de elasticidade. Denomina-se como resiliência de um material, a energia de deformação máxima que esse é capaz de armazenar sem sofrer deformações permanentes (SILVA JÚNIOR, 1972; YUNES, 2003; TRIGUERO, 2011). Na Biologia, o entendimento de resiliência se aproxima da Física, como sendo a capacidade de um ecossistema em retornar à situação que antecedeu a perturbação.

Alguns autores destacam ser a resiliência o oposto de vulnerabilidade. Com efeito, a resiliência é base para compreensão de como os efeitos coletivos de fatores internos do indivíduo ou do seu ambiente podem oferecer alguma proteção contra as sequelas da vulnerabilidade. Destarte, a resiliência e a invulnerabilidade não são termos equivalentes; o primeiro refere-se a uma habilidade de superar adversidades ou crises.

No entanto, não significa que o indivíduo saia da crise ileso, como implica o termo invulnerabilidade. Para Mazur (2013, p. 210) ao mesmo tempo, "ninguém é uma ilha; a resiliência individual tem um valor limitado se os sistemas ao seu redor

estão em colapso. E, em um mundo onde a pobreza e a desigualdade social estão aumentando, também aumenta a vulnerabilidade”.

Distinções e semelhanças, a partir das Ciências Naturais concepções sobre resiliência tornam-se interdisciplinares, podendo amparar uma gama de conhecimentos. Na Administração e na área do Desenvolvimento Humano e Social, o termo é utilizado para demonstrar a qualidade de uma pessoa em lidar com problemas e conflitos, de vencer obstáculos e trabalhar com situações de pressão, sem sucumbir a elas. É a capacidade de superação diferenciada em cada pessoa. Na Educação, a resiliência como conceito e suporte metodológico contribui com estudos sobre a melhoria no ensino-aprendizagem no processo educativo (ANDREUCCI, 2013).

A resiliência ambiental, comumente, é denotada em estudos que envolvem questões ambientais e populações em área de risco, além da sustentabilidade. A intensificação de eventos “naturais” extremos leva ao desenvolvimento de resiliências pelas comunidades com capacidade transformadora de fatores que ameaçam e exercem certa “pressão sobre a organização social, a ponto de desorganizar as estruturas sociais, romper suas formas de entendimento espacial e desarranjar os atributos de seu território” (VENTURATO, 2012, p. 17).

Nas Ciências Sociais a resiliência é associada a fatores familiares como equilíbrio, estabilidade, respeito mútuo, apoio e suporte afetivo transmitido pelos pais que contribuem significativamente para tornar uma pessoa mais resiliente. Além de estudos que balizam a resiliência dos grupos sociais marginais, em extinção, discriminados étnica e economicamente, seria a probidade da cultura resiliente a partir da família e de grupos sociais, também explorados pela Antropologia.

Com aporte na Psicologia propugna-se ser a resiliência uma qualidade não fixa e mutável que se altera segundo o período de vida e as circunstâncias vividas pelos sujeitos, em consonância com o tipo de trauma e a forma como a pessoa o vivenciou, e não menos segundo fatores histórico-culturais. De forma semelhante, Pereira (1999; 2001) argumenta que a resiliência se desenvolve a partir das relações que a criança estabelece com o meio físico e social e com a maneira de lidar com as situações difíceis (designação anglo-saxônica de *coping*<sup>60</sup>) em que vai se desenvolvendo ao longo das diferentes etapas do ciclo de vida.

---

<sup>60</sup> O termo *coping* não tem tradução direta para o Português, não existindo palavras equivalentes para definir este conceito. O que pode ser expresso é que ao perceber a situação *stressante* (problema), a

O ser humano, em alguma fase da sua existência, pode desenvolver a competência da resiliência, comprovada por estudos psicológicos e na perspectiva social. Se não fosse, como explicar a superação de traumas, maus tratos, abusos, perdas afetivas, econômicas e sociais sofridas por pessoas que conseguem sobrepujar momentos difíceis e vencer obstáculos continuando suas vidas? Resiliência, portanto, é uma competência/habilidade e/ou capacidade que pode ser aprendida, exercitada não sendo uma característica somente de pessoas privilegiadas.

A psicóloga Yeda Oswaldo (2013) ressalta que ao passar por eventos adversos pessoas resilientes não somente os enfrentam assertivamente, mas saem transformadas e acrescidas positivamente da experiência. Além dos estudos psicológicos, a Sociologia enxerga a resiliência como um desafio diante da adversidade para alguns, enquanto outros, menos resilientes, vê perigo e ameaça na mesma ocasião.

É um processo dinâmico, uma simbiose entre o interior e o exterior do indivíduo e no contexto social, resultado da interação de vários microssistemas (família, escola, amigos) e macrossistemas (comunidade, crenças, ideologias, valores e costumes, meios de comunicação, situação econômica e sistema educacional). São construções teóricas, segundo o modelo bioecológico de resiliência de Bronfenbrenner e Morris (1998), no estudo intitulado “The ecology of developmental processes” (*apud* ANDREUCCI, 2013). Os micros e macros sistemas podem configurar como capital social de comunidades num mesmo contexto socioespacial. Nesse aspecto, Mazur (2013, p. 206) assoma:

a resiliência é reforçada pelo capital social. Para um indivíduo, o capital social se refere aos relacionamentos com a família, amigos e colegas. Nas comunidades, o capital social pode ser medido pelos níveis de confiança, a força das redes sociais e a qualidade da liderança. Tanto em esferas individuais quanto de comunidades, o capital social oferece resiliência.

As experiências vividas podem contribuir com o desenvolvimento de habilidades resilientes, como também o contrário (a falta delas). A resiliência é uma

---

pessoa experimenta uma sensação emocional desagradável, buscando adotar estratégias que minimizem seu sofrimento. O *coping* tem sido descrito e estudado enquanto um processo cognitivo através do qual os indivíduos lidam com situações de *stresse* e problemas no seu cotidiano, e pode ser compreendido a partir das estratégias focalizadas no problema e nas formas centradas no esforço para agir contra o problema, modificando ou atenuando-o (ANDREUCCI, 2013).

competência que pode ser acrescida de diversas maneiras como aceitação da realidade para enfrentar o problema apresentado. Também domínio e conhecimento das emoções como medo, tristeza, raiva, que paralisam as tomadas de decisões; conscientização dos pontos fracos para tentar minimizá-los.

Ao mesmo tempo, ter pensamentos do tipo: “Como posso sair dessa situação?”; “O que fazer para resolver esse problema?”; “Qual seria a melhor opção para superar essa dificuldade?” Em outras palavras, seria não temer em criar nos momentos de crise; buscar a autoconfiança, o otimismo; superar velhos paradigmas; ser criativo, não ter receio de inovar; ser flexível, recuar, se necessário.

A resiliência é uma competência e/ou habilidade individual e também social; é um exercício diário ou ocasional. Lazáro (2009) e Manciaux (2001; 2003) destacam a definição defendida pela *Foundation pour l'enfance* (Paris). Para eles, a resiliência se dá pela capacidade de uma pessoa, ou de um grupo, em se desenvolver para se projetar no futuro, apesar dos acontecimentos desestabilizadores em condições de vida difíceis, de traumas, às vezes severos e graves.

Num sentido próximo, Cardoso (2012) evidencia que a resiliência é a aptidão das pessoas, individualmente ou em grupos, de resistirem às situações adversas, sem perderem o equilíbrio inicial. Pode ser fortalecida com o desenvolvimento do autoconceito e da autoestima, para que o indivíduo se torne mais forte, colaborando com a construção de uma sociedade com mais equidade social.

Para Poletto e Koller (2008), os elementos sociais são de grande valia para o desenvolvimento de habilidades resilientes. Destacam-se: relacionamento interpessoal, a empatia, as competências sociais e o senso de pertença a um grupo e a um espaço (lugar). Esses fatores favorecem, em boa medida, a aquisição da resiliência.

No âmbito da resiliência a utopia, por ora, seria a inserção de políticas públicas locais, regionais e nacionais que tivessem como preceito a resiliência social com alcance das potencialidades e habilidades individuais e coletivas. Em concordância, Mazur (2013, p. 11) destaca:

A resiliência, então, requer uma maior autossuficiência, mas também um novo compromisso com a justiça social. Uma sociedade resiliente empodera todos os seus indivíduos com acesso à saúde, educação e oportunidades. Ela distribui o poder pela inclusão do cidadão na governança e tomada de decisões. E compartilha os custos e benefícios igualmente, fomentando um senso de propósito e responsabilidade comuns. [...] O pensamento resiliente

pede que os seres humanos transformem suas relações com o mundo natural e de uns com os outros. Um mundo que fracassa em investir nas capacidades de suas pessoas, um mundo que desperdiça a potencial contribuição das mulheres, um mundo com pobreza e desigualdade em metástase – este mundo não suportará os choques e surpresas do futuro.

Pelo que foi dito, nota-se fecundidade nos estudos e pesquisas que abordam o tema da resiliência. Mesmo com caráter interdisciplinar e abrangendo várias áreas do conhecimento, perpassando pelas ciências naturais, sociais e aplicadas, o uso do conceito de resiliência se constitui como importante contribuição teórica e metodológica para a análise e interpretação das contingências sociais e espaciais, constantemente enfrentadas científica e empiricamente.

### **6.1.1 Resiliência na Geografia: uma proposta, alguns achados**

A Geografia tem emergido com salutar contribuição ao debate da resiliência aplicada ao estudo dos fenômenos socioespaciais adversos às mutações, crises e transformações geradas nas mesmas dimensões. Pesquisas com aplicação geográfica estão sendo elaboradas em níveis variados, amparados pelos elementos resilientes inerentes ao sujeito e ao ambiente.

Nota-se o fortalecimento de investigações científicas no âmbito da Geografia propondo estudos e estratégias de gestão para o desenvolvimento urbano e regional, nas questões ambientais, em análises das condições socioespaciais, no campo e na cidade, conjuntamente aos construtos culturais dos grupos sociais. Tais demandas compartilham da noção de resiliência como aporte para análise dos resíduos, das coexistências e permanências, portanto, resiliências dos sujeitos nos lugares vividos, apesar das intempéries.

Importante lembrar que a sociedade e o espaço são continuamente produzidos a partir da ação dos sujeitos e pelos eventos dados. Para o Professor Francisco Mendonça (UFPR), em relevante estudo sobre os “Riscos, Vulnerabilidades e Resiliência Socioambientais Urbanas: inovações na análise geográfica” (REVISTA ANPEGE, 2011, p. 112) é de suma importância

a abordagem da resiliência no escopo da geografia constitui algo de bem recente, todavia, ela demanda maior atenção dos geógrafos ao trabalharem com a realidade dos países do Sul: Em que condições se deveria buscar a resiliência nestes espaços? Estas três concepções trazem matrizes inovadoras na abordagem espacial ao requerem a análise da gênese dos problemas estudados como forma de compreender os processos atuais, bem como envolve diretamente a abordagem futura dos espaços (cenários). Desta maneira a geografia, no processo de planejamento urbano e regional, se vê impelida a uma abordagem que toma o espaço em sua acelerada dinâmica, rompendo com a perspectiva anterior na qual era tomado de forma estática.

De forma análoga, Ultramari e Rezende (2007, p. 16) rechaçam que o conceito de resiliência nos estudos da Geografia Urbana

*here is connected to the ability to transform and retransform urban spaces. Resignation or submissiveness, which sometimes give the impression of being strong or tolerant when facing poverty, are in fact considered the absence of resilience.*

Por outro lado, a comunidade rural tem sido absorvida de forma incontestável com as atuais demandas tecnológicas das empresas agroindustriais. Essas modificam, alteram e desterritorializam comunidades locais, sendo oportuno tratar tais ocorrências com base na resiliência dos povos tradicionais rurais com aporte na Geografia. Esses grupos sociais rurais (e urbanos), apesar das intervenções externas, mantêm seus modos de vida com maior ou menor grau de resiliência. Nesse sentido, Nicolas Floriani *et al.* (2013, p. 76) esclarece que os estudos rurais assistidos pela ideia de resiliência socioespacial e cultural levam a análise para bases da

reprodução e adaptação do modo de vida das comunidades rurais frente aos processos modernizantes hegemônicos pautados pela racionalização do espaço e do tempo, sociais e ecológicos. A reafirmação de sua identidade está aderida à condição de indissociabilidade ao seu território, que registra em sua paisagem as ações da coletividade no passado e no presente, o que lhes permite referenciar seus valores, práticas e visões de natureza junto aos demais atores sociais do espaço rural.

Não distante disso, Kinn (2010, p. 86) explica sobre o conhecimento, a cultura e os modos de vida peculiares dos sujeitos locais em suas formulações socioespaciais que os capacitam a manter costumes fincados nos complexos sistemas sociais como o *habitus*. Nas palavras da autora:

No campo do conhecimento das pessoas sobre o lugar, podemos enfatizar os hábitos, as atitudes, os costumes que existem radicados no saber, na consciência erigida na relação com o lugar, originária de complexos processos de existir no espaço.

Partilhando dessa reflexão, tem-se o território – paisagem – lugar como tríade das formas tradicionais de apropriação da natureza evidenciando o legado cognitivo da diversidade socioespacial e cultural dos sujeitos. Amparar estudos que visam interpretar costumes e modos de vida de comunidades rurais (no campo e na cidade) tem conduzido, não raro, a outros conceitos, como de povos tradicionais e de *habitus* (BOURDIEU, 1983) de forma imbricada.

Mesmo não sendo basilares na pesquisa em questão, esses conceitos configuram como categorias de amparo que acompanham o raciocínio de que a delineação de povos tradicionais contém tanto a dimensão empírica, de saberes e modos de fazer, quanto à dimensão política na legitimação de seus regimes de propriedade comum e das leis que os fundamentam. Isso, por ora, satisfaz a demanda proposta.

Lembrando que povos e comunidades ditas ‘tradicionais’ podem ser identificados a partir do conjunto de *habitus* diferenciado, o qual reproduz historicamente as particularidades de seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza (DIEGUES e ARRUDA, 2001).

Em Bourdieu (1983; 2000; 2010), encontra-se a mais completa renovação sociológica do conceito delineado para transcender a oposição entre objetivismo e subjetivismo: o *habitus* é uma noção mediadora que ajuda a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao captar “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”. Ou seja, o modo como a sociedade é depositada nas pessoas sob a forma de disposições duráveis ou capacidades treinadas. Além das propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados que as guiam em respostas criativas em face de constrangimentos e solicitações de seu meio social existente.

Sobretudo, amparadas nas construções sociais e culturais, desenhadas na forma de *habitus*, comunidades se mostram capazes, em certa medida, de desenvolver modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos. Como exemplo tem-se os caiçaras, sitianteiros e roceiros, comunidades rurais, trabalhadores



rurais citadinos, quilombolas e ribeirinhas, além dos pescadores artesanais, de grupos extrativistas e indígenas que conjuntamente compõem o mesmo arcabouço sociocultural. Corroborando com essas preposições

o *habitus*, como “sistema de disposições duráveis”, imprime à vida prática uma ação organizadora da própria vida, que é repassada de geração em geração, através das relações sociais constituídas e constituintes. Significa dizer que as relações sociais são estabelecidas segundo suas interações com o meio ambiente ao qual estão circunscritos, e os desdobramentos a ele associados. (VENTURATO, 2012, p. 6)

As interações sociais e ambientais instigam a pensar na resiliência como processo de adaptação a situações que mudam constantemente, aproximando teoricamente a noção de *habitus*. Fazendo alusão aos conceitos de território e região, fica claro que não se trata de medir a resiliência de uma cidade ou de espaços regionalizados, como as teorias neoclássicas propunham ao verificar equilíbrio preexistente às crises. Melhor seria verificar a adaptação à competitividade, a mudanças tecnológicas e pressões do mercado, na medida em que ocorrências políticas e econômicas estão no cerne da resiliência (SALGUEIRO, 2011).

Em consonância, “a questão da resiliência urbana tem uma raiz que a fundamenta na capacidade de produzir e reproduzir em condições processuais de mudanças no ritmo da urbanização e nos modos de vida urbano” com forte repercussão no meio rural pondera Pacheco (2012, p. 473). Essa derivação remete aos processos de permanência, adaptação e transformação local, implicando em inércia, cristalização e renovação urbana. Recriação de configurações e interações espaciais, para usar a expressão de Corrêa (1997).

Ancorados nos pressupostos teóricos e metodológicos da resiliência socioespacial, a Geografia abraça recente alicerce analítico na relação sociedade – natureza. Essa ocorrência se dá no sentido de que se desprezam antigas certezas e estabilidades, abrindo vasto campo de análise com outro paradigma, na medida em que muda o foco da compreensão da lógica de produção e reprodução social e espacial. Atesta-se a inserção inovadora dessa abordagem partindo de cenários de transformações, incertezas e instabilidades quanto à repercussão dos processos naturais e sociais do espaço geográfico.

Ainda que a abordagem clássica da dualidade entre a natureza e a sociedade seja inerente ao campo do conhecimento geográfico, outras, ainda, se fazem presentes. É o caso da relação cidade-campo, outrora de grande interesse à perspectiva geográfica, vem à baila com roupagem geográfica e interdisciplinar. Caso desse estudo na apreciação do campo, da cidade rural sob a égide das mutações socioespaciais e resiliências locais.

Em tempo, Mendonça (2012) adverte que este tema suscita, no presente, novas abordagens e reflexões, mesmo que alguns considerem haver supremacia da estrutura e dinâmica urbana em face da rural. Concomitantemente, os riscos (oriundos dos eventos espacial e temporalmente datados), vulnerabilidades e resiliências constituem importante trilogia para os “estudos geográficos, não somente porque inovam as abordagens da produção deste campo do conhecimento, mas porque introduzem também uma nova perspectiva na percepção e análise dos espaços geográficos” (MENDONÇA, 2012, p. 116). A resiliência socioespacial tem nos resíduos sua principal base teórica para aplicação conceitual na prática dos grupos sociais.

### **6.1.2 Resíduos do cotidiano no campo e na cidade rural**

A resiliência socioespacial contemplada neste estudo busca responder ao enigma: *como permanecer nos lugares onde novos eventos promovem transformações espaciais que alteram os modos de vida?* A tese que se defende pode estar no fator de resiliência das comunidades urbanas e rurais do município de Maurilândia/GO. Este grau de resiliência concorre para largueza do desenvolvimento de mecanismos adaptativos e de ajustamento e reacomodação socioespacial capaz de conviver com eventos promotores das mutações locais.

Como elementos construtores dessa resiliência estão os resíduos, os saberes e fazeres, as coexistências, as permanências e a reafirmação do lugar pelas humanidades locais. São aspectos elementares para se compreender a resiliência socioespacial dos sujeitos maurilandenses, que serão abordados doravante. Ademais, como evidencia Harvey (2010, p. 201):

Nas práticas espaciais e temporais de toda a sociedade são abundantes as sutilezas e complexidades. Como elas estão estreitamente implicadas em processos de reprodução e de transformação das relações sociais, é preciso encontrar alguma maneira de descrevê-las e de fazer uma generalização sobre seu uso.

Penetrando nos espaços ocupados pela monocultura canavieira nos Cerrados de Goiás, uma questão avulta-se: Num lugar em que o agronegócio se tornou a lógica dominante, onde estaria o resíduo? Denunciando proposição vislumbrada em campo, parece correto admitir que o resíduo estivesse no cotidiano, no banal, no ordinário e previsível da vida dos maurilandenses rurais e urbanos.

Sabe-se que no interior cotidiano, o resíduo é um produto do conjunto social, resultado cumulativo de saberes e de práticas; resíduo é o que fica, é o que sobrou de uma época, brota das memórias. Almeida (2005 p. 109), numa profícua reflexão acerca de identidade e alteridade, destaca:

A cultura, portanto, inscreve-se assim no território, deixando marcas pela história e pelo trabalho humano, o que, no nosso caso, pode ser apreendido pelos diferentes processos de apropriação [...]. Cremos que não seria exagero cogitar nesses territórios sítios potenciais de resistências, intervenção e de tradução decorrentes das estratégias de diferenças.

Não estaria a autora, ancorada na identidade e alteridade local, possibilitando uma leitura de **sujeitos resilientes** no/do lugar vivido no devenir da cotidianidade? Acredita-se que as marcas deixadas no território pela lida humana e os modos de apropriação do espaço “onde a linha que separa a cultura da natureza apenas se esboça, e as sociedades sertanejas tradicionais se formam, se desorganizam e se reproduzem” mesmo sob forte tensão e conflitos contribuam para a sedimentação de resíduos favoráveis à reedificação com potencialidades imanentes.

Ademais, o residual tem a possibilidade de (re)inventar as coisas (as relações, os fazeres, os meios e processos). São aspectos consubstanciados na “Vida Cotidiana no Mundo Moderno” de Lefebvre (1991, p. 39). Nas palavras do autor a vida cotidiana é

um lugar desdenhado e decisivo, que aparece sob um duplo aspecto: é o *resíduo* (de todas as atividades determinadas e parcelares que podemos considerar e abstrair da prática social) e o *produto* do conjunto social. Lugar de equilíbrio é também o lugar em que se manifestam os desequilíbrios ameaçadores. Quando as pessoas, numa sociedade assim analisada, não

podem mais continuar a viver sua cotidianidade, então começa uma revolução. Só então. Enquanto puderem viver o cotidiano, as antigas relações se reconstituem.

Ao mesmo tempo, a vida cotidiana só existe quando é, efetivamente, percebida e vivida, uma abstração real. Ela denota quem, como e onde os sujeitos vivem e se reproduzem: na repetição diária, na monotonia e na rotina. “É no cotidiano que eles ganham ou deixam de ganhar sua vida, num duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente (LEFEBVRE, 1991, p. 27).

Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada. Para Martins (1998), é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão.

E aí a desordem é outra, como é outra a criação. Já não se trata de remendar as fraturas do mundo da vida, para recriá-lo, mas de dar voz ao silêncio, de dar vida à história (MARTINS, 1998). Fazer parte do cotidiano e impor sobre esse uma nova possibilidade de vida, de ajuste e sobrevivência (ou resiliência) socioespacial.

Numa abstração particular, questiona-se se o fato do modo que se vive desse ou daquele jeito fosse um ato de soberania e escolha humana e não proveniente de possibilidades já dadas pelo poder hegemônico e oferecidas no cotidiano. Conforme Harvey (2010, p. 207), “devemos a ideia de que o domínio do espaço é uma fonte fundamental e pervasiva de poder social na e sobre a vida cotidiana à voz persistente de Henri Lefebvre”.

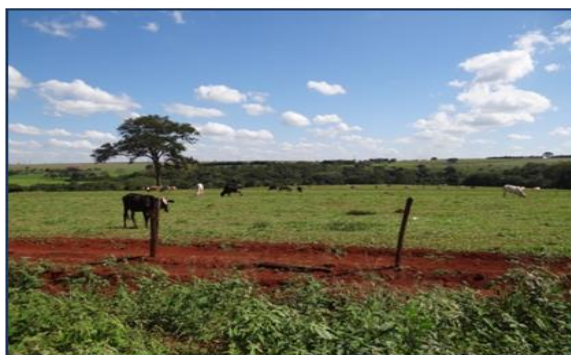
Garimpando lugares, identificando sujeitos, costumes, ideias, histórias e memórias foram se abrindo, entre os eitos dos canaviais, outros modos de vida, antigas e novas configurações e interações socioespaciais desfiguradas da usina, da técnica, do capital. Diz respeito a pequenos espaços, vizinhos da cana, com marcas profundas na paisagem e nas pessoas que ainda vivem a cotidianidade do campo.

No entanto, o capital e o poder hegemônico não os ‘percebe’, não os insere no processo produtivo com suas formas sociais de origem. Mais uma vez é denotada a lógica dominante<sup>61</sup> capturando outras lógicas, mas não as fazendo

---

<sup>61</sup> A classe dominante apropria e repassa sua lógica por meio de ideologias. Essas, por sua vez, se encarregam de imprimir ‘sistemas simbólicos’ como instrumentos políticos de “imposição ou

desaparecer (resíduos). Um campo ora comandado pelo sinal da fábrica, não na cidade, mas, logo ali depois do rio ou atrás do pasto raleado onde teimam em pastejar pequenos rebanhos; ora alinhavado pelos traiçoeiros caminhos dos *bi trens* que levantam poeira estrada adentro invadindo o tempo, o silêncio, o *habitus* e o lugar dos que ainda vivem no campo.



**Fotos 64 e 65:** Remanescente de propriedades rurais do município de Maurilândia/GO e Turvelândia/GO com criação de gado leiteiro para abastecimento familiar e entrega de leite para o laticínio da Italc (Santa Helena de Goiás-GO). Propriedades menores mantêm poucas cabeças de gado leiteiro para consumo interno e fabricação de queijo, que é vendido nos municípios próximos, além de ser usado como moeda de troca e comércio local.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).



**Fotos 66 e 67:** Usina Vale do Verdão S/A ao fundo de pequena propriedade rural que teve parte de suas terras arrendadas para a usina expandir a monocultura canavieira. Caminhões transportando cana para a usina próximo à área urbana. Situação comum em época de seca quando a poeira dos caminhões deixa rastros dos canaviais até chegarem às ruas asfaltadas do município. Em épocas de chuva, a lama, as erosões e a interdição de caminhos rurais por conta do intenso tráfego de caminhões dificultam a locomoção de quem vive na região. Observa-se que a cana é plantada rente à rodovia que dá acesso ao município de Maurilândia/GO, estendendo-se a várias direções.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).

As imagens remetem a uma triste pintura num quadro em que o pintor esboça a desesperança com o campo metamorfoseado de “fundo de fábrica”. O tempo rápido e fugidio, com lógicas anômalas ao lugar rural, ocorridas num canto qualquer

---

legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 2010, p. 11).

de Cerrado escondido pela paisagem repetitiva e sem graça da cana, descortina dura realidade.

*Sabe sô, nois fica paralisado, sem ter pra onde correr e sem ter o que fazer, aí nois espera as coisas melhorar pra ver o que dá pra mexê, né? Força pra tocá roça num tenho mais, plantá a meia com os vizinhos num tem jeito porque os vizinhos de hoje é uma mata de cana sem fim. O jeito foi manter um rebanho de gado pequeno pra ocupar a terra que a gente tem. Nois fica aqui até quando Deus é servido. Medo? Tenho sim. Mais um dia chega a nossa hora, mais cedo ou mais tarde, né?...*

*Cê num sabe que até do trabalho duro nas lavoura a gente sente falta! Tinha muita gente trabalhando por esses lados logo que nós chegou por aqui, há mais de 30 anos. Era todo mundo unido e morava perto uns dos outro. A família também estava junta, agora cada um foi pra um lado, nenhum dos filhos tá na pelaja na terra. Todos foram pra cidade. [...] No tempo de plantio ou colheita eu já cunzinei pra mais de cinquenta homem na lida e isso era armoço e merenda, todo santo dia. Agora crio umas galinha, junto os ovos pra vende na cidade e o véio faz os queijo com o leitinho das vacas porque eu não tenho força mais.<sup>62</sup>*

Pelo exposto, nota-se a consciência do sujeito que sabe quem é que representa a si mesmo. Esse ator local está e vive num espaço por ele territorializado, vivido e experienciado. Nesse vislumbre é clareada a afirmação de Lefebvre (1967, p. 394): “a consciência, resíduo de tudo o que foi resíduo dos resíduos, seria, pois em grande parte, reminiscência, reconhecimento do novo”. Por isso a redundância, a repetição, o discurso, a memória, o refletir e a aventura surpreendente.

Todavia, parece um desconforto ter que pintar, por meio da memória e das palavras, tanta saudade, fortes momentos, irreparáveis perdas! Espaços de reprodução da vida para camponeses de outrora. Arranjos territoriais que abrigavam antiga e penosa harmonia no plantar, colher e sobreviver dependentes da natureza e do próprio trabalho.

Apascentar, cuidar, procriar, multiplicar, arrendar, vender, trocar, compartilhar e reproduzir meios e modos de se viver na roça são tarefas reaprendidas, heranças de resíduos que ficaram no recôndito do saber e do fazer na memória social dos sujeitos. Martins (2008, p. 129) traz oportuna colaboração lembrando que:

Se entendermos que a memória não é apenas a recordação verbalizada, então há muito mais a considerar. A memória do passado, isto é, das

<sup>62</sup> Entrevista (uma longa e agradável prosa) concedida por um casal camponês com mais de setenta anos de vida no campo. Proprietários de vinte alqueires de terra no município de Maurilândia/GO (abril de 2014).

experiências sociais passadas e dos antepassados, se inscreve nos gestos, nos gostos, na audição, nos sotaques, no paladar, no olfato, nos cheiros.

O jeito de ser e de relacionar do sujeito rural, ainda que pobre, sem instrução, analfabeto, descalço e muitas vezes rústico é, sobremaneira, diferenciado no trato com as pessoas. São sujeitos amáveis, atenciosos, disponíveis e acessíveis para com os conhecidos, vizinhos, parentes, como também com os de fora e desconhecidos<sup>63</sup>. No campo, vive-se como é possível marcado pela identidade (e integridade) de quem se acomoda após a tormenta, de quem vive, se reproduz e espera, com paciência espera!

Haveria outras possibilidades para os sujeitos ou atores heterogêneos nos espaços homogêneos da cana? Por ventura, Lefebvre tivesse a resposta ao conduzir essa conjectura: a simultaneidade do passado/presente/futuro... o que garante esta permanência, sem a aparência do tempo? A vida cotidiana. Para esse autor estariam na própria cotidianidade as saídas, as possíveis soluções (ou não) ou formas de amenizar as contradições do vivido.

Não obstante, a espera, importante atributo de pessoas resilientes, antecede possíveis superações e ajustamentos. Porquanto, para esses, o que o cotidiano lhes reserva? Como resgatar resíduos que promovam resiliências? Quais potencialidades podem ser buscadas a partir dos saberes e fazeres residuais? Porque em meio às interpelações, bruscamente, o cotidiano lento das paisagens rurais, por detrás dos canaviais, é interrompido pelo rugido das máquinas, pela pressa do capital, pelo trabalho temporário e pela perda espacial e cultural. Conjuntamente, pelo dinheiro que tudo compra, vende, descarta, modifica, minimiza, desterritorializa.

Quando perguntado se venderia suas terras ou arrendaria para a usina sucroalcooleira, um produtor rural maurilandense (Abril, 2013) respondeu: “[...] e agora, vender pra quê? Investi em que? Ocê me procura e eu te procuro... vender pra quê? Quem tem o dinheiro não tem nada, quem tem a terra ainda tem onde viver. Eu já sofri muito aqui com essa usina, agora é que num vendo e nem arrendo mesmo”!

Outros produtores rurais, tomados pelo afã da renda fixa e segura (pelo arrendamento de terras), provaram o sabor do consumo e da diminuição do trabalho

---

<sup>63</sup> Essa receptividade foi confirmada durante incursões em campo à microrregião do sudoeste de Goiás, quando a autora vivenciou dessa maneira de ser do camponês que, com respeito, simplicidade e delicadeza contribuiu, efetivamente, para a realização desse estudo.

diário na lida do pasto e da roça, pelo menos temporariamente. Porém, após dois ou três anos de arrendamento, o sonho, “em seu espelho quebrado, apresenta uma imagem do que há fora dela”, diz Lefebvre (1967, p. 350).

Esvaindo-se os desejos projetados, sucumbiram a um modo de vida aquém do que tinham no campo. Deles, ouve-se: “Arrendei tudo o que tinha, estou aqui na cidade trabalhando pros outros porque o dinheiro do arrendamento já acabou... um ano é muito tempo e o dinheiro é pouco!”, desabafa o ex-produtor rural de Maurilândia/GO (abril de 2013). Para esses, pouco restou além dos resíduos absorvidos da vida rural que se manifestam em ruralidades no espaço urbano facilitados pelo conteúdo da cidade rural, podendo ser aproveitados (ou não) num possível recomeço.

O desejo metamorfoseado em mercadoria escamoteia a alienação do humano. Entrementes, “a vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em determinadas circunstâncias sociais” (HELLER, 1992, p. 39). Em conformidade, o que subsiste ao cotidiano? O que fica no lugar? O que é residual? Por certo, aquilo que ficou guardado da cultura campesina, que não foi corrompido ou absorvido pela modernidade, pela tecnologia ou pela “crise”.

O resíduo está nos sujeitos e não fora deles, nos seus costumes, na sua subjetividade (na história), nos seus saberes e fazeres. Na tentativa de compreender tal realidade o desafio é

lançar um olhar interiorizado sobre as práticas materiais e ideais das populações rurais, cotidianamente ressignificadas frente aos processos modernizantes, aparecendo como fundamental compreender às formas de apropriação de natureza de um dado grupo social. Trata-se, portanto, da adoção de uma abordagem complexa dos processos socioterritoriais. (FLORIANI, 2013, p. 76)

Esses territórios, vividos e normados, são o epicentro para abordagens que objetivem o desvelamento das conexões, dos conflitos, das insurgências que modificam o espaço e a formas que nele se vive. Em contrapartida, se a “vida cotidiana é a vida de *todo* homem *inteiro*”, como sugere Agnes Heller (1992, p. 17) empreende-se que o normal, o tédio, a repetição são absolutamente inerentes à cotidianidade humana.



O que pode escorregar aos sentidos é que as habilidades e capacidades criadas a partir do / no cotidiano são as mesmas ferramentas que podem promover a libertação, o extraordinário. “A vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas” (HELLER, 1992, p. 24). Para tanto, estão em funcionamento os sentidos, as faculdades intelectuais e manipulativas, os sentimentos, as paixões, as ideias num configurar do sujeito atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não totalizante na absorção de todas as práticas cotidianas (HELLER, 1992). Mesmo parecendo contraditório, subsume-se a

indissociabilidade dos aspectos objetivos e subjetivos acerca da reprodutibilidade do sistema produtivo campestre, ou seja, dos condicionantes geoecológicos locais, **dos valores e simbolismos tradicionais, das práticas e saberes sintetizados nas estratégias de adaptação e resiliência das comunidades rurais** frente aos projetos de (re)territorialização do capital sobre aqueles territórios contra hegemônicos. (FLORIANI *et al.*, 2013, grifo nosso)

São atributos que somados poderão promover o empoderamento dos elementos residuais capazes de conduzir ao desenvolvimento da resiliência socioespacial para os sujeitos do lugar. “É no âmbito local que a História é vivida e é onde, pois, tem sentido para o sujeito da História” (MARTINS, 2008, p. 117). Isso porque “a vida cotidiana não está fora da história, mas, no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social” (HELLER, 1992, p. 20).

É, portanto, na história de vida das pessoas que se dão os eventos, as implicações, os embates, as adversidades. Na medida em que os fatos extremos agem como fontes de ameaça a grupos com características peculiares de territorialidade - tais como a reprodução de seu modo de vida a partir da produção de autoconsumo – esses (o sertanejo, o agricultor, o trabalhador rural meeiro) passam a sofrer o processo de vulnerabilidade socioespacial, pois perdem seu território tal como eles o compreendem como território socializado (VENTURATO, 2012). As falas que se seguem e as imagens dão mostras de tais adversidades e eventos contrários:

*[...] quando vi que a roça já não dava nada, não tinha compradô pra colheita. O gasto de preparar a terra, adubá, plantá, colher e vender não pagava as conta que nós fazia pra formá uma roça. Devê pros banco? Deus me livre, ele vai comendo nosso lucrinho até a terra não pagá a dívida do banco. Então, pensei: não pranto mais nada, dexa o mato toma de conta. Mais, como que eu ia viver com a família? Sem dinheiro, sem roça, só com o de cumê e a terrinha com umas poucas cabeça de gado... resolvi tirar leite*

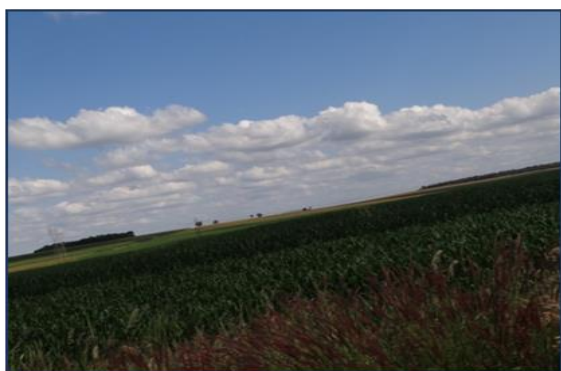
*pra fazer queijo e vendê no mercadinho lá da cidade. Todo tanto que eu fizer tem saída, é só chegar e entregar e pegar os cobres! (risadas)... As despesas a gente vai rompendo, plantando umas coisinhas e comprando outras na cidade. A mulher vende uns doce e assim nós vai vivendo!*



**Fotos 68 e 69:** Pequena propriedade rural em Maurilândia/GO, ladeada pela lavoura canavieira, com pequena trilha de acesso onde o camponês (Sr. Geraldo) de “vida toda” peleja pela sobrevivência cotidiana com poucas cabeças de gado e a fabricação artesanal de queijo, doces e a venda de ovos caipira.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).

*O povo da cana pelejo pra comprar minhas terra, eu nunca quis. Depois oferecer o pra arrendar, eu temi e não quis. Meus vizinhos todo mundo arrendou ou vendeu tudo pra usina. Uns ficou com a casinha e um quintalzinho à toa e o resto tudo arrendou pra cana. Um dia desses puseram fogo numa parte do canavial da usina e o fogo alastrou, comeu a cerca, atravessou o córrego e acabou com meu pasto. Tive que refazer a cerca... eu tinha 80 cabeça de gado, tive que vender a metade porque fiquei sem pasto desse lado de cima beirando a cerca. O prejuízo? A indenização foi um taião de cana lá da ribanceira, um resto de cana que eles deram pra nós colher e tratar do gado. Não compensou nem as carriada de cana.*



**Fotos 70 e 71:** Área de cultivo da cana próxima às propriedades rurais em Maurilândia/GO e Castelândia-GO que ‘vivem’ ilhadas. Nessa região produtores rurais, a maioria, arrendaram suas terras para a Usina Vale do Verdão S/A, os poucos que estão resistindo sofrem com as constantes queimadas e prejuízos nas roças e com o gado. Outro inconveniente é a poluição do ar e dos rios devido produtos químicos utilizados nas lavouras.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).

*Nóis vive sozinho, cana de um lado, cana do outro... e assim nós vai lutando como Deus manda. Nós já tamo véio e num vou morar na cidade*

*senão vou morrer mais depressa. Prefiro ficar aqui com a hortinha, a criação de galinha que dá pra vendê os ovos na cidade e num dá pra quem quer e criar uns porquin e umas cabeça de gado pras despesas. Aí quando nós morrer, os filho fais o que quiser*<sup>64</sup>.



**Fotos 72, 73 e 74:** Entrada de pequena propriedade rural de Maurilândia/GO cercada pela cana. O casal proprietário desenvolve criação de pequenos animais e algumas cabeças de gado para consumo de leite para a família e venda do excedente.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).



**Fotos 75 e 76:** Propriedades rurais 'recortadas' pela monocultura da cana nos municípios de Turvelândia/GO e Maurilândia/GO marcam as transformações ocorridas no campo nas últimas décadas e as mutações espaciais que alteraram meios e modos de produção dos camponeses da região.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).

<sup>64</sup> Depoimentos concedidos por pequenos proprietários de terra no município de Maurilândia/GO, que desenvolvem atividades agropecuárias em pequena escala. São sujeitos que, apesar das dificuldades vivenciadas no campo, determinaram manter seus modos de vida, costumes, tradições, adaptando os meios de produção conforme os resíduos (potencialidades) que lhes são pertinentes e possíveis (abril de 2014).



**Fotos 77 e 78:** GO 409, rodovia que dá acesso aos municípios de Maurilândia/GO e Turvelândia/GO, construída para melhorar o acesso e fluxo na área de produção canavieira da Usina Vale do Verdão S/A. Essa região recebe benefícios de infraestrutura do governo com a ideologia de “crescimento para todos” estampada em *out doors* por toda a região.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).

E o que sobra? Os resíduos, quando resgatados e reelaborados podem auferir graus diferenciados de resiliência. Ademais, são eles mesmos, os sujeitos do campo resíduos de um tempo vivido num espaço transformado pelo capital. Ressalta-se que um sistema humano resiliente é aquele que apropria dos resíduos para inovar, ressurgir. “A inovação é a capacidade e disposição para tentar coisas novas”. Mesmo parecendo contrassenso “a diversidade, por exemplo, gera mais inovação do que a uniformidade” (MAZUR, 2013, p. 207). Na mesma direção, ouve-se Martins (2008, p. 57) anunciar:

É no fragmento de tempo do processo repetitivo produzido pelo desenvolvimento capitalista, o tempo da rotina, da repetição e do cotidiano, que essas contradições fazem saltar fora o momento da criação e de anúncio da História – o tempo do possível. E que, justamente por se manifestar na própria vida cotidiana, parece impossível. Esse anúncio revela ao homem comum, na vida cotidiana, que é na prática que se instalam as condições de transformação do impossível em possível.

Mesmo contrapondo a conjuntura dominante do capital que a todos cerca, rompe-se o impossível nas possibilidades abertas pelo cotidiano. De forma propositiva à dialética “espaço do homem x espaço do capital”, tem-se a luta, o conflito, a criação, a força, as representações e a subjetividade que estão no sujeito que cria. “Ao criar, o sujeito se autocria, concria, se abre, se distende, transborda [...] criar é uma atividade ininterrupta que, fundada no real profundo, o produz, superando a realidade dada, desenvolvendo travessias interiores, mudando o cenário externo” (CHAVEIRO, 2008, p. 94). Desse embate, nascem possíveis

reencontros, resiliência e coexistência por meio dos resíduos de práticas sociais passadas.

### **6.1.3 Resíduo como meio para o desenvolvimento da resiliência (resistência) e coexistência**

#### **Resistir e mudar...**

Devemos resistir ao nada. Devemos resistir às extraordinárias forças de regressão e de morte. Em todas as hipóteses devemos resistir. O futuro não é mais a fulgurante marcha para frente, ou, antes, é à fulgurante marcha para frente das ameaças de aniquilamento a que devemos resistir também. Mais amplamente, ao erro, à salvação, à resignação, à ideologia, à tecnocracia, à burocracia, à dominação, à exploração, à crueldade. Mais, ainda, devemos nos preparar para novas opressões, isto é, novas resistências.

Edgar Morin, 2010

A resiliência adquirida pelo indivíduo a partir do uso potencial dos resíduos acumulados na história e perpetuada no tempo e no espaço vividos desencadeia a metamorfose do individual ao social em lugares acometidos de perturbações internas e/ou externas. Igualmente, a necessidade de resistir a novos eventos oferece uma forte razão para a mudança.

A resiliência é teimosamente contextual, como são também os resíduos depositados na cultura de um grupo social. Martins (2008) adverte que no residual e no virtual estão centradas as necessidades radicais, ora, são essas estreitezias que “retiram” das entranhas novas possibilidades.

[...] necessidades que não podem ser resolvidas sem mudar a sociedade, necessidades insuportáveis, que agem em favor das transformações sociais, que anunciam as possibilidades contidas nas utopias, no tempo que ainda não é, mas pode ser. Para isso é preciso juntar os fragmentos, dar sentido ao residual, descobrir o que ele contém como possibilidade não – realizada. (MARTINS, 2008, p. 107)



É justamente nesse micro sistema de reprodução local contra hegemônico que se encontram particularidades e possibilidades do que é residual nos modos de vida e saberes dos camponeses na região pesquisada. O saber e o fazer mostram-se latentes através de sentimentos e ações de resistência da comunidade rural contra insurgências capitalistas segregadoras.

Contra-pondo-se ao processo modernizador do território, grupos sociais de agricultores afirmam dar continuidade à criação de pequenos animais, à produção diversificada na agricultura e à outras atividades ligadas ao campo, como nichos de subsistemas resistentes à produção hegemônica rural.

Trata-se de mecanismos próprios do campesinato tradicional, a produção simples com excedente voltado para a comercialização, conforme aponta as falas dos sujeitos. Na complexidade tempo – espaço do produtor rural, não é fácil assinalar todas as nuances e contradições desse modo de vida (tradicional?) no contexto modernizante e modernizador do capital. Nesses termos, Harvey (2010, p. 190) pondera:

Sob a superfície de ideias do senso comum e aparentemente “naturais” acerca do tempo e do espaço, ocultam-se territórios de ambiguidade, de contradição e de luta. Os conflitos surgem não apenas de apreciações subjetivas admitidamente diversas, mas porque diferentes qualidades materiais objetivas do tempo e do espaço são consideradas relevantes para a vida social em diferentes situações.

Para Lefebvre (1967, p. 376): “A *poësis*, hoje e agora, parte do residual. Seu primeiro ato: a reunião dos resíduos depositados pelos sistemas que se obstinam sem consegui-lo em constituir-se em totalidades, a “mundializar-se””. Enquanto as mudanças provocadas pelos atores hegemônicos se dão do global ao local, os resíduos vão se sedimentando na mesmice da vida cotidiana transformando-se em ferramentas futuras.

Com efeito, “é nas tensões do vivido que tem lugar o encontro / desencontro da vida cotidiana com a vida privada<sup>65</sup>, e da vida cotidiana com a História” (MARTINS, 2008, p. 95). Ainda, buscando a luminosidade das construções teórico-metodológicas lefebvrianas, importa lembrar:

<sup>65</sup> Para Martins (2008, p. 84), “vida privada e vida cotidiana, como objetos de conhecimento científico, são temas da atualidade, são temas da consciência social contemporânea e o são porque de algum modo são problemas para a sociedade”.

Esse “método dos resíduos” não é utópico, nem abstrata nem concretamente. Os resíduos em questão estão aí, *hic et nunc*. Não é, tampouco, prospectivo. Não mostra uma imagem enganadora do futuro, embora esteja voltado para o futuro e faça apelo ao possível (logo, a imaginação). (LEFEBVRE, 1967, p. 376)

Conhecer os elementos residuais que podem auferir comutações é o ponto principal nos momentos de transe e exiguidade. A despeito das ciências já propalarem tais ensinamentos, o cotidiano do homem simples e rude do campo carrega em si muitos desses mecanismos resilientes. Esses, ao seu modo, com base no reforço residual das práticas sociais rurais (e também urbanas, mas culturalmente rurais).

É interessante notar o conhecimento adquirido pela *práxis*; conhecimento puro, experienciado e vivido. Num desses encontros com os “sábios resilientes do lugar”, ouviu-se os seguintes relatos:

*Pra quem vive da terra e só sabe mexê com isso, pra num fica pior, vamo tê que dá um jeito de vive aqui mesmo. Quando eu cheguei pra essas bandas eu não tinha terra, trabaiava de agregado nas fazendas. Sabe o que era de meu mesmo? Uma carroça e dois cavalo que eu tratava como um fio mais velho! (risadas!) E tinha os quatro filho meu com a muié, né? Tá bão, comecei a bardiar de um tudo nessa carroça pros vizinhos e moradô mais de longe. Ninguém tinha dinheiro, aí era os trambiques que entrava. De tudo eu tinha em casa, nada fartava. Mais isso foi há muito tempo, a Mauirlândia ainda chamava garimpo... Hoje em dia ninguém mais aluga carroça. Foi desse jeito que comecei a comprar uma terrinha e hoje moro no que é meu, é pouco, mais é meu.*

*A mão de obra é mais cara do que o que você produz. Abandonei a roça, num quero mais saber disso! Só o maquinário vale mais do que a terra. Hoje vivo da renda que guardei de mais de 30 anos trabalhando com roça de arroz. Hoje crio umas cabeças de gado e o leite dá pra despesa e pra fabricá queijo pra vendê em Maurilândia. Mexo com uma hortinha pras despesas, uma rocinha de mandioca, milho e feijão só pros de casa.*

*Hoje tenho 10 alqueires de terra e num comprei nenhum com dinheiro. Eu tinha um gadinho, fui trocando por terra. Esperava mais um tempo, pagava umas conta, esperava o gado produzir, ficava com as vacas mais boa de leite pra manter o de dá pros meninos e vendia o resto, as novilhas que aumentava muito. Quando eu tava com quinze vaca parida, uma bezerrada de fazê gosto e num tinha mais pasto, um rapaz que queria vender uma terrinha de herança, aqui pertinho quase de parecia com a minha terra, me pediu uma quantia. Eu num ia tirar a poupança no banco e ficar em pé nas perna, a gente num sabe do amanhã. Eu tinha uma casinha fraca lá na Maurilândia e 15 vaca parida boa pra negociar, dei o preço da casa e do gado. É tanto. Dava a quantia da terra dele. E é assim: cê trais o compradô, vê o gado e ele já passa o dinheiro procê. A casa é só passar a escritura. E assim eu ia comprando e vendendo sem mexer com dinheiro<sup>66</sup>.*

<sup>66</sup> Depoimentos concedidos à autora (abril de 2014) por maurilandenses que ainda vivem nas áreas rurais do município. Em seus relatos da história de suas vidas contam experiências com o campo e no campo. Tempos bons, de crises, de inovação e de reacomodação dos modos de vida no campo. A



**Fotos 79 e 80:** Pequenas propriedades rurais de camponeses maurilandenses que lutam por permanecer no campo. Desenvolvem a agropecuária de pequeno porte com a produção voltada para subsistência e comercial. São resilientes em não sair de suas propriedades. Afirmam devoção ao lugar e fé em Deus para vencer as adversidades. Denunciam a difícil vida no campo em dias atuais e afirmam que só deixam esse ‘pedacinho de chão’ após a morte. A lavoura de cana encontra-se na divisa dessas propriedades e pertence ao complexo da Usina Vale do Verdão S/A.

**Fonte:** Silva e Zuffi (abril de 2014).

Para os camponeses, pequenos produtores rurais, “a permanência na terra, a luta para conquistá-la e as representações que retêm o substrato da vida camponesa são traços de um tradicionalismo que surge ressignificado” (CASTRO, 2009, p. 160). O tradicional ressignificado torna-se campo de luta pela sobrevivência e coexistência, inscrevendo práticas dentro de lógicas diversas, totalizantes e capitalistas. Isso pode ser medido nos momentos de crise os quais remetem às representações elaboradas pelo grupo, evidenciando ações e pensamentos compatíveis com o contexto de sua existência.

Em “Cultivando a Resiliência em um Mundo Perigoso”, de Laurie Mazur (2013 p. 211), são bem apresentadas ideias dos interlocutores da pesquisa quando demonstram os resíduos reavivados, as inovações inferidas no cotidiano e a abertura às mudanças. Por isso, o otimismo da autora em afirmar que

o pensamento resiliente nos pede para abraçar a mudança. Os sistemas que nos cercam e estão ao nosso redor, estão em um eterno fluxo de mudança, conforme crescem, amadurecem e – inevitavelmente – entram em colapso. Esta é uma perspectiva aterrorizante, mas, de certo modo, também traz esperança. É frequentemente no “ciclo de retorno” – o período caótico de liberação e reorganização – que mudanças significativas ocorrem. [...] Depois do colapso, vem a oportunidade de reconstrução, e as sementes a partir das quais o novo mundo brotará.

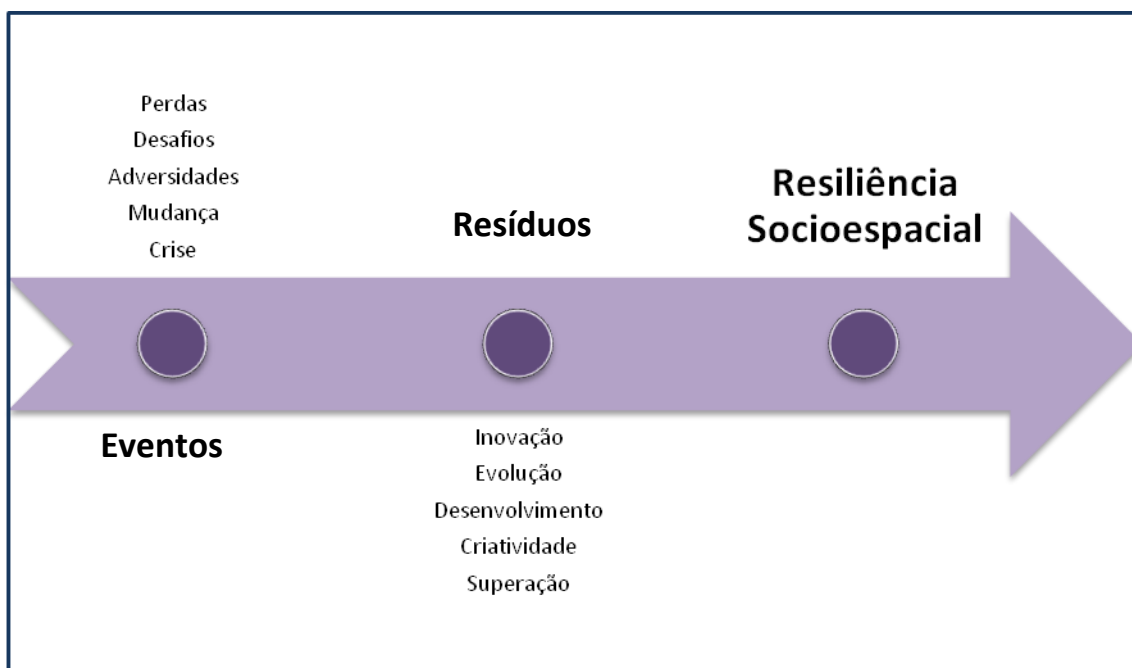
---

sabedoria do “sujeito que faz”, do homem do campo, dos resíduos que mantém esses sujeitos num grau mais elevado de resiliência socioespacial.



Pelo que foi discutido, apresenta-se, mesmo que sucinto, o gráfico da resiliência socioespacial dos sujeitos maurilandenses do campo e da cidade rural a partir da identificação de eventos adversos que, contraditoriamente, promovem resíduos e novos fazeres. Esses evoluem para o desenvolvimento das resiliências locais a partir de mecanismos de adaptação e superação dos “tempos de crise”.

**Gráfico 3:** Resiliência socioespacial dos sujeitos locais no campo e na cidade.



**Fonte:** Resultados da Pesquisa teórica e empírica, elaborado pela autora (maio de 2012; agosto de 2013; abril de 2014).

Nas Ciências Humanas, o empírico e a pesquisa documental refutam e/ou comprovam dados teóricos à luz da Ciência. Caso fosse o contrário, estudos e incursões na realidade empírica dos grupos sociais trariam à baila ressonâncias do *ser e fazer social* como elementos passíveis de análises científicas. Com amparo nas Ciências Sociais e Humanas as contribuições de campo sustentam e movimentam a teoria, agregando fatos e informações às formulações teórico-metodológicas, conceitos e categorias já consagrados academicamente.

Na Geografia tudo isso importa, contando que esses elementos estejam inseridos num “todo espacial” sem se tornar totalidade. Nesse aspecto, foi experienciado junto aos grupos sociais da região pesquisada o aflorar de *objetos e processos* passíveis de estudo e análise geográfica. Identificar resíduos (dados) na

vida cotidiana dos atores locais (sujeitos) na área de expansão da cana (objeto) no Cerrado Goiano nas últimas décadas (recorte espacial e temporal), deveras foi um exercício científico laborioso.

Na experiência concreta dos sujeitos, perceber práticas residuais do campo (no campo e na cidade rural) se efetivou como argumento robusto para se pensar a RESILIÊNCIA enquanto processo, meio e fim aplicados à prática cotidiana dos atores. Na área de influência da Usina Vale do Verdão S/A, evidenciou-se o espaço linear da expansão do agronegócio da cana nas áreas de influência micro e macro (rever Figura 9), denotando uma região particular, uma espacialidade específica.

Ao mesmo tempo e no mesmo espaço, verificou-se a existência de modos de vida resistentes que continuam a história dos sujeitos do lugar, marcados e delineados fortemente pela cultura, em confronto com a avassaladora homogeneização agrícola em espaço rural.

Foi fundamental identificar na região pesquisada os EVENTOS causadores de estresse que engatilharam processos de captação dos RESÍDUOS já adquiridos, porém incubados pela comunidade rural. Da conjunção desses elementos manifestaram-se diferentes formas de gestão da vida, por meio da habilidade humana dada pela RESILIÊNCIA SOCIOESPACIAL, visivelmente manifesta na CIDADE RURAL do município de Maurilândia/GO e entorno.

A Resiliência Socioespacial dos Sujeitos Locais surgiu, então, a partir do resgate de resíduos, jeitos de ser, bem como as formas de fazer já apreendidas no tempo vivido e guardadas no espaço da experiência. Esses potencializaram o surgimento de novas ideias, pequenas (e grandes) revoluções, desenvolvimento da criatividade humana e superação (parcial) de conflitos.

Estas ações contribuíram, em boa medida, para a continuidade da vida rural no campo (Grupo I da tipologia aplicada – sujeitos do/no lugar), para a permanência ora de trabalho ora de moradia no campo ou com as relações (in)diretas com o campo e o rural (casos identificados no Grupo II – sujeitos temporários do lugar) e, por fim, com aquelas pessoas que tiveram ruptura de vida e trabalho ligadas ao campo (sujeitos do Grupo III – fora do lugar), não raro, mantendo algumas práticas rurais mesmo fora dele.

Foram essas habilidades que atuaram como “antídoto” nos momentos de crise e apreensão no cotidiano dos sujeitos identificados nas três categorias já analisadas (capítulo 1). Eventos dados pela natureza ou provocados pelo homem

(moderno e capitalista) deflagraram não poucas perdas espaciais e sociais; surgiram adversidades laborativas que enunciaram mudanças nos espaços vividos levando os sujeitos a desafiarem sua força resiliente.

As ponderações de Ana Fani A. Carlos (2011) contribuem com a análise e aplicação dos resultados apresentados no gráfico das resiliências socioespaciais. Nas palavras da autora (2011, p. 65),

[...] a problemática espacial esclarece o momento do processo de reprodução da sociedade apontando as contradições desse movimento e iluminando os resíduos – momentos em que a vida reage e supera as contradições que emanam de sua produção. Portanto, na produção do espaço, ganha sentido e significado a vida do ser humano, de modo que a problemática espacial transcende a mera objetividade do processo.

No campo como na cidade os resíduos que são aproveitados e potencializados podem se transformar em resiliência pelas experiências, memórias, representações; também pelos saberes e fazeres numa atitude de recomeço, inovação e criatividade. São destaques no município de Maurilândia e entorno as ações dos sujeitos que tiveram que reiniciar caminhos e adaptar-se a novas situações, a opor-se diante do fracasso de escolhas ou pela falta delas.

Em outro momento, Carlos faz salutar reflexão sobre as possibilidades de se apreender o espaço geográfico como produto histórico de um (re)fazer contínuo no seio das sociedades. Em seu livro *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade* (2007), a autora apresentou importantes contribuições aos estudos sociais e geográficos. No contexto que se aplica ao objeto estudado tem-se, também, na cidade rural a compreensão do lugar enquanto

perspectivas para analisar as relações sociais a partir de sua materialização espacial, o que significa dizer que a atividade social teria o espaço como condição de sua realização. Deste modo, as relações sociais realizam-se concretamente através de uma articulação espaço-tempo, o que ilumina o plano do vivido, ou seja, a vida cotidiana e o lugar. Assim, a reprodução de relações sociais materializam-se em um espaço apropriado para este fim, e a vida, no plano do cotidiano do habitante, constitui-se no lugar produzido para esta finalidade e é nesta medida que o lugar da vida constitui uma identidade habitante-lugar. (CARLOS, 2007, p. 123)

Em contraste com a cidade, no campo ficam os fragmentos de um modo de ser e fazer historicamente elaborados e praticados na forma de resíduos que podem ser resgatados na hora da angústia, tormenta e dificuldades. Na cidade, muitas

vezes, retravar antigas lutas pela (re)construção do lugar, pela identidade perdida, pelo reconhecimento da alteridade não é tarefa fácil para os “migrantes da cana” de ontem e de hoje.

Situação comum para os sujeitos rurais identificados no Grupo II e III da tipologia apresentada no primeiro capítulo parece claro que a luta é para fazer parte de, mesmo não sendo *estabelecidos* e sim eternos “*outsiders*” descapitalizados que, não obstante, se mostram dispostos a arquear pela não invisibilidade e pela sobrevivência no lugar urbano ou rural.

Numa analogia aos lugares marginalizados da cidade grande, a periferia, os guetos (CARLOS, 1996) são espaços predestinados aos cidadãos de “menor qualidade” (!?). Esse espaço alternativo “que se coloca para o cidadão, no plano do vivido e do imediato” (CARLOS, 1996, p. 81) constitui-se na identidade que pôde ser vivida e não concebida (ou concedida). Na mesma abordagem crítica, David Harvey (2010, p. 118) afirma que “[...] a busca de segurança e identidade coletiva, a necessidade de adquirir respeito próprio, posição ou alguma outra marca de identidade individual, tem um papel na plasmação de modos de consumo e estilos de vida”.

Nesses casos, repete-se o recriar do lugar sob outras condições socioespaciais, muitas vezes inóspitas pelas ações hegemônicas de um espaço urbanizado e diferenciado do conhecido, vivido e percebido. Voltando a Carlos (1996, p. 82), nota-se que a

existência dos guetos aponta para as particularidades da sociedade que se impõe como o diferente, posto que reafirma as diferenças apontando possibilidades de resistência do cidadão diante da construção da identidade abstrata produzida no mundo moderno. São resíduos que se mantêm e que estipulam claramente a luta pelo direito à cidade.

Essa busca pelo direito de viver e construir um novo lugar na cidade e a luta pela cidadania, para aqueles que migraram do lugar vivido (campo) e se reterritorializam na cidade num esforço de aproximação da identidade perdida ou degradada, põe em relevo tal processo. Por meio da memória o sujeito pode fazer mover / retroceder o tempo. Numa brilhante elucidação da memória, podendo ser entendida como fator de “resiliência” temporal e espacial, Harvey (2010, p. 201) esclarece:

**O Ser, inundado pela lembrança espacial imemorial, transcende o Vir-a-Ser;** ele encontra todas as memórias nostálgicas de um mundo de infância perdida. Será esse o fundamento da memória coletiva, de todas as manifestações e nostalgias, dependentes de lugar que infectam as nossas imagens do país e da cidade, de região, de ambiente e de localidade, de vizinhança e de comunidade? E se é verdade que o tempo sempre é memorizado não como um fluxo, mas como lembranças de lugares e espaços vividos, a história deve realmente ceder lugar à poesia, o tempo ao espaço, como material fundamental da expressão social. (grifo nosso)

A recordação, a lembrança e a memória preexistem ao resíduo e à *práxis*: “o passado se enlaça no atual e conserva a vivacidade cambiante que significa uma ausência na presença” (CARLOS, 1996, p. 82; LEFEBVRE, 1983). Correspondentes a essa assertiva, tem-se as falas a seguir:

*Aqui na cidade trabalho naquilo que aprendi na roça. Sou doceira de mão cheia. Faço compota e vendo na feira (aos domingos) e pego encomenda também. Tô tentando entregar nos mercadinhos na cidade, mas, não é fácil “vender” o produto que a gente faz em casa nessas lojas. Deixei a vida na roça porque era agregada (empregada). Eu e meu marido tomava conta da fazendinha do Seu João Moreira, mas ele resolveu arrendar pra cana, daí nós ficou desempregado. Pra ele foi mais fácil fica na roça e trabalhá, conseguiu fichá na usina. Se eu pudesse escolher? Ah, com certeza eu voltava pra roça. Acostumá na cidade é difícil, mais fazê o que, né?... Quando a cana começou a tomar conta de tudo, nós vendemos a fazenda que não era grande não, mais, dava pra sustentar a família com uma rocinha aqui outra acolá. Depois que a gente ficou sozinho no meio do canavial, depois que os vizinhos e os meu sogro voltou pro Maranhão, o medo nos fez vender nossa terra e vir pra cidade. Fui criada na roça, a gente vivia com segurança, sem medo do futuro porque sabia que ia colher o que a gente plantava. Tem muita violência no meio da cana, de vez em quando tão achando um peão morto nos canaviais e bandido que mata um ao outro também. Tá tendo muito roubo e violência na roça, antigamente não era tanto assim. Do que eu sinto saudade? Ah, a saudade é daquele tempo que não existia máquina para tirar o trabalho da gente. Viver na roça era ter saúde, sossego e paz. O que faço pra sobreviver? Trabalho de faxineira, diarista, né? Tô esperando um vaga num hotel aqui na cidade, deve sair no mês que vem. Eles querem alguém que saiba cozinhar uma comidinha caseira, goiana e isso eu sei demais, aprendi na roça na beira do fogão de lenha. O difícil é pagar o aluguel. Aqui em Maurilândia os preços tão subindo muito porque tá aumentando o povo na cidade, muita gente que vem de fora acaba ficando por aqui mesmo. Meu marido tá vendendo hortaliças que ele busca nas chácaras perto da cidade, vende aqui e em Turvelândia. Comparado com a roça, aqui eu trabalho até menos, o serviço é mais leve, mais na roça a gente tinha mais fartura e vivia no que era nosso<sup>67</sup>.*

A fala que inicia esse bloco de depoimentos é enfática ao falar das dificuldades que o camponês e trabalhador rural encontram fora do seu lugar. É

<sup>67</sup> Entrevistas e conversas com a autora (abril, 2014) com duas ex camponesas maurilandenses que migraram para a cidade e usam suas habilidades, seus saberes (resíduos) para potencializarem novas formas de trabalho, antes realizados e experienciados no campo. Elas expressam, com certo desapontamento, a expansão da cana como motivo da migração campo-cidade.

evidenciado, também, um exemplo característico de resíduo ressurgido e potencializado em meio à crise e dificuldade: “Aqui na cidade trabalho naquilo que aprendi na roça. Sou doceira de mão cheia”, afirma a senhora de mais de cinquenta anos de idade, sendo quarenta deles vivendo na roça com a família. Exemplos corriqueiros de sujeitos que podem ser identificados no Grupo II da tipologia dos maurilandenses migrantes do campo.

Na fala seguinte, uma jovem senhora que teve seus três filhos criados na roça faz menção de um tempo e espaço que parecem não mais existir. Hoje, na cidade rural de Maurilândia ela percebe nitidamente as mutações espaciais do campo: expulsão e substituição de trabalhadores rurais pela mecanização agrícola, a violência, os arrendamentos de terra à usina que expropria os pequenos proprietários rurais, bem como a paisagem homogeneizada que a monocultura da cana produz.

Por último, mais uma vez se apresentam os resíduos sendo revividos e utilizados em um novo contexto socioespacial. Para essa maurilandense, identificada no Grupo III dos sujeitos locais, a aprendizagem e habilidade desenvolvidas na lida com o preparo de alimentos e cuidados domésticos lhe renderam uma profissão, por vezes, valorizada na cidade: diarista e cozinheira. A experiência adquirida ressurge, fragmentada ou não, como formas de fazer residuais refuncionalizadas para atender outras necessidades.

Por tudo isso, torna-se importante o olhar mais atento aos mecanismos que promovem os resíduos a práticas de permanência e arranjos para reafirmar o lugar como identidade e identificação social.

#### **6.1.4 Resíduo como forma de permanência e reafirmação do lugar**

É sabido que através do conhecimento tradicional, das relações socioespaciais e das experiências camponesas são franqueadas possibilidades de permanências rurais que alimentam o imaginário das pessoas de dar continuidade a formas pretéritas de vida. Em que sentido pode-se falar em permanência no

contexto das comunidades rurais? A permanência está atrelada, dialeticamente, ao processo de ruptura. Então, o que permanece e o que se pulveriza?

Muito embora esses termos, aparentemente antagônicos, se complementem quando conhecida a sequência do movimento: permanecer – romper nas mediações sociais e espaciais, a ruptura indica descontinuidade, pausa ou mudança súbita de rumo no decorrer dos acontecimentos.

Num sentido cultural, tem-se a cisão no conjunto de valores e expectativas de determinada época; um salto em direção a uma nova conjuntura, uma ruptura das práticas sociais precedentes. A contradição das rupturas está em manifestar-se mediante a existência de permanências já estabelecidas. Para Duarte (2006, p. 2) a ruptura se dá sob

o pano de fundo das permanências, isto é, sobre o eixo temporal da continuidade dos processos estudados, que se pode pretender identificar e assinalar as rupturas. Uma não existe sem a outra: dialeticamente unidas, ruptura e permanência constituem um mesmo movimento, através do qual se opera a transformação dos processos em curso e que equivale, em última análise, ao próprio movimento da História.

Desse modo, entende-se que a permanência está intimamente ligada à mudança, transformação, superação, às rupturas. Mesmo assim, no processo de ruptura a superação do antigo pode não ser eliminada sumariamente e continuar existindo no interior das transformações anunciadas. Para Lefebvre (1983), superação implica, também, numa espécie de “retorno ao passado” que é, em cada etapa do desenvolvimento, reencontrado, mas superado e por isso mesmo aprofundado, liberado de suas limitações.

No espaço assistido por esse estudo sob a aparente homogeneidade do espaço abstrato, dos imensos canaviais numa paisagem contínua e previsível, manifestam-se conflitos, oposições, superposições, diferenças, rupturas e permanências. Essas circunstâncias contrárias cristalizam, em seu próprio tempo, as permanências no/do lugar.

O movimento antagônico de permanecer e romper (cessar e extinguir) se manifesta no campo, na cidade rural, como em outras formas espaciais em que, por conta de processos de transformação e inserção do novo, o que é velho e superado não se aniquilade imediato. Nesse entendimento, Martins (2008, p. 57) assevera:

Pois, é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação. Já não se trata de remendar as fraturas do mundo da vida para recriá-lo. Mas de dar voz ao silêncio, de dar vida à História.

Esses *espaços cotidianos* são, por vezes, tomados de assalto, saqueados, negados e mesmo assim resistem (transgridem) no processo de transformação. Permanecem valores, práticas, costumes, cultura como formas residuais do que foi e ainda é (talvez, as *novas formas do mesmo*). Com amparo em Lefebvre (1991) e mais recentemente em Duarte (2006), tem-se, no contexto das mutações, no espaço e na *práxis* social, o valor de uso como bem que não esvanece, não desaparece de imediato. Desse modo, pode-se afirmar que nem todas as ações são capturadas pela lógica da usina.

O valor de uso, que implica em “apropriação”, reaparece nas práticas socioespaciais cotidianas, em contradição dialética com o valor de troca, que pressupõe “propriedade”. Portanto, a apropriação dos bens e processos sociais e culturais elaborados pelos grupos humanos são marcas que permanecem nas práticas dos sujeitos no devir histórico. São permanências locais e/ou regionais.

Tem-se, por meio das permanências, a reafirmação do lugar pelas humanidades na condição de cidadãos resilientes frente aos eventos contrários, numa coexistência (e resistência) espacial e sociocultural. As permanências e reafirmações locais são exacerbadas e identificadas pelo fazer e o saber dos sujeitos. Exemplo disso são as ruralidades mantidas em espaço urbano, comentadas anteriormente.

Desse modo, ruralidades e urbanidades podem, em bom termo, responder aos diversos modos de permanências e reafirmações do campo e da cidade fora desses espaços. A saber, as práticas e construções sociais enquanto permanências e reafirmação local correspondem às ações dos sujeitos, do realizar, do concretizar, mesmo num estado de transição entre o que foi e o que ainda está sendo metamorfoseado.

É o processo de *continuar fazendo* (num gerúndio contínuo) mesmo diante das descontinuidades processuais. Esse permanecer ligado ao vivido, contraditoriamente, é a simultaneidade dos tempos idos e da novidade em estado de transmutação. Trata-se da transição entre o que já foi e o que ainda não é. Aquilo que se encontra em processo de superação se opõe e resiste ao novo que se



anuncia. Por conseguinte, nem tudo que é superado desaparece no agora, continua a contribuir com o processo de transformação da sociedade.

Dito de outra forma, as ruralidades e urbanidades correspondem aos saberes e fazeres congelados e, a *posteriori*, reencontrados (buscados) numa contingência de retorno ao aprendido e experienciado. Seria o refazer ou o possuir aquilo que permaneceu, mesmo não mais existindo, numa criação dialética. Agora não é mais a construção, é a rememoração, a abstração do real concretizado nas obras, nos instrumentos e nas ações atuais de perenizar formas e conteúdos passados. É a transferência material e cultural de modos e usos rurais para o urbano e do urbano para o rural.

Nas particularidades das permanências e reafirmação do lugar estão as obras concretas erguidas num tempo e espaço histórico cultural peculiar: arquitetura urbana, praças, monumentos, identidades culturais, utensílios e instrumentos de trabalho e lazer. Em outra esfera, também, repetidos e sacralizados estão os ritos, mitos, crenças alardeadas nas festas profanas e/ou religiosas em prol dos santos padroeiros; crenças típicas da cultura e dos festejos religiosos do campo e das cidades rurais, ainda vividas em algumas áreas rurais goianas. É a repetição e o gosto pela gastronomia interiorana regional e rural; são os costumes, as comemorações, atividades de trabalho e lazer inerentes ao campo ou remetidas a ele.

Nessa repetição construtiva, a permanência se dá em espaços diferentes daqueles em que a tradição se iniciou. De conteúdo rural trazido para espaço urbano estão os rodeios, feiras agrícolas, festivais gastronômicos, músicas sertanejas, comemorações com motivos voltados às safras agrícolas (festa da uva, do milho, do vinho, da melancia, da mandioca e do frango entre outras tantas que acontece “interior adentro”).

Num *mix* dialético entre o rural e o urbano, campo e cidade são manifestações revalorizadas das ações e releituras culturais (artesanato, gastronomia, tradições, costumes) que são percebidas com valor único, original, real e simbólico. Esses mecanismos e ações denotam elementos materiais e imateriais passíveis de mercadificação, tornando-os mercadoria. São realidades provenientes da hibridização pós – moderna de revalorização do tradicional e antigo, do artesanal e rural numa reconfiguração de usos e costumes.

Essa circulação contraditória do que permanece, do que é revalorizado e reafirmado como característica intrinsecamente local remete aos resíduos de épocas pretéritas readmitidos no contexto atual. Contribui com esse pensamento, a análise de Carlos (1996, p. 30):

A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ao lugar ou das formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feita de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma **capacidade criadora**, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo. (grifo nosso)

Em sua assertiva Einstein (1915), há muito, anunciava que no meio das adversidades e dificuldades emergem, muitas vezes, as oportunidades. Essas oportunidades, na perspectiva antropossocial, têm na resiliência dos sistemas sociais sua capacidade adaptativa e regenerativa. Isto é, a competência que um ecossistema socioecológico possui de aprender, organizar-se e adaptar-se frente a distúrbios, sem perder sua estrutura e função. Seria, enxergar novas oportunidades mesmo no conflito.

Dessa maneira, a resiliência sociocultural seria um farol na articulação dessas esferas simbólicas, produtivas e políticas de natureza, articulando conhecimento ecológico local com as ciências (SEIXAS e BERKES, 2005). Ainda, refletindo sobre os grupos sociais sob ditames da produção canavieira em contraste com os modos de vida campestres, continua a tessitura de fragmentos que assomam às outras reflexões apontando, com certo espírito otimista, melhores dias para as comunidades tradicionais rurais e sua condição de continuar em seu lugar, no campo.

O alento advém de pequenas iniciativas, por vezes insignificantes e escurecidas em micro escala, obstativo, que dão *movimento ao lugar* e ressignificação aos territórios. São ocorrências que se dão na dimensão da cotidianidade marcada pelo mimético, pelo repetitivo, pelo ordinário e entediante. Nesses lugares não se apresenta nada de novo e original, exceto o extraordinário e o insurgente. Há que surgir, “de um constante movimento, de uma ininterrupta dinâmica de repetição, algo de novo [que] irrompe e esparge laivos de uma revolução” (XAVIER, 2012, p. 4).

São pequenas revoluções que trazem o novo, o inesperado, mesmo sobre vestiduras do passado. A filosofia, no amparo da questão, diz que “a tradição filosófica sempre deu prioridade à imaginação reprodutora, considerada como um resíduo do objeto percebido que permanece retido em nossa consciência. A imagem seria um rastro ou um vestígio deixado pela percepção” (CHAUÍ, 2003, p. 143, grifo nosso). Nesse mesmo entendimento será discutida no próximo item a resiliência socioespacial como especificidade rural do campo e da cidade rural.

## 6.2 RESILIÊNCIA SOCIOESPACIAL DE COMUNIDADES RURAIS E DA CIDADE RURAL DE MAURILÂNDIA/GO

Como algo que fica depois de uma tempestade duradoura ou de uma forte tormenta, tem-se a imagem, o *resíduo*, o incipiente, aquilo que não se esvaiu completamente. Não se sabe por quanto tempo, não se sabe os motivos que o fizeram permanecer. Entretanto, ele está lá e pode de alguma forma (ou em algum momento) ser reencontrado, revivido e reproduzido.

Raymond Wilhams (1979, p. 125), numa feliz discussão acerca dos elementos construtores, interpretativos e classificatórios de uma possível teoria cultural, destaca:

O **residual**, por definição, foi efetivamente formado no passado, mas **ainda está ativo no processo cultural**, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente. Assim, **certas experiências, significados e valores que não se pode expressar**, ou verificar substancialmente, em termos da cultura dominante, **ainda são vividos e praticados à base do resíduo – cultural bem como social – de uma instituição ou formação social e cultural anterior**. (grifos nosso)

O resíduo fica, permanece numa lembrança, numa memória, num saber fazer. Tem-se, então, o momento em que o resíduo pode ser revivido, reinscrito no fazer social. É a representação objetiva do saber e ainda mais, *do fazer-saber-fazer* que ressurgem no momento de privação e de poucas oportunidades. Este é o momento que o *lugar* – palco da transmutação simbólica em prática materializa – se faz na concretude da realização social.

O lugar no cotidiano urbano, ainda com fortes marcas de ruralidade, guarda resíduos que traduzem tempos não muito distantes (mas quase esquecidos). Entretanto, tempo e espaço, reconfigurações impressas numa lógica diferente, estranha, imponente e territorialmente presente, transformam-se, renascem, florescem. Os resíduos, então, se cristalizam no saber – fazer dos grupos sociais que tentam preencher a fenda deixada pelo perverso descaso capitalista que desterritorializa e transforma, homogeneiza, coisifica o singular, o subjetivo, o cultural e rural.

Não raro, pequenos municípios com formação socioeconômica e cultural rural (Maurilândia/GO e entorno) agregam em sua hinterlândia comunidades e/ou famílias que ainda produzem, de forma artesanal, produtos alimentícios e objetos (doces e pimentas em compota, rapadura, farinha, queijo, requeijão, biju, licores, peças decorativas em madeira, cerâmica, barro, entre outros artefatos) para vender no comércio local como forma de renda familiar extra.

Em outras dimensões, as relações socioculturais também são revividas na busca de perenizar o contato íntimo com o parentesco, com a vizinhança, em manifestações culturais que promovam o extraordinário da vida cotidiana nesses espaços rurais e urbanos. Os tempos de festa, dos encontros, da euforia e do desejo.

No desenvolvimento desse estudo, buscou-se trazer elementos que demonstrassem o movimento, a ação, a mutação e a reacomodação dos sujeitos maurilandenses frente à expansão da monocultura canavieira e do capital agroindustrial no complexo sistema econômico global. Acredita-se que o corpo teórico e empírico apresentado até aqui tenha sido reunido de forma concentrada, no quadro 3 como parte dos resultados obtidos.

Desse modo, não se faz necessário dissolver as partes do conjunto de características e tipologias sugeridas quando da análise socioespacial das resiliências dos sujeitos em mais uma nova e enfadonha explanação. O que interessa, para o momento, é refletir sobre os níveis e densidade de resiliências apresentadas, bem como seus fatores de ocorrência. A partir da classificação apontada na tipologia dos sujeitos locais (Capítulo 1), seguir-se-á essa orientação para pontuar os desdobramentos analíticos sobre os três grupos de sujeitos identificados *in loco*: Grupo I – *Sujeitos do/no lugar*, Grupo II – *Sujeitos temporários do lugar*, e Grupo III – *Sujeitos fora do lugar*.

Ainda, as características destacadas sobre a resiliência socioespacial são resultados das confrontações teóricas e dos achados em campo durante a pesquisa (2010-2014). Dessa monta, apresenta-se o quadro 3 das resiliências socioespaciais no contexto da cidade rural de Maurilândia no Cerrado goiano.

**Quadro 3:** Resiliência socioespacial de comunidades rurais e da cidade rural de Maurilândia/GO – Tipologia e Caracterização

SUJEITOS SOCIAIS LOCAIS	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E ESPACIAIS	CONTEÚDOS RURAIS E URBANOS	APROXIMAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL	FATOR DE RESILIÊNCIA SOCIOESPACIAL
<b>Grupol</b> <b>Sujeitos do/no lugar</b>	* Continuam vivendo em espaço rural, mesmo com o advento das usinas sucroalcooleiras	* Ruralidades intensas nas formas espaciais e conteúdos culturais  * Costumes e modo de vida rural  * Resíduos de campesinidade  * Territorialidade rural	* Recampesinação  * Reafirmação do lugar e das territorialidades rurais  * Permanências das ruralidades  * <i>Lógica territorial:</i> desenvolvimento desigual e combinado	→ <b>Densidade alta</b>  * Percepção, imaginário, memória com forte apelo rural  * Adaptação, inovação e criatividade  * Resíduos: permanências, reafirmação do lugar e resiliência
<b>Grupo II</b> <b>Sujeitos Temporários do Lugar</b>	* Trabalham no campo, residem na cidade (ou vice – versa). Processo de migração pendular cidade – campo / campo - cidade	* Processo de desterritorialização e reterritorialização  * Transferência espacial das ruralidades  * Cultura e modos de vida: entre o rural e o urbano  * Urbanidade inicial  * Percepção campo – cidade amalgamada	* Novo rural: <i>continuum</i>  * Urbanização do campo  * Tecnologia, agronegócio e desruralização  * <i>Lógica territorial:</i> multifuncionalidade rural (e urbana)	→ <b>Densidade moderada</b>  * Entre lugares – campo e cidade  * Do espaço vivido para o concebido <sup>68</sup>  * Resíduos: reacomodação de saberes e fazeres  * Presença na ausência
<b>Grupolll</b> <b>Sujeitos fora do lugar</b>	* Perderam o vínculo de propriedade e/ou de trabalho com o campo. Realizam atividades não agrícolas na cidade. Migrações constantes	* Percepção e concepção da urbanidade  * Ruralidade: memória e representação  * Reterritorialização urbana lenta e processual  * Práticas urbanas com resíduos rurais	* Dicotomia rural / urbano  * <i>Visão setorial:</i> trabalho e produção  * Diferenças espaciais, sociais e culturais  * Homogeneização rural  * <i>Lógica territorial:</i> reestruturação produtiva	→ <b>Densidade baixa</b>  * Perda do lugar: migração campo - cidade  * Espaço concebido – imaginário e representação do vivido  * Resíduos: Reajustes, Adaptação e Ruralidades urbana

Fonte: Resultados da pesquisa teórica e empírica (maio de 2012; agosto de 2013; abril de 2014) - Concepção e elaboração da autora.

<sup>68</sup> Na obra *A produção do espaço*, Henri Lefebvre (2000) ressalta a importância da distinção referida ao espaço: o espaço percebido, na prática social, o espaço concebido pelos teóricos e o espaço vivido pelo sujeito através das imagens e símbolos que o acompanham.

Embora o quadro síntese seja, também, explicativo, cabem algumas considerações teóricas, metodológicas e empíricas. Seguindo o sentido vertical das características pontuadas e a horizontalidade dos tipos de sujeitos em seus grupos correspondentes, far-se-á as seguintes ponderações:

- Os sujeitos identificados no Grupo I foram considerados como possuidores de níveis elevados de resiliência socioespacial, caracterizados com densidade alta. Essa alta resiliência contou com a intensidade e densidade das construções materiais e imateriais dos sujeitos e suas subjetividades (percepção, imaginário, memória) espaciais, bem como as práticas (laborais e sociais) que os identificam como do campo ou de origem camponesa.

O conteúdo desse grupo de sujeitos surpreendeu no sentido da adversidade que está posta nos “lugares da cana” (área de monocultura canavieira no Cerrado goiano). Contudo, são pessoas resilientes que, por meio dos resíduos acumulados e reavivados, estão superando as contradições e momentos de crise, se mantendo no campo ou próximas a ele.

Têm-se, nesse grupo, aproximações teóricas pontuadas a partir das percepções e confirmações obtidas ao longo da pesquisa, no campo e na cidade rural de Maurilândia/GO. Em destaque, processos lentos, mas gradativos de recampesinação, territorialidades e permanências rurais no curso das lógicas territoriais capitalistas e excludentes;

- Os sujeitos identificados no Grupo II possuem densidade de resiliência socioespacial com densidade moderada. Para esses sujeitos, o desafio maior ficou por conta das rupturas espaciais, sociais e culturais que a agroindústria da cana desencadeou. Esse grupo de pessoas ainda busca formas de equilíbrio espacial e social; estão “entre lugares” na transição do espaço vivido para o concebido e, lembrando Lefebvre (1983), numa dimensão espacial de “presença na ausência”.

Teoricamente, eles foram e estão sendo testemunhas (e vítimas) da urbanização do campo. Foram inseridos nos processos de refuncionalização e multifuncionalidade (tecnologia, agronegócio e desruralização) do campo, ideologicamente definido como “novo rural” (*continuum*). Em seus conteúdos (i)materiais estão processos de “desterreterritorialização”, *mix* de ruralidades e urbanidades com percepção amalgamada do campo e da cidade.

- Os sujeitos identificados no Grupo III denunciavam, em todo momento, o descaso para com o homem do campo; inserções políticas, hegemônicas e capitalistas os excluíram do processo produtivo. O estigma desse grupo é o de ser “errantes da cana” passando de migrantes temporários para desempregados permanentes no campo e na cidade.

A resiliência socioespacial desses sujeitos, considerada de densidade baixa, foi causada por transformações socioespaciais desencadeado pelo advento das empresas rurais do agronegócio desterrando e desenraizando muitos deles. A perda do lugar antecedeu a migração do campo para a cidade. A percepção espacial transita, agora, entre o espaço concebido com ênfase no imaginário e representação do vivido.

Esse último grupo analisado teve suas ruralidades urbanizada, tendo que se ajustar a novos espaços e atividades com pouco resgate dos resíduos acumulados de experiências passadas. Este “novo” homem não é um homem novo, revigorado. Ele está em crise, vive a dicotomia entre campo/cidade. Seu passado está distante pela homogeneização rural de uma lógica territorial que se aproxima da reestruturação produtiva e setorial do trabalho e da produção. Entre a percepção da urbanidade e as representações das ruralidades vividas, ainda procura seu lugar, mesmo efêmero e transitório, na periferia das cidades rurais da região estudada e fora dela.

Afinal, o fator de resiliência socioespacial identificada nos sujeitos locais se deu em função da ocorrência de mecanismos advindos de resíduos potencializados (ou não) no saber fazer do homem do campo. Em certa medida, foram esses resíduos que deram sustentação para a criação e desenvolvimento das resiliências socioespaciais. Como enigma respondido pela pesquisa, pode-se abstrair que os *eventos são externos, mas a resiliência é subjetiva e endógena*.

Criadas formas resilientes de superação dos conflitos e dificuldades apresentadas, esses sujeitos partem para novos embates pela sobrevivência, adaptação, inovação, permanência e afirmação do espaço rural (e urbano) enquanto lugar das humanidades. Isso porque, mesmo na configuração pós - moderna e capitalista “cada sistema deixa um resíduo, que lhe escapa, que lhe resiste, e de onde pode partir uma resistência efetiva (prática)”, como advertiu sabiamente, Lefebvre (1967, p. 373).



A pesquisa realizada se deu com universo de sujeitos da ACVV – Área Core Vale Verdão – espacializada no Capítulo 3. Como forma de representação dos interlocutores da pesquisa, tem-se o gráfico 4 com o quantitativo de sujeitos (por grupos) abordados, acompanhados e identificados tipologicamente, bem como o percentual em cada grupo.

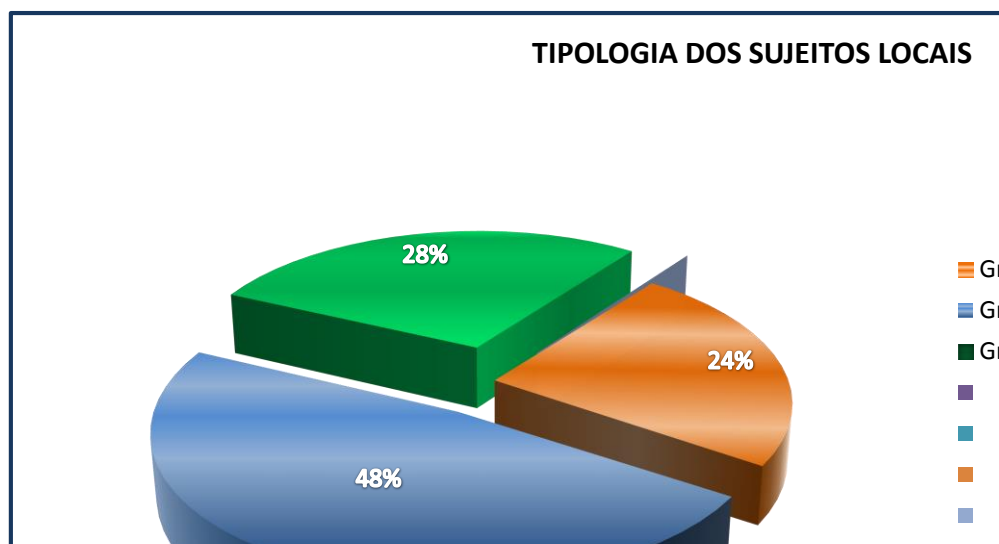
Conquanto, percebidos tais percentuais, o resultado se dá numa amostra de 60 (sessenta) sujeitos (ou grupo de pessoas) pesquisados. Esse montante não foi computado de forma individualizada. Diz-se de sessenta intervenções, ora individual, ora familiar, e também em grupos semelhantes, de origem rural (trabalhadores rurais no campo e na cidade, empregados da usina, *desempregados da cana*).

Foram conversas, entrevistas, depoimentos e, por vezes, questionários abertos e semiestruturados, bem como a escuta de relatos de vida e experiência dessas pessoas no campo e na cidade. O percentual resultante da pesquisa com os sujeitos locais da ACCVV dão conta de que a menor parte (24%) deles (atores locais não hegemônicos) integra o Grupo I. São famílias com no máximo cinco a sete pessoas que ainda desenvolvem atividades laborais típicas do camponês ou pequeno produtor rural do Cerrado goiano. Possuem pouca diversificação nas atividades rotineiras com a roça e com o gado, mantendo permanências socioculturais. Alguns deles utilizam técnicas agrícolas não como fim, mas como um “agitório”, como dizem.

Em sequência, com 48% do universo pesquisado, então os sujeitos do Grupo II, identificados como temporários do lugar. Geralmente, são pessoas ou pequenas unidades familiares que ainda possuem ligação de trabalho ou moradia com o campo. Mesmo sofrendo com intempéries advindas da mecanização agrícola do agronegócio, mantém, às vezes de forma tênue, laços socioespaciais e culturais com a cultura rural, daí as conformações espaciais de ruralidades e urbanidades.

Por fim, estão os sujeitos do Grupo III que mediam o processo de interdependência e complementariedade entre campo e cidade. Com 28% dos sujeitos pesquisados, percebeu-se que esses perderam vínculos territoriais e de trabalho com o campo. O desenraizamento e a migração conduziram esses sujeitos para outras atividades não agrícolas em municípios da ACVV. O sentimento de perda do lugar e as mutações socioespaciais pelas quais passam dão o tom do processo de reterritorialização e ajustamento socioespacial que ainda não se completou. O gráfico que segue aponta para esses quantitativos pesquisados:

**Gráfico 4:** Universo da pesquisa – Área Core Vale Verdão (ACVV) nos municípios de Maurilândia, Turvelândia e Castelândia, no sudoeste goiano.



**Fonte:** Resultados da pesquisa, elaborado pela autora (abril de 2014).

Afora, entrevistas e depoimentos obtidos com comerciantes, gestores públicos, entidades e instituições ligadas ao setor sucroalcooleiro, executivos e profissionais em serviços terceirizados pela usina, gerentes comerciais e prestadores de serviço que trabalham de forma direta e/ou indireta para a usina não foram computados no gráfico anterior.

Estes atores e instituições não foram o foco da pesquisa, representaram parte do contexto socioespacial dos sujeitos pesquisados. Contam, no conjunto, conversas informais com pessoas do lugar, sem especificar dados quantitativos e sim informações complementares. Desses, para além dos percentuais e dados quantitativos, faz-se imperativo as informações e contribuições qualitativas e dados obtidos estarem diluídos no texto.

Em tempo, “O mundo vivido é a fonte das contradições que invadem a ‘cotidianidade’ de tempos em tempos nos momentos de criação”, assevera Martins (1998, p. 5), citando Lefebvre. A reprodução ampliada do capital é também a reprodução social. Nesse construto, reproduzem-se as contradições no seio das sociedades. Essas construções em movimentos contraditórios de conformações e ajustamentos explicitam formas de desenvolvimento das resiliências socioespaciais identificadas na área pesquisada. Para tanto, foram identificados e caracterizados o fator e o nível de resiliência para cada grupo dos interlocutores da pesquisa.

A densidade do fator e do nível de resiliência diz respeito às subjetividades apresentadas pelo sujeito no que refere ao espaço rural: modos de vida, temporalidades, trabalho, relações sociais, elementos culturais rurais, costumes, saberes, fazeres, reprodução social, percepção espacial, memória e representação. Também, sustentam o resultado do nível de resiliência as condições de uso e apropriação do espaço rural por atores hegemônicos do lugar em seus conteúdos socioespaciais de reprodução do capital agroindustrial.

Dito isso, apresentam-se os fatores e níveis de resiliência socioespacial dos sujeitos locais a partir dos resultados obtidos.

### **6.2.1 Fator de resiliência socioespacial com densidade alta**

Esse tipo de resiliência, encontrada no espaço rural maurilandense e entorno diz respeito àqueles sujeitos que continuam vivendo no campo, apesar das contradições vivenciadas no seu cotidiano e fazem parte do quadro tipológico dos sujeitos locais como o Grupo I – sujeitos do/no lugar.

A temporalidade do camponês, permeada por novas demandas, a rápida produção agrícola com inserção técnica transforma os lugares com novas configurações e arranjos territoriais. Entretanto, esses sujeitos permanecem e reafirmam suas humanidades no campo por meio das práticas sociais, embora pouco visíveis num contexto de uso e apropriação do espaço pela agroindústria canavieira.

Essa situação remete às ponderações de Floriani (2013, p. 93): “Ora, tais especificidades incluem, assim, as possibilidades de diferentes graus de adaptação e metamorfoses dos saberes e práticas produtivas locais frente ao processo modernizador dos territórios”. É uma contradição dentro da lógica dominante do capital, onde “a reprodução de territorialidades contra hegemonias ancora-se em imaginários de naturezas distintas (e metamorfoseadas) daquelas praticadas pelo Capital”.

Fruto dessa contradição se dá pelas formas inovadoras em que os camponeses manifestam seu modo de vida e reprodução social em função dos

condicionantes naturais locais, dos valores tradicionais e das estratégias de adaptação frente aos projetos de territorialização do capital sobre seus territórios. São elementos subjetivos, contudo, visíveis em seus espaços.

Quando pontuadas as dimensões espaciais e sociais do lugar rural (pertencimento, percepção, relação com o espaço vivido, memória, representação e outros) esses sujeitos atingiram, numa escala de 0 a 5 (zero a cinco) a pontuação máxima em relação aos seus sentimentos, subjetividades e ações, no que tange ao fato de pertencerem e estarem no lugar vivido, no campo.

Nesse espaço, o sentido de pertencimento e enraizamento, além da firme posição de não migrar, fez com que o fator de resiliência desses sujeitos fosse elevado. Pelo que vale lembrar as pontuações de Cruz (2009, p. 29) sobre processos e dinâmicas sociais:

Pero todo lo anterior com sus consecuentes procesos y dinámicas sociales tienen en cada cultura morfologías y configuraciones precisas. Es en esas estrategias y procesos territoriales donde se elabora el sentimiento básico de posesión y de reconocimiento de pertenencia. Este sentimiento se construye tanto desde la representación física propiamente dicha, como desde una representación más intelectual y espiritual.

Reconhecer-se do e no lugar, pertencer e apropriar d espaço mediante as conhecidas mutações, permite compreender que a partir dos resíduos resgatados para a inovação de práticas e saberes aliados a processos de adaptação aos novos tempos, pode se concretizar, mesmo com incertezas e insegurança quanto ao futuro. Verifica-se tal situação nas falas a seguir:

*Aqui eu sei quem eu sou. Conheço esse lugar como a palma da minha mão. Não saio daqui enquanto tiver força pra trabalhar. Não vendo, não arrendo... sei que não vou enriquecer, mas a vida é assim mesmo: Uns com pouco lutando pra não morrer e outros roubando pra viver e viver sem trabalhar (o depoente faz alusão a políticos, industriais e latifundiários). Tem lei pra tudo nesse mundo, mais ninguém obedece. É só política. Os ricos ficam mais ricos e os pobre cada vez mais pobre... até morrer. E aqui na roça, nós fica esquecido do mundo. Não tem nada de bom que vem pra nós lá de cima (diz-se das políticas públicas do Estado). Sempre que dá, compro e pago com a roça. Antes de colher já devo um tanto pra um, outro tanto pra outro e assim vai... Pra que ficar trocando por dinheiro se fica tudo do mesmo jeito, né? E num precisa esperar a roça dá, cê já negocia antes e resolve o que precisa. Cê num há de vê que tem uns corretor que vem querer comprar terra pras usina? Mais eles só quer comprar daqueles que tão devendo pros banco, pras lojas, deve pros agiota. Aí eu pensei: "vou jogar um cachorro em cima pra ver se saí algum veado"! (risadas). Já tem 10 anos que estou esperando eles voltar, nunca mais apareceu ninguém aqui pra comprar minhas terras a*

*dinheiro. Eles vão tomando as terras devagar de um, de outro. Eles seguem uma pista lá do banco e sabe quem tá devendo e precisa de dinheiro, “aí é só jogá o laço e arrastar o sujeito que tá imprensado”. Compra terra mais barata e repassa mais caro pras usinas que já tá ganhando. [...] essa riqueza tão grande assim das usinas num é fácil de adquirir... é enganando, mentindo, aproveitando dos mais fraco. A dinheiro eles não compram a terra, só de quem tá com a corda no pescoço.”<sup>69</sup>*

*Eu arrendo pra soja, pro milho, mais não arrendo pra cana. A cana destrói tudo, a terra, a água, mata os animais. O pagamento? Eu recebo em soja. Eu tenho a terra e dou uma “carta de noência”<sup>70</sup> para eles produzir e eu fico com o lucro da soja quando é vendida, fico com o crédito no ... e é um jeito de declarar que a terra tá produzindo, né? “Tudo tem que funcionar bem, senão azeda”!<sup>71</sup>*

São falas que dão a dimensão do conhecimento (e representação) a respeito de si e dos outros. A inocência sábia (inteligente) do camponês é explicitada quando recorre a fatos históricos atuais e antigos que mostram a ineficiência de políticas territoriais com equidade para quem vive e trabalha no campo. Este trabalhador não é alienado do mundo capitalista, ele sabe quem é e onde está na rede de interesses e relações do mundo moderno e globalizado.

Na roça, além das ferramentas tradicionais de trabalho na lida com o campo tem, conjuntamente, o rádio e a TV que divertem e informam, os celulares, a *internet* nos computadores e *notebooks* que ‘trazem’ as notícias(do distante) e explicam, muitas vezes, a existência das coisas e do mundo. Mesmo pouco manuseados pelos mais velhos, esses instrumentos da modernidade estão presentes operados pelos filhos, netos, agregados e outros. As trocas entre sujeitos e grupos movimentam as informações e alimentam o querer saber no contexto socioeconômico no qual estão inseridos, resguardadas a profundidade técnica e política do sistema.

O sujeito rural desse tempo prova das intervenções do capital e de suas consequências no seu modo de vida e está ciente dos ‘males’ provocados por ele no lugar. São homens com identidades marcadas pela história de vida no campo. Percebem e se representam como sendo e pertencendo ao campo, sabendo que este lhes pertence enquanto ali permanecer. São pessoas moldadas pela cultura

<sup>69</sup> Entrevistas realizadas com pequenos produtores rurais nos municípios de Maurilândia e Turvelândia, área core dos imensos canaviais, territorialidades da Usina Vale do Verdão S/A. Esses camponeses relatam situações e experiências no campo frente às modificações espaciais (e sociais) implementadas pela agroindústria da cana (abril de 2014).

<sup>70</sup> Este termo usado pelo interlocutor da pesquisa significa “carta de anuência”, ou seja, documento que confirma a cessão da terra para ser produzido por terceiros na produção agropecuária, conforme combinação prévia entre as partes.

<sup>71</sup> Depoimentos e entrevistas concedidas à autora por pequenos proprietários rurais e camponeses da microrregião do sudoeste de Goiás (abril de 2014), em que expõem seus modos de vida, resíduos e ajustamentos socioespaciais em decorrências dos novos arranjos produtivos da modernidade.

rural com saberes que lhes garantem a permanência (e resistência) no lugar. Nesse sentido, são preciosas as ponderações de Carlos (1996, p. 117) quando afirma:

A identidade, no plano do vivido, vincula-se ao conhecido-reconhecido. A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ou de formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feita de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos. **Significa para quem aí mora “olhar a paisagem e saber tudo de cor” porque diz respeito à vida e seu sentido, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo.** (grifo nosso)

Por isso dizer que a identidade se dá pela forma de apropriação do lugar pelos homens para a constituição da vida, tecido por relações sociais que se realizam no espaço vivido. Para Carlos (1996, p. 116), esse espaço “garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade” rural no campo e na cidade-rural.

## 6.2.2 Fator de resiliência socioespacial com densidade moderada

Utilizando o mesmo espectro metodológico, os atores locais identificados com resiliência moderada fazem parte do Grupo II dos sujeitos identificados como temporários do lugar. São cidadãos que, forçados pelas circunstâncias, ainda trabalham no campo, mas, residem na área urbana de Maurilândia e entorno (ou vice-versa), num processo de migração diária cidade-campo / campo-cidade.

Quando analisadas as especificidades desse grupo tipológico é notória a falta de perenidade nas relações socioespaciais mediante as inconstâncias e dificuldades a eles impostas. A esse respeito, pode-se afirmar que “o espaço é constituído em função de um tempo e de uma lógica que impõe comportamentos, modos de uso, o tempo e a duração do uso” (CARLOS, 1996, p. 24).

É verdadeiro, conjuntamente, que a realidade no interior das fazendas de agropecuária tradicional no sudoeste goiano, especialmente na ACVV para muitas pessoas, fez com que o tempo fosse interdito e o espaço de vida alterado. Por quê? “Porque o capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos”, reclama Martins (1997, p. 32), quando expõe sobre “Exclusão social e a nova desigualdade”. Para ele, a “sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir,

incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão” (1997, p. 32).

Observa-se o movimento que os trabalhadores rurais, forçosamente, fazem quando expulsos de suas pequenas propriedades ou de seu trabalho no interior das unidades rurais, por conta de intervenções do capital. A expansão da monocultura, a mecanização agrícola, o trabalho temporário, a qualificação de mão-de-obra entre outros elementos que promovem os desenraizamentos, as desterritorializações, dão conta do fator de resiliência socioespacial com densidade moderada.

A tecnologia, a máquina, “o efeito da inovação contínua é, no entanto, desvalorizar, senão destruir, investimentos e habilidades de trabalhos passados. A *destruição criativa* está embutida na própria circulação do capital” (HARVEY, 2010, p. 102). Por certo, sejam esses os motivos da atual condição de vida de muitos pequenos produtores e trabalhadores rurais estar *entre lugares* conforme o meio de trabalho e condições dadas. “No entanto, são imposições que não eliminam, por completo, os valores, os sentimentos e a criatividade, derivados de um modo de vida camponês” (SANTOS, 2008, p. 226).

No entanto, para esses atores locais, o espaço deixa de ser o vivido, passando para um espaço que lhes é permitido e concebido. Resta-lhes a reacomodação espacial por meio dos resíduos apreendidos e guardados na sua história de vida e nos seus saberes. Nesse sentido, vale lembrar consideração semelhante feita por Brandão (2009, p. 35) no que tange à imposição da técnica e do capital flexível que

invadem tanto o campo rural quanto todos os outros ‘campos da vida’, ora propondo e ora impondo outra ética dirigida à criação de saberes, valores, sentimentos e sociabilidades. Gerando o que gera modos de vida tão modernos que terminam, sabendo disto ou não, inteiramente submetidos a esta nova racionalidade.

Talvez, lembrando Lefebvre, seria a situação de vivenciar a *presença na ausência* entre dois espaços e tempos diferenciados, porém interdependentes (no campo e na cidade) que se complementam na forma e no conteúdo. Para este autor (1983, p. 255-256): “*la presencia, siempre se da en una forma, y sin embargo la forma, tomada separadamente, es hueca, por lo tanto ausencia. Tomado por separado el contenido es informe, por lo tanto ausente. Forma y contenido separados son fugas de la presencia*”.

Viver na forma sem conteúdo, manter o conteúdo ausente da forma conduz à inexistência, uma aparência do ser e do estar no espaço irreal e fragmentado. Simula o estado de quem perdeu seu lugar (trabalhador rural) e é inserido, abruptamente, em outras formas apartadas de conteúdos conhecidos. Os trabalhadores, migrantes da cana (regionais e locais), “são pessoas excluídas, em geral camponeses expulsos da terra, ou próximos da possibilidade da expulsão, porque não conseguem mais sobreviver naquele pedaço de terra”, rechaça Martins (1997 p. 32-33).

A veracidade das palavras do autor é confirmada nos lugares e territórios da cana no Cerrado goiano que podem ser outros, mas, o tipo de degradação do humano é similar e recorrente. Esses sujeitos expõem sobre suas experiências e condições:

*Depois de 15 anos trabalhando nos canavial da região, vi que não podia mais aguentar trabalhar de sol a sol. Eu tinha emprego na época do plantio e da colheita, nesse meio tempo eu tocava roça numa terrinha arrendada. Era isso que eu fazia pra sobreviver e tratar da família. Agora nem essa terrinha mais eu tenho e o povo da usina acha que tô velho demais pra trabalhar lá.*

*[...] Os córregos daqui num dá mais peixe, a água tá envenenada pela usina. O gado e as criação morre com o veneno que eles bate nas cana. Minha terra perdeu o valor porque ficou no meio de dois canaviais da usina Vale Verdão. O jeito foi vender porque nem pra arrendá dava.*

*A coisa mais difícil é evitar os ladrão de gado. É quadrilha acostumada e sabe fazer o serviço. Eles chegam de noite, mata as vacas e leva tudo, até as carcaça. No outro dia, só sabe na contagem que tá faltando tantas cabeças, mas, ninguém sabe pra onde foi e quem roubou. Depois que o canavial escondeu as estradas e as fazendas, os ladrão de gado tão fazendo a festa! Foi nessa dificuldade que meu patrão resolveu me dispensar, ele arrendou a maior parte da fazenda. Como vaqueiro fiquei sem emprego e nem na usina arranjei trabalho.*





**Fotos 81 e 82:** Entradas de propriedades rurais em Maurilândia/GO e Turvelândia/GO tomadas pela cana. Expressão do uso e apropriação do espaço pela agroindústria canavieira e sublimação dos modos de vida dos camponeses locais. Entraves, dificuldades, perda dos meios de produção, poluição e falta de trabalho impedem que muitos trabalhadores rurais continuem no campo. Situação recorrente para os sujeitos identificados no Grupo III da tipologia apresentada no capítulo 1 e 5.

**Fonte:** Silva e Zuffi (agosto de 2013; abril de 2014).

*As usinas pagam aqui 100 a 120 mil o alqueire, mas, ninguém vê o dinheiro, o banco é que paga pra eles e os coitado que já tão devendo nos banco nem vê o cheiro do dinheiro. Sempre é um preço à vista e outro a prazo, mais o povo num pensa nisso e leva prejuízo. Quem tinha um milhão era milionário, hoje num pode falar nem que é rico. Os poucos quem tem terra num é dono sozinho, a usina e os banco também é dono. É assim que eles (os usineiros e agenciadores imobiliários) consegue comprar tanta terra. Querer eu não queria, mas, tive que vir pra cidade porque não tinha mais trabalho na roça. Sempre trabalhei na roça, desde moleque. Agora trabalho na usina. Saio de madrugada no ônibus da empresa e volto só escurecendo.<sup>72</sup>*



**Fotos 83 e 84:** Meio de transporte utilizado para conduzir os trabalhadores da Usina Vale do Verdão S/A dos municípios da microrregião do sudoeste de Goiás até os canaviais. Os trabalhadores saem de suas casas (ou alojamentos) ainda de madrugada e retornam no final da tarde.

**Fonte:** Silva e Zuffi (agosto de 2013; abril de 2014).

<sup>72</sup> Entrevistas e depoimentos obtidos pela autora (agosto de 2013; abril de 2014) de ex camponeses e trabalhadores rurais da microrregião do sudoeste de Goiás nos municípios de Maurilândia e entorno, que relatam sobre seu processo migratório e a difícil tarefa de se reterritorializar na cidade, bem como desenvolver atividades laborais sem possuírem qualificação profissional específica para o trabalho urbano.

Observa-se que o fator de resiliência com densidade moderada corresponde aos sujeitos, trabalhadores rurais, pequenos agricultores e camponeses que tiveram que deixar suas terras e/ou trabalhos para tentar sobreviver na cidade criando novas formas de reprodução social.

Enumeram-se motivos alheios e externos que lhes impuseram formas anômalas de vida. As poucas escolhas contadas nessas comunidades foram provocadas por razões externas à sua vontade. Para esses, o rural ainda continua sendo espaço de trabalho ou de apoio a alguma atividade urbana ligada, diretamente, ao espaço rural (compra e venda de produtos agrícolas e rurais), trabalho temporário nas lavouras de cana, entre outros.

Nesses casos, as práticas espaciais materiais dão lugar à memória, aos signos, às paisagens imaginárias, a ambientes particulares construídos que remetem ao espaço de representação<sup>73</sup> (HARVEY, 2010). De maneira prática, trabalhos temporários (ou não) realizados pelos migrantes rurais ligados ao campo têm, na renda obtida com a venda dos produtos, caráter complementar e funcionam como reguladores para dar conta de cobrir as necessidades básicas familiares.

Outras atividades, por vezes, aparecem como pequenas lavouras de subsistência. O trabalho extra na produção e comercialização desses ‘bens’ garante um pequeno complemento na renda familiar e, sobretudo, mantém vivo o ‘saber – fazer’ de comunidades que resgatam resíduos impressos na história de vida das pessoas.

Noutras falas, confirma-se a necessidade de complementação de renda em função dos baixos salários pagos aos ‘empregados da cana’ no interior das usinas sucroalcooleiras e/ou nos imensos canaviais que redefinem a paisagem da região como intermináveis *mares de cana*. O retorno às práticas produtivas do *mundo rural* pode ser considerado como *resíduo* que reaparece numa nova configuração socioeconômica em que a produção caseira (e familiar) sinaliza resgate cultural forjado pela necessidade de sobrevivência econômica no campo ou na cidade.

Resíduos, produtos tradicionais do campo, mercadorias, alimentos e “fazeres”, artesanalmente produzidos, passam a ser produtos vendáveis com boa

---

<sup>73</sup> Harvey (2010, p. 201) reforça o pensamento de que o espaço de representação é uma invenção mental que imagina novo sentido ou possibilidade para práticas espaciais. “Os espaços de representação, portanto, têm o potencial não somente de afetar a representação do espaço como também de agir como força produtiva material com respeito às práticas espaciais”.

aceitação nos pequenos centros comerciais e às margens das rodovias que “cortam” muitos dos municípios apropriados pela expansão da cana. Entretanto, os espaços urbanos desses municípios sofrem com a constante migração campo – cidade, aumentando a degradação ambiental e social daqueles que engrossam as periferias urbanas.



**Fotos 85 e 86:** Periferia no município de Maurilândia/GO, onde residem famílias mais carentes: desempregados da cana, migrantes regionais, despossuídos de terra que migraram para a cidade em busca de trabalho. São áreas urbanas pouco assistidas pela prefeitura. Há lixo espalhado pelas ruas, ausência de calçadas e asfalto. As casas são frágeis e desprotegidas. Não há postos médicos e nem escolas nessa parte da cidade.

**Fonte:** Silva e Zuffi (agosto de 2013; abril de 2014).

Por esses motivos já enunciados e outros tantos, José de Souza Martins (1997, p. 33) denuncia:

A sociedade moderna está criando uma grande massa de população sobrando, que tem pouca chance de ser de fato reincluída nos padrões atuais do desenvolvimento econômico. Em outras palavras, *o período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório* (grifos do autor).

Pensando nesse *continuum* processo de exclusão – inclusão, identificam-se sujeitos que vivem o ciclo de desenraizamento, desterritorialização e reterritorialização, numa combinação perversa de perda da condição de reprodução social, deslocamentos social e territorial em relação aos vínculos espaciais originais. Por outro lado, Santos (2008, p. 119) lembra que

a migração temporária de camponeses e a sua inclusão nas grandes lavouras, no período de deslocamento de parcelas de mão – de – obra camponesa, indica que o capital captura, em diferentes circunstâncias,

resíduos de formas sociais diversificadas, para processar a sua produção e reprodução.

Desse fato resulta a condição de temporalidade do sujeito em relação ao lugar. A busca pela sobrevivência e coexistência conduz a experimentos territoriais no campo ou na cidade, denotando fator de resiliência socioespacial moderada em constante processo de transformação. Ainda, conforme Santos (2008, p. 119), pense nesses produtores “nas condições dadas pelo processo de reprodução do capital agroindustrial, como sujeitos desse processo, uma vez que eles agem e reagem, construindo um devir histórico em que é preciso considerar o acaso”. Mesmo sendo o acaso uma realidade, é com as circunstâncias reais presentes que esses sujeitos se reconstroem e travam luta ferrenha pelo direito de pertencer ao lugar.

### 6.2.3 Fator de resiliência socioespacial com densidade baixa

Retomando, por um momento, a ideia de *habitus* proposto pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1983), observa-se, por definição, a escolha, a opção de uma estratégia de reprodução social. Não obstante, essa possibilidade de escolha está vinculada à existência de resíduos de elaborações passadas por meio das experiências vividas. Em suas palavras (1983, p. 53):

um sistema de disposições duráveis e transitórias, integrando todas as experiências passadas, os quais funcionam em cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças à transferência analógica de esquemas que permitem resolver os problemas de modo semelhante e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por estes resultados.

Pois bem, o que dizer dos atores sociais que não são privilegiados pelo *habitus* que legitima e propicia a maneira de como (e onde) viver se valendo das heranças residuais de um passado percebido e vivido? Como resgatar a memória dos sujeitos que são retirados do lugar? Para Carlos (1996, p. 64), esses sujeitos experimentam a

“ausência de memória”, processo que diz respeito ao sentido da não – identificação em relação ao lugar (mas que guarda latente o seu oposto) como consequência do processo de reprodução social que tende a eliminar / destruir o que existe e que causa o estranhamento do ser humano, produzindo dentro do homem um deserto.

Essa condição, por vezes, é identificada nos sujeitos pertencentes ao Grupo III que estão fora do lugar. Que lugar? Os lugares nos quais se reconheciam, se reproduziam, elaboravam sistemas e práticas sociais no campo ou na cidade rural. Lugares vividos, mesmo no silêncio e invisibilidade dos arranjos territoriais hegemônicos. Esses sujeitos coexistem buscando a superação das crises.

Quando ocorre a perda do lugar, do trabalho, das relações sociais, dá-se, conseqüentemente, a exclusão social. Essa situação é recorrente na área de pesquisa onde os pequenos proprietários rurais e camponeses, parceiros e meeiros de antes perderam o *status* de trabalhadores rurais que passou a “existir” (mesmo que de forma obscura) como *migrantes da cana*. Conforme Heidrich (2006, p. 23), mediante tais movimentos excludentes

pode-se apontar diversos *tipos – resultado e formas – processo* da situação geral em questão: perda de direitos e garantias sociais; carência ou falta em termos de educação, saúde, moradia, etc.; exclusão da possibilidade de realização do trabalho, das condições de reprodução da vida e, até mesmo, impossibilidade da manifestação e da exposição do pensamento no âmbito da integração.

Na realidade socioespacial, os trabalhadores do campo e da cidade rural se veem sem opções, sem escolhas. Esses estão na situação de reféns do sistema de acumulação capitalista que se reproduz numa “lógica própria de tudo desenraizar e a todos excluir, porque tudo deve ser lançado no mercado; para que tudo e todos sejam submetidos às leis do mercado” (sujeitos mercadorias?) (MARTINS, 1997, p. 30).

Nessas circunstâncias, só contam o mercado, o movimento, a circulação, a riqueza e o lucro. Martins é mais incisivo, ainda, ao afirmar que “os camponeses foram desenraizados para que o capital pudesse se apossar da terra e dar à terra um uso capitalista, ou seja, um uso moderno, racional” (1997, p. 30). Com isso o trabalhador rural passa para a condição de operário, assalariado, que vende sua força de trabalho similar à mercadoria.

No interior dos canaviais é comum tal prática. Os cortadores de cana, a maioria deles, não são empregados da usina. São trabalhadores temporários,

‘consumidos’ nas épocas de plantio e corte da cana; isso porque ainda existem espaços que a máquina não alcança. Nas usinas a situação atual implica no aumento da exclusão em função da eliminação de postos de trabalho devido à mecanização dos processos produtivos da agroindústria sucroalcooleira.

Essa massa sobrando, desqualificada e sem recursos, se aglomera nas periferias das cidades da região numa degradação humana e socioespacial. Na safra 2013-2014, em maior número que nas anteriores, foram encontrados e quantificados em Maurilândia e entorno centenas de trabalhadores que vagueiam pelas ruas das cidades em busca de trabalho e formas de sobrevivência (Prefeitura de Maurilândia; Sindicato dos Trabalhadores Rurais).

Muitas famílias que acompanharam o cortador de cana que vem de longe (do nordeste brasileiro, principalmente maranhense, baiano e piauiense) estão em condições de extrema pobreza. Aqueles que vieram trabalhar nos canaviais sozinhos, sem família, acabaram indo pra outras cidades (municípios goianos ou de outros Estados) em busca de novas oportunidades de trabalho. Outros voltaram aos seus municípios e Estados de origem.

A luta pela sobrevivência dos desempregados da usina nos municípios da cana se dá pelos ‘bicos’ que conseguem na cidade (construção civil, frentes de trabalho da prefeitura, comércio ambulante e trabalhos temporários em sítios e chácaras do entorno) e pela solidariedade das pessoas do lugar na organização de cestas básicas (igreja, comércio local, secretarias de apoio social).

Alguns, com a ajuda de amigos e da família, retornam para a região de origem. Os serviços públicos não suportam a crescente demanda de despossuídos que a cada fim de safra recorrem à secretaria social do município de Maurilândia/GO. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região, a Usina Vale do Verdão S/A está efetivando os melhores trabalhadores e dispensando os outros, finalizando a época de plantio e início da nova safra (meses de abril e maio).

Os números são preocupantes. De um total de 2.300 trabalhadores rurais no último ano empregados na usina, estão saindo levadas de trezentos a quatrocentos trabalhadores/mês. Restam, aproximadamente, novecentos trabalhadores rurais distribuídos pelos municípios próximos à usina: Maurilândia, Turvelândia e Castelândia.

Desses municípios, 70% dos sujeitos em condições de trabalho estão empregados na usina de forma direta ou indireta. Esse dado mostra a dependência socioeconômica dessas cidades em relação à agroindústria local. Nos canaviais da Usina Vale do Verdão S/A, 80% da colheita já está mecanizada. São elucidativas algumas falas como a do secretário do sindicato dos trabalhadores rurais da região:

As pessoas daqui falam em crise, os de fora também falam em crise. Mas, a crise, na verdade, é da população e não tem crise na usina. Os lucros da Vale do Verdão aumentaram com o uso das máquinas no lugar dos trabalhadores daqui e dos que vem de outras cidades.

Essa informação se assemelha ao que está explícito em Harvey (2010, p. 209), quando afirma que “se o dinheiro não tem um sentido independente do tempo e do espaço, sempre é possível buscar o lucro (ou outras formas de vantagem), alterando os modos de uso e de definição do tempo e do espaço”. Equivale dizer que essa é a forma primeira de circulação do capital.

Como resultado, tem-se a substituição da mão-de-obra pela máquina, a desterritorialização de camponeses em função do aumento de cultivo da cana por hectare, as transformações espaciais e mudanças socioeconômicas infiltradas no local. Comprova-se, então, que “a eficiência na organização e no movimento espacial é uma questão importante para todos os capitalistas”.

Espaço e tempo se tornam ferramentas do capital de mutações espaciais e sociais em dimensões variáveis. Isso porque “as definições de “organização espacial eficiente” e de “tempo de giro socialmente necessário” são formas fundamentais que servem de medida à busca do lucro – e ambas estão sujeitas à mudança” (HARVEY, 2010, p. 209). Os maurilandenses urbanos (e rurais) reclamam da pobreza, da violência, do desemprego e tendem a culpar os migrantes e desempregados da cana por essa situação de penúria (*estabelecidos e outsiders*).

Não são muitos os que veem a usina, o governo, a má distribuição de renda, o sistema que prioriza as grandes corporações em detrimento do pequeno produtor e trabalhador rural do campo e da cidade como responsáveis diretos por essa situação. Uma visão mais crítica enunciada pelas pessoas do lugar em relação à expansão desenfreada do cultivo de cana é mais bem compreendida pelos comerciantes, professores, prestadores de serviço e, resguardadas as diferenças, pelos pequenos proprietários rurais que demonstram conhecimento sobre a crise e, a



seu jeito, expõem causas e consequências da falta de ações políticas mais eficazes, conforme sinalizado nos itens anteriores.

Os depoimentos a seguir dão conta desses desajustes, dos desapontamentos e das perdas:

*O que piora pra nois aqui da cidade é a quantidade de gente de fora que vem trabalhar nos canaviais e acabam ficando por aqui. Aí a pobreza aumenta e a prefeitura diz que não tem jeito de ajudar essa gente.*

*O comércio aqui em Maurilândia só resiste se tiver ligado à usina ou a gêneros alimentícios. Outras atividades não têm mais vez. Trabalho há mais de 30 anos com essa loja de produtos agropecuários e estou pensando em fechar as portas e voltar pra Uberlândia (MG), procurar outra coisa pra fazer.*

*Cê tá vendo esse mercadão aí em frente? Pois é, o povo deixa de comprar até mais barato da gente e vai fazer compra no mercado novo porque é bonito, grande, tem de tudo! Esse mercado nem é de gente daqui de Maurilândia, é um pessoal que veio de Goiânia e abriu esse trem aqui.<sup>74</sup>*



**Fotos 87 e 88:** Comércio que mais expande no município de Maurilândia/GO está ligado ao setor de alimentos e bens primários. As lojas especializadas em prestação de serviço indireto à usina também são comuns. Outros comércios correspondem às farmácias, bares, restaurantes e em menor número hotéis, pizzarias e pequenos armazéns.

**Fonte:** Silva e Zuffi (agosto de 2013; abril de 2014).

O que se observa nesses ‘lugares da cana’ é a condição de precariedade, crise e desemprego tornando a situação recorrente, séria e com aumento progressivo dos problemas urbanos que são gerados. Elevando o pensamento às elaborações teóricas de Martins (1992, p. 30), percebe-se que “na história local e cotidiana estão as circunstâncias da História”.

Entretanto, a história que se vê na cotidianidade dos sujeitos simples é a condição de coadjuvantes, não de protagonistas. O “insignificante ganha corpo na circunstância, como um contraponto ao vazio da história local” (MARTINS, 1992, p.

<sup>74</sup> São falas dos cidadãos maurilandenses em depoimentos dados à autora (maio de 2013; abril de 2014), quando perguntados sobre a atual situação econômica e social da cidade frente aos últimos acontecimentos de crise econômica, do desemprego gerado pela usina, do aumento da população urbana, entre outros assuntos abordados nas entrevistas.



13). Esse tem sido o dia a dia, o cotidiano, as práticas sociais num espaço de limites, de contra hegemonia; lugar de perdas, desigualdades sociais e de mando dos poderosos (estabelecidos independentes e *outsiders* capitalizados).

“Nessas mediações dos fragmentos o sentido do que não tem sentido”, assevera Martins (1992, p. 14). Qual seria a forma de se esquivar desse vazio? De dar voz aos silenciados? Mesmo sendo o lugar do fragmento, da reprodução e não da produção, da repetição e não da criação, há que se pensar no que escapa, nas formas residuais que pairam na experiência de vida e de trabalho desses homens que produzem história no seu tempo, no seu espaço.

Porquanto, em qual espaço e tempo os excluídos do lugar podem exercer sua cidadania e seus acordos tácitos? Colocando em confronto os pedaços de resíduos e a exclusão espacial dos sujeitos vislumbrados nesse estudo, o saldo foi equilibrado. Pois, a degradação dos vínculos territoriais enfraquece a atividade criadora, mas renovada por meio de processos e atividades resilientes. Nessa fase os resíduos podem ser aproveitados e utilizados diante dos revezes. Mesmo com as dificuldades apresentadas, não se inviabilizam as resiliências socioespaciais.

O espaço é elemento principal para a criação de um novo lugar, para a formação de territorialidades. Destarte, “*pero la apropiación y materialización del territorio pasa sin duda por dos de sus centrales nociones: la territorialidad y la territorialización*” (CRUZ, 2009, p. 28).

Ainda, a inclusão só poderá ser viabilizada mediante o fortalecimento dos vínculos territoriais, garantindo a permanência pelas redes de solidariedade nos lugares (SANTOS, 1997). A bem da verdade, essas reflexões explicam o porquê desses “sujeitos fora do lugar” (Grupo III – Tipologia – Capítulo 1) estarem classificados com o fator de resiliência socioespacial baixa.

Momentos longos de transição espacial e dificuldades na reterritorialização dessas pessoas dão conta da produção de um *não território* alcançado pela segregação, pela rejeição, o *não direito*, pela ausência das condições de garantia da vida, da existência (HEINDRICH, 2006).

Para esses sujeitos até o cotidiano é negado, suas construções efêmeras e transitórias de lugar e território são a-históricas, pontuais e irreais. Esse formato, sem tempo nem espaço, contraria o cotidiano positivo e agregador defendido por Agnes Heller (1992, p. 20). Para a autora, “a vida cotidiana não está “fora” da

história, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira “essência” da substância social”.

No entanto, para os sujeitos fora do lugar, situações de pobreza e de exclusão territorial (não território) fazem esvanecer os vínculos, as ações não perpetuam, agem com intenção limitada de tentativas de reprodução da vida (HEIDRICH, 2006). Isso porque:

A apropriação do espaço é a forma primeira que, se reduzida ao sentido de posse (de domínio), resulta apenas na separação de grupos ou comunidades. O seu outro sentido, o de adequação (de tornar um espaço apropriado, favorável ou suscetível), decorre do uso, da transformação que, embora não tenha tornado plenamente efetiva a desnaturalização, constrói a humanização do espaço como uma condição oposta. (HEIDRICH, 2006, p. 25)

Em qual momento os *sujeitos fora do lugar*, os migrantes da cana se veem, novamente, na busca de sentido de apropriação do espaço favorável e suscetível a sua reprodução social, haja vista seu constante processo de desterritorialização e desenraizamento?

Territorializam-se, mesmo que de forma efêmera, para logo depois serem compelidos a mudar para outro lugar no campo ou na cidade. Seria um neonomadismo em tempos de pós - modernidade e economia mundo. Para Raffestin (1993), a territorialidade possui um valor particular que concretiza a multidimensionalidade do ‘vivido’ num território. No mesmo pensamento, Harvey (2010) vê a apropriação do espaço equivalente à produção de formas territoriais de solidariedade social.

De forma mais específica, Heidrich (2006) assegura que a consciência espacial dá sentido de pertencer a um território (lugar), contribuindo na construção de identidade. E não menos profundo Santos (1997) lembra que as ações resultantes da existência humana exprimem as configurações territoriais.

Sabendo disso, pode-se auferir que as condições sociais de não – território, de não lugar, de não enraizamento levam os sujeitos a um processo de perda da capacidade de resiliência, própria do ser humano e do ambiente. Nessa prerrogativa, é bastante dizer que a apropriação e uso “real” dos territórios (dos lugares) capacitam os atores sociais a desenvolverem atitudes e mecanismos resilientes frente às fortes ondas desagregadores e desumanos das metamorfoses

socioespaciais desencadeadas pelo capital monopolista e desterritorializante no campo e na cidade.

Oxalá, terminada a longa caminhada dos migrantes da cana em busca de espaço, território e de lugar, possam eles resgatar na memória, no imaginário e nas representações do vivido ferramentas para erguer novas territorialidades resilientes e duráveis. Sem espaço – território – lugar não há como desenvolver a resiliência socioespacial.

O desiderato para os *sujeitos fora do lugar, temporários e do/no lugar* no seu tempo de vida é que consigam inclusão e enraizamento perenes, favorecendo a permanência através de (novos) vínculos territoriais que se dão na construção do lugar num cotidiano possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS - VIVÊNCIAS (DES) CONHECIDAS: AS HUMANIDADES NO/DO CERRADO GOIANO

*Não quero esquecer de lembrar do meu lugar rural de onde aprendi a “olhar” o mundo!*

Arlete Mendes

*Um fato nunca é um fato. Independente do “meio” (discurso) sempre teremos a representação do fato. A representação é uma referência que nos aproxima do fato.*  
Roger Chartier (1991)

A Geografia Humanista reflete sobre os fenômenos geográficos com o propósito de alcançar melhor entendimento do homem no meio em que vive. Não é uma ciência da terra em seu objetivo final. Ela se entrosou com as Humanidades e Ciências Sociais no sentido de que todas compartilham a esperança de prover uma visão mais precisa do mundo pelo viés do humano e dos grupos sociais e desses com o espaço geográfico. A nova abordagem cultural da Geografia, explicitada por Claval (2001, p. 42-43) tem como função:

Interrogar os homens sobre a experiência que têm daquilo que os envolve, sobre o sentido que dão à sua vida e sobre a maneira pela qual modelam os ambientes e desenham as paisagens para neles afirmar sua personalidade, suas convicções e suas esperanças. [...] Isso implica que se leve em consideração o papel do corpo e dos sentidos na experiência humana, os recortes da realidade física e social pelas pessoas, a riqueza da imaginação que dá sentido às geografias as mais diversas – a experiência do espaço, e que se explore a maneira pela qual se constituem as identidades e os territórios.

É com essa tarefa imposta pela Geografia Cultural, em sua perspectiva de análise, que se interrogou, quis saber e entender o espaço do homem em suas relações socioespaciais. Por certo, no fim da empreitada, não se obteve todas as respostas. Mas, novas perguntas foram e ainda estão sendo formuladas. Outros elementos juntam-se àqueles descortinados pelos achados da pesquisa. No entanto, continua o querer – saber do sujeito / homem que pesquisa!

A informação recebida, o conhecimento adquirido foram resultados das questões levantadas e das perguntas feitas aos atores locais. Por eles, os atores locais, sabia-se, numa segurança medrosa de que tudo ia bem, as respostas viriam,

devagar, cada uma seu tempo. E elas vieram: em sussurros, em versos, em poesia, na imagem do camponês descalço ou com as botinas gastas pelo tempo, chapéu de aba caída e riso fácil nos lábios. A caminhoneta seminova ao lado do curral marcava um tempo de mudança com algumas melhorias na qualidade de vida dessas pessoas. Por certo, os bens “supérfluos” adquiridos vieram da boa colheita na última safra ou de um arrendamento ora bem sucedido (?).

O fio condutor das respostas obtidas estava contido na fala daqueles sujeitos simples, de gestos lentos e muita, muita simpatia. O jeito camponês de “ser”. Mesmo vivendo na cidade, o sujeito rural não perdeu o vínculo cultural com o campo. Mesmo que tenha saído do lugar (campo ou cidade), *o lugar não saiu dele*. O trabalhador rural, o camponês da roça e da cidade, se abriu para a pesquisa e para o olhar curioso e aguçado do pesquisador. Tão absorvidos pelos costumes, amarrados à rede de significações, representações, memórias, imagens e experiências tecidas na “teia da cultura”, esses atores não percebem que estão sendo *sujeitos da ciência*, mas sabem que nesse momento são importantes para alguém ou para “alguma coisa”.

Não como um experimento científico de laboratório, mas como voluntário por fazer um bem comum, eles respondem às diversas questões. Contar pra alguém que vem de fora as agonias pelas quais eles passam não chega a ser um fardo. “*Pra tentar melhorar o mundo, né?*”, justificam para si e para os outros. Isso diziam porque nisso acreditavam quando, calmamente, ouviam a explicação da presença de “*gente da universidade, lá de Minas*”... Quanta consideração, quanta nobreza de caráter! A eles essa Tese se aplica e neles / por eles se realizou. Quem sabe se para eles e por eles terá algum proveito! (?)

Esses homens e mulheres do espaço/mundo vivido do campo e do rural, da cidade e do urbano de Maurilândia e entorno, são aqui atores hegemônicos, sujeitos do processo, estabelecidos e *outsiders* capitalizados do *bem-viver* junto a seus iguais e em contato com a natureza cerradeira.

## NA REPRESENTAÇÃO O SUJEITO SE REPRESENTA

Por definição, criada e interpretada à luz de um “discurso”, a representação pode ser entendida como a compreensão daquilo que é construído pela nossa percepção primeira através dos sentidos e depois pelos processos cognitivos de formulação das matrizes do conhecimento e seus modelos explicativos. Isso numa perspectiva primeira dos processos de cognição e racionalização do termo.

Em sentido mais amplo, existe uma imensa carga de subjetividade na composição e na interpretação de imagens representativas da realidade, tanto de forma individual como coletiva. Há, ainda, uma explicação bastante didática que sugere: *a representação é a realidade objetiva representada pela subjetividade humana*. Contudo, ela também seria o modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada e dada a ler pelos grupos sociais.

Então, como identificar as representações feitas do e no lugar? Existem diferentes formas representativas do espaço e do lugar socialmente construído. Sabe-se que o lugar é um híbrido de representações e formas de “ver e compreender” o mundo. Num processo cíclico, cabe a ponderação: *representar para tornar conhecido o desconhecido, trazer à presença o distante... real ou imaginado!*

Tal pensamento, por certo, seria aceito por Schopenhauer (2005) que eternizou a célebre frase “o mundo é a minha representação” já que, para ele, o mundo só é dado à percepção como representação; o mundo é um fenômeno da representação; a essência do mundo não está nele, mas naquilo que condiciona o seu aspecto exterior; na “coisa em si” do mundo, na “vontade”; o mundo como representação é a “objetividade” da vontade.

A partir desse entendimento, o mundo só existe pela própria representação e percepção humana, pois “a representação é uma forma de conhecimento. Mesmo que o tempo e espaço gerem determinadas formas de representação, é na dualidade [e na contradição] sujeito – objeto que reside o denominador comum que pode conceber toda forma de representação” (GIL FILHO, 1999, p. 34 – Inserção nossa).

Para Moscovici (2007) a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo *não familiar*, ou a própria *não familiaridade* da coisa. Isso faz pensar: o

“novo” sempre traz inquietação e o desconhecido provoca desconforto e insegurança, daí a busca pela representação para tornar mais próximo e “conhecido” o insurgente. Por isso o mecanismo humano em objetivar a ideia (a imagem, o pensamento, a palavra) na materialização da “coisa”, processo amplamente percebido no cotidiano das gentes cerradeiras.

Noutra dimensão, as representações remetem à consciência coletiva que explica o que é de interesse imediato e acessível a qualquer um. O espaço de representação é um espaço vivo com ligações culturais, *lócus* da ação e das situações vivenciadas (GIL FILHO, 2005). Assim, partindo do pressuposto que existem as “representações individuais e representações coletivas” conforme Durkheim ([1970] GIL FILHO, 1999), tal qual a memória individual e coletiva assinaladas por Maurice Halbwachs (2006), a primeira pode ser uma experiência individual sensorial e a segunda permeada pelas ações e reações de troca entre “as consciências elementares” que compõem a sociedade.

Disso tudo fica o pensamento de que as ideias, as imagens e as representações sempre carregam na bagagem a história e os modos de vida das pessoas. Essas “informações” impressas no tecido social dão suporte para compreender os fenômenos que ocorrem no mundo vivido. Para a Geografia Cultural, as representações sociais são formas de ‘geografizar’ o mundo banal, o cotidiano, o universo consensual e o reificado.

A percepção, nessa empreitada, inicia o processo de representação coordenada pela consciência. A percepção imediata (objetividade) interage com a forma do objeto (subjetividade) a fim de se obter uma “modelização simbólica” que dá novos significados aos objetos, iniciando o processo de representação a partir da *experiência* do ser no espaço e no tempo.

A representação teria a faculdade de trasladar espaços e tempos? De construir estórias, mediar sentimentos, sentidos e significados? Carlo Ginzburg, certamente, responderia afirmativamente à questão. E, ainda, apontaria dois verbos que seriam a base do ato de representar: substituir e evocar. Em suas palavras: “[...] a representação faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro lado, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença” (GINZBURG, 2001, p. 85, grifo nosso).

São emanções que aproximam, por certo, da *presença e ausência* de Lefebvre (1983). Contudo, o contrário também ocorre: a representação é (pode ser)

presente, também pode ser ausente, caso seja essa a realidade que se deseja representar. Não distanciando desse espírito, Ginzburg (2001) e Roger Chartier (1991) buscam na realidade histórica formas representativas para que se possa compreender o processo de substituição / evocação mimética (por imitação).

Ambos fazem menção aos “manequins” de cera, madeira, couro que eram colocados num estrado alto (*catafalco* real) durante os funerais de reis e soberanos franceses e ingleses da Idade Média. Em outras situações a “representação real” se dava pelo esquife vazio coberto pelo “lençol mortuário”.

Essa “cultura” da representação, já distante no tempo, bem exemplifica o mecanismo de evocação e substituição. É interessante notar que a representação marca, socialmente, o fato da morte (mais do que biologicamente) através dos funerais (GINZBURG, 2001 citando HERTZ) dos soberanos às pessoas comuns. Nesse contexto histórico e cultural, percebe-se a representação como uma possibilidade de “criar imagens” (*imago* = figuras) ou “objetos dotados de significados” (*semióforos*) que serviam para imortalizar, eternizar, concretizar na história e no tempo pessoas, fatos, ideias, atos, eventos e lugares.

No findar de um caminho de perguntas e respostas e não pouca conjectura arrisca-se, a dizer que, pensando nas humanidades do Cerrado, o lugar dá a representação do sujeito, *a priori*. Esse representar está na dimensão do já informado pelo espaço numa espera do homem “ser” representado pelo espaço que também lhe identifica. Ao mesmo tempo esse humano a si mesmo se representa por este /aquele espaço, cerradeiro ou não.

Cabe aqui, mais uma abstração: *o sujeito está para o espaço tal qual o espaço está para o sujeito*. Real e convicto como um documento de identidade (RG) identifica a pessoa com foto e nome. Ou mesmo o sobrenome (ou *last name*) que “encontra” / identifica o sujeito por meio do parentesco familiar. É um representar do ser pelo meio em que vive e pelas pessoas de sua história.



## QUAL O LUGAR DAS HUMANIDADES NO CERRADO REOCUPADO PELA CANA?

Povos cerradeiros, humanidades do Cerrado. Mesmo na ausência, a presença da imagem é trazida pelo imaginário e experiência (ou conhecimento) sobre quem está a se falar ou como seria (e são) essas pessoas. Em tempo, Cerradeiros é um termo defendido por Mendonça (2005) ao referir-se às populações do Cerrado de modo geral: “Essas populações possuem uma forma singular de apropriação da natureza, regida por um sistema de representações, códigos e mitos.” (ALMEIDA, 2008, p. 62).

São grupos sociais com fortes tradições, costumes e vivência rural urdida pela força da história com toda carga simbólica e de significados que são conferidos ao lugar. Isso porque

os símbolos são instrumentos de representações das coisas do mundo real e, nas representações, os tempos se misturam, se impõem. A cultura, como dimensão de operações simbólicas, adere às paisagens e as constrói, conformando-as mediante vivências e significações. (ALMEIDA, 2008, p. 59)

Vale ressaltar que as populações cerradeiras possuem íntima relação com os elementos naturais, intercalando cultivo, extrativismo e preservação para sobrevivência dos seus saberes, mantendo a biodiversidade do cerrado mesmo nele vivendo e reproduzindo. São conhecimentos e características socioculturais que deveriam balizar a introdução do novo, da técnica, das transformações socioespaciais, principalmente na inserção de grandes projetos com fortes impactos sociais e ambientais.

Caso se fosse buscar a raiz do povo cerradeiro caberia uma metáfora como forma de percepção e concepção desses sujeitos:

Áspera como a cortiça que envolve os troncos retorcidos dos arbustos Cerradeiros, é a própria historicidade que constituiu os povos tradicionais que habitam e se territorializaram sobre o bioma de Cerrado. Filhos de um processo violento que se originou da subjugação de indígenas, negros e todos aqueles que desbravaram os sertões do interior brasileiro com a força dos braços, os Povos Cerradeiros herdaram as dores deste tempo, mas também a riqueza cultural de seus antepassados. (SANTOS; MENDONÇA, 2009 p. 10)

Os autores souberam expressar com criatividade concernente ao povo cerradeiro de tantos cerrados modernos urbanizados e próximos ao campo e ao “Cerrado natural”, haja vista serem seu fruto, pois se originaram dele como muitos de nós também. Santos e Mendonça souberam descrever a alma do lugar representado pelas pessoas ali nascidas.

Ainda, fazendo uso da historicidade cerradeira e de seus ricos personagens, acompanha-se o raciocínio dos autores que compreendem as humanidades do Cerrado como uma gente que construiu e organizou seu território com formas de existência não distantes dos “conflitos e interesses avessos”. Esse povo, desde há muito, luta “com a mesma força que usaram para desbravar os sertões cerradeiros, construindo suas territorialidades e um *modus vivendi* harmônico” e equilibrado (SANTOS; MENDONÇA, 2009, p. 10-11).

A construção histórica e espacial das gentes cerradeiras se deparou, de repente, com fortes ventos de modernização no campo pelo crivo do capital moderno, competitivo e comercial. As estratégias de expansão dos processos produtivos dos planos governamentais estenderam seus tentáculos até a região dos Cerrados promovendo mutações sociais e espaciais ainda não vistas na região.

Parafraseando os autores, foi negado ao povo do Cerrado sua “legitimidade e historicidade” por eles constituídas ao longo dos anos. Chaveiro (2008, p. 90) contribui com essa discussão ao lembrar que a cultura cerradeira não passou despercebida pela voracidade do capital e do lucro na capacidade de transformar “tudo” em mercadoria:

[...] Além disso, os saberes tradicionais, os componentes da memória, o patrimônio imaterial, os saberes diversos, modos de cantar, de falar, a memória arquitetônica, as diferentes identidades etc., colocam a cultura na rota da comercialização. Nessa vertente, o simples, o puro, o natural, o que é antigo etc., são mirados pelo olho da câmera, assim como festas, rostos, memórias, de modo que o processo mercantil age na pele, no cabelo, no trabalho e no inconsciente. Mercantilizam-se o visível e o invisível, o presente e o passado.

O olhar atento do autor traz clareza e senso crítico à discussão. Nesse espectro mercadológico e mercantilizado, o *cerrado* – *mercadoria* tem “compradô” certo, “ao gosto do freguês”. Nesse modelo capitalista de tudo “vender” e comercializar entram a natureza, os animais, às formas humanas materiais e imateriais, os símbolos, as representações, a cultura e o cerradeiro.

O cerradeiro sente “na pele”, o prenúncio de um tempo outro, não da roça e do tempo gasto tangendo o gado, mas o da máquina, do lucro e da mercadoria. E, “à medida que o espaço é invadido por outros sujeitos e por propósitos de uso econômico, os signos vão mudando, bem como o tempo do espaço, o sentido que se dá à natureza e aos seus elementos” (CHAVEIRO, 2008, p. 92).

Parece oportuno lembrar os sujeitos locais da região pesquisada, *Área Core Vale Verdão (ACVV)*, que como cerradeiros teve sua história de vida narrada há pouco. Esses povos do Cerrado travam, já algum tempo, num movimento contraditório ao lugar vivido árdua batalha pelo direito de ser, possuir e continuar no Cerrado sendo cerradeiro.

O prenúncio de uma resiliência se anuncia quando, mesmo com a chegada do “outro”, da usina sucroalcooleira, esse valente continua no lugar vivido. Como? O que o alimenta? Como resiste? O espaço é um alimento que se sustenta do passado, pela história, pelos resíduos humanos nele construídos e depositados. Assim, está no espaço a fonte de sobrevivência dos cerradeiros, atores locais, que a ele retorna nas horas de necessidade e crise.

Nesse retornar ao passado, procura-se algo inquestionável, legitimador e que vem à tona como uma medida de reconstrução ou de invenção de identidades que querem, além do reconhecimento, atingir uma coletividade que passe a defender, reconhecer, legitimar e fortalecer os vínculos de cada grupo com o Cerrado. (SANTOS, 2008 p. 105).

Com esse espírito aguerrido, o autor indica a rota de fuga, o caminho para a liberdade que não está fora do sujeito e nem do lugar, mas está dentro de cada cerradeiro. Como proposta no entardecer da pesquisa, sugere-se que as políticas públicas incluam os cerradeiros nas discussões que envolvem ações de desenvolvimento das áreas de Cerrado. Pelo menos como “desculpa verdadeira” para uma gestão dos Cerrados goianos com base nos princípios de desenvolvimento local e endógeno.

Todavia, a população cerradeira como outras comunidades não é vista e distante está do cerne das pautas políticas dos atores hegemônicos que arquitetam e executam grandes projetos. Nesse “governar e legislar” não se realizam estudos técnicos sobre efeitos impactantes no espaço e no modo de vida das pessoas do lugar, como também no tempo do seu movimento. Hoje (20124), EIA e RIMA não

passam de formulários para comprovar documentação quando da liberação de verbas e orçamentos do Estado.

Concomitantemente, para esses povos cerradeiros, continuam existindo as memórias, as lembranças, as representações, os signos e símbolos mantendo sua identidade no ou fora do Cerrado. Em se tratando do *lugar passado*, associa-se ao que é apontado por Massey (2009) sobre a saudade de um espaço, de um lugar, de um tempo! O espaço da casa, do lar, a saudade do migrante, do viajante, do desterrado (desterritorializado), do *migrante da cana*.

Nostalgia, perda, abandono, lembranças do lugar, do lar, da “minha casa”! São sentimentos que, muitas vezes, os sujeitos (comunidades rurais) tiveram de apreender com a incorporação do projeto de modernidade (ou pós-modernidade), independente de suas vontades ou escolhas (principalmente pela grande massa de trabalhadores rurais).

Num sentido equivalente, Massey argumenta sobre a nostalgia pós-moderna que se projeta com a necessidade política de gestão socioespacial (e mercadológica) que se volta para a noção de espaço e tempo como forma de recuperação das necessidades afetivas e da natureza, importante para o equilíbrio biossocial. Que ironia da história que ora se presencia! Mas, já não era sem *tempo* num *tempo* em que tudo se esvai como poeiras de *tempos*, espaços e cultura!

Minha questão é que a imaginação de voltar para casa significa, tantas vezes, ‘voltar’ tanto no tempo quanto no espaço. Voltar para as antigas coisas familiares, para o modo com que as coisas costumavam ser [...] as coisas que relembro do passado. (MASSEY, 2009 p. 182)

Essas analogias e modos de pensar dão conta de que espaços e tempos não ficam “parados”, estáticos, sem movimento. Eles continuam seu ritmo na sequência da existência humana e da natureza. Mesmo após a migração forçada – do campo para a cidade, da cidade rural para outras cidades –, a saída dos sujeitos estima lembranças de como eram esses lugares. No entanto, tem-se, por certo, a incerteza de que quando (e se) voltar ao lugar, nada será como antes! Nesse movimento / processo de retorno, sob quais signos a memória seria evocada, ou ainda, quais lembranças teriam permanecido? E as representações desse espaço, como seriam (re)construídas? Para responder, novas pesquisas terão de ser feitas.

Não obstante, representar é construir imagens sendo a “expressão concreta, quer por manifestação, quer por emanção de uma vontade incontida do aqui e agora, e não admite redução a nenhuma outra forma semelhante” (GIL FILHO, 2005, p. 53). A partir desses pressupostos tem-se possibilidade de investigação, com metodologia eficiente, visando a interpretação das representações sociais (ou coletivas) dos sujeitos nos seus lugares. Haja vista ser a Geografia das representações uma Geografia do conhecimento simbólico, é mister que ela assuma, também, as representações como elemento de análise geográfica importante na interpretação do mundo banal, do cotidiano, do universo consensual impactado pelo universo reificado da ciência e da política.

Esse debate é profícuo porque, ao remeter à relação *representação – ação*, Chartier (2003, p. 16) chama ao debate Durkheim e Mauss, que consideram as representações coletivas como as “matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social – mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm existência, só são verdadeiras, na medida em que comandam atos”. Daí situar a noção de símbolo – imagem – signo - significado na forma de representar ser “uma relação decifrável”. Porém, postulada entre o *signo visível* e o *referente significado*, talvez não seja inteiramente passível seu desvelamento, pois, essa ação representativa feita pelos sujeitos também é uma “perversão da relação de representação” (CHARTIER, 2003, p. 18).

“Todas visam, de fato, a fazer com que a coisa não tenha existência, a não ser na imagem que exige que a representação mascare ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente”, subterfúgio chamado de vitrina “que manipula os signos destinados a produzir ilusão – e não a fazer conhecer as coisas tais como são”. Essa manipulação pode ser evidenciada como uma forma de *representação forjada* (CHARTIER, 2003, p. 19).

Formulando teorias em aplicações práticas sobre representações, pergunta-se: como interpretar as várias modelagens (formas) representadas no lugar? Quais e como os *signos / sinais / imagens* estão dizendo ou representando alguma coisa nos lugares das humanidades no Cerrado cercado pela cana? No contexto da pesquisa, seria subsídio para as representações as formas, os monumentos, as pessoas no medo, na dependência e na imagem de que a única possibilidade de existir da cidade rural seria em relação à relação com a agroindústria canavieira. Esta é uma das muitas representações feitas pelos sujeitos locais que não enxergam

possibilidades além daquelas postas política e ideologicamente pelo agente do capital na região da cana.

Engano, pois sendo Maurilândia uma cidade rural não está “obrigada” a ser uma “cidade do campo” ou tomada como cidade local com funções específicas (SANTOS, 2004). Ou até mesmo uma “cidade da/para a usina” para se desapropriar da vida e destino pautados na experiência com o lugar. “Parece-me que o percurso é o mesmo: reconstruir, com os critérios pertinentes de diferenciação, a diferença entre as práticas e as representações de cada comunidade” (CHARTIER, 1999, p. 14), isso deve valer, também, para a cidade rural de Maurilândia.

Tal orientação ajudaria compor o “cenário socioeconômico e cultural” do lugar, área de estudo ACVV que perde sua capacidade regenerativa quando os sujeitos deixam de ser do/no lugar ou resilientes sem a obrigação de migrar. A força da representação do que existe e do que *parece existir* paira no espaço representado pela usina numa prospecção do real, parcialmente irreal simbolizado na percepção do real permanente pela hegemonia da agroindústria.

O receio de perder a condição de produzir, possuir e consumir via agroindústria da cana numa possível geração de renda para a cidade e para os sujeitos locais são motivos de preocupação constante. Tem-se, também, outro posicionamento no qual as motivações midiáticas e apelos mercadológicos de “espaços e produtos” tenham que ser consumidos a partir de “identificações e representações” na complexidade que envolve o mercado e seu poder numa rede capitalista de *propaganda – venda – consumo – lucro*, usando e sobrepondo sentimentos, escamoteando processos que fazem o capital girar.

No entanto, sabe-se que *as práticas sociais e as representações integradas a essas práticas* tornam a ação de representar componente simbólico na incorporação do vínculo social e das identidades que compõem o amálgama que é a vida. Ademais, “ao contrário da história das ideias, desarraigadas do solo social (do espaço), a história deve dar lugar a um tratamento deliberadamente histórico das maneiras de sentir e de pensar que podem corroborar com a manutenção do sujeito no seu lugar” (Grupo I).

Importam “as práticas coletivas, simbólicas, as representações mentais, despercebidas, dos diversos grupos sociais...” (RICOEUR, 2007, p. 202, complemento e grifo nosso). Por fim, o tempo, “cuja permanência própria ajuda a reduzir a velocidade das durações” concede, também, a pausa no movimento, as

escoras nas paredes do cotidiano para perceber e compreender a dinâmica social das representações com seus enunciados e projeções.

## CAMINHANDO PARA UMA CONCLUSÃO (PARA *NUNCA* CONCLUIR)

As representações que os sujeitos fazem no/do “seu lugar” são elaborações e identificações sígneas sociais e culturais que caracterizam os elementos i-materiais dando-lhes objetividade e significação. O tempo lento, as fases da lua, as estações do ano, as conversas “ao pé do fogão à lenha”, as crendices, os causos e as superstições passados de pai para filho, a lida na roça, o tempo do plantio, o tempo da colheita, a linguagem caipira, tudo tem razão de ser e de continuar sendo e existindo.

São elementos com significados e significantes do viver no campo e do lugar rural, dadas às representações concretizadas na experiência vivida no cotidiano do lugar. Elas são pistas importantes para a análise sociocultural e fenomenológica do sujeito em seu espaço de vivência.

Sob o prisma da Geografia Cultural, a metodologia adotada nesse trabalho teve foco na observação, “no ouvir” e “no contar” das coisas do lugar. Na identificação de elementos culturais, na descrição dos signos, na análise e interpretação de como as formas de linguagem, religião, artes, crenças, economia, governo, trabalho e outros fenômenos culturais variam ou permanecem constantes de um lugar para outro. O olhar geográfico se dá, também, na explicação de como os atores sociais usam e atuam neste espaço mutante da vida.

Como ferramenta auxiliar nesta busca por entender o espaço, tem-se na Geografia cultural o amparo da Fenomenologia sob influência de Husserl e Merleau-Ponty. São autores que abriram caminho para estudos culturais e da percepção, contribuindo com as análises geográficas. Dá-se importância, nesse bojo teórico, à construção subjetiva da noção de espaço perceptivo, (re) construção de conceitos como horizonte geográfico, (percepção do) espaço e lugar, sociabilidades, imaginário, linguagem, significados, entre outros.

Daí o interesse no tema que balizou a pesquisa e a construção da tese: **Resiliência socioespacial na expansão canavieira do Cerrado goiano: a cidade rural de Maurilândia / GO**. Essa reflexão final visa arregimentar condições teóricas

e metodológicas para contribuir com estudos culturais e geográficos no que tange às comunidades rurais (do campo e da cidade) na manutenção e valorização de suas construções identitárias e representativas do lugar – espaço vivido.

E, por último, num exercício de introspecção, por mais que se fuja de uma identidade, de um lugar e de um território com toda carga simbólica e cultural pré-existente, seu *carimbo* está em nós, no nosso jeito de ser, de falar, de nos relacionar, no nosso espírito! Mesmo que o pertencimento esteja intimamente ligado ao “ser” e ao “fazer parte de” convém esclarecer que nesta tese de doutoramento tal sentimento toma forma de identificação e ação do sujeito e/ou do grupo social que se sente ambientado e integrado ao lugar.

Por isso o lugar fazer parte do mundo dos sujeitos, dos seus sentimentos e afeições. Ora, o lugar é o centro de significância e foco da ação emocional e afetiva do homem. Se pertencimento está intimamente relacionado às características identitárias – manifestações no ser/estar do sujeito – sendo ele do campo ou da cidade, pode-se inferir, nessa situação, algumas proposições que poderão, em bom termo, balizar novas pesquisas com novos achados:

- Gestão das cidades rurais enquanto especificidade local com vias de desenvolvimento endógeno e integrado ao espaço natural, cultural e social;
- A indissociabilidade dos aspectos objetivos e subjetivos de reprodutibilidade de sistema produtivo *lato sensu*, ou seja, dos condicionantes geoecológicos locais, dos valores e simbolismos tradicionais sintetizados nas estratégias de adaptação e resiliência das comunidades rurais frente aos projetos de (re)territorialização do capital sobre territórios contra hegemônicos;
- A dualidade sociedade/natureza como possibilidade para se estudar outras dualidades, tendo a resiliência como possível “forma moderna” de leitura da realidade;
- A resiliência como processo instaurador e restaurador de resíduos. Contudo, estes sobreviveriam à resiliência se metamorfoseando em “alimento resiliente” numa visão cíclica e processual;
- Resíduo e resiliência como possibilidades de prática teórico-metodológica para estudo das subjetividades humanas. O presente e o passado reconstruindo possibilidades de um *devir*;



- A resiliência como figuração prática da Dialética.

Por fim, pergunta-se: Quando se pode identificar o encerrar de um processo de pesquisa? Como reconhecer a fecundidade, o crescimento e o amadurecimento de uma ideia ou pensamento, de um *saber – fazer* que crescera, frutificara e que agora, cessara? Teria se esvaziado (da mente do pesquisador) daquilo que outrora o alimentava e o enchia de vigor? Como ou quando declarar o declínio ou a hora “exata” do fim ou, como queiram os mais sensíveis, do descanso?

Este é o sentimento e a dúvida após a conclusão de uma Tese. Foram encontros e travessias que mudaram as coisas no mundo numa percepção subjetiva de representação da vida num espaço de tempo. Agora, no apagar das luzes, se diz de travessias e despedidas que dão início a novas e outras travessias a partir de algum LUGAR.

E, depois de tudo, repetir: *Mnemosyne...* não me deixe esquecer do “meu lugar” e do que vivi!

## REFERÊNCIAS

ABDALA, K. O.; CASTRO, S. S. Dinâmica de uso do solo da expansão sucroalcooleira na microrregião meia ponte, Estado de Goiás, Brasil. **RBC-Revista Brasileira de Cartografia**, v. 62, n. 4, 2010.

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **IPEA (texto para discussão)**, n. 702, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.br>. Acesso em: ago. 2013.

ALMEIDA, M. G. de. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, M. G. de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (Org.). **Geografia e Cultura** – os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Editora Vieira, 2008. p. 47-74.

\_\_\_\_\_. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, M. G.; RATTS, A. J. P. (Org.). **Geografia** – leituras culturais. Goiânia: Editora Alternativa, 2003. p. 71-88.

\_\_\_\_\_. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da Anpege**, Fortaleza, ano 2, n. 2, p. 103-114, 2005.

\_\_\_\_\_. **Novas territorialidades ou múltiplas territorialidades?** Trabalhador migrante brasileiro em Barcelona. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. ACTAS DEL X COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/-xcol/98.htm>>.

ALVES, F. J. C.; NOVAES, J. R. Migrantes: Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (Os Heróis do Agronegócio Brasileiro). **Revista Espaço Diálogo e Desconexão**, v. 1, p. 45-60, 2009.

ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

\_\_\_\_\_. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório** - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. Texto para discussão, 1999. Disponível em: [http://www.giovannialves.org/Artigo\\_GIOVANNI%2520ALVES\\_2010.pdf](http://www.giovannialves.org/Artigo_GIOVANNI%2520ALVES_2010.pdf). Acesso em: 20 jan. 2014.

ANDRADE, R. B. Práticas sócio-culturais e religiosas: elementos constituintes do lugar. In: ALMEIDA, M. G de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (Org.). **Geografia e Cultura** – os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

ANDREUCCI, L.; PEREIRA, A.; CRÓ, M.; ROCHA, A. Resiliência: Estudo comparativo entre Portugal e Brasil. **Atas do I Congresso Luso-Brasileiro de Psicologia da Saúde** (869-882). Faro: Universidade do Algarve, 2009.

ARRAIS, T. A. **A Região como Arena Política**. Goiânia: Vieira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Geografia Contemporânea de Goiás**. Goiânia: Vieira, 2004.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2010.

ASSIS, W. F. T.; ZUCARELLI, M. C. Admirável Campo Novo: conflitos sócio-territoriais e dinâmicas de expansão do agronegócio monocultor. **PUC Viva Revista**, v. 1, p. 54-62, 2010.

AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994. (Coleção Travessia do Século)

BACHELARD, Gaston. A filosofia do não; **O novo espírito científico**: A poética do espaço. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; Trad. de Joaquim José Moura Ramos et al. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Coleção Os Pensadores)

\_\_\_\_\_. A poética do espaço. In: **Os Pensadores XXXVIII**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na decadência da contradição In: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e Campo** – relações e contradições entre o urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. p. 81-110.

BERNADELLI, M. L. F. da H. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e Campo** – relações e contradições entre o urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. p. 33-52.

BERNARDES, J. A. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BEZZI, M. L. **Região**: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004.

BIODIESELBr. **Futuro para o mercado do álcool e açúcar**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. (Col. Grandes Cientistas Sociais)

\_\_\_\_\_. Making the Economic Habitus: Algerian workers revisited. **Ethnography**, v. 1, n. 1, p. 17-41, jul. 2000.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Trad. de Fernando Tomaz. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A partilha da vida**. São Paulo: Editora GEIC/Cabral, 1995.

\_\_\_\_\_. **Memória Sertão** – cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão. Universidade de Uberaba. Editorial Cone Sul. São Paulo: Editora UNIUBE, 1998.

\_\_\_\_\_. Os Bichos e nós e o que fazemos nós dos nossos Bichos. In: **Boletim do Programa “Viver de criar cultura, cultura popular, arte e educação”** – Série “Linguagem Artísticas da Cultura Popular. Salto para o Futuro / TV Escola / SEED / MEC. Brasília: MEC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_; LEMOS, E. de. **João Braço** - Ensaio: Fotos e escritos sobre um homem chamado João. Q11 Agência / João Elton Moreto. Piracicaba, 2011.

BRAY, S. C. et al. **As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil**. Marília: Unesp, 2000.

CANCLINI, N. G. Culturas híbridas, poderes oblíquos. In: \_\_\_\_\_. **Culturas híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p. 283-350.

CÂNDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito** – estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre Azul, 2010.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CANELAS, R. **A Resiliência de crianças em situação de risco em programas socioeducativos de Belo Horizonte**. Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2004

CARDOSO, L.; SADE, P. O enfermeiro frente ao processo de resiliência do paciente em tratamento hemodialítico. **Revista Eletrônica da Faculdade Evangélica do Paraná**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 2-10, 2012.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 1992.

\_\_\_\_\_. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

\_\_\_\_\_. **A reprodução do espaço urbano**. São Paulo: Editora EDUSP, 1994.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. Universidade de São Paulo – FFLCH. São Paulo: Editora USP, 2007.

\_\_\_\_\_. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. Seria o Brasil "menos urbano do que se calcula?". **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 13, p. 179-187, 2003.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Org.). **Mundo rural e tempo presente.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 325-344.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais:** ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 9-14.

\_\_\_\_\_. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 11, p. 53-75, 1998. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/rurbzeze.html>>.

CARMELINI, J. U. **Regiões competitivas do etanol e vulnerabilidade territorial no Brasil:** o caso emblemático de Quirinópolis, GO. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geografia, Unicamp, Campinas, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Plantação de cana-de-açúcar na Amazônia Legal:** “O ciclo se repete com novos desmatamentos”. Entrevista especial à IHU On-Line em 22 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?secao=425>. Acesso em: 20/08/2013.

CARVALHO, S. P. de; CARRIJO, E. L. de O. **A produção de álcool: do PROÁLCOOL ao contexto atual.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, XLV, 2007. Londrina-PR: UEL, 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** v. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

CASTRO, S. S. de; ABDALA, K.; SILVA, A. A.; BORGES, V. A expansão da cana-de-açúcar no cerrado e no estado de Goiás: elementos para uma análise espacial do processo. **Boletim Goiano de Geografia.** Goiânia: CEGRAF UFG, 2010.

CASTRO, S. S.; BORGES, R. O.; AMARAL, R. Estudo da expansão da cana-de-açúcar no estado de Goiás: subsídios para uma avaliação do potencial de impactos ambientais. In: **Fórum de Ciência & Tecnologia no Cerrado**, 2, 2007, Goiânia. Anais... Goiânia: SBPC, 2007. p. 9-17. Disponível em: <[http://www.labogef.iesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/Selma\\_Raphael\\_Rosane\\_EstudoExpansaoCana2007\\_16955\\_81424.pdf](http://www.labogef.iesa.ufg.br/labogef/arquivos/downloads/Selma_Raphael_Rosane_EstudoExpansaoCana2007_16955_81424.pdf)>. Acesso em: 2 ago. 2012.

CAVALCANTI, L. de S. Uma geografia da cidade o elementos da produção do espaço urbano. In: CAVALCANTI, L. de S. (Org.). **Geografia da cidade**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001. p. 15-32.

\_\_\_\_\_. Cidade e vida urbana: a dinâmica do/no espaço intra-urbano e a formação para a participação em sua gestão. In: PAULA, F. M. A.; CAVALCANTI, L. S. (Org.). Goiânia: Editora Vieira, 2007. p. 10-28.

CHARTIER, Roger. **Entrevista com Roger Chartier**. Pós-História – Assis. v. 7. São Paulo, 1999. p. 11-30.

\_\_\_\_\_. Leituras Populares. In: **Formas e sentido** – Cultura Escrita. Campinas, 2003.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. Trad. de Andreia Dhaer e Zenir Campos Reis. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, 1991.

CHAVEIRO, E. F. O Cerrado em disputa: sentidos culturais e práticas sociais contemporâneas. In: ALMEIDA, M. G. de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa (Org.). **Geografia e Cultura** – os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

CLAVAL, P. As abordagens da Geografia Cultural. CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. **Do olhar Geográfico do Geógrafo a Geografia do olhar dos outros**. Conferência proferida na abertura do Evento do NEPEC – Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. O papel da Nova Geografia Cultural na compreensão da Geografia Humana. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

\_\_\_\_\_. O território na transição da pós-modernidade. **Revista GEOgraphia** (UFF), Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, 1999.

COAMO. **Agroindustrial Cooperativa**. Campo Mourão/PR, 2006.

COMUNIDAD LATINOAMERICANA EN RESILIENCIA. Facultad de Estudios Profesionales Iztacala da Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). México, 2013.

COMUNICADO: Lei do por la comandanta kelly. In: **Campaña mundial por la defensa de las tierras y los territorios indígenas y campesinos, autónomos, de chiapas, México y el mundo**. Chiapas, México, 2007. Disponível em: <http://blogosocialportugues.com.br/2007archive.html>. Acesso em: 21/10/2012.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento de safra brasileira: cana-de-açúcar, terceiro levantamento**, abril/2013. Brasília: Conab, 2013.

\_\_\_\_\_. [Site oficial]. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>- Acesso em: julho a novembro, 2011.

\_\_\_\_\_. **Mapas temáticos**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/.php?a=1102&t=2>>. Acesso em: 5 jul. 2012.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução sobre impactos ambientais**. Disponível em: [www.conama.resolucao.gov](http://www.conama.resolucao.gov). Acesso em: 23/09/2011.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Produção de alimentos X Agrocombustíveis**. Texto para discussão. Mimeo, 2008.

CONSECANA – Conselho dos Produtores e Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. Disponível em: [www.consecana.com](http://www.consecana.com). Acesso em: 20/11/2012.

COPERCANA – Cooperativa dos Plantadores de Cana do oeste de São Paulo. **Processo de mecanização vem avançando bastante na colheita de cana**. Entrevista: Pedro Ramos. Disponível em: <http://www.copercana.com.br/index.php>. Acesso em: 02/10/2013.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 279-318, 1997.

\_\_\_\_\_. Entrevista com o Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis, n. 1, p. 1-14, 2005.

\_\_\_\_\_. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1991.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

COUTO, E. N. P. A dinâmica local versus a lógica global no desenvolvimento regional. **Revista Gestão Contemporânea**, Vila Velha, v. 3, n. 1, 2013.

CRUZ, B. N. Desterritorialización, centro-periferia, lugar/no-lugar reflexiones desde la antropología del territorio. In: ALMEIDA, M. G; CRUZ, B. N. (Org.). **Território e Cultura – Inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais**. Goiânia: CEGRAF UFG, 2009. p. 26-41.

D'ALESSIO, M. M. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. In: **Pro. História**. (mimeo) São Paulo, 1998.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

DUARTE, C. F. A dialética entre permanência e ruptura nos processos de transformação do espaço. In: MACHADO, D. B. P. (Org.). **Sobre urbanismo**. 1. ed. v. I. Rio de Janeiro: Viana & Mosley / Ed. PROURB, 2006. p. 27-30.

DUBET, F. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

EMBRAPA CNPM. **Impacto ambiental da Cana de Açúcar**. 2011. Disponível em: <http://www.cana.cnpm.embrapa.br/index.html>. Acesso em: 20/03/2012.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. **Cadernos de Agricultura** – A cana-de-açúcar e sua expansão nos cerrados. Disponível em: [www.esalq.usp.gov](http://www.esalq.usp.gov). Acesso em: 02/10/2011.

FAEG – Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás. **Estudos agropecuários em Goiás** – a cana de açúcar no cerrado goiano. Disponível em: [www.sistemafaeg.com.br](http://www.sistemafaeg.com.br). Acesso em: nov. 2011.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. A judicialização da luta pela reforma agrária. **GEOUSP – Revista de pós-graduação em Geografia**, São Paulo, Departamento de Geografia da FFLCH-USP, p. 35-39.

FIORI, E. M. Nós os Humanos, Seres da Natureza, Seres da Cultura. In: Prefácio do livro de FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 23. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1994.

FLORIANI, N.; RIOS, F. T.; FLORIANI, D. Territorialidades alternativas e hibridismos no mundo rural: resiliência e reprodução da sociobiodiversidade em comunidades tradicionais do Brasil e Chile meridionais. **Polis, Revista Latinoamericana**, Santiago – Chile, v. 12, n. 34, p. 73-94, 2013.

FONSECA, R. G.; SANTOS, J. C. Os recentes processos migratórios em Ituiutaba (MG) e a inserção das agroindústrias canavieiras. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 33, v. 1, p. 24-49, jan./jul. 2011.

FREDO, C. D.; SALLES FILHO, S. L. M. Tecnologia x emprego no setor sucroalcooleiro de São Paulo. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 59, n. 1, p. 5-22, jan./jun. 2012.

FREDO, C. E. et al. Índice de mecanização na colheita da cana-de-açúcar no estado de São Paulo e nas regiões produtoras paulistas. **Análises e Indicadores do Agronegócio**, v. 3, n. 3, mar. 2008. Disponível em: [ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/mercado/hp-27-2008.pdf](http://ftp.sp.gov.br/ftpiea/mercado/hp-27-2008.pdf). Acesso em: 17/01/2014.

FREITAS, I. A. de. Novas formas de turismo no Rio de Janeiro: o exemplo da rodovia Teresópolis-Nova Friburgo. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2002. p. 87-95.



FROCHTENGARTEN, F. A memória oral no mundo contemporâneo. **Revista Eletrônica: Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, 2005.

FURTADO, C. A questão agrária no limiar do século XXI. In: **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Editora Cortez, 2001. p. 19-48.

\_\_\_\_\_. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2008. p. 173-224.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora/Editora Nacional, 2005.

\_\_\_\_\_. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: TAVARES, M. C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIL FILHO, S. F. Espaço e representação e territorialidade do sagrado: notas para uma teoria do fato religioso. Ra' e Ga': **O espaço geográfico em análise**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 61-67, 1999.

\_\_\_\_\_. Geografia Cultural: estrutura e primado das representações **Revista espaço e Cultura** (UERJ), Rio de Janeiro, n. 19-20, 2005.

GINZBURG, C. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, P. C. da C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49-76.

GONÇALVES, R. Entrevista: Trem descarrilado. **Ciência Hoje – Revista de divulgação científica da SBPC**, v. 43, n. 258, abr. 2009.

GRAZIANO DA SILVA, J. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: \_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C. (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1995. p. 165-205.

\_\_\_\_\_; LIMONADE, E. O território em tempos de globalização. **Geo UERJ. Revista do Departamento de Geografia** (UERJ), Rio de Janeiro, n. 1, 1997.

\_\_\_\_\_. **Geografia, ensino, pesquisa e metodologia**. Entrevista: Revista Expressões Geográficas. Florianópolis: UFSC, 2009.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do fim “dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre, set. 2004.

\_\_\_\_\_. **Territórios alternativos.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** São Paulo: Editora Centauro, 2006.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Editora Loyola, 2010.

\_\_\_\_\_. **Los limites del capitalismo y la teoria marxista.** Cidade do México: Fundo de Cultura Econômica, 1990.

HESPANHOL, R. A. de M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Revista Mercator** (UFC), Fortaleza, v. 12, número especial 2, p. 103-122, 2013.

HOLLING, C. S. Resilience and stability of ecological systems. **Annual Review of Ecology and Systematics**, Vancouver, v. 4, p. 1-23, 1973.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado Brasileiro.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite – PMDBBS.** Disponível em: <<http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/cerrado/>>. Acesso em: 20 set. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995-1996.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995\\_1996/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/default.shtm)>. Acesso em: 30 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. **Estudo demográfico por região do estado de Goiás.** Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=go&tema=resultuniverso\\_censo2010](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=go&tema=resultuniverso_censo2010). Acesso em: 20/08/2013.

\_\_\_\_\_. **PAM (2010).** Pesquisa agropecuária municipal. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo1.asp?e=p&t=1&z=t&o=3>. Acesso em: 03/05/2011.

\_\_\_\_\_. **Produção agrícola Municipal (PAM).** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

IEA – Instituto de Economia Agrícola. **Caderno de Informações Econômicas.** Disponível em: [WWW.iea.sp.gov.br](http://WWW.iea.sp.gov.br) com. Acesso em: out. 2011.

INCRA. **Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR (2012).**

INSTITUTO MAURO BORGES (IMB) DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS / Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN) do estado de Goiás - Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas – 2013. **Dados \*Preliminares** – Ano base de cálculo 2012. Disponível em: [http://www.seplan.go.gov.br/sepin/goias.asp/id\\_cad=6000](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/goias.asp/id_cad=6000). Acesso em: 20/08/2012.

\_\_\_\_\_. **Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos**. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pubview.asp?caderno=Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos - 2009&imagem=1235>>. Acesso em: 26 set. 2012.

\_\_\_\_\_/IMB – SEPLAN – Secretaria do Planejamento. Regiões de Planejamento. **Estado de Goiás**. Mapa da Microrregião do Sudoeste Goiano. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.mapas>. Acesso em: 14/07/2013.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. **A expansão da cana-de-açúcar em Goiás por:** Alexandre Alves dos Santos. Artigo em Cadernos especiais – 17/10/2010. Goiânia, 2010.

JORNALPROCANA. **USINA PANORAMA**. Disponível em: <http://jcana.info/news>

KAGEYAMA, A. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos cais. In: DELGADO, G. C. (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. v. 1. Brasília: IPEA, 1990. p. 113-223.

KINN, M. G. **Lugares e territórios camponeses em iniciativas turísticas:** os usos dos espaços no entorno dos lagos das hidrelétricas Amador Aguiar I e II – Triângulo Mineiro – MG. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

KOZEL, S. Mapas mentais – uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas In: KOZEL, S.; COSTA SILVA, J.; GIL FILHO, S. F. (Org.). **Da percepção e cognição à representação:** reconstruções teóricas da geografia cultural e humanista. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.

LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para pesquisadores, estudante e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 77-82, jul. 2006.

LÁZARO, S Resiliencia em niños y adolescentes: revisión teórica e implicaciones para la intervención psicoeducativa em situaciones de maltrato familiar. **Estudios de Psicología**, v. 30, n. 1, p. 89-104, 2009.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. De Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (original: La production de l'espace). 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

\_\_\_\_\_. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Série Temas. Vol. 24 – Sociologia e Política. Editora Ática. São Paulo, 1991

\_\_\_\_\_. **Metafilosofia** – Prolegômenos. Trad. e introd. de Roland Corbisier. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967. (Coleção Perspectivas do Homem)

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991. p. 108.

\_\_\_\_\_. **Presença y ausencia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

\_\_\_\_\_. **The production of space**. Oxford, UK: Blackwell, 1994.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia e desenvolvimento sustentável. Trad. de J. E. Silva. Blumenau: Editora da FURB, 2000.

LENCIONI, S. **Região e geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LIMA, D. A. L. L. **Estrutura e expansão da agroindústria canavieira no Sudoeste Goiano**: Impactos no uso do solo e na estrutura fundiária a partir de 1990. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas, São Paulo, 2010.

LIMA, E. N. Novas ruralidades, novas identidades. Onde? In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais**: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 41-65.

MACHADO, L. A.; HABIB, M. Perspectivas e impactos da cultura de cana-de-açúcar no Brasil. **Revista Infobios**. Disponível em: <http://www.infobios.com/Artigos> 2009. Acesso em: 10/06/2012.

MACHADO, M. C. T. Cultura Popular – transformações, persistências ou desagregação? Parte 1 – Cap. 1 – A urdidura do cotidiano no mundo rural: solidão e solidariedade. In: **Cultura popular e desenvolvimentismo em Minas Gerais**: caminhos cruzados de um mesmo tempo (1950-1985). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MANCIAUX, M. **La résilience**: résister et se construire. Genebra: Cahiers médico-sociaux. Suíça, 2001.

\_\_\_\_\_. **La resiliência**: resistir y rehacerse. Barcelona: Gedisa, 2003.

MAPA – Ministério da Agricultura e Abastecimento Agrícola. **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011**. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

\_\_\_\_\_. **Projeções do Agronegócio no Brasil – Safra 2008/09** – Estimativas 2018/19. Brasília-DF, 2009.

\_\_\_\_\_. **Relação das unidades produtoras cadastradas no Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia**. 2010. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/1984\\_posicao\\_04\\_2010.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/1984_posicao_04_2010.pdf).

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA** (UNESP), v. 11, p. 57-6. Disponível em: [http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/12/9\\_marques\\_12.pdf](http://www4.fct.unesp.br/nera/revistas/12/9_marques_12.pdf). 2008. Acesso em: 10/04/2012.

\_\_\_\_\_. **Lugar no modo de vida tradicional na modernidade.** In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Org.). São Paulo: Editora Casa Amarela Editora Paz e Terra, 2004. p. 145-162.

\_\_\_\_\_. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINS, J. S. **A chegada do estranho.** São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

\_\_\_\_\_. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Editora Paulus, 1997. (Coleção temas de atualidade)

\_\_\_\_\_. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 10, n. 1, 1998.

MASSEY, D. **Pelo Espaço** – Uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MAZUR, L. **Cultivando a resiliência em um mundo perigoso.** In: ASSADOURIAN, E.; PRUGH, T. (Org.). **Estado do mundo 2013:** A sustentabilidade ainda é possível? Worldwatch Institute. Produção em parceria: Instituto Akatue Universidade Livre da Mata Atlântica. 1. ed. Salvador: Editora Uma, 2013. p. 184-193.

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet (ALICEWeb).** Disponível em: <http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/>. Acesso em: 22 abr. 2010.

MEDEIROS, L. S. de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses.** Os comunistas e a constituição de classes no campo. Tese (Doutorado) – IFCH, Unicamp, Campinas, 1985.

MELLO, J. B. F. **Espaços da escuridão e lugares de luminosidade na perspectiva humanística em geografia.** Disponível em: [ttp://www.igeo.uerj.br/VICBG2004/eixo3/E3\\_048](http://www.igeo.uerj.br/VICBG2004/eixo3/E3_048). Acesso em: 20 nov. 2010.

MENDONÇA, F. Riscos, vulnerabilidades e resiliência socioambientais urbanas: inovações na análise geográfica. **Revista da ANPEGE (UFPR)**, v. 7, n. 1, número especial, p. 111-118, 2011.

MENDONÇA, M. Os novos movimentos sociais cerradeiros: a territorialização do MAB em Goiás. In: ALMEIDA, M. G. (Org.). **Tantos Cerrados.** Goiânia: Editora Vieira, 2005.

MIZIARA, F. Expansão da lavoura de cana em Goiás e impactos ambientais. **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia.** Rio de Janeiro: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009. v. 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Expansão de fronteiras e ocupação do espaço no Cerrado: o caso de Goiás. In: GUIMARÃES, L. D.; SILVA, M. A. D.; ANACLETO, T. C. S. (Org.). **Natureza Viva, Cerrado: caracterização e conservação**. Goiânia: Editora da UCG, 2005. p. 169-196.

\_\_\_\_\_; FERREIRA, N. C. Expansão da fronteira agrícola e evolução da ocupação e uso do espaço no Estado de Goiás: subsídios à política ambiental. In: FERREIRA, L. G. (Org.). **A encruzilhada socioambiental** - Biodiversidade, economia e sustentabilidade no cerrado. v. 1. Goiânia: CEGRAF UFG, 2008. p. 67-75.

MOREIRA, R. **O que é Geografia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 15-41.

MORIN, E. **O enigma do homem: Para uma nova antropologia**. 2. ed. Trad. de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

\_\_\_\_\_. **Para onde vai o mundo?** Trad. de Francisco Morás. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais** – Investigações em psicologia social. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

NAE – Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Biocombustíveis**. Brasília/DF: Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, 2004. (Cadernos NAE, n. 2)

NASA - National Aeronautics and Space Administration. **Shuttle radar topography mission**, 2000. Disponível em: <<http://www2.jpl.nasa.gov/srtm>>. Acesso em: 10 out. 2012.

NOVAES, J. R. P. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. **Estudos Avançados**, São Paulo: IEA, v. 21, n. 59, jan./abr. 2007.

OLIVEIRA, A. J.; RAMALHO, J. (Org.). **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011**. 2. ed. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 110 p.

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: \_\_\_\_\_; MARQUES, M. I. M. (Org.). São Paulo: Editora Casa Amarela/Editora Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

\_\_\_\_\_. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

\_\_\_\_\_. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, L. de. Percepção do meio ambiente e geografia. **OLAM Ciência e Tecnologia**, Rio Claro, v. 1, n. 2, p. 14-28, nov. 2001.

\_\_\_\_\_. Percepção e representação do espaço geográfico. In: DEL RIO, V.; \_\_\_\_\_ (Org.). **Percepção ambiental** – a experiência brasileira. São Paulo: Editora UFSCar, 1999.

OLIVEIRA, M. A. de. **A Filosofia na crise da modernidade**. São Paulo: Editora Loyola, 1989.

OLIVEIRA, M. C. Exclusão social e demografia: elementos para uma agenda. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Demografia da exclusão social**. Campinas: UNICAMP, 2001.

OLIVEIRA NETO, A. F. **A rua e a cidade**. Campo Grande: UFMS, 2005.

\_\_\_\_\_. A incorporação do modo de vida urbano na região de fronteira do Sul do território mato-grossense no início do século XX. In: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e Campo** – relações e contradições entre o urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

OSWALDO, Y. Competência essencial. **Gazeta de Limeira** – Painel Corporativo. São Paulo, 2013. Disponível em: [www.infinityative.com.br](http://www.infinityative.com.br). Acesso em: 12/02/2014.

PACHECO, S. M. M. Resiliência urbana e comercial em áreas centrais. **Geo UERJ**, ano 14, v. 2, n. 23, p. 459-478, 2012.

PARETO, V. Tratado de sociologia geral. In: MORA, J. F. (Org.). **Dicionário de Filosofia**. Tomo IV. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

PAULA, F. M. de A. **Jovens migrantes na metrópole de Goiânia**: práticas espaciais, (re)territorializações e redes de sociabilidade. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

PETCHENIK, B. B. Cognição e cartografia. **Geocartografia**, São Paulo: USP, n. 6, 1995.

PEREIRA, A. Coping, auto-conceito e ansiedade social: sua relação com o rendimento escolar. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 1991.

\_\_\_\_\_. Resiliência e estratégias de coping no Encontro do Terceiro Milênio. In: IV CONGRESSO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – Investigar e Formar em Educação. v. 1, p. 373-378. Aveiro, 1999.

\_\_\_\_\_. Resiliência, personalidade, stress e estratégias de coping. In: TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 77-84.

\_\_\_\_\_. Stress e coping no Aluno Universitário. In: VI SEMINÁRIO – A Componente de Psicologia na Formação de Professores e Outros Agentes Educativos. Évora: Universidade de Évora, 1997. p. 219-236.

PERRUCCI, G. **A república das usinas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PESAVENTO, S. J. Cultura e representações, uma trajetória. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 45-58, 2006.

PESSÔA, V. L. S. et al. **Fundamentos de Metodologia Científica para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**: material para fins didáticos. Uberlândia (MG): Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (IGUFU). Uberlândia, 2007.

POLETTTO M.; KOLLER, S. Contextos ecológicos: Promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, p. 51-66, 2008.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 49. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAMOSE, M. B. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, B. de S.; MENESSES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

RATTS, A. J. P. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, M. G.; RATTS, A. J. P. (Org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 29-48.

REVISTA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. **O triângulo mineiro e a produção sucroalcooleira**. SOBER, v. 1. Brasília, 2001.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

ROSA, J. G. **Grande Sertão**: Veredas. v. 2. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

ROSILLO-CALLE, F.; CORTEZ, L. A. B. Towards ProAlcool II – a review of the Brazilian bioethanol programme. **Biomass and Bioenergy**, v. 14, n. 2, p. 115-124, 1998.

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 45-66, 2005.

\_\_\_\_\_. Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2002. p. 27-42.



SALGUEIRO, T. B. The resilience or urban retail areas. In: SALGUEIRO, T. B.; CACHINHO, H. (Org.). **Retail planning for the resilient city: consumption and urban regeneration**. 1. ed. Lisboa: CEG, 2011. p. 19-44.

SANO, E. E.; DAMBROS, L. A.; OLIVEIRA, G. C.; BRITES, R. S. Padrões de cobertura de solos do Estado de Goiás. In: FERREIRA, L. G. (Org.). **Conservação da biodiversidade e sustentabilidade ambiental em Goiás: prioridades, estratégias e perspectivas**. Goiânia: SEMARH/AGMA/World Bank, 2006. p. 85-100.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

SANTOS, J. C. V.; TIRADENTES, L.; SANTOS, R. J. Os trabalhos de campo como contribuições para o ensino de Geografia: turismo, lugar e patrimônio. **Revista Ponto de Vista** (UERJ), Rio de Janeiro, v. 610, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Editora Hucitec. São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. Editora Hucitec. São Paulo, 1993.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed., 1. reimp. São Paulo: Editora Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Hucitec, 1985.

\_\_\_\_\_. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização - do pensamento único a consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Territórios e sociedade no início do século XXI**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

SANTOS, R. J. A dimensão cultural das paisagens rurais do cerrado mineiro. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A. J. P. (Org.). **Leituras culturais**. Goiânia: Ed. Alternativa, 2003. p. 133-158.

\_\_\_\_\_. **Gaúchos e mineiros do Cerrado** – Metamorfoses das diferentes temporalidades e lógicas sociais. Uberlândia: EDUFU, 2008.

\_\_\_\_\_; KINN, M. Festas: tradições reinventadas nos espaços rurais dos cerrados de Minas Gerais. **Revista Espaço e Cultura** (UERJ), n. 26., p. 58-71, jul./dez. 2009.

SANTOS, R. dos; MENDONÇA, M. R. **Antes de tudo um forte: a existência e (re)existência dos povos cerradeiros frente as tramas do capital**. V SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. UFF. Rio de Janeiro, 2009 Disponível em: [www.uff.br/vsinga/trabalhos.Santos.pdf](http://www.uff.br/vsinga/trabalhos.Santos.pdf). Acesso em: 15/04/2013.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e como representação**. Trad. de Jair Barboza. São Paulo: Ed Unesp, 2005.

SEEMANN, J. **Mapas e percepção ambiental: do mental ao material e vice-versa**. Rio Claro, v. 3, n. 1, p. 200-223, 2003.

SEGATTI, S. **A expansão da agroindústria sucroalcooleira e a questão do desenvolvimento da microrregião de Dracena-SP**. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Messquita Filho”, Presidente Prudente, 2009.

SEINFRA – Secretaria de Estado de Infraestrutura. **Plano de Desenvolvimento do Sistema de Transporte do Estado de Goiás** – PDTG. Disponível em: <http://www.seinfra.go.gov.br/post/ver/108644/pdt>. Acesso em: 10/05/2013.

SEIXAS, C. S.; BERKES, F. Mudanças socioecológicas na pesca da Lagoa de Ibiraquera, Brasil. In: VIEIRA, P. F.; BERKES, F.; SEIXAS, C. S. **Gestão Integrada e Participativa de Recursos Naturais: conceitos, métodos e experiências**. Florianópolis: APED & SECCO, 2005. p. 113-146.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SIFAEG – Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás. **Produção, comércio e lucro por região do etanol no estado de Goiás no biênio 2011-2012**. Disponível em: <http://www.sifaeg.com.br/etanol/>. Acesso em: 10/04/2013.

SIGAUD, L. **Ameaçados por grandes projetos: a problemática dos indígenas da fronteira Acre - Peru**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008>. Acesso em: 26/01/2014.

SILVA, A. A. **“Espaços” territorializados no Espaço Brasileiro: imagens, símbolos e processos na construção da identidade nacional**. Artigo apresentado em Seminário da Disciplina ‘Formação Territorial e pensamento geográfico no Brasil’

– realizada no 2º semestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação da Profª. Dr. Rita de Cassia Martins de Souza. Uberlândia, 2010.

\_\_\_\_\_; MIZIARA, F. Avanço do setor sucroalcooleiro e expansão da fronteira agrícola em Goiás. **Pesquisa Agropecuária Tropical**, v. 41, n. 3, p. 399-407, 2011.

\_\_\_\_\_; SANTOS, R. J. **Resíduos do saber** – fazer local num espaço – tempo tecnológico das usinas sucroalcooleiras: resistência ou existência sociocultural? ANAIS DO II ANPEGE REGIONAL. Universidade Federal de Uberlândia – UFU. Uberlândia, 2010

SILVA, I. M. da. A territorialização do setor sucroenergético no município de Quirinópolis-Goiás. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Jataí, 2012.

SILVA, J. G. da. Complexos agroindustriais e outros complexos . In: O Desenvolvimento perverso da Agroindústria Brasileira. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – ABRA, São Paulo, v. 21, p. 5-34, set./dez. 1991.

SILVA JR., J. **Resistência dos materiais**. São Paulo: Ao Livro Técnico, 1972.

SILVA, O.; FICHETTI, D. **Etnanol**: a revolução verde e amarela. São Paulo: Bizz Comunicação e Produções, 2008.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SIMEHGO - Sistema de Meteorologia e Hidrologia do Estado de Goiás. **Clima**. Disponível em: <<http://www.simehgo.sectec.go.gov.br>> Acesso em: 05/10/2012.

SINVALDO JUNIOR. “Elegia 1938” de Carlos Drummond de Andrade. **Jornal Opção**. Sessão Opção Cultural. Edição especial de n. 1943. Quadro Ensaio. 30 de setembro a 6 de outubro de 2012. Goiânia-GO, 2012.

SOUZA, E. A. **O território e as estratégias de permanência camponesa da comunidade de Pedra Lisa no processo de expansão das lavouras de cana-de-açúcar, em Quirinópolis / GO**. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e Campo** – relações e contradições entre o urbano e rural. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. p. 205-216.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**, Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, Barcelona, n. 5, 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/nova.htm>>. Acesso em: 24/11/2013.

TAVARES, J. A resiliência na sociedade emergente. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Resiliência e educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana**. A relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. 1. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

TRIGUEIRO, T. **O processo de resiliência de mulheres vítimas de violênciadoméstica**: contribuições para o cuidar em enfermagem. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Setor Ciências da Saúde, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

UDOP - União dos Produtores de Bioenergia. **Unidades de Usinas do Estado de Goiás**. Disponível em: <<http://www.udop.com.br/index.php>>. Acesso em: 10/01/2013.

ULTRAMARI, C.; REZENDE, D. Urban Resilience and Slow Motion Disasters. **City & Time**, v. 2, n. 3, p. 5, 2007. Disponível em: <<http://www.ct.cecibr.org>>. Acesso em: 13/01/2014.

USINA AGRE. Açúcar e Álcool. Disponível em: <http://www.usinagre.com.br/v3/pt/?act=products&prod=açu>. Acesso em: 10 fev. 2014.

VENTURATO, R D. **Processo de vulnerabilização social na Amazônia Ocidental**: do discurso à prática no contexto das mudanças climáticas - RESEX Alto Juruá/AC. ANAIS DO 5º ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS – Desenvolvimento, Ruralidades e Ambientalização: paradigmas e atores em conflitos. Universidade Federal do Pará (UFPA), 2012.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

\_\_\_\_\_. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicación: ¿Una nueva ruralidad em América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2001. Disponible en: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>. Aceso em: 13/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Texto apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17- Processos Sociais Agrários. Caxambu, 1996.

\_\_\_\_\_. Territorialidade e ruralidade no nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. N. (Org.). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa informação tecnológica, 2002. p. 39-52.

WEIL, S. O desenraizamento operário. In: BOSI, E. (Org.). **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

WILLIAMS, R. **Cultura**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. Teoria Cultural. Estrutura de sentido. In: **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 1979.

WERNER, E.; SMITH, R. **Journeys from childhood to midlife: risk, resilience and recovery**. London: Cornell University, 2001.

WOORTMANN, K. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico** - Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

XAVIER, G. B. **Espaço, método e vida cotidiana**: a metafilosofia e o pensamento sociológico de Henri Lefebvre. Universidade Estadual de Goiás - Relatório parcial de projeto de pesquisa. Anápolis – GO, 2012.

YUNES, M. **A questão triplamente controvertida da resiliência em famílias de baixa renda**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. Psicologia positiva e resiliência. O foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, p. 75-84, 2003.

\_\_\_\_\_; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-42.

**APÊNDICES**

## ANEXOS

### **Universidade Federal de Uberlândia** **Programa de Pós-Graduação em Geografia**

LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA CULTURAL E TURISMO - LAGECULT

#### **ANEXOS - ROTEIRO DE ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS**

TÍTULO DA PESQUISA: AUTORES DA PESQUISA: RESILIÊNCIA SOCIOESPACIAL  
NA EXPANSÃO CANAVIEIRA DO CERRADO GOIANO: A CIDADE RURAL DE  
MAURILÂNDIA / GO

**Prof. Dr. Rosselvelt José Santos**

**Profª Ms. Arlete Mendes Silva**

**Roteiro I - Perguntas para realização de Entrevista / Direcionamento para os depoimentos**

**Público Alvo: Moradores de propriedades rurais e do espaço urbano em Maurilândia - GO**

- 1 – Há quanto tempo você vive nessa região? Você sempre viveu em áreas rurais?
- 2 – Quais as suas principais atividades na propriedade?
- 3 – Descreva como tem sido sua 'lida' diária atualmente em relação ao trabalho que é realizado na propriedade. É muito diferente do que antigamente ou algum tempo atrás?
- 4 – Você participa de reuniões, festas, encontros com outros proprietários rurais da região?
- 5 – Qual a relação que vocês estabelecem com vizinhos, parentes e outros fazendeiros da região?
- 6 – Você participa de algum grupo social, sindicato, associação, igreja da região?
- 7 – Tem alguma festa ou comemoração que reúne os proprietários rurais da região?

8 – O que você pode contar sobre como era sua vida antes e agora com a chegada e aumento das plantações de cana – de – açúcar aqui na região da Bacia do Rio Verdão.

9 – Você tem plantação de cana na sua propriedade? Por que você optou por essa atividade?

10 – Qual a principal fonte de renda em sua propriedade?

11 – Caso você pudesse fazer, o que você continuaria desenvolvendo como fonte de renda em sua propriedade e o que você deixaria de produzir? Por que?

12 – Você acha que a instalação da Usina Vale Verdão trouxe benefícios para a região? Quais?

13 – A Usina teria trazido também junto aos benefícios alguns prejuízos? Quais?

14 – Você pretende continuar vivendo 'na roça' ou tem planos de se mudar pra cidade? Por que?

15 – Qual a principal mudança de vida vocês tiveram com o desenvolvimento da lavoura canavieira aqui na região?

16 – Você já morou em espaço rural?

17 – Porque você se mudou para a cidade?

18 – O que você traz na memória da vida no campo?

19 – Qual a maior dificuldade ou facilidade que você encontra vivendo na cidade?

20 – Quais os benefícios da Usina Sucroalcooleira Vale do Verdão para o município de Maurilândia?

#### **Roteiro II – Perguntas para realização de entrevista**

**Público Alvo: Representantes de Instituições públicas (informantes), privadas e não governamentais que tenham, de alguma forma, relação com a produção canavieira da área rural da Bacia Hidrográfica do Rio Verdão**

1 – Qual a relação da sua instituição com a produção canavieira nesta região?

2 – Como você definiria a agroindústria da cana neste município.

3 – Quais os principais benefícios a monocultura da cana trouxe para essa região?

4 – Houve uma melhora da qualidade de vida da população rural e/ou urbana após o crescimento da produção canavieira nesta região? Você poderia citar algumas?



5- Quais os impactos ambientais e sociais você poderia apontar devido o aumento do cultivo da cana para alimentar as Usinas de açúcar e álcool?

6 – Você acha que a região tem condições de absorver os efeitos negativos desse tipo de *plantation*?

7 – O que tem acontecido com os proprietários rurais da região desde o início da exploração em grande escala da cana?

8 – O município tem outros tipos de culturas além do cultivo extensivo da cana?

9 – Ainda existe a pecuária bovina em propriedades rurais que não venderam e/ou arrendaram suas terras para os usineiros?

10 – Como você definiria os modos de vida da população rural local?

11 – Você saberia dizer qual o quantitativo de proprietários rurais a que ainda vivem em suas terras mesmo com o avanço da lavoura canavieira?

12 – Qual seria o principal ou os principais problemas vivenciados pelos proprietários rurais nesse momento de grande avanço territorial da plantação da cana?

13 – Aqui no município a cana provocou êxodo rural ou migração da atividade agropecuária para a agroindústria?

14 – Se você pudesse dar uma sugestão para a situação vivenciada pelos proprietários rurais, o que você diria?

